



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

CASAS DAS ELITES DE LISBOA:

OBJECTOS, INTERIORES E VIVÊNCIAS (1750-1830)

Tese apresentada à Universidade Católica Portuguesa
para obtenção do grau de Doutor em Estudos do Património

por

Carlos José de Almeida Franco

ESCOLA DAS ARTES

Dezembro, 2014



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

CASAS DAS ELITES DE LISBOA:

OBJECTOS, INTERIORES E VIVÊNCIAS (1750-1830)

Tese apresentada à Universidade Católica Portuguesa

para obtenção do grau de Doutor em Estudos do Património

Por Carlos José de Almeida Franco

Sob orientação de Professor Doutor Gonçalo de Vasconcelos e Sousa

ESCOLA DAS ARTES

2014

Sumário

Resumo	6
Abstract	7
Abreviaturas e Siglas	8
Agradecimentos	9
Introdução	10
1. A SOCIEDADE DE CORTE EM LISBOA ENTRE 1750 E 1830	26
1.1. Lisboa. O Tempo Político e Económico e o Espaço: dos Dias da Reforma aos Tempos da Clemência.....	26
1.1.1. O Tempo Político e Económico	26
1.1.2. O Espaço	37
1.2. A Corte em Portugal.....	47
1.2.1. D. José I: “Um Rei sem Palácio”	47
1.2.2. Os Hábitos da Corte Josefina: Diversões e Ofícios.....	51
1.2.3. D. Maria I: “Uma Rainha sem Palácio”	63
1.2.4. Os Hábitos da Corte Mariana: Diversões e Ofícios	64
1.2.5. D. João VI: Um Governante sem País.....	67
1.2.6. Os Hábitos da Corte Joanina: Diversões e Ofícios.....	69
1.2.7. Vivências Exteriores ao Paço.....	70
2. A CASA NOBRE EM LISBOA ENTRE 1750 E 1830	96
2.1. A Localização Urbana.....	96
2.2. Os Habitantes da Casa: A <i>Família</i>	103
2.2.1. Os Proprietários e a Gestão da Casa.....	104
2.2.2. Os Filhos: A Educação e o Ensino	106
2.2.3. Os Criados e o Trabalho Doméstico	110
2.2.4. Os Criados: Salários e Outros Benefícios	119
2.2.5. Outros Prestadores de Serviços	127
2.3. Articulação dos Espaços Arquitectónicos	132

3. GOSTO, MODERNIDADE E CONFORTO	154
3.1. Evolução e Expressões	154
3.1.1. O Mobiliário.....	155
3.1.2. Os Têxteis	166
3.1.3. A Prataria	181
3.1.4. As Porcelanas	199
3.1.5. Os Vidros	208
3.1.6. A Pintura	212
3.2. Aquisições e Restauros	221
3.3. Ícones de Conforto, Sociabilidade e Modernidade	247
4. OS ESPAÇOS INTERIORES DA CASA E A SUA DECORAÇÃO	270
4.1. O Vestíbulo	270
4.2. A Escadaria	275
4.3. Os Salões.....	281
4.3.1. O Salão e a Vida Social.....	281
4.3.2. O Salão, Aspectos Decorativos	289
4.3.3. Salas Anexas	307
4.4. A Sala de Jantar.....	315
4.5. O Quarto de Dormir: da “ <i>Casa da Cama de Estado</i> ” à Intimidade	335
4.6. A Casa do Toucador.....	353
4.7. Espaços de Culto e de Oração.....	363
4.7.1. A Capela e a “ <i>Casa do Oratório</i> ”	363
4.7.2. O Oratório	384
4.8. A “Casa da Livraria”	388
4.9. A “Casa da Cozinha”	399
4.9.1. Mobiliário e Grandes Recipientes	402
4.9.2. Utensílios para Preparação dos Alimentos	408
4.9.3. Instrumentos para Preparação dos Alimentos	414
4.9.4. O Fogo.....	417
4.10. O Jardim	423
Conclusão.....	435
Fontes e Bibliografia.....	445

Índice de Figuras.....	515
Índice de Quadros	523

Resumo

Na presente dissertação propusemo-nos estudar os objectos, os interiores e as vivências das casas das elites lisboetas no período de 1750 a 1830. Tentámos compreender as transformações políticas e económicas ocorridas naquele período de tempo, os hábitos sociais, as expressões do gosto e modernidade, apurar ícones de ostentação e aparato, integrando-os no espaço doméstico. Numa perspectiva abrangente, cruzámos várias dimensões do património, não privilegiando nenhuma delas, antes preferindo permanecer atentos aos sinais de todas.

Estas residências, que ao longo do século XVIII ainda se caracterizam por uma organização interior onde prevalece a interdependência dos diversos compartimentos, tenderão, lentamente, no último quartel de Setecentos, a criar três grandes zonas que acolhem o aparato, a sociedade e a intimidade, procurando distinguir e racionalizar espaços em função de novas sociabilidades emergentes.

Os múltiplos objectos que existem nas casas também se modificam, em função das novas necessidades sociais. Estes bens, para além de representantes de uma sociabilidade crescente, tornam-se expoentes de novos hábitos, de âmbito alargado, que vai desde a alimentação e as bebidas até à higiene, à dança, aos jogos, à música ou à escrita, entre outros.

Constatamos que as muitas transformações ocorridas ao longo da segunda metade do século XVIII e primeiro quartel de Oitocentos, a par dos novos modelos de sociabilidade ensaiados pelas principais figuras de elite, anunciam os modos de vida e as casas da Lisboa contemporânea.

Abstract

The aim of this research is to study the objects, the interior and the ways of living in the houses of Lisbon elites in the period from 1750 to 1830. We tried to understand the political and economic changes taking place in that period of time, social behaviors, expressions of taste and modernity, to identify ostentation and pomp icons, integrating them in the home. In a comprehensive approach we crossed over several dimensions of heritage, not favoring any of them, on the contrary choosing to pay special attention to the signals of all.

These houses which over eighteenth century are characterized by an inner organization where prevails the interdependence of the various compartments, tend slowly in the last quarter of the eighteenth century to create three major areas accommodating the pomp, social life and intimacy, while aiming to differentiate and to rationalize spaces accordingly to new emerging forms of sociability.

Multiple objects that exist in the houses also change in response to new social needs. These goods as well as representatives of an increasing sociability, become exponents of new habits, broad in scope, ranging from food and beverages to hygiene, from dance and games, to music or writing, amongst others.

We found that many changes occurred during the second half of the eighteenth century and the first quarter of the nineteenth century, along with the new sociability patterns experienced by major elite figures, announce the livelihoods and homes of contemporary Lisbon.

Abreviaturas e Siglas

A.H.M.O.P.	Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas
A.H.U.	Arquivo Histórico Ultramarino
A.N.T.T.	Arquivo Nacional da Torre do Tombo
AHS-ICS	Arquivo de História Social do Instituto de Ciências Sociais
B.N.L.	Biblioteca Nacional de Lisboa
C.M.A.G.	Casa Museu Anastácio Gonçalves
C.M.L.	Cabral Moncada Leilões
C.M.L.	Câmara Municipal de Lisboa
Cf.	Confronte
Coord.	Coordenação
Doc.	Documento
Ed.	Edição
EGEAC	Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural (Lisboa)
F.	fólio
F.R.E.S.S.	Fundação Ricardo Espírito Santo Silva
Fig.	Figura
Fot.	Fotografia
I.P.P.A.R.	Instituto Português do Património Arquitectónico
M.N.A.A.	Museu Nacional de Arte Antiga
NGM	Nuno Gonçalo Monteiro
N.º	Número
Ofic.	Oficina
Org.	Organização
P.	Página
P.C.V.	Palácio do Correio Velho
P.N.Q.	Palácio Nacional de Queluz
Rs.	Réis
S. l.	<i>Sine loco</i>
S. d.	<i>Sine data</i>
S.E.C.	Secretaria de Estado da Cultura
S. n.	<i>Sine nomine</i>
S./n.º	Sem número
Vd.	Vide
Vol.	Volume

Agradecimentos

Esta dissertação deve-se, em larga medida, a uma conjugação de esforços, pelo que é com agrado que deixo aqui algumas palavras de agradecimento. Em primeiro lugar, agradeço ao Professor Doutor Gonçalo de Vasconcelos e Sousa, sem o qual esta tese não teria sido possível. O seu apoio foi fundamental pelo grande rigor científico e metodológico e pelas suas superiores qualidades humanas. A grande disponibilidade para me ajudar e o permanente incentivo permitiram que aqui chegasse. Por tudo isto e pela qualidade da orientação lhe estou muito grato.

Quero agradecer a todos aqueles que viabilizaram as visitas a muitos palácios lisboetas, pois sem a sua colaboração este trabalho não poderia realizar-se. Agradeço aos serviços culturais da Câmara Municipal de Lisboa, através da Dra. Mariana Abreu Loureiro, Dr. Francisco Motta Veiga, Dra. Laurentina Pereira, Sra. D. Mafalda Tavares e Sr. Fernando Amorim. À Dra. Ana Canas, directora do A.H.U. e à Dra. Isabel de Portugal que me proporcionou uma visita pormenorizada ao palácio da Ega, ao Dr. José Videira, presidente da Junta de Freguesia da Ajuda, ao Dr. Lourenço Egreja, director artístico do centro cultural “Carpe Diem Arte e Pesquisa”, ao Dr. Manuel Antunes, à Dra. Ana Colaço, ao Dr. José António de Arez Romão que, para além da visita ao palácio Porto Côvo, me deu a conhecer muitas histórias daquela casa. Ao Dr. António de Saldanha (Rio Maior), a quem estou muito grato, pois a sua colaboração e empenho foram fundamentais para uma melhor compreensão do palácio da Anunciada.

Quero agradecer ao Luís Burnay, um grande amigo, pelas nossas conversas acerca das casas das elites e pelas suas opiniões sempre muito perspicazes e úteis. Ao António Santos Jorge, um amigo sempre presente e solidário, a quem muito devo. À Miná, ao João e ao Bruno, pelo apoio incondicional e imprescindível carinho e amizade.

Finalmente, quero invocar a memória dos meus pais, a quem tudo devo. À minha mulher, à Maria e à Leonorzinha, a mais pequenina, não encontro palavras para lhes agradecer o permanente apoio e incentivo. Por isso, com muito amor, dedico-lhes este trabalho.

Introdução

Na sequência de uma dissertação de mestrado, onde investigámos o mobiliário existente nas casas das elites de Lisboa nos finais do Antigo Regime, era grande o entusiasmo de ir mais além e compreender a organização geral daquelas residências, no que se refere aos interiores e ambientes decorativos.

Assim, retomando, aqui, a ideia de um tema que sempre esteve presente, determinámos que o objecto central desta tese de doutoramento se devia centrar no estudo dos bens móveis, dos elementos decorativos e das vivências nas casas das elites lisboetas.

Numa primeira instância, havia que limitar o tempo e definir o espaço geográfico. Quanto à primeira destas coordenadas, houve a consciência de que não deveríamos escolher um tempo demasiadamente curto, meramente conjuntural, onde não encontrássemos mudanças geradoras de transformações.

Determinámos, ainda, que a nossa principal fonte de estudo deveria ser os inventários orfanológicos, pelo que nos era conveniente encontrar um período de tempo onde aqueles documentos existissem com relativa frequência. Sabíamos, neste caso, que os inventários foram muito fomentados pela legislação pombalina, na sequência de uma política de apoio à família e pela reforma dos Juízos dos Órfãos de Lisboa.

Optámos por escolher o ano de 1750 como uma primeira barreira cronológica e o ano de 1830, como a fronteira que não deveríamos ultrapassar. A razão desta escolha foi determinada por um conjunto de acontecimentos que consideramos de relevante importância, ocorridos em Portugal, e que se repercutiram de uma forma muito evidente em múltiplos aspectos da vida nacional.

O reinado de D. José I é marcado, logo no seu início, por um premonitório e violento incêndio no Hospital Real de Todos os Santos, ocorrido em Agosto de 1750. Um pouco mais tarde, a 1 de Novembro de 1755, um terramoto devastou a cidade de Lisboa, capital do reino, provocando grande número de mortos e contribuindo decisivamente para o

agravamento de uma situação económica que já se começava a revelar difícil pelo declínio da produção do ouro brasileiro e por uma deficitária conjuntura agrícola e industrial.

A segunda metade do século XVIII anunciava-se crítica, logo, exigente de respostas políticas capazes de ultrapassar as agudas dificuldades que assolavam a sociedade portuguesa. A conjuntura e a acção determinada de um dos ministros de D. José I, Sebastião José de Carvalho e Melo, fizeram emergir dos escombros do tremor de terra uma outra cidade plena de modernidade, “espelho” de um novo estado pragmático e edificador, onde novos grupos políticos se afirmavam, outras teias de interesses e outros grupos económicos se constituíam, agora tutelados por um estado mais forte e uma corte mais enfraquecida, sinalizando-se, desde já, um futuro breve que viria a consumir-se no liberalismo oitocentista.

Será esta burguesia em ascensão que melhor acolhe os ideais iluministas, aqui despojados de algumas extravagâncias, porque a influência italiana assim o determinava. Neste âmbito, devemos atribuir um papel relevante aos estrangeirados, cujas ideias suportam alguns projectos desenvolvidos pelo marquês de Pombal, nomeadamente, no campo da educação e das ciências. A par daqueles, elegemos pelo seu contributo os numerosos estrangeiros que, desde o reinado de D. João V, crescentemente vêm residir para Portugal.

Pela impetuosidade das novas ideias o país ia-se aproximando mais da Europa, ficando, ao mesmo tempo, menos refém de uma geografia cultural que parecia condená-lo a ser, redutoramente, ibérico.

No reinado seguinte, com D. Maria I, apesar das pretensões de uma nobreza mais tradicional, o curso político não se alterará profundamente, pois a governação já era, inevitavelmente, refém de uma burguesia rica que, em muitos casos, o poder económico havia nobilitado.

Posteriormente, durante a regência do futuro D. João VI, Portugal veio a viver uma crise económica profunda, anunciada com o fim do ouro brasileiro e que atingirá o seu ponto crítico quando o rei se vê obrigado a mandar fundir as pratas da família real para cunhar moeda. Por outro lado, as invasões francesas, a consequente partida da família real para o

Brasil, a ocupação francesa, a revolução liberal e a independência do Brasil tornam este primeiro quarto de século de Oitocentos, num tempo complexo, onde se assiste à eclosão da sociedade portuguesa contemporânea.

Relativamente às coordenadas geográficas, utilizámos, tal como para os limites temporais, critérios que nos permitissem uma identificação precisa e exequível dos problemas que nos queríamos analisar.

Escolhemos, como circunscrição espacial, a cidade de Lisboa por quatro razões essenciais. Pela sua importância política, enquanto capital do Reino e sede da Corte, pela sua importância demográfica e económica e porque nela residiam os principais grupos que entendemos seleccionar enquanto principais grupos de elite portugueses.

Também no que diz respeito a estes últimos, importa que comecemos por definir, desde já, de forma tão concreta quanto possível, quais os critérios que utilizámos para os seriar. Pelas características do estudo que nos propomos desenvolver, bem como pelo tempo e local onde a acção decorre, numa primeira consideração, decidimos abordar as elites como um grupo diversificado, onde existem vários protagonistas, diferentes éticas e intervenções distintas no tecido político, económico e social.

Afastada a ideia monolítica de uma única elite, com consciência da grande complexidade desta questão, impunha-se uma definição capaz de encontrar os múltiplos com matrizes comuns. Aparentemente, o caminho mais prudente seria a identificação do grupo através da fortuna patrimonial existente ou a posse de títulos nobiliárquicos, porque nos permitiria, com alguma objectividade, ir ao encontro da distinção económica e social, e, com essa informação precisa, construir linhas separadoras e formar um ou mais conjuntos credíveis.

Constatámos, através de uma observação mais atenta, que aquele método nos poderia discriminar algumas casas possuidoras de um conjunto de objectos imprescindível para o conhecimento da evolução dos respectivos interiores e das vivências domésticas.

Desta forma, optámos por ponderar as duas variáveis acima referidas como uma informação de grande utilidade na nossa selecção, mas que, em caso algum, poderiam implicar uma qualquer exclusividade ou exclusão.

Inicialmente, decidimos considerar a argumentação escrita por Luís da Silva Pereira na obra “*Privilégios da Nobreza e Fidalguia de Portugal*”, publicada em 1806, onde o autor, para além da nobreza titulada, remete para a nobreza os membros do clero, os militares a partir do posto de capitão, empregos não mecânicos da Casa Real, magistrados, advogados, os diversos bacharéis, licenciados e doutores, os negociantes de “grosso trato”, bem como donos, mestres e pilotos de navios.

Tendo em atenção que esta proposta, pela sua abrangência, nos oferecia dúvidas, e porque no nosso estudo procuramos, com ênfase, as dicotomias hierarquia social/bens de consumo e bens de consumo/hierarquia social, decidimos confrontar, sempre que possível, através da leitura dos inventários orfanológicos, a grande maioria das profissões ali referidas, indagando junto dos respectivos bens se as poderíamos considerar elites no tempo e no espaço por nós delineado.

No sentido de ultrapassar esta dificuldade, encarando os objectos enquanto potenciais indiciadores de projecção social e partindo daquela proposta, associámos-lhe um crivo, que considerámos com capacidade para viabilizar o confronto, que constou na definição das tipologias de bens que, supostamente, deveriam existir em todas as casas estudadas.

Neste âmbito, tivemos em conta, os proprietários que possuíam róis de bens onde se encontravam representadas a joalharia, a prataria, as porcelanas e os têxteis de qualidade superior e “roupa branca”, para além de outros indícios mais evidentes relacionados, por exemplo, com práticas de higiene diferenciadas ou índices de sociabilidade.

Para prolongarmos o confronto procedemos, também, ao uso de outra documentação, como é o caso da leitura de cartas, de documentos diversos de despesa e outras variadas comunicações escritas onde tentámos discernir, com recurso, por exemplo, ao conhecimento das formas de tratamento usadas na época, quais os grupos que deveríamos enquadrar nas categorias sociais mais elevadas.

Confrontada a grande maioria daqueles grupos, uns legitimados pela nascença, outros pelo poder económico e pelas competências sociais que vieram a desenvolver, e ambos avaliados relativamente aos seus bens, considerámos que a lista anteriormente apresentada, apesar da sua latitude, nos era adequada para os objectivos de enquadramento social a que nos propúnhamos.

Decidimos, ainda, acrescentar-lhe o grupo dos proprietários agrícolas, porque constatámos que muitos deles, em Lisboa, no caso de serem proprietários de terras, correspondiam aos requisitos determinados e constituíram, nas suas casas, um entesouramento considerável.

Apesar das premissas atrás enunciadas terem levado à agregação de vários grupos, tivemos sempre em atenção que aqueles se encontravam distribuídos numa escala evolutiva, que possui um último patamar para os mais diferenciados.

Nesta última esfera situamos os que reúnem um maior número de variáveis, ou seja, os nobres titulares, ou uma burguesia que veio a ser nobilitada, com influência na vida política, económica e social, possuidores de significativos bens de raiz, património pecuniário e bens móveis em abundância.

Tomando-os como limite, perscrutámos as casas de todos estes grupos e pensamos que o matiz neles existente pode enriquecer este estudo, pois, para além de muitas opções decorativas e vivenciais que são transversais, poderemos apreciar as singularidades de alguns deles.

Definido o tempo, o espaço e os protagonistas, importa, agora, elencar os documentos que considerámos fundamentais para a elaboração da presente tese. Escolhemos, em primeiro lugar, os inventários orfanológicos que constituíram, indubitavelmente, a fonte primeira da nossa investigação. Pela enorme quantidade de inventários existente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo e sabendo que se encontravam organizados por ordem alfabética, começámos por procurar, nos índices existentes, as letras C, M e D, por considerarmos que aquelas entradas nos poderiam dar um acesso rápido aos inventários de nobres, cujos nomes surgem, geralmente, anteceditos dos títulos de conde, marquês e dom.

Posteriormente, procurámos outros títulos, seguindo-se os nomes que eram socialmente identificáveis no período em causa, e, por último, procedemos a consultas aleatórias.

Inicialmente, muitas destas leituras pareceram constituir uma perda de tempo, ora porque eram inventários sem informação relevante para o nosso trabalho, ora porque pertenciam a famílias que não se enquadravam nos grupos de elite, por nós definido.

Hoje, consideramos que a leitura de mais de quinhentos inventários, onde se incluem muitos de irrelevante importância, nos proporcionou uma informação velada acerca das casas de Lisboa, de que só viemos a reconhecer a utilidade no momento desta redacção.

Para o registo da informação recolhida, construímos uma base de dados, com cerca de trinta e seis campos, que, genericamente, comportava desde a atribuição de um número de ordem, à sua classificação, origem, estado de conservação, diversas características físicas, materiais constituintes, técnicas de fabrico, dimensão, peso, avaliação, localização da residência e identificação do proprietário, entre outras menos importantes.

Cremos que esta base de dados, elaborada a partir de um texto descritivo, como é o caso dos inventários, e correspondendo a uma seriação por nós determinada, não confere uma maior cientificidade a este projecto, mas mostrou-se, inegavelmente, útil, não só pela capacidade de sistematização de uma informação que corresponde a mais de trezentas mil peças, como porque nos permitiu e múltiplas abordagens, com uma versatilidade que não seria possível numa tradicional transcrição de documentos.

Os inventários orfanológicos constituem um acervo documental muito rico em informação. Através deles, pela descrição dos objectos existentes numa casa é-nos facultado o acesso ao quotidiano da família residente, permitindo-nos compreender melhor alguns dos seus hábitos de consumo, aceder a uma história mais íntima e conseguir determinar pelas características dos seus bens, com razoável fiabilidade, o seu estatuto social. A este propósito, refira-se que Nuno Luís Madureira utilizou esta fonte, com frequência, no estudo intitulado *Lisboa: luxo e distinção 1750-1830* e também num dos capítulos do livro *Cidade: espaço e quotidiano (Lisboa 1740 – 1830)* sendo o verdadeiro precursor deste tipo de abordagem em Portugal.

Para além disso, em alguns casos, proporcionaram-nos uma informação muito objectiva acerca dos cargos, títulos e profissões exercidos pelos principais intervenientes, para além de uma descrição da situação económica de uma família num determinado período de tempo. Estas notícias têm uma particular importância, devendo ser cruzadas, sempre que possível, com os bens existentes na casa e daí retirar as devidas ilações.

No caso concreto dos cargos e profissões, este cruzamento permitir-nos-á lançar linhas, mesmo que breves, para um melhor conhecimento de exigências públicas e identitárias dos grupos em causa, que se encontram, tantas vezes, espelhadas nos objectos decorativos que os rodeiam.

Apesar da riqueza de informação que estes documentos contêm, debatemo-nos com alguns problemas quando os estudamos. Em primeiro lugar, tratando-se de um texto narrativo com vários autores, constatamos que, ocasionalmente, a redacção ou a imprecisão do relato nos oferece dúvidas acerca da fiabilidade da informação. Para além disso, muitos objectos carecem de uma rigorosa classificação cronológica, o que nos obriga a reter termos genéricos, como por exemplo, “antigo” ou “moderno”, e acolhê-los com um crédito que pode ser relativamente aleatório.

Por outro lado, desconhecemos se, no momento do inventário, por razões de natureza familiar, ou pelo tempo decorrido após a morte do inventariado, alguns bens significativos tenham sido ocultados ou alienados e, conseqüentemente, nunca tenham ido à colação. Estas situações teriam ocorrido, apesar de sabermos que existia a obrigatoriedade legal de dar início ao processo de inventariação de bens, um mês após a morte do respectivo proprietário.

Uma outra questão, não menos importante, relaciona-se com a disposição dos objectos na casa, pois muito raramente nos é dado a conhecer onde se localizam. Somente os bens com características ou utilidades óbvias podem ser associados a um determinado espaço.

Não é uma contrariedade menor o facto de um inventário demorar, em geral, um elevado número de dias a realizar, ficando-nos, muitas vezes, a ideia de que o avaliador não recomeça o seu trabalho na sala onde, anteriormente, o havia terminado.

Um outro problema relaciona-se com a ausência, nos inventários orfanológicos, de uma competente avaliação estética. Pertencerá ao investigador a tarefa de procurar o valor estético de determinado objecto. Para ultrapassarmos esta dificuldade seguimos, fundamentalmente, três linhas orientadoras que, sumariamente, constam do valor atribuído pelo avaliador ao bem móvel que está sujeito a avaliação, a respectiva descrição, onde sobressai o material que o constitui e os pormenores físicos, e ainda a comparação com objectos idênticos que existam no universo das casas estudadas.

Por fim, o facto de os inventários serem documentos pouco dinâmicos. Através deles é-nos dado a conhecer o ocaso do objecto, mas raramente vamos encontrando resposta para a sua origem, pois, é difícil obtermos informação relativa ao tempo e às circunstâncias em que foi feita a aquisição, o que obstaculiza a que consigamos avaliar, com rigor, o movimento de objectos numa residência.

Relacionado com esta última questão, foi importante, apesar de pouco conclusivo de *per si*, estarmos atentos às heranças, nomeadamente, no que diz respeito às opções dos herdeiros face ao destino dos bens.

Também aqui o cruzamento de informação com outras fontes se revelou fundamental. Recorrendo aos livros de registo de despesa, por exemplo, poderá ser possível encontrar o passado de alguns objectos e delinear-mos, de alguma forma, o seu percurso.

Assim, impõe-se que no grupo de documentos que entendemos utilizar refiramos a importância dos arquivos de família. São documentos diversificados e de grande interesse histórico, onde se destacam os registos de despesa e recebimento, as comunicações internas, regras gerais e outras disposições que visam a organização da casa, a correspondência e as ementas, entre outras.

Estes manuscritos, muito polivalentes, podem proporcionam-nos uma boa avaliação de um determinado ciclo económico numa casa e, para além disso, permitem-nos que auscultemos muitos actos de cariz afectivo e social, de inegável valor para a compreensão das mentalidades da época, que de outra forma, dificilmente, seriam compagináveis.

Destacamos, neste grupo de fontes, os arquivos referentes às casas de Rio Maior, de Abrantes, de Lafões, de Povolide e de Fronteira, que foram sujeitos a um estudo mais atento. Os três primeiros foram-nos particularmente úteis, pela grande quantidade de informação que neles existe para o período em estudo.

Quanto ao arquivo da Casa de Rio Maior, a sua grande relevância para o presente trabalho advém da possibilidade que tivemos em cruzar as informações escritas nele constantes, com o interior dos edifícios dos palácios da Anunciada, denominados “palácio grande da Anunciada” e “palácio pequeno da Anunciada”, ambos pertencentes ao conde de Rio Maior.

Atendendo a que uma grande maioria do património residencial das elites lisboetas, sofreu transformações significativas, pelas novas utilizações dadas àqueles espaços, os palácios da Anunciada revelaram-se uma excelente fonte, pois, até muito recentemente mantiveram-se enquanto residência familiar dos Saldanha, condes e marqueses de Rio Maior.

As referências mais constantes que fazemos, ao longo deste trabalho, relativamente a alguns daqueles arquivos familiares não pretendem transformá-los em estudos de caso. Limitamo-nos a utilizá-los como exemplos, com um interesse que aumenta na proporção da transversalidade que lhes possamos encontrar.

A correspondência também nos mereceu uma especial atenção. O século XVIII, pelo número de cartas existente, parece ter começado a reconhecer nelas um meio de comunicação privilegiado. Pela sua leitura perscrutamos círculos de relações, palavras mais informais e o rigor que as ideias podem assumir quando sujeitas à forma escrita.

A leitura de jornais foi-nos, igualmente, muito importante. Neste caso, analisámos o jornal semanário “*Gazeta de Lisboa*”. Preocupámo-nos com as notícias referentes à realização de festas e de todos os eventos que implicassem a presença da corte e estivemos muito atentos aos diversos tipos de anúncios. A estes últimos atribuímos uma superior importância, na medida em que contêm uma informação muito relevante face a leilões, lojas e outras vendas particulares de bens móveis, bem como muitas referências a “novidades” que neles são anunciadas à sociedade lisboeta. Algumas noções de “bom gosto” e “de modernidade”

estão bem patentes nas centenas de anúncios que lemos e de onde retirámos informações que muito nos ajudaram na compreensão do gosto vigente e de outros que iam emergindo.

Não dispensámos, também, a literatura, apesar de sabermos que a par das artes plásticas é, muitas vezes, colocada ao serviço da propaganda. Nela procurámos a veneração de costumes, a sátira, a vida mundana e outras narrações mais marginais. Neste contexto, o teatro, mas, sobretudo, a poesia, seja a de carácter mais erudito, ou a mais popular, abundantemente representada na designada literatura de cordel, foram um filão de que retirámos inúmeras informações.

Os livros de memórias seriam uma leitura muito útil; todavia, para o período em causa, como sabemos, não abundam. Contudo, relativamente próximos daquele modelo, encontramos os relatos de estrangeiros que viveram durante algum tempo em Portugal. Sendo bem conhecidos os perigos que este tipo de escrita encerra, abordámo-los de forma cuidadosa, tentando cruzar, com o máximo rigor, as informações neles contidas e as que possuíamos. Neste âmbito, considerámos, muitas vezes, os textos de Beckford, Bombelles, Marianne Baillie, Link e Rüders, entre outros.

A informação existente relativa a práticas relacionadas com a cozinha, geralmente publicadas sob a forma de manuais para cozinheiros, com diversos conselhos práticos e receitas de culinária, revelaram-se muito conclusivos, pois constituíram importantes auxiliares na compreensão do espaço referente à cozinha, da utilidade de muitos utensílios, assim como em muitas práticas relacionadas com o serviço da mesa.

Recorremos, com frequência, aos tratados de civilidade, verdadeiros códigos de leis sem valor jurídico, e a outros textos com uma informação evidentemente menor, mas igualmente úteis, como, por exemplo, os guias de conversação para estrangeiros, que, de uma forma muito breve, nos dão indicações acutilantes acerca de situações muito concretas. Neste âmbito, preocupámo-nos na compreensão dos conceitos de educação, civilidade, polidez, cerimónia, etiqueta e distinção social, que se traduziam nas vivências e comportamentos, bem como na utilização e disposição dos objectos nos espaços.

Finalmente, o ponto ómega da nossa recolha de informação, foi a observação das residências. O estudo deste património proporcionou-nos um profícuo conhecimento do espaço residencial, que não seria possível através de qualquer outra fonte. As principais dificuldades, na grande maioria das visitas realizadas, residiu no mau estado de conservação ou nas alterações da arquitectura interior, pela adaptação dos edifícios a outros fins não residenciais.

O trabalho de campo ainda nos permitiu, em alguns casos, um proveitoso confronto com informação que havíamos, previamente, adquirido pela leitura dos inventários orfanológicos ou com os arquivos de família, com destaque para o arquivo da Casa de Rio Maior e o palácio da Anunciada, como referimos *supra*.

Neste trabalho de campo, foi elaborado um levantamento prévio do património construído e realizada uma ficha de observação onde inscrevemos os seguintes *itens*: designação, localização, data de construção, nome do proprietário, número de pisos, descrições gerais e observações. No decurso das visitas às respectivas residências procedemos ao preenchimento de alguns dos *itens* enunciados e fizemos um registo fotográfico. Raramente pudemos recorrer ao estudo de plantas dos edifícios, pois, nos arquivos portugueses, para o período em causa, existem em número muito diminuto.

Este acervo documental, aqui referido, relaciona-se, de alguma forma, com o conceito de história que privilegiamos. Apesar de termos consciência de que, numa adequação ao tema em análise, não nos podíamos alhear de uma história prosopográfica, nunca deixámos de a conciliar com uma história total e pluridisciplinar, ancorada na política, na economia, na cultura, na arquitectura, na estética, na genealogia, na heráldica, na iconografia, no cruzamento das relações familiares e pessoais, nos múltiplos contributos das várias ciências sociais e, sem quaisquer receios, perscrutando, sempre que possível, a “*petite histoire*”, desde que comprovada pelas fontes.

Com esta fórmula pretendemos compreender e definir os interiores nas residências das elites lisboetas, encontrar um ou mais padrões ornamentais, apurar ícones de ostentação e aparato e conjugá-los com os respectivos grupos sociais, elencar expressões do gosto e

modernidade ou descortinar noções de conforto, sempre sustentados numa grande transversalidade.

Julgamos que o tema escolhido para a presente tese de doutoramento não ocupou, num passado recente, uma grande atenção aos historiadores portugueses. A residência da nobreza, enquanto casa diferenciada, a sua organização e evolução interna mereceu um estudo relativamente aprofundado, com Carlos de Azevedo, através da obra *Solares Portugueses*, publicado em 1969, onde o autor refere, sobretudo, aspectos arquitectónicos, e com alguns trabalhos de Joaquim Jaime Ferreira-Alves, centrados essencialmente na realidade da cidade do Porto, onde se destaca a publicação *A casa nobre no Porto na época moderna*.

Hélder Carita, em 1983, publicou *Oriente e Ocidente nos interiores em Portugal*, tendo optado por uma abordagem muito alargada no espaço e no tempo, pois abarca, praticamente, todo o território português, num período que se estende desde a Idade Média até ao século XIX. Anne de Stoop, em 1986, realizou um estudo idêntico, centrado nas quintas e palácios nos arredores de Lisboa, num período que vai do século XVI ao XIX, intitulado *Quintas e Palácios nos arredores de Lisboa*. Para a região dos Açores existe o trabalho de Francisco Ernesto de Oliveira Martins, *Ambientes açorianos da época dos descobrimentos às das viagens e emigração*, publicado em 1992.

Estes três historiadores privilegiaram uma perspectiva generalista e a observação e avaliação de um património móvel que, actualmente, ainda pode ser encontrado em muitas residências portuguesas, em detrimento do recurso a outras fontes documentais.

A casa estudada num sentido mais alargado, ora numa vertente que privilegia a arquitectura, onde se insere a disposição e valorização do espaço, ora com o objectivo de recriar ambientes e, simultaneamente, destacar os diversos bens móveis com as suas respectivas tipologias e funções sociais foi alvo de um outro estudo da autoria de Nuno Luís Madureira, intitulado *Cidade: espaço e quotidiano (Lisboa 1740 – 1830)*, publicado em 1992.

Naquela investigação, estamos perante uma história da vida material, que sintoniza os diversos papéis que se atribuem à casa, com as transformações que se vão operando no seu seio, em associação com regras e práticas sociais dos seus habitantes. Apesar do que nos separa, quanto a alguns objectivos, este trabalho segue numa tónica com que muito nos identificamos e também teve, como no nosso caso, o concurso dos inventários orfanológicos, enquanto fonte privilegiada.

Este mesmo autor já havia publicado, em 1990, *Lisboa: luxo e distinção (1750-1830)*, onde é abordado o quotidiano de diversos grupos sociais, cruzando a vida pública com a privada e elencando sinais de poder e distinção. Também aqui, no que aos grupos das elites se refere, existe alguma confluência nos nossos trabalhos.

Acerca dos estudos feitos a partir de informação que consta de inventários orfanológicos e testamentos, e porque muito nos influenciaram na nossa forma de estudarmos as artes decorativas, realçamos os que foram efectuados por Gonçalo Vasconcelos e Sousa, relativamente a bens de ouro e prata que eram pertença das elites portuguesas nos finais do Antigo Regime, nomeadamente, *Objectos preciosos, aparato e representação das elites da corte portuguesa de Setecentos* e, ainda, *Ouro, prata e outras riquezas setecentistas numa herança da Baía (Brasil)*, publicados em 2003 e 2004, respectivamente. Do mesmo autor destacamos um outro trabalho, *Elementos documentais para o estudo das Artes Decorativas em Portugal (sécs. XVIII e XIX)*, onde é perceptível a mais valia que deve ser atribuída a diverso tipo de documentação, como fonte para o estudo das artes decorativas. Este autor, em *A Ourivesaria da Prata em Portugal e os mestres portuenses 1750-1810*, também recorreu aos testamentos, realçando a importância desta tipologia de documentos pela quantidade e qualidade de informações que possuem.

Em 2006, o projecto luso-brasileiro *Portas adentro: comer, vestir e habitar na Península Ibérica (sécs. XVI-XIX)*, privilegiou os inventários orfanológicos num estudo relacionado com os bens móveis e patrimónios no período correspondente ao século XVI a XIX. Algumas destas investigações foram apresentadas no XXVIII Encontro da APHES que teve como tema o “Consumo e cultura material da Idade Média aos nossos dias”

(Guimarães, Palácio Vila Flor, 21 e 22 de Novembro de 2008) e publicadas em 2010, com o título, *Portas adentro: comer, vestir e habitar na Península Ibérica (sécs. XVI-XIX)*.

Mais recentemente, em 2011, em Portugal e no Brasil, desenvolveu-se o projecto de pesquisa *A Casa Senhorial em Lisboa e no Rio de Janeiro (séculos XVII, XVIII e XIX), Anatomia dos Interiores*. Conjugando duas equipas de pesquisa, uma portuguesa e outra brasileira, coordenadas por Isabel Mendonça, Hélder Carita, Ana Pessoa e Marize Malta, é proposto o estudo da casa senhorial, privilegiando a organização e articulação dos espaços e a decoração dos interiores. Este projecto deu já os seus frutos, materializados em actas de colóquios científicos, um já editado (2014) e outro prestes a ser dado à estampa (2015).

Para darmos corpo às nossas ideias, apresentamos um primeiro capítulo que abordará a sociedade no período compreendido entre 1750 e 1830. Aqui, pretendemos, genericamente, traçar um quadro político e económico, que se deseja aglutinador das principais tendências e movimentos da sociedade naquele período de tempo. Faremos, também, uma apreciação do espaço pela sua relevância na evolução de muitas opções sociais e estéticas.

Os hábitos do rei e da corte em geral merecem-nos uma especial atenção, pois ao longo do período estudado, os comportamentos da família real são determinantes no lançamento de modas e tendências estéticas, bem como na definição de muitos comportamentos sociais.

Por outro lado, debruçar-nos-emos, com mais particularidade, sobre os hábitos dos diversos grupos sociais, com especial enfoque na nobreza e na burguesia. O conhecimento destes conjuntos diversificados no seu âmago, relativamente aos seus comportamentos e pretensões sociais, afigura-se-nos essencial para a compreensão das suas principais opções decorativas e vivências nos espaços residenciais.

Recorreremos à avaliação de alguns divertimentos como a dança, a música ou os jogos de sociedade. Não os estudaremos na sua essência, mas devemos compreender o seu papel social, a emulação e as interacções que deles advinham, bem como as suas repercussões no interior das salas, onde assumiram um papel relevante na criação de espaços de representação e aparato.

No segundo capítulo, faremos um mapeamento das casas mais importantes existentes em Lisboa, procurando fazer uma leitura integrada no espaço urbano onde se inserem. Através da localização destas residências da nobreza e de uma burguesia emergente numa tentativa de verificar uma eventual existência de um padrão de distribuição espacial para aqueles grupos sociais. Tendo sempre subjacente as noções de família e residência, observaremos os comportamentos sociais e os percursos dos diversos habitantes que nela residem, pois, como temos enunciado, esta investigação só será intelegível com aquele patrocínio. Neste contexto, afigurou-se importante uma apresentação mais pormenorizada das relações ali estabelecidas. Apresentaremos, ainda, a articulação dos espaços interiores da casa, dando conta das alterações que se vão verificando ao longo do período em análise.

Num terceiro capítulo, que intitulámos como “expressões do gosto”, deter-nos-emos especialmente na tentativa de compreender a evolução do gosto, da modernidade e do conforto e, no âmbito desta avaliação, inseriremos as noções de representação, aparato, ostentação e utilidade, sem esquecer os mais acutilantes cunhos de prestígio, que considerarmos emergentes. Este conjunto de informações, aliado aos comportamentos dos habitantes da casa desenvolvido no capítulo anterior, permitir-nos-á compreender melhor as opções decorativas, os ambientes sociais e culturais e as vivências que se apresentam, depois, num último capítulo.

Para atingirmos este objectivo procurámos compreender a vida comercial da cidade, as influências estrangeiras e os comportamentos dos consumidores. Recorremos aos registos de despesa de algumas casas nobres e, com grande frequência, à publicidade e outros anúncios publicados no jornal “A Gazeta de Lisboa”.

Num quarto capítulo, dedicar-nos-emos à descrição pormenorizada dos diversos espaços interiores. Proporemos uma classificação, explicaremos a sua função e evolução, elencando bens decorativos que lhe são adstritos ou outros que neles figuram por mera utilidade. Procuraremos realçar algumas clivagens na organização dos espaços da casa e outras normas emergentes na decoração em articulação com as vivências. Incluiremos, também, os jardins, entendidos enquanto prolongamento do espaço interior, relevando, de igual forma, os seus principais aspectos decorativos. Neste capítulo, subjaz, ainda, a

importância patrimonial das artes decorativas, em consonância com a de muitas residências lisboetas que o tempo vai destruindo.

A análise de milhares de objectos descritos em inventários orfanológicos, a leitura de documentos mais pessoais, por vezes, íntimos, a par dos regulamentos domésticos, das recomendações aos criados e das lembranças e anotações, entre outros, constituíram o esteio deste último capítulo onde se procurou conhecer um território e a vida daqueles que nele habitaram. Neste percurso, tivemos sempre muito presente as críticas aos “*costumes mouriscos*” de que nos fala Ratton, mas também não nos esquecemos dos receios da condessa de Alva, quando nos diz que “*o novo mundo é um monstro que devora o velho, e o pior é que os gostos e comodidades que ele oferece não convidam a ir-se lá meter*”¹.

¹ Cf. HOLSTEIN, D. Mariana de Sousa – *Um Olhar Feminino sobre Portugal*, p. 239.

1. A SOCIEDADE DE CORTE EM LISBOA ENTRE 1750 E 1830

1.1. Lisboa. O Tempo Político e Económico e o Espaço: dos Dias da Reforma aos Tempos da Clemência

1.1.1. O Tempo Político e Económico

O ano de 1750 foi marcado, em Portugal, pela morte do rei D. João V e o consequente fim de um longo reinado que durou quase meio século, bem como pela sucessão do seu filho D. José, aclamado rei no dia 7 de Setembro do mesmo ano.

Mantendo, nalguns casos, velhos protagonistas e, noutros, elegendo novidades sedentas de transformação, o país vai conhecer doravante outros ciclos políticos, económicos e sociais, num devir que só veio a encontrar o seu ocaso, em 1820, aquando da revolução liberal.

Nos últimos anos do reinado de D. João V, eram já notórias as debilidades de um Estado fraco, muito sujeito a pressões externas, que assistiu à redução do movimento de navios nos portos de Lisboa e Porto a partir de 1748, ao mesmo tempo que sofria uma redução relativamente ao importante mercado europeu da exportação de vinho, açúcar e tabaco, a par de um contrabando em franco desenvolvimento² e de uma diminuição significativa do ouro brasileiro³.

Assim, tendo D. José I encontrado um estado enfraquecido e “*os cofres vazios*”⁴, considerou urgente tomar decisões capazes de inverter o rumo político seguido no reinado anterior.

Relativamente às secretarias de Estado⁵, manteve Pedro da Mota e Silva com a titularidade da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino⁶, tendo promovido a renovação através dos

² Vd. MACEDO, Jorge Borges de – *O Marquês de Pombal (1699 – 1782)*, p. 17.

³ Cf. FRANÇA, José Augusto – *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*, p. 55.

⁴ DENIS, M. Fernando – *Portugal Pittoresco ou Descrição Historica d’este Reino*, vol. 3, p. 271.

⁵ “*Esta orgânica das secretarias de Estado manter-se-ia por mais de cinquenta anos, cobrindo o reinado de D. João V, o período josefino e o reinado de D. Maria I.*” Cf. SUBTIL, José – Os poderes do centro in MATOSO, José, dir. – *História de Portugal*, vol. 4, p. 178.

convites feitos a Diogo de Mendonça Corte Real, que ocupou a secretaria da Marinha, e a Sebastião José de Carvalho e Melo, a quem foi entregue a pasta dos Negócios Estrangeiros e Guerra.

Este último, “*cujo génio paciente, especulativo e ainda que sem vicio, um pouco difuso, se acorda com o da nação*”⁷, tornou-se, desde logo, uma figura de capital importância no que à reestruturação do Estado, nos seus mais diversos domínios, diz respeito⁸. Ser-lhe-iam concedidos os títulos de conde de Oeiras, em 1759, e de marquês de Pombal, em 1770.

Todavia, a exigente transformação que parecia necessária para que o país abandonasse o estigma do atraso relativamente à Europa⁹, só viria mais tarde, quando, dos escombros provocados por uma catástrofe natural, os portugueses assistirão à emergência de uma sociedade mais “iluminada”.

⁶ “(...) um dos traços mais característicos destes gabinetes reside na recusa de formações totalmente novas, existindo sempre elementos de ligação entre os vários gabinetes.” Cf. SUBTIL, José – Os poderes do centro in MATOSO, José, dir. – *História de Portugal*, vol. 4, p. 179.

⁷ Cf. *Testamento político de D. Luís da Cunha*. Lisboa: Seara Nova, 1943, p. 26.

⁸ Como, por exemplo, “da Justiça, em numerosas leis, decretos, alvarás e regulamentos, desde Agosto de 1750; da Fazenda, e é o Depósito Público de rendas instituído em Junho de 1751 e listas de ordenados de funcionários, em Março, Abril e ainda em Agosto de 1754; da Indústria, tratando do açúcar em Julho de 1751, já do Pinhal de Leiria em Junho de 1750; do Ultramar, sobre as minas do Brasil em Dezembro de 1750, do açúcar e do tabaco em Janeiro de 1751, dos diamantes em Agosto de 1753, do povoamento do Brasil em Abril de 1755 e da formação da Companhia do Grão-Pará e Maranhão em Junho de 1755; da Censura, contra a publicação de sátiras, em Outubro de 1753; do Exército, anulando licenças dos oficiais e determinando promoções, em Janeiro e Maio de 1755; do Município de Lisboa, regularizando o funcionamento do Senado e pondo cobro às “irregularidades e alterações” existentes, em Julho de 1755; do Comércio, finalmente, extinguindo a Mesa dos Homens de Negócio, nomeando uma Junta com deputados de confiança para elaborarem os estatutos da Junta do Comércio, em 30 de Setembro de 1755 da Justiça, em numerosas leis, decretos, alvarás e regulamentos, desde Agosto de 1750; da Fazenda, e é o Depósito Público de rendas instituído em Junho de 1751 e listas de ordenados de funcionários, em Março, Abril e ainda em Agosto de 1754; da Indústria, tratando do açúcar em Julho de 1751, já do Pinhal de Leiria em Junho de 1750; do Ultramar, sobre as minas do Brasil em Dezembro de 1750, do açúcar e do tabaco em Janeiro de 1751, dos diamantes em Agosto de 1753, do povoamento do Brasil em Abril de 1755 e da formação da Companhia do Grão-Pará e Maranhão em Junho de 1755; da Censura, contra a publicação de sátiras, em Outubro de 1753; do Exército, anulando licenças dos oficiais e determinando promoções, em Janeiro e Maio de 1755; do Município de Lisboa, regularizando o funcionamento do Senado e pondo cobro às “irregularidades e alterações” existentes, em Julho de 1755; do Comércio, finalmente, extinguindo a Mesa dos Homens de Negócio, nomeando uma Junta com deputados de confiança para elaborarem os estatutos da Junta do Comércio, em 30 de Setembro de 1755”. Cf. FRANÇA, José Augusto - *Mutações Pombalinas ou o Pombalismo como mutação in O Terramoto de 1755 impactos históricos*, p. 8.

⁹ “Qualquer racionalista da centúria de setecentos que precisasse de um estereótipo de superstição e atraso voltava-se invariavelmente para Portugal.” Vd. MAXWELL, Kenneth - *O Marquês de Pombal*, p. 36.

A 1 de Novembro de 1755, em Lisboa, segundo o relato de uma das vítimas da “*medonha destruição*”, estando “*o tempo bonançoso e o céu muito sereno, tremeu a terra, pela volta das nove horas e quarenta e cinco minutos*”. De seguida, vários tremores de terra se sucederam “*com tamanha violência, que a maior parte das casas começaram a abrir fendas e a desabar*”, havendo “*depois um abalo tão forte, que fez cahir com grande estrondo casas, que havião até ali resistido*”¹⁰.

Este violento tremor de terra, seguido de um incêndio que durou seis dias, para além dos cerca de dez mil mortos¹¹, provocou a destruição dos principais edifícios e equipamentos públicos na cidade de Lisboa, bem como dos organismos ligados ao sector económico e administrativo. Cerca de 70% do património eclesiástico ficou danificado, bem como um elevado número de palácios, casas, lojas, armazéns e oficinas, para além da destruição de uma grande mancha viária¹².

Perante a dimensão da catástrofe, D. José I, aterrorizado, exilou-se na periférica Belém, adivinhando-se que, por temor, nunca mais voltaria a dormir num edifício de pedra. Foi, aliás, numa barraca que mandou construir nos jardins do seu palácio, que recebeu as ofertas de socorro de Espanha, França e Inglaterra e, com rara determinação política, recusou as duas primeiras e aceitou, com particular e significativa satisfação, o auxílio inglês¹³.

Contrastando com o sentimento geral de perda que o terramoto provocou, Sebastião José de Carvalho e Melo encarou-o como uma necessidade. Na sua opinião, “*é necessário que um Estado seja em parte aniquilado e que o seja por algum acontecimento*

¹⁰ DENIS, M. Fernando – *Portugal Pittoresco ou Descrição Historica d’este Reino*, vol. 3, p. 342.

¹¹ “No grande movimento de pânico vieram a contar-se, em cálculos relativamente precisos, dez mil mortos, mas a cidade viu reduzir-se o número dos seus habitantes que buscavam abrigo fora ou longe, e, durante cerca de um século, a população ficou estacionária em torno das 200 mil pessoas.” Cf. FRANÇA, José Augusto – *O Pombalismo e o Romantismo in História da Arte em Portugal*, p. 11.

¹² Vd. SERRÃO, José Vicente – *Os Impactos Económicos do Terramoto in O Terramoto de 1755 impactos históricos*, pp. 141 – 163.

¹³ “Os socorros que a Grã-Bretanha, nessa hora trágica da história de Portugal nos enviou, não se limitaram, porém, à remessa de géneros de primeira necessidade e dinheiro. Alguns médicos e aprendizes de cirurgia vieram também nos navios para nos ajudar a cuidar dos feridos. Além disso, cerca de 3 mil artífices e operários foram contratados na Inglaterra e na Irlanda para trabalhar na reconstrução do palácio real e da cidade.” Cf. ESTORNINHO, Carlos – *O Terramoto de 1755 e a sua repercussão nas relações luso-britânicas*, p. 21.

extraordinário”, acreditando que “*depois do fenómeno, uma nova claridade se derramou sobre os espíritos, havendo o tremor que experimentou o governo político e civil de uma infinidade de estranhas coisas que com elas estavam ligadas, e embaraçavam e faziam que não saíssem*”¹⁴.

A partir de 1755, projecta-se um novo ciclo, protagonizado por Sebastião José e o concurso das suas ideias circulares de fortalecimento e modernização do Estado, de desenvolvimento económico e promoção de outros agentes sociais. Para servir estes desígnios, o futuro marquês de Pombal reformou o ensino, modernizou o exército, aboliu a escravatura¹⁵, fez reformas fiscais, aniquilou a oposição interna e perseguiu os jesuítas¹⁶.

Para além de todas as reformas estruturais de que o país carecia, a reconstrução de Lisboa impunha-se como primeiro imperativo, pelos impactos de diversos matizes que advinham do estado de destruição. A crer nas notícias, pouco tempo depois da catástrofe, conheceu-se um dinamismo empreendedor bem perceptível num artigo do jornal “*Gazeta de Lisboa*”, publicado em Março de 1756. Nele, o redactor escreve que “*pelos Reynos estranhos corre a noticia, de que andam a revolver as ruínas de Lisboa muitos mil obreiros, e que se tem já tirado muito oiro, prata e pedraria preciosa, e que os homens de negócio tinham achado uma boa parte de suas fazendas, e que dentro em pouco tempo se esperava ver o comércio no estado antigo*”¹⁷.

Assim, com fulgor, recorrendo ao concurso da Universidade e das Academias¹⁸ e de uma cidade de Lisboa que, com a sua ousada reconstrução, se tornará fonte de inspiração para o urbanismo europeu¹⁹, o país procurava demonstrar que, finalmente, havia chegado a hora

¹⁴ Cf. *Memórias secretíssimas do Marquês de Pombal*, p. 140.

¹⁵ Vd. MAXWELL, Kenneth – *O Marquês de Pombal*, pp. 36-37.

¹⁶ Vd. MACEDO, Jorge Borges de – D. José I in SERRÃO, Joel, dir. – *Dicionário de História de Portugal*, vol. 3, p.407.

¹⁷ Cf. *Gazeta de Lisboa* - n.º 10, 11 de Março de 1756.

¹⁸ “*Um novo escol de intellectuais formados pela Universidade pombalina juntou-se ao escol dos intellectuais “iluminados” das Academias no combate a uma mentalidade preconceituada, passadista e dogmática que teimava em persistir no país “cadaveroso”, mas os resultados desse combate, embora favoráveis ao Progresso, como o desejavam os iluministas, só se verificariam no início do século XIX.*” Cf. CARREIRA, Adélia Maria Caldas – *O Iluminismo e as práticas urbanísticas em finais de Setecentos in Alcipe e as Luzes*, p. 62.

¹⁹ Vd. CHAUNU, Pierre – *A Civilização da Europa das Luzes*, vol. 1, p. 275.

da “Iluminação”. Lentamente, os biocos iam sendo trilhados e davam lugar aos novos caminhos da modernidade que só virá a despontar, verdadeiramente, no século XIX, onde se assistirá à vingança das mentalidades mais progressistas.

A par de outras mudanças de vulto, urgia que, na segunda metade do século XVIII, se acudisse a um Reino que “*não tinha nem Artes, nem Manufaturas; nem algumas daquelas coizas de que temos a primeira necessidade para a vida*” onde “*a despeza cede à renda*”. Como constata Sebastião de Carvalho e Melo, passava-se com os “*Estados, o que sucede aos particulares que se arruinão, quando consomem mais das suas rendas: tal era Portugal*.”²⁰

O futuro marquês de Pombal, movido pelo seu desígnio transformador, elegeria o desenvolvimento manufactureiro, enquanto sinal detonador capaz de aproximar Portugal às nações civilizadas da Europa, pela consideração de que “*as Artes, e os Ofícios Mecanicos, vierão a ser os mais amados interesses das Monarquias*”²¹.

Já no reinado anterior, depois de 1710, houve intenção de promover uma política manufactureira capaz de servir os interesses do Estado²². Este esforço continuou-se com um outro surto de criação de unidades fabris²³ que se veio a verificar entre 1720 e 1740, e que não teria conseguido atingir os seus objectivos, vitimado pela “*improvisação, tanto pelos quadros técnicos administrativos como pela capitalização insuficiente*”²⁴. Este facto,

²⁰ Cf. *Cartas e outras obras selectas do marquês de Pombal ministro e secretario d'estado do Senhor El-Rei D. José I*, vol. 4, pp. 111-112.

²¹ Cf. *Cartas e outras obras selectas do marquês de Pombal ministro e secretario d'estado do Senhor El-Rei D. José I*, vol. 4, p. 220.

²² “Depois de 1710 a coroa manifesta envolvimento numa política sistemática de carácter manufactureiro, quer através de unidades fabris de interesse evidente para o Estado (caso das fundições de ferro e bronze, da pólvora e do vidro), quer assumindo a protecção de empresas, dirigidas por particulares, mas a quem conferiu o privilégio real (...)” Cf. CUSTÓDIO, Jorge - *A Real Fábrica de Vidros de Coima [1719-1747] e o vidro em Portugal nos séculos XVII e XVIII*, p. 71.

²³ “Em Coima entra em funcionamento uma manufactura, no ano de 1727, composta de oito oficinas, que experimenta as técnicas francesas de moldagem e estiragem do vidro (...). Introduzem-se fornos mais evoluídos (...). Nesse mesmo ano chega a Lisboa o artesão Robert Godin, (...). Depois de se estabelecer numa pequena oficina, consegue reunir capitais mercantis e avançar para a produção de tecidos de seda lisa e lavrada numa manufactura construída de raiz, onde são ensinados os métodos de tecelagem, debuxo e tinturaria francesa. (...) Por volta de 1750, estes estabelecimentos encontram-se paralisados (...)” Vd. MADUREIRA, Nuno Luís e MATOS, Ana Cardoso – *A Tecnologia in LAINS*, Pedro e SILVA, Álvaro Ferreira da – *História Económica de Portugal 1700-2000*, vol. 1, p. 129.

²⁴ Vd. MACEDO, Jorge Borges de – *Problemas de história da indústria portuguesa no século XVIII*, p. 72.

pela sua dimensão, não teria passado despercebido aos viajantes estrangeiros que visitaram o país, escrevendo, sobre este assunto, que “*em Portugal não há manufacturas dignas de consideração*”²⁵.

Apesar de o reinado de D. João V ainda ter assistido, na década de 30, ao lançamento de um importante projecto industrial, consubstanciado na Real Fábrica de Sedas do Rato²⁶, foi necessário esperar pelo período pombalino para se assistir à imposição de “*um sistema de organização capaz de responder eficazmente a grandes volumes de produção*”²⁷.

Tal deveu-se a uma política governativa que, assumindo um papel que devia estar reservado aos empresários, tomou a responsabilidade de contratar artífices estrangeiros, capazes de introduzirem as últimas novidades produtivas, prometendo-lhes salários atractivos e facilidades na instalação de unidades produtivas²⁸.

Nesta fase, a direcção das principais manufacturas dirigidas pelo Estado foi entregue a homens de negócio, como é o caso dos directores da Real Fábrica das Sedas, nomeados em 1757 e 1768, que pertenciam à Junta do Comércio ou às Companhias do comércio com o Brasil. Estes farão parte de um grupo alargado de negociantes estatais que ocupa lugares-chave durante o consulado pombalino e que, em certos casos, estarão na origem dos primeiros grupos financeiros modernos²⁹. Também a eles se ficará a dever a introdução de novos hábitos e novas práticas sociais que transformarão a sociabilidade lisboeta, com evidentes repercussões no interior das residências nobres e burguesas.

Aquelas medidas, a par do controle das importações de produtos manufacturados, tornar-se-iam responsáveis pelas bases de um novo tecido industrial e pela aproximação de

²⁵ “*Em Portugal não há manufacturas dignas de consideração; ali apenas se fabricam alguns fustões da cor da lã, que são muito bons. A três léguas de Lisboa existe uma fábrica de vidros e cristais que ali foi fundada em 1719 pelo Rei; mas até agora não foi possível montá-la em condições e é provável que tenha de ser encerrada, se o não está já.*” Cf. *O Portugal de D. João V visto por três forasteiros*, p. 83.

²⁶ “*(...) nos anos 1730 ergueu-se em Lisboa, por proposta de um técnico francês e com apoio de uma companhia de homens de negócio, a Real Fábrica de Sedas do Rato, o maior projecto industrial do reinado de D. João V.*” Vd. PEDREIRA, Jorge – *A Indústria in História Económica de Portugal 1700-2000*, vol. 1, p. 193.

²⁷ MADUREIRA, Nuno Luís – *Mercado e Privilégios A Indústria Portuguesa entre 1750 e 1834*, p. 388.

²⁸ Vd. PEDREIRA, Jorge – *A Indústria in História Económica de Portugal 1700-2000*, vol. 1, p. 198.

²⁹ Vd. MADUREIRA, Nuno Luís – *Mercado e Privilégios A Indústria Portuguesa entre 1750 e 1834*, p. 44 e p. 439.

Portugal a uma Europa mais moderna, que deixaria de olhar para a nação portuguesa “*como bizonha, rude, inerte, e destituída de todos os elementos e princípios das Artes Fabris e Liberaes*”³⁰.

As preocupações pombalinas acerca da independência económica portuguesa estendiam-se ao comércio, nomeadamente através da libertação da influência comercial inglesa³¹, pois considerava-se que “*os Inglezes tinham peado esta Nação, que tinham-na debaixo da sua pendência*”³². Esta ideia era solidária com a crítica expressa por “*alguns ingleses*” que afirmavam “*que as rendas do rei de Portugal ascendem a cerca de quatro milhões de libras esterlinas, das quaes elles levam pouco menos de metade por fornecerem este paiz de cereaes, pannos, couros e outros innumeros objectos*”³³.

Pombal pretendia, ainda, conseguir um “*segundo efeito*” que consistia em terminar com o “*desprezo que as mesmas nações fazem do nosso commercio interior e externo*”³⁴. Esta limitação do poder comercial estrangeiro contribuiu para o desenvolvimento de uma burguesia que, no início do século XVIII, “*seria não só exígua como exótica (...) inteiramente formada por estrangeiros*”³⁵ e que, entretanto, como já referimos anteriormente, se vem a constituir num grupo forte, no consulado pombalino, reservando-se-lhe a liderança política num futuro próximo.

O marquês de Pombal abandonará a governação convicto de que, no final do reinado de D. José I, não só foram “*inteiramente*” decepadas “*as trevas, e reparado as ruínas em que achou sepultados os seus Reinos, mas que alem disso tem feito aparecer outra vez em*

³⁰ Cf. *Cartas e outras obras selectas do marquês de Pombal ministro e secretario d'estado do Senhor El-Rei D. José I*, vol. 1, p. 30.

³¹ Vd. ESTORNINHO, Carlos – *O Terramoto de 1755 e a sua repercussão nas relações luso-britânicas*, p. 36.

³² Cf. *Cartas e outras obras selectas do marquês de Pombal ministro e secretario d'estado do Senhor El-Rei D. José I*, vol. 4, p. 87.

³³ Cf. BARETTI, José – *Cartas Familiares*, p. 50.

³⁴ Cf. *Cartas e outras obras selectas do marquês de Pombal ministro e secretario d'estado do Senhor El-Rei D. José I*, vol. 1, p. 31.

³⁵ Vd. PEDREIRA, Jorge Miguel Viana – *Os Homens de Negócio da Praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822) diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social*, pp. 7-8.

*Portugal o seculo feliz dos Senhores Reis D. Manoel, e D. João o III para os exceder com os progressos das suas paternaes, magnânicas, e infatigáveis providencias*³⁶.

A nova rainha, D. Maria I, subirá ao trono em Fevereiro de 1777, após a morte de seu pai, sendo aclamada em Maio do mesmo ano. Pombal foi afastado e “*desabaram improvisamente sobre elle huma multidão de queixas, e requisições, que envenenaram em demasia os últimos dias de sua vida*”³⁷.

O novo governo procedeu à extinção das companhias monopolistas ou restringiu alguns dos seus privilégios, cessando os subsídios às manufacturas³⁸. Contudo, a herança e a vontade do marquês perdurarão, consubstanciadas nas famílias Quintela, Caldas, Machado, Bandeira, os irmãos Cruz, ou estrangeiros emigrados como os Oldemberg, Gildemester, Devisme, Braamcamp e Ratton³⁹, os quais virão a possuir importantes palácios na cidade de Lisboa.

Para além da influência económica daqueles, no período mariano, o país parecia agrilhado à senda do progresso, graças às ideias do duque de Lafões e de Correia da Serra ou de Domingos Vandelli, entre outros, que buscavam rotinas mais próximas da Europa moderna. A criação da Real Academia de Ciências de Lisboa, das Aulas de Desenho no Porto e em Lisboa, ou da Real Biblioteca Pública de Lisboa, a Academia do Nu, a par das inúmeras escolas primárias que foram abertas e da Real Casa Pia de Lisboa⁴⁰ também são provas substantivas da existência e prossecução das intenções progressistas e de novas propostas culturais.

³⁶ Cf. *Cartas e outras obras selectas do marquês de Pombal ministro e secretario d'estado do Senhor El-Rei D. José I*, vol. 1, p. 15.

³⁷ “(...) recolhendo-se a Pombal, solar da sua caza, *desabaram improvisamente sobre elle huma multidão de queixas, e requisições, que envenenaram em demasia os últimos dias de sua vida até que succubido ao pezo do desgosto, e opressão das moléstias morreu em Pombal aos 5 de maio de 1782.*” Cf. *Cartas e outras obras selectas do marquês de Pombal ministro e secretario d'estado do Senhor El-Rei D. José I*, vol. 2, p. 28.

³⁸ Vd. PEDREIRA, Jorge Miguel Viana – *Os Homens de negócio da Praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822) diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social*, p. 49.

³⁹ Vd. MARQUES, Fernando Pereira – *Exército e Sociedade em Portugal no declínio do Antigo Regime e advento do Liberalismo*, pp. 74-75.

⁴⁰ FERREIRA, Maria Emília Cordeiro – Maria I, D. in SERRÃO, Joel (coord.) – *Dicionário da História de Portugal*, vol. 4, p.179.

A governação mariana viveu um surto comercial e industrial que resultou da assinatura de um tratado de navegação e comércio com a Rússia, assinado em 1789, e do mérito de uma conjuntura internacional favorável⁴¹.

D. Maria I, entretanto, adoeceu. A partir de 1792, desvanecidas as esperanças de melhoras do estado de loucura de que a rainha padecia, desde os finais do ano de 1791, o seu filho D. João tornou-se regente. Será durante a regência do futuro rei D. João VI que, a partir de 1796, surgirão sinais de uma crise que virá a ser muito profunda e que terá o seu ponto crítico em 1807 quando “*se suspendem os pagamentos aos funcionários públicos*” e “*o rei recolhe as pratas da família real para se fundirem e cunharem na Casa da Moeda e é aconselhado a recolher-se a si próprio a Queluz para poupar 300 contos por mês*”⁴².

Naquele mesmo ano de 1807, quando se soube da exigência de Napoleão para que se fechassem os portos e se declarasse guerra à Grã-Bretanha, prevendo-se a entrada das tropas francesas em Portugal, o Conselho de Estado acelerou o embarque da família real para o Brasil, antecipando um agravamento da situação política⁴³.

A 22 de Novembro, o contra-almirante Sir Sidney Smith⁴⁴ ofereceu assistência à corte portuguesa para que pudesse sair de Lisboa e, dois dias depois, no dia 24, um exército francês entra em território português. Por um decreto publicado a 26 de Novembro de 1807 é feito o anúncio da transferência da Rainha, do Príncipe Regente e de toda a família real para o Brasil e no dia seguinte embarcaram.

⁴¹ “(...) a revolta das colónias norte-americanas e a Guerra da Independência dificultaram a rede do tráfico britânico, como a revolução Francesa enfraqueceu o domínio marítimo da França e da Holanda, e assim o comércio português tomou um incremento notável pela rota do Cabo. No dizer de um cônsul francês; Lisboa foi durante a guerra da América, o entreposto geral das mercadorias orientais e o principal fornecedor de quase toda a Europa”. Cf. FERREIRA, Maria Emília Cordeiro – Maria I, D. in SERRÃO, Joel, coord. – *Dicionário da História de Portugal*, vol. 4, p.179.

⁴² Cf. MADUREIRA, Nuno Luís – *Mercado e Privilégios A Indústria Portuguesa entre 1750 e 1834*, p. 127.

⁴³ Vd. SILVA, Maria Beatriz Nizza da – *D. João Príncipe e Rei no Brasil*, p. 10.

⁴⁴ “A convenção previa o envio de uma força naval para Lisboa, a fim de garantir a partida da família real em condições de segurança. (...) Estava decidido que a esquadra designada para essa missão ficasse sob o comando do contra-almirante Sir Sidney Smith”. Cf. NEWITT, Malyn; ROBSON, Martin – *Lord Beresford e a Intervenção Britânica em Portugal 1807 – 1820*, p. 28.

A meteorologia viria a permitir que no dia 29 se iniciasse a viagem que levou para o exílio muitos milhares de portugueses e que, segundo Junot, só aconteceu porque o Príncipe se deixou “arrastar pelos conselheiros pérfidos de que era cercado”⁴⁵.

A 30 de Novembro as tropas francesas entraram em Lisboa sob o comando deste general, que não tardou a comunicar aos lisboetas que o exército francês “vai entrar na vossa Cidade” para “salvar o vosso Porto, e o vosso príncipe da influência maligna da Inglaterra”. Num tom paternal e enfático, terminará a sua comunicação assegurando que o “Grande Napoleão, meu Amo, envia-me para vos proteger, eu vos protegerei”⁴⁶, adivinhando que muitos acreditariam que de uma verdadeira libertação se tratava⁴⁷.

Durante quatro anos, entre 1808 e 1812⁴⁸, os portugueses assistiram a três invasões francesas. O príncipe D. João, só regressaria à metrópole em 1821, como rei D. João VI. Ao longo dos catorze anos em que a Família Real esteve no Brasil, Portugal foi governado por um Conselho de Governadores e o comando do exército português entregue a Lord Beresford, o marechal que depois de 1815 se tornou o representante oficioso do Governo britânico em Portugal⁴⁹.

Terminada a Guerra Peninsular e o fim do conflito europeu no ano de 1814, permanecem dois pontos críticos na sociedade portuguesa: a “ausência do soberano no Brasil, e a permanência de Beresford à frente do exército português”⁵⁰.

⁴⁵ Cf. *Gazeta de Lisboa* - Suplemento n.º 48, 4 de Dezembro de 1807.

⁴⁶ Cf. *Gazeta de Lisboa* - Suplemento n.º 48, 4 de Dezembro de 1807.

⁴⁷ “Sob pena de anacronismo, os projectos formulados durante o tempo de Junot devem ser aferidos em relação com o contexto político preciso em que surgem e tendo em conta o horizonte conceptual da época (...). Em primeiro lugar, a ambiguidade inicial de que se reveste a presença das tropas francesas no território do reino, retira muito do significado que se tem pretendido atribuir à cooperação oferecida a Junot pela generalidade das autoridades constituídas, tanto civis como eclesiásticas – que se limitavam, afinal, a cumprir as ordens expedidas pelo soberano à sua partida para o Brasil; e explica em grande parte a atitude dos que, como Mouzinho da Silveira, viam com uma expectativa benevolente a entrada em Portugal das tropas napoleónicas”. Cf. ALEXANDRE, Valentim – *Os Sentidos do Império*, p. 374.

⁴⁸ “A partir de 1812, a guerra afastou-se de Portugal e foi em grande medida travada em Espanha e em França, até à rendição dos Franceses e à abdicação de Napoleão, em 1814”. Vd. NEWITT, Malyn e ROBSON, Martin – *Lord Beresford e a Intervenção Britânica em Portugal 1807 – 1820*, p. 91.

⁴⁹ “Beresford manteve o comando em chefe e, nos seis anos seguintes, os diferendos entre o comandante do exército e o Conselho praticamente paralisaram o governo português.” Vd. NEWITT, Malyn e ROBSON, Martin – *Lord Beresford e a Intervenção Britânica em Portugal 1807 – 1820*, pp. 91-92.

⁵⁰ Vd. ALEXANDRE, Valentim – *Os Sentidos do Império*, p. 373.

Em 1817, o descontentamento gerado pela ausência da Família Real, a situação económica e administrativa do país e a permanência na metrópole dos comandos militares britânicos, levou a uma conspiração liderada pelo General Gomes Freire de Andrade, um grão-mestre da Maçonaria que havia servido, na Rússia, as hostes de Napoleão.

Esta revolta liberal gorou-se e seria necessário esperar pelo dia 24 de Agosto de 1820 para se assistir a uma nova revolta liberal, agora liderada por Manuel Fernandes Tomás que, a partir do Porto, colocou os fidalgos “*lado a lado com os burgueses, as profissões liberais com o alto funcionalismo, a esquerda com a direita*”⁵¹ e proclamou uma Junta Provisória do Governo Supremo do Reino com a responsabilidade de convocar as cortes, redigir uma constituição e pedir o regresso do rei⁵².

Respondendo ao apelo dos liberais, D. João VI chega a Lisboa “*a 3 de Julho de 1821, aterrado de mil pavores, e com um séquito de mais de três milhares de pessoas*”⁵³. À sua espera estava um novo texto constitucional onde se escrevia o fim do absolutismo e que a sua mulher, a rainha D. Carlota Joaquina se recusou a assinar⁵⁴.

O ano de 1822 seria, aliás, um ano difícil e o início de um ciclo crítico para o liberalismo português, provocado pela questão da independência do Brasil, a eclosão dos movimentos contra-revolucionários da Vila-Francada em 1823, da Abrilada no ano seguinte e, em 1926, a morte quase súbita do rei D. João VI.

⁵¹ Vd. DIAS J. da Silva – A revolução liberal portuguesa: amálgama e não substituição de classes in PEREIRA, Miriam Halpern, FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo, SERRA, João B., coord. – *O Liberalismo na península Ibérica na primeira metade do século XIX Comunicações ao Colóquio organizado pelo centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa*, 1981, p. 21.

“(…) Mas esta burguesia ou, melhor, a sua imagem, transformou-se, já não é formada exclusivamente por comerciantes, mas também por homens de leis.” Cf. PEDREIRA, Jorge Miguel Viana – *Os Homens de negócio da Praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822) diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social*, p. 51.

⁵² Vd. SÁ, Victor de – *Lisboa no Liberalismo*, p. 14-15.

⁵³ Vd. SÁ, Victor de – *Lisboa no Liberalismo*, p. 15.

⁵⁴ “A perda da cidadania e das dignidades de rainha, bem como a expulsão do reino, penas previstas para a infracção de não prestar juramento à Constituição, não parecem intimidar D. Carlota. Nas suas respostas às instâncias feitas por D. João para que ela prestasse o juramento não esconde nem a intenção de afrontar os liberais nem a vontade de se passar para Espanha em caso de lhe ser aplicada a sanção prevista.” Vd. PEREIRA, Sara Marques – *D. Carlota Joaquina e os “Espelhos de Clio”*, p.135.

O primeiro quartel do século XIX, em Portugal, encerrava-se, assim, de forma dramática, num epílogo que não anunciava a bonança.

Apesar da perturbação provocada pela conflitualidade existente ao longo deste período, devemos relevar que a presença de estrangeiros em Portugal, particularmente em Lisboa, promoveu a difusão de novas ideias e provocou alterações significativas numa sociedade que até aqui se apresentava demasiado periférica.

1.1.2. O Espaço

A beleza da cidade de Lisboa, capital do reino, suscitou grande unanimidade naqueles que a visitavam, levando a duquesa de Abrantes a escrever que nunca vira nada que lhe "*tenha causado tanta admiração como esta cidade que se eleva em anfiteatro acima da imensa planície de água formada pelo Tejo*"⁵⁵. Outros, partilhando a mesma ideia, também não hesitaram em afirmar que "*quem não viu Lisboa não viu nada, porque uma vista destas não existe em nenhum outro lado*"⁵⁶.

Esta Lisboa, assim povoada, era uma cabeça desproporcionada⁵⁷ para o corpo nacional. A cidade mantinha na segunda metade de Setecentos a macrocefalia que "*já era visível no princípio do século XVIII*" e que perduraria pela centúria seguinte, onde, "*no seu conjunto, em 1801 as duas maiores cidades do reino já albergavam 54% da população urbana*"⁵⁸.

⁵⁵ Cf. ABRANTES, Duquesa de – *Recordações de uma estadia em Portugal 1805-1806*, p. 21.

⁵⁶ Cf. LINK, Heinrich Friedrich – *Notas de uma viagem a Portugal e através de França e Espanha*, p. 101.

⁵⁷ "*Durante a segunda metade do século XVIII, a cidade alojava entre 6 e 7,5% da população nacional, uma proporção verdadeiramente excepcional, que, na Europa, só era excedida por Amesterdão, em que viviam cerca de 10% dos habitantes da Holanda.*" Cf. PEDREIRA, Jorge Miguel Viana – *Os Homens de negócio da Praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822) diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social*, p. 54.

⁵⁸ Vd. LAINS, Pedro e SILVA, Álvaro Ferreira da – *História Económica de Portugal 1700-2000*, vol. 1, p. 45-46.

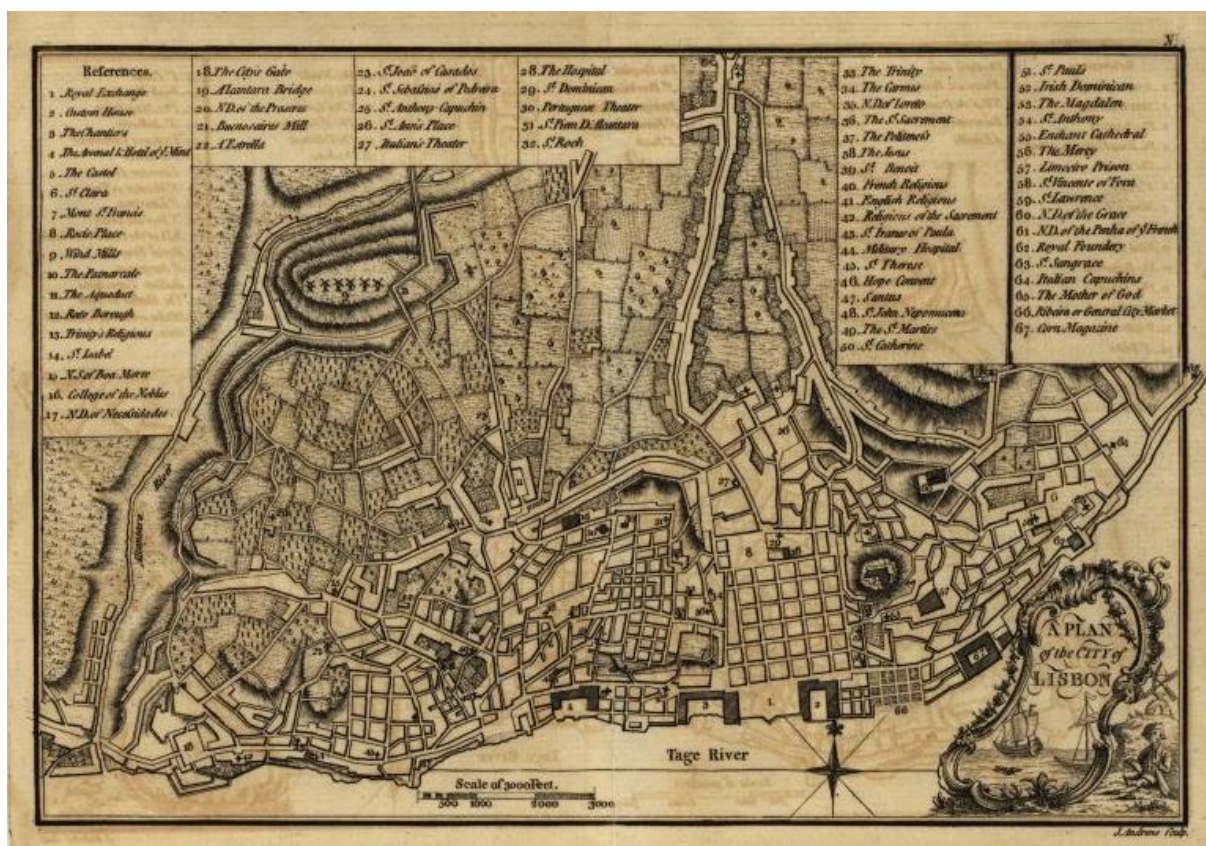


Fig. 1 – Planta da cidade de Lisboa, 1771 (GEO-CML).

No início de Setecentos, a população de Lisboa era constituída por cerca de 168 000 indivíduos⁵⁹. Este número mereceu que alguns estrangeiros comentassem que a “cidade não se aproxima em grandeza da cidade de Paris, mas proporcionalmente é tão povoada como ela”⁶⁰.

No terramoto de 1755 estima-se que tenham morrido 10 ou 12 mil pessoas⁶¹, sendo necessário aguardar pelo ano de 1780 para se assistir à recuperação demográfica da cidade, podendo voltar a contar-se então, em 1801, com perto de 170 000 habitantes⁶².

⁵⁹ LAINS, Pedro e SILVA, Álvaro Ferreira da – *História Económica de Portugal 1700-2000*, vol. 1, p. 36.

⁶⁰ Cf. MERVEILLEUX, Charles Frédéric de – *Memórias instrutivas sobre Portugal 1723-1726 in O Portugal de D. João V visto por três forasteiros*, p. 212.

⁶¹ “Do número de mortos nenhum cálculo oficial e rigoroso nos ficou. Os testemunhos mais prudentes e ponderados apontam para 10 a 12 mil vítimas (...)”. Vd. ARAÚJO, Ana Cristina Bartolomeu d’ – *Ruína e Morte em Portugal no Século XVIII*, p. 328.

⁶² LAINS, Pedro e SILVA, Álvaro Ferreira da – *História Económica de Portugal 1700-2000*, vol. 1, p. 36.

Na cidade viviam também muitos estrangeiros, o que constituiu, para alguns, “*uma das maiores vantagens*” pelo “*incessante ensejo que esta cidade lhe oferece de ver à roda de si, e ao mesmo tempo, gente de tão variadas nações*” num “*contínuo fluxo e refluxo de viajantes de todas as partes do Mundo*”⁶³.

Este facto é explicado pelo grande número de galegos que procuravam trabalho em Portugal e que constituíam a grande maioria dos espanhóis que viviam na capital⁶⁴, acrescido dos ingleses, uma outra importante comunidade, por força das ligações comerciais e militares, bem como dos irlandeses⁶⁵, que aqui procuraram refúgio, vítimas de perseguições religiosas e dos franceses realistas fugidos à Revolução⁶⁶.

Encontramos, ainda, outros estrangeiros em número considerável, apesar de constituírem colónias menores. Referimo-nos aos alemães, que vieram para Portugal aquando do casamento de D. Mariana de Áustria com D. João V, e aos militares alemães que acompanharam o conde de Lippe na reorganização do exército, ou aqueles que integrados na “legião alemã” combateram ao lado dos portugueses. Também existiam italianos, cujo número justificou que em 1800 fosse criada uma Conservatória da Nação Italiana. Quanto aos malteses, caracterizavam-se por pertencer a grupos de baixa condição social⁶⁷.

Fisicamente, a capital do Reino, desde o século XVI até 1755 não tinha mudado, tendo mantido, com excepção do Bairro Alto, estruturas próprias de um burgo medieval⁶⁸. Depois do terramoto, a cidade transformou-se através da abertura de quatro grandes ruas principais que partiam do Terreiro do Paço em direcção ao Rossio e Praça da Figueira que foram reconstruídas⁶⁹,

⁶³ Cf. RÜDERS, Carl Israel – *Viagem em Portugal 1798 – 1802*, p. 110.

⁶⁴ Vd. FERRO, João Pedro – *A População Portuguesa no Final do Antigo Regime (1750 – 1815)*, p. 84.

⁶⁵ Por ocasião do terramoto foram contratados em Inglaterra e na Irlanda cerca de 3000 artífices e operários para trabalharem na reconstrução de Lisboa. Cf. ARAÚJO, Agostinho – *A Assembleia Britânica*, p. 44.

⁶⁶ Vd. FERRO, João Pedro – *A População Portuguesa no Final do Antigo Regime (1750 – 1815)*, pp. 85-87.

⁶⁷ Relativamente aos Malteses, “*desconhecemos as razões da sua vinda para Portugal, mas é possível que estivessem relacionados com o facto de Portugal ter retido o grão-mestrado da Ordem de Malta por um longo e próspero período*”. Cf Vd. FERRO, João Pedro – *A População Portuguesa no Final do Antigo Regime (1750 – 1815)*, p. 88.

⁶⁸ Vd. FRANÇA, José-Augusto – *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*, p. 56.

⁶⁹ Cf. MAXWELL, Kenneth – *O Terramoto de 1755 e a recuperação urbana sob a influência do Marquês de Pombal*, p. 225.

Naquele conjunto de ruas destacar-se-á a “soberba Rua Augusta, que era nova e (...) tinha bons passeios de grandes lajes, era plana e media uma légua”⁷⁰, para além de outras, igualmente com “passeios marcados”, como são exemplo a “Rua do Ouro e a Rua da Prata”⁷¹.

O Terreiro do Paço era o lugar mais importante da cidade. Nele existia um cais que superava “de longe os cais de Londres e Paris”⁷². Aquela praça, para além de ser uma importante porta de entrada na cidade, representava também um ícone do poder. Primeiramente acolheu a residência real e depois da reconstrução de Lisboa transformou-se em Praça do Comércio.

A nova toponímia honrava os novos grupos económicos e parecia mais consentânea com o desejo de que, no futuro, ali se instalasse a sede de um governo capaz de responder aos anseios de crescimento da burguesia. Para a honra ser maior, e apesar de nunca mais ter acolhido uma residência real, aquele espaço nunca deixou de ser uma praça régia⁷³, irradiando e eternizando um poder que, num passado próximo, nem sempre foi, verdadeiramente, real.

Este espaço ensombraria a praça do Rossio que apesar de ser “uma das mais belas praças de Lisboa, onde em quase todos os prédios que a contornam existem excelentes estabelecimentos”⁷⁴, tinha uma importância secundária⁷⁵.

⁷⁰ Cf. GORANI, Giuseppe – *Portugal A Corte e o País nos anos de 1765 a 1767*, p. 68.

⁷¹ Cf. BAILLIE, Marianne – *Lisboa nos anos de 1821, 1822 e 1823*, p. 27. Os arruamentos dos mercados e artífices da Baixa lisboeta foram regulados pelo decreto de 5 de Novembro de 1760. “A louça da Índia, o chá e os artigos de “capela” iam para a Rua Nova d’El Rei (depois do Comércio), os fanqueiros e livreiros para a Rua Nova da Princesa (que seria dos Fanqueiros)), os douradores (e também latoeiros e taberneiros), os correeiros (e seleiros e torneiros) e os sapateiros, para as ruas dessas designações, para S. Julião iriam os algibeibes, para S. Nicolau as quinquilharias, e os retroseiros e os serigueiros e chapeleiros para as ruas da Conceição e da Assunção.” Vd. FRANÇA, José Augusto - *Lisboa história física e moral*, p. 345.

⁷² Cf. LINK, Heinrich Friedrich – *Notas de uma viagem a Portugal e através de França e Espanha*, p. 105.

⁷³ “conforme os modelos internacionais correntes, e uma estátua régia equestre o confirma”. Vd. FRANÇA, José Augusto – *Lisboa Pombalina e a Estética do Iluminismo in Actas do Colóquio Lisboa Iluminista e o seu Tempo*, p. 20.

⁷⁴ Cf. GORANI, Giuseppe – *Portugal A Corte e o País nos anos de 1765 a 1767*, p. 68. O alvará de 22 e Maio de 1773 “arruava no Rossio os chapeleiros, e proibia que abrissem lojas em qualquer outra parte”. Vd. CASTILHO, Júlio – *Lisboa Antiga*, vol. 10, 2ª parte, p. 66.

A praça da Figueira, uma praça aberta em 1775, tornar-se-ia local de venda de hortaliças e frutas, herdando uma actividade que, anteriormente, pertencera ao Rossio, mas que, depois da sua remodelação, lhe estava proibida.

Na fronteira norte do Rossio existia um vale ocupado por hortas, quintas e alguns palácios, chamado Valverde onde, ao domingo, o povo se divertia⁷⁶. Neste espaço, situado entre as colinas da parte oriental e ocidental de Lisboa, foi instalado o Passeio Público⁷⁷, suprimindo-se uma lacuna existente na cidade.

No reinado de D. João V, três estrangeiros que visitaram Lisboa, registaram com desagrado que “*Lisboa não possui nenhum passeio nem outros divertimentos*”⁷⁸. Agora, através da encomenda deste espaço de “*réunion à toutes les classes honnêtes des citoyens de cette capital*”, Pombal estaria a dar mais um contributo para “*tirer le Portugal de la barbarie*”⁷⁹.

O Passeio Público⁸⁰, destinado a grupos emergentes ligados ao comércio, formado por “*um jardim medianamente grande, com algumas alamedas de várias espécies de árvores*”⁸¹ plantadas para além do Rossio, constituía-se, assim, como um véu natural que antecedia os novos arruamentos repletos de uniformes edifícios, implantados numa área de 600 por 400 metros, que, num “*trabalho mais de engenheiro que de artista*”⁸², se tornaram num verdadeiro ex-libris da nova cidade iluminada.

⁷⁵ O Rossio estava “*destinado a ser um lugar secundário, detido numa espécie de tranquilidade provinciana*” porque “*no quadro do urbanismo pombalino, um grande conjunto seria suficiente*”. Cf. FRANÇA, José-Augusto – *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*, p.135.

⁷⁶ Vd. FRANÇA, José-Augusto – *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*, p.136.

⁷⁷ “*um recinto primitivamente cercado por muros de alvenaria, nos quais se abriam, de espaço a espaço, janelas gradeadas, com poiais ou assentos, como se vêem ainda em antigas quintas* Cf. SILVA, Augusto Vieira da – *Dispersos*, vol. 2, p. 338. “*Uma alameda de 1360 palmos de comprimento por 400 de largura era aberta, primeiro jardim público de Lisboa, com o significado progressista que se impunha. 1123 árvores foram plantadas, gabando-se Ratton de ter fornecido freixos da sua quinta*”. Vd. FRANÇA, José-Augusto – *Lisboa história física e moral*, p. 379.

⁷⁸ Cf. *O Portugal de D. João V visto por três forasteiros*, p. 44.

⁷⁹ Cf. BOMBELLES, marquis de – *Journal d'un Ambassadeur de France au Portugal 1786-1788*, p. 44.

⁸⁰ Apesar da sua existência, as críticas pareciam continuar, nomeadamente, porque “*só há um passeio público bastante vulgar, e de uma tristeza tal, que é mais saudável ir respirar para a praia ou para uma das colinas*.” Cf. ABRANTES, Duquesa de – *Recordações de uma estadia em Portugal 1805-1806*, p. 48

⁸¹ Cf. LINK, Heinrich Friedrich – *Notas de uma viagem a Portugal e através de França e Espanha*, p. 106.

⁸² “*A nova Lisboa resume todas as experiências do primeiro quartel do século XVIII apresentando já a nota prática da eficácia técnica. Uma reconstrução ousada (...) um trabalho mais de engenheiro que de artista, com respostas técnicas originais ao grave desafio da instabilidade do solo: largura das ruas – que origina*

Será neste eixo que parte da praça do Comércio e termina no Passeio Público que se vai desenhar a verdadeira cidade que comporta a “*Lisboa do grande comércio, uma das condições da mutação europeia do crescimento*”⁸³, disputando o protagonismo com uma outra linha que parte de Belém em direcção ao Terreiro do Paço e que, intersectando o eixo anteriormente referido, no seu conjunto, formam o coração da cidade⁸⁴.

Belém, na opinião do duque de Chatelet, é o lugar “*onde a corte vive sem qualquer magnificência (...) num monte muito longe da cidade*”⁸⁵. Heinrich Friedrich Link, deu um parecer mais positivo acerca do local, ao considerar que “*Belém é uma vila considerável, onde muitos nobres e a maior parte dos homens de negócios das classes mais altas têm as suas residências*”. Referindo-se à presença real naquele lugar, este último escreve que “*antigamente a família real demorava-se em Belém, mas desde que o palácio ardeu, transferiu a sua residência para Queluz*”⁸⁶, um lugar que se revelou incapaz de rivalizar com a renovada Praça do Comércio, símbolo do Portugal reformado, verdadeiro centro de poder, que congregará a Bolsa, a Alfândega, os tribunais, o Senado da Câmara, a Casa do Risco e as Secretarias de Estado.

Nas imediações daquela praça, encontramos o Cais do Sodré⁸⁷, um sítio ribeirinho e marítimo, que começa no Largo do Corpo Santo e termina na Praça duque da Terceira⁸⁸. Bem perto surge a “*colina de leste*” que, na opinião da duquesa de Abrantes é “*a mais bem situada para morar; por este motivo, é nesta colina que os habitantes mais ricos têm as*

uma espectacular desaglomeração – altura limitada das casas, que trava a tendência do século de subir sempre mais alto e sobretudo a gaiola, (...).” Cf. CHAUNU, Pierre - *A Civilização da Europa das Luzes*, vol. 1, p. 275.

⁸³ Cf. CHAUNU, Pierre – *A Civilização da Europa das Luzes*, vol. 1, p. 275.

⁸⁴ Cf. MADUREIRA, Nuno Luís – *Lisboa luxo e distinção 1750-1830*, p. 14.

⁸⁵ Cf. BOURGOING, Jean François – *Voyage du duc chatelet en Portugal*, p. 90.

⁸⁶ Cf. LINK, Heinrich Friedrich – *Notas de uma viagem a Portugal e através de França e Espanha*, p. 107. Na opinião de Pierre Chaunu, Queluz era um “*símbolo da continuidade fracamente renovada do Portugal aristocrático*.” Cf. CHAUNU, Pierre – *A Civilização da Europa das Luzes*, vol.1, p. 275.

⁸⁷ Na opinião da duquesa de Abrantes, o cais do Sodré “*é o cório de uma multidão de mulheres cujo estado aparente é vender laranjas e peixe, mas cuja verdadeira profissão é predizer o futuro e usar tudo o que têm de inteligência para enganar os desgraçados que vão ter com elas num momento de desespero ou de viva expectativa*.” Cf. ABRANTES, Duquesa de – *Recordações de uma estadia em Portugal 1805-1806*, p. 25

⁸⁸ Cf. SUCENA, Eduardo – Cais do Sodré in SANTANA, Francisco e SUCENA, Eduardo, dir. – *Dicionário da História de Lisboa*, p. 195.

suas casas. Quintela, o contratador de diamantes e um dos mais ricos negociantes da Europa, possui aí uma das mais belas casas de Lisboa”⁸⁹.

Também a proximidade do Teatro de S. Carlos parece ser uma mais-valia para esta zona, provavelmente pela animação que aquela sala podia proporcionar. Afinal, numa sociedade que alguns apelidavam de “*nula*”⁹⁰, onde “*o divertimento mais frequente (...) eram as procissões*”⁹¹, não poderia ser despiciente o anúncio de que “*de hoje em diante até o Entrudo há Opera todas as noites no Real Theatro de S. Carlos*”⁹².

Marian Baillie, uma inglesa que viveu em Portugal, tem uma ideia diferente acerca dos melhores lugares para viver, e elege Buenos Aires⁹³, como o “*local favorito dos Ingleses, geralmente considerado mais fresco e limpo (ou antes, menos porco)*”⁹⁴. Também o Consul Geral da Grã Bretanha escolheu para morar uma casa situada na rua direita de Buenos Aires⁹⁵.

Perto de Buenos Aires, já a cidade se aproximava do seu limite e deixava antever Campo de Ourique, uma “*planície risonha e magnífica de vegetação, como todos os arredores de Lisboa*”⁹⁶.

O marquês de Bombelles, embaixador de França em Portugal, ao contrário das anteriores opiniões mais enaltecidas, não consegue “*encontrar um bairro que se possa apelar de nobre*”⁹⁷.

⁸⁹ Cf. ABRANTES, Duquesa de – *Recordações de uma estadia em Portugal 1805-1806*, p. 42.

⁹⁰ Cf. SAVINE, Albert – *Le Portugal il y a cent ans souvenirs d'une ambassadrice*, p. 85.

⁹¹ Cf. BEIRÃO, Caetano – *D. Maria I 1777 – 1792 subsídios para a revisão da história do seu reinado*, p. 263.

⁹² Cf. *Gazeta de Lisboa* - n.º 5, 4 de Fevereiro de 1800.

⁹³ “*Existe na freguesia da Lapa, com início na Rua dos Navegantes e fim na Rua de S. Caetano, a Rua de Buenos Aires (...). Uma variante do topónimo Buenos Aires aparece num documento do século XVIII em que se faz referência ao “casal de Boynos Aires”, pertencente ao património real e onde D. João V pensou edificar um novo paço para substituir o da Ribeira, considerado insalubre (...)*”. Cf. SUCENA, Eduardo – *Cais do Sodré in SANTANA, Francisco e SUCENA, Eduardo, dir. – Dicionário da História de Lisboa*, p. 188.

⁹⁴ Cf. BAILLIE, Marianne – *Lisboa nos anos de 1821, 1822 e 1823*, p. 23.

⁹⁵ Cf. *Gazeta de Lisboa* - Suplemento, n.º 13, 4 de Abril de 1800.

⁹⁶ Cf. ABRANTES, Duquesa de – *Recordações de uma estadia em Portugal 1805-1806*, p. 24.

⁹⁷ BOMBELLES, marquês de – *Journal d'un Ambassadeur de France au Portugal 1786-1788*, p. 235.

São muito comuns os relatos estrangeiros que nos dão conta da existência de ruas muito estreitas e tortuosas. Situar-se-ão, sobretudo, nos bairros que não foram afectados pelo terramoto. Para além disso, aqueles referem que “*a incomodidade de muitas destas ruas era ainda acrescida do mau estado do pavimento, feito com pedrinhas aguçadas*”⁹⁸. Exceptuando o Bairro Alto, que foi construído com pressupostos de ordem, regularidade e funcionalidade⁹⁹, o “*mais comum é uma casa não estar alinhada com a rua e a coisa mais rara na cidade de Lisboa é encontrarmos uma parede direita e uma sala quadrada*”¹⁰⁰.

A zona do Bairro Alto, segundo o embaixador francês, teria uma outra característica pouco comum na cidade. O ar era bom e não cheirava a lodo quando a maré vazava, o que não sucedia na casa onde ele próprio vivia, situada na Boavista, onde o odor era insuportável porque ali é o “*local onde se despejam as imundícies da cidade*”¹⁰¹.

A crítica daqueles que visitavam a cidade acerca do estado de limpeza das ruas era generalizada. Link, por exemplo, diz-nos que “*a imundície das ruas está amontoadada por todo o lado, nas ruas mais pequenas e estreitas, onde a chuva não a lava, forma verdadeiras colinas, e para uma pessoa não se afundar no meio dela tem de conhecer muito bem o carreiro*”¹⁰². Adam Neale, um outro estrangeiro que esteve em Lisboa, alguns anos depois, numa das suas cartas, lamenta que D. João V não tenha aplicado “*metade do dinheiro pago pela capela de S. João Baptista (...) na construção de esgotos públicos*”¹⁰³.

Para além da Rua das Portas de Santa Catarina, a freguesia do Sacramento foi das mais atingidas pelo terramoto. Perderam-se os conventos da Trindade e do Carmo, e os numerosos palácios que ali existiam também ficaram arruinados, vitimados pelo incêndio

⁹⁸ GORANI, Giusepe – *Portugal A Corte e o País nos anos de 1765 a 1767*.p. 115.

⁹⁹ “*Outras zonas da cidade com características idênticas à morfologia e traçado do Bairro Alto e Bica, caso da Madragoa, Encosta de S. José, Santa Catarina para o Poço dos Negros, parecem desenvolver-se durante a segunda metade dos sécs. XVI e XVII, verificando-se afinidades tanto a nível arquitectónico como urbano (...)*” Cf. CARITA, Hélder – O Bairro Alto e a Legislação Urbana para Lisboa nos Séculos XVI e XVII in *Actas Colóquio Lisboa Iluminista e o seu Tempo*, pp. 31-32.

¹⁰⁰ BOMBELLES, marquis de – *Journal d'un Ambassadeur de France au Portugal 1786-1788*, p. 235.

¹⁰¹ Cf. BOMBELLES, marquis de – *Journal d'un Ambassadeur de France au Portugal 1786-1788*, p. 33.

¹⁰² Cf. LINK, Heinrich Friedrich – *Notas de uma viagem a Portugal e através de França e Espanha*, p. 87.

¹⁰³ Cf. NEALE, Adam – *Letters from Portugal and Spain*, Carta XVIII – Lisboa, 22 de Outubro de 1808, p. 157.

que se seguiu ao tremor de terra, como sucedeu com os palácios do duque de Lafões¹⁰⁴ e dos Alcáçovas Carneiros¹⁰⁵.

Então, a partir do “*sítio medieval do Almirante Pessagna, regularizado em torno de uma praça com seu chafariz*”¹⁰⁶ imponente, plantado em 1795”¹⁰⁷, um outro bairro se edificará. Seguindo princípios orientadores da nova cidade pombalina, o bairro passará a ser circundado por uma praça mais regular, o Largo de S. Roque, e vê ser alargada a Rua de S. Roque¹⁰⁸, o mesmo sucedendo às travessas provenientes do Bairro Alto, que nela vão desembocar. É diminuído o declive da rua direita das Portas de Santa Catarina e alargadas as travessas que a ela afluem. Assiste-se, igualmente, ao nascimento de uma moderna ligação entre a parte baixa da cidade e o seu bairro alto, através da rua Nova do Carmo, “*uma serventia de 54 palmos de largo desde o fundo do Chiado até o ângulo que o Rossio fazia com a rua dos Espingardeiros*” que substitui “*a calçada de Paio de Navais indigna de ser rua de huma Corte*”¹⁰⁹.

Avançando na cidade mais para norte, aproximar-nos-emos de lugares mais secundarizados, como, por exemplo, o Largo da Patriarcal Queimada¹¹⁰, no Alto da Cotovia, que, no início do século XIX, “*não passava de um amontoado de ruínas onde vinham dar ruas miseráveis, ladeadas por casebres pobres e velhos*”¹¹¹. Nas suas

¹⁰⁴ “(...) era dos palácios mais ricamente adornados de Lisboa, em armações, tapeçarias, pinturas, pratas e jóias” e que “depois de aluído parcialmente pelo terremoto, ardeu, perdendo-se todo o seu precioso recheio e a notável biblioteca dos duques”. Cf. SEQUEIRA, Gustavo de Matos – *O Carmo e a Trindade*, vol. 3, p. 19.

¹⁰⁵ “(...) o palácio dos Alcáçovas Carneiros” cujo incêndio “vitimou aqui nada menos do que vinte cinco pessoas e entre elas D. Ana de Moscozo, mulher de Gonçalo Xavier de Alcáçova Carneiro, senhor da casa.” Cf. SEQUEIRA, Gustavo de Matos – *O Carmo e a Trindade*, vol. 3, p. 19.

¹⁰⁶ “ (...) substituiu outro que ali esteve até 1786, integrados ambos na obra de abastecimento das Águas Livres”. SEQUEIRA, Gustavo de Matos – *O Carmo e a Trindade*, vol. 3, p. 128.

¹⁰⁷ Vd. FRANÇA, José-Augusto – *Lisboa história física e moral*, p. 388.

¹⁰⁸ Actual Rua da Misericórdia.

¹⁰⁹ Vd. SEQUEIRA, Gustavo de Matos – *O Carmo e a Trindade*, vol. 3, p. 31.

¹¹⁰ Chamava-se Largo da Patriarcal Queimada porque a Patriarcal provisória situava-se no largo que constitui, actualmente, a Praça do Príncipe Real. No dia 10 de Maio de 1769, eclodiu um violento incêndio que destruiu aquele edifício. No mesmo lugar iniciou-se a construção do Real Erário, mas esta obra nunca foi concluída.

¹¹¹ CÂNCIO, Francisco – *Lisboa no tempo do Passeio Público*, vol. 1, p. 33.

proximidades, situava-se a baixa da Cotovia¹¹², que “em 1802 ainda a praça era como um arrabalde”, não chegando “aí o movimento da cidade”¹¹³.

Saindo de Lisboa e do seu centro urbano, na direcção do Oriente, encontramos uma zona rural, distinta pelas quintas e conventos, apesar da instalação de algumas indústrias manufactureiras, na segunda metade de Setecentos, e da existência de pequenos e rudimentares pólos urbanos localizados em Santa Apolónia, Xabregas e Marvila¹¹⁴.

Noutros lugares à volta de Lisboa, encontramos quintas de recreio que foram surgindo em tempos anteriores¹¹⁵, pois a eclosão daquele tipo de propriedade não parece ter sido apanágio dos grupos endinheirados portugueses da segunda metade do século XVIII.

Pelo contrário, os estrangeiros que se instalaram em Lisboa e beneficiaram dos novos negócios propostos por Pombal mostraram grande entusiasmo pela aquisição de quintas. Nelas construíram imponentes palácios rodeados de não menos relevantes jardins¹¹⁶, deixando para a posteridade marcas indeléveis de outros paradigmas, que mesmo estando “*longe do bom gosto, (...) neste canto do mundo onde as artes ainda não penetraram temos muitas razões para aplaudir*”¹¹⁷.

¹¹² Actual Praça das Flores.

¹¹³ Cf. SEQUEIRA, Gustavo de Matos – *Depois do Terremoto*, vol. 1, p. 171.

¹¹⁴ Vd. MATOS, José Sarmiento de – *Caminho do Oriente Guia Histórico I*, p. 9.

¹¹⁵ “A procura da zona ocidental da cidade para a edificação de quintas de recreio resultou da grande frequência com que a rainha D. Catarina, mulher de D. João III, terá visitado a capelinha de Nossa Senhora da Ajuda tendo-lhe a corte seguido o exemplo.” Apesar de na zona junto ao rio ter havido uma grande procura “para a construção de quintas, principalmente de recreio, outras apareceram noutras zonas envolventes da cidade. É o caso das casas nobres que Gomes Lourenço de Palhavã terá levantado no local do que viria a ser o futuro Palácio e Quinta de Palhavã (...) no início do séc. XVI”. Vd. RIBEIRO, Luís Paulo Almeida Faria – *Quintas do concelho de Lisboa, inventário, caracterização e salvaguarda*, pp. 18-19.

¹¹⁶ Vd. RIBEIRO, Luís Paulo Almeida Faria – *Quintas do concelho de Lisboa, inventário, caracterização e salvaguarda*, p. 23.

¹¹⁷ O marquês de Bombelles, nesta apreciação acerca do gosto, refere-se ao palácio que Devisme construiu em Benfica. Cf. BOMBELLES, marquis de – *Journal d'un Ambassadeur de France au Portugal 1786-1788*, p. 42 (trad. do autor).

1.2. A Corte em Portugal

1.2.1. D. José I: “Um Rei sem Palácio”¹¹⁸

O período de domínio filipino assistiu ao exílio dos “*títulos polas vilas e lugares do Reino e os fidalgos e cortesãos por suas quintas e casais*” porque “*faltou a Portugal a corte dos Sereníssimos Reis*”¹¹⁹.

No Portugal Restaurado – apesar da progressiva centralidade e formação de uma elite – continuou-se com uma corte alheada da importância do cerimonial cortesão¹²⁰, muito longe das figurações teatrais que, na senda de antigas propostas renascentistas, iam caracterizando outras cortes europeias, metaforicamente descritas como um teatro onde os cortesãos eram actores e “*o próprio rei participava como protagonista*”¹²¹.

Foi necessário aguardar pelo início do século XVIII, que encontrará no rei D. João V¹²² o protagonista capaz de impor a modernidade e converter “*a residência régia no pólo de atracção da aristocracia lisboeta*”¹²³, legando, à segunda metade de Setecentos, uma corte enxameada de gente nova¹²⁴.

¹¹⁸ Carrère, aquando da sua passagem por Lisboa, escreveu que “*Portugal tem um rei, mas este rei é um rei sem palácio.*” Cf. CARRÈRE, J. B. F. – *Panorama de Lisboa no ano de 1796*, p. 58.

¹¹⁹ Cf. LOBO, Rodrigues – *A Corte na Aldeia*, p. 8.

¹²⁰ “*Discreta e taciturna, a Corte é simplesmente a Casa do Rei e da Rainha, habitada pelos seus directos servidores e procurada apenas por aqueles que os negócios complicados da política obrigam a frequentar-lhe as antecâmaras. (...) As grandes festas do Portugal Restaurado serão poucas e destinam-se a marcar acontecimentos de especial importância.*” Vd. PIMENTEL, António Filipe - *Arquitectura e Poder – O Real Edifício de Mafra*, p. 77.

¹²¹ Vd. CHECA, Fernando – *Del gusto de las naciones in Cortes del Barroco de Bernini y Velásquez a Luca Giordano*, p. 20.

¹²² Ao longo da governação joanina iremos assistir “*a uma crescente ritualização da corte, onde impera o luxo e a etiqueta, mas também a uma progressiva sacralização litúrgica do quotidiano da própria Família Real (...). O cerimonial monárquico irá sendo construído e aperfeiçoado, atingindo o seu auge nas cerimónias públicas ligadas ao ciclo de vida da Família Real.*” Vd. PEREIRA, Ana Cristina Duarte – *Princesas e Infantas de Portugal (1640 – 1736)*, p. 17.

¹²³ “*Os tempos mudavam. Os anos imediatos de 1707 e 1708, seriam ocupados na reorganização do sistema curial e em reformas decorativas no Paço com vista ao real consórcio que se aproximava e à chegada da nova Rainha, D. Mariana de Áustria. Aumenta o número dos áulicos e as cerimónias da Corte revestem-se agora de novo esplendor. Mas é, sobretudo, na sequência do casamento real que o quotidiano cortês adquire uma repentina animação, convertendo-se a residência régia no pólo de atracção da aristocracia lisboeta (...).*” Cf. PIMENTEL, António Filipe - *Arquitectura e Poder – O Real Edifício de Mafra.*, p.83.

¹²⁴ Vd. SARAIVA, António José – *A Cultura em Portugal Teoria e História*, Livro I, p. 136.

A corte, entendida como “o lugar aonde reside o Rey, assistido dos Officiaes, & Ministros da Casa Real”¹²⁵, tinha como ponto culminante a casa do Rei, secundada pelo arco de nobres que a servia, resplandecendo-a com luxos, solenidades e ritos que a afastavam da acessível vida comum, tornando-a modelo e centro reprodutor de modas e comportamentos sociais.

Aquele pequeno grupo, que constituía a sociedade de corte, acolhia uma elite escolhida entre a nobreza que, de olhos postos no rei e iluminada por uma existência próxima dele, dava a conhecer ao monarca o que ia acontecendo no país. Inversamente, dava eco dos principais interesses reais, numa intermediação que Norbert Elias apelidou de “*filtro da corte*”¹²⁶.

Na corte vivia um grupo diferenciado que ia construindo um cosmos com características únicas que obrigava os vindouros a tomar “*conhecimento daquele terreno, da linguagem necessária nele e dos indivíduos de que se compunha a casa de Sua Majestade*”¹²⁷.

A nobreza portuguesa, desde os finais do século XVII, é constituída, quase exclusivamente, pelos titulares, não tendo havido qualquer alteração significativa durante o reinado de D. José I¹²⁸. Estes nobres titulares, vivendo maioritariamente em Lisboa, continuarão, nos finais do Antigo Regime, a confundir-se com a nobreza de corte, ficando reservado, para as suas mulheres, um lugar nos mais importantes ofícios femininos da Casa Real¹²⁹.

¹²⁵ Cf. BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário Portuguez e Latino*, vol.2, p. 575.

¹²⁶ Vd. ELIAS, Norbert – *A Sociedade de Corte*, p. 17.

¹²⁷ Vd. ALORNA, marquesa de – *Inéditos cartas e outros escritos*, p. 61.

¹²⁸ “A notável estabilidade alcançada nos cerca de cento e trinta anos posteriores ao fim da Guerra da Restauração não tem paralelo em nenhum outro período da história portuguesa e raras vezes terá sido igualada por outras aristocracias europeias. Durante mais de um século criaram-se e extinguiram-se muito poucas casas.” Vd. MONTEIRO, Nuno Gonçalo – *O Crepúsculo dos Grandes a casa e o património da aristocracia em Portugal (1750 – 1832)*, p. 39.

¹²⁹ “38 titulares monopolizavam quase todos os ofícios superiores da Casa Real portuguesa: com apenas uma exceção (marquês de Angeja), essas funções eram atribuídas apenas a um representante de cada casa, (...). As casas excluídas dos ofícios superiores da Casa Real eram, naturalmente, as mais recentes, enquanto os marqueses ocupavam os ofícios de maior destaque. Por seu lado, as mulheres dos titulares desempenhavam os ofícios femininos mais importantes na Casa Real (...)”. Vd. MONTEIRO, Nuno Gonçalo – “Notas sobre a Nobreza, Fidalguia e Titulares nos Finais do Antigo Regime”. Separata de *Ler História*, n.º 10, 1987, p. 27.

A residência real, quando o Rei se encontrava em Lisboa era, habitualmente, no Paço da Ribeira. Este palácio, “vasto, regular e magnífico”¹³⁰, onde “as acomodações (...) são dignas de nota e as salas são enormes e ricamente mobiladas” situado à beira do Tejo, “desfrutando-se um panorama do rio que se estende a perder de vista”,¹³¹ representava, desde o reinado de D. Manuel I¹³², o ponto nevrálgico da vida política e económica portuguesa.

O rei D. João V acrescentou ao palácio, durante o seu reinado, grande magnificência¹³³. D. José I, seu sucessor, também engrandecerá aquele espaço ao encomendar a Bibiena¹³⁴ a construção adjacente de um teatro régio. Esta Casa da Ópera¹³⁵, que substituíra um outro “magnífico teatro, que por ordem Real se construiu na grande sala destinada antigamente

¹³⁰ CF. SAUSSURE, César de – Cartas escritas de Lisboa no ano de 1730 in *O Portugal de D. João V visto por três forasteiros*, p. 264.

¹³¹ Cf. *O Portugal de D. João V visto por três forasteiros*, p. 39.

¹³² O “rei abandonava as alturas da alcáçova mourisca para vir habitar junto do seu rio, enfim domesticado em interesses de navegação e comércio: é exactamente o fim da Idade Média na cidade de Lisboa, e o início da sua época moderna, que os séculos XVII e XVIII, radicalmente filipino um, joanino o outro, na sua primeira metade, prolongarão.” Vd. FRANÇA, José-Augusto – Lisboa Pombalina e a Estética do Iluminismo in *Actas do Colóquio Lisboa Iluminista e o seu Tempo*, p. 19.

¹³³ “sob o risco do architecto italiano António Canevari, aformoseando a architectura interior das suas fachadas, fazendo novos aposentos sobre os armazéns da Ribeira das Nãos e transformando a antiga capella n’um sumptuoso templo” Cf. RUIZ, António José Mimoso – *Paços Reaes*, p. 25. No Paço da Ribeira, “nos anos que se seguem, as reformas adquirem novo fôlego, contando, aliás, entre 1728 e 1732, com a colaboração de outro architecto italiano: António Canevari, a quem se ficará a dever a nova torre do relógio na Patriarcal. Depois dos aposentos do monarca, redecorados e mesmo grandemente beneficiados, por alturas do seu casamento, é agora a vez dos quartos do Infante D. António, concluídos já em 1726 e que incluíam cavalaria e cocheira independente; dos da Rainha, com tectos pintados por Quillard e grande escadaria riscada pelo Canevari; dos dos Príncipes do Brasil, erguidos em 1731-32, ao que parece também por ele e ainda, já nos finais do reinado, dos da Princesa da Beira e suas irmãs, por cima dos Armazéns da Ribeira das Naus, terminados no início de 1749. Cf. PIMENTEL, António Filipe – *Arquitectura e Poder – O Real Edifício de Mafra*, p. 105.

¹³⁴ “(...) logo no início do seu reinado D. José começou a organizar um verdadeiro estabelecimento operático de corte, fazendo contratar em Itália alguns dos melhores cantores do tempo, como o castrado Gizziello ou o tenor Anton Raaff – que viria mais tarde a tomar parte na estreia do *Idomeneo* de Mozart –, um dos membros da principal família de architectos teatrais do século XVIII, Giovanni Carlo Sicini Bibiena, assim como um conhecido compositor de opera seria, o napolitano David Perez (1711-1778), na qualidade de director musical”. Cf. BRITO, Manuel Carlos de; CYMBRON, Luísa – *História da Música Portuguesa*, p.112.

¹³⁵ “(...) a Casa da Ópera, conhecida modernamente como Ópera do Tejo” foi construída “sensivelmente no actual local do Arsenal da Marinha”. Cf. BRITO, Manuel Carlos de, CYMBRON, Luísa – *História da Música Portuguesa*, p.112.

para as *embayxadas*”¹³⁶, foi inaugurada no dia 31 de Março de 1755 e destruída pelo terramoto a 1 de Novembro do mesmo ano.

Apesar da sua efémera existência ficou bem demonstrada a predestinação para servir os desígnios de grandeza exigíveis a um Estado. A representação inaugural de “*uma r cita de Alessandro nell’Indie de David Perez, reunindo quase todos os maiores cantores italianos da época numa produção deslumbrante que inclu  a um destacamento de cavalaria no palco*”¹³⁷ augurava àquela sala um lugar central no que aos divertimentos cortesãos diz respeito.

A paixão do rei D. José I pelos espectáculos oper ticos¹³⁸ proporcionou   corte, em Lisboa, um espaço deslumbrante que, neste caso, excedia Versalhes, que, apesar da frequência das representações e grande importância atribuída ao teatro, só teve uma sala de teatro em 1763¹³⁹.

O terramoto de 1755 reduziu a cinzas aquele grandioso continente real. Primeiro, “*as pedras e os m rmoreos foram despegados e soltos pelos tremendos abalos de terra, mas ainda muitos ficaram partidos, uns em dois, outros em mais pedaços*” e “*as gross ssimas grades de ferro foram umas tiradas dos seus logares, outras dobradas e torcidas, e outras partidas em duas pela mais tremenda e irresistível de todas as violências naturais*”¹⁴⁰. Por fim, como se esta f ria cósmica não bastasse, as chamas enlearam o Palácio, a Patriarcal, a  pera e as inúmeras riquezas l  guardadas.

¹³⁶ “*Suas Magestades, e Altezas se divertiram segunda feira (...) na representa am de uma Opera, no magnifico teatro, que por ordem Real se construiu na grande sala destinada antigamente para as embayxadas*”. Cf. *Gazeta de Lisboa* - n.é 32, 14 de Setembro de 1752.

¹³⁷ Vd.. BRITO, Manuel Carlos de, CYMBRON, Luísa – *História da Música Portuguesa*, p.112.

¹³⁸ Desde o reinado de D. João V que “*o interesse pela  pera, e especialmente pelos textos de Metastasio, está também associado   introdução entre n os de uma corrente classicizante, anti-barroca, que   parte de um esforço de renovação cultural e ideológica protagonizado por uma pequena elite intelectual, de que são principais agentes homens como o secretário do rei Alexandre de Gusmão e o Conde de Ericeira*”. Vd. BRITO, Manuel Carlos – *A Música em Portugal no Séc. XVIII in Triunfo do Barroco*, p.111.

¹³⁹ “*O teatro é a segunda grande ocupação das noites de Versalhes. Os espectáculos são muito frequentes: duas ou três vezes por semana, alternando-se entre a comédia italiana e francesa.   necessário sublinhar, no entanto, um paradoxo: até 1763, Versalhes não dispunha de uma sala de teatro*”. Vd. LEFERME-FALGUI RES, Frédérique – *Les courtisans Une société de spectacle sous l’Ancien Régime*. p. 262, (trad. do autor).

¹⁴⁰ Cf. BARETTI, José – *Cartas Familiares (XV a XXXVIII)*, p. 25.

Aquando do tremor de terra, o rei e a família real encontravam-se a residir em Belém¹⁴¹, instalados num palácio que havia sido adquirido por D. João V ao conde de Aveiras¹⁴². Apesar daquele edifício, praticamente, não ter sofrido quaisquer danos, D. José I, apavorado com a catástrofe que se abateu sobre Lisboa, nunca mais nele dormirá. A família real passou a viver em tendas que se colocaram nos jardins do palácio, enquanto, “*sem perda de tempo*”, segundo Jacome Ratton, se construía o “*alojamento para o Soberano, e mais Pessoas Reaes, em barracas de madeira, no alto da N. Sra. da Ajuda, barracas que continuarão a servir de Palácio*”¹⁴³.

O “*Paço de Madeira*”, construído em 1761, segundo a descrição de Barette, um outro estrangeiro que viveu em Lisboa, era constituído por “*uma casa de madeira (...) forrada por dentro de sarja escarlata com franjas e galões, não de ouro, mas de ouropel, mesquinhez mal entendida por não estar em relação com todo o mais aparato*”¹⁴⁴. Carrère, foi ainda mais crítico e escreveu, sem constrangimento, que “*Portugal tem um rei, mas este rei é um rei sem palácio*”¹⁴⁵.

1.2.2. Os Hábitos da Corte Josefina: Diversões e Ofícios

Belém é o lugar escolhido por D. José I, como principal residência da corte portuguesa, depois de 1755. Doravante, nesta periferia geográfica e política, o rei abandonará o relativo afã governativo que caracterizou o início do seu reinado e entregará a Sebastião José de

¹⁴¹ “D. José (...) viera da Ribeira para Belém com a mulher e os filhos nos últimos dias de Maio de 1755 (...). O rei, na verdade, despachava frequentemente no paço de Belém. Nunca, porém, se tinha tardado por lá tanto tempo como nesse ano de 1755.” Vd. SARAIVA, José António – *O Palácio de Belém com os seus hóspedes os seus segredos e a sua vida quotidiana*. p. 44.

¹⁴² O Palácio de Belém havia sido adquirido por D. João V ao conde de Aveiras. Este monarca talvez tivesse desistido, ora de ampliar o Paço da Ribeira, ora de construir um novo Paço em Buenos Aires. Assim o palácio do conde de Aveiras e as quintas envolventes que a Coroa adquiriu, são compradas com a intenção de ali edificar um paço que servia como residência de verão e extensão do Paço da Ribeira.

¹⁴³ Cf. RATTON, Jacome – *Recordações de Jacome Ratton sobre ocorrências do seu tempo em Portugal de Maio de 1747 a Setembro de 1810*, p. 152.

¹⁴⁴ Cf. BARETTI, José – *Cartas Familiares (XV a XXXVIII)*, pp. 29-30.

Lançada a “moda das barracas”, pelo Rei, muitas foram mandadas construir pelas elites de então, umas mais luxuosas e importadas, outras mais modestas, outras ainda embelezadas com pedra a contrastar com a madeira, enfim, nalguns casos, verdadeiros palácios, que chegaram a um total de cerca de nove mil barracas em seis meses. Vd. FRANÇA, José-Augusto – *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*, p.76.

¹⁴⁵ Cf. CARRÈRE, J. B. F. – *Panorama de Lisboa no ano de 1796*, p. 58.

Carvalho e Melo a árdua tarefa governativa que advinha de um país assolado por uma catástrofe natural de grande dimensão, como foi o caso do terramoto.

Acrescia uma situação económica que começava a tornar-se muito desfavorável pela antiga dependência relativamente ao estrangeiro¹⁴⁶ e pela crise do ouro do Brasil, entre outras adversidades já anteriormente enumeradas.

O futuro marquês de Pombal, com o entusiasmo natural de quem acredita que “*depois do fenómeno huma nova claridade se derramou sobre os espíritos*”¹⁴⁷ aceitou a tarefa com o mesmo pragmatismo que lhe é reconhecido quando tomou a pronta decisão de “*enterrar os mortos e cuidar dos vivos*”.

O conde de Stahremberg, enviado extraordinário da Áustria, também evidencia esta ideia, quando escreve que o Rei dedica grande parte do seu “*tempo na caça, em cavalgadas, jogo, concertos*” enquanto o seu ambicioso ministro fica “*inteiramente senhor do poder*”¹⁴⁸. Assim, D. José I e a rainha D. Mariana Vitoria de Bourbon, sua mulher, poderão dedicar-se aquelas actividades lúdicas¹⁴⁹ que tanto apreciavam e que virão a constituir, afinal, uma praxis sinalizadora do seu reinado.

A prática do jogo, sobretudo o faraó¹⁵⁰, que pode ser considerado o jogo do Rei, teria tomado conta das noites no palácio e de muitas casas nobres lisboetas. À semelhança do

¹⁴⁶ “*De Pombal, há apenas a dizer que agiu, em relação aos comerciantes ingleses, tendo sempre em vista a reconstrução económica de Portugal, através da organização dum comércio e duma indústria que nos libertassem, tanto quanto possível, da dependência do estrangeiro e nos retirassem do vergonhoso marasmo em que tínhamos caído.*” Vd. ESTORNINHO, Carlos – *O Terramoto de 1755 e a sua repercussão nas relações luso-britânicas*, p. 36.

¹⁴⁷ Cf. *Cartas e outras obras selectas do marquês de Pombal ministro e secretario d'estado do Senhor El-Rei D. José I*, vol. 4, p. 82.

¹⁴⁸ Vd. AZEVEDO, J. Lúcio de – *O Marquês de Pombal e a sua época*, p. 101.

¹⁴⁹ “*(...) O teatro, a caça, a equitação, eram os favoritos prazeres da família real. Todos os dias, fizesse bom ou mau tempo, ia D. José para a quinta de Belém, acompanhado da rainha, que o não largava, algumas vezes das infantas suas filhas, e de um séquito de fidalgos e damas do Paço.*” Vd. AZEVEDO, J. Lúcio de – *O Marquês de Pombal e a sua época*, p. 100. “*Em 1755, o rei de Portugal, D. José I de Bragança, e sua mulher, Maria Anna Vitória de Bourbon, uma infanta espanhola, nunca tinham revelado grande interesse pelo governo, obcecados como estavam por caça e por ópera.*” Cf. MAXWELL, Kenneth – *O Terramoto de 1755 e a recuperação urbana sob a influência do Marquês de Pombal*, p. 219.

¹⁵⁰ O faraó é um jogo de cartas de origem francesa que teve a sua origem cerca de 1680. É muito semelhante à baceta que é um jogo de parar, para cinco pessoas: banqueiro e quatro pontos. Cf. FRAZÃO, Fernanda – *História das cartas de jogar em Portuga e da Real Fábrica das cartas de Lisboa do séc. XV até à actualidade*, pp. 267-268.

que já havia sucedido no reinado anterior, o jogo tornar-se-á “*um momento privilegiado para aprender mas também exercitar os actos da civilidade*”¹⁵¹.

A caça era outro dos passatempos favoritos dos reis e da nobreza. Esta atividade não pode ser entendida, exclusivamente, como uma distração, na medida em que tem um papel determinante na construção de um cerimonial real, onde somente alguns privilegiados podem aceder enquanto atores.

Relativamente à corte josefina, eram muito frequentes as notícias de que na “*sua residência no sitio de Belém, onde Suas Mag. logram saúde perfeita (...) se divertiram Suas Mag. na caça das perdizes, de que a muito augusta Rainha N. Senhora matou 15, e o Rey nosso Senhor muito maior número*”¹⁵². Para além de Belém, onde sabemos que, muito comumente, “*se divertem com o passeio e com a cassa nos campos vizinhos*”¹⁵³, tornaram-se muito habituais as deslocações para outros lugares.

Salvaterra de Magos era uma das vilas escolhidas. Ao invés do Rei D. João V, que, segundo o relato crítico de estrangeiros “*sai muito pouco e embora tenha uma casa de recreio em Lisboa chamada Salvaterra, com uma vasta tapada de caça, passam-se anos sem que ali vá*”¹⁵⁴, a corte josefina instalava-se, habitualmente, na casa “*Real de Campo de Salvaterra*” em meados de Janeiro, ficando por lá até final de Fevereiro.

Naquela residência, vamos sabendo através de “*todas as noticias que chegão de Salvaterra que Suas Magestades Fidelissimas, a Sereníssima Princeza Nossa Senhora, e os Senhores Infantes (...) se divertem quase todos os dias com o exercício da cassa*”¹⁵⁵. Outras vezes, somos informados de que a Corte, “*passou do sitio de Salvaterra para o de Zamora*

¹⁵¹ Cf. TERRA, Ana Lúcia Silva – *Cortesias e Mundanidade manuais de civilidade em Portugal nos séculos XVII e XVIII*, vol. 1, p. 93.

¹⁵² Cf. *Suplemento à Gazeta de Lisboa* – n.º 37, 16 de Setembro de 1751.

¹⁵³ Cf. *Gazeta de Lisboa* - N.º 36, 12 de Setembro de 1754.

¹⁵⁴ Cf. *O Portugal de D. João V visto por três forasteiros*, p.53.

¹⁵⁵ Cf. *Gazeta de Lisboa* – n.º 4, 24 de Janeiro de 1760.

*Correa, onde se acha muy divertida com a montaria de javalis, lobos e rapozas*¹⁵⁶, sendo também comuns, os relatos referentes a montarias “*para a parte de Almeirim*”¹⁵⁷.

Existia um grande gosto pela prática da montaria. Todavia, em Salvaterra, o principal apreço recaía sobre a altanaria. Os falcões que todos os anos chegavam à falcoaria¹⁵⁸ eram provenientes da Dinamarca¹⁵⁹ e possuíam, desde logo, a garantia de qualidade bem expressa na frase “(...) *Sa Magesté très Fidele a été la mieux servie*”¹⁶⁰, proferida por M. Gram, o Monteiro-Mor daquele país, referindo-se ao rei D. José I.

As tapadas de Mafra e de Vila Viçosa constituíram outros destinos que devemos incluir no calendário venatório. Na primeira, a estadia não era muito prolongada, sendo-lhe dedicados, geralmente, cinco ou seis dias do mês de Outubro, para além de outras ocasionais passagens por aquela vila, que “*nunca foi residência de reis*”¹⁶¹.

Nestas caçadas encontramos alguns momentos paradigmáticos da vida da corte, como deduzimos pela leitura do jornal *Gazeta de Lisboa*, onde se escreve que “*a 5, e a 6 se divertiram Suas Magestades e Altezas com o exercício da caça na tapada Real, onde mataram grande numero de viados, gamos e javalizes, de que fizeram presentes à Rainha Mãe nossa Senhora, aos Eminentíssimos e Reverendíssimos Senhores Cardiaes, à*

¹⁵⁶ Cf. *Suplemento à Gazeta de Lisboa* - n.º 6, 11 de Fevereiro de 1751.

¹⁵⁷ “*A caça fazia-se também nos montes de Almeirim, de que as casas, incluindo o Paço, sofreram ruína com o terramoto de 1755*”. Cf. SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal*, vol. VI, p. 111.

Cf. *Gazeta de Lisboa* - n.º 7, 15 de Fevereiro de 1752.

¹⁵⁸ A caça com falcões também foi muito apreciada na corte francesa, tendo sido muito praticada por Luís XIV. No reinado de Luís XV começou a perder importância e deixou de ser praticada no tempo de Luís XVI, tendo, inclusivamente, levado ao encerramento da falcoaria em 1787. Vd. LEFERME-FALGUIÈRES, Frédérique – *Les courtisans Une société de spectacle sous l’Ancien Régime*, pp. 245 – 246.

¹⁵⁹ “*Para Portugal vinham, em média, cerca de dez falcões por ano, mas em 1765 vieram 60 e o seu transporte custou 700\$000, incluindo 200\$000 para gratificação do Mestre Falcoeiro do rei da Dinamarca. Em 1752 chegaram a Salvaterra 10 falcoeiros holandeses de Valkenswaard (Brabante); sendo a Real Falcoaria constituída por três repartições, cada uma com seu Mestre, dependentes do Monteiro-mor. Todos estes falcoeiros se fixaram naquela vila e a maior parte deles ali casaram (...)*” Vd. CORREIA, Joaquim Manuel da Silva, e GUEDES, Natália Brito Correia, *O Paço Real de Salvaterra de Magos*, pp. 59-60.

¹⁶⁰ Cf. CORREIA, Joaquim Manuel da Silva, e GUEDES, Natália Brito Correia, *O Paço Real de Salvaterra de Magos*, p.60.

¹⁶¹ Vd. MONTENEGRO, Maria Margarida, *Palácio Nacional de Mafra*, p. s./n.º.

Comunidade, aos Ilustríssimos, e Excelentíssimos Senhores Secretários de Estado, Núncio, Embaixador de Hespanha e outras pessoas da primeira distinção da Corte”¹⁶².

As caçadas na tapada de Vila Viçosa, muito apreciadas, levaram a que a Real Tapada fosse muito beneficiada com obras de reparação e ampliação, o mesmo não acontecendo com o Palácio, que não registará alterações significativas desde a cerimónia da “Troca das Princesas”¹⁶³, ocorrida durante o reinado de D. João V.

As estadias naquela vila¹⁶⁴ chegavam a durar cerca de dois meses. A corte, quando sedeadada em Vila Viçosa, não caçava somente na Real Tapada, porque nalguns dias noticia-se que “(...) *se tem divertido com as montarias, que se fizeram em diferentes lugares daquela Província*”¹⁶⁵.

Para além dos lugares, anteriormente referidos, onde a Corte se detinha por prazos mais ou menos longos, também outras casas de campo e coutadas eram frequentadas por períodos de tempo, eventualmente, mais curtos ou menos regulares, mas onde era muito propício para “*se divertirem no agradável exercicio da Caça*”¹⁶⁶.

A coutada de Pancas¹⁶⁷, não muito distante de Salvaterra, era, então, um destino comum, ora a partir de Salvaterra de Magos, quando a Corte lá se encontrava e, ocasionalmente, ia fazer, num dia, uma montaria em Pancas¹⁶⁸, ora a partir de Lisboa, quando embarcavam “*no real sitio de Belém e passado a baía do Tejo*” se iam “*divertir alguns dias na coutada de Pancas*”¹⁶⁹.

O “*sítio do Pinheiro*”, onde existia a “*Real Caza de Campo do Pinheiro*”, parecia ser um outro lugar muito apreciado, sendo frequentes as notícias de que “*Suas Magestades, e o*

¹⁶² Cf. *Gazeta de Lisboa* - n.º 5, 30 de Janeiro de 1751.

¹⁶³ Vd. TEIXEIRA, José, *O Paço Ducal de Vila Viçosa sua Arquitectura e suas Colecções*, p. 95 e p. 105

¹⁶⁴ “*Os avisos de Vila Viçosa*”, geralmente, “*dizem, que Suas Mag. Fidelíssimas, e as mais pessoas Reaes se tem divertido com o exercicio da caça na Real tapada: huns dias pelas manhans, almoçando cedo, outros logo depois de jantar.*” Cf. *Gazeta de Lisboa*, n.º 20, 18 de Maio de 1751.

¹⁶⁵ Cf. *Gazeta de Lisboa* - n.º 49, 6 de Dezembro de 1759.

¹⁶⁶ Cf. *Gazeta de Lisboa* - 13 de Janeiro de 1761.

¹⁶⁷ A herdade de Pancas, na zona de Samora Correia, é referida em documentos desde o século XIV. Foi um lugar que mereceu grande preferência da nobreza, pela sua proximidade de Lisboa. No início do século XIX, o Senhor de Pancas era José Sebastião de Saldanha Oliveira e Daun, 1º conde de Alpedrinha (1778-1855).

¹⁶⁸ Cf. *Gazeta de Lisboa* - n.º 7, 15 de Fevereiro de 1753.

¹⁶⁹ Cf. *Gazeta de Lisboa* - n.º 22, 3 de Junho de 1756.

Sereníssimo Senhor Infante partiram para o sitio do Pinheiro, onde residirão algum tempo para se divertirem no agradável exercício da Caça”¹⁷⁰. Noutros casos, também comuns, “os Nossos Augustísimos e Clementísimos Soberanos para divertir-se no exercício da caça, passaram do Real sitio do Pinheiro para a Villa de Salvaterra de Magos, aonde actualmente se acha quasi toda a Real Família”¹⁷¹.

O “sitio do Calhariz”¹⁷² também fazia parte do itinerário venatório, podendo acontecer que “Suas Mag. e Altezas depois de se haverem divertido alguns dias no sitio do Calhariz, e seus contornos” passassem “para Palma, Casa de Campo do Conde Meirinho mor”¹⁷³, onde se entretiveram com o exercício da caça”¹⁷⁴.

Por último, apesar de muito menos comumente, a Corte também se deslocava para a Lagoa de Albufeira, com o propósito de se “divertir com a cassa dos galleiroens”¹⁷⁵.

Estas caçadas proporcionavam, muitas vezes, uma grande aproximação entre o soberano, os cortesãos e os moradores dos lugares onde o evento acontecia, como quando “se fez segunda montaria para a parte de Almeirim, à qual haviam de concorrer todos os moradores de Santarém, por ordem que haviam recebido”¹⁷⁶.

A prática da caça que levou a estas frequentes deslocações e, consequentemente, à instalação da Corte, por períodos relativamente longos, nestas vilas que possuíam coutadas

¹⁷⁰ Cf. *Gazeta de Lisboa* - 13 de Janeiro de 1761.

¹⁷¹ Cf. *Gazeta de Lisboa* - n.º 9 de Fevereiro de 1762.

¹⁷² “A 24 do corrente partiram Suas Magestades, e Altezas, para o sitio do Calhariz, onde se divertiram alguns dias com o exercício da caça.” Cf. *Suplemento à Gazeta de Lisboa* n.º 17, 29 de Abril de 1752.

¹⁷³ O Meirinho mor era D. Manuel de Assis Mascarenhas, 5.º conde Óbidos.

Meirinho-mor do reino, e em memória de seus avós por descenderem de D. Diniz de Lencastre, filho do 3.º duque de Bragança D. Fernando, teve o tratamento de parente da Casa Real, por mercê de D. João V.

N. a 20 de Julho de 1699. Era filho dos 2.ºs condes de Óbidos, D. Fernando Martins Mascarenhas e D. Brites Mascarenhas da Costa e Castelo Branco. Sucedeu em toda a casa, senhorios e comendas de seu pai.

Em 1749 foi coronel de cavalaria, e brigadeiro de cavalaria da corte em 12 de Janeiro de 1754. El-rei D. José o nomeou seu gentil-homem em 1752. Por se julgar que fora cúmplice na conjuração do duque de Aveiro e dos Távoras, foi preso em 1760, e encerrado no forte da Junqueira, onde faleceu. Casou duas vezes; a primeira em 1 de Setembro de 1721, com D. Helena de Lorena, filha dos 3.ºs marqueses de Alegrete, Manuel Teles da Silva e D. Eugénia de Lorena; falecendo esta senhora a 5 de Janeiro de 1738, passou a segundas núpcias, a 12 de Agosto de 1741 com D. Helena Josefa de Meneses. Cf. ZÚQUETE, Afonso Eduardo Martins – *Nobreza de Portugal e do Brasil*, vol. 3, p. 420.

¹⁷⁴ Cf. *Gazeta de Lisboa* - n.º 18, 2 de Maio de 1752.

¹⁷⁵ Cf. *Gazeta de Lisboa* - n.º 43, 30 de Novembro de 1752.

¹⁷⁶ Cf. *Gazeta de Lisboa* - n.º 7, 15 de Fevereiro de 1752.

e palácios ou reais casas de caça, e, por isso, tinham “*o gosto de se ver convertida em Corte*”¹⁷⁷, por algum tempo, gerava um desenvolvimento local significativo.

Registe-se, por exemplo, a gratidão dos habitantes daquelas regiões, porque o “*exercício da cassa*” ia “*livrando os moradores daqueles contornos dos dannos, que recebem dos Lobos, e Rapozas*”¹⁷⁸, ou outros motivos para agradecer quando, por exemplo, se mandavam “*concertar os caminhos*”, como sucedeu com os que vão “*de Vila Viçosa para Alter do Cham, e para Vila Boim, para a corte ir ver as crias de grande número de egoas, que há naqueles campos, e nos de Roncam*”¹⁷⁹, ou, ainda com maior reconhecimento, porque, muitas vezes, o rei lhes fazia “*grandes mercês deferindo a muitos requerimentos*”¹⁸⁰.

Contudo, se a melhoria dos meios de comunicação, as solicitações de serviços que eram inerentes à presença régia e dos muitos nobres que o acompanhavam, as melhorias circunstanciais, mesmo que diminutas, a que eram sujeitas as casas de campo ou os palácios, afim de melhor receber o Rei, tinham repercussões relevantes, não devemos subestimar a valia de ser anfitrião do Poder e de conviver com modelares hábitos, gostos e atitudes, sempre em conjugação com um ambiente festivo de inegável eficácia reforçadora do poder do Estado.

Sendo a prática da caça a principal razão destas viagens e estadias, não eram esquecidos muitos outros divertimentos, os diversos compromissos políticos e sociais, bem como os ofícios e solenidades religiosas que faziam parte do quotidiano da Corte. Por isso, logo que chegavam a Mafra, dirigiam-se ao Real Convento, onde, “*depois do hymno*”, ouviam “*as Antífonas, e Versos, como se costuma na primeira recepção dos Reys; e acabada a Oração*”¹⁸¹ seguiam, então, para o Palácio.

Diariamente assistiam à “*feita ouvindo a missa*” e, nalgumas ocasiões, “*acabados os ofícios divinos (...) foi S. Magestade com os Infantes para o refeitório, onde jantaram com*

¹⁷⁷ Cf. *Gazeta de Lisboa* - n.º 37, de 19 de Outubro de 1752.

¹⁷⁸ Cf. *Gazeta de Lisboa* - n.º 5, 31 de Janeiro de 1760.

¹⁷⁹ Cf. *Gazeta de Lisboa* - n.º 20, 18 de Maio de 1751.

¹⁸⁰ Vd. *Gazeta de Lisboa* - n.º 40, de 7 de Outubro de 1751.

¹⁸¹ Cf. *Gazeta de Lisboa* - n.º 12, Janeiro de 1751.

a Comunidade. De tarde abriram os Religiosos os estudos, e S. Magestades assistiram aqueles actos”¹⁸², num sinal de grande envolvimento do monarca nas solenidades religiosas. Participavam, igualmente, em festas mais exclusivas, como por exemplo, quando, na mesma vila, “a Corte determina (...) assistir à festa do Glorioso S. Francisco no Mosteiro dos Religiosos Arrábidos”¹⁸³. Outros compromissos, de índole mais política, seriam assegurados pela presença de “ambos os Secretários de Estado, que seguiram a Corte”¹⁸⁴ com os quais o Rei, diariamente, despachava.

Um outro divertimento sempre presente e que muito agradava à Corte, era as touradas¹⁸⁵. Estas tinham a virtude de serem momentos de festa espontânea, que não careciam, como outros eventos do tempo barroco, de especiais encenações para exaltar a alegria e a emoção. Uma notícia mais singular dá-nos conta de que, em Salvaterra de Magos, “se divertiu toda a Família Real vendo a peleija de hum javali com hum touro.”¹⁸⁶

Enquanto as caçadas, os “combates de touros” e os passeios eram divertimentos que se realizavam ao longo do dia, a noite era sempre reservada para a ópera.

O rei, nestas suas deslocações mais prolongadas, fazia-se acompanhar dos músicos que lhe asseguravam os espectáculos operáticos, de que não prescindia. Assim, em Mafra ou noutro local onde a Corte se encontrasse, era sempre possível, “de noite” ouvir uma “serenata da nobre Musica Italiana, distinguindo-se muito nela as suaves e excelentes vozes dos grandes Músicos Egypciel e Raff”¹⁸⁷.

¹⁸² Cf. *Gazeta de Lisboa* - n.º 37, 19 de Outubro de 1752.

¹⁸³ Cf. *Suplemento à Gazeta de Lisboa Occidental* - n.º 39, 30 de Setembro de 1751.

¹⁸⁴ Cf. *Gazeta de Lisboa* - n.º 20, 18 de Maio de 1751.

¹⁸⁵ “As touradas eram dentro dos vários espectáculos, um dos mais completos. Conjugavam não só a diversão que proporcionavam os touros, mas também tudo aquilo que a ela estava associado – cortejos com carros triunfais, bailes, música e fogo de artifício.” Vd. ALVES, Joaquim Jaime Barros Ferreira – *A Festa Barroca no Porto ao Serviço da Família Real na segunda metade do século XVIII (subsídios para o seu estudo)*, p. 17. Em Fevereiro de 1759, em casa do duque de Cadaval, D. Nuno Caetano Álvares Pereira de Melo, 4º duque de Cadaval (1741-1771), em Muge, assistiram a “um combate de touros, de cavalo e de pé, terminando a festa com um brilhante fogo de artifício”. Vd. SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal*, vol. VI, p. 111.

¹⁸⁶ Cf. *Gazeta de Lisboa* - n.º 10, 8 de Março de 1753.

¹⁸⁷ Cf. *Gazeta de Lisboa* - n.º 37, 19 de Outubro de 1752.

Em Mafra, a Corte assistia aos espectáculos no Paço, porque não existia uma sala destinada para o teatro. O mesmo não sucedia em Salvaterra de Magos, pois D. José I mandou construir um teatro, desenhado por Giovanni Carlo Sicini Bibiena, que vem a ser inaugurado em 21 de Janeiro de 1753. Com uma lotação para quinhentas pessoas, dispostas por camarotes e uma plateia, e uma orquestra composta por cerca de 25 a 30 instrumentos¹⁸⁸, este Real Teatro, viria a ser, a curto prazo, a principal sala de espectáculos operáticos portuguesa.

Depois do terramoto de 1755 e o consequente desaparecimento da Ópera do Tejo, aquele Real Teatro não encontrará rival, pois o Teatro da Ajuda, com os seus modestos cem ou cento e cinquenta lugares¹⁸⁹, ou os teatros que, sazonalmente, eram montados no Palácio de Queluz¹⁹⁰, não seriam capazes de rivalizar com as temporadas de Carnaval¹⁹¹ de Salvaterra de Magos.

O rei assistia aos espectáculos sentado num cadeirão, ocupando o centro de um anfiteatro encenado por um reposteiro que formava uma tenda¹⁹², tornando o poder no principal protagonista de uma festa, onde os actores, ricamente vestidos¹⁹³, eram, afinal, simples figurantes do imenso cerimonial cortesão.

A duração média das representações era de cerca de seis horas, salvo em casos excepcionais, como sucedeu quando “*se abreviaram as solphas por ordem do Rey que quis ceyar mais cedo, para poder sahir de madrugada no dia seguinte, e assim reduziram a 4*

¹⁸⁸ Vd. CORREIA, Joaquim Manuel da Silva e GUEDES, Natália Brito Correia – *O Paço Real de Salvaterra de Magos*, p. 40.

¹⁸⁹ “ (...) depois da catástrofe, Giovanni Carlo Bibiena fora incumbido de construir a Real Barraca na Ajuda, o palácio de madeira, lona e tijolo onde a corte se fez acolher. Aqui, o engenhoso architecto improvisou um teatro, que comportava cerca de 130 espectadores, com uma tribuna e dois camarotes de boca”. Vd. GUIMARÃES, Daniel Tércio – *História da Dança em Portugal*, p. 180.

¹⁹⁰ Vd. BRITO, Manuel Carlos de, CYMBRON, Luísa – *História da Música Portuguesa*, p. 112.

¹⁹¹ As temporadas de Carnaval no Teatro de Salvaterra duravam desde meados de janeiro até Quarta-feira de Cinzas. Cf. BRITO, Manuel Carlos de, CYMBRON, Luísa – *História da Música Portuguesa*, p. 112.

¹⁹² “ (...) um reposteiro franjado, apoiado em pilares como uma tenda”. Cf. CORREIA, Joaquim Manuel da Silva e GUEDES, Natália Brito Correia – *O Paço Real de Salvaterra de Magos*, p. 39.

¹⁹³ “Nas últimas décadas do século XVIII o guarda-roupa para as principais óperas era executado em Milão, encomendado por intermédio de João Piaggio, cônsul de Portugal em Génova.” Vd. CORREIA, Joaquim Manuel da Silva e GUEDES, Natália Brito Correia – *O Paço Real de Salvaterra de Magos*, p. 41.

horas as 6”¹⁹⁴. Quanto a esta alteração, também poderia ter contribuído o estado de saúde de Giziello, pois, nessa mesma noite, foi noticiado que “*houve Opera , em que nam cantou Egypcielli, por se achar molestado*”¹⁹⁵.

Depois destas inúmeras viagens e estadias de duração variada, aqui relatadas, a Corte regressava sempre a Lisboa, a quem voltava a conceder “*o gosto de se ver restituída ao titulo de Corte*”¹⁹⁶. Belém, então, tornava a animar-se com a presença da família real e de “*todos os Cavalheiros e Pessoas*” que habitualmente seguiam a Corte nas diversas jornadas.

As solenidades religiosas também adquiriam uma relevância fundamental e, tal como a igreja não estava ausente de muitos divertimentos profanos, emprestando-lhes a sua grandiosidade, também o Rei e a corte tinham presença assídua nos lugares sagrados. A presença da família real era, muitas vezes, saudada por uma maior ornamentação e iluminação das igrejas que, nestas ocasiões, “*se achavam magnificamente guarneçadas, e iluminadas*”¹⁹⁷.

As diversas audiências que o Rei concedia ocupavam, igualmente, grande parte da sua agenda. Aquelas podiam acontecer por razões de índole económica¹⁹⁸, de natureza mais política, onde se destacam as recepções diplomáticas¹⁹⁹. Segundo o conde de Saint-Priest²⁰⁰, nestas cerimónias festivas, onde impera a obediência e o respeito, o “*monarca recebia-os de pé, ao fundo de uma longa sala, em presença dos seus ministros e*

¹⁹⁴ Cf. *Gazeta de Lisboa* - n.º 10, 8 de Março de 1753.

¹⁹⁵ Cf. *Gazeta de Lisboa* - n.º 10, 8 de Março de 1753.

¹⁹⁶ Cf. *Gazeta de Lisboa* - n.º 49, 6 de Dezembro de 1759.

¹⁹⁷ Cf. *Gazeta de Lisboa* - n.º 15, 13 de Abril de 1751.

¹⁹⁸ Como sucedeu quando “*o Sereníssimo Rei de Prússia*” quis “*estabelecer um comercio geral nos seus Estados, e prolongá-lo até aos portos deste Reyno.*” Cf. *Gazeta de Lisboa Occidental* - n.º 32, 10 de Agosto de 1751.

¹⁹⁹ “*(...) era costume em Lisboa o corpo diplomático apresentar-se na corte por ocasião dos dias de gala, que se realizavam nos aniversários natalícios e dias onomásticos do rei e sua família.*” Cf. *Portugal nos séculos XVII y XVIII Quatro Testemunhos (Testemunho de Conde de Saint-Priest – Uma Campanha Militar 1762 Uma Missão Diplomática 1763-1766)*, p. 154.

²⁰⁰ De 1763 a 1767 foi o representante da Corte francesa em Lisboa.

cortesãos”²⁰¹. Segundo o jornal *Gazeta de Lisboa* nos noticia, nalgumas ocasiões, depois destes eventos, seguir-se-ia “*de noite (...) uma magnifica serenata*”²⁰².

Para além destes dias festivos, existiam muitas festas de gala que levavam ao Paço “*todos os Grandes e mais Senhores do Reyno*”. Estas visitas envolviam grande número de pessoas. Neste contexto, devemos destacar o papel dos diversos nobres que estavam ao serviço do Rei e que assumiam um papel central na organização da cerimónia e determinação da etiqueta mais adequada para cada situação, atendendo a que as recepções seriam determinadas pelo estatuto dos visitantes e obediência a um protocolo²⁰³.

Os eventos festivos palacianos inserem-se num cerimonial que deve ser observado sob os aspectos sagrado e profano, aos quais se aplicam regras reguladoras e rigorosas, tanto no que diz respeito aos rituais religiosos, como à vida social²⁰⁴. As festas, numa tradição barroca, só ficariam completas com o concurso do povo que, avidamente, procurava ver o seu rei e demais membros da família real, de preferência envoltos num grande fausto que era gerador da maior admiração.

Numa outra escala, surgem as touradas, com as características já por nós referidas anteriormente. Eram espectáculos que aconteciam com frequência e juntavam grande

²⁰¹ Cf. *Portugal nos séculos XVII y XVIII Quatro Testemunhos (Testemunho de Conde de Saint-Priest – Uma Campanha Militar 1762 Uma Missão Diplomática 1763-1766)*, p. 154. Este cumprimento ao rei, segundo as regras de civilidade, “*consiste em dobrar hum pouco ambos os joelhos, ficando o corpo inteiro, e imediatamente pondo hum joelho em terra lhe beija a mão e levantando-se torna a fazer outra genuflexão como a primeira, e voltando sobre o lado direito vai sahindo para fora com muita gravidade. Dando quatro ou cinco passos se vira de todo para El Rei, e lhe faz a segunda continência, curvando como disse os joelhos; e para os Camaristas que lhe ficão então fronteiros, huma breve inclinação, e voltando como primeiro, dá os passos que restão até á porta, por onde se sahe da Sala, e dahi faz a ultima genuflexão á Magestade, e a segunda reverencia aos Camaristas, que lhe ficão ao lado, principiando daquele em que acabou na primeira cortesia até os últimos.*” Cf. SIQUEIRA, João de N. Sra. da Porta – *Escola de Política ou tratado pratico da civilidade portugueza*, pp. 39-40.

²⁰² Cf. *Gazeta de Lisboa* - n.º 21, 20 de Junho de 1752.

²⁰³ “*toda a pessoa que se propõe ir beijar a mão a El Rei (...) depois de estar vestido de cerimonia (...), se mete na sua carruagem, ou coche, se o tem, e tanto que chega à porta do Palácio se apêa. A civilidade parece mandar que seja fora da loja, ou patteo delle, mas a prática he chegar mesmo á escada. Entrando na primeira sala, em que estão os Soldados Archeiros, que são da Guarda Real, passa imediatamente à segunda dos Porteiros da Cana, aos quais mostra, ao menos pela primeira vez, a carta de Foro de Fidalgo, se o tem, e pode então entrar para a terceira Sala do Docel.*” Cf. SIQUEIRA, João de N. Sra. da Porta – *Escola de Política ou tratado pratico da civilidade portugueza*, p. 38.

²⁰⁴ Vd. LEFERME-FALGUIÈRES, Frédérique – *Les courtisans Une société de spectacle sous l’Ancien Régime*, p. 7.

número de espectadores. O Terreiro do Paço era um dos locais da cidade preferidos para se improvisar uma praça de touros. Estes espectáculos muito emotivos poderiam originar, nalguns casos, alterações na ordem pública. Apesar disso, geralmente, parecia não existir ocorrências dignas de registo, e a notícia mais comum era de que “*tudo se fez com grande magnificência e sem desordem*”²⁰⁵.

Noutros casos, as touradas tinham uma assistência mais restrita, nomeadamente, quando aconteciam na Praça Real de Belém²⁰⁶ ou “*na Casa de Campo de Queluz*”²⁰⁷. Segundo o conde de Saint Priest também era habitual “*o Príncipe D. Pedro, irmão e genro do rei*” oferecer-lhe “*bem como à rainha e suas filhas, uma ou duas festas por ano na sua casa de campo em Queluz*”²⁰⁸.

Naquelas festas, “*a rainha e suas filhas cantavam para a assistência*”. Na opinião de Saint Priest, “*a segunda destas princesas tinha uma voz encantadora e possuía uma excelente escola. As outras irmãs não tinham talento notável e a rainha, que estava velha, cantava muito alto e desafinada, o que não impedia*”, contudo “*que fosse admirada e cumprimentada*”²⁰⁹.

Nesta senda de divertimentos organizados, em Queluz, por D. Pedro, para além das touradas eram muito comuns as carreiras de cavalos. À noite a festa tinha o seu auge com o fogo-de-artifício, uma arte efêmera sempre muito apreciada. Assim sucedeu “*no dia de S. Pedro na caça de campo de Queluz, onde o Sereníssimo Senhor Infante D. Pedro lhes deu o divertimento, de verem diferentes artifícios de fogo do Ar, não só fabricados nesta*

²⁰⁵ Cf. *Gazeta de Lisboa* - n.º 30, 31 de Agosto de 1752.

²⁰⁶ Cf. *Gazeta de Lisboa* - 29 de Setembro de 1761.

²⁰⁷ Cf. *Gazeta de Lisboa* - n.º 11, 29 de Julho de 1760.

²⁰⁸ “*A mais bela casa nobre desta época não é afinal nenhum palácio da capital, mas uma casa de campo, embora de construção principesca: o Palácio de Queluz foi mandado construir pelo príncipe D. Pedro (...) numa propriedade junto à estrada para Sintra que em tempos pertencera aos Marqueses de Castelo Rodrigo e fora incorporada na Casa do Infantado em 1654. As obras principiaram em 1747 e prolongaram-se até cerca de 1790, desdobrando-se em várias campanhas com características diferenciadas.*” Vd. BORGES, Nelson Correia – Do barroco ao rococó in *História da Arte em Portugal*. Vol. 9, p. 102.

²⁰⁹ Cf. *Portugal nos séculos XVII y XVIII Quatro Testemunhos (Testemunho de Conde de Saint-Priest – Uma Campanha Militar 1762 Uma Missão Diplomática 1763-1766)*, p.155.

Cidade, mas mandados vir da Itália”, numa festa que foi qualificada como tendo tido “*muita magnificência, muita profusão, bom gosto, e boa ordem*”²¹⁰.

1.2.3. D. Maria I: “Uma Rainha sem Palácio”

Depois da morte do rei D. José I e da consequente subida ao trono de D. Maria I a família real continuou a residir na Ajuda “*naquele enorme barracão de madeira denegrida pelo sol e fustigada pelas rajadas da chuva*”²¹¹. À semelhança do que aconteceu com seu pai, a rainha nunca mais voltou a dormir no palácio de Belém. Continuou, contudo, a jantar na quinta de baixo²¹², a usar as cavalariças e as cocheiras lá existentes, construiu viveiros para albergar pássaros exóticos e fez obras no Palácio do Pátio das Vacas, porque naquele espaço funcionavam as secretarias de Estado dos Negócios do Reino e da Justiça²¹³.

A corte, durante o reinado de D. Maria I, para além de residir no palácio da Ajuda, como referimos, também passava longas temporadas em Queluz²¹⁴, Por outro lado, sempre que precisavam de frequentar “*os banhos das Alcacerias*”²¹⁵, em Alfama, instalavam-se no Terreiro do Paço²¹⁶.

²¹⁰ Cf. *Gazeta de Lisboa* – n.º 27, 6 de Julho de 1758. “*Nessa época, e mormente até que o Sereníssimo Infante passasse a rei-consorte (1777) com obrigação de mais amiúde assistência no Paço de madeira da Ajuda, os jardins de Queluz, com seus lagos, cascatas e labirintos, recintos de jogos e casas de recreio animaram-se com brilhantes festas pela Páscoa, S. João, S. Pedro, N.ª Sra. da Conceição e Natal.*” Vd. ARAÚJO, Agostinho Rui Marques de – *Experiência da Natureza e Sensibilidade Pré-Romântica em Portugal temas de pintura e seu consumo (1780 – 1825)* Vol. I, p. 137.

²¹¹ Vd. SANCHES, José Dias – *Belém e arredores através dos tempos*, p. 136.

²¹² “*Suas Magestades e Altezas*” encontrando-se a residir em Queluz, “*vieram a Belém, jantaram na quinta de baixo, e voltaram igualmente de tarde para Queluz.*” Cf. *Gazeta de Lisboa*, 2 de Outubro de 1781.

²¹³ Vd. SARAIVA, José António – *O Palácio de Belém com os seus hóspedes os seus segredos e a sua vida quotidiana*, p. 49.

²¹⁴ “*Suas Magestades e Real família partiram para a Quinta de Queluz, onde intentam passar o resto do Verão.*” Cf. *Gazeta de Lisboa* - 2 de Julho de 1779.

²¹⁵ Cf. *Gazeta de Lisboa* - 25 de Agosto de 1780.

“*Águas minerais de Lisboa (...). Cloretadas – carbonetadas – sulfatadas, à temperatura de 33 graus centígrados: magníficas no tratamento de doenças da pele. Para tratamento destas águas há na rua do Terreiro do Trigo casas de banho que tomaram igualmente o nome de Alcaçarias (...).*” Cf. Dicionário Corográfico de Portugal Continental e Insular, vol.1, p. 293.

²¹⁶ “*forão habitar parte dos edifícios, que formão a Praça do Commercio, para poder El Rey mais commodamente tomar os banhos das Alcacerias.*” Cf. *Gazeta de Lisboa*, 25 de Agosto de 1780. “*A Sereníssima Senhora Princesa do Brasil, Viuva*” não acompanhou “*ao Real sitio de Mafra com as demais Pessoas Reaes*” para permanecer “*no Palácio do Terreiro do Paço, para prosseguir por mais algum tempo no uso dos Banhos das Alcacerias.*” Cf. *Gazeta de Lisboa* - n.º 34, 24 de Agosto de 1790.

Para além destes períodos de tempo em que o Rei ou a Rainha frequentavam os banhos e se instalavam, por essa razão, no Terreiro do Paço, também era comum ser noticiado a passagem de “SS.MM. e A.A” pelo “*Palácio da Praça do Comercio*”²¹⁷. Pela dimensão da Praça era também nela que a família real assistia aos espetáculos mais grandiosos que, muitas vezes, envolviam grande número de populares²¹⁸.

Em Novembro de 1794, a família real e a corte portuguesa sofre uma grande adversidade por causa de um incêndio que deflagrou no Real Palácio da Ajuda. O fogo teria começado “*por descuido em hum dos quartos debaixo*” tendo ardido “*toda a parte do Palácio que fica ao nascente*”²¹⁹. A corte fica a residir com um carácter mais permanente em Queluz. As sucessivas obras que foram feitas nesta residência real, porque muito dilatadas no tempo e com diversidade de opções arquitetónicas, determinaram um edifício híbrido²²⁰, apesar da predominância rococó, que lhe vai conferir interiores bastante intimistas²²¹.

1.2.4. Os Hábitos da Corte Mariana: Diversões e Ofícios

A corte, durante o reinado de D. Maria I, prosseguiu o ciclo de viagens e de estadias que já tinham sido comuns no tempo de seu pai, D. José I. Assim, Salvaterra de Magos, Mafra e Vila Viçosa continuavam a ser os destinos mais frequentes. Nestes lugares, as rotinas da corte também continuavam idênticas, relativamente ao reinado anterior.

²¹⁷ Cf. *Gazeta de Lisboa* - 6 de Agosto de 1784 (suplemento). Este palácio resulta da ligação, através de um passadiço, entre os edifícios da Câmara de Lisboa e a Secretaria da Justiça.

“*Com o renascimento da capital pensou-se em edificar novo palácio para o Senado, e escolheu-se o sítio que vinha a cair sobre o novo Largo do Pelourinho e seguia até ao Terreiro do Paço e Rua do Ouro. A construção durou quatro anos, tendo começado em 1770 e custado 120 contos (...)*”. Vd. MESQUITA, Alfredo – *Lisboa*, p. 566.

²¹⁸ Assim sucedeu no dia 10 de Junho de 1785, quando “*SS. MM. E AA. foram ao palácio da Praça do Commercio ver deitar um magnifico fogo d’artificio, que ali se achava armado na forma de um jardim, tendo no seu fundo hum edificio de boa arquitectura, ornado de figuras emblemáticas, o qual, depois da variedade de vistas executadas no jardim, ficou todo iluminado, com a mais brilhante perspectiva. Seguiu-se um vistoso e muito variado fogo do ar, que acabou de satisfazer o innumeravel concurso de espectadores, que enchia a Praça, e cobria todas as eminências da Cidade*”. Cf. *Gazeta de Lisboa* – n.º 24, 14 de Junho de 1785.

²¹⁹ Cf. *Gazeta de Lisboa* – n.º 45, 14 de Novembro de 1794.

²²⁰ Vd. GUEDES, Natália Correia – *Palácio de Queluz in Palácios Portugueses*, p. 47.

²²¹ “*todo o esforço monumental e decorativo se volta para o interior, não só nas fachadas dos jardins, mas na própria ornamentação das diversas salas, onde predominam as tonalidades claras, os espelhos, os motivos assimétricos em talha ou estuque dourado.*” Vd. BORGES, Nelson Correia – “Do barroco ao rococó” in *História da Arte em Portugal*. vol. 9, p. 102.

A grande novidade nestas viagens da corte parece residir num maior interesse manifestado pelos tratamentos através de águas medicinais, destacando-se a permanência nas termas das Caldas da Rainha. A partir desta vila, passeavam por outros lugares²²², nomeadamente Nazaré²²³, Batalha²²⁴, Alcobaça²²⁵ ou Marinha Grande²²⁶.

A dimensão destas deslocações sociais é, de alguma forma, igualmente transmitida por outras descrições que nos dizem que “*as viagens da corte oferecem um espectáculo único, pitoresco e inacreditável – difícil de descrever; um rebuliço geral, tumultuoso, desordenado, impossível de contar*” acrescentando o escritor que “*a corte dispõe de poucas carruagens e as que existem são insuficientes para transportar a trigésima parte dos indivíduos que constituem a comitiva dos príncipes e princesas, e por isso requisita-se todas as seges de aluguer que há em Lisboa*”. Num tom mais mordaz que crítico, o autor diz, ainda, que se assiste “*ao desfilar (...) de seges velhas e de seges novas, elegantes umas, avariadas outras, limpas umas, com outras cobertas de poeira ou de lama, de sotas velhos com sotas novos, altos e baixos, esfarrapados, extravagantes, zarolhos, com casaco ou em colete e muitas vezes embriagados*”²²⁷, contribuindo para que acreditemos estar perante uma corte sem brilho.

Um outro lugar que também mereceu uma maior atenção no reinado mariano foi a vila de Sintra, pois sabemos que D. José I não a frequentou, privilegiando sempre as deslocações para palácios com tapadas. Apesar das estadias não parecerem muito prolongadas pelas descrições que nos dizem que “*o palácio encontra-se completamente abandonado (...)*

²²² “*Das Caldas da Rainha se recebem agradáveis notícias a respeito da saúde de S. M. e AA., que desfrutando as vantagens da estação, e do sítio, se exercitam diariamente, dirigindo os seus passeios aos diversos lugares daqueles arredores. A Princeza N. S. principiou há dias a beber as aguas mineraes, por cujo feliz sucesso fazemos todos sinceros votos.*” Cf. *Gazeta de Lisboa* – n.º 21, Suplemento, 25 de Maio de 1787.

²²³ “*huma jornada, que fizeram a Senhora da Nazareth*”. Cf. *Gazeta de Lisboa* - 1 de Outubro de 1782.

²²⁴ “*onde virão com miudeza os restos delicados d’arquitectura.*” Cf. *Gazeta de Lisboa* - 29 de Outubro de 1786.

²²⁵ Depois da visita ao Mosteiro, “*forão S.M. e A.A. examinar as Fabricas de lençaria, e algodão.*” Cf. *Gazeta de Lisboa* - 29 de Outubro de 1786.

²²⁶ Foram “*jantar à Fabrica do Vidro estabelecida na Marinha Grande*”. Cf. *Gazeta de Lisboa* - 29 de Outubro de 1786.

²²⁷ Cf. CARRÈRE, J.B.F. – *Panorama de Lisboa no ano de 1796*, pp.57-58.

desde a morte de D. Afonso VI²²⁸, encontramos noticiadas outras viagens mais demoradas²²⁹. Apesar de tímido, talvez possamos registar o reinício de um movimento da corte em direção a Sintra que, coadjuvado pelo interesse estrangeiro, está na génese da importância da vilegiatura naquela vila.

Após estas viagens e estadias, mais ou menos prolongadas, a corte regressava sempre à capital, onde recomeçava um quotidiano de compromissos muito diversos que implicavam muitas recepções no palácio real ou pequenas deslocções da rainha e da corte.

Para além das comemorações mais comuns, que já elencámos quando nos referimos ao reinado de D. José I, das quais se destacam, pela regularidade, os aniversários e dias do nome de membros da família real, nascimento dos infantes, apresentação de cumprimentos por parte do corpo diplomático radicado em Lisboa, encontramos outras descrições, mais particulares, das quais constam, por exemplo, “*ver lançar ao mar uma bela fragata*”²³⁰ ou ir “*à Quinta de Caxias, onde ouve um vistoso fogo de artifício, e se lançaram duas máquinas aerostáticas, huma de tarde, e a outra à noite iluminada, ambas com bom sucesso*”²³¹, parecendo demonstrar um grande apreço pelas novidades científicas próprias do seu tempo.

Contudo, quanto a divertimentos, o reinado de D. Maria I ficará marcado pelo fim dos grandes espectáculos teatrais régios. Cantoras e bailarinas ver-se-ão impedidas de representar e em 1792 os teatros régios serão encerrados, depois da rainha ter tido um forte ataque de loucura, durante uma das récitas da ópera “*Riccardo Cor di Leone de Grétry*”, cantada no Teatro de Salvaterra, no Carnaval do referido ano²³². Esta atitude, associada à devoção da rainha pelas procissões²³³ que são frequentadas “*como quem vai à ópera*”²³⁴

²²⁸ Cf. Murphy, citado por BRITO, Sérgio Palma – *Notas sobre a evolução do viajar e a formação do turismo*, Volume 1, p. 260.

²²⁹ “A Rainha N.S. e toda a Real família (...) para Cintra com intenção de se demorar alli por algum tempo.” Cf. *Gazeta de Lisbo* - 11 de Setembro de 1787.

²³⁰ Cf. *Gazeta de Lisboa* - 2 de Julho de 1782.

²³¹ Cf. *Gazeta de Lisboa* - 14 de Junho de 1785.

²³² Vd. BRITO, Manuel Carlos de, CYMBRON, Luísa – *História da Música Portuguesa*, p. 114.

²³³ “O divertimento mais frequente da gente lisboeta eram as procissões. (...) Durante a Quaresma havia todas as sextas-feiras, uma. A dos Passos movimentava meia cidade. Antes dela sair, ia a família real a S. Roque beijar o pé da celebrada imagem. Mas a do corpo de Deus excedia a todas em esplendor”. Vd. BEIRÃO, Caetano – *D. Maria I 1777 – 1792 subsídios para a revisão da história do seu reinado*, p. 263.

marcará este reinado de interregno, onde a vocação política do Antigo Regime, já não foi capaz de se impor.

1.2.5. D. João VI: Um Governante sem País

Após o violento incêndio ocorrido no dia 10 de Novembro de 1794 que destruiu, quase na totalidade, o palácio da Ajuda, D. João, Príncipe regente, por doença de sua mãe decidiu que seria construído um grande palácio muito próximo do local onde havia existido o paço de madeira. Todavia, enquanto a construção de um novo edifício não estava concluída, foi escolhido o palácio de Queluz como residência oficial da família real²³⁵.

Esta Corte, à semelhança do que vinha sucedendo nos reinados anteriores, era muito criticada pelos estrangeiros que a conheceram, considerando que existia uma manifesta ausência de grandeza²³⁶. Relativamente às comodidades existentes na Corte, a opinião dos cortesãos que a frequentaram nem sempre é coincidente. D. José Trazimundo, marquês de Fronteira²³⁷, afirma que o quarto do seu pai²³⁸ no Paço tinha “*todas as suas comodidades como se estivesse em Benfica*”²³⁹. Por outro lado, a marquesa de Alorna, alguns anos antes, numa estadia em Salvaterra, refere que “*pela escassez das casas*” foi obrigada “*a dormir no Paço em casa da Camareira-Mor da Rainha mãe*”²⁴⁰.

Apesar de ser em Queluz, pela presença da Corte, que havia lugar para as comemorações mais importantes, noutros locais do país, particularmente em Lisboa, assinalam-se,

²³⁴ Cf. LINK, Heinrich Friedrich, *Notas de uma viagem a Portugal e através de França e Espanha*, p. 134.

²³⁵ Vd. GUEDES, Natália Correia – “Palácio de Queluz” in *Palácios Portugueses*, p. 23.

²³⁶ Le Carrère, por exemplo, escreveu que “*o príncipe não se rodeia nem de magnificência, nem de representação, nem de majestade*”, originando que “*não existe nesta corte aquela gentileza delicada, o à-vontade, as boas maneiras, a linguagem elegante, fácil ligeira, nem tão-pouco o aspecto nobre e descontraído, a graça honesta e discreta, que distinguem muitas das cortes europeias*.” Cf. CARRÈRE, J.B.F. – *Panorama de Lisboa no ano de 1796*, p. 54.

²³⁷ D. José Trazimundo Mascarenhas Barreto, 7º marquês de Fronteira.

²³⁸ D. João José Luís de Mascarenhas Barreto, 6º marquês de Fronteira.

²³⁹ Cf. BARRETO, D. José Trazimundo Mascarenhas – *Memórias do Marquês de Fronteira e d’Alorna*, vol. 1-2, p. 7.

²⁴⁰ Cf. ALORNA, marquesa de – *Inéditos cartas e outros escritos*, p. 60.

igualmente, os dias considerados especiais. Relativamente às audiências, passavam, agora, algumas delas, a ser dadas nos palácios das Necessidades²⁴¹ e da Bemposta²⁴².

Entretanto, este ciclo governativo iria ser interrompido e a vida política portuguesa sofreria um enorme sobressalto, com a primeira invasão francesa ocorrida em Novembro de 1807 e a consequente fuga da família real e da corte para o Brasil, a 29 do mesmo mês.

O general Junot, comandando o exército francês, à chegada a Lisboa, manifestou estranheza pela partida do Príncipe, só encontrando justificação para aquela atitude na “*influência maligna da Inglaterra*” e porque o “*Príncipe, aliás respeitável pelas suas virtudes deixou-se arrastar pelos conselheiros pérfidos de que era cercado, para ser por eles entregue aos seus inimigos*”²⁴³.

Os portugueses parecem ter tido um outro entendimento, pois, algum tempo mais tarde, as mesmas tropas que anunciavam protecção, constatavam, pela voz insuspeita do general Koch²⁴⁴, que “*a população*”, perante a presença francesa “*estava animada (...) por um ódio suficientemente violento para não recuar perante qualquer sacrifício*”²⁴⁵.

²⁴¹ “Quando em 1742 adoeceu gravemente D. João V, foi transportada para a sua câmara a imagem de Nossa Senhora das Necessidades, e depois de restabelecido, mandou, em prova de gratidão, fundar uma nova igreja com prerrogativa de capella real e construir, sob o risco do architecto Caetano Thomaz de Sousa, um palácio para residência de seus irmãos D. Manuel e D. António e um convento de congregados de S. Filipe Nery, que pela extinção das ordens religiosas foi annexado ao paço. (...) No reinado de D. José hospedaram-se ahi os filhos de Jorge III e diversos príncipes estrangeiros. Vd. RUIZ, António José Mimoso – *Paços Reaes*, p. 27. O príncipe D. João, ia “de Queluz para o Palácio das Necessidades, a fim de dar ali audiência.” Cf. *Gazeta de Lisboa* - 15 de Dezembro de 1795.

²⁴² O palácio da Bemposta, vulgarmente conhecido como Paço da Rainha, pertenceu à rainha D. Catarina que, tendo regressado a Portugal após ter ficado viúva de Carlos II comprou “o palácio Castanheira de Moura e outros terrenos do campo da Bemposta, fundou o palácio para sua residência. Quando falleceu legou os bens a seu irmão D. Pedro II, ficando assim na coroa a quinta e paço da Bemposta, que mais tarde passou para o infantado por doação de D. João V.” Vd. RUIZ, António José Mimoso – *Paços Reaes*, pp. 20-21. Na Bemposta, também passaria a ser dada pelo “Príncipe Regente N. Senhor (...) audiência geral às quintas-feiras pela manhã, e sendo feriado na terça antecedente (...) e nos sábados a dá particular aos fidalgos e Ministros do Paço.” Informação que consta do Almanaque de 1803, citado por MOITA, Luís – *A Bemposta O “Paço da Rainha”*, p. 38.

²⁴³ Cf. *Gazeta de Lisboa* - 4 de Dezembro de 1807.

²⁴⁴ Jean-Baptiste-Frédéric Koch (1782-1861), camarada de armas e admirador de Massena, realizou uma importante pesquisa e redigiu uma obra fundamental para o estudo biográfico daquele marechal do exército francês.

²⁴⁵ Vd. KOCH, General – *Memórias de Massena – Campanha de 1810 e 1811 em Portugal*, p. 15.

1.2.6. Os Hábitos da Corte Joanina: Diversões e Ofícios

Durante a regência de D. João, os hábitos e percursos não se alteraram substancialmente. Encontramos, assim, rotinas muito idênticas às que existiam nos reinados anteriores.

Assim, foram perseguidos interesses, circuitos e calendários semelhantes aos seus antecessores. Realce-se, quanto às estadias em Mafra, que foi durante a regência de D. João VI que o palácio foi habitado durante um período de tempo mais dilatado. A presença da corte ao longo de cerca de um ano, obrigou, inclusivamente, a obras de adaptação naquela residência que implicaram uma reorganização dos espaços interiores e anexação de outros pertencentes ao convento, obras do foro mais decorativo com recurso a pintores de reconhecido prestígio, e também a encomenda de seis novos órgãos para a Basílica²⁴⁶.

Relativamente a Salvaterra de Magos, julgamos que, neste período, as estadias foram menos frequentes, pois, para além da informação de algumas obras realizadas no Paço²⁴⁷, não encontramos notícias de qualquer outra presença mais assídua.

Regressados a Lisboa, apesar das vozes críticas que diziam que os príncipes “*passam a maior parte do tempo encerrados nos seus aposentos (...) não frequentam os espectáculos e só aparecem nos dias de gala, quando a etiqueta o determina*”²⁴⁸, devemos registar, todavia, a sua comparência em lugares muito diversos, no cumprimento de uma agenda alargada que contemplava muitos eventos de cariz social, mas também muitos outros de índole religiosa, para além dos que são, reconhecidamente, políticos.

Neste contexto, destacamos a presença em exames da Aula do Comércio, nomeadamente no de “*José Ignacio Pereira*” o qual foi “*hum de cujos discípulos teve a honra de fazer exame em presença de S. A. R.*”²⁴⁹ e realçamos pelo carácter mais intimista, mas que parece exceder em regularidade e tradição, o “*antigo costume do Paço*”, que pela descrição

²⁴⁶ Vd. MONTENEGRO, Maria Margarida. – *Palácio Nacional de Mafra*, p. s./n.º.

²⁴⁷ “(...) o órgão da Capela foi afinado em 1783 por Bento Fontanes Maqueira, uma “*banqueta de seis castiçais e seus pertences*” é executada em 1791 pelo entalhador Manuel Antunes; Pedro António Fidié, Mestre Armador, executa em 1805 uma armação de dossel e espaldar, também para a Capela”. Vd. CORREIA, Joaquim Manuel da Silva e GUEDES, Natália Brito Correia – *O Paço Real de Salvaterra de Magos*, p. 28.

²⁴⁸ Cf. CARRÈRE, J.B.F. – *Panorama de Lisboa no ano de 1796*, p. 55.

²⁴⁹ Cf. *Gazeta de Lisboa – Suplemento*, n.º 42, 22 de Outubro de 1802.

do marquês de Fronteira, constava na ida das “*Pessoas Reais, uma ou duas vezes no mês de Maio, em dia de semana*” ao seu jardim de Benfica, onde os seus Avós e Pai “*lhes faziam servir uma esplêndida merenda na mesa de pedra do grande jardim*”²⁵⁰.

1.2.7. Vivências Exteriores ao Paço

A vida social, o comportamento, os circuitos e os lugares habitados pelas elites lisboetas obedeciam a regras distintas e constituíam inequívocos sinais identitários. Dois modelos determinavam o curso das vivências daquele grupo.

Por um lado, os hábitos do rei e a vida no Paço reflectiam-se no universo de todos aqueles que pertenciam ou desejavam ascender a um grupo superior, por outro, no ocaso de Setecentos e no primeiro quartel do século XIX, a par daquela influência, muitas outras viriam a ser determinantes e capazes de se sobrepor. Referimo-nos, principalmente, às influências estrangeiras, ao enfraquecimento de uma parte da nobreza e ao desejo de afirmação social de uma burguesia rica que se revia mais na construção do futuro do que na manutenção intacta do passado.

O quotidiano de todos aqueles intervenientes era exigente. Os olhos estavam sempre postos neles e todos os actos se confundiam e articulavam com o estatuto. Logo, os dias planificavam-se tendo em conta princípios e modelos previamente determinados.

Os horários faziam parte deste léxico. Sabemos que “*à tarde triunfa a ociosidade*” porque “*do meio dia até ao jantar, são incalculáveis as ocorrências*” e “*os lisonjeiros, os elegantes, os ociosos, bem brunidos, bem contentes de si, passam de uma casa a outra*”²⁵¹, fazendo jus à regra de civilidade que recomendava que as visitas não deveriam ser feitas “*senão depois das quatro, ou cinco horas da tarde, conforme as estações do anno, e jamais de manhã*”²⁵².

²⁵⁰ Cf. BARRETO, D. José Trazimundo Mascarenhas – *Memórias do Marquês de Fronteira e d'Alorna* – vol. 1-2, p. 80.

²⁵¹ Cf. ALORNA, marquesa de – *Inéditos cartas e outros escritos*, p. 82.

²⁵² Vd. SIQUEIRA, João de N. Sra. da Porta – *Escola de Politica ou tratado pratico da civilidade portugueza*, p. 90.

Até ao meio-dia vivia-se no interior da casa um tempo mais íntimo e privado, onde os regulamentos e ordens dadas aos criados dispõem que estes se devem “*levantar cedo*”, mas também se determina que “*todos os recados escritos*” só deverão ser entregues “*ao meio dia ao criado do quarto, ou guarda roupa*”²⁵³. Durante a tarde, nas ruas de Lisboa, a par de uma população numerosa, assistir-se-ia à circulação das “*classes médias e altas da sociedade*” onde se reconhecia, no seu vestuário, “*um extremo cuidado quanto à qualidade e à alvura da sua roupa branca*”²⁵⁴.

Relativamente às mulheres, nas suas parcas saídas, os relatos são unânimes a dizer-nos que as que pertenciam aos grupos sociais mais elevados saíam acompanhadas pelo seu séquito de criados, resguardadas por véus e mantos²⁵⁵ que muito acentuavam a clausura social em que viviam e as mantinha afastadas dos padrões de modernidade emergentes na Europa, nomeadamente, em França²⁵⁶.

Em muitas ocasiões, contudo, os estrangeiros que visitaram Lisboa mostraram-se muito elogiosos quando se referiam à mulher portuguesa. Assim acontecia, quando, à tarde, elas se vestiam a rigor e, sedutoramente, “*as mangas dos seus corpetes desciam até aos pulsos, mas tinham uma abertura pela qual se divisava a alvura, o contorno e a pele aveludada do braço*”, para além do “*seio*” que “*andava coberto*”, mas deixava vislumbrar “*o suficiente para desejar ver o resto, pois que as portuguesas possuem, no geral, um seio muito belo*”²⁵⁷.

Apesar da beleza, sedução ou, talvez mais precisamente, do exotismo que os estrangeiros lhe encontravam e de uma maior concessão que se fazia “*às senhoras ilustres e distintas*”

²⁵³ Cf. *Arquivo da Casa de Rio Maior*, Ficha 722, Maço 44, Doc. 1, f. s./n..

²⁵⁴ Cf. SHERER, Joseph – *Recollections of the Peninsula*, p. 118.

²⁵⁵ “*Na sinalética simbólica das práticas vestimentares, a tonalidade preta do manto de seda introduz uma gravidade recatada no traje, ao mesmo tempo que cobre o corpo dos ombros aos joelhos.*” Vd. MADUREIRA, Nuno Luís – *Lisboa luxo e distinção*, p. 64.

²⁵⁶ Apesar das descrições que nos dão conta do recato e exclusão em que as mulheres viviam, algumas vozes mais castas, portuguesas, muito críticas e contestatárias, afrontadas relativamente aos valores que algumas lisboetas iam importando, escreviam que “*de sorte que se for em França moda / Andarem sem orelhas, / Aposto, que com todo o desafoço / Em Lisboa as orelhas cortão logo.*” Cf. COSTA, José Daniel Rodrigues – *Modas do Tempo descobertas na quarta parte dos Opios*, Lisboa, Of. Simão Thaddeo Ferreira, 1788, p. 10.

²⁵⁷ Cf. CHAVES, Castelo-Branco – *Portugal A Corte e o País nos anos de 1765 a 1767*, p. 143.

de uma “*maior liberdade no vestido, enfeites e toucados, que às pessoas plebeias*”²⁵⁸, aquelas não fariam parte do “*tout ensemble de uma beleza lisboeta*”²⁵⁹.

Os apreciadores desta estética feminina comentavam também, parecendo lamentar, que as “*senhoras de categoria ou as burguesas mais cotadas*” se mostravam “*pouco, mesmo até nas igrejas*”. Neste contexto, à laia de justificação, recordavam o provérbio que diz que “*elas só saíam de casa três vezes na vida – a baptizar, a casar e a enterrar*”²⁶⁰.

As mulheres ocupariam os seus dias, segundo a voz crítica de Marian Baillie, não fazendo “*nada desde a manhã até à noite, senão estarem à janela, reclinando-se em atitudes indolentes, com a cabeça apoiada à mão e fazendo referências satíricas sobre toda a gente que passa*”²⁶¹.

Segundo um outro estrangeiro que passou por Lisboa e escreveu sob anonimato acerca da vida portuguesa, as mulheres, ocasionalmente, passeavam de “*carro parando às portas das lojas para ver tecidos e jóias*”²⁶².

Estes comentários parecem corroborar a ideia de que, até muito tarde, muitos comportamentos antigos permanecem, apesar de todos os movimentos conhecidos, ainda na primeira metade do século XVIII, no sentido de trazer a mulher mais para o centro da sociabilidade.

Apesar de os princípios de uma boa educação continuarem a apelar para que a mulher passasse na rua o mais discretamente possível²⁶³ e das muitas críticas e receios

²⁵⁸ Cf. SIQUEIRA, João de N. Sra. da Porta – *Escola de Politica ou tratado pratico da civilidade portugueza*, p. 160.

²⁵⁹ Ao contrário das classes mais desfavorecidas, cujo “*modo de traçarem a capa, (...) é extremamente gracioso e atrai muita atenção, já que se vêem as formas de toda a figura terminando num pé e tornozelo elegantes (...) as mais abastadas, por estranha contradição, apesar de possuírem talvez os formosos pés e tornozelos das irmãs mais pobres, dão muito pouca atenção a esta parte dos seus seres*”. Cf. *Letters from Portugal and Spain* (Anónimo), Carta III, Lisboa 13 de Outubro de 1808, p. 139.

²⁶⁰ Cf. CHAVES, Castelo-Branco – *Portugal A Corte e o País nos anos de 1765 a 1767*, p. 144.

²⁶¹ Cf. BAILLIE, Marianne – *Lisboa nos anos de 1821, 1822 e 1823*, p. 193.

²⁶² Cf. RÜDERS, Carl Israel – *Viagem em Portugal 1798 – 1802*, p. 168.

²⁶³ Por isso, houve quem exaltasse as virtudes dos ensinamentos de “*algumas mestras de moças*” que “*usam de manha pellas ensinar bem, sò dādolhe búzios fermosos, que levem na boca, quando se vão para casa, dizendo-lhe que lhe faz os dentes alvos, & cheirar bem o bafo que os não tirem da boca até casa, & às vezes lhe dizem, qual lhe achar hum alfinete na rua, que lhe dará três ovos por elle, o qual fazem, porque o achado he bom para ella, & o qual faz, porque as moças não fallem, nem alcem os olhos do chão quando forem*

relativamente a um mundo novo que trazia novas modas e outros comportamentos, surgia inevitável a chegada de uma nova dinâmica social mais excessiva, onde à mulher caberia um papel mais actuante.

As influências inglesa²⁶⁴ e francesa²⁶⁵ fizeram-se sentir ao longo do período que estudamos. Julgamos, todavia, que a mais profunda alteração, no que à sociabilidade diz respeito, adveio da abertura da casa ao exterior na segunda metade de Setecentos, e do lugar proeminente que nela passou a ser ocupado pela mulher²⁶⁶.

As famílias sofreram alterações que, neste contexto, não são despiciendas. O número de mulheres da nobreza que ingressou nos conventos, na segunda metade do século XVIII, diminuiu substancialmente²⁶⁷. Por outro lado, no início do século XIX, assistimos ao casamento de filhas de titulares antigos “*com detentores de grandes fortunas*”²⁶⁸, miscigenando-se dinheiro, estatuto familiar e o ensejo de experimentar outras modernidades próprias de um novo mundo que vai nascendo.

rella rua, & se ensinem a nam tomar brio de ver, & ser vistas”. Cf. *Historias Proveitozas primeira, Segunda & Terceira parte que contem Contos de proveito, e exemplo, para boa educação da vida humana. Composto por Gonçalo Fernandes Trancoso leva no fim a Policia, & urbanidade Christãa*, p. 74.

²⁶⁴ “Já na primeira metade do século se assistia a alguma anglicização de hábitos e de gostos, estimulada pelo regresso da rainha viúva D. Catarina de Bragança (1693) e, sobretudo, pelo auge do domínio comercial dos homens da “Factory” a partir do Tratado de Methuen (...)”. Vd. ARAÚJO, Agostinho Rui Marques de – *A “Assembleia Britânica” em Lisboa e a sua sede (1771-1819)*, p. 7.

²⁶⁵ Os franceses introduziram “os seus hábitos nesta capital” contribuindo para “o velho costume de enclausurar permanentemente as senhoras a la Turc (...) desaparecer rapidamente”. Cf. *Letters from Portugal and Spain* (Anónimo), Carta III, Lisboa 13 de Outubro de 1808, p. 139.

“Em 1724, D. João V tinha colocado em Paris Francisco Mendes de Góis, encarregado de o pôr ao corrente da moda, dos hábitos da corte (...). A moda francesa “moderna” ficava, porém, à superfície. (...) Cerca de 1730, uma nova geração tinha já absorvido, tanto quanto lhe era possível, os costumes novos. As damas tinham então papel nos saraus das casas nobres, que imitavam os da corte (...). Vd. FRANÇA, José-Augusto – *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*, p. 41.

²⁶⁶ “(...) vem o período pombalino (...) constituem-se os salões; da senhora, com toda a sua nobre sedução, sai a conversadora (...)”. Vd. LUCCHI, Eduardo Schwalbach – *A Mulher Portuguesa*, p. 24.

²⁶⁷ “Nas filhas de cerca de meia centena de casas titulares, o número das que ingressaram em conventos baixou abruptamente entre as que nasceram depois de 1751, ao ponto de quase desaparecer nas décadas seguintes. Quando antes eram em regra cerca de 15 por década, depois de 1761 quase não houve filhas de titulares antigos a professarem nas casas religiosas de Lisboa que as vinham recebendo desde há séculos.” Vd. MONTEIRO, Nuno Gonçalo – “Casa, casamento e nome: fragmentos sobre relações familiares e indivíduos” in MATTOSO, José, dir. – *História da Vida privada em Portugal A Idade Moderna*, p. 144.

²⁶⁸ “Os filhos não sucessores e algumas filhas começaram então a casar-se com detentores de grandes fortunas, claramente exteriores ao círculo restrito onde até há pouco se faziam as escolhas matrimoniais”. Cf. MONTEIRO, Nuno Gonçalo – “Casa, casamento e nome: fragmentos sobre relações familiares e indivíduos” in MATTOSO, José, dir. – *História da Vida privada em Portugal A Idade Moderna*, p. 146.

Além de começarmos a verificar um aumento da presença feminina no território social, também a sua saída de um círculo mais restrito contribui para uma mudança de comportamentos, tendencialmente mais próximos de grupos de espírito mais aberto e inovador. Doravante, nas residências das elites seremos cada vez mais confrontados com a importância da mulher enquanto anfitriã. A casa começa, frequentemente, a ser associada ao nome da mulher²⁶⁹ e a responsabilidade da decoração é-lhe atribuída, como sucede com o comentário que refere que “*o interior da casa é magnífico e prático, mostrando bem o gosto da amável dona de casa*”²⁷⁰.

Julgamos, ainda, relevante que a ausência do dono da casa, não constitua impedimento para a realização de um evento festivo. Neste caso, a responsabilidade da organização é atribuída à respectiva mulher, como sucedeu em casa do conde de Suberra²⁷¹ quando, na sua ausência, num baile na sua residência “*as honras da casa*” foram feitas pela D. Isabel Antónia Lemos Carvalho e Menezes, “*Sra. Condessa sua esposa*”²⁷².

Por outro lado, apesar das críticas de que “*as mulheres das classes altas de Portugal são quase sempre desinteressantes*” e de que algumas, apesar da importância dos cargos que ocupam no palácio, não saberão escrever “*o seu nome ou escrever um bilhete sem ofender as regras mais comuns da gramática*”²⁷³, também encontramos referências muito elogiosas a outras, cujas “*maneiras e modo de conversar são singularmente afáveis e distintas*”²⁷⁴.

Nesta abertura da residência ao exterior assistimos a um processo osmótico, onde a replicação de eventos promove a exibição de sensibilidades e saberes femininos, enquanto estes, por sua vez, tendem a alterar a dinâmica de algumas festas. A casa tornava-se, cada

²⁶⁹ “*Nós fomos recebidos em casa da marquesa de Tancos (...)*” Cf. BOMBELLES, marquis de – *Journal d'un Ambassadeur de France au Portugal 1786-1788*, p. 49.

Vd. LOPES, Maria Antónia – *Mulheres, Espaço e Sociabilidade*, pp. 66-67.

²⁷⁰ Cf. BAILLIE, Marianne – *Lisboa nos anos de 1821, 1822 e 1823*, p. 119.

²⁷¹ Manuel Inácio Martins Pamplona Côrte-Real, 1º conde de Suberra (1760-1832). Cf. ZÛQUETE, Afonso Eduardo Martins – *Nobreza de Portugal e do Brasil*, vol. 3, p. 412.

²⁷² D. Isabel Antónia do Carmo de Roxas e Lemos Carvalho e Menezes (1779-1856). Cf. ZÛQUETE, Afonso Eduardo Martins – *Nobreza de Portugal e do Brasil*, vol. 3, p. 413. Cf. A. N. T. T., *Arquivo da Casa de Rio Maior*, Livro 12, f. 30 v.

²⁷³ Cf. BAILLIE, Marianne – *Lisboa nos anos de 1821, 1822 e 1823*, p. 112.

²⁷⁴ Cf. BAILLIE, Marianne – *Lisboa nos anos de 1821, 1822 e 1823*, p. 266.

vez mais, um palco com uma grande diversidade de encontros, que não podem ser alheados de uma burguesia sedenta de se exhibir e afirmar através da prática de novas sociabilidades.

Dividimos aqueles eventos em três grandes grupos. Um primeiro, que ocorreria, preferencialmente, durante a tarde, mais intimista e menos cerimonioso, muito associado a um acontecimento, como, por exemplo, os cumprimentos associados a um parto, a um aniversário ou a uma visita a um doente, entre outros menos relevantes²⁷⁵. Uma eventual maior informalidade que aqui possamos registar não significa que, nestas ocasiões, as visitas não surgissem “*vestidas de cerimónia e adornadas com brilhantes*”²⁷⁶. Os visitantes eram, muitas vezes, recebidos no quarto, como sucedeu ao marquês de Bombelles quando, à chegada a casa de D. Maria Francisca Anselma de Daun, filha do marquês de Pombal, ela “*ainda estava na sua cama*”²⁷⁷.

Um segundo grupo, imbuído de um espírito mais festivo e social, cujos eventos poderiam acontecer com frequência, como sucedia em casa de uma condessa que convidava “*para sua casa todas as noites, excepto aquelas em que há ópera*”, porque “*diz que é assídua espectadora em São Carlos*”²⁷⁸. Nestes encontros, que marcam este tempo onde “*todos querem gozar das sãs delícias,/ do suave prazer da companhia*”²⁷⁹, enquadrámos as assembleias, assim designadas porque eram “*uma junta de pessoas convocadas para divertimento e convivência*”²⁸⁰.

Para a multiplicação destas reuniões no interior das residências contribuiu a política pombalina que, preocupada com assuntos de outro cariz, nunca considerou importante a

²⁷⁵ “*Quem houver de visitar alguma pessoa, que por sua qualidade, estado, caracter, emprego, e amizade mereça este obsequio, o que se faz principalmente nas ocasiões, que ela tiver de gosto, de tristeza, quando chega à terra de alguma jornada, ou de novo, em fim quando qualquer se ausenta, etc.*”. Vd. SIQUEIRA, João de N. Sra. da Porta – *Escola de Politica ou tratado pratico da civilidade portugueza*, p. 87.

²⁷⁶ Cf. BAILLIE, Marianne – *Lisboa nos anos de 1821, 1822 e 1823*, p. 233.

“(…) *se deve vestir conforme as ocasiões o pedirem, a qualidade do sujeito, e ainda a estação do tempo, do conhecimento, e amizade, e metendo-se na sua carruagem, se a tem, com hum até dous criados, que não pode levar mais na taboa, ainda que vá em coche, o irá cumprimentar*”. Vd. SIQUEIRA, João de N. Sra. da Porta – *Escola de Politica ou tratado pratico da civilidade portugueza*, p. 88.

²⁷⁷ Cf. BOMBELLES, marquis de – *Journal d'un Ambassadeur de France au Portugal 1786-1788*, p. 134.

²⁷⁸ Cf. BAILLIE, Marianne – *Lisboa nos anos de 1821, 1822 e 1823*, p. 116.

²⁷⁹ Vd. GARÇÃO, Correia – “*Assembleia ou Partida*”, *Obras Completas*, p. 45.

²⁸⁰ Cf. SILVA, António de Moraes – *Dicionário da Língua Portuguesa*, vol. 1, p. 207.

construção de um grande espaço de índole cultural, onde, publicamente, se reunissem a nobreza e emergentes grupos burgueses endinheirados.

Somente muito mais tarde, em Lisboa, a burguesia enriquecida no consulado pombalino teve oportunidade de mandar construir o teatro de S. Carlos que tinha grandeza suficiente para a honrar e onde nobres e burgueses puderam desfilar e conviver.

Estas reuniões, onde se mostravam as virtudes e onde primavam as modas e as regras de civilidade ocorriam, preferencialmente, à noite e nelas conversava-se, jogava-se, ouvia-se música, dançava-se ou, simplesmente, passeava-se no jardim²⁸¹. Para este efeito, a conversação tinha um papel crucial, pois “*he o vinculo, e a alma da sociedade, e das Assembleias, e a que faz mais estimável qualquer pessoa*”²⁸². Para este efeito, os tratados de civilidade não eram parcos nos conselhos, o que bem demonstra quão importante era o domínio da arte de conversação.

A mulher imporia aqui, tal como já referimos anteriormente, um grande dinamismo, como podemos constatar através de um relato da duquesa de Abrantes, quando escreve que “*na sala onde estivesse a dona da casa (...) seria necessário conversar*”²⁸³.

Relativamente aos jogos, devemos destacar os jogos de cartas²⁸⁴ e de azar, com destaque para o voltarete²⁸⁵, o whist²⁸⁶ ou o boston²⁸⁷ e a banca de faraó. Este último, apesar dos

²⁸¹“Quando o jantar acabou (...) algumas pessoas puseram-se a jogar às cartas, outras a passear num jardim muito bem arranjado, outras a jogar ao bilhar e outros jogos.” Cf. COSTIGAN, Arthur William – *Cartas sobre a Sociedade e os Costumes de Portugal 1778-1779*, vol. 2, p. 39.

²⁸² Cf. SIQUEIRA, João de N. Sra. da Porta – *Escola de Política ou tratado pratico da civilidade portugueza*, p. 63.

²⁸³ Cf. ABRANTES, Duquesa de – “*Recordações de uma estadia em Portugal 1805-1806*”, p. 70.

²⁸⁴ Os “jogos de cartas” poderiam ser adquiridos, de entre outras lojas, “na Praça do Comercio, debaixo da Arcada, defronte da Alfandega, na Loja do Livreiro do Arsenal Real da Marinha”. Cf. *Gazeta de Lisboa* – Suplemento, n.º 12, 26 de Março de 1802.

Na loja da *Gazeta* vendiam-se “*Cartas de jogar, por groço e miúdo*”. Cf. *Gazeta de Lisboa* – n.º 75, 28 de Agosto de 1809.

²⁸⁵ “o Voltarete se joga de três. Não obstante ter este jogo essencialmente de três parceiros, imaginou-se o meio de o jogar algumas vezes de quatro; mas sem mudar em nada a essência do jogo.” Vd. *Tratado do Jogo do Voltarete, com as leis geraes do jogo*, p. 9.

Tendo em vista uma maior divulgação e um acesso mais fácil às regras do jogo também se publicaram pequenos resumos com as “*leis do jogo*”. Um deles, relativo ao voltarete, foi publicado em 1806 e podia ser adquirido num grande número de lojas, nomeadamente “(...) na loja de Antonio Nunes dos Santos ao Passeio Publico; nas de José Antonio da Madre de Deos, de José Pedro e de Moreira Marques ao Rossio; nas de Borel, de Bertrand e de Francisco Xavier de Carvalho, ao Chiado; na de Reycend, ao Calhariz; na do

aconselhamentos para que se “*fuja dos jogos, que prohibem as leis*”²⁸⁸, era um dos que estava mais em voga, havendo um especial apreço, porque nele recaía a preferência do Rei D. José I.

A nobreza e as casas nobres chamavam a si o patrocínio do jogo conscientes da sua importância na distinção social e na promoção de uma almejada civilidade. Este afã, inclusivamente, fez criar um sistema rotativo, com dias previamente atribuídos a cada casa, para se poder alargar o número daquelas que eram premiadas com a presença de jogadores e a emoção do jogo.

Através daquela rotatividade o jogo praticava-se num círculo fechado. Atendendo a que constituía a principal ocupação das noites das elites lisboetas prevê-se que existisse uma grande proximidade entre os jogadores, tornando-o no principal foco da sociabilidade ao longo do período que estudamos.

O jogo tem, ainda, a vantagem dos grandes protagonistas serem os próprios jogadores, pelo que este divertimento não dependia de quaisquer outros actores, para além dos convidados. Por outro lado, o dinheiro jogado servia para exhibir o poder económico e, consequentemente, o estatuto social do jogador.

Se, muitas vezes, a prática do jogo cumpre a sua função de “*entreter o tempo em companhia*”²⁸⁹ não provocando qualquer conflito pessoal, como sucedia com “*o novo gosto da mana Catarina, que vai passar todas as noites a casa da Salema para jogar o Bóston com o mano Filipe, a mana Maria e um filho daquele desembargador*

Livreiro em Alcantara, e na de Jose Tiburcio, em Belem”. Cf. *Gazeta de Lisboa – Suplemento*, n.º 47, 28 de Novembro de 1806.

²⁸⁶ “*Se for o Cavalheiro convidado para jogar v.g. Wisth, não seja primeiro a tirar carta, nem dê a entender que quer ir mais com este companheiro, do que com aquelle*”. Vd. SIQUEIRA, João de N. Sra. da Porta – *Escola de Politica ou tratado pratico da civilidade portugueza*, p. 147.

²⁸⁷ O Bóston é uma variante do Whist.

²⁸⁸ Cf. SIQUEIRA, João de N. Sra. da Porta – *Escola de Politica ou tratado pratico da civilidade portugueza*, p. 147.

²⁸⁹ “*Entreter o tempo em companhia – eis aqui o fim do jogo: como este é e foi o seu princípio*”. Vd. GARRETT, Almeida – *O Toucador periódico sem política*, p. 96.

Mascarenhas”²⁹⁰, no caso da condessa de Atouguia²⁹¹, ela considerava que “*era o maior peccado que então tinha, e como tal*”, devia “*começar a cortar por este gosto, e deixar totalmente o jogo*”²⁹².

Em Portugal, nas assembleias e no decurso dos jogos de cartas era considerado de bom tom que se dissessem algumas frases em francês. O prestígio desta língua advém do facto de ser utilizada pelos diplomatas e de importantes textos da cultura europeia do século XVIII serem escritos em francês.

Todavia, a crer em Filinto Elísio, que dominava bem a língua francesa porque viveu em Paris, o resultado era péssimo, pelo fraco domínio que os portugueses tinham dela²⁹³.

Para além dos jogos de azar, encontramos outros, cuja função era, igualmente, a promoção da sociabilidade. Os jogos de prendas, assim chamados “*porque quem nelles perde, se lhe impõe a penna de dar uma prenda; que vem a ser qualquer traste de uso, como lenço, anel, paliteiro, caixa, etc*”²⁹⁴, enquadram-se bem naquele objetivo. Estes jogos, pejorativamente apelidados de “*passatempo ideal das sociedades sem espírito*” ou “*verdadeira academia do namoro*”²⁹⁵ são jogos muito fáceis que tinham uma grande adesão porque eram imbuídos de uma grande infantilidade, suscitavam um riso fácil e permitiam alguns contactos físicos.

Ainda neste âmbito, incluimos o “*Jogo de Sortes, que faz hum bem agradável entretenimento a todas as pessoas que em bella sociedade quiserem passar algumas horas divertidas com os disparates de huma sorte fortuita*”²⁹⁶ e “*o jogo de perguntas e respostas*

²⁹⁰ D. Mariana de Sousa Holstein refere-se, provavelmente, a João José Mascarenhas de Azevedo e Silva, que foi desembargador e corregedor da comarca de Beja. Cf. HOLSTEIN, D. Mariana de Sousa – *Um olhar feminino sobre Portugal*, p. 123.

²⁹¹ D. Jerónimo de Carvalho e Menezes de Ataíde, 11º conde de Atouguia era casado com D. Mariana Bernarda de Távora, filha dos 3ºs marqueses de Távora. Cf. ZÚQUETE, Afonso Eduardo Martins – *Nobreza de Portugal e do Brasil*, vol. 2, p. 336.

²⁹² Cf. *Memórias da última condessa de Atouguia*, p. 26.

²⁹³ Parece que o próprio rei D. José não dominava a língua francesa Cf. MONTEIRO, Nuno Gonçalo – *D. José I*, p.18.

²⁹⁴ Cf. *Passatempo Honesto, e Familiar, ou collecção de quarenta e oito jogos geralmente conhecidos pela denominação de jogos de prendas; entretenimento para passar divertidas as grandes noites de Inverno, com diferentes sentenças adequadas para augmentar o divertimento*. p. 6.

²⁹⁵ Cf. DANTAS, Júlio – *Lisboa dos nossos avós*, p. 172.

²⁹⁶ Cf. *Gazeta de Lisboa* - 28 de Junho de 1800.

em verso”. A aprendizagem para a realização destes jogos era feita, geralmente, através de livros que se encontravam à venda na “loja (...) do Madre Deus ao Rocio”²⁹⁷, e em Belém na loja de Capella de José Tiburcio”²⁹⁸.

A dança constitui um outro divertimento que, na segunda metade de Setecentos²⁹⁹, se vai afirmar e ocupar um lugar importante no desenvolvimento das relações interpessoais. O rigor das suas regras, obrigando a que o corpo obedeça a passos capazes de proporcionar espectáculo, ultrapassa o limite do divertimento, constituindo um domínio essencial para a plena integração num grupo social superior.

Uma correcta postura do corpo é uma preocupação que se pode constatar nos manuais de civilidade que começam a inserir capítulos específicos relacionados com “composição do corpo”. Neles é abordado, detalhadamente, a conveniente forma de exposição em público das diversas partes do corpo, onde nada será deixado ao acaso³⁰⁰. A habilidade para dançar, ou melhor, uma elegante exibição começaria, então, a fazer parte da lista de atributos que nas elites se almejava e distinguia socialmente de uma larga maioria que desconhecia aquela prática³⁰¹.

No contexto de uma festa, o baile afirma-se como um dos momentos mais importantes. Desde o reinado de D. João V que a dança atrai as atenções da corte, começando a acorrer a Lisboa, para a ensinar, muitos mestres franceses.

Alguns destes mestres não propunham, exclusivamente o ensino da dança, como se pode inferir de um anúncio mandado publicar por “*hum sujeito de Nação Franceza*” que “*se*

²⁹⁷ Esta loja ficava situada junto do edifício da Inquisição.

²⁹⁸ Cf. Gazeta de Lisboa - 4 de Outubro de 1800.

²⁹⁹ No último quartel do século XVIII “*dançam-se a toda a hora minuets e contradanças, quando não se escutam os sons arrastados das melodias brasileiras*” Cf. GUIMARÃES, Daniel Tércio – *História da Dança em Portugal*, p. 80.

³⁰⁰ Os comportamentos a ter com o corpo, cabeça, testa, sobranceiras, olhos, nariz, boca, voz, semblante, cara, barba, pescoço, ombros, braços, mãos, unhas, peito, ilhargas, pernas, pés, costas e gesto, são alvo de indicações muito precisas. Vd. SIQUEIRA, João de N. Sra. da Porta – *Escola de Política ou tratado pratico da civilidade portugueza*, pp. 72-86.

³⁰¹ No que diz respeito à dança, os portugueses “*de uma forma geral (...) não gostam da dança, que raramente se vê também entre o povo vulgar*” Cf. LINK, Heinrich Friedrich – *Notas de uma viagem a Portugal e através de França e Espanha*, p. 131.

oferece ao Público para educar meninos e ensinar a língua Franceza, como também a jogar o florete, e os princípios da dança”³⁰².

Para além daqueles, era possível recorrer-se aos tratados de origem francesa que começaram a traduzir-se e a difundir-se, os quais, pormenorizadamente, muitas vezes com recurso a gravuras, explicavam todos os passos a dar³⁰³.

Pelo reconhecimento da importância que a prática da dança tem num quotidiano que se pretende mais próximo dos comportamentos de uma Europa civilizada, aquela matéria passa a constar das aprendizagens do Colégio dos Nobres. Para o efeito, foi contratado André Alberti Tedeschino, um mestre de dança que veio de Itália³⁰⁴.

Todavia, muitas vezes, seria necessário um maior esforço e empenho, como pareceu notório no “*primeiro dia de assembleia*”³⁰⁵ em casa da marquesa de Angeja”, D. Mariana de Castelo Branco³⁰⁶, onde se constatou que a duquesa de Lafões, D. Ana Maria de Bragança³⁰⁷ e a irmã, D. Maria Domingas Francisca³⁰⁸ “*dançaram toda a noite com os*

³⁰² Cf. Gazeta de Lisboa - 26 de Julho de 1803.

³⁰³ Os três tratados mais importantes que se publicaram em Portugal, na segunda metade do século XVIII, foram *Arte de Dançar à Franceza* (1760), *Explicação para aprender com perfeição a dançar as Contradanças* (1761) e *Tratado dos principais fundamentos da Dança* (1767), respetivamente dos seguintes autores: Joseph Thomas Cabreira, Julio Severin Pantezze e Natal Jacome Bonem.

³⁰⁴ Vd. CARVALHO, Rómulo de - *História da fundação do Colégio Real dos Nobres de Lisboa*, p. 125.

³⁰⁵ O primeiro dia de assembleia foi, numa segunda-feira, a 9 de Novembro de 1818.

³⁰⁶ D. Mariana de Castelo Branco, filha dos 1ºs marqueses de Belas era casada com D. João de Noronha Camões de Albuquerque e Sousa Moniz, 6º marquês de Angeja. Cf. ZÚQUETE, Afonso Eduardo Martins – *Nobreza de Portugal e do Brasil*, vol. 2, p. 283.

³⁰⁷ “Foi 3ª duquesa a 5ª marquesa de Arronches e 9ª condessa de Miranda do Corvo, D. Ana Maria José Domingos Francisca Júlia Senhorinha Mateus Joana Carlota de Bragança e Ligne Sousa Tavares Mascarenhas da Silva, que nasceu a 21.9.1797 e morreu no seu palácio do Grilo, em Lisboa, 12.9.1851, filha primogénita dos 2ºs duques. Cf. ZÚQUETE, Afonso Eduardo Martins – *Nobreza de Portugal e do Brasil*, vol. 2, p. 668.

³⁰⁸ D. Maria Domingas Francisca de Bragança de Sousa e Ligne, era filha do 2º duque de Lafões, D. João Carlos de Bragança Sousa Ligne Tavares Mascarenhas da Silva e de D. Henriqueta Maria Júlia de Lorena e Meneses. Cf. ZÚQUETE, Afonso Eduardo Martins – *Nobreza de Portugal e do Brasil*, vol. 2, p. 2 Cf. ZÚQUETE, Afonso Eduardo Martins – *Nobreza de Portugal e do Brasil*, vol. 2, p. 667.

noivos³⁰⁹, *elas menos-mal mas eles ainda necessitam muito das instruções de Monsieur le Beau*”³¹⁰.

Noutras situações, em que se constata que os conhecimentos são absolutamente incipientes e “*estando em algum baile*”, os manuais de civilidade aconselhavam a que “*não se exponha a dansar, sem saber exactamente as regras da dansa, e civilidade, que se usa naquele paiz, em que se acha; porque de outro modo he motivo a rizo os circunstantes*”³¹¹.

A dança mais usada para terminar os bailes era o cotilhão³¹², uma “*espécie de contradança de origem francesa em passo de polca ou de valsa em que a dança é interrompida por pequenos actos mímicos e grotescos*”³¹³. A crer nalguns textos da literatura de cordel, aquela dança estaria sempre presente no imaginário feminino, pois era “*Cotilhão ao vestir, mais ao almoço,/ Cotilhão ao jantar,/ Cotilhão á merenda e nas funções,/ He hum nunca acabar de cotilhões*”³¹⁴, num sinal inequívoco da importância da dança nos relacionamentos amorosos.

Outro aspecto importante nas festas realizadas em casa era a música. A modinha³¹⁵ e o lundum foram os géneros de canção mais comuns no último quartel do século XVIII³¹⁶. Na centúria seguinte, assistiremos à entrada e proliferação do piano nas salas, o qual vem substituir o cravo e o órgão.

³⁰⁹ D. Segismundo Caetano Álvares Pereira de Melo e o seu irmão D. Nuno Caetano Álvares Pereira de Melo, 6º duque de Cadaval. Cf. ZÛQUETE, Afonso Eduardo Martins – *Nobreza de Portugal e do Brasil*, vol. 2, p. 462 e 668.

³¹⁰ Cf. HOLSTEIN, D. Mariana de Sousa – *Um olhar feminino sobre Portugal*, p. 363.

³¹¹ António da Purificação e Silva - Regras da política ou da civilidade que se pratica entre as pessoas honradas [Biblioteca Pública de Évora: Códice CIX / 1-9, n.º 7] in TERRA, Ana Lúcia Silva – *Cortesias e Mundanidade manuais de civilidade em Portugal nos séculos XVII e XVIII*, p.368.

³¹² A crer nos textos de José Rodrigues da Costa, o cotilhão estaria sempre presente no imaginário feminino.

³¹³ SILVA, António de Moraes – *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, vol. 3, p. 635.

³¹⁴ COSTA, José Daniel Rodrigues – *Petas da Vida, ou a terceira parte dos Opios*, p. 11.

³¹⁵ Clarissa Trant, uma inglesa, filha de um oficial britânico, que acompanhou o pai, aquando da sua estadia em Portugal, também refere a existência de serões no Convento de S. Bento, onde “*as freiras tinham inclinação para a música e eram muito sociáveis*” e “*o estribilho de todas as suas “Modinhas” era o “Amor”*”. Cf. TRANT, Clarissa – *The Journal in A Guerra Peninsular em Portugal relatos britânicos*, p. 82.

³¹⁶ “*(...) a partir de 1770 um género de canção sentimental designado por modinha que parece ter sido originalmente importado do Brasil para a metrópole pela mão do poeta e cantor mulato Domingos Caldas Barbosa. A ela se encontra associado um outro género de canção dançada de origem afro-brasileira, o lundum, caracterizado pelos seus ritmos sincopados e pela sua voluptuosidade (...)*”. Vd. BRITO, Manuel Carlos de; CYMBRON, Luísa – *História da Música Portuguesa*, pp. 119-120.

Em determinados casos, os protagonistas do serão musical eram os anfitriões, como sucedeu numa noite, em “*casa da condessa de A.*” onde “*as meninas deram (...) algumas bonitas modinhas à guitarra e acompanharam-se uma à outra em duetos italianos ao piano*”³¹⁷.

Para este feito, eram contratados professores de música. Um deles, por exemplo, apresentava-se como “*Professor de Musica vocal, que tem há anos ensinado nesta Corte por methodo fácil, em breve tempo, e segundo o gosto moderno*”³¹⁸. Um outro, que era “*Seminarista do Collegio Real*” oferecia-se “*para ensinar a tocar Salterio, e fornecer Musica moderna para o mesmo instrumento*”³¹⁹.

Noutros casos, talvez não se requisitasse os préstimos de um professor, exclusivamente, para ensinar formação musical. Sabemos de um “*capelão*” que anuncia um ensino mais abrangente, oferecendo-se para trabalhar numa casa particular, estando “*pronto para ensinar a alguns meninos, que haja na mesma Casa, a ler, escrever, cantar e tocar cravo*”³²⁰.

Relativamente às “*modinhas*” poderiam ser subscritas no armazém de música e instrumentos de João Baptista Waltmann, na rua Direita de S. Paulo. Sabemos que no dia 1 de janeiro de 1801, aquele armazém anunciou “*hum nova Subscrição de Modinhas, com acompanhamento de Piano-forte, compostas pelos melhores Authores de Portugal*”, que seriam publicadas à cadência de “*duas Modinhas cada mez, hum no 1º, e a outra no dia 15*” com custo de “*3200 réis por anno*”³²¹. Aquelas tinham, ainda, a particularidade de serem anunciadas como sendo “*Modinhas oferecidas às Senhoras Portuguesas*”³²².

³¹⁷ Cf. BAILLIE, Marianne – *Lisboa nos anos de 1821, 1822 e 1823*, p. 127.

³¹⁸ Cf. *Gazeta de Lisboa* - 9 de Agosto de 1800.

³¹⁹ Cf. *Gazeta de Lisboa* - 31 de Julho de 1802.

³²⁰ Cf. *Gazeta de Lisboa* - 26 de Agosto de 1803.

³²¹ Cf. *Gazeta de Lisboa* - 30 de Dezembro de 1800.

³²² Cf. *Gazeta de Lisboa* - 7 de Julho de 1801.

O conde de Vila Nova de Portimão, D. José Maria, preferiria contratar cantores profissionais, como podemos constatar através do recibo que nos diz que “*a conta dos Cantores, órgão, organista e meninos para os serões*” totalizou 14\$400 réis³²³.

Relativamente aos instrumentos musicais, como já referimos anteriormente, coube ao piano um grande protagonismo na animação das noites dos salões lisboetas. Os conjuntos de bens móveis existentes nas residências de Oitocentos reflectem desde muito cedo a sua importância. Os pianos passarão a constar em muitas delas com uma frequência que, anteriormente, não sucedia com o cravo ou o órgão.

No final do século XVIII e, sobretudo, nos primeiros anos do século seguinte começamos a encontrar muitos anúncios a divulgá-los. Alguns daqueles instrumentos, inclusivamente, apresentavam especificidades relativamente ao mercado a que se destinavam.

Referimo-nos aos “*pianos fortes quadrados de nova invenção, com a máquina de metal feita de propósito para o clima de Portugal e do Brasil, com 4 pedaes, que trabalham com os pés, e em cada tecla três cordas, que recebem uma afinação perfeita, e servem de piano-forte, e de forte-piano, dando-lhes a preferência neste género os melhores Professores da Europa*”³²⁴.

Talvez fosse para tocar num destes pianos que se pretendeu contratar “*hum Professor de Musica, que toque Pianno forte com bom gosto e bem inclinado*”³²⁵. A par dos pianos, também as harpas virão a ter alguma importância, anunciando-se, na sua promoção “*harpas como ainda se não virão neste Paiz, de 38 cordas*”³²⁶.

Poderemos afirmar que o último quartel do século XVIII e o primeiro de Oitocentos são tempos importantes de divulgação da música nos salões das elites lisboetas, apesar de crermos que uma grande maioria das casas das elites lisboetas ainda não promovia encontros musicais com a constância que nos permita igualá-las a outras cidades de uma Europa menos periférica, mais burguesa e menos nobre.

³²³ Cf. A.N.T.T., *Arquivo da Casa de Abrantes*, Livro 108, f. s./n.º.

³²⁴ Cf. *Gazeta de Lisboa* - 18 de Julho de 1800.

³²⁵ Cf. *Gazeta de Lisboa* - 23 de Outubro de 1809.

³²⁶ Cf. *Gazeta de Lisboa* - 3 de Outubro de 1801.

A influência estrangeira, consubstanciada em numerosos estrangeiros que se instalaram em Lisboa na segunda metade do século XVIII e num “*corpo diplomático que se reunia todas as noites (...) jogava ao whist (...) dançava ao som do piano, ou simplesmente, ouvia música, jogava às charadas ou dizia provérbios*” sendo “*assim que o tempo se passava nos dias em que não havia ópera*”³²⁷ terá contribuído para a ampliação daquela prática.

Por outro lado, a Casa da Assembleia³²⁸, que promovia concertos com “*os melhores Professores desta Corte*”³²⁹, e a grande vontade de um grupo emergente, constituído por alguns nobres e uma camada superior da burguesia que “*concorreo muito pelo seu valimento, para se introduzir (...) hum certa sociabilidade e polidez, que dantes não havia*”³³⁰, constituíram o conjunto construtor de uma mudança que se tornará um símbolo do século XIX.

As representações teatrais, no interior da casa, uma das várias actividades que constavam das assembleias, representaram outros momentos importantes para o desenvolvimento da sociabilidade neste período.

Pela sua importância e necessidade logística, alguns palácios construíram um teatro, enquanto espaço distinto, relativamente ao salão. Atendendo a que, nestes casos, os actores eram escolhidos entre os habitantes da casa, ou, noutros casos de entre os convidados³³¹, os

³²⁷ Cf. SAVINE, Albert – *Le Portugal il y a cent ans souvenirs d’une ambassadrice*, p. 128.

³²⁸ “*Nos começos da década de 1770 haveria pelo menos “duas casas de assembleia”, cuja localização se ignora, ambas lideradas pelos homens da Feitoria. Mas muito pouco tempo depois essas duas sociedades ter-se-ão fundido, arranjando um conveniente very large room.*

As outras comunidades, dirigidas pela francesa, subtraem-se então decididamente à hegemonia britânica; e vemos uma nova “Assembleia das Nações Estrangeiras” (...) até que os efeitos da Revolução Francesa vieram alterar o seu equilíbrio interno. Dissolveu-se em 1793 e uma parte dos seus membros resolveu integrar-se na vizinha “Assembleia dos Ingleses”. Vd. ARAÚJO, Agostinho Rui Marques de – A “Assembleia Britânica” em Lisboa e a sua sede (1771-1819), p. 8.

³²⁹ Cf. *Gazeta de Lisboa* - 11 de Janeiro de 1800.

³³⁰ Cf. RATTON, Jacome – *Recordações de Jacome Ratton sobre ocorrências do seu tempo em Portugal de Maio de 1747 a Setembro de 1810*, p. 275.

³³¹ “*(...) Está-se edificando em casa do marquês de Angeja um teatro, no qual hão-de representar grande parte dos fidalgos e fidalgas desta corte (...).* Cf. HOLSTEIN, D. Mariana de Sousa – *Um olhar feminino sobre Portugal*, p. 361.

textos representados eram, geralmente, muito curtos³³². Também primavam por ser cómicos porque se dirigiam a uma plateia que procurava um riso fácil.

Algumas destas festas ocupavam outros espaços para além do interior das residências. Os jardins, devidamente iluminados, eram um dos locais preferidos. A expansão para o jardim justificava-se para tornar a festa mais grandiosa pela exploração da beleza natural do lugar em conjugação com as luminárias que nele se dispunham e resolvia, muitas vezes, algumas questões relacionadas com o espaço, pois muitas casas eram pequenas para conter tão elevado número de convidados.

Outras residências eram conhecidas pela constância dos seus bailes, como sucedia com aqueles que “*os condes da Ega*³³³ (...) *princiariam a dar* (...)” e que eram frequentados por “*quase todas as senhoras e cavalheiros da aristocracia e sociedade da capital*”³³⁴.

Apesar da sua grande periodicidade, estes eventos exigiam um esforço organizativo apreciável, como transparece de uma informação acerca de um baile no Palácio Saldanha, onde nos é dito que “*as patronas, 16 em número, reúnem-se num dos salões cada três ou quatro dias, em grande e secreta assembleia; e o concílio não termina senão passadas horas*”³³⁵.

Para além destas “assembleias” que temos vindo a caracterizar, encontramos ainda muitas outras, que integramos num terceiro grupo. Referimo-nos às inúmeras festas promovidas pelo corpo diplomático. Idênticas às anteriores, possuem um carácter mais oficial, no sentido em que respondem a imperativos políticos, económicos ou diplomáticos. É o caso, por exemplo, do “*sumptuoso, e esplêndido jantar*” e de “*huma notável serenata, e hum magnifico bayle, com huma esplêndida cêa*” oferecido por “*Mons. Francisco Duvernay, Cônsul geral da nação Franceza (...) a todos os negociantes Franceses, e a suas*

³³² “ (...) os textos dos entremezes eram curtos, escritos em linguagem coloquial, e não ultrapassavam na maior parte os cinco ou seis personagens”. Vd. TINHORÃO, José Ramos – *Os negros em Portugal uma presença silenciosa*, p. 275.

³³³ Aires José Maria de Saldanha de Albuquerque Coutinho Matos e Noronha, 2º conde de Ega. Cf. ZÛQUETE, Afonso Eduardo Martins – *Nobreza de Portugal e do Brasil*, vol. 2, p. 557.

³³⁴ Cf. BARRETO, D. José Trazimundo Mascarenhas – *Memórias do Marquês de Fronteira e d’Alorna*, vol 1-2, p. 39.

³³⁵ Cf. BAILLIE, Marianne – *Lisboa nos anos de 1821, 1822 e 1823*, p. 256.

mulheres” para comemorar a “*suspirada notícia do feliz sucesso com que a Sereníssima Senhora Delphina deu à luz*”³³⁶.

De entre todos, estes últimos seriam os mais cerimoniosos e formais. Eram os bailes de corte “*também chamados do grande tom*”, que se distinguem dos bailes de sociedade porque “*no primeiro caso o nome do baile vem da coisa, no segundo, das pessoas*”³³⁷.

Relativamente ao vestuário usado nestes eventos, escolhiam-se os vestidos de cerimónia que “*se usão nas funções maiores, para visitar as pessoas de autoridade, para os beijamãos do Rei; para falar aos Prelados; para ocasiões públicas de Festas, de Annos, de Assembleias, Cazamentos, etc.*”³³⁸.

A execução das peças de vestuário era feita nos diversos alfaiates existentes na cidade. Alguns deles eram estrangeiros que se instalaram em Lisboa, como é o caso dos “*Mestres Alfaiates Baker e Terry, moradores no largo de S. Paulo*”³³⁹.

A periferia portuguesa relativamente às modas, obrigaria a que, nalguns casos, recebessem formação no estrangeiro. O alfaiate Carlos Baker com intuito de se manter sempre atualizado “*durante a sua estada em Londres, fez também estudo e escolha das principais modas*” para além de ter trazido “*consigo hum sujeito hábil, e aprovado como alfaiate, o qual por espaço de cinco anos exercitou este oficio em casa de hum dos principais Mestres-alfaiates de Londres*”³⁴⁰.

Relativamente às “*Senhoras também têm vestidos diferentes conforme as circunstancias, e funções. Os de cerimonia costumão hoje ser de Donaire, ou meio Donaire, e ao menos de*

³³⁶ Cf. *Gazeta de Lisboa* - 19 de Outubro de 1751.

³³⁷ Vd. GARRETT, Almeida – *O Toucador periódico sem política*, p. 74.

³³⁸ “*Os Primogenitos trazem espadim (se lhe he concedido) os filhos segundos vestem à Romana (...); os Ecclesiasticos andão de batina talar; o Magistrado põe a toga ou beca; o Militar tanto o pago, como o Auxiliar usa do seu uniforme, etc*”. Cf. SIQUEIRA, João de N. Sra. da Porta – *Escola de Politica ou tratado pratico da civilidade portugueza*, pp. 160-174.

³³⁹ Cf. *Gazeta de Lisboa* – 26 de Outubro de 1805.

³⁴⁰ Cf. *Gazeta de Lisboa* – 17 de Maio de 1806.

pregas cahidas, e soltas; e então levão punhos, golas e luvas de pelle branca, joias, etc.”³⁴¹.

Segundo a condessa de Alva, em 1818, “*o chefe da moda*” masculina e feminina “*é uma espécie de cruz de Malta para se pendurar nas pérolas*”³⁴². As influências da moda inglesa e francesa pareciam degladiar-se. Os detractores da primeira lamentaram que Portugal se fosse “*pouco a pouco britanizando*”, mas logo serenaram porque “*felizmente passou essa mania e tornou entre nós a reconhecer-se a casa reinante du Palais Royal*”³⁴³.

O vestuário feminino, para os mais conservadores, personificava a modernidade e as nocivas influências estrangeiras. Por essa razão, não se cansavam de o criticar. De alguma forma, ridicularizavam através dele todos os novos ideais, como tão bem transparece da voz pejorativa do poeta que cantava, jocosamente, “*Soffre-se o frio, o mais enregelado, / Com tanto que se traga decotado*”³⁴⁴, acrescentando que não compreendia porque razão a mulher sendo portuguesa, comprava “*com toda a confiança / A cabeça d’Italia, o cú de França?*”³⁴⁵.

Àqueles opor-se-iam algumas modistas como a “*viuva Moraes*” que “*aprompta qualquer géneros de vestidos, enfeites e toucados para senhoras, tudo no melhor gosto e aceio, conforme as modas que aparecem em Inglaterra e França*”³⁴⁶.

Estas festas terminavam frequentemente muito tarde, como sucedia com as “*magnificas funções*”³⁴⁷ que o marquês de Belas dava “*tanto na sua casa da Bemposta, como na magnifica residência de Bellas*”³⁴⁸. Numa delas, segundo Beckford, “*os convidados do*

³⁴¹ Cf. SIQUEIRA, João de N. Sra. da Porta – *Escola de Politica ou tratado pratico da civilidade portugueza*, p. 160.

³⁴² Cf. HOLSTEIN, D. Mariana de Sousa – *Um olhar feminino sobre Portugal*, p. 300.

³⁴³ Cf. GARRETT, Almeida – *O Toucador periódico sem política*, p. 33. O autor refere-se ao início do séc. XIX.

³⁴⁴ Cf. COSTA, José Daniel Rodrigues – *Ópios que dão os homens e as senhoras na cidade de Lisboa huns aos outros, tirados da experiência do autor*. p. 13.

³⁴⁵ Cf. COSTA, José Daniel Rodrigues – *Modas do Tempo descobertas na quarta parte dos Opios*, p. 6.

³⁴⁶ A “*viúva Moraes*” morava na “*varanda da primeira propriedade que fica entrando na rua dos Retrozeiros para a dos Correeiros, n.º 144*”. Cf. *Gazeta de Lisboa*, 12 de Junho de 1804.

³⁴⁷ O termo função servia para designar uma “*festa ou festim em casa ou nos templos*”. Cf. SILVA, Moraes António – *Diccionario da Língua Portuguesa*, vol. 2, p. 67.

³⁴⁸ Cf. BARRETO, D. José Trazimundo Mascarenhas – *Memórias do Marquês de Fronteira e d’Alorna*, vol 1-2, p. 17.

Conde de Pombeiro, cuja festa principiou pouco antes do crepúsculo, só o deixaram às seis horas da madrugada”³⁴⁹.

O facto de as crianças estarem sempre presentes nelas e, conseqüentemente, não cumprirem um horário consentâneo com a sua idade, tornando-as “*invariavelmente débeis e frequentemente pouco saudáveis*”³⁵⁰, suscitava grande admiração na comunidade estrangeira que vivia em Lisboa.

Exactamente pelas horas tardias a que estes encontros terminavam, evitava-se que decorressem ao sábado. Assim sucedeu com “*um grande baile e ceia em casa de M.me Canning em obséquio a El-Rei de Inglaterra*” que inicialmente estava marcada para sábado, mas a anfitriã “*lembrando-se que essa casta de ajuntamentos acaba muito tarde, não quis convidar nesse dia em atenção ao Domingo; ficou pois para a segunda-feira*”³⁵¹.

Por vezes, pelo elevado número de convidados, as deslocações para todos estes encontros provocava significativas alterações na circulação nas artérias mais próximas da casa onde se realizava o evento.

Por outro lado, a existência de grande número de luminárias³⁵² – elemento essencial numa festa – agravava o perigo de incêndio. No caso de num baile e ceia em casa da condessa dos Arcos³⁵³ “*não havia a mais pequena confusão nos becos do Salvador*”, talvez pela salvaguarda da sinalização de trânsito ou porque tudo “*estava arranjado e prevenido*”. Por precaução, “*até se tinham posto duas bombas defronte da casa, mas graças a Deus não foram precisas*”³⁵⁴.

³⁴⁹ Cf. BECKFORD, William – *Diário de William Beckford em Portugal e Espanha*, p. 84.

³⁵⁰ BAILLIE, Marianne – *Lisboa nos anos de 1821, 1822 e 1823*, p. 62.

³⁵¹ Cf. HOLSTEIN, D. Mariana de Sousa – *Um olhar feminino sobre Portugal*, p. 92.

³⁵² Os ingleses que viviam em Lisboa festejaram na Casa da Assembleia das Nações Estrangeiras “*o nascimento de Sua Mag. Britânica (...) a Sala estava iluminada com extraordinária multidão de luzes, que dispostas por excelente ordem formavam uma boa Decoração*”. Cf. *Gazeta de Lisboa* - 18 de Novembro de 1760.

³⁵³ D. Bárbara Maria da Silva Telo e Menezes Côrte Real, dama da rainha D. Carlota Joaquina, era casada com o 9º conde dos Arcos, D. Manuel de Noronha e Brito. Cf. ZÚQUETE, Afonso Eduardo Martins – *Nobreza de Portugal e do Brasil*, vol. 2, p. 291.

³⁵⁴ Cf. HOLSTEIN, D. Mariana de Sousa – *Um olhar feminino sobre Portugal*, p. 333.

Todos estes encontros sociais e actividades que se realizavam nas residências das elites lisboetas expressam bem o novo papel daquelas casas. Apesar de perseguirem regras e modelos existentes na corte, foram para além deles e conseguiram criar espaços onde o cruzamento da civilidade, da mundanidade, a par de algumas intervenções culturais, formou um território mais moderno.

Esta modernidade vai ficar patenteada em alterações funcionais e decorativas presentes na casa. A privacidade, o conforto e o zelo decorativo começam a afirmar-se de uma forma mais significativa, tornando-se, num futuro próximo, no lastro das casas da nobreza e da burguesia endinheirada.

Muito importante, também, é a introdução de um tempo de festa que passou a existir e que, de alguma forma, vem colmatar as faltas de divertimento tantas vezes referidas pelos estrangeiros que visitavam Lisboa.

Para além destes eventos no interior da residência, que temos vindo a descrever, a cidade de Lisboa proporcionava outros divertimentos frequentados pelos grupos de elite. Alguns são muito constantes, podendo ser considerados uma oferta habitual da cidade, outros mais sazonais ou esporádicos.

O calendário da sociabilidade poderá ser dividido por dois grandes períodos que coincidem com as estações do Inverno e do Verão. Ao primeiro, estavam reservados eventos mais circunscritos aos espaços fechados, enquanto, por outro lado, no Verão, encontramos os banhos e as frequentes saídas de Lisboa³⁵⁵, que, na opinião de Almeida Garrett, ficavam muito aquém do que seria expectável, porque *“todo o mundo sabe que o nosso clima é um dos mais amenos da Europa (...); porém todo o mundo sabe também que não há país onde menos se passeie do que em o nosso”*³⁵⁶.

³⁵⁵ “O calendário das feiras, procissões e festas religiosas afamadas que se realizavam nos arredores – Benfica, Luz, Lumiar, Caneças na periferia próxima, Alverca, Sacavém, Bucelas, Arruda, Belas ou Sintra implicando uma deslocação maior, Barreiro ou Espichel na outra banda – concentravam-se nos meses de Março a Setembro.” Vd. LOUSADA, Maria Alexandre – *Espaços de sociabilidade em Lisboa: finais do século XVIII a 1834*, pp. 126-129.

³⁵⁶ Cf. GARRETT, Almeida – *O Toucador periódico sem política*, p. 101.

A ópera e os espectáculos teatrais³⁵⁷, em geral, seriam dos mais apreciados pelas elites lisboetas. Para além do Condes, existente “*num dos pátios das propriedades dos condes da Ericeira*” que “*era o nosso teatro lírico*”³⁵⁸ e foi o precursor do Teatro de S. Carlos, “*existe ainda uma companhia portuguesa no Teatro do Salitre*”³⁵⁹, que se situava na rua do Salitre nas imediações da praça de touros. Era o teatro de comédia³⁶⁰ e teria substituído o do Bairro Alto, ao cimo da rua da Rosa, que funcionava no pátio do palácio dos condes de Soure. Para além destes, existiria um outro na Graça³⁶¹.

O Teatro de S. Carlos que encerra o ciclo da ópera de corte em Portugal³⁶², virá a ser a sala mais prestigiada e símbolo da vontade de afirmação cultural de uma camada superior da burguesia. Nesta, como nas outras salas, o convívio e, em certos casos, as trocas de olhares sedutores, revelavam-se mais importantes do que uma qualquer representação.

Ainda no que diz respeito ao teatro português de Setecentos, nomeadamente pelas evidências pré-românticas, devemos referir o seu contributo para a aproximação da sociedade portuguesa a uma cultura mais moderna e europeia³⁶³.

³⁵⁷ “*Lisboa, no último quartel do século XVIII, não carecia de casas de espectáculo públicos, e embora a arte dramática portuguesa atravessasse um período de desoladora decadência, o certo é que companhias estrangeiras se apresentavam frequentemente em Lisboa, as fantasias e as mágicas eram montadas com maquinismos complicadíssimos e extraordinário brilho, e o teatro musicado, bailado e ópera italiana, esse atingia entre nós excepcional esplendor*”. Vd. BEIRÃO, Caetano – *D. Maria I 1777 – 1792 subsídios para a revisão da história do seu reinado*, p.271.

³⁵⁸ Cf. BEIRÃO, Caetano – *D. Maria I 1777 – 1792 subsídios para a revisão da história do seu reinado*, p. 268.

³⁵⁹ Cf. LINK, Heinrich Friedrich – *Notas de uma viagem a Portugal e através de França e Espanha*, p. 132.

³⁶⁰ Em Setembro de 1812, por exemplo, o teatro do Salitre anunciava que “*se há de representar a bem aceite Comedia, O Preto Vingativo; seguir-se-lhe-á a nova farça O Parente de D. Quixote, na qual entra pela primeira vez Gertrudes Angelica, que em outro tempo conseguiu agradar ao respeitável Público desta Cidade (...) concluindo o espectáculo a Dança, intitulada Arminda abandonada, na qual pela primeira vez hum menina de 8 annos dançará hum novo solo*”. Cf. *Gazeta de Lisboa* – n.º 206, 3 de Setembro de 1812.

³⁶¹ Vd. BEIRÃO, Caetano – *D. Maria I 1777 – 1792 subsídios para a revisão da história do seu reinado*, p. 266.

³⁶² Vd. BRITO, Manuel Carlos de; CYMBRON, Luísa – *História da Música Portuguesa*, p. 114.

“(…) bastava ser fidalgo, homem de negócio, nacional ou estrangeiro, dignitário eclesiástico, ou quadro da administração pública; a autorização para assistir aos espectáculos era também alargada aos criados de Suas Majestades e aos criados partidistas.” Vd. GUIMARÃES, Daniel Tércio – *História da Dança em Portugal*, p. 186.

³⁶³ Vd. CRUZ, Duarte Ivo – “Teatro em Portugal no Séc. XVIII: Sinais da Cultura e da Mentalidade Europeias”, in *Triunfo do Barroco*, p. 69.

Os bilhetes para assistir aos espectáculos podiam ser adquiridos no próprio teatro ou em diversas lojas da cidade³⁶⁴. A venda de rifas também constituía uma prática habitual. Nalguns casos, o “*Doutor Joaquim José de Sousa Babiana, Director do Real Theatro de S. Carlos*” oferecia a possibilidade de “*a trocar todos ou qualquer dos prémios de Camarotes ou Lugares de Platea, que sahirem por prémios na dita Rifa, para que os premiados os posão desfrutar, se quiserem, no Theatro Nacional do Salitre em igual proporção*”. Os preços dos bilhetes eram de cerca de 1\$600 réis³⁶⁵.

Existia, igualmente, a possibilidade de comprar um lugar para uma temporada, como, por exemplo, para quem pretendesse “*tomar no Theatro da Rua dos Condes o Camarote n.º 30 da primeira ordem efectivo por 5 mezes a contar do 1.º d’Agosto*”³⁶⁶.

As touradas, como já referimos anteriormente, era um dos espectáculos mais apreciados, sendo “*frequentados tanto por mulheres como por homens de todas as condições*”³⁶⁷. Em Lisboa, existiam várias praças de touros. Uma delas situava-se nas imediações do Teatro do Salitre³⁶⁸. Seria uma praça pouco frequentada por nobres e por mulheres, sendo a sua assistência composta, sobretudo, por “*pessoas das classes média e baixa*”³⁶⁹. Para além do Salitre, havia touradas no Terreiro do Paço, numa praça improvisada, como já referimos anteriormente, e no Campo Pequeno, num recinto que comportava cerca de 15.000 pessoas³⁷⁰.

³⁶⁴ “*Os bilhetes se vendem na Casa dos Camarotes do mesmo Theatro; na loja de Estampas de Francisco Manoel ao Passeio; na de Ferragem de Coutinho ao Rocio, na de Nicolla no mesmo sitio; na de Jacinto Pereira Lima, Mercador, e na de Ferragem de Francisco Bruno da Silva na Rua Augusta; na de mercearia de Manoel José Gomes d’Almeida à Boa-vista; na de Capella de Manoel António no Rocio; na de José Tiburcio Martins em Belém, e na da Gazeta à Praça do Comércio*”. Cf. Gazeta de Lisboa – Segundo Suplemento, n.º 11, 21 de Março de 1801.

³⁶⁵ Cf. Gazeta de Lisboa – n.º 16, 21 de Abril de 1801.

³⁶⁶ Cf. Gazeta de Lisboa – Suplemento, n.º 29, 25 de Julho de 1800.

³⁶⁷ Cf. BAILLIE, Marianne – *Lisboa nos anos de 1821, 1822 e 1823*, p. 225.

³⁶⁸ Seguindo a descrição feita por Link “*é uma praça medianamente grande*” com “*camarotes para os nobres e (...) os restantes lugares estão divididos em duas zonas, a sombra, mais cara, e o sol, mais barato, compõem-se de maus bancos de madeira, construídos uns atrás dos outros em forma de anfiteatro*”. Cf. LINK, Heinrich Friedrich – *Notas de uma viagem a Portugal e através de França e Espanha*, p. 133.

³⁶⁹ Cf. LINK, Heinrich Friedrich – *Notas de uma viagem a Portugal e através de França e Espanha*, p. 133.

³⁷⁰ Cf. BEIRÃO, Caetano – *D. Maria I 1777 – 1792 subsídios para a revisão da história do seu reinado*, p. 263.

A frequência de feiras³⁷¹ constituía outro divertimento muito transversal na sociedade lisboeta. O marquês de Fronteira conta-nos que se realizava uma feira em Benfica, aos domingos durante o mês de Maio, que tinha as suas origens “no reinado de D. João I, quando se fundou o Mosteiro de S. Domingos de Benfica”, que se fazia na alameda e no jardim do seu palácio, à qual concorriam “os elegantes da mais elevada sociedade (...) em grande número” e, por isso, os seus “Avós e Pais davam brilhantes festas naqueles dias”³⁷².

Um outro divertimento da nobreza, muito em voga no primeiro quartel do século XIX, as corridas de cavalos no Campo Grande, um dos locais escolhidos para as carreiras. Ali, D. Tomás de Mascarenhas sofreu um acidente num treino que antecedia “uma aposta para hoje no Campo Grande contra o Gastão”, pois “o cavalo o cuspiu fora do selim, foi bater com o corpo numa árvore”³⁷³.

Todavia, no Verão, por causa do calor, as famílias abandonavam Lisboa, indo “para o campo ou para as termas e a sociedade caía na sua letargia”³⁷⁴. Sintra era lugar escolhido para veraneio das famílias nobres³⁷⁵. Para além da frequência dos banhos, encontramos relatados alguns passeios que as senhoras de Lisboa por ali davam, “montadas em burrinhos com selas de arção”, fazendo-se acompanhar por “um criado que tocava o animal com uma vara ou que o puxava pelo rabo, quando ele andava demais”³⁷⁶.

Para além das idas a Sintra, a nobreza também ia a banhos noutros locais. D. José Trazimundo escreve que a sua família, no verão de 1806, “tomou (...) a casa do conde de Lumiares³⁷⁷, a S. José de Ribamar” para irem a “banhos de mar”. Aquele refere que,

³⁷¹ “Não faltavam também as feiras e romarias nos arredores de Lisboa.” Cf. BEIRÃO, Caetano – *D. Maria I 1777 – 1792 subsídios para a revisão da história do seu reinado*, p. 272.

³⁷² Cf. BARRETO, D. José Trazimundo Mascarenhas – *Memórias do Marquês de Fronteira e d’Alorna*, vol. 1-2, p. 80.

³⁷³ Cf. HOLSTEIN, D. Mariana de Sousa – *Um olhar feminino sobre Portugal*, p. 61.

³⁷⁴ Cf. SAVINE, Albert – *Le Portugal il y a cent ans souvenirs d’une ambassadrice*, p. 85 (trad. do autor).

³⁷⁵ “Os nobres (...) em Agosto e Setembro vão para Sintra.” Cf. LINK, Heinrich Friedrich – *Notas de uma viagem a Portugal e através de França e Espanha*, p. 131.

³⁷⁶ Cf. CHAVES, Castelo-Branco – *Portugal A Corte e o País nos anos de 1765 a 1767*, p. 194.

³⁷⁷ O Palácio de Ribamar, situado na Alameda Hermano Patrone, em Algés, foi construído no século XVIII pelo conde de Vimioso, D. Francisco Paula Portugal, em terrenos do Convento de São José de Ribamar. O Palácio teve vários proprietários, os condes de Lumiares, os marqueses de Valença e o conde Cabral que o comprou em 1872 e doou ao conde Foz.

naquela ocasião, os principais divertimentos “*dos habitantes daquele sítio*” eram “*os bailes, concertos, ceias, pescas ao candeio, e passeios no rio, nas tardes serenas, com bandas de música militar*”³⁷⁸.

Neste tempo propício aos banhos de mar, em S. José de Ribamar, o marquês de Fronteira frequentava o forte, onde residia o seu “*vizinho (...) tio e tutor, o Marquês de Belas*”, onde eram “*contínuos os divertimentos e festas*”³⁷⁹.

Os banhos podiam ser tomados no Tejo que servia de “*piscina às pessoas a quem os médicos prescreviam banhos de mar*”³⁸⁰, à semelhança do que acontecia no Porto, em “*S. João da Foz no estuário do Douro, uma pequena vila e a estância favorita das famílias do Porto durante a estação dos banhos*”³⁸¹.

Estes banhos foram muito facilitados pela invenção “*das casas fluctuantes para banhos, apoiadas sobre toneis*” onde se propunham “*ministrar os banhos de imersão, que tantos progressos tem feito às pessoas que deles se tem servido; assim como todos os outros que os professores aplicarem*”³⁸².

Aquelas encontravam-se ancoradas no “*caes das colunas*” e “*perto do Cais do Sodré*” e “*para maior comodidade pública*” os promotores advertiam “*que se alguém quisesse tomar banhos de tarde, desde as 3 horas até à noite, achará prontas as ditas casas, sendo o preço de cada banho a metade do que he o dos de manhã*”³⁸³.

Estas barcas encontravam-se devidamente sinalizadas “*com o letreiro – Barca grande*”³⁸⁴ e “*Barca do Hiate*” a qual tem “*seus letreiros que dizem Bote da barca dos banhos*”. Nesta

³⁷⁸ Cf. BARRETO, D. José Trazimundo Mascarenhas – *Memórias do Marquês de Fronteira e d’Alorna*, vol. 1-2, p. 19.

³⁷⁹ Cf. BARRETO, D. José Trazimundo Mascarenhas – *Memórias do Marquês de Fronteira e d’Alorna*, vol. 1-2, p. 19.

³⁸⁰ Cf. BEIRÃO, Caetano - *D. Maria I 1777 – 1792 subsídios para a revisão da história do seu reinado*, p. 264.

³⁸¹ Vd. TRANT, Clarissa - *The Journal in A Guerra Peninsular em Portugal relatos britânicos*, p. 83.

³⁸² Cf. *Gazeta de Lisboa* - 15 de Julho de 1809.

³⁸³ Cf. *Gazeta de Lisboa* - 27 de Maio de 1806.

³⁸⁴ Cf. *Gazeta de Lisboa* - 22 de Julho de 1812.

última, “*além destas comodidades e de outras, que na barca se saberão*” ofereciam “*bebidas e comer de todas as qualidades, por preços commodos*”³⁸⁵.

Mais tarde, aqueles banhos tiveram a concorrência do médico José Cullurne, que “*depois de hum trabalho, e gasto muito considerável acaba de estabelecer huns Quartos, com toda a comodidade poara Banhos de Mar, quentes, e frios, no forte da Rocha do Conde de Óbidos, os quaes hão de evitar muitas dificuldades, que seguem os Banhos do costume*”³⁸⁶.

As praias da Junqueira eram assaz procuradas, na medida em que junto das suas águas não existiam os despejos domésticos, nem o lodo que tornava as margens do rio Tejo, numa longa extensão a partir do Terreiro do Paço, muito desagradáveis³⁸⁷.

Por indicação médica, a nobreza também frequentava as termas, nomeadamente as das Caldas da Rainha, como sucedeu com a marquesa de Lourçal que esteve um mês naquela estância e depois de uma breve passagem por Lisboa, durante seis dias, voltou para lá “*por mandado do Pinheiro*”³⁸⁸, sendo agora acompanhada, neste regresso, de “*duas sobrinhas que estavam muito saudosas*”³⁸⁹. A “*marquesa de Belas D. Maria*”³⁹⁰ outra vez atacada da *moléstia de pele*” optou por outra estância, tendo ido “*tomar os banhos do Estoril*”³⁹¹.

Para além destes divertimentos mais constantes, registamos outros, também com um pendor elitista, como por exemplo, a realização de um concerto musical numa quinta “*sita na rua dos Aciprestes, onde chamão as Amoreiras, para cima das Aguas Livres*” onde é anunciado que “*haverá á noite hum grande concerto instrumental, e vocal*”.

Os eventuais frequentadores são avisados que “*todos os passeios estarão iluminados*” e que “*se achão ali vários refrescos, e diferentes qualidades de fiambres*”. Quanto ao

³⁸⁵ Cf. Gazeta de Lisboa - 22 de Julho de 1809.

³⁸⁶ Cf. Gazeta de Lisboa - 20 de Junho de 1812.

³⁸⁷ Cf. NÉU, João B. M. – *Em Volta da Torre de Belém*, vol. 2, p.67.

³⁸⁸ José Pinheiro de Freitas Soares era membro da Junta de Saúde. Cf. HOLSTEIN, D. Mariana de Sousa – *Um olhar feminino sobre Portugal*, p. 140.

³⁸⁹ Cf. HOLSTEIN, D. Mariana de Sousa – *Um olhar feminino sobre Portugal*, p. 140.

³⁹⁰ D. Maria Rita de Castelo Branco Correia da Cunha, 1ª marquesa de Belas, era casada com D. José Luís de Vasconcelos e Sousa. Cf. ZÚQUETE, Afonso Eduardo Martins – *Nobreza de Portugal e do Brasil*, vol. 2, p. 410.

³⁹¹ CF. HOLSTEIN, D. Mariana de Sousa – *Um olhar feminino sobre Portugal*, p. 168.

horário, começava às 7 e terminava às 11 horas. No anúncio avisa-se que “*pessoas de capote*³⁹² *ou com libré*³⁹³ *não serão admitidas*”³⁹⁴.

Menos selectivas e parecendo ser capaz de juntar diversos grupos sociais apresentavam-se as diversões relacionadas com o Carnaval. Segundo Heinrich Link, naquela quadra, “*nobres e gente do povo divertem-se em atirar toda a espécie de sujidade e imundície aos passantes que, de acordo com o costume e para evitar maus encontros, aguentam pacientemente este tipo de coisas*”³⁹⁵.

Esta miscigenação de gentes, que tanto impressionou os estrangeiros que visitavam Lisboa, verificava-se muito para além do Carnaval. Existia um quotidiano no interior das residências nobres que, apesar da instituição de um relacionamento vertical e hierarquizado, não se escondia uma grande proximidade entre todos, como veremos adiante.

³⁹² “*Espécie de manto, que cobre os homens do pescoço até o calcanhar, ou mais curto, de fralda larga, com cabeção*”. Cf. SILVA, António de Moraes – *Dicionário da Língua Portuguesa*, Vol. 1, p. 343.

³⁹³ “*Vestido particular, que os senhores dão a homens de pé, como lacaios, guardas, liteireyros, etc, com alguma diferença nas cores do panno, das fitas, passamanes, etc.*” Cf. BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário Portuguez e latino*, vol. 5, p. 117.

³⁹⁴ Cf. *Gazeta de Lisboa* – n.º 31, 3 de Agosto de 1787.

³⁹⁵ Cf. LINK, Heinrich Friedrich – *Notas de uma viagem a Portugal e através de França e Espanha*, p. 123.

2. A CASA NOBRE EM LISBOA ENTRE 1750 E 1830

2.1. A Localização Urbana

A elite da nobreza portuguesa, ao longo do século XVIII, continuando uma tendência anterior, escolheu a cidade de Lisboa enquanto lugar para viver (Fig. 2). Aproximando-se do rei e da corte, enquanto se afastava dos seus senhorios e da fidalguia de província³⁹⁶, os palácios³⁹⁷ foram proliferando pelos terrenos disponíveis, sendo construídos sem preocupação pelo cumprimento de regras urbanísticas³⁹⁸, impondo-se com alheamento e arrogância à zona circundante.

Algumas áreas da cidade, desde muito cedo, foram escolhidas como lugares privilegiados para a edificação daquelas casas nobres. É o caso das colinas de S. Francisco, do Carmo e da Trindade³⁹⁹, que por lá acolheram aqueles que pretendiam habitar próximo do centro ribeirinho e do poder político, sedeados no Terreiro do Paço. Esta zona, em 1755, virá a sofrer profundos danos com o terramoto que destruiu muitos dos palácios que ali existiam.

A freguesia do Sacramento, onde se incluía o Carmo e a Trindade foi das mais devastadas⁴⁰⁰, perdendo a quase totalidade das doze importantes casas nobres que ali

³⁹⁶ “(...). Antes de 1640, muitos importantes fidalgos mantinham casas fora de Lisboa. Mas depois, progressivamente, todos foram adquirindo palácios na corte. Alguns ainda visitavam distantes terras e senhorios no início do século XVIII, mas depois nem isso (...). A nobreza “senhorial”, depois de meados do século XVIII só conhecia os seus senhorios quando situados nos arredores de Lisboa.” Vd. MONTEIRO, Nuno Gonçalves – Poder senhorial, estatuto nobiliárquico e aristocracia in *História de Portugal*, vol. 4, pp. 372-373.

³⁹⁷ “O aparecimento do grande palácio urbano surge paralelamente à institucionalização da sociedade de corte. O desenvolvimento do aparelho de Estado inerente ao absolutismo favoreceu a formação e fixação de uma nobreza de corte na capital. Se até ao século XVII, Lisboa e Évora constituem os dois pólos de fixação aristocrática, a partir de 1640 a capital do império vai canalizar a fixação da nobreza, ou pela construção de edifícios de raiz, ou por campanhas de obras em habitações já existentes.” Cf. MESQUITA, Marieta Dá – *História e arquitectura uma proposta de investigação O Palácio dos marqueses de Fronteira como situação exemplar da arquitectura residencial erudita em Portugal*, vol.1, p. 65.

³⁹⁸ “Os seus palácios são verdadeiros corpos estranhos que aterram na malha urbana, sem contemplações pelas regras que tradicionalmente a talhavam.” Cf. MATOS, José Sarmiento de – O Palácio e a Cidade in *Actas Colóquio Lisboa Iluminista e o Seu Tempo*, p. 35.

³⁹⁹ Vd. MATOS, José Sarmiento de – O Palácio e a Cidade in *Actas Colóquio Lisboa Iluminista e o Seu Tempo*, p. 38.

⁴⁰⁰ “Nenhum dos seus grandes edifícios escapou, e dos seiscentos e tantos fogos que contava abrigando mais de três mil pessoas, ficaram somente cento e trinta e sete e pouco mais de cem habitantes. Quarenta e quatro

estavam edificadas. De entre estas, destacamos o palácio Valadares, ainda hoje existente, que apesar da significativa destruição foi reedificado pelo conde Valadares, seu proprietário⁴⁰¹. Pior sorte tiveram muitos outros, como é o caso do palácio dos Alcáçovas Carneiros, porque nele morreram vinte cinco pessoas, ou o de Lafões, um “*dos palácios mais ricamente adornados de Lisboa, em armações, tapeçarias, pinturas, pratas e jóias*”⁴⁰² que albergava uma notável biblioteca, também desaparecida na voracidade das chamas.

O mesmo sucedeu no “vale verde”⁴⁰³, a norte do Rossio, onde alguns dos palácios ali existentes foram completamente destruídos pelo incêndio que se seguiu ao tremor de terra. Aqui, como noutros lugares da cidade, a reconstrução que se seguiu viria a mudar a feição do espaço urbano, tornando-o mais burguês e menos aristocrático.

Outras zonas, igualmente atingidas⁴⁰⁴, mantiveram muitas das casas nobres lá existentes, pois não foram devastadas pelo fogo. É o caso das Escolas Gerais⁴⁰⁵ e das imediações da igreja de S. Vicente de Fora⁴⁰⁶.

prédios aluíram no momento do cismo e andou à roda de quinhentos o número de fogos ou residências familiares destruídas pelo incêndio. Duzentos e quatro indivíduos pereceram esmagados pelos desmoronamentos. O resto fugiu.” Vd. SEQUEIRA, Gustavo de Matos – *O Carmo e a Trindade*, vol. 3, p. 6.

⁴⁰¹ O 5º conde de Valadares, D. José Luís de Meneses Abranches Castelo Branco reedificou o palácio. Após a sua morte, em 1792, naquela casa continuou a viver a sua mulher, a Condessa D. Luísa Josefa de Noronha e, depois, o seu filho D. Álvaro António de Noronha Abranches Castelo Branco, 1º marquês de Torres Novas. Após um outro incêndio ocorrido em 1798, este último deixou de ali viver e na casa foi instalada uma fábrica de arame. Mais tarde, em 1819, foi alugada à Assembleia Portuguesa. Neste período, realizar-se-ão ali grandiosas festas, como sucedeu no dia 13 de Maio de 1820, por ocasião do aniversário do rei D. João VI, onde um grandioso baile teve lugar em salas ornamentadas “*com flores, luzes, pinturas em transparentes, e houve, sobre a música e dança, uma esplêndida ceia*”. Cf. Vd. SEQUEIRA, Gustavo de Matos – *O Carmo e a Trindade*, vol. 3, pp. 53-57.

⁴⁰² Cf. SEQUEIRA, Gustavo de Matos – *O Carmo e a Trindade*, vol. 3, p. 19.

⁴⁰³ “*Antes do terramoto, os terrenos que se estendiam por detrás desta porta da cerca eram ocupados por quintas, por hortas onde, ao domingo, o povo se divertia. Eram as hortas de Valverde (...). Algumas grandes famílias tinham por ali os seus palácios, cujo acesso era satisfeito por azinhagas rústicas. Uma destas, cujo nome passou para uma rua que ainda existe hoje, chamava-se “dos condes”, pois abria-se entre os palácios de três condes poderosos da corte de D. João V. Foi um destes palácios (o dos Ericeiras-Louriçais) um dos pontos em que começou o grande incêndio que se seguiu ao terramoto (...).*” Cf. FRANÇA, José-Augusto – *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*, p. 137.

⁴⁰⁴ “*(...) as zonas mais especialmente atingidas que foram na parte baixa, muito ou quase tudo da cidade dentro das velhas muralhas fernandinas, com o grande incêndio que lavrou entre o rio e o Rossio, e destruições pela Alfama até S. Vicente de Fora, poupado, porém, do outro lado desta mancha urbana, o Bairro Alto seiscentista. Outra zona bem definida, sobe de Santo Antão destruído à Pena, já em área rústica, defronte do monte da Almofala, entre a Graça e a Senhora do Monte. (...).*” Cf. FRANÇA, José Augusto – *Lisboa história física e moral*, p. 345. O fogo que se seguiu ao terramoto teria sido a causa dos maiores



Fig. 2 - Localização dos Palácios na Planta de Lisboa⁴⁰⁷ (Fonte: GEO-CML).

Para além de edifícios mais antigos, a cidade de Lisboa não terá conhecido grandes construções palacianas na primeira metade de Setecentos⁴⁰⁸. Foi necessário aguardar pelo

danos. A área mais afectada pelas chamas situar-se-ia entre Alfama, torneando a Sé e atingindo a parte baixa da cidade até S. Paulo.

⁴⁰⁵ “As Escolas Gerais foram um dia um sítio nobre e categorizado de Lisboa, a começar no século de quatrocentos, e a desenvolver-se pelos séculos adiante (...). Toda a área entre a Porta do Sol (Santa Luzia), a de Alfama e a de Santo André era considerada Bairro dos Escolares (sécs. XIV a XVI). Vd. ARAÚJO, Norberto de – *Peregrinações*, Livro 8, pp. 87-88.

⁴⁰⁶ Os “arredores da Rua de S. Vicente fizeram parte do ambiente fidalgo, generoso, retintamente português, afável e expressivo do antigo S. Vicente (...). Dizia-se: “este é muito S. Vicente”, como agora se diz, com menos razão: “é muito Lapa”. Cf. ARAÚJO, Norberto de – *Peregrinações*, Livro 8, p. 57.

⁴⁰⁷ “Planta topográfica da cidade de Lisboa compreendendo na sua extensão a beira-mar da ponte de Alcântara até ao convento das Comendadeiras de Santos e sua largura da Real Praça do Comércio até ao Colégio dos Religiosos Agostinhos descalços na Rua de S. Sebastião da Pedreira. Tudo de banho vermelho é o que se conserva antigo e de vermelho mais vivo denotam as igrejas; o banho amarelo o projecto do novo plano e o amarelo mais vivo as igrejas novas” (datável de 1781, GEO-CML) Nesta planta de Lisboa representámos, com pontos coloridos a negro, os palácios de Lisboa que sobreviveram ao terramoto de 1755 e os que se construíram durante o período que estudámos.

terramoto para que uma nova feição urbana pudesse começar a impor-se, ora regenerando os lugares destruídos, ora procurando novas centralidades.

Depois de 1755, a situação altera-se e começam a surgir construções que se afirmam como elementos estruturantes e dinamizadores do espaço urbano, gerando novos arruamentos e delapidando zonas relativamente marginais da cidade. Assiste-se, para além disso, à emergência de palácios mais integrados, ora pela força da componente predial e princípios arquitectónicos inerentes à reconstrução pombalina que os caracteriza, ora pelas ruas que à volta deles se desenvolvem, criando novos espaços bastante harmoniosos⁴⁰⁹.

Muitos deles, no entanto, continuaram obrigados a obedecer às características topográficas dos lugares escolhidos. Contidos pela pressão urbanística do espaço envolvente, a grandiosidade da residência advinha mais da localização num gaveto, nalguns casos ocupando uma área que abrange dois gavetos, ou na existência de uma enorme fachada que domina a rua, do que no redesenho de um espaço urbano amplo capaz de proporcionar uma maior distinção.

Algumas das novas construções nobres da segunda metade de Setecentos surgiram em eixos emergentes e neles se enfileiraram com uma grande proximidade geográfica. Algumas zonas da cidade ficavam, desta forma, associadas àquele aglomerado de casas nobres que, pela sua quantidade, as qualificavam como lugares escolhidos pelas elites.

Na Junqueira encontraremos um grande número de casas dispostas com a frente para o rio, formando uma linha construtiva gerada pela permanência da corte em Belém e, depois, na Ajuda. Estas construções desenvolveram-se num eixo que ligava a residência real, centro do poder político, ao Terreiro do Paço, centro do poder económico.

⁴⁰⁸ Na cidade de Lisboa, na primeira metade do século XVIII, assiste-se a um surto de construções encomendadas pelo “*grande funcionalismo público, ministros, juízes, tesoureiros do Estado, provedores dos armazéns – e o alto clero da igreja patriarcal. O resultado não foi, porém, brilhante, e as suas habitações não ultrapassaram as dos grandes senhores.*” Vd. França, José-Augusto – *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*, p. 38.

⁴⁰⁹ Vd. MATOS, José Sarmiento de – “O Palácio e a Cidade” in *Actas Colóquio Lisboa Iluminista e o Seu Tempo*, pp. 47-49.

Para além das razões de ordem política, encontramos outras que contribuíram para o êxito do desenvolvimento urbano do eixo atrás referido. Se atentarmos nos anúncios publicados no jornal que visam a procura, a venda ou o arrendamento de imóveis, constatamos que tanto os eventuais interessados na aquisição ou no arrendamento, como os proprietários que anunciam as propriedades que pretendem vender ou arrendar, são muito unânimes nalguns atributos.

Neste âmbito, elegemos “o sítio ameno”⁴¹⁰, a “boa vista”⁴¹¹, a “excelente vista”⁴¹², “com vista de mar”⁴¹³, “com entrada de pateo”⁴¹⁴, “com cavalharia e palheiro”⁴¹⁵, a existência de “jardins, pomar e horta”⁴¹⁶ ou uma outra opção muito semelhante “com sua quinta, jardim e água”⁴¹⁷, para além da muito comum exigência que consta da “bastante acomodação para uma família numerosa”⁴¹⁸.

Estes recorrentes anúncios enunciam quatro preocupações fundamentais: a salubridade⁴¹⁹, a existência de água⁴²⁰, a largueza de vistas e a adequação dos espaços, no que diz respeito à dimensão e à valência das construções⁴²¹. Assim, se considerarmos as qualidades acima elencadas, enquanto razões para a escolha de lugar de residência, encontramos algumas zonas que reúnem condições privilegiadas para as propiciarem.

Referimo-nos ao eixo, atrás enunciado, que corre em direcção a Belém, que foi muito concorrido pela proximidade da casa do rei e também ao lado oriental de Lisboa que, dirigindo-se para Xabregas, também tinha o rio Tejo como vizinho. Neste caso, apesar de as casas nobres serem em menor número e de se encontrarem, muitas vezes, inseridas em

⁴¹⁰ Vd., por exemplo, *Gazeta de Lisboa* – n.º 6, 11 de Fevereiro de 1800.

⁴¹¹ Vd., por exemplo, *Gazeta de Lisboa* – Suplemento n.º 42, 18 de Outubro de 1799.

⁴¹² Vd., por exemplo, *Gazeta de Lisboa* – n.º 13, 1 de Abril de 1806.

⁴¹³ Vd., por exemplo, *Gazeta de Lisboa* – Segundo Suplemento, n.º 50, 20 de Dezembro de 1806.

⁴¹⁴ Vd., por exemplo, *Gazeta de Lisboa* – Suplemento n.º 42, 18 de Outubro de 1799.

⁴¹⁵ Vd., por exemplo, *Gazeta de Lisboa* – n.º 113, 14 de Maio de 1812.

⁴¹⁶ Vd., por exemplo, *Gazeta de Lisboa* – n.º 20, 20 de Maio de 1800.

⁴¹⁷ Vd., por exemplo, *Gazeta de Lisboa* – Segundo Suplemento, n.º 29, 26 de Julho de 1806.

⁴¹⁸ Vd., por exemplo, *Gazeta de Lisboa* – Suplemento n.º 42, 18 de Outubro de 1799.

⁴¹⁹ Na cidade de Lisboa não existia uma rede de escoamento do lixo.

⁴²⁰ A água era um bem muito caro e escasso, principalmente nos meses de Verão.

⁴²¹ Refira-se, por exemplo, o anúncio de “*Huma família inglesa, composta de marido, e Mulher pretende habitar (...) hum casa (...) com preferência junto ao mar, com commodos suficientes para dois criados e duas criadas, seu pequeno quintal, arranjo para cavallos, etc*”. Cf. *Gazeta de Lisboa* – N.º 66, 18 de Março de 1812.

quintas não podemos deixar de as referir, pois a ocupação residencial que ali se verifica não é despiciente.

Para além disso, devemos destacar “*um subúrbio de Lisboa (...) mais fresco e limpo*”⁴²², situado num ponto alto, do “*qual se abrange uma grande vista*”⁴²³, designado por Buenos Aires. Este conjunto urbano, com boas condições paisagísticas e climáticas⁴²⁴, foi o lugar mais pretendido pelos estrangeiros⁴²⁵, particularmente os ingleses, que vinham residir para Lisboa.

Ali viviam, por exemplo, o “*Ministro da América*”⁴²⁶, o cônsul geral da Grã-Bretanha⁴²⁷, o general Forbes⁴²⁸, o chefe de esquadra Donald Campbell⁴²⁹ e o Encarregado dos Negócios de Espanha, D. José de Lugo⁴³⁰, entre muitos outros. Também era aqui, na Rua do Prior, que se localizava o Hotel Reeve’s, que hospedava muitos estrangeiros recém-chegados a Lisboa que ainda não tinham conseguido encontrar uma “*residência permanente*”⁴³¹.

Apesar da proeminência de estrangeiros, muitos portugueses consideraram aquele lugar privilegiado para residirem. Parece ser o caso do brigadeiro Pedegache que tinha uma barraca no n.º 7, da Rua de S. Domingos à Lapa⁴³², do “*Doutor Francisco Manoel de Paula, Medico aprovado, morador na rua do Sacramento à Lapa, junto da casa do*

⁴²² Vd. BAILLIE, Marianne – *Lisboa nos anos de 1821, 1822 e 1823*, p. 25.

⁴²³ Cf. GRAHAM, William – *Travels through Portugal and Spain*, p. 189.

⁴²⁴ As encostas viradas a sul proporcionam uma elevada exposição solar.

⁴²⁵ “*Esta colina, que é a mais alta das três, é também aquela que goza de melhor ar, e os estrangeiros, sobretudo os Ingleses que sabem aproveitar todas as vantagens que encontram, escolheram este monte para morada: é aí o seu bairro e o de toda a feitoria, como é chamado o conjunto de tudo quanto faz comércio e está sob a protecção especial do governo. Deram-lhe o nome de Buenos Aires (...)*” Cf. ABRANTES, Duquesa de – *Recordações de uma estadia em Portugal 1805-1806*, p. 22. A Lapa ficou a dever o seu crescimento aos estrangeiros e ao terramoto. É um bairro mais recente com um crescimento com marcas mais burguesas do que aristocráticas. Vd. ARAÚJO, Norberto de – *Peregrinações*, Livro 8, p. 87.

⁴²⁶ Cf. *Gazeta de Lisboa* – n.º 36, 8 de Setembro de 1801.

⁴²⁷ O Cônsul geral da Grã-Bretanha morava na Rua Direita. Cf. *Gazeta de Lisboa* – Suplemento n.º 30, 26 de Julho de 1799.

⁴²⁸ Cf. *Gazeta de Lisboa* – Suplemento n.º 50, 13 de Dezembro de 1805.

⁴²⁹ Donald Campbell morava na Rua Nova de S. Francisco de Paula, n.º 19. Cf. *Gazeta de Lisboa* – Suplemento n.º 19, 17 de Maio de 1806.

⁴³⁰ Cf. *Gazeta de Lisboa* – n.º 113, 14 de Maio de 1812.

⁴³¹ Cf. BAILLIE, Marianne – *Lisboa nos anos de 1821, 1822 e 1823*, p. 27.

⁴³² Cf. *Gazeta de Lisboa* – n.º 36, 11 de Fevereiro de 1811. Referimo-nos ao Brigadeiro Teodoro Pedegache Soromenho Brandão.

*Marechal Goltz*⁴³³, de D. Miguel Pereira Forjaz que vivia no n.º 53 daquela mesma rua⁴³⁴, ou das “*casas de residência do Excelentissimo Marquez d’Alorna*”⁴³⁵, entre muitos outros lisboetas que por ali viviam.

Nesta avaliação, não devemos alhear-nos da importância das opções e, consequentemente, das influências dos muitos estrangeiros que vieram viver para Lisboa e que procuravam uma cidade mais asséptica, onde o rio e o sol deveriam ter um lugar preponderante.

Outros, que não viviam em Buenos Aires, apesar de terem, frequentemente, os seus negócios e escritórios sedeados entre S. Paulo e S. Pedro de Alcântara, procuravam locais ainda mais afastados do centro urbano. Neste caso, destaca-se a predilecção pela zona de Pedrouços como sucedeu, por exemplo, com “*huma família inglesa*” que “*pretende habitar nos sítos que decorrem desde a Torre de Belém até aos fins de Pedrouços*”⁴³⁶ ou com “*João Skeys, vice-cônsul nação britânica*”⁴³⁷ que também ali morou. Julgamos que esta preferência advinha, essencialmente, da proximidade do mar.

Para além daquelas zonas residenciais, que terão merecido uma especial atenção na segunda metade do século XVIII e primeiros anos de Oitocentos, encontramos outras que também se desenvolveram neste período. É o caso do eixo da Rua da Escola Politécnica em direcção ao Rato e da ocupação da Rua do Salitre, uma expansão residencial onde se albergou a nobreza, a par de muitos outros grupos sociais.

Os palácios e casas nobres lisboetas distribuíram-se pelo espaço urbano, consoante a época de construção e os eixos de crescimento a que a cidade esteve sujeita por condicionalismos particulares. A geografia física e política tiveram, no período que estudamos, um papel fundamental relativamente aos novos projectos urbanísticos.

⁴³³ Cf. *Gazeta de Lisboa* – Segundo Suplemento, n.º 30, 31 de Julho de 1802.

⁴³⁴ Cf. *Gazeta de Lisboa* – n.º 17, 26 de Abril de 1803.

⁴³⁵ Cf. *Gazeta de Lisboa* – Suplemento, n.º 44, 4 de Novembro de 1803.

⁴³⁶ Cf. *Gazeta de Lisboa* – n.º 66, 18 de Março de 1812.

⁴³⁷ Cf. *Gazeta de Lisboa* – Segundo Suplemento, n.º 43, 31 de Outubro de 1807.

2.2. Os Habitantes da Casa: A *Família*

A casa constitui um microcosmos com a maior importância na sociedade de Antigo Regime⁴³⁸. Muitas residências afirmaram-se como verdadeiros entrepostos que provocaram alterações do ponto de vista urbanístico, social e económico nas zonas da cidade onde se instalaram.

A sua construção, num determinado lugar, provocava mudanças significativas motivadas pelos efeitos da circulação das pessoas que nela habitavam e pelos consumos diários relacionados com os bens e serviços requeridos.

Por outro lado, afirma-se enquanto centro transmissor de informação. Será no seu interior, através da família e da rede de indivíduos que lhe está próxima, que se reproduzem modelos de intervenção na sociedade e propagam ideias e conhecimentos determinantes para o futuro das novas gerações.

O território constituído pela residência da nobreza e das elites burguesas de Lisboa é habitado por um grupo numeroso e muito diversificado de habitantes⁴³⁹. Vivendo num mesmo espaço e integrados pela designação de “família” todos se encontrarão muito próximos, apesar dos privilégios e da existência de várias hierarquias que mantêm a distância entre eles.

O conceito de hierarquia, aqui devidamente articulado com os valores da fidelidade, do respeito e da solidariedade representam o edifício moral capaz de manter a unidade sem esbater a heterogeneidade dos diversos actores existentes naquele espaço.

⁴³⁸ “A entidade fundamental para o estudo dos comportamentos aristocráticos no período analisado é, como se tem vindo a realçar, a casa, a cuja reprodução alargada estavam obrigados todos os que nela nasciam ou dela dependiam. Na época histórica a que nos reportamos, a casa representava um valor fundamental para grande parte das elites sociais e reportava-se, portanto, a uma realidade que abrangia mas transcendia largamente os lugares de residência.” Vd. MONTEIRO, Nuno Gonçalo – Casa, casamento e nome: fragmentos sobre relações familiares e indivíduos in *História da Vida privada em Portugal A Idade Moderna*, p. 137.

⁴³⁹ Na casa nobre coabitavam “não só os seus detentores mas ainda os imediatos sucessores, bem como um número elevado de colaterais, ou seja, de irmãos e tios.” CUNHA, Mafalda Soares da; MONTEIRO, Nuno Gonçalo – As grandes casas, in MATTOSO, José, dir. – *História da Vida privada em Portugal A Idade Moderna*, p. 222.

Para além de outras avaliações, um dos nossos campos de observação é a dinâmica provocada no quotidiano pela intervenção de todos os que habitam numa residência e a sua correlação com os diversos compartimentos que a formam. Para atingirmos esse objectivo necessitamos de uma visão de conjunto, mas, também, de uma compreensão individualizada de cada grupo constante naquela unidade.

Propomo-nos cruzar, assim, movimentos mais gerais e outros mais particulares que nos ajudem a compreender a forma como os espaços eram ocupados e nos permitam, no decurso deste estudo, avaliar a razão de muitos elementos decorativos e funcionais.

Destacaremos, para este efeito, as funções ocupadas pelos proprietários, homem e mulher, a quem cabia a liderança e gestão da casa, bem como os comportamentos dos seus respetivos filhos e da mole de criados que os servia.

2.2.1. Os Proprietários e a Gestão da Casa

Ao homem caberia o papel de principal administrador⁴⁴⁰. Esta tarefa resumia-se, genericamente, ao conhecimento e gestão das receitas e despesas. Era, muitas vezes, um trabalho muito solitário, onde as dificuldades financeiras se partilhavam, quase exclusivamente, com o criado a quem estavam atribuídas as tarefas administrativas.

O conde de Peniche⁴⁴¹ queixou-se, na fase final da sua vida, da referida solidão. Perante uma dívida que não conseguia liquidar, escreveu que se sentia “*quase ao desamparo*” acrescentando que os seus familiares só serviam “*para perseguirem por dinheiro*”⁴⁴².

⁴⁴⁰ Carl Rüders, um estrangeiro que viveu em Lisboa, também nos dá conta desta situação, escrevendo que “*pelo que diz respeito à vida de família, poucas donas de casa se ocupam especialmente do governo dela, excepto as das classes mais pobres. O marido entrega a um dos criados o dinheiro necessário para as compras do dia, especificadas numa relação (...)*.” Cf. RÜDERS, Carl Israel – *Viagem em Portugal 1798 – 1802*, p. 167.

⁴⁴¹ D. Caetano José de Noronha e Albuquerque, 1º conde de Peniche (1753-1829). Cf. ZÚQUETE, Afonso Eduardo Martins – *Nobreza de Portugal e do Brasil*, vol. 3, p. 122.

⁴⁴² Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Testamento do conde de Peniche, Letra C, Maço 83, Caixa 805, n.º 6, f. 7.

À mulher, considerada um ser inferior, cabia o papel específico de mulher e de mãe, a par dos deveres e “*obrigações que se contraem na sociedade e para recreio honesto, estabelecido entre as pessoas da sua classe*”⁴⁴³.

Enquanto mulher, avulta a gestão de algumas práticas domésticas consubstanciadas numa acção directa junto das criadas mais importantes. Para além dessa tarefa, para ser considerada mais perfeita, convinha que fosse entendida em “*qualquer coisa de arranjos e de demandas*”⁴⁴⁴.

Nas situações em que existia algum impedimento pela ausência do homem, tal como já referimos anteriormente, cabia à mulher substituí-lo. Nestas ocasiões, a tarefa da administração da casa era-lhe atribuída. A condessa de Atouguia⁴⁴⁵, por exemplo, na sequência da prisão do conde⁴⁴⁶, seu sogro, em 1753, “*tinha em casa perto de quarenta pessoas*” de que ficou responsável⁴⁴⁷.

A especificidade dos compromissos a que cada um deles, marido e mulher, estava obrigado, a natureza do género e o corpo de criados que lhes estava associado é determinante para a definição dos percursos e lugares que ocupam no interior da residência. Este comportamento acentua-se com a existência dos apartamentos individuais que lhes estão destinados, com o quarto de dormir como espaço âncora. Estes, em conjunto com os compartimentos que lhe são anexos constituem um núcleo com uma relativa independência e resguardo, sendo a zona de permanência, por excelência, dos donos da casa.

⁴⁴³ Cf. ALORNA, marquesa de – *Inéditos cartas e outros escritos*, p. 81.

⁴⁴⁴ D. Mariana de Sousa Holstein escreveu, referindo-se ao marido: “*tenho dó dele por ter casado comigo, porque com uma casa tão boa como a sua, se eu entendesse qualquer coisa de arranjos e de demandas é impossível que lhe não sobejasse dinheiro para deitar pela janela fora*”, acrescentando que se ela “*não governasse não haveria em casa quem fizesse melhor (...)*”. Cf. HOLSTEIN, D. Mariana de Sousa – *Um olhar feminino sobre Portugal*, p. 238.

⁴⁴⁵ D. Mariana Raimunda Bernarda de Távora, filho dos 3ºs marqueses de Távora era casada com D. Jerónimo de Ataíde 11º conde de Atouguia. Cf. ZÚQUETE, Afonso Eduardo Martins – *Nobreza de Portugal e do Brasil*, vol. 1, p. 336.

⁴⁴⁶ D. Jerónimo de Carvalho e Menezes de Ataíde, 11º conde de Atouguia. Cf. ZÚQUETE, Afonso Eduardo Martins – *Nobreza de Portugal e do Brasil*, vol. 1, p. 336.

⁴⁴⁷ Cf. ATOUGUIA, Condessa de – *Memórias da última Condessa de Atouguia*, p. 73.

Devemos ter em consideração que estas casas são muito buliçosas, por força dos serviços que nelas existiam e pela consequente circulação de várias dezenas de pessoas. Se acrescentarmos a este facto a existência de uma arquitectura interior mais vocacionada para a exibição e exposição do que para a salvaguarda da intimidade, reconhecemos a necessidade daqueles espaços mais recuados, como garantia de uma maior privacidade. Ali, mais resguardada, enquanto o dono da casa ocuparia algum tempo com tarefas de índole administrativa, à mulher estaria reservado o oratório, que era um espaço de oração e de reunião diária com as criadas que lhe estavam mais próximas, como referiremos adiante, noutro capítulo deste trabalho.

2.2.2. Os Filhos: A Educação e o Ensino

Os filhos parecem estar sempre muito presentes. Recorrendo a alguns relatos estrangeiros que nos dão conta deste facto, considerando-o uma particularidade portuguesa, salientamos a opinião do marquês de Bombelles. O embaixador francês assinalou que “*uma das qualidades dos portugueses é viverem muito em família*”⁴⁴⁸, enquanto Marianne Baillie, referindo-se às crianças, diz-nos ser “*costume generalizado levá-los a bailes, recepções, etc., desde a mais tenra idade*”⁴⁴⁹.

Para o período que estudamos, o número de filhos era relativamente elevado⁴⁵⁰. Uma das explicações para esta fertilidade encontra-se no facto da mulher não amamentar. Não obstante a crítica relativamente ao comportamento das mães de que, pelos “*privilégios da sua alta distinção*”, aquelas não proporcionavam aos seus filhos “*os soros da natureza*,

⁴⁴⁸ Cf. BOMBELLES, marquis de – *Journal d'un Ambassadeur de France au Portugal 1786-1788*, p. 49 (trad. do autor).

⁴⁴⁹ Cf. BAILLIE, Marianne – *Lisboa nos anos de 1821, 1822 e 1823*, p. 63.

⁴⁵⁰ “No último período considerado (1751-1830) o número médio de “filhos sobreviventes” por titular com “filhos sobreviventes” situa-se ainda em 4,1. Ou seja, em cada geração os titulares que chegaram a ter filho(a)s com 20 anos de idade tiveram, em média, mais de 4 para colocar, mesmo depois de meados do século XVIII (...)” Cf. MONTEIRO, Nuno Gonçalo – Casamento, celibato e reprodução social: a aristocracia portuguesa nos séculos XVII e XVIII, *Análise Social*, vol. XXVIII (123-124), 1993, 4º-5º, p. 927.

eximindo-se de os criar a seus próprios peitos”⁴⁵¹, tal não impediu a prática generalizada da contratação de amas-de-leite, um hábito que tanto encontramos em casas nobres, como burguesas.

Este procedimento, que encontramos generalizado naqueles grupos sociais apresentava vantagens. Permitia que a mãe não perdesse demasiado tempo com a criação dos filhos e que não ficasse inibida do seu relacionamento conjugal⁴⁵², nem de uma vida social que, na segunda metade do século XVIII, se exige cada vez mais activa.

Nos círculos de prestadores de serviços mais próximos, nem sempre era fácil encontrar uma ama que respondesse às exigências. Então, frequentemente, se anunciava que se pretendia *“humas mulher de leite, que queira fazer humas criação em humas casa particular*”⁴⁵³.

Apesar da consideração de que *“uma ama perfeita é preferível a tudo porque é mais cómoda”*, a divulgação da *“garrafa”*, iniciada no primeiro quartel do século XIX trazia novidades acerca deste assunto, nomeadamente pela constatação de que *“é muito mais conveniente criar uma criança com leite de animais do que dá-lo a uma ama levemente duvidosa*”⁴⁵⁴.

Nos primeiros anos, pela exigência de alguns cuidados, os filhos estariam mais dependentes das mães e das criadas, contrariando o conselho de que a proximidade com os criados deveria ser muito controlada⁴⁵⁵. Mais tarde, a responsabilidade na educação deveria

⁴⁵¹ Cf. MORGANTI, Bento – *Breves Reflexões, sobre a vida económica, a qual consiste nos casamentos, na criação, e educação dos filhos, e em adquirir, e conservar os bens, no que se funda a regular sociedade dos homens; oferecidas a N. Senhora do Monte*, pp. 47-49.

⁴⁵² “Sendo certo que uma nova gravidez punha em risco a vida do lactente, e acreditando-se na época que as relações sexuais corrompiam o leite, a falta da ama colocava o pai perante duas soluções possíveis: ou procurar uma alternativa fora de casa, com o recurso a amores clandestinos, ou manter a sua vida conjugal e ameaçar assim a sobrevivência do filho”. Cf. SANTOS, Maria José Moutinho – *O Folheto de Cordel: Mulher, família e Sociedade no Portugal do Século XVIII (1750-1800)*, p. 88.

⁴⁵³ Cf. *Gazeta de Lisboa* – n.º 182, 31 de Julho de 1810.

⁴⁵⁴ Vd. HOLSTEIN, D. Mariana de Sousa – *Um olhar feminino sobre Portugal*, pp. 100-101.

⁴⁵⁵ “Sobretudo he de grande importância evitar aos meninos a familiaridade demasiada com os servos, e criadas; para que com este trato continuado, não vejam, nem ouçam, o que não for decente, e o que de ordinário costuma praticar a condição servil, de que resulta muitas vezes repetirem com inocência o mesmo que profere a malícia em semelhantes conversações, sabendo proferir aquilo mesmo, que não chegaram a aprender, e sem saber o que dizem, dizem o que não devem. (...)” Cf. MORGANTI, Bento – *Breves*

ser assumida pai⁴⁵⁶, para além do papel dos mestres que teria uma grande importância na formação académica, física e moral.

No que diz respeito ao ensino, as crianças podiam frequentar uma escola ou receber aulas que eram ministradas na sua própria casa, contratando-se um mestre para esse efeito. No primeiro caso, podiam optar pela frequência do Real Colégio dos Nobres⁴⁵⁷, criado em 1761, para proporcionar uma educação em consonância com os novos valores do Estado, ou escolher uma das inúmeras escolas que nos primeiros anos do século XIX, proliferam em Lisboa. Algumas delas funcionavam num regime de semi-internato, ou seja “*sem a pensão de cama e meza, e outros só com a condição de se lhes dar de jantar, devendo voltar à noite para suas casas*”⁴⁵⁸, enquanto outras asseguravam o internato, anunciando que “*acceitão meninos (...) para estarem de cama e meza*”⁴⁵⁹.

Francisco de Paula, filho de João Vicente de Saldanha Oliveira e Sousa, 1º conde de Rio Maior, e o seu irmão Domingos de Saldanha de Oliveira e Daun, por exemplo, “*entraram no Collegio no dia dez de Novembro de mil oitocentos e doze*” tendo ido frequentar escolas diferentes. O primeiro, “*por ter nascido em 21 de Fevereiro de 1799*”, tendo à data da inscrição “*a idade de 13 anos, 8 mezes e vinte dias*” foi inscrito “*no Colégio ou pensão do padre José Maria de Queirós*” situado “*ao Cruzeiro de Arroios junto à casa do Sr. de Pancas*”, pagando pela sua frequência “*dezasseis mil oito centos réis por mês e em metal.*” O segundo, “*por ter nascido em 3 de Setembro de 1800*” e tendo a “*idade de 12 anos, 2*

Reflexões, sobre a vida económica, a qual consiste nos casamentos, na criação, e educação dos filhos, e em adquirir, e conservar os bens, no que se funda a regular sociedade dos homens; oferecidas a N. Senhora do Monte, pp. 63-64.

⁴⁵⁶ “A obrigação das mães he nutrir, e criar seus próprios filhos na sua primeira, e tenra idade; a dos pays he ensiná-los, e educa-los na segunda: a daquelas he ditada pela natureza; a destes introduziu a polícia, e a civilidade, como tão necessária para a conservação das Republicas”. Cf. MORGANTI, Bento – *Breves Reflexões, sobre a vida económica, a qual consiste nos casamentos, na criação, e educação dos filhos, e em adquirir, e conservar os bens, no que se funda a regular sociedade dos homens; oferecidas a N. Senhora do Monte*, pp. 45-46.

⁴⁵⁷ “A necessidade de padronizar a educação da aristocracia, retirando-a da esfera doméstica, e ajustando-a melhor aos desígnios da nova era pombalina, deu origem ao Colégio dos Nobres, que, como se sabe, resultou num fracasso.” Cf. CUNHA, Mafalda Soares da; MONTEIRO, Nuno Gonçalo – “As grandes casas” in MATTOSO, José, dir. – *História da Vida privada em Portugal A Idade Moderna*, p. 82.

⁴⁵⁸ Cf. *Gazeta de Lisboa* – Suplemento, n.º 31, 7 de Agosto de 1801.

⁴⁵⁹ Cf. *Gazeta de Lisboa* – Segundo Suplemento, n.º 45, 14 de Novembro de 1801.

meses e 7 dias” foi-lhe destinado o Real Colégio dos Nobres onde pagava uma “*pensão de dez mil réis por mês*”⁴⁶⁰ (Doc. 115).

Existiam outras escolas que se dedicavam, exclusivamente, ao estudo das línguas, como sucedia com “*humma Aula de Lingua Ingleza e Franceza, cujo Mestre ensina cada humma destas línguas fundamentalmente por hum methodo muito fácil, compendioso e inteligível*”⁴⁶¹.

Quanto às aulas recebidas em casa, encontramos um elevado número de anúncios, publicados na “Gazeta de Lisboa”, com a oferta de professores, como por exemplo o de “*hum Professor de Gramatica Latina, e primeiras Letras, novamente aprovado*” que “*se propõe a ensinar em alguma casa particular, ou dar lições diárias*”⁴⁶².

A educação das mulheres também não é descurada, recebendo-a em casa, numa primeira fase, tal como acontece com os seus irmãos do sexo masculino. Neste âmbito, são muito notórios inúmeros os anúncios que solicitam “*humma Mestra para educar humas Meninas*”⁴⁶³. Num deles, o anunciante dá “*preferência à que for Franceza, ou Irlandeza, mas na sua falta será admitida a que for Portugueza*”⁴⁶⁴.

Realçamos aqui a presença destes mestres, pois contribuíam para aumentar o elevado contingente de pessoas que circulava numa residência e, inevitavelmente, geravam outras

⁴⁶⁰ Cf. A.N.T.T., *Arquivo da Casa de Rio Maior*, Livro 150, s./n.º.

⁴⁶¹ Cf. *Gazeta de Lisboa* – n.º 9, 4 de Março de 1800.

O ensino nestas casas era assegurado, regularmente, por professores estrangeiros, como sucedia com a “*Academia das Linguas Franceza e Ingleza, constituída por Professores de ambas as Nações*”. Cf. *Gazeta de Lisboa* – n.º 14, 6 de Abril de 1802.

⁴⁶² Cf. *Gazeta de Lisboa* – n.º 30, 22 de Junho de 1802.

O estatuto de sacerdote poderia influenciar no momento da contratação, como podemos constatar pelo anúncio de “*certa pessoa*” que “*deseja achar um sujeito para lhe educar seus filhos*” terminando o seu pedido escrevendo “*e mais aceito se fará se for Sacerdote*”. Cf. *Gazeta de Lisboa* – Segundo Suplemento, n.º 11, 22 de Março de 1800.

⁴⁶³ As primeiras escolas para raparigas em Portugal abriram na segunda metade do século XVIII “*mercê da entrada no Reino de duas ordens religiosas, as Ursulinas e as Visitandinas. As primeiras abriram três colégios no Reino – Coimbra, Viana e Braga –, enquanto as segundas se confinaram a um colégio em Lisboa, especialmente vocacionado para educar raparigas provenientes da alta nobreza.*” Cf. CUNHA, Mafalda Soares da; MONTEIRO, Nuno Gonçalo – *As grandes casas*, in MATTOSO, José, dir. – *História da Vida privada em Portugal A Idade Moderna*, p. 83.

⁴⁶⁴ Cf. *Gazeta de Lisboa* – n.º 18, 6 de Maio de 1806.

Encontramos, igualmente, muitos anúncios de estrangeiros que oferecem os seus préstimos “*para instruir a Mocidade, em casas particulares*” como é o caso de “*hum sujeito natural d’Inglaterra, que he Mestre da Lingua Ingleza, de Escrita, d’Arithmetica*”. Cf. *Gazeta de Lisboa* – n.º 43, 26 de Outubro de 1802.

funcionalidades e sociabilidades no seu interior. Muitos deles instalar-se-iam na casa onde iam exercer a sua actividade de educador durante um longo período de tempo, como parece podermos inferir da afirmação do conde de Rio Maior⁴⁶⁵, que atesta que João Silvério de Lima viveu quatro anos em sua casa, enquanto “*encarregado da Educação e Ensino*”⁴⁶⁶ de alguns dos seus filhos.

2.2.3. Os Criados e o Trabalho Doméstico

A grande maioria da população residente era constituída pelos servos domésticos, que, a par dos muitos parentes que encontramos a residir numa mesma casa, também eram considerados como parte integrante da família⁴⁶⁷.

O seu elevado número excedia as necessidades laborais que se exigem no quotidiano de uma residência, pelo que a existência de tanta mão-de-obra, se justifica como sinónimo de distinção e símbolo do poder de um determinado senhor⁴⁶⁸. Este símbolo de riqueza consumado na exibição dos criados foi desenvolvido pela nobreza e continuado pela burguesia, que “*foi contagiada por este luxo da criadagem*”⁴⁶⁹. Provavelmente, estamos perante uma das principais marcas da nobreza que a burguesia melhor acolheu, na sua apetência de construir uma sociedade mais moderna, onde não faltassem laivos da aristocracia de corte.

⁴⁶⁵ João Vicente Saldanha de Oliveira e Sousa, 1º conde de Rio Maior.

⁴⁶⁶ Cf. A.N.T.T., *Arquivo da Casa de Rio Maior*, Maço 85.

⁴⁶⁷ Os criados eram parte integrante da família, havendo conselhos para que os amos se reputassem “*como pais, e Pastores delles, e nesta consideração amálos, e prover a todas as suas necessidades espirituas, e temporaes, reputando esta obrigação como hua das mais importantes, de que Deos lhes pedirá conta*” Vd. SANTOS, Maria José Moutinho – *O Folheto de Cordel: Mulher, família e Sociedade no Portugal do Século XVIII (1750-1800)*, p. 134.

“*A minha família, como já fica dito, compunha-se de minha mãe, alienada, e de minhas duas tias, João Evangelista Machado, que exercia o cargo de mordomo da Casa, D. Mariana, aia de minha irmã, e um grande número de criados e criadas, parte deles herdados com a casa dos Condes de Coculim, fazendo ao todo, entre amos e criados, mais de oitenta pessoas.*” Cf. BARRETO, D. José Trazimundo Mascarenhas – *Memórias do Marquês de Fronteira e d’Alorna*, vol 1-2, p. 12.

⁴⁶⁸ “*A utilidade dos criados está menos no trabalho realmente desempenhado e mais na prova viva que eles são da “nobreza” e poder do domo da casa. Mecanismos de submissão pessoal (a relação servo-senhor) juntam-se neste caso a formas de dominação social (o número de criados indica o status do senhor)*”. Vd. MADUREIRA, Nuno Luís – *Lisboa luxo e distinção 1750-1830*, p. 33.

⁴⁶⁹ Cf. CARRÈRE, J.B.F. – *Panorama de Lisboa no ano de 1796*, p. 35.

Esta ostentação⁴⁷⁰ mereceu a crítica de muitos estrangeiros que viveram em Lisboa e escreveram acerca da vida da nobreza lisboeta. Ficaram impressionados com o excesso de pessoal existente nas casas nobres lisboetas⁴⁷¹ e foram muito críticos relativamente à qualidade do serviço prestado, pois, na sua opinião, ficava muito aquém daquilo que era exigível.

Corroborando da mesma opinião, a marquesa de Alorna, pronunciou-se acerca do número exagerado de criados que encontrava ao serviço de algumas casas, reconhecendo que “*em Portugal há o costume de ter por ostentação um grande número de criados e criadas*”, acreditando que este elevado número tinha um efeito perverso, pois “*ordinariamente, tanto cresce a família, quanto diminui a perfeição do serviço*”⁴⁷².

Para além da necessidade de ostentação pública já referida, deveremos ressaltar, contudo, alguns casos, cuja logística justifique a existência de tantos servos. Recordamos, por exemplo, as frequentes deslocações da corte a Salvaterra de Magos, a Mafra ou a Vila Viçosa, entre muitas outras viagens que se realizavam e exigiam esforços significativos.

Se o número é importante, também a diversidade de criados que se poderão encontrar numa mesma casa constitui um sinal identitário de distinção que permitia aferir diferentes estados dentro de um mesmo grupo social. Um maior número de especializações domésticas encontradas ao serviço de um nobre e, aparentemente, uma maior excelência de serviço, exteriorizam um poder económico ou uma dignidade superior.

Os criados podem ser divididos, segundo a sua importância e funções, em três grandes grupos: os criados graves, os inferiores e os lacaios (Quadro I).

⁴⁷⁰ “A despesa interna duma casa de nobre português é tão moderada quanto é excessiva a que diz respeito ao alarde exterior e à ostentação, como ao número de criados de libré, mulas, cavalos de mão, enfim, tudo quanto pode deslumbrar, impor-se e dar uma ideia exagerada de riqueza ou da autoridade do senhor.” Cf. COSTIGAN, Arthur William – *Cartas sobre a Sociedade e os Costumes de Portugal 1778-1779*, vol. 2, p. 167.

⁴⁷¹ “Não há terra como Lisboa onde os criados de ambos os sexos sejam tantos e onde, apesar disso, se seja mais mal servido. Pululam nas casas dos fidalgos e dos grandes e nalgumas delas davam para povoar uma aldeia.” Cf. CARRÈRE, J.B.F. – *Panorama de Lisboa no ano de 1796*, p.34.

⁴⁷² Cf. ALORNA, marquesa de – *Inéditos cartas e outros escritos*, p. 87.

<p>Quadro I</p> <p>Pessoal doméstico</p>	
Criados graves	Mordomo Sotomordomo Procurador da casa Secretário Criado particular Criado do quarto Ama Escudeiro Guarda-roupa Porteiro Despenseiro Escrivão da cozinha Criado de sala Estribeiro Sotoestribeiro Mestre da picaria Cozinheiro Copeiro
Criados inferiores	Comprador Comprador da semana, Aguadeiro Ajudante ou moço da cozinha Moço da copa Porteiro da sala Engomadeira Jardineiro Varredor Moço das compras Azemel Rodeira
Lacaios	Boleiro Cocheiro Moço da tábua Ferrador

Fonte: A.N.T.T., Arquivo da Casa de Rio Maior, Arquivo da Casa de Abrantes,
Arquivo da Casa de Alcáçovas.

Os primeiros eram aqueles que “faziam os serviços mais decentes, como acompanhar o amo, cuidar-lhe da roupa, receber recados, etc”⁴⁷³. Segundo tal definição, neste primeiro grupo, cabem o mordomo⁴⁷⁴, o sotomordomo⁴⁷⁵, o procurador da casa⁴⁷⁶, o secretário⁴⁷⁷, o criado particular⁴⁷⁸, o criado do quarto, a ama⁴⁷⁹, o escudeiro⁴⁸⁰, o guarda-roupa⁴⁸¹, o porteiro, o despenseiro⁴⁸², o escrivão da cozinha⁴⁸³ e o criado de sala (Doc. 21 e 42).

⁴⁷³ Cf. VIEIRA, Domingos – *Thezouro da Língua Portuguesa*, vol. 2, p. 623.

A muitos destes criados eram exigidos especiais atributos, como se indefere do anúncio que pretendia recrutar “para hum casa desta cidade (...) hum sujeito para o exercício de Criado grave que esteja livre do recrutamento; de conhecida probidade, e inteligência para tratar de algumas dependências forenses, pertencentes à mesma Casa”. Cf. *Gazeta de Lisboa* – n.º 185, 10 de Agosto de 1812.

⁴⁷⁴ “O que rege e administra os bens de uma casa, sujeito ao senhor dela e de ordinário os há nas casas nobres”. SILVA, António Moraes – *Dicionário de Língua Portuguesa*, vol. 2, p. 318.

“Em uma casa muito grande, deve haver um mordomo, o qual seja inteligente e probo. As funções deste são a inspecção geral sobre todos os ramos de administração. Este homem deve ter um livro de razão, aonde se lancem todos os dias as despesas da cozinha, cavalariça, adega e copa”. Cf. ALORNA, marquesa de – *Inéditos cartas e outros escritos*, p. 87.

⁴⁷⁵ “(...) Soto que em italiano vale o mesmo que debaixo (...)”. Cf. BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário Portuguez e Latino*, vol. 7, p. 738.

⁴⁷⁶ “Homem que trata dos negócios d’outrem em virtude de procuração, ou sejam negócios privados, ou de foro, ou das cidades e vilas (...)”. Cf. VIEIRA, Domingos – *Thezouro da Língua Portuguesa*, vol. 4, p. 954.

⁴⁷⁷ “Os particulares têm secretários que lhes escrevem o que eles mandam.” Cf. SILVA, António Moraes – *Dicionário de Língua Portuguesa*, vol. 2, p. 675.

⁴⁷⁸ Algumas designações, apesar de diferentes, poderão significar um trabalho idêntico. Julgamos que o criado particular, nalguns casos, poderia exercer funções semelhantes à de um secretário.

⁴⁷⁹ “A mulher que cria, educa.” Cf. SILVA, António Moraes – *Dicionário de Língua Portuguesa*, vol. 1, p. 113. A “ama do duque de Miranda” auferia de ordenado a quantia de 9\$600 réis. Cf. *Arquivo A.H.S.-ICS NGM 002*, Ano 1797 1º Caderno de 11 de Janeiro até fim de Junho de 1798. D. José João Miguel de Bragança e Ligne de Sousa Tavares Mascarenhas da Silva, 1º duque de Miranda do Corvo. Cf. ZÚQUETE, Afonso Eduardo Martins – *Nobreza de Portugal e do Brasil*, vol. 2, p. 667.

⁴⁸⁰ “O que acompanha Senhoras a cavalo ou a pé e é criado da maior graduação; é assim o que serve o amo nobre em serviços para que não servem os lacaios; e de ordinário são homens de bem.” Cf. SILVA, António Moraes – *Dicionário de Língua Portuguesa*, vol. 1, p. 744.

“(...) naquele tempo toda a fidalga casada tinha um escudeiro que era sempre um homem de boa família e não tinha outros afazeres senão servir à mesa da sua ama e acompanhá-la quando não saía com o marido, ou permanentemente se era viúva. A maior parte deles eram Cavaleiros dalguma Ordem e muitos capitães de ordenanças.” Cf. BARRETO, D. José Trazimundo Mascarenhas – *Memórias do Marquês de Fronteira e d’Alorna*, vol 1-2, p. 63.

⁴⁸¹ “Pessoa que tem à sua conta a roupa de outrem, sua limpeza, etc.” Cf. SILVA, António Moraes – *Dicionário de Língua Portuguesa*, vol. 2, p. 105.

⁴⁸² “Aquele, por cuja conta corre a despesa e gastos dos mantimentos de uma casa.” Cf. BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário portuguez e latino*, vol. 3, p. 165.

⁴⁸³ Vd., por exemplo, A.N.T.T., *Arquivo da Casa de Abrantes*, Livro 106, f. s/n.º. O escrivão da cozinha, na casa de Abrantes, no ano de 1774, a par do escudeiro, recebia um salário de seis mil e quatrocentos réis por mês. Este montante era, neste período, relativamente elevado.

O mordomo tinha um papel fundamental, pois cabia-lhe a responsabilidade de assegurar uma boa gestão económica da casa e garantir o zelo e cumprimento de regras, competindo-lhe impô-las à generalidade dos criados e a outros prestadores de serviços externos.

O porteiro, que é o criado que “*está à porta das casas (...) para falar a quem vem a elas*”⁴⁸⁴, também tinha um papel particular, na medida em que fazia uma prévia selecção quanto à forma de receber as visitas. Nalguns casos, através da sineta, existiria um código. O número de toques que o porteiro efectuava, indicava a qualidade do visitante e, consequentemente, a forma de preparar a recepção⁴⁸⁵.

Todos os outros, acima enumerados, têm um relacionamento de grande proximidade relativamente àquele que serviam, ora pelas responsabilidades que tinham, ora pela proximidade física que estava inerente à sua função. Talvez pela existência desta familiaridade, Carrère tenha sido tão crítico relativamente a estes criados, apontando que “*não há maior insolência do que estas criadas graves*”, acrescentando que “*procuram macaquear as amas, mas só lhes copiam os defeitos*”⁴⁸⁶.

Para além daquelas funções principais, alguns poderiam ocupar outras, caso os horários o permitissem. Apesar de encontrarmos alguns relatos que contrariam esta ideia⁴⁸⁷, existem escalas para distribuição do pessoal, onde o responsável pela roupa está de serviço nas salas durante a noite⁴⁸⁸, entre outras alterações idênticas.

Devemos associar a este primeiro grupo, ainda, alguns outros que exercem funções de chefia e que têm criados inferiores à sua ordem. É o caso do estribeiro⁴⁸⁹, do sotoestribeiro,

⁴⁸⁴ Cf. SILVA, António Moraes – *Dicionário de Língua Portuguesa*, vol. 2, p. 474.

⁴⁸⁵ Cf. BAILLIE, Marianne – *Lisboa nos anos de 1821, 1822 e 1823*, p. 164.

⁴⁸⁶ Cf. CARRÈRE, J.B.F. – *Panorama de Lisboa no ano de 1796*, p. 35.

⁴⁸⁷ “*Os criados portugueses não se incumbem de mais de um serviço; aquele que serve o seu amo à mesa não subiria nunca para a tábua da sua carruagem, o moço de tábua não entra nas salas e não tem outra ocupação, a criada de quarto não faz mais do que vestir e despir a senhora, a criada que cose e trata da roupa não aceita outro serviço.*” Cf. CARRÈRE, J.B.F. – *Panorama de Lisboa no ano de 1796*, p. 35.

⁴⁸⁸ Vd., por exemplo, *Arquivo da Casa de Rio Maior*, Livro 91, f. 14v.

⁴⁸⁹ O estribeiro “*tem a seu cargo a estribaria e os cavalos dela*”. BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário português e latino*, vol. 3, p. 343.

por vezes designado por sotocavalheriça, do mestre da picaria⁴⁹⁰, do cozinheiro e do copeiro⁴⁹¹.

Realce-se que alguns destes criados superiores não eram portugueses, pois no final do século XVIII e no primeiro quartel do século XIX, começa a ser usual encontrarmos anúncios de estrangeiros de diversas nacionalidades que se oferecem para trabalhar em casas lisboetas, como é o caso de um italiano “*bem instruído na Arte Equestre, e na Alveitaria, o qual deseja achar alguma casa, onde possa viver como Estribeiro ou Escudeiro*”⁴⁹², ou de um inglês que se oferece “*para Copeiro, Guarda-Roupa, e Criado particular de alguma Pessoa distinta*”⁴⁹³. Para além destas ofertas, surgem muitos pedidos para a contratação de servos que dominem outras línguas, nomeadamente, o inglês⁴⁹⁴.

Relativamente aos criados inferiores, destacamos o comprador⁴⁹⁵, o comprador da semana, o aguadeiro⁴⁹⁶, o ajudante ou moço da cozinha, o moço da copa, o porteiro da sala, a engomadeira, o jardineiro, o varredor, o moço das compras e o azemel⁴⁹⁷ por vezes designado por moço das mulas⁴⁹⁸, ou a rodeira que tem a responsabilidade de cuidar do oratório, entre outros menos comuns.

⁴⁹⁰ Era o responsável pelo ensino ou amestramento dos cavalos, pois entende-se por picaria “*o manejo que se ensina aos cavalos*”. Cf. SILVA, António Moraes – *Dicionário de Língua Portuguesa*, vol 1, p. 449.

⁴⁹¹ “*O que cuida na copa, faz doces, licores, dá de beber.*” Cf. SILVA, António Moraes – *Dicionário de Língua Portuguesa*, vol 1, p. 468.

⁴⁹² Cf. *Gazeta de Lisboa* – Suplemento, n.º 14, 11 de Abril de 1800.

⁴⁹³ Cf. *Gazeta de Lisboa* – Segundo Suplemento, n.º 13, 3 de Abril de 1802.

⁴⁹⁴ “*Deseja-se hum criado, que saiba falar Inglesz (...)*” Cf. *Gazeta de Lisboa* – Suplemento n.º 30, 26 de Julho de 1799.

⁴⁹⁵ “*O marido entrega a um dos criados o dinheiro necessário para as compras do dia, especificadas numa relação.*” Cf. Ruders, Carl Israel – *Viagem em Portugal 1798 – 1802*, p. 167.

⁴⁹⁶ Alguns estrangeiros referem que esta função, geralmente, era atribuída aos inúmeros galegos que trabalhavam, como criados, em Lisboa. Vd., por exemplo, CHAVES, Castelo-Branco – *Portugal A Corte e o País nos anos de 1765 a 1767*, p. 167.

Existiriam casas que contratavam os serviços do aguadeiro a criados não residentes, enquanto outras asseguravam o abastecimento de água, através do criado de sua casa a quem estava atribuída essa tarefa. Nalguns casos, esta tarefa podia ser cumulativa com alguma outra, noutros, o criado era, exclusivamente, aguadeiro, como é o caso do “*aguadeiro Manuel*” que “*tem de ordenado cada mês 1\$200*” e “*Recebeo para sapatos \$800*”. Cf. A.N.T.T., *Arquivo da Casa de Rio Maior*, Livro 131, f. 52.

⁴⁹⁷ “*O que conduz e anda com azémalas*”. Cf. SILVA, António Moraes – *Dicionário de Língua Portuguesa*, vol 1, p. 247.

⁴⁹⁸ Nas casas nobres, para além dos cavalos, existiam muitas outras bestas, com destaque para os machos e mulas, como nos sugere o anúncio que nos dá conta de que “*(...) nas casas em que residia o Excelentissimo D. Alexandre de Sousa e Holstein, à Boa Hora, em Belém, se principião a vender em leilão todas as bestas*”

Relativamente a estes servos, em alguns casos, as funções podiam alterar-se ou haver acumulação de algumas delas, É o caso, por exemplo, do “*Francisco que passou de Moço da Taboa para a Cozinha ficou servindo de Moço das Compras e d’agoa*”⁴⁹⁹ ou dos “*dois pretos*” que foram contratados para “*acompanharem as Carruages e servirem ao Tinello dos Criados graves, depois dos quaes terão o seu Tinello, e serem os Porteiros das Sallas*”⁵⁰⁰.

Os criados inferiores eram muito numerosos. A alguns deles não seria exigido, pelo menos num primeiro momento, tarefas de grande responsabilidade, como podemos inferir do anúncio que pede “*hum Preto de idade de doze a quatorze anos, para criado*”⁵⁰¹, mas encontramos muitos outros, dentro deste grupo, que executam tarefas que julgamos mais exigentes. Numa mesma casa, por exemplo, encontramos várias engomadeiras, e enquanto algumas delas se dedicam ao tratamento das roupas comuns, havia outras que se especializaram e ocuparam lugares mais graves, sendo designadas de “*engomadeira das Senhoras*”⁵⁰² ou de “*engomadeira dos Meninos*”⁵⁰³ (Doc. 109).

A grande maioria destas funções que temos vindo a enumerar era executada por servos do sexo masculino, com excepção do serviço directo das titulares da casa ou das crianças. Esta tendência, só viria a começar a sofrer alterações no início do século XIX⁵⁰⁴.

Em certos serviços parece existir uma maior proeminência do sexo feminino como sucede com as engomadeiras. Este facto, contudo, não impede que não encontremos homens com a responsabilidade deste serviço. Na casa dos duques de Lafões, a título exemplificativo, há referências a pagamentos efectuados ao “*Engomador de João Evangelista*”⁵⁰⁵ (Doc. 116).

que forão do seu uso, assim cavallos, como machos e mulas (...). Cf. *Gazeta de Lisboa* – Suplemento, n.º 17, 30 de Abril de 1802.

⁴⁹⁹ Cf. A.N.T.T., *Arquivo da Casa de Rio Maior*, Livro 15, f. 18v. e 69 v.

⁵⁰⁰ Cf. A.N.T.T., *Arquivo da Casa de Rio Maior*, Maço 85.

⁵⁰¹ Cf. *Gazeta de Lisboa* – n.º 178, 29 de Julho de 1811.

⁵⁰² Cf. *Arquivo A.H.S.-ICS NGM 024*, Lembrança ou Apponto de Despezas (Abril 1812 a Abril 1813).

⁵⁰³ Cf. *Arquivo A.H.S.-ICS NGM 003*, Caixa anno 1800.

⁵⁰⁴ Cf. CUNHA, Mafalda Soares da; MONTEIRO, Nuno Gonçalo – As grandes casas, in MATTOSO, José, dir. – *História da Vida privada em Portugal A Idade Moderna*, p. 218.

⁵⁰⁵ Cf. *Arquivo A.H.S.-ICS NGM 024*, Lembrança ou Apponto de Despezas (Abril 1812 a Abril 1813).

Quanto aos lacaios⁵⁰⁶, contamos vários boleiros, cocheiros e moços da tábuia⁵⁰⁷, pois o seu número dependia do número de segos e coches que se encontravam ao serviço de uma casa. Existiam casas que, pela sua dimensão, também incluíam neste grupo o ferrador, conforme sucedia na casa de Abrantes (Doc. 104).

O elevado número de pessoal doméstico e as diversas funções que lhes estavam atribuídas implicavam a existência de espaços que lhes estavam adstritos para o cumprimento das suas tarefas, bem como a disponibilização de zonas da casa, onde pudessem dormir e tomar as principais refeições.

Os criados graves movimentam-se em zonas mais reservadas aos donos da casa. Outros, consoante as suas funções, distribuem-se pela cozinha e zonas circundantes que, compreensivelmente, movimenta grande número de servos, enquanto os menos qualificados se dedicam à limpeza dos grandes espaços, tanto interiores como exteriores.

Para além daquelas que são mais comumente referenciadas, encontramos várias assoalhadas destinadas, com alguma exclusividade, a alguns criados. Estes compartimentos podem tomar o nome dos seus utilizadores, ou da função que neles é exercida, como sucedia com a “*casa de engomar*”.

Um outro caso mais particular era o dos escudeiros, porque “*não viviam com os outros criados e havia uma sala, chamada a sala dos escudeiros, onde eles estavam e onde recebiam os escudeiros das outras senhoras, quando vinham a visitas*”⁵⁰⁸. Para além disso, quando o dono da casa, por qualquer motivo, não podia receber uma visita no tempo adequado, competia àquele a tarefa de “*o entreter enquanto não chega o seu amo*”⁵⁰⁹. Assim, a sala dos escudeiros ocupava um lugar central no acesso principal de uma residência, como veremos adiante.

⁵⁰⁶ Considera-se lacaios “*o criado de traseira da sege, ou que acompanha a cavalo ou atrás, ou adiante do coche, ou adiante do cavaleiro*”. Cf. SILVA, António Moraes – *Dicionário de Língua Portuguesa*, vol 2, p. 198.

⁵⁰⁷ “*É o que vai na traseira da carruagem*”. Cf. VIEIRA, Domingos – *Thezouro da Língua Portuguesa*, vol. 2, p. 623. Por vezes, também é designado como “*moço da traseira*”.

⁵⁰⁸ Cf. BARRETO, D. José Trazimundo Mascarenhas – *Memórias do Marquês de Fronteira e d’Alorna*, vol 1-2, p. 63.

⁵⁰⁹ Cf. SIQUEIRA, João de N. Sra. da Porta – *Escola de Política ou tratado pratico da civilidade portugueza*, p. 93.

Os lacaios distinguíam-se dos grupos que temos vindo a analisar, pelas características do seu trabalho. Alguns deles, como os boleiros, auferem salários mais elevados, o que se explicará pela responsabilidade, conhecimento profissional que lhes era exigido para ultrapassar as dificuldades inerentes ao traçado das ruas de Lisboa⁵¹⁰, e, eventualmente, pela destreza necessária para conduzir as seges, que tinham condições para andar depressa, mas eram muito instáveis pela altura das suas rodas⁵¹¹.

A sege e os lacaios que a povoavam constituíam um exemplar meio de ostentação. A sumptuosidade do carro conjugada com as librés espelhava o poder e estatuto social do seu proprietário. O marquês de Castelo Melhor⁵¹², excedendo o comum, tinha *“uma carruagem com todos os cómodos possíveis, tendo dentro uma cantina com todos os objectos de cozinha e de serviço de mesa, e uma guarda roupa com fato para toda a estação, porque, dizia elle, muitas vezes há frio no verão e calor no inverno, uma cabelleira de corte, um espadim e uma casaca de corte (...)”*⁵¹³.

Todos estes criados que temos vindo a referir, para além do salário mensal que auferiam, muitos deles tinham direito à respectiva farda, alimentação⁵¹⁴ luz e dormida (Doc. 108).

⁵¹⁰ Marian Baillie, ao referir-se a uma viagem da família real, após uma festa, considerou *“espantoso que não tenham sofrido nenhum acidente fatal, sendo conduzidos tão velozmente pelas ruas íngremes e perigosas desta cidade de sete colinas.”* Cf. BAILLIE, Marianne – *Lisboa nos anos de 1821, 1822 e 1823*, p. 235.

⁵¹¹ *“Se os coches, as pesadas “estufas” de viagem e as clássicas liteiras, com os machos às varas, marchava em geral devagar, os florões, os estufins e as seges andavam depressa, apresentando além disso o inconveniente de se equilibrarem mal nos correões e nos rodados altos. Por isso, e porque os cocheiros, sota-cocheiros e segeiros de boleia bebiam com convicção, os desastres eram relativamente frequentes nas ruas de Lisboa.”* Cf. DANTAS, Júlio – *Lisboa dos nossos avós*, p. 100.

⁵¹² Afonso de Vasconcelos e Sousa da Câmara Caminha Faro e Veiga, 3º marquês de Castelo Melhor (1783-1827). Cf. ZÛQUETE, Afonso Eduardo Martins – *Nobreza de Portugal e do Brasil*, vol. 2, p. 506.

⁵¹³ Cf. BARRETO, D. José Trazimundo Mascarenhas – *Memórias do Marquês de Fronteira e d’Alorna*, vol 1-2, p. 21. Para evitar exageros ostentatórios, foram publicadas várias pragmáticas no sentido de evitar o luxo nas seges e coches. De entre as várias proibições a que estavam sujeitas, nomeamos o impedimento do uso de *“prata, nem ouro fino, ou falso, nem bordados, nem metal dourado, ou prateado, assim no corpo da carruagem, como no jogo, e nas peças de amarração, e dos arreios, nem poderão ser estas, e as guias, e as coberturas das mesmas carruagens”*. Vd. SIQUEIRA, João de N. Sra. da Porta – *Escola de Política ou tratado pratico da civilidade portugueza*, p. 109.

⁵¹⁴ Carrère considera que *“os criados em Lisboa (...) são mais bem pagos do que alimentados.”* Cf. CARRÈRE, J.B.F. – *Panorama de Lisboa no ano de 1796*, p. 36.

2.2.4. Os Criados: Salários e Outros Benefícios

Quanto aos salários, e tomando como exemplo, o registo de despesas pertencente à casa do duque de Lafões, referente ao ano de 1798, sabemos que a despesa mensal com salários, relativamente aos criados que serviam, exclusivamente, o titular, totaliza 26\$600 réis e para aqueles que estavam sob as ordens da duquesa⁵¹⁵ despendia-se 28\$600 réis. As mesadas do casal eram, respectivamente 200\$000 réis⁵¹⁶ e 112\$00 réis⁵¹⁷ e a despesa total com os ordenados da família ascendia a 428\$560 réis⁵¹⁸.

Os fardamentos representam uma outra parcela importante, quanto aos gastos com os servos. Na casa de Lafões, por exemplo, no ano de 1801, foi gasta na aquisição de fardas a quantia de 805\$940 réis⁵¹⁹ e mais tarde, em 1803, voltaram a despende-se 580\$340 réis⁵²⁰. Prevê-se que, anualmente ou de dois em dois anos, consoante o poder económico das casas e as funções dos criados, fossem pagas estas verbas que, atendendo aos gastos gerais, devemos considerar muito relevantes (Doc. 108).

As librés constituíam um sinal importante para o exterior, indicando a situação económica de uma determinada casa e, consequentemente, do estatuto de determinado senhor⁵²¹. Em muitos casos, a sua presença seria um dos momentos mais marcantes de um determinado evento, pelo efeito gerado pela multiplicação de uma mesma vestimenta. Os olhares eram direccionados, simultaneamente, para o rigor proporcionado pela replicação dos mesmos cortes e tecidos, a par do efeito cénico que se atingia pela utilização de uma mancha unívoca e inconfundível.

⁵¹⁵ D. Henriqueta Maria Júlia de Lorena e Menezes, casada com D. João Carlos de Bragança e Ligne de Sousa Tavares Mascarenhas da Silva, 2º duque de Lafões. Cf. ZÚQUETE, Afonso Eduardo Martins – *Nobreza de Portugal e do Brasil*, vol. 2, p. 667.

⁵¹⁶ Cf. *Arquivo A.H.S.-ICS NGM* 003, Caixa anno 1800.

⁵¹⁷ Cf. *Arquivo A.H.S.-ICS NGM* 002, Ano 1797 1º Caderno de 11 de Janeiro até fim de Junho de 1798.

⁵¹⁸ Cf. *Arquivo A.H.S.-ICS NGM* 003, Caixa anno 1800.

⁵¹⁹ Cf. *Arquivo A.H.S.-ICS NGM* 006, Caixa Anno 1801, 4º Caderno, que começa no 1º de Janeiro.

⁵²⁰ Cf. *Arquivo A.H.S.-ICS NGM* 006, Caixa Anno 1803, 6º Caderno, que começa no 1º de Janeiro.

⁵²¹ Vd. MADUREIRA, Nuno Luís – *Lisboa luxo e distinção 1750-1830*, p. 34.

D. José Trazimundo, marquês de Fronteira e d'Alorna, nas suas memórias, acerca de uma primeira visita que fez à casa do senhor de Murça⁵²², relata-nos que nunca se lhe “*varreu da ideia (...) a forma porque estava montada a sua casa*”, tendo encontrado “*um porteiro vestido no rigor dos antigos guarda-portões das casas dos fidalgos e, em cima, estavam creados de libré à moda do tempo do dono da casa*”⁵²³.

Apesar da sua importância, enquanto representação social, nem todos os criados tinham direito a farda. Aos mais inferiores, que trabalhavam nas zonas de serviço e não frequentavam os apartamentos onde se pudessem cruzar, com frequência, com os donos da casa ou com ocasionais visitantes, aquela não lhes era atribuída. Daí que, quando algum criado fardado faltava, nenhum destes poderia ocupar o seu lugar, devendo fazer-se a substituição por “*hum outro criado de farda*”⁵²⁴.

Para além das librés, também os sapatos, em certos casos, mereceriam uma participação do senhor, como sucedeu com um pagamento feito pelo duque de Lafões “*a nove creados para os remotes de Botas*” que importou em 18\$000 réis⁵²⁵ (Doc. 114). Esta regra não abrange todos, pois sabemos que muitos outros não auferiam deste privilégio. Em casa do conde de Rio Maior, por exemplo, “*o Bolieiro e Sotta parece que se calsa à sua custa*”⁵²⁶.

A “*ração*” atribuída, diariamente a cada criado era determinada pela importância do cargo e, por vezes, também pelo tempo de serviço na casa. O direito a pão podia ficar, desde logo, contratado, como aconteceu com uma aia que “*entrou a servir (...) com reção de prato do meio e 20 rs. de pan*”⁵²⁷. Na casa do conde de Vila Nova⁵²⁸, em período idêntico,

⁵²² Julgamos que se refere ao 1º conde de Murça, D. Miguel António de Melo Abreu Soares de Brito Barbosa Vasconcelos (1736-1836) Cf. ZÛQUETE, Afonso Eduardo Martins – *Nobreza de Portugal e do Brasil*, vol. 3, p. 39.

⁵²³ Na descrição das librés o autor acrescenta “*(...) calções, meias de seda, sapato de fivela, casaca à moda da época e, em lugar da cabelleira loura, uma coifa preta com lantejoulas da mesma cor*”. Cf. BARRETO, D. José Trazimundo Mascarenhas – *Memórias do Marquês de Fronteira e d'Alorna*, vol. 1-2, p. 99.

⁵²⁴ Cf. A.N.T.T., *Arquivo da Casa de Rio Maior*, Livro 91, f. 8v.

⁵²⁵ Cf. *Arquivo A.H.S.-ICS NGM 008*, Caixa Anno 1806, 9º Caderno.

⁵²⁶ Cf. *Arquivo da Casa de Rio Maior*, Maço 85.

⁵²⁷ Cf. A.N.T.T., *Arquivo da Casa de Rio Maior*, Livro 25, f. 60.

⁵²⁸ D. José Maria Xavier de Lancastre, 6º conde de Vila Nova de Portimão (1742-1779). Cf. ZÛQUETE, Afonso Eduardo Martins – *Nobreza de Portugal e do Brasil*, vol. 3, p. 515.

encontramos criados que recebem, de pão, a quantia mensal de 620 réis, enquanto outros auferem 1\$420 réis⁵²⁹.

Outros não tinham direito a quaisquer refeições porque haviam estabelecido que trabalhavam “*a seco*”. Esta última opção reflectia-se nos salários mais elevados⁵³⁰. Ao invés, casos há cuja recompensa residia na alimentação, pelo que tinham direito à “*reção com mais algum contrapeso*” que era mais substancial que a “*reção singela*”⁵³¹.

As refeições eram tomadas no “tinello”, uma “*casa onde comem os criados todos em mesa redonda*”⁵³². Contudo, existiam residências que ainda não o tinham e outras onde esta casa existia, exclusivamente, para usufruto dos criados graves. Dentro do “tinello” podemos encontrar uma distribuição hierárquica que se reflecte na existência de duas mesas. Uma, maior, destinada aos criados mais importantes e outra menor, onde se sentavam os criados graves mais inferiores. Ambas eram servidas por criados inferiores, como é o caso do “*preto Filipe*” ou do “*mosso da copa*”⁵³³.

Para evitar quaisquer situações que pudessem ocorrer naquele espaço pondo em causa o respeito devido aos servos, o conde de Rio Maior determinou que, na sua casa, o mordomo tinha a obrigação de “*fazer observar no Tinello hua boa ordem e Politica sem que de modo algum se fassa zombaria das pessoas que nelle comem*”⁵³⁴.

A iluminação constituía uma outra mercê a que alguns criados tinham direito. No interior doméstico abundavam vastas zonas de penumbra, porque a luz era um bem muito escasso, pela falta de candeeiros e, sobretudo, por uma utilização muito frugal dos combustíveis que, pelo seu custo, oneravam os orçamentos familiares.

⁵²⁹ Cf. A.N.T.T., *Arquivo da Casa de Abrantes*, Livro 105, f. s./n.º.

⁵³⁰ O conde de Rio Maior ordenou, a 15 de Junho de 1807, que “*todos os Criados (...), que não tem razão e vencem a seco terão meio ordenado nos mezes em que por algum incidente receberem comedorias ou rações*”. Cf. A.N.T.T., *Arquivo da Casa de Rio Maior*, Livro 17, f. 65 v.

Relativamente a estes criados cujo contrato não incluía a alimentação, foi dada uma ordem, na casa de Rio Maior, onde se determinava que “*por motivos ocurrentes que em algumas ocasiões sobrevenham se dará aos Criados e Lacaios que vencerem a seco Pam e Azeite (...)*”. Cf. A.N.T.T., *Arquivo da Casa de Rio Maior*, Livro 17, f. 66.

⁵³¹ Cf. A.N.T.T., *Arquivo da Casa de Rio Maior*, Maço 85.

⁵³² Cf. SILVA, António Moraes – *Dicionário de Língua Portuguesa*, vol. 2, p. 775.

⁵³³ Cf. A.N.T.T., *Arquivo da Casa de Rio Maior*, Livro 20, f. 3.

⁵³⁴ Cf. A.N.T.T., *Arquivo da Casa de Rio Maior*, Maço 44, f. s./n.º.

A quantidade de azeite atribuído aos criados para as respectivas luminárias dependia da hierarquia. Os mais importantes receberiam, por exemplo, um quartilho⁵³⁵ de azeite, enquanto outros, inferiores, cerca de meio quartilho⁵³⁶. Nenhum servo teria direito a castiçais e, muito raramente, usariam palmatórias, pelo que não era comum serem-lhes distribuídas quaisquer velas. Estas estavam reservadas para as salas mais sumptuosas e para os quartos dos donos da casa ou dos seus familiares directos.

Quanto à dormida, os criados eram distribuídos por diversos quartos existentes na casa, dormindo, muitas vezes, vários num mesmo compartimento. Estes lugares são, em geral, identificados pelo nome daquele que lá dorme há mais tempo ou é hierarquicamente mais importante.

Para além daqueles, especificamente destinados para a função de quarto de dormir dos criados, encontramos outros improvisados, como é o caso da “*despensa da Escada de Pedra*” que, na casa de Rio Maior, inicialmente, foi o espaço destinado ao “*Criado do Thesoureiro Mor*” e, mais tarde, acolheu “*o Ajudante de Cozinha, o Aguadeiro e o Mosso da Cozinha*”⁵³⁷. Noutros casos, as necessidades de alojamento obrigavam à ocupação de zonas da casa ainda menos adequadas, como sucedeu com um “*comprador*” que dormia na “*grande cozinha*”⁵³⁸.

Os lacaios e outros trabalhadores relacionados com as cavaliariças ou as cocheiras, dormiriam nelas ou noutra casa que lhes fosse anexa. Ainda relacionado com a dormida, por vezes, aquando da contratação dos criados, era-lhes entregue uma barra e uma manta, das quais ficavam responsáveis. No entanto, a grande maioria não era contemplada com esta oferta, parecendo certo que “*dormem ou no chão ou em colchões de palha*” porque “*nada há de mais descuidado do que as dependências onde dormem os criados de ambos*

⁵³⁵ Um quartilho é a “*quarta parte de uma canada*”. Cf. SILVA, António Moraes – *Dicionário de Língua Portuguesa*, vol. 2, p. 535. Cerca de 0.35 litros.

⁵³⁶ Cf. A.N.T.T., *Arquivo da Casa de Rio Maior*, Livro 91, f.14.

⁵³⁷ Cf. A.N.T.T., *Arquivo da Casa de Rio Maior*, Livro 20, f. s./n.º.

⁵³⁸ Cf. A.N.T.T., *Arquivo da Casa de Rio Maior*, Livro 20, f. s./n.º.

A logística relacionada com as dormidas complicava-se ainda mais, porque nalgumas destas casas acolhiam-se muitas pessoas que nelas já não trabalhavam, mas que recebiam “*o favor de Quarto, por pertencerem de antiga data à família*”. Cf. A.N.T.T., *Arquivo da Casa de Rio Maior*, Livro 91, f. 19.

os sexos”⁵³⁹. Realce-se que o número médio de leitos numa residência era, em geral, significativamente baixo, pelo que não seriam somente os criados que não tinham acesso a eles⁵⁴⁰, como veremos adiante.

Em termos quantitativos, testemunhos há que nos dão conta de existirem na casa do marquês de Marialva, “*cinquenta criados a postos*”⁵⁴¹, na do marquês de Fronteira fazerem “*ao todo, entre amos e criados, mais de oitenta pessoas*”⁵⁴². Marian Baillie registou que conhecia “*um fidalgo*” que “*sustenta nada menos do que 80 criados domésticos*”⁵⁴³ e na casa do marquês de Castelo Melhor⁵⁴⁴ existiam cerca de quarenta. No entanto, o mais comum seria um número não superior a três dezenas de servos, nem inferior a duas. Em ocasiões especiais, nomeadamente aquando da realização de um evento festivo, envolvendo um grande número de convidados, este número podia alterar-se, como sucedeu quando houve a necessidade de contratar “*dois cozinheiros de fora*”⁵⁴⁵, em casa do duque de Lafões (Doc. 112).

Para além destes servos domésticos que temos vindo a enumerar, existiriam alguns escravos que executavam as tarefas consideradas mais inferiores. A lavagem do chão e outras limpezas mais gerais, a ocorrer em dias da semana previamente determinados, estariam a seu cargo. Estes trabalhos desenrolavam-se nas zonas de serviço da casa e nos lugares habitados por criados, logo, mais afastados dos olhares dos senhores.

⁵³⁹ Cf. BAILLIE, Marianne – *Lisboa nos anos de 1821, 1822 e 1823*, p.234.

⁵⁴⁰ “*Os lacaios e as criadas-moças dormem em enxergas muito duras, as criadas graves têm um colchão, mas tanto uns como outros, na maioria das casas, dormem no chão, o que, aliás, também muitas vezes acontece às suas amas. É frequente numa casa de bons burgueses só haver cama para o casal, dormindo no chão as filhas e as irmãs de qualquer dos cônjuges.*” Cf. CARRÈRE, J. B. F. – *Panorama de Lisboa no ano de 1796*, p. 36.

⁵⁴¹ Cf. BECKFORD, William – *Diário de William Beckford em Portugal e Espanha*, p. 146. Realce-se que Beckford fez esta contagem num dia de festa em casa do marquês de Marialva.

⁵⁴² BARRETO, D. José Trazimundo Mascarenhas – *Memórias do Marquês de Fronteira e d’Alorna*, vol 1-2, p.12.

⁵⁴³ Cf. BAILLIE, Marianne – *Lisboa nos anos de 1821, 1822 e 1823*, p. 234.

⁵⁴⁴ António José de Vasconcelos e Sousa Camara Caminha Faro e Veiga, 2º marquês de Castelo Melhor (1738-1801). Cf. ZÚQUETE, Afonso Eduardo Martins – *Nobreza de Portugal e do Brasil*, vol. 2, p. 506.

⁵⁴⁵ Cf. NGM 005. Caixa anno 1802 5º Caderno começa no 1º de Janeiro.

Nas casas analisadas, não encontramos um número elevado de escravos, que parece irremediavelmente, no último quartel do século XVIII, pela legislação entretanto publicada⁵⁴⁶. Os escravos podiam ser comprados individualmente ou em grupo, como sucedeu com uma proposta de venda que englobava “*três Escravas, duas Pardas, e huma Preta*”⁵⁴⁷.

Em residências menos importantes, onde o número de criados era bastante menor, os escravos faziam serviços mais competentes, como nos sugere o anúncio de venda de “*huma Escrava mulata, boa cozinheira, que engoma, e faz todo o serviço doméstico*”⁵⁴⁸.

Estes, por morte dos seus proprietários, eram adicionados à lista geral dos bens móveis que existiam na casa. Nos inventários estudados, aquele a quem foi atribuído um menor valor, foi “*um mulato por nome Francisco (...) o qual terá de idade dois anos*” avaliado em 10\$000 réis. Na mesma casa, a mais elevada avaliação recaiu numa “*preta por nome Antónia de Moçambique, que terá 28 anos de idade*”, a qual foi avaliada em 120\$000 réis⁵⁴⁹, isto em 1761.

Nesta época, são inúmeros os anúncios que nos dão conta das fugas perpetradas pelos escravos. No sentido de os recuperarem, os seus donos informavam acerca das suas características físicas e prometiam prémios pecuniários a quem os encontrasse. Assim aconteceu, quando foi dada conta da fuga de “*huma escrava preta, muito baixa, testa de cantos, olhos medianos, nariz chato e largo, boca grande e beijuda, mal feita de corpo, e mãos grandes e mal feitas*” ou de “*hum sujeito do Brazil hum negro, seu escravo, de nação mina, com alguns poucos signaes de cortaduras da sua terra, algum tanto dentusso, muito*

⁵⁴⁶ “(...) o seu número seria ainda muito elevado em Lisboa no século XVIII, antes das leis pombalinas de 1761 (proibição da sua importação para o reino) e de 1773 (lei do ventre livre). Em todo o caso, nas referências disponíveis, em regra posteriores a essa data, os escravos são raros. Em 1792 a casa de Cadaval só tinha dois.” Cf. CUNHA, Mafalda Soares da; MONTEIRO, Nuno Gonçalo – “As grandes casas” in MATTOSO, José, dir. – *História da Vida privada em Portugal A Idade Moderna*, p. 217.

⁵⁴⁷ Cf. *Gazeta de Lisboa* – Suplemento Extraordinário, n.º 20, 16 de Maio de 1809.

⁵⁴⁸ Cf. *Gazeta de Lisboa* – n.º 132, 6 de Junho de 1812.

⁵⁴⁹ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, D. Lourenço de Noronha, 1761, Letra L, Maço 72, n.º 6, f 43 v.-44.

esperto, estatura ordinária, e de idade pouco mais ou menos de 16 annos”⁵⁵⁰, cujos donos prometiam “*dar alviçaras de 19\$200 réis*” e “*12\$800 réis em metal*”⁵⁵¹, respectivamente.

Existem, todavia, testamentos⁵⁵² e outros relatos que referem alguma benevolência no trato dos escravos. Rüders, um dos estrangeiros que escreveu sobre Lisboa, diz-nos que “*os donos dos escravos têm o direito de lhes bater ou de os castigar como entenderem; mas, em geral, tratam-nos como os outros criados, e algumas vezes até lhes concedem a liberdade*”⁵⁵³.

Esta ideia de que os portugueses tinham um relacionamento amigável com aqueles que os serviam, é corroborada por muitos outros estrangeiros, que estranham que uma tão grande “*arrogância ligada ao seu nascimento*” pudesse resultar numa “*extrema familiaridade*”⁵⁵⁴.

Para além do salário e das regalias inerentes à contratação de um servo doméstico que temos vindo a enunciar, encontramos muitas outras benesses. Assim, verificamos a existência de uma rede de apoios, que envolvia montantes económicos e logísticos razoáveis permitindo segurança e dignidade aos muitos criados que serviam nas casas nobres.

Apesar de não podermos considerar que alguns benefícios sejam transversais, pois dependeriam muito da gestão de cada residência e das características pessoais do seu dono, poderemos dar como certo que, em muitos casos, as regalias mais comuns se tornaram, inclusivamente, direitos inerentes à função de servo doméstico.

⁵⁵⁰ Cf. *Gazeta de Lisboa* – n.º 81, 4 de Abril de 1810.

⁵⁵¹ Cf. *Gazeta de Lisboa* – n.º 81, 4 de Abril de 1810.

⁵⁵² “*Dos muitos documentos desta natureza que lemos (...) pudemos tomar a percepção de que haveria uma boa relação entre senhores e escravos, afastando algumas ideias de que seriam objecto de uma generalizada acção de maus-tratos.*” Cf. SOUSA, Gonçalo Vasconcelos e – Legados humanos e devocionais: artes decorativas nos testamentos lisboetas da segunda metade de Setecentos. In SOUSA, Gonçalo Vasconcelos, dir. - *Matrizes da Investigação em Artes Decorativas*, p. 24.

⁵⁵³ Cf. RÜDERS, Carl Israel – *Viagem em Portugal 1798 – 1802*, p. 205.

⁵⁵⁴ Cf. BAILLIE, Marianne – *Lisboa nos anos de 1821, 1822 e 1823*, p. 80.

Encontramos opiniões, de portugueses, que não partilham daquela ideia e são muito críticos acerca do tratamento dado aos criados quando escrevem que é “*pequeno o numero daquelas pessoas de qualidade, que tratão os seus inferiores com agrado, e politica, (...) porque ignorão que os seus inferiores, forão como eles creados á imagem de Deos, e resgatados com o precioso sangue de Jesus Cristo*”. Cf. António da Purificação e Silva Regras da politica ou da civilidade que se pratica entre as pessoas honradas [Biblioteca Pública de Évora: Códice CIX / 1-9, n.º 7] in TERRA, Ana Lúcia Silva – *Cortesia e Mundanidade manuais de civilidade em Portugal nos séculos XVII e XVIII*, p. 361

Referimo-nos, por exemplo, ao pagamento de funerais, como está descrito num caderno de despesas da casa de Lafões que apresenta uma rubrica referente aos “*enterros do Bento, do João e do filho do Manoel da cozinha*” que importaram na quantia de 17\$940 réis⁵⁵⁵ (Doc. 108).

Para além dos funerais que são verbas muito comuns, encontramos muitas outras demonstrativas de uma protecção económica que obrigava, com regularidade, a um recurso sistemático à tesouraria da casa. É o caso, entre vários e diferenciados, de um pagamento feito ao “*Almocreve que levou o Manuel à sua terra*”, que teve um custo de 24\$000 réis⁵⁵⁶, ou de outro, que congrega apoio monetário e afectivo. Referimo-nos a um criado, já aposentado, que depois de ter sido observado pelo médico da casa, foi acordado que ele deveria ser internado no hospital “*em razão da moléstia assim o pedir, e agradar ao doente*”, ordenando-se a outro criado que fosse “*vizitalo diariamente no hospital e os mais recursos a bem do doente*”⁵⁵⁷.

Estas atitudes de maior generosidade ou o facto de os criados, mesmo velhos e doentes, permanecerem na casa onde tinham servido, mereceram a crítica de alguns estrangeiros que não concebiam que alguém continuasse a sustentar “*quatro criados doentes na cama, dois dos quais tão velhos que não são capazes de fazer o mais pequeno serviço há seis anos*”⁵⁵⁸.

Na casa de Rio Maior, encontramos esta ideia expressa nos registos que nos dão conta da existência de cerca duas dezenas de pessoas que fazem parte da “*família entrando aposentados e estropeados*” e dos “*que recebem o favor de Quarto, por pertencerem de antiga data à Família*”⁵⁵⁹.

Uma outra benesse muito comum eram os legados deixados aos criados. O conde da Ponte, por exemplo, ficou com a responsabilidade de efectuar um pagamento aual de cem mil réis “*a Anna Maria Creada (...) os annos que constar*” por determinação testamentária de sua

⁵⁵⁵ Cf. Arquivo A.H.S.-ICS NGM 002, Ano 1797 1º Caderno de 11 de Janeiro até fim de Junho de 1798.

⁵⁵⁶ Cf. Arquivo A.H.S.-ICS NGM 006, Caixa Anno 1802, 6º Caderno que começa no 1º de Janeiro.

⁵⁵⁷ Cf. A.N.T.T., Arquivo da Casa de Rio Maior, Livro 150, f. 10 v.-11.

⁵⁵⁸ Cf. BAILLIE, Marianne – *Lisboa nos anos de 1821, 1822 e 1823*, p.234.

⁵⁵⁹ Cf. A.N.T.T., Arquivo da Casa de Rio Maior, Livro 91, f. 18.

tia, “*Donna Maria Joanna da Porta*”⁵⁶⁰. São sempre muito numerosos os servos que se vêm contemplados através dos testamentos do seu patrão. Aos mais próximos e importantes na casa, como sucede no exemplo anterior, era-lhes atribuído um valor vitalício anual. Os criados homens tinham, muitas vezes, este benefício estendido à “*sua mulher com a metade no caso de lhe sobreviver*”⁵⁶¹.

A outros servos, geralmente menos importantes e com menor tempo de serviço na casa, era destinado um valor entregue “*por uma vez somente*”⁵⁶². Aliás, estes legados não eram um benefício exclusivo dos criados superiores, pois são inúmeros os exemplos de escravos a quem os seus donos, para além da alforria, legam bens móveis e valores pecuniários⁵⁶³.

Noutros casos, contudo, o relacionamento terminava de forma mais abrupta. Os roubos efectuados por criados e a consequente fuga eram uma ocorrência relativamente comum. Os bens mais cobiçados eram os objectos executados em prata, relógios e jóias. Num anúncio, publicado na Gazeta de Lisboa, prometem-se alvíssaras a alguém que denuncie uma “*criada por nome Maria, alta, trigueira, entre os 40 e os 50 annos, e grosseira, com costuras no pescoço a qual levou todo o serviço de chá, colheres, castiças, e huma salva grande e duas pequenas, tudo de prata; dois relojos, jóias, e muita roupa, como vestidos, lançoas, etc*”⁵⁶⁴.

2.2.5. Outros Prestadores de Serviços

Apesar dos numerosos criados e escravos existentes num agregado doméstico, o quotidiano de uma casa era assegurado por uma alargada rede de trabalhadores que prestavam serviços muito diversos (Doc. 22). Alguns deles, episodicamente, também residiam na

⁵⁶⁰ Cf. A.N.T.T. *Inventários Orfanológicos*, Testamento do conde da Ponte, 1785, Letra C, maço 82, nº1, f. 30.

⁵⁶¹ Cf. A.N.T.T., Registo Geral de Testamentos. Livro 348. Testamento do marquês de Castelo Melhor António José de Vasconcelos e Sousa Camera Caminha Faro e Veiga, f. 84 v.

⁵⁶² São numerosos os exemplos que constam do testamento do marquês de Castelo Melhor. Cf. A.N.T.T., Registo Geral de Testamentos. Livro 348. Testamento do marquês de Castelo Melhor António José de Vasconcelos e Sousa Camera Caminha Faro e Veiga, f. 84 v-85.

⁵⁶³ Vd. SOUSA, Gonçalo Vasconcelos e – Legados humanos e devocionais: artes decorativas nos testamentos lisboetas da segunda metade de Setecentos, in SOUSA, Gonçalo Vasconcelos e, dir. - *Matrizes da Investigação em Artes Decorativas II*, pp. 23-25.

⁵⁶⁴ Cf. *Gazeta de Lisboa* – n.º 275, 16 de Novembro de 1810.

casa. A grande maioria, contudo, só lá permanecia durante dia, ocupando as zonas de serviço, como os pátios, que se tornavam acanhados para acolher tanta gente.

Quanto aos primeiros, destacamos as amas-de-leite. Numa mesma casa, podiam ser contratadas várias, num mesmo período de tempo, como sucedeu, por exemplo na casa de Rio Maior, onde ⁵⁶⁵, em 1778, encontramos a “*Ama do Leite do Sr. António Saldanha*”⁵⁶⁶ e a “*Ama do Leite do Sr. José de Saldanha*”⁵⁶⁷, vencendo por mês, cada uma delas, 4\$800 réis⁵⁶⁸.

Aquelas não se limitavam a amamentar os filhos dos nobres ou dos burgueses, pois encontramos casos, onde outros também beneficiavam deste serviço. Foi o que sucedeu, por exemplo, na casa do duque de Lafões, com a “*amma que cria a menina do Calças*”⁵⁶⁹ (Doc. 108).

Um outro serviço muito comum que também implicava a dormida eram “*as Guardas a doentes*”. Na casa de Lafões, por este acompanhamento, que teve a duração de “*16 noites*”, foi paga a quantia de 3\$200 réis⁵⁷⁰. Com características idênticas, também encontramos a “*Creada dos Incuraveis*”⁵⁷¹, ou as episódicas contratações de enfermeiras⁵⁷².

Em muitas casas constatamos a presença de um espaço próprio designado por enfermaria, que seria um quarto que não tinha outra função para além de acolher os doentes e resguardá-los do resto da família. Para equipar a enfermaria, na casa de Lafões, foram

⁵⁶⁵ Cf. A.N.T.T., *Arquivo da Casa de Rio Maior*, Livro 25, f. 25.

⁵⁶⁶ António de Saldanha de Oliveira e Sousa, filho dos 1ºs condes de Rio Maior, futuro 2º conde de Rio Maior, nasceu em 1776. . Cf. ZÛQUETE, Afonso Eduardo Martins – *Nobreza de Portugal e do Brasil*, vol. 3, p. 227.

⁵⁶⁷ José Sebastião de Saldanha de Oliveira e Daun, filho dos 1ºs condes de Rio Maior, futuro 1º conde de Alpedrinha nasceu em 1778. Cf. ZÛQUETE, Afonso Eduardo Martins – *Nobreza de Portugal e do Brasil*, vol. 2, p. 257

⁵⁶⁸ Na casa de Rio Maior, em 1778, encontramos a “*Ama do Leite do Sr. António Saldanha*” e a “*Ama do Leite do Sr. José de Saldanha*”, vencendo por mês, cada uma delas, 4\$800 réis. Cf. A.N.T.T., *Arquivo da Casa de Rio Maior*, Livro 25, f. 25. O documento faz referência a António de Saldanha de Oliveira e Sousa, 2º conde de Rio Maior que nasceu em 1776 e a José Sebastião de Saldanha de Oliveira e Daun, 1º conde de Alpedrinha que nasceu em 1778. Cf. ZÛQUETE, Afonso Eduardo Martins – *Nobreza de Portugal e do Brasil*, vol. 3, p. 227 e vol. 2, p. 257, respectivamente.

⁵⁶⁹ Cf. *Arquivo A.H.S.-ICS NGM 002*, Ano 1797 1º Caderno de 11 de Janeiro até fim de Junho de 1798.

⁵⁷⁰ Cf. *Arquivo A.H.S.-ICS NGM 024*, Lembrança ou Apponto de Despezas (Abril 1812 a Abril 1813).

⁵⁷¹ Cf. *Arquivo A.H.S.-ICS NGM 006*, Caixa Anno 1803, 6º Caderno, que começa no 1º de Janeiro.

⁵⁷² Pela contratação de uma enfermeira, durante os meses dezembro e janeiro foram pagos 3\$200 réis. Cf. *Arquivo A.H.S.-ICS NGM 024*, Lembrança ou Apponto de Despezas (Abril 1812 a Abril 1813).

compradas “*quatro camas (...) enxergões, lençóis, cobertores*” que custaram 21\$825 réis⁵⁷³. Alguns anos depois, na mesma casa, novo gasto de 8\$550 réis, referente a “*quatro enxergões e loiça para a enfermaria*”⁵⁷⁴, que supomos se terá destinado à renovação dos anteriores (Doc. 108).

Relativamente ao serviço de lavagem de roupa, em geral, eram feitos contratos ao mês, com lavadeiras que não residiam na casa, procedendo à recolha da roupa suja, que voltavam a entregar após a respectiva lavagem. As lavadeiras mais referidas provinham de Loures⁵⁷⁵, de Outurela⁵⁷⁶ e de Sacavém⁵⁷⁷. A grande maioria delas dedicar-se-ia ao tratamento da roupa comum, enquanto outras, denominadas “*lavadeiras de roupa de menza*”⁵⁷⁸, parecem tratar, exclusivamente, desta última.

Apesar de a grande maioria das lavadeiras não ser residente, casas havia onde as criadas se dedicavam à lavagem da roupa⁵⁷⁹, bem como verbas destinadas à aquisição de grandes quantidade de sabão⁵⁸⁰ e um espaço destinado àquele serviço. Num dos casos estudados, a denominada “*caza de ensaboar*”, situava-se nas águas-furtadas, ao lado da “*caza de engomar*”⁵⁸¹.

⁵⁷³ Cf. *Arquivo A.H.S.-ICS NGM 003*, Caixa anno 1800.

⁵⁷⁴ Cf. *Arquivo A.H.S.-ICS NGM 0024*, Lembrança ou Apponto de Despezas (Abril 1812 a Abril 1813).

⁵⁷⁵ Cf. *Arquivo A.H.S.-ICS NGM 002*, Ano 1797 1º Caderno de 11 de Janeiro até fim de Junho de 1798.

⁵⁷⁶ Cf. A.N.T.T., *Arquivo da Casa de Rio Maior*, Livro 91, f.11.

Outurela é uma povoação que, actualmente, pertence ao concelho de Oeiras.

⁵⁷⁷ Cf. A.N.T.T., *Arquivo da Casa de Rio Maior*, Livro 25, f. 90.

Segundo Rüders, “*a lavagem da roupa mais grosseira faz-se fora da cidade, no campo (...) as roupas mais finas essas são lavadas dentro da cidade.*” Cf. RUDERS, Carl Israel – *Viagem em Portugal 1798 – 1802*, p. 168.

⁵⁷⁸ Cf. *Arquivo A.H.S.-ICS NGM 008*, Caixa Anno 1806 9º Caderno.

⁵⁷⁹ A “*lavadeira Maria da Conceição*” recebeu “(...) à razão de quatro mil e quatrocentos réis por mês.” Cf. A.N.T.T., *Arquivo da Casa de Abrantes*, Livro 106, f. s./n.º.

⁵⁸⁰ Na casa de Lafões, no mês de janeiro de 1801, foram compradas seis arrobas de sabão, tendo custado 26\$880 réis. Por vezes, era denominado “*sabão da fábrica*”. Cf. *Arquivo A.H.S.-ICS NGM 004*, Anno 1801 4º caderno que começa no 1º de Janeiro.

Numa outra casa, numa relação de compras, sabemos que se adquiria mensalmente “*sete arráteis e meio, que he uma quarta por dia*”. Cf. A.N.T.T., *Arquivo da Casa de Rio Maior*, Livro 150, f. 9.

⁵⁸¹ Cf. A.N.T.T., *Arquivo da Casa de Rio Maior*, Livro 91, f. 30 v.

Houve também estabelecimentos que se especializaram na lavagem de determinados tipos de roupa. Numa delas, situada no beco dos Surradores⁵⁸², “*lavão bandas para Oficiais Militares (...) e veos de filó*”⁵⁸³.

O pão, em geral, não era confeccionado em casa. Comprado, diariamente⁵⁸⁴, cumpria-se a ordem de que se “*deve todos os dias mandar vir pan fresco*”. A qualidade merecia um especial cuidado, pelo que, a par da frescura exigia-se que fosse “*do melhor e mais gostoso trigo*”⁵⁸⁵. Excepcionalmente, fabricar-se-ia o pão em casa, o que implicava a contratação de um padeiro que se tornava criado residente. Encontrámos registos salariais de um destes, que nos indicam que auferia um salário mensal de 1\$800 réis⁵⁸⁶.

Outras figuras muito presentes nas residências e que fazem parte do rol de prestadores de serviços de uma casa são os médicos e os cirurgiões. Os primeiros auferiam, geralmente, honorários superiores e, em certos casos, recebiam um porco por ano⁵⁸⁷, como sucedia com o médico Filipe Neri Gomes e com o cirurgião Pedro Bernardino Chalbert, que recebiam respectivamente, 40\$000 e 30\$000 réis anualmente, acrescidos da oferta de um porco, a cada um deles. Aqueles não teriam uma avença única, pois eram contratados por diversas casas. O cirurgião Malheiros, por exemplo, serviu em casa do duque de Lafões⁵⁸⁸ e, igualmente, em casa do marquês de Castelo Melhor⁵⁸⁹.

⁵⁸² O beco dos Surradores pertence, actualmente, à freguesia de S. Cristóvão, em Lisboa.

⁵⁸³ Cf. *Gazeta de Lisboa* – n.º 292, 9 de Dezembro de 1811.

O filó é um “*tecido finíssimo, semelhante a renda, muito usado para véus e outros adornos.*” Cf. VIEIRA, Domingos – *Thezouro da Língua Portuguesa*, vol. 3, p. 685.

⁵⁸⁴ O pão era comprado “*diariamente, para as necessidades da casa, excepto por ocasião da festa dos padeiros, um dia santo de Verão em que os moradores de Lisboa são obrigados a fornecer-se de pão para dois dias*”. Cf. RÜDERS, Carl Israel – *Viagem em Portugal 1798 – 1802*, p. 167.

⁵⁸⁵ Cf. A.N.T.T., *Arquivo da Casa de Rio Maior*, Maço 44, f. s./n.º.

O fabrico de pão, em Lisboa, no início do século XIX, mereceu a atenção do Senado que decidiu reduzir “*a hum pequeno numero as fábricas de pão de luxo, que abusivamente se havião multiplicado, manda publicar que ficam sendo as seguintes = As de Marianna Vicente = A de Maria Rosa Cavalheira = As Catharinas = José Antonio da Silva = José Ferreira = Fernando José de Sousa Rouxinol = Maria Catharina = Paulina Maria = Rosa de Oliveira = Bernardino de Sena.*” Cf. *Gazeta de Lisboa* – n.º 278, 20 de Novembro de 1810.

⁵⁸⁶ Cf. A.N.T.T., *Arquivo da Casa de Rio Maior*, Livro 25, f.79.

⁵⁸⁷ Cf. A.N.T.T., *Arquivo da Casa de Rio Maior*, Livro 150, f. 6.

⁵⁸⁸ Cf. *Arquivo A.H.S.-ICS NGM 002*. Caixa anno 1797 1º Caderno de 11 de Janeiro até fim de Junho de 1798.

⁵⁸⁹ Cf. A.N.T.T. *Registo Geral de Testamentos*. Livro 348, f. 85.

Quando era necessária uma maior deslocação para ver algum membro da família que se encontrasse doente e ausente de Lisboa, disponibilizavam-lhes os meios de transporte adequados, como sucedeu com os dois médicos da casa de Lafões a quem foi posta à disposição uma sege para ir a Constância⁵⁹⁰ (Doc. 109).

O capelão era outra presença assídua e importante no interior da casa. Muitas vezes era residente e auferia um salário mensal, apesar de muitos se limitarem a oferecer os serviços “*só pela recompensa do sustento e cama*”⁵⁹¹. A função principal que lhe estava atribuída era dar missa na capela do palácio⁵⁹², como sucedia com “*o Reverendo Pedro Baptista*” que dava “*missa cotediana que diz na capella do Oratório*” do palácio de Santos, recebendo por “*três mezes, a quantia de quinze mil réis.*” (Doc. 19). Outros capelães, para além daquela função, também eram mestres responsáveis pela educação⁵⁹³.

Os cabeleireiros constam da lista dos profissionais que mais assiduamente encontramos no interior da casa, apesar de nela não residirem. Alguns deles auferem um salário mensal como é o caso do cabeleireiro que trabalha em casa do conde de Rio Maior que “*parece que vence 4800 secos, e mora fora de caza*”⁵⁹⁴. Ao palácio de Santos também se deslocaria um cabeleireiro, que pelo trabalho feito nos “*três meses Outubro, Novembro e Dezembro do ano (...) de 1774*” recebeu “*a quantia de quatro mil e oitocentos réis pelo partido de pentiar os Srs. da mesma Exma. Casa*”. Outros, apesar de não serem cabeleireiros profissionais, pela habilidade que teriam, poderiam ser capazes de os substituir num dia-a-dia menos exigente. Referimo-nos aos criados que sabem “*bem pentear e fazer a barba*”⁵⁹⁵, cujo contrato implicava a dormida em casa do seu amo.

Para além dos que temos vindo a enumerar, existem muitos outros que faziam muitos trabalhos para a casa. Representavam uma percentagem elevada do orçamento familiar

⁵⁹⁰ Cf. NGM 003, Caixa anno 1800.

⁵⁹¹ Cf. *Gazeta de Lisboa* – Suplemento, n.º 37, 17 de Setembro de 1802.

⁵⁹² Cf. A.N.T.T., *Arquivo da Casa de Abrantes*, Livro 106, f. s./n.º.

⁵⁹³ Vd., por exemplo, A.N.T.T., *Arquivo dos condes de Alcáçovas*, Maço 65, Livro de Registo de Ordenados de Criados e Familiares 1799 – 1818.

⁵⁹⁴ Cf. A.N.T.T., *Arquivo da Casa de Rio Maior*, Maço 85. Esta prática de ter um cabeleireiro ajustado ao mês, ter-se-ia alterado alguns anos depois, pois, na mesma casa, encontramos um documento, datado de 1835, que nos dá conta de que foram pagos \$240 réis “*por 2 cortes de Cabello dos meninos*”. Cf. A.N.T.T., *Arquivo da Casa de Rio Maior*, Maço 21.

⁵⁹⁵ Cf. *Gazeta de Lisboa* – n.º 104, 1 de Maio de 1810.

mas, na sua grande maioria, estão mais ausentes dela, porque trabalham sob encomenda, nas respectivas oficinas, daí que, neste contexto, não lhes faremos referência.

A residência nobre ou burguesa, verdadeiro entreposto económico, para além do espaço físico que ocupava e da maior ou menor grandeza arquitectónica, contava com esta mole de trabalhadores e servos domésticos para se afirmar perante a rua e a cidade. Esta pretensão só encontrava concorrência nas seges, que constituiriam, provavelmente, a forma mais sublime de mostrar aos transeuntes, quanto podia, em termos sociais e económicos, um determinado senhor.

2.3. Articulação dos Espaços Arquitectónicos

Num contexto alargado de mudança da sociedade portuguesa, onde se prevê o Portugal contemporâneo, a estrutura interna da casa, estática desde o século XVII, procurará uma nova organização na segunda metade de Setecentos⁵⁹⁶. Coube à arquitectura, aos bens móveis e à decoração dos espaços interiores, o desígnio de encontrar uma resposta para as novas exigências de bem-estar e de intimidade, em consonância com novas práticas sociais⁵⁹⁷ que, como temos vindo a referir, virão a consolidar-se, definitivamente, no século XIX.

⁵⁹⁶ “O novo sentir do habitar setecentista irá privilegiar, portanto, postulados inovadores – conforto, intimidade, distribuição científica, especialização funcional dos espaços – que correspondem a uma nova leitura da casa, não só como território de uma magnificência adequada ao perfil do seu encomendador, mas como campo experimental de novos métodos distributivos e sistemas de circulação racionalizadores, expressos na nova dinâmica entre os conceitos de interior e exterior.” Cf. MESQUITA, Marieta Dá – O Habitar no Século XVIII: o Palácio Fronteira in *Alcipe e as Luzes*, p. 131. Noutras cidades europeias, nomeadamente em Paris, a situação era idêntica, assistindo-se “a partir dos anos 1720-1730, pelos progressos do Iluminismo a uma organização do espaço mais racional, uma distribuição dos quartos mais coerente, mais bem adaptada às necessidades crescentes de intimidade e bem-estar (...)” Vd. PARDAILHÉ-GALABRUN, Annik – *La Naissance de l’Intime*, p. 255. (trad. do autor).

⁵⁹⁷ “Por alturas do meado do século, introduz-se em Portugal a moda das assembleias. A adesão à nova forma de sociabilidade alastra no leque social urbano tanto em Lisboa como nas cidades da província. As casas abriam-se aos amigos de ambos os sexos que se reuniam para conversar, cantar, tocar, dançar, poetar, jogar. Servia-se chá, bebida recentemente popularizada, fatias, doces”. Cf. LOPES, Maria Antónia – *Mulheres, Espaço e Sociabilidade. A transformação dos papéis femininos em Portugal à luz de fontes literárias – segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Livros Horizonte, 1989, p. 68.

Ratton, por exemplo, refere, de forma explícita, que a “família das Cruzes, tão protegida pelo Marquez de Pombal, concorreu muito pelo seu valimento, para se introduzir entre as famílias do commercio, e pessoas limpas, huma certa sociabilidade e polidez, que dantes não havia, franqueando a sua casa ao concurso de

A casa nobre, durante um longo período, reconheceu-se numa fila de assoalhadas, propícia a uma exibição aparatosa, com uma rede de percursos que não concedia privacidade. O acesso às salas fazia-se através de uma porta que podia localizar-se junto às paredes exteriores⁵⁹⁸ (Fig. 3), às interiores (Fig. 4), ao centro (Fig. 5), ou com duas ou mais portas (Fig. 6), que deviam manter-se abertas para que o efeito cenográfico não se perdesse. Estes espaços nem sempre representavam uma função específica, cabendo aos habitantes, muitas vezes, a cada momento, escolher a valência que melhor se adequava às suas necessidades⁵⁹⁹.

*famílias conhecidas, ou por outras palavras introduzindo o uso das partidas, que se foi estendendo a quasi todo o corpo do commercio, e á imitação deste ás outras classes, o que tem contribuído muito o desterrar o resto de costumes mouriscos, que ainda se conservavão, e a pôr a nação ao nível das mais polidas da Europa; e nisto seguíão os Cruzes o exemplo do Marquez de Pombal, que promoveo a mesma sociabilidade na ordem superior, não esquecendo a este grande homem cousa alguma, que podesse concorrer para generalisar o espírito de convivência, que tinha observado nos paízes estrangeiros.” Cf. RATTON, Jacome – *Recordações de Jacome Ratton sobre ocorrências do seu tempo em Portugal de Maio de 1747 a Setembro de 1810*, pp. 275-276.*

⁵⁹⁸ O mesmo sucedia noutras residências construídas em quintas próximas da cidade de Lisboa. Cf. PIRES, Amílcar de Gil e – *Vilegiatura e lugar na arquitectura portuguesa*, vol. 1, p. 362.

⁵⁹⁹ “A concepção racional que é a nossa, que atribui a uma determinada actividade um espaço delimitado na casa, não é partilhada pelos nossos antepassados do século de Luís XIV e só se afirmou verdadeiramente na segunda metade do século das Luzes.” Cf. PARDAILHÉ-GALABRUN, Annik – *La Naissance de l’Intime*, p. 255 (trad. do autor).



Fig. 3 - Salas, enfiamento de divisões palácio da Mitra (Fot. do autor).

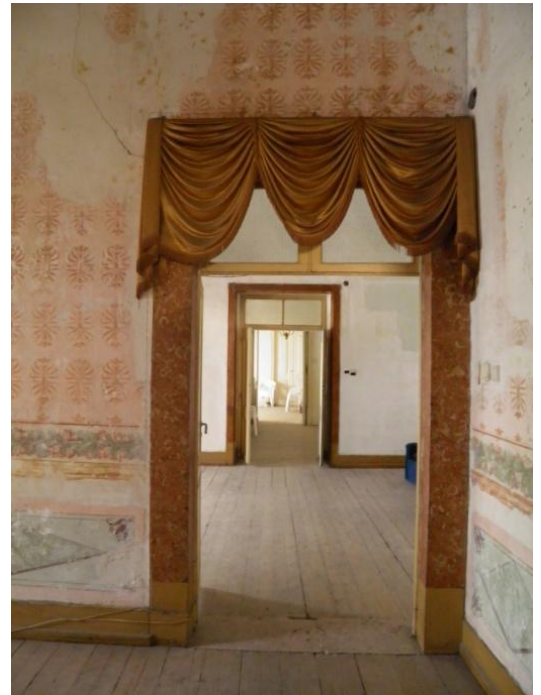


Fig. 4 - Salas, enfiamento de divisões, Palácio Sandomil (Fot. do autor).

A circulação no interior da residência fazia-se por dois grandes eixos, plenos de um simbolismo próprio de quem privilegia ritos e representações. Um, horizontal, onde a profundidade é um critério de selecção⁶⁰⁰, e um outro, vertical, onde a hierarquia espacial se define pela valorização do piso superior que se situava no cimo da escada e que conciliava aparato, vida social, familiar e intimidade. Os pisos térreos, onde se localizavam os serviços e se desenrolava a grande maioria dos trabalhos dos criados, consideravam-se áreas desvalorizadas⁶⁰¹.

⁶⁰⁰ “Enquanto uma pessoa destituída de qualidades aguarda no piso inferior, à beira da escadaria, que lhe dêem qualquer resposta, a maior honra conferida a um visitante será a de ser recebido no próprio aposento de dormir.” Vd. MADUREIRA, Nuno Luís – *Cidade: espaço e quotidiano* (Lisboa 1740-1830), p. 116.

⁶⁰¹ “Esta codificação ficou de tal forma inculcada na consciência da comunidade, que ainda hoje são menorizados os alojamentos de rés-do-chão confinantes com a rua.” CABIDO, José Jacob – *Reflexões sobre o interior doméstico as mentalidades e os espaços*, p. 247.



Fig. 5 - Sala, palácio Santos (Fot. do autor).



Fig. 6 - Salão, palácio Porto Côvo (Fot. do autor).

Jacques-François Blondel, arquitecto francês, considerando que a primeira preocupação da arquitectura deveria ser a organização dos espaços, virá a introduzir, a este respeito, novidades de monta, ao propor que numa casa devem estar contempladas três zonas distintas: uma, de sociedade, destinada a receber a família e os amigos, uma outra, de aparato que se pretende que exhiba esplendor, onde o dono da casa recebe pessoas importantes e, por fim, uma zona de comodidade, muito diversa das anteriores, que deverá ser um espaço de intimidade, mais reservado e pouco acessível a quem vem de fora⁶⁰².

Uma das grandes inovações aqui proposta é a criação de uma zona intermédia, no interior doméstico, situada entre o aparato e a intimidade. Esta alteração muito contribuiu para uma

⁶⁰² Cf. BLONDEL, Jacques-François – *Architecture française ou recueil des plans, elevations, coupes et profils des Eglises, Maisons Royales, Palais, Hôtels & Edifices les plus considérables de Paris, ainsi que des Châteaux & Maisons de plaisance situés aux environs de cette Ville, ou en d'autres endroits de la France, bâtis par les plus célèbres Architectes, & mesures exactement sur les lieux*, vol. 1, p. 27, (Trad. do autor).

maior especificação, permitindo que um conjunto de assoalhadas, designadas como “câmaras”, “antecâmaras” e “entrecâmaras”⁶⁰³, que se situam entre o quarto de dormir e o salão se transformassem, tornando-se mais “próximas” deste último, e, mais tarde, seus satélites, dando origem, por exemplo, às salas de jogo, de jantar e de música, entre outras, igualmente com uma valência específica.

Constatamos que se assiste a uma mudança de paradigma, onde a anterior casa que jogava o seu prestígio nos ideais da representação e na importância da “*sala da cama de estado*”⁶⁰⁴ começa a ser substituída por uma outra residência, onde a sociabilidade e o salão se afirmam enquanto sinais identitários de um estatuto social mais iluminado que se revê numa vida mais mundana, regrada pela civilidade. Esta opção, que confere ao salão um lugar central, contribuirá para uma maior salvaguarda dos espaços que circundam o quarto de dormir, concedendo-lhes uma maior privacidade.

No caso das residências lisboetas, este movimento ter-se-ia verificado com uma maior acuidade ao longo do último quartel do século XVIII. Todavia, como sucede noutros lugares, ainda estava longe da dicotomia burguesa oitocentista que separa, definitivamente, o quarto de dormir do salão⁶⁰⁵.

Esta tendência para a especialização, pela demarcação dos espaços privados, semi-privados e públicos foi, também, facilitada por uma nova organização da circulação horizontal assente em corredores⁶⁰⁶ (Fig. 7 e 8) que separam as zonas de intimidade, e da vertical, que se efectua através de uma escada principal (Fig. 9) e de outras secundárias⁶⁰⁷ (Fig. 10).

⁶⁰³ O número destas câmaras depende da importância da habitação e, em primeira instância, do estatuto e poder económico do proprietário.

⁶⁰⁴ “*Cama de estado, cama muito ricamente ornada que se tem só por aparato, pois não se dorme nela.*” Cf. VIEIRA, F. R. Domingos – *Grande Dicionário Português ou Thesouro da Língua Portuguesa*, vol. 2, p. 58.

⁶⁰⁵ Cf. LILTI, Antoine – *Le monde des salons sociabilité et mondanité à Paris au XVIII siècle*, p. 96.

⁶⁰⁶ Para além das diversas salas enfileiradas, encontramos corredores secundários, por onde circulam os criados e que tendem a evoluir para espaços cada vez mais largos, mais sumptuosos e, entretanto, menos exclusivos dos serviços.

⁶⁰⁷ Cf. MESQUITA, Marieta Dá – *História e arquitectura: uma proposta de investigação: o Palácio dos marqueses de Fronteira com situação exemplar da arquitectura residencial erudita em Portugal.*, vol 1, p. 90.



Fig. 7 - Corredor de acesso ao oratório, palácio Tancos (Fot. do autor).



Fig. 8 - Corredor, palácio Sandomil (Fot. do autor).



Fig. 9. Escada principal, palácio Porto Côvo (Fot. do autor)

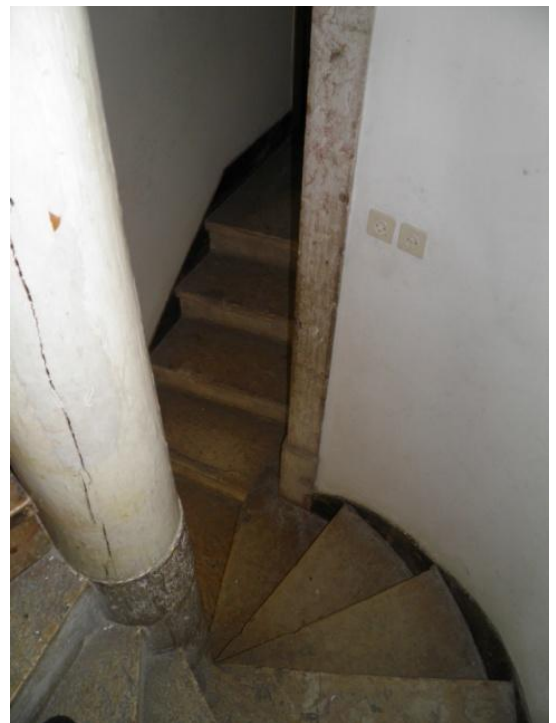


Fig. 10. Escadas secundárias, palácio Galveias (Fot. do autor)

O pátio (Fig. 11), com maior ou menor dimensão, constitui o primeiro lugar de chegada a uma residência. Nele param os coches que transportam os convidados dos proprietários da casa e a ele acorrem os diversos prestadores de serviços e criados. Neste primeiro espaço de recepção, preferencialmente isolado por muros altos para que não se confunda com a rua, define-se o percurso tendo em conta as características do visitante.



Fig. 11 - Pátio, Palácio da Mitra (Fot. do autor).

Nalguns pátios, mais híbridos, o aparato da entrada pode conviver com a simplicidade dos trabalhos domésticos⁶⁰⁸, ou, como nos conta Beckford, aquando de uma visita a casa do marquês de Marialva, com os “*montes de estrume*”, obrigando o visitante a “*abrir caminho entre montões de imundície até à grande escadaria*” e evitar tropeçar numa “*monstruosa porca e na sua numerosa prole*”⁶⁰⁹. Noutros, a existência de uma “*loja*”⁶¹⁰, onde se sabe

⁶⁰⁸ “Quando se examina a vida e a actividade que se centra nos dois pátios de serviço, fica-se impressionado não só com a abundância de pessoal como com a variedade de tarefas de que é incumbido e que são típicas das exigências e dos gostos.” Cf. ELIAS, Norbert – *A sociedade de corte*, p.23.

⁶⁰⁹ Cf. BECKFORD, William – *Diário de William Beckford em Portugal e Espanha*, p. 48.

que o porteiro “*não deve concentrar ajuntamentos, jogos, nem gritarias*”⁶¹¹, parece conseguir assegurar uma recepção mais cerimoniosa (Figs. 12, 13 e 14).



Fig. 12 - Porta de entrada do pátio/loja, Palácio Pancas Palha (Fot. do autor)

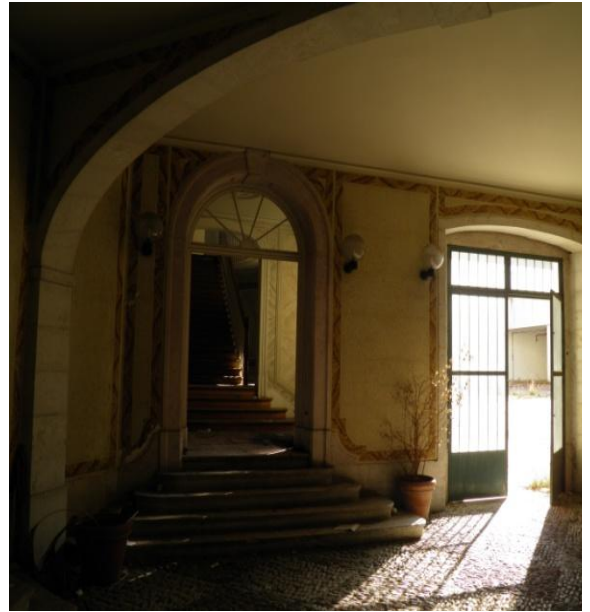


Fig. 13 - Pátio/loja, com acesso à escadaria principal e uma passagem para o pátio de serviço, Palácio Pancas Palha (Fot. do autor)

⁶¹⁰ A loja de uma casa nobre é “*um pátio coberto, servindo para entrada, onde estão os laciaios e entram as carruagens.*” Cf. VIEIRA, F. R. Domingos – *Grande Dicionário Português ou Thesouro da Língua Portuguesa*, vol. 3, p. 1332.

⁶¹¹ A.N.T.T., *Arquivo da Casa de Rio Maior*, Maço 44, f. s./n.º.



Fig. 14 - Pátio de serviço, Palácio Pancas Palha (Fot. do autor).



Fig. 15 - Sineta, Palácio da Anunciada (Fot. do autor).

Para exemplificar esta rotina, optámos por seguir a descrição de Costigan que nos relata que, numa visita a uma casa nobre, entraram “*num grande pátio, junto de uma bela escada, fomos anunciados por três ou quatro badaladas de uma sineta suspensa perto do cubículo do porteiro*”⁶¹² (Fig. 15).

Marianne Baillie também refere a existência destas sinetas, contando que aquelas proporcionavam uma “*cerimónia singular*”, pois, “*todos os patrões têm uma combinação com os criados relativamente à chegada de visitas*”, competindo ao porteiro determinar o número de toques, de acordo com a importância do convidado, consoante um código previamente definido⁶¹³.

O visitante depois de ser conduzido “*ao alto das escadas*” é, então, encaminhado até junto do proprietário da casa⁶¹⁴. No cimo daquelas, no primeiro piso, existe, geralmente, uma pequena assoalhada, designada por sala de espera⁶¹⁵, que antecede todas as outras.

A partir do pátio organizam-se todos os percursos do pessoal doméstico, pois as escadas secundárias desenvolvem-se em zonas periféricas daquele, junto das cavalariças, das cocheiras ou da cozinha, por exemplo (Figs. 16 e 17).

⁶¹² Cf. COSTIGAN, Arthur William – *Cartas sobre a Sociedade e os Costumes de Portugal 1778-1779*, vol. 2, p. 40.

⁶¹³ “*Se uma carruagem com um cavalheiro se apresenta no pátio de entrada, o porteiro toca uma só vez uma barulhenta sineta; o patrão ouve, mas talvez se não levante do seu assento, dado que aquilo anuncia apenas a chegada de um indivíduo que não se tem por ser homem de particular importância; se a sineta toca duas vezes, no geral levantar-se-á, porque isso significa estar a chegar uma pessoa importante, mas quando um toque é repetido três vezes, sai da sala para ir ao encontro do visitante à porta de casa, porque então é uma senhora que chega.*” Cf. BAILLIE, Marianne – *Lisboa nos anos de 1821, 1822 e 1823*, p. 164.

⁶¹⁴ “*Quatro homens de libré usada apareceram e, depois de nos terem feito grandes reverências, conduziram-nos ao alto das escadas, onde, depois de uma nova série de reverências, nos entregaram a dois homens de uma certa idade e com uniformes, que esperavam ali por nós, e pelos quais fomos conduzidos, com um ar cerimonioso, através de duas grandes salas de paredes muito brancas, para uma terceira forrada com panos de Arrás, na qual nos pediram para nos sentarmos, dizendo-nos que os fidalgos viriam em breve ter connosco.*” Cf. COSTIGAN, Arthur William – *Cartas sobre a Sociedade e os Costumes de Portugal 1778-1779*, vol. 2, p. 40.

⁶¹⁵ Vd., por exemplo, ROMÃO, José António de Arez – *Palácio Porto Côvo da Bandeira*, p. 78.



Fig. 16 - Escada de serviço, junto da cavalaria, de acesso ao andar nobre, Palácio da Anunciada (Fot. do autor).



Fig. 17 - Escada de serviço, de acesso ao jardim, Palácio da Anunciada (Fot. do autor).

Quanto à cozinha, numa primeira fase, não tem um lugar fixo na residência, devendo situar-se, de preferência, num local central relativamente à casa. Na medida em que, inicialmente, nestas residências não estava contemplada a sala de jantar⁶¹⁶, a localização da cozinha não estava dependente dela.

Encontramo-la, por vezes, no piso térreo, um lugar que lhe é adequado pela necessidade de ter por perto alguma logística essencial, como é o caso, por exemplo, do celeiro, da guarda da lenha, do carvão ou da recepção dos bens alimentares que provêm do exterior. Apesar disso, surge, em geral, num andar superior, como sucede com o “*quarto nobre o qual he devedido em vinte e quatro cazas em que entre Caza de espera Salas Camarins, Gabinetes tocadores, Cozinha, Despença*”⁶¹⁷.

⁶¹⁶ O mesmo sucedia, nas casas dos arredores de Lisboa. Cf. CALDAS, João Vieira – *A Casa Rural dos Arredores de Lisboa no Século XVIII*, vol. 1, p. 86.

⁶¹⁷ A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos* – Processo do Desembargador António Joaquim de Pina Manique (1795), Letra – A, Maço 120, n.º 1, Cx.204, f. 172.

A presença da sala de jantar, que começa a figurar mais regularmente enquanto espaço individualizado, a acessibilidade à água e a morfologia do terreno⁶¹⁸ poderão constituir os elementos primordiais na escolha da implantação daquela “casa”.

Uma característica arquitectónica distintiva da cozinha está relacionada com a sua cobertura que, habitualmente, é em abóbada (Figs. 18 e 19). O facto de algumas cozinhas não serem térreas, não impede que esta construção se mantenha, como se constata no palácio da Anunciada, dos Saldanha (futuros condes e marqueses de Rio Maior), por exemplo.



Fig. - 18. Cozinha, pormenor do tecto, com abóbada em barrete de clérigo, Palácio Nisa (Fot. do autor).



Fig. 19 - Cozinha, pormenor do tecto e paredes com revestimento azulejar, Palácio Nisa (Fot. do autor).

Na órbita da cozinha⁶¹⁹, para além da copa e de outros espaços onde se guardam alimentos e produtos essenciais para a sua confecção, verificamos a existência de acomodações para

⁶¹⁸ Talvez pela implantação urbana e porque recebia a água proveniente de um terraço superior, situado a oeste, no palácio da Anunciada, a cozinha também tenha sido construída no primeiro piso.

⁶¹⁹ “Colocamos ao lado das cozinhas uma despensa que deve ser virada a norte, um lavadouro, uma sala do comum que deve ser mais comprida que larga, construída à proporção dos criados que ela deve conter

os criados dormirem e do tinelo que, como já referimos, é a “*casa onde comem os criados*”⁶²⁰. Nalgumas residências, também encontramos menção a uma ou mais “*lojas para despejar*”⁶²¹.

No palácio da Mitra, em Marvila, residência pertencente a D. Tomás de Almeida, Cardeal Patriarca de Lisboa, por exemplo, encontramos, nas imediações da “*casa da cozinha*”, a “*casa do tinello*”, a “*casa da copa*”, a “*1ª cela do dormitório da família*” e a “*casa da manteiga*”⁶²².

O salão⁶²³ tende a localizar-se numa posição central relativamente à escada que dá acesso ao primeiro piso⁶²⁴. Esta implantação, com a escada a desembocar naquele, apresenta ao visitante o início de uma torrente de luxo e aparato que se vai desenvolver através do enfileiramento das assoalhadas anexas àquela grande sala⁶²⁵ principal, que Bluteau define como “*Casa, anterior, & espaçosa (...), que val o mesmo que Descançar, porque na sala se costuma descansar, & esperar até que venha a pessoa, com que se há de falar (...) ou*

(...)” Cf. BRISEUX, Charles Étienne – *Architecture moderne ou l’art de bien bâtir pour toutes sortes de personnes tant pour les maisons des particuliers que pour les palais contenant cinq traites*, vol 1, p. 56, (trad. do autor).

⁶²⁰ Cf. SILVA, António de Moraes – *Dicionário da língua portuguesa*, vol. 2, p. 775. Também a Enciclopédie refere a existência de uma “*Salle du commun*”, que é definida como um “*compartimento perto da cozinha (...) onde comem os criados*” Cf. DIDEROT, M. et D’ALEMBERT, M. – *Encyclopédie ou Dictionnaire Raisonné des Sciences, des Arts et des Métiers par une société de gens de lettres*, vol. 14, p. 574.

⁶²¹ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos* – Processo de Ana Clemência de Almeida Castelo Branco (1808), Letra – A, Maço 117, n.º 11, Cx. 199, f. 77.

⁶²² Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de D. Tomás de Almeida, Cardeal Patriarca de Lisboa (1754), Letra C, Maço 82, N.º 1, f. s./n.º.

⁶²³ “*Os salões são, geralmente, as maiores divisões de um edifício; colocamo-las no meio dos apartamentos, ou nas extremidades de uma galeria (...)*” Cf. BLONDEL, Jacques-François – *Architecture françoise ou recueil des plans, elevations, coupes et profils*, vol. 1, p. 30. “*(...) é a primeira, a maior sala de um apartamento, e geralmente a mais decorada (...)*” Cf. DIDEROT, M. ; D’ALEMBERT, M. – *Encyclopédie ou Dictionnaire Raisonné des Sciences, des Arts et des Métiers par une société de gens de lettres*, vol. 14, p. 575. (trad. do autor) “*O termo salão só surge nos inventários franceses muito tardiamente, não aparecendo referências à sua existência antes dos anos 1720-1730*” Cf. PARDAILHÉ-GALABRUN, Annik – *La Naissance de l’Intime*, p. 260. (trad. do autor). Segundo Mark Girouard, “*O primeiro salão designado como tal é, provavelmente, aquele que existe no castelo de Vizille, perto de Grenoble, propriedade do duque de Lesdiguières. Num inventário realizado em 1642, encontramos esta denominação relativamente a uma assoalhada existente na extremidade de uma galeria construída num edifício próximo da habitação principal.*” Cf. GIROUARD, Mark – *La vie dans les châteaux français*, p. 132, (trad. do autor).

⁶²⁴ Vd., por exemplo, Palácio de Porto Côvo (Rua S. Domingos, Lisboa).

⁶²⁵ “*(...) também há salas em Palácios de Príncipes em que se descansão, & dormem os guardas, como no Palácio dos Reis de Portugal a sala dos Tudescos; (...)*” Cf. BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário Portuguez e Latino*, vol. 7, p. 440.

*sala se chama assim porque do seu quarto sahe a ella o senhor do seu quarto a fallar, ou porque em dias de banquetes, & festas algumas vezes se salta, & dança na sala” e que, doravante se tornará no grande centro da sociabilidade*⁶²⁶.

Nem sempre encontramos, contudo, a escadaria com acesso directo ao salão. Este é substituído, por vezes, por uma sala que o antecede, a qual, sendo aparatosa, diferencia-se porque tem uma menor dimensão⁶²⁷. Noutros casos, está implantado numa extremidade, sendo antecedido por duas ou mais salas⁶²⁸. Todas estas, relativamente secundarizadas por opções decorativas, permitem aumentar o espaço, quando ligadas pelas aberturas que têm entre si, cabendo-lhes o importante papel de proporcionar aos convidados, um maior roteiro de diversão e entretenimento⁶²⁹.

A escadaria, apesar da importância da sua sumptuosidade⁶³⁰ enquanto primeiro acesso à residência⁶³¹, tende a secundarizar-se neste âmbito, pois o visitante constata que o luxo mais impressionante e a hospitalidade estão reservadas às salas que a sucedem.

Relativamente à sala de jantar, na segunda metade do século XVIII, acompanhando um movimento geral de especificação dos lugares na residência, constatamos que lhe começa a

⁶²⁶ Vd. LILTI, Antoine – *Le monde des salons sociabilité et mondanité à Paris au XVIII siècle*, p. 96. “(...) na Lisboa de finais de Setecentos, a vida das elites (aristocracia, grandes negociantes, magistrados) era já ritmada por relações mundanas, de carácter regular, cuja unidade de base era a sociabilidade proporcionada pela reunião na residência familiar.” Cf. LOUSADA, Maria Alexandra – Sociabilidades mundanas em Lisboa partidas e assembleias, C. 1760 – 1834, *Penélope* 19-20, pp. 132.

⁶²⁷ Vd., por exemplo, Palácio Sandomil (Rua das Chagas, Lisboa).

⁶²⁸ Vd., por exemplo, Palácio da Mitra (Rua do Açúcar, Marvila). “Os diversos compartimentos no interior de uma residência são ordenados pela decoração e pela relação distributiva que existe entre eles que lhes atribui uma hierarquia no conjunto do “*appartement*””. Cf. MARTIN, Meredith – The ascendancy of the interior in eighteenth-century french architectural theory in BAXTER, Denise Amy; MARTIN, Meredith – *Architectural space in eighteenth-century Europe*, p. 25 (trad. do autor).

⁶²⁹ “Quando o jantar acabou e que se tomou o café, logo depois, conforme o costume do país, algumas pessoas puseram-se a jogar às cartas, outras a passear num jardim muito bem arranjado, outras a jogar ao bilhar e outros jogos (...)” Cf. COSTIGAN, Arthur William – *Cartas sobre a Sociedade e os Costumes de Portugal 1778-1779*, vol. 2, p. 39.

⁶³⁰ “(...) huma boa escada de pedraria que dá servidão ao primeiro pavimento o qual he dividido em quatorze casas e deste pavimento para cima he a escada feita de madeira do Brasil com degraus inteirissos a qual sobe aos dois pavimentos superiores (...)” Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos – Processo de Bento Dias Pereira Chaves (1781) Letra B, Maço 25, n.º 2, f. 216 v.*

⁶³¹ “Parece que a escada que é a parte do edificio mais usada deveria ocupar um lugar central; baseados neste princípio muitos dos famosos architectos collocaram a escadaria no centro do edificio, para que através dela se possa aceder às diversas assoalhadas que, habitualmente, comunicam entre si.” Cf. BRISEUX, Charles Étienne – *Architecture moderne ou l’art de bien bâtir pour toutes sortes de personnes tant pour les maisons des particuliers que pour les palais contenant cinq traites*, vol 1, p. 65. (trad. do autor).

ser atribuído um espaço fixo, exclusivo para o consumo de refeições, com características e uma decoração cada vez mais adequada à função. Em Lisboa, esta sala surge tardiamente, à semelhança do que sucede noutras cidades europeias, como é o caso de Paris, por exemplo⁶³².

Tradicionalmente, o serviço de refeições fazia-se numa antecâmara do quarto de dormir⁶³³, pelo que houve necessidade de adaptar um compartimento à função de sala de jantar. Somente, nas residências mais modernas, a sala de jantar aparece contemplada numa planta (Fig. 20).

Nesta procura de um lugar no seio da casa, vários factores podiam influenciar a escolha. Destacamos a proximidade de água canalizada, que permitiria a instalação de lavatórios e uma localização próxima da cozinha, pois era conveniente que a distância a percorrer não perturbasse os requisitos necessários para um serviço adequado e mantivesse a temperatura dos alimentos, por exemplo, que não constituía um elemento despiciente.

⁶³² Neste caso, os lisboetas teriam seguido a tendência francesa que, ao contrário dos ingleses, criaram muito tardiamente a sala de jantar enquanto espaço autónomo reservado, exclusivamente, a refeições. Cf. THORNTON, Peter – *L'époque et son style la décoration intérieure 1620-1920*, p. 147. “Em Inglaterra, os homens ficam na sala de jantar para beber (...) mas este hábito não existe em França (...)” Cf. GIROUARD, Mark – *La vie dans les châteaux français*, p. 141 (trad. do autor). “Mesmo no século XVIII, a sala de jantar só se encontra nas residências de uma elite social (...) encontrando-se em maior número das casas parisienses depois de 1750. Elas continuam, contudo a ser apanágio de uma minoria, na medida em que, num conjunto de 500 casas inventariadas na segunda metade do século XVIII, a sua presença só se encontra sinalizada em 14% delas.” Cf. PARDAILHÉ-GALABRUN, Annik – *La Naissance de l'Intime*, p. 259, (trad. do autor).

⁶³³ “No castelo de Champs-sur-Marne, construído em 1705 por Bullet, a distribuição previa uma sala de jantar permanente no lugar de uma ante-câmara, o que confirma a ligação entre estes dois lugares.” Cf. FIGEAC, Michel – *Salle à manger in FIGEAC, Michel – L'ancienne France au quotidien*, p. 456, (trad. do autor), Em França, “Uma das ante-câmaras serve, habitualmente, para tomar refeições, todavia, no reinado de Luís XV, aquelas passaram a ser consumidas num compartimento concebido para esse efeito, a sala de jantar.” Cf. VERLET, Pierre – *Maison du XVIII siècle en France société décoration mobilier*, p. 62.

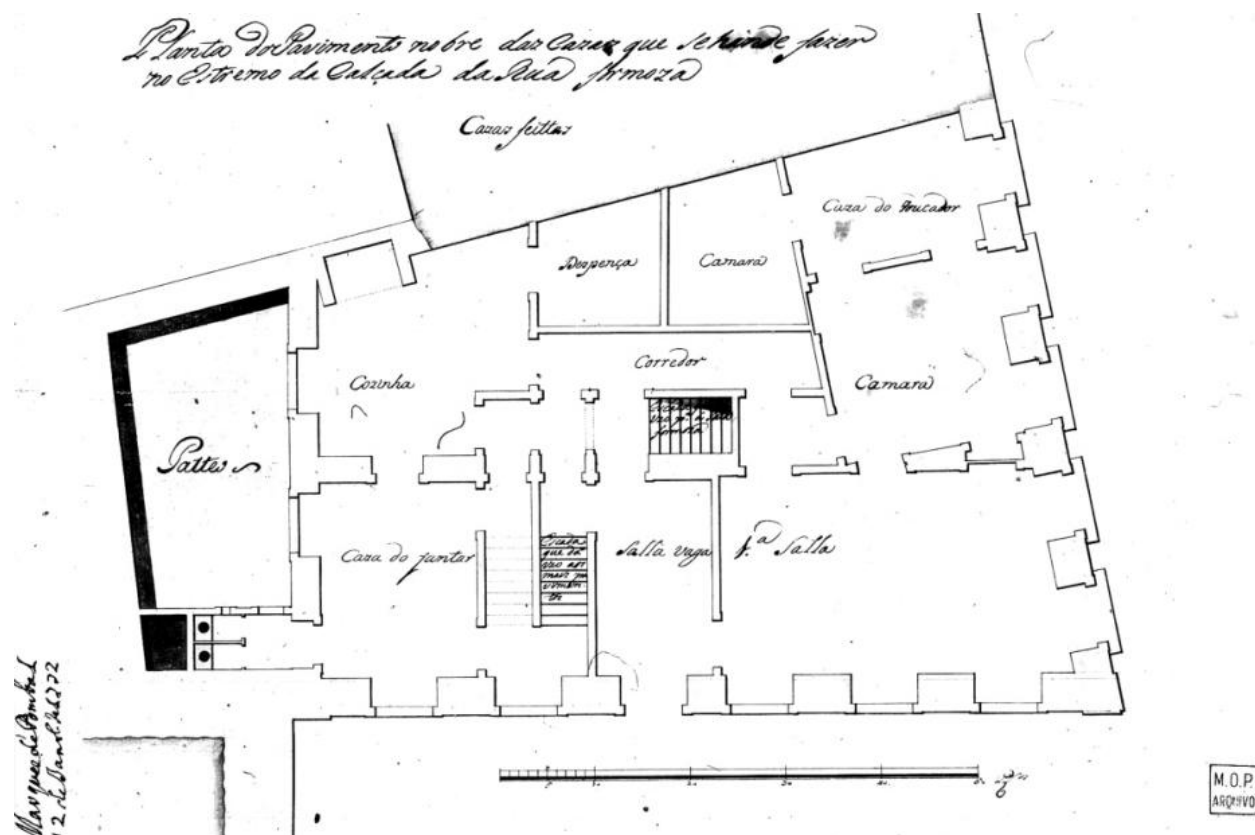


Fig. 20 - Planta da residência de marquês de Pombal, na Rua Formosa (actual Rua de “O Século”), 1792 (A.H.M.O.P.).

Igualmente importante era a dimensão da sala escolhida, devendo ter-se em conta “o número de pessoas que nela devem ser recebidas, para que não seja, nem demasiadamente grande, nem demasiadamente pequena”⁶³⁴. Próxima daquela “casa”, pela exigência concernente ao serviço de refeições, existia, habitualmente, uma antecâmara que a apoiava logisticamente⁶³⁵ que, vulgarmente, se designava como copa.

⁶³⁴ Cf. MÉZIERES, Camus de – *Le Génie de l’Architecture ou l’analogie de cet art avec nos sensations*, p. 175, (trad. do autor).

⁶³⁵ “A sala de jantar é geralmente precedida de uma ante-câmara onde se prepara o serviço (...)” Cf. MÉZIERES, Camus de – *Le génie de l’architecture ou l’analogie de cet art avec nos sensations*, p. 187.

O quarto de dormir situava-se, em geral, num piso superior, pela pouca dignidade social dos pisos térreos, como temos vindo a referir. Associado àquele, encontramos vários gabinetes e antecâmaras⁶³⁶. Uns, de natureza mais privada, e outros que podemos considerar espaços semipúblicos⁶³⁷ pelos trabalhos que neles se desenvolvem e pelas pessoas que a eles podem aceder.

De entre os primeiros, destacamos o guarda-roupa⁶³⁸, o toucador e, quando existe, o “*boudoir*”⁶³⁹, que foi uma invenção da arquitectura do século XVIII para tornar possível a evasão e a intimidade⁶⁴⁰. No caso de Lisboa, contudo, não encontrámos referências a este último compartimento, ou que apresente características físicas ou decorativas que nos permita assegurar da sua existência⁶⁴¹.

⁶³⁶ “A multiplicação dos anexos e a tendência para a especialização, na era das Luzes, contribuem para o progresso da intimidade.” Cf. PARDAILHÉ-GALABRUN, Annik – *La Naissance de l’Intime*, p. 275, (trad. do autor). O marquês de Fronteira e Alorna, por exemplo, refere que o seu tio, o marquês de Belas, que “era homem de excelentes maneiras (...) as suas casas eram as mais bem mobiladas da capital (...) a sua sala e quartos eram inteiramente independentes do resto da família.” Cf. BARRETO, D. José Trazimundo Mascarenhas – *Memórias do Marquês de Fronteira e Alorna*. Lisboa: Imprensa nacional, 2003, 2ª edição, vol. 1-2, pp. 20-22.

⁶³⁷ Cf. MESQUITA, Marieta Dá – “O Habitar no Século XVIII: o Palácio Fronteira” in *Alcipe e as Luzes*, p. 131.

⁶³⁸ Numa residência existiam vários criados responsáveis pelo “guarda-roupa”, como sucedia na casa do marquês de Abrantes, onde estão referenciados os “*Guardarropas dos senhores*” e o “*mosso da guardaroupa*”. Cf. A.N.T.T. – *Arquivo da Casa de Abrantes*, Livro 106, f. s/n.º. “O quarto de dormir, mesmo modesto, tem geralmente, perto de si, dois compartimentos destinados à guarda da roupa.” Cf. VERLET, Pierre – *Maison du XVIII siècle en France société décoration mobilier*, p. 62.

⁶³⁹ “Os Italianos propuseram que *boudoir* fosse traduzidor por *spogliatoio*, que quer dizer guarda-roupa, os Espanhóis, por *toucador*, gabinete de *toilette* feminino. Mas, as mais recentes traduções preferem importar o termo francês, considerando que esta palavra não tem tradução.” Cf. DELON, Michel – *L’Invention du boudoir*, p. 11.

⁶⁴⁰ “O *boudoir* aparece no início do século XVIII, como uma variante do gabinete. Pelo seu nome, intui-se que se quer manter distante do olhar dos outros, isolado do resto do mundo, mas rapidamente ficou associado à ideia de um luxuoso recanto amoroso. Este compartimento tem dimensões mais reduzidas que um gabinete e o seu requinte está associado ao carácter feminino, ou seja, libertino.” Cf. DELON, Michel – *L’Invention du boudoir*, p. 24, (trad. do autor).

⁶⁴¹ Relativamente ao *boudoir*, em Paris, Annik Pardailhé-Galabrun, refere que “no universo dos inventários nos anos de 1770, no que diz respeito a residências de prestígio, encontraram menos de uma dezena de menções.” Cf. PARDAILHÉ-GALABRUN, Annik – *La Naissance de l’Intime*, p. 262.

Quanto aos segundos, compartimentos intermédios que têm uma natureza mais pública, realçamos a antecâmara⁶⁴², a “*livraria*” e os gabinetes⁶⁴³ onde podemos incluir o cartório ou o repositório de colecções, por exemplo.

Junto destes aposentos, encontramos, também, os quartos de dormir de alguns criados mais importantes, justificado pela necessidade de uma maior proximidade para melhor servir ou pelo prestígio do cargo. O tesoureiro-mor, o “*primeiro criado da casa*” ou o copeiro, entre outros, viveriam mais próximos dos seus senhores, podendo possuir, na proximidade do seu quarto, uma “*salla de fora para servirem de falar ás Criadas, se receberem recados e para mais uzos semelhantes*”⁶⁴⁴.

No último piso, acima do andar nobre, ou nas águas-furtadas, das residências lisboetas, também encontramos muitos aposentos para criados⁶⁴⁵. Distribuem-se por uma multiplicidade de assoalhadas, de pequena dimensão, com um pé direito reduzido (Fig. 21), acedendo-se a elas, geralmente, através de sinuosas escadas seguidas de estreitos corredores (Fig. 22). Apesar destas condições pouco cómodas, mais comuns, existem algumas descrições que nos dão conta da existência de um “*outro pavimento de sobrado em que há seis cazas para cómodos de família tudo bem constituhido e mudernamente bem feitorizado*”⁶⁴⁶.

⁶⁴² Esta antecâmara pode confundir-se com uma sala anexa ao salão, sendo difícil de determinar, nalguns casos, se deve ser associada ao quarto ou a este último.

⁶⁴³ “*Fora de um universo de grandes palácios, constatamos uma certa alternância ou flutuação entre gabinete e livraria, aparecendo inventários ou plantas onde a existência de uma livraria dispensa a existência do gabinete, ou vice-versa.*” Cf. CARITA, Hélder – Do scriptorium ao gabinete à casa da livraria. Espaços da escrita nos interiores da casa nobre em Portugal, in MALTA, Marize; MENDONÇA, Isabel M. G. (org.) – *Casas Senhoriais Rio-Lisboa e seus interiores*, p. 37.

⁶⁴⁴ A.N.T.T., *Arquivo da Casa de Rio Maior*, Livro 91, f. 16v.

⁶⁴⁵ Em Paris, os quartos dos criados situam-se, preferencialmente, no último andar e, por vezes, são instalados no sótão. Cf. PARDAILHÉ-GALABRUN, Annik – *La Naissance de l'Intime*, p. 250.

⁶⁴⁶ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos* – Processo do Desembargador António Joaquim de Pina Manique (1795), Letra – A, Maço 120, n.º 1, Cx.204, f. 172 v.



Fig. 21 - Quarto, águas-furtadas, Palácio Pancas Palha
(Fot. do autor).



Fig. 22 - Acesso às águas-furtadas, Palácio Sandomil
(Fot. do autor).

Integradas, igualmente, no corpo do edifício e fazendo parte dos percursos quotidianos de uma residência, estão muito presentes os lugares reservados ao culto e à oração, representados pela capela ou pela “*casa do oratório*”.

O primeiro, de maior dimensão, especialmente vocacionado para o culto, é constituído pelas capelas. Estas, ao longo do século XVIII, num movimento coincidente com a propagação do Barroco, foram-se anexando às casas, sendo, muitas vezes, assimiladas numa longa fachada que se desenvolve em comprimento “*equilibrada e simétrica, com a entrada principal servindo de eixo da composição*” onde a capela “*procura não perturbar a composição*”⁶⁴⁷, representando uma opção arquitectónica que virá a consolidar-se no princípio do século XIX (Fig. 23).

⁶⁴⁷ Cf. AZEVEDO, Carlos de – *Solares Portugueses*, p. 83.



Fig. 23 - Palácio Porto Covo, fachada principal (Fot. do autor).

A capela, geralmente de formato rectangular, pode apresentar uma capela-mor, capelas laterais, um coro alto e um espaço de tribuna reservado aos principais da casa.

Num espaço contíguo à capela existe uma pequena sacristia, que possui, muitas vezes, uma porta a ligar ao espaço de culto e uma outra que dá acesso ao interior da residência. Neste prolongamento de espaços, e pela circulação que neles se pode gerar, pressente-se que é muito ténue a linha de separação entre espaços sagrados e profanos.

Quanto à tribuna acima referida, situa-se ao nível do piso nobre da residência, geralmente numa das paredes laterais da capela, em local próximo do altar, proporcionando um maior intimismo.

Muitas casas das elites lisboetas não possuem, contudo, uma capela. A atribuição de um espaço físico absolutamente autónomo nem sempre é possível nas residências mais antigas, porque, ora pelos custos, ora pela pressão urbana, nem sempre existiram possibilidades de as acrescentar.

Assim, a solução ideal continua a residir na “*casa do oratório*” que resulta da transformação de um espaço interior, geralmente, sem qualquer porta de acesso a partir do exterior, a qual, devidamente ornamentada, com uma maior ou menor dimensão, continuará a ser o lugar de culto e de oração mais constante nas casas do período que estudamos.

Estes oratórios, consignados ao espaço de um quarto ter-se-iam movimentado ao longo da segunda metade do século XVIII, acompanhando outras transformações mais gerais da casa. Afastaram-se dos apartamentos mais íntimos, tornaram-se maiores e aproximaram-se das zonas mais sociais, parecendo aceitar a crítica de quem considerava que a proximidade com a intimidade era profanadora⁶⁴⁸. Alguns deles, tornar-se-ão, inclusivamente, numa verdadeira charneira entre aquelas duas importantes zonas da casa.

Por último, devemos referir o jardim⁶⁴⁹ que, enquanto espaço exterior da residência, se afirma, no século XVIII, como um lugar de circulação imprescindível. A sua ocupação verifica-se nas ocasiões do quotidiano mais comuns, enquanto jardim de estar e, por influência da corte⁶⁵⁰, assumirá um papel central no decurso de muitas festas.

⁶⁴⁸ “(...) o fanatismo tem estabelecido na maior parte das câmaras, em Portugal, oratório, aonde até se diz missa, profanação que não pode nunca deixar de ser muito repreensível; pois é no meio da infecção e miséria que a piedade lusa se atreve a erigir um altar em que se celebra o sacrifício mais solene da nossa Religião e se trocam às vezes os mais puros incensos pela mais odiosa infecção.” Cf. ALORNA, marquesa de – *Inéditos e outros escritos*, p. 84.

⁶⁴⁹ “Se há recinto exterior que o século XVIII privilegiou foi, certamente, o jardim. A transitoriedade dos arranjos vegetais, sobretudo das flores, vinham ao encontro do gosto português pelo efémero. Gosto que, mais uma vez, se casava com hábitos remotos e com o próprio clima.” Cf. CALDAS, João Vieira – *A Casa Rural dos Arredores de Lisboa no Século XVIII*, vol. 1, p. 63.

⁶⁵⁰ “Neste século XVIII, por influência da corte de D. João V, agente de divulgação de modas francesas (...) o jardim, – tal como acontecera no século anterior na França de Luís XIV, – deixa de ser o que era e passa a desempenhar a função de palco de festas galantes, transformando-se a sua fisionomia de acordo com essa nova função.” Cf. ARAÚJO, Ilídio de – *Quintas de Recreio (Breve introdução ao seu estudo, com especial consideração das que em Portugal foram ordenadas durante o século XVIII)*, p. 12.

Localizava-se junto da casa, parecendo prolongá-la, desfrutando-se daquele espaço através das portas e janelas existentes nas salas (Fig. 24). Tinha, geralmente, uma forma quadrada ou rectangular, localizava-se num terreno plano e a sua dimensão era variável, dependendo da implantação da casa no tecido urbano.



Fig. 24 - Jardim, Palácio da Ega, Lisboa (Fot. do autor).

Numa cidade como Lisboa, onde as temperaturas no Verão são elevadas, era comum que neste espaço de lazer, existisse um lago, um caramanchão e uma casa de fresco. O jardim, fechado com muros ou sebes, em conjunto com o edifício, também contribuía para a relação axialidade/profundidade, que constituía preocupação dominante neste período.

3. GOSTO, MODERNIDADE E CONFORTO

3.1. Evolução e Expressões

As mudanças sociais que temos vindo a referir provocaram alterações significativas em muitos bens móveis, tenham eles um pendor mais decorativo ou meramente utilitário. A uma constatação anterior de que a nova distribuição dos espaços interiores da casa reflecte um outro ciclo vivencial, devemos acrescentar o importante papel que, neste âmbito, coube à decoração.

Encontramos muitas residências pertencentes a uma nobreza tradicional que partilhava as casas familiares, onde os visitantes continuam a ser confrontados com os móveis, os retratos e os símbolos que exibem a história da família e do País, e onde as mudanças decorativas são mais ténues pela força de uma herança mobiliária e identitária ou pelas dificuldades financeiras.

Uma outra concepção foi desenvolvida pela burguesia, recentemente promovida, que não prescindiu de mimetizar as casas mais antigas em certos valores decorativos, mas soube procurar novidades propiciadoras de bem-estar que, devidamente expostas, fossem indício de um poder económico capaz de alcançar rapidamente o almejado prestígio social.

Para além destas, onde, ora sobressaem as evidências de uma amálgama de heranças, ora se pressente uma afirmação na sociedade pela posse acutilante de alguns bens, identificamos outras residências, onde os proprietários conseguem, financeiramente, suportar os custos da manutenção e do restauro dos seus bens, sem prescindirem das necessárias aquisições detonadoras de actualidade.

Esta última realidade pode ser ilustrada pelo “*visconde de Ponte de Lima que vive perto do Castelo*” e que possui uma casa com um mobiliário “*à l’avenant*”, ou o duque de Lafões

que, à semelhança de outros, aproveitou “as suas viagens para tirar ideias acerca da decoração e de comodidades que são desconhecidas em Portugal”⁶⁵¹.

3.1.1. O Mobiliário

Neste contexto, o mobiliário assume uma importância relevante pela quantidade de móveis que encontramos numa residência e porque a organização do espaço doméstico está muito dependente da sua distribuição. Por outro lado, a principal matéria-prima que o constitui, a madeira, também ocupa um lugar privilegiado enquanto elemento decorativo, tanto pelas suas tonalidades e pelo trabalho de talha que lhe pode estar associado, como pelas pinturas que muitas vezes recebe (Doc. 28).

Em Portugal, por maioria de razão, e à semelhança do que aconteceu em Inglaterra, os marceneiros habituaram-se a tirar partido das virtudes daquele material. A influência inglesa esteve muito presente no mobiliário português, ora pela importação de móveis ingleses, ora pela divulgação do catálogo de Thomas Chippendale, “*The gentleman and cabinet maker’s director*”, que muito influenciou os ensambladores portugueses⁶⁵². Assistimos, desta forma, à sobrevalorização das tonalidades da madeira, ao virtuosismo da marcenaria⁶⁵³ e ao desenvolvimento de um gosto nacional que se distancia, neste caso, do modelo francês, onde a sobreposição de uma base de gesso servia à exibição do ouro.

O mobiliário que encontramos em maior quantidade nas casas nobres lisboetas é executado em nogueira⁶⁵⁴, uma madeira nacional vulgarmente utilizada na execução de mobiliário artístico⁶⁵⁵. Pelo prestígio que lhe estava inerente e quando o investimento não podia ser

⁶⁵¹ Cf. BOMBELLES, marquis de – *Journal d’un Ambassadeur de France au Portugal 1786-1788*, p. 37 e p. 47 (trad. do autor).

⁶⁵² Cf. GONÇALVES, Flávio, “A arte no Porto na época do marquês de Pombal” in *Pombal Revisitado*, vol. 2, pp. 114-115.

⁶⁵³ Beckford, que foi algumas vezes bastante crítico relativamente aos portugueses, escreveu que “*neste país desenha-se mediocrementemente, mas o trabalho de execução é de uma grande perfeição e acabamento*”. Cf. BECKFORD, William, *Diário de William Beckford em Portugal e Espanha*, p.46.

⁶⁵⁴ Cf. FRANCO, Carlos – *O mobiliário das elites de Lisboa na segunda metade do século XVIII*, p. 54.

⁶⁵⁵ Cf. PEREIRA, Franklin, *O Couro lavrado no Mobiliário Artístico de Portugal*, p. 25.

avultado, encomendavam-se móveis que imitavam madeiras consideradas “nobres”, pelo que, nos inventários de bens, surge com frequência o termo “*pintado de nogueira*”⁶⁵⁶.

Uma outra madeira muito apreciada “*pelos seus admiráveis effeytos*”⁶⁵⁷, é o pau-santo⁶⁵⁸, bem como o vinhático⁶⁵⁹ que existia em abundância no Brasil e o mogno⁶⁶⁰ cuja utilização no séculos XVIII e XIX quase levou à sua extinção.

Ao contrário destas últimas, a madeira de castanho que, no século anterior, tinha estado na moda, aparece agora, pelo menos no caso das residências de Lisboa, com um valor que não tem qualquer significado. O mesmo sucedeu com as madeiras orientais que, neste período, se ressentem pela existência de um maior pendor dos negócios atlânticos.

As cadeiras, que constituíram o grupo de bens móveis mais numeroso, eram construídas preferencialmente em madeira de nogueira⁶⁶¹, muitas vezes decoradas “*com ornatos de talha*”⁶⁶² ou com “*talha rasa*”⁶⁶³, sendo depois enceradas ou, mais ocasionalmente, polidas.

Para além do efeito decorativo das tonalidades da madeira e do virtuosismo do trabalho do marceneiro, uma outra opção decorativa bastante apreciada eram as pinturas em tons de encarnado e verde, entre outras. Se é certo que esta opção serve para esconder a existência de muitos móveis executados em madeiras de qualidade inferior, não é menos verdade que ela denota a existência de um gosto que prima pelas expressões cromáticas valorizando-se

⁶⁵⁶ Vd., por exemplo, A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo do conde de Santiago, D. Nuno Aleixo, 1798, Letra C, Maço 31, n.º 722, f. s./n.º.

⁶⁵⁷ Cf. BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário Portuguez e Latino*, vol.6, p. 229.

⁶⁵⁸ Vd., por exemplo, A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de Belchior de Matos Carvalho, 1801, Letra B, Maço 25, n.º 1, f. 30.

⁶⁵⁹ Vd., por exemplo, A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de Luís de Vasconcelos e Sousa, 1788, Letra L, Maço 12, n.º 2, f. 62v. (Processo consultado por indicação do Senhor Professor Doutor Gonçalo de Vasconcelos e Sousa.)

⁶⁶⁰ Vd., por exemplo, A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo do conde de Lumiares, Carlos Carneiro de Sousa e Faro (1775), Letra C, Maço 82, n.º 804, f. 30.

⁶⁶¹ Cf. FRANCO, Carlos – *O mobiliário das elites de Lisboa na segunda metade do século XVIII*, p. 60.

⁶⁶² Vd., por exemplo, A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo do Desembargador Alexandre Rodrigues de Araújo (1794), Letra A, Maço 141, Caixa 237, f. s./n.º. Sobressai aqui, a ideia de que em Portugal se preferiu uma decoração onde se privilegiava pormenores dourados, contrastando com a cor natural da madeira. Acerca deste assunto, Vd. FREIRE, Fernanda Castro, *Mobiliário*, volume 2, p. 28.

⁶⁶³ Vd., por exemplo, A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo do Cardeal Patriarca D. Tomás de Almeida, 1754, Letra C, Maço 82, Caixa 803, f. s./n.º. Nesta decoração estamos mais próximos do movimento rococó, que no reinado de D. José I consegue neste particular, grande especificidade nacional através de uma talha rasa de elevada precisão “... *com excepção de certos exemplos do norte do País influenciados pelas gravuras germânicas*.” Cf. FREIRE, Fernanda Castro, *Mobiliário*, vol. 1, p. 15.

a conjugação de uma paleta variada⁶⁶⁴. Para além destas pinturas, encontramos, o “axaroadado” e o “xarão” que, à semelhança do que sucedeu com tantas outras tipologias de móveis, também aqui foram frequentemente utilizados.

Relativamente aos modelos, a diversidade era muito grande, pela versatilidade de funções e lugar que ocupavam na casa. Mais comumente, encontramos “cadeiras de braços” ou “sem braços”⁶⁶⁵, as quais apresentam, geralmente, elementos decorativos e materiais muito idênticos. Os avaliadores, nos inventários orfanológicos, classificam-nas, pela sua unidade decorativa, como tendo “feito à francesa”⁶⁶⁶, “feito à grega”⁶⁶⁷, “à inglesa”⁶⁶⁸,

⁶⁶⁴ Referimos, por exemplo, as “vinte cadeiras de caixa, de palhinha pintada de amarelo claro com filetes azuis e a palhinha pintada de branco amarelo e azul” existentes em casa do desembargador António Joaquim de Pina Manique. Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo do Desembargador António Joaquim de Pina Manique, 1796, Letra A, Maço 120, f. 190v.

⁶⁶⁵ Vd. FRANCO, Carlos – *O mobiliário das elites de Lisboa na segunda metade do século XVIII*, p. 62.

⁶⁶⁶ Nestes móveis de assento executados ao gosto francês, os cadeiros faziam “alinhar verticalmente, a parte mais recuada da moldura do cachaço com a parte posterior das pernas traseiras”. Cf. PINTO, Maria Helena Mendes, *José Francisco de Paiva ensamblador e arquitecto do Porto [1744-1824]*, p. 130. Relativamente ao aro do assento, que no século XVIII é sempre mais largo à frente do que atrás, também se notam influências francesas pois passaram a ser “moldurados e recortados na parte inferior” ao invés da maneira inglesa onde “era usual cobrir o aro com o revestimento do estofa”. Cf. PINTO, Augusto Cardoso, *Cadeiras Portuguesas*, p. 76. Neste caso, devemos realçar o modelo denominado “chaise à la reine”, que é “uma criação das mais admiráveis da marcenaria francesa, inventado por volta de 1755, em que à galanteria das formas se aliam especiais condições de comodidade que lhe são dadas mercê da conformação, inteligentemente delineada, do assento de planta semicircular e do espaldar abaulado. Cf. PINTO, Augusto Cardoso, *Cadeiras Portuguesas*, p. 93. “(...) pela leitura dos inventários, constatamos que na segunda metade do século XVIII existe uma clara superioridade de cadeiras classificadas como sendo executadas segundo modelos franceses”. Cf. FRANCO, Carlos – *O mobiliário das elites de Lisboa na segunda metade do século XVIII*, p. 64. Constatamos, assim, para o caso de Lisboa, que, à semelhança do que sucedia “um pouco por toda a Europa (...) a segunda metade da centúria vai ser acentuada pela permanência do gosto francês, em especial na Corte, enquanto a fortíssima colónia inglesa impregna as Artes, particularmente no Porto, com as marcas indeléveis do seu gosto sólido, mas requintado, nas estéticas Rococó e Neoclássica.” Cf. SOUSA, Gonçalo Vasconcelos e – *Artes da Mesa em Portugal*, p. 11.

⁶⁶⁷ O “feito à grega”, em voga no último quartel do século XVIII, no período correspondente ao reinado de D. Maria I, representa o denominado estilo “neoclássico”. Cf. PINTO, Augusto Cardoso – *Cadeiras Portuguesas*, p. 101.

⁶⁶⁸ Na segunda metade do século XVIII, apesar da concorrência dos modelos franceses, a influência inglesa continua a fazer-se sentir junto dos marceneiros portugueses através dos álbuns de estampas que se difundiram em Portugal a partir da década de sessenta de Setecentos, com a divulgação da 3ª edição, em 1762, do álbum de Thomas Chippendale, “*The Gentleman and Cabinet Maker’s Director*”. Cf. PINTO, Maria Helena Mendes, *Artes Decorativas Portuguesas no Museu Nacional de Arte Antiga séculos XV-XVIII*, p. 84. Para além do “Director” “(...) tudo leva a crer que os marceneiros que mais trabalhavam no estilo

e “à moderna”⁶⁶⁹.

Estas cadeiras podiam ser guarneçadas, no assento e costas, ou exclusivamente, no assento com diversos materiais. As guarnições, que constituíram um elemento decorativo com grande significado, podiam ser “de sola”⁶⁷⁰, “com palhinha”⁶⁷¹, “à maneira de rótula”⁶⁷² ou de tecido⁶⁷³.

Os tecidos eram o revestimento que conferia aos móveis uma maior sumptuosidade⁶⁷⁴. Os mais comuns eram o damasco de seda, o veludo, a chita “*que são huns pannos pintados da Índia*”⁶⁷⁵ a tripa – “*panno tecido de lãa, & de linho, felpudo de hua banda, & que parece veludo*”⁶⁷⁶ – e, mais raramente⁶⁷⁷, a tapeçaria, um “*panno de lãa ou de seda, em que se tem figuras de homens ou de animaes, ou paizes*”⁶⁷⁸.

inglês conheciam e dispunham de álbuns de modelos de Hepplewhite e de Sheraton” Cf. PINTO, Augusto Cardoso, *Cadeiras Portuguesas*, p. 101.

⁶⁶⁹ O “feito à moderna” também é referido no *Director*, onde alguns desenhos são classificados por Chippendale como “à moderna”. Cf. PINTO, Maria Helena Mendes – *Artes Decorativas Portuguesas no Museu Nacional de Arte Antiga séculos XV-XVIII*, p. 84.

⁶⁷⁰ Os assentos em pele, e particularmente a denominada sola, foram muito comuns em Portugal ao longo do século XVII e primeira metade do século XVIII. Vd. PINTO, Maria Helena Mendes, *Móveis in Artes Decorativas Portuguesas no Museu Nacional de Arte Antiga séculos XV/XVIII*, p.111.

Para além da sola que podia ser lisa ou lavrada, existiam muitas outras guarnições em pele. Destacamos a moscóvia, a carneira, o marroquim e o cordovão. Vd. FRANCO Carlos – *O mobiliário das elites de Lisboa na segunda metade do século XVIII*, p. 67.

⁶⁷¹ A palhinha, no assento, era habitualmente “fixa a um caixilho de madeira cavilhado directamente sobre o aro da cintura”. Cf. FREIRE, Fernanda Castro, *Mobiliário*, vol. 1, p. 124.

⁶⁷² O palheteiro francês François Gastor, em 1780, obteve “licença da Câmara Municipal de Lisboa para “cobrir de Palha de Tábua ou Palhinha, por modo de rótula, cadeiras e tamboretes”. Cf. LOPES, Carlos da Silva, *Estudos de História do Mobiliário*, pp. 224-225.

⁶⁷³ Quanto aos tecidos, as guarnições mais comuns são o damasco de seda, o veludo, a tripa e a tapeçaria que era a mais rara.

⁶⁷⁴ Destaque-se que no século XVII, quando o principal revestimento do mobiliário de assento é o couro, “as cadeiras de cerimónia, para uso oficial, forravam-se de brocado, de damasco, ou de veludo agalado de franjas de ouro e de seda”. Cf. PINTO, Augusto Cardoso, *Cadeiras Portuguesas*, p. 56.

⁶⁷⁵ Cf. BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário Portuguez e Latino*, Vol. 2, p. 293. Em Coima “(...) em 1781 iniciou-se a montagem de uma fábrica de chitas que ficou conhecida na região. Pertencia a Christiano Merolf ou Marolf. Continuou em laboração pelo menos até 1841, apesar da decadência, como referem os inquéritos industriais.” Cf. CUSTÓDIO, Jorge, *A Real Fábrica de Vidros de Coima [1719-1747] e o vidro em Portugal nos séculos XVII e XVIII*, p. 79.

⁶⁷⁶ Cf. BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário Portuguez e Latino*, vol. 8, p. 295.

⁶⁷⁷ Cf. . QUILHÓ, Irene, *Mobiliário*, in *Oito Séculos de Arte Portuguesa*, vol. 3, p. 475.

⁶⁷⁸ Cf. BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário Portuguez e Latino*, vol. 8, p. 45.

Segundo Jean-François Bimont⁶⁷⁹, a sua aplicação obedecia a regras, devendo, no caso dos tecidos com flores, que as principais fossem colocadas ao centro e ao nível dos olhos, sendo imprescindível a sua colocação nas costas da cadeira. Quando o padrão tinha uma grande dimensão e nelas não cabia, integralmente, a parte inferior do ramo deveria ser colocada no assento. Quanto aos tecidos com listas, o estofador cuidaria para que não houvesse coincidência com faixas de uma mesma cor.

Um outro elemento decorativo que não podemos considerar despidendo são a pregaria grossa que prendia as guarnições de sola, a decoração com maçanetas que por vezes lhes eram associadas, ou o prego de latão miúdo⁶⁸⁰ e a diversa passamanaria⁶⁸¹ que se aplicavam quando as guarnições eram constituídas por tecidos. Estes excessos de pregaria⁶⁸² dispostos sobre uma mancha uniforme formada pela pele ou pelo tecido retiravam sobriedade ao móvel e espelham bem algumas tendências decorativas da segunda metade de Setecentos, onde um gosto mais solene cede ao fascínio do brilho que é proporcionado pelos metais.

Também neste caso, Bimont nos dá indicações precisas, quando refere que os pregos devem ter um pequeno espaço entre eles e não devem ser colocados muito perto da aresta da moldura, para que não se danifiquem, quando são martelados⁶⁸³.

A grande concorrente dos estofos foi a palhinha⁶⁸⁴, muito em voga no reinado de D. Maria I. Esta guarnição de cadeiras e canapés proporcionava uma grande leveza e facilidade de

⁶⁷⁹ “Jean-François Bimont foi um mestre tapeceiro que publicou em 1770 uma versão atualizada do manual do estofador, que ele já tinha escrito alguns anos antes. Neste trabalho, intitulado “*Principes de l’art du Tapissier*”, ele pretende ensinar os seus colegas acerca da prática corrente do estofo, tanto sobre a natureza e utilização de materiais, como nos aspectos técnicos do ofício. Uma das suas grandes preocupações reside na importância de saber como usar os padrões dos tecidos.” Cf. WHITEHEAD, John – *French Interiors of the 18th Century*, p. 210 (trad. do autor).

⁶⁸⁰ No caso da moldura das costas da cadeira, os pregos percorriam os recortes da moldura, por influência do “gosto francês do estilo Luís XV”. Cf. PINTO, Maria Helena Mendes – *José Francisco de Paiva ensamblador e arquitecto do Porto [1744-1824]*, p. 132.

⁶⁸¹ Relativamente à passamanaria, nos inventários orfanológicos, estudámos muitas referências a “*frangas de retrós*”, “*galões e borlas de ouro fino*”, “*franja de ouro fino*”, “*frangas de linha*” e “*frangas de linha de nozinhos*”. Vd., por exemplo, A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo do Cardeal Patriarca D. Tomás de Almeida, 1754, Letra C, Maço 82, Caixa 803, f. s./n.º e A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo do Desembargador António Joaquim de Pina Manique, 1796, Letra A, Maço 120, f. 45.

⁶⁸² Na Casa de Abrantes, num restauro de seis tamboretos, foram utilizados “*2 milheiros e meio de cravo dourado a 1800 cada milheiro*”. Cf. A.N.T.T., *Arquivo da Casa de Abrantes*, Livro 108, f. s./n.º.

⁶⁸³ Cf. WHITEHEAD, John – *French Interiors of the 18th Century*, p. 210.

transporte. Estas qualidades, associadas aos menores custos de construção e manutenção, fizeram preferi-las, sempre que existia um evento no interior da casa que obrigava à existência de grande número de lugares sentados. Para esta função, acresce, ainda, que aquelas cadeiras tinham um menor tamanho, uma vantagem que não devemos subestimar quando o número de convivas é muito elevado.

A palhinha, com uma decoração que se opunha à sobriedade imposta pelos tecidos, conquistou as residências lisboetas. Por oposição ao anterior monolitismo, entendeu-se assim, que a modernidade se consubstanciava em cores contrastantes, que não passariam despercebidas aos olhares dos convidados.

Este gosto por uma paleta cromática mais rica está bem patente num conjunto de dezoito cadeiras executadas em caixa de açúcar “*de palhinha pintadas de roxo claro c/filetes brancos e a palhinha pintada de branco e verde*”. Na mesma residência, a de António Joaquim de Pina Manique, algumas outras não resistiram aos tecidos, como sucedeu com um grupo de “*doze cadeiras em madeira de nogueira douradas e pintadas, assentos e costas de palhinha, com almofadas de cabaia cor de fogo e capas de pano branco guarneçadas de franja de linha*”⁶⁸⁵.

Os modelos dos pés das cadeiras reflectem, igualmente, novas tendências decorativas. No período estudado, ainda encontramos os pés de garra e bola, que corresponderão, genericamente, aos “pés de cabra” ou “de garra” que nos são descritos pelos avaliadores do século XVIII. Todavia, estes modelos mais antigos vão sendo substituídos pelos “*pés de voluta*” e “*pés direitos*”, de influência francesa⁶⁸⁶, e pelos “*pés à grega*”, que exponenciam o Neoclassicismo enquanto nova gramática decorativa, que se imporá em Portugal no último quartel do século XVIII, mantendo-se em voga no primeiro quartel de Oitocentos.

⁶⁸⁴ “(...) nome que se dava e ainda se dá ao encanastrado feito de duas tiras de casca de junco da Índia com que se guarnecem os fundos e costas dos móveis de assento – se generalizou e tornou usual nas nossas cadeiras de tipo corrente e mesmo nas de luxo.” Cf. PINTO, Augusto Cardoso – *Cadeiras Portuguesas*, p. 106.

⁶⁸⁵ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo do desembargador António Joaquim de Pina Manique, 1796, Letra A, Maço 120, n.º 204, f.190 e 42v.

⁶⁸⁶ Cf. PINTO, Augusto Cardoso, *Cadeiras Portuguesas*, pp. 93-100.

A par das cadeiras, ocupando igualmente uma grande diversidade de lugares no interior da casa, encontramos muitos outros móveis de assento, tais como os canapés e os tamboretos, que, geralmente, seguiam modelos decorativos idênticos às cadeiras, acima descritas⁶⁸⁷.

Também os leitos⁶⁸⁸, pelo aparato que proporcionam no interior da casa, foram móveis marcantes na decoração dos interiores de uma residência nobre, conferindo grande sumptuosidade ao quarto onde estavam instalados. A sua importância era de tal forma significativa que é comum encontrarmos a expressão “*casa da cama de estado*”⁶⁸⁹, que era um quarto onde, em muitas ocasiões, no século XVIII e ainda no século XIX, seriam recebidas algumas visitas, apesar da tendência ser, como veremos adiante, para o quarto se tornar cada vez menos um lugar de recepção.

Os leitos foram construídos, principalmente, em madeira de pau-santo e, ao contrário do que sucedeu com muitos outros móveis, tentou impedir-se que fossem pintados⁶⁹⁰, numa tentativa de evitar o uso de uma madeira de qualidade inferior, posteriormente ocultada pela pintura.

Os leitos apresentam, durante o reinado josefino, uma cabeceira decorada com uma folhagem assimétrica e flores soltas que vão alternando com motivos concheados⁶⁹¹. A talha, neste período, tornar-se-á mais baixa, substituindo o gosto pela talha alta que tinha vigorado no reinado de D. João V. Quanto às aplicações de ouro também se assiste a uma

⁶⁸⁷ Vd. FRANCO, Carlos – *O mobiliário das elites de Lisboa na segunda metade do século XVIII*, pp. 71-75.

⁶⁸⁸ O leito “*consta de hum catre com quatro columnas, ou pilares altos, & taboas sobre que se põem a cama, armas e com cortinas.*” Cf. BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário Portuguez e Latino*, vol. 5, p. 74. No período estudado entende-se por leito, exclusivamente, a parte de madeira ou metal que o constitui.

⁶⁸⁹ Vd., por exemplo, A.N.T.T., *Arquivo da Casa de Rio Maior*, Maço 44, f. 2.

⁶⁹⁰ “*Item outro sy serem avisados os pintores desta cidade que elles nam pintem nenhuns leitos nem peças de madeira pera venderem sallyo pintaram os lleitos e outras obras de madeira que lhe mandarem os donos das tais obras pintar e nam compraram os ditos lleitos e outras obras de madeira para as pintarem e depois as tornarem a vemder ao povo so pena de qual quer que o contrario ffizer pagar a dita penna de dous mill reais e dez dias de cadea quatro de Janeiro de 1553 [...]*”, Cf. LANGHANS, Franz-Paul – *As Corporações dos Ofícios Mecânicos*, vol. 1, pp. 464-465. Tentou evitar-se “*que a pintura de leitos e catres servisse para encobrir a má qualidade da madeira utilizada e, também, uma execução pouco cuidada.*” Cf. FERRÃO, Bernardo – *Mobiliário Português*, vol. 2, p. 92.

⁶⁹¹ Cf. NASCIMENTO, J.F. da Silva – *Leitos e Camilhas Portugueses subsídios para o seu estudo*, p. 62.

diminuição substancial⁶⁹², tendendo a desaparecer enquanto elemento decorativo, porque a situação económica o exigia.

Quanto ao modelo das pernas existente nos leitos, constatamos a existência de uma evolução significativa. Nos modelos mais recuados ainda as encontramos “torneadas”, mas vão surgindo muitos outros, classificados como “de cabra”, de garra” e “de talha” que indiciam a adesão a novas modas europeias⁶⁹³, nomeadamente o modelo de “pé de cachimbo”⁶⁹⁴ que teve a sua origem em França e encontrou uma grande adesão junto da marcenaria portuguesa.

As ligações entre as diversas partes que constituem um leito são feitas através de elementos metálicos. Estas ferragens, em tons de amarelo, que vulgarmente eram de latão e de bronze, dependendo da qualidade do móvel, à semelhança da pregaria existente nas cadeiras e de outras ferragens que encontramos na generalidade das peças de mobiliário, constituíam um elemento decorativo relevante pelo contraste que proporcionavam.

No reinado de D. Maria I, as cabeceiras passarão a ter os embutidos⁶⁹⁵ e marchetados⁶⁹⁶, como principal elemento decorativo, e tendem a tornar-se mais circulares⁶⁹⁷, anunciando o modelo de cabeceira redonda que estará em voga no século XIX.

A talha, que tinha tido uma importância decorativa muito grande, dará lugar a partir do último quartel do século XVIII, a “ornatos” muito simples, formados “*por um laço, florão*

⁶⁹² Cf. NASCIMENTO, J.F. da Silva – *Leitos e Camilhas Portugueses subsídios para o seu estudo*, p. 63.

⁶⁹³ “(...) as novas pernas de joelheiras entalhadas, terminadas em pata ou bola e garra” suportam “colunas mais adelgaçadas e elegantes, caneladas verticalmente, estriadas ou torneadas em espiral, intercaladas de nós guarnecidos de talha ou simples anilhas de latão dourado”. Cf. NASCIMENTO, J.F. da Silva, *Leitos e Camilhas Portugueses subsídios para o seu estudo*, p. 55.

⁶⁹⁴ Cf. NASCIMENTO, J.F. da Silva – *Leitos e Camilhas Portugueses subsídios para o seu estudo*, p. 62.

⁶⁹⁵ Estes motivos decorativos eram, geralmente, “*estilizações da flora portuguesa à mistura com aves exóticas.*” Cf. NASCIMENTO, J.F. da Silva – *Leitos e Camilhas Portugueses subsídios para o seu estudo*, p. 62.

⁶⁹⁶ “O marchetado é por sua vez a reunião de peças de madeira (ou de outros materiais como marfim, metal, tartaruga, etc.) previamente recortados fora do espaço onde vão ser inseridos (como se de um puzzle se tratasse). Após o corte na serra circular, as peças são colocadas normalmente de fora para dentro e de maneira a constituir um painel.” Cf. FREIRE, Fernanda Castro – *Mobiliário*, vol. 2, p.33.

⁶⁹⁷ A cabeceira de leitos e catres passa a ter um “*formato oval de emoldurados paralelos e almofada lisa ou guarnecida de um simples cordão de pérolas.*” Cf. NASCIMENTO, J. F. da Silva – *Leitos e Camilhas Portugueses subsídios para o seu estudo*, p. 67.

ou urna donde partem grinaldas de talha vazada”⁶⁹⁸ e as assimetrias que haviam caracterizado o movimento rococó desaparecem, dando lugar a uma decoração simétrica e, conseqüentemente, menos exuberante.

Os leitos acompanhavam, assim, o movimento de maior simplicidade decorativa imposto pelo neoclassicismo, onde se fazia prevalecer os valores da unidade do conjunto em detrimento de imposições mais individuais.

Para além do mobiliário de assento e dos leitos que ocupam lugar privilegiado na organização geral do espaço, devemos relevar a cómoda, que tem um papel determinante na disposição decorativa que é feita junto das paredes.

Aquelas, na segunda metade do século XVIII e, ainda, no primeiro quartel de Oitocentos eram um móvel pouco comum, que, neste período, se tornou pertença quase exclusiva de grupos sociais economicamente diferenciados. As madeiras, de qualidade superior, utilizadas no seu fabrico, o pau-santo e o vinhático, as pedras, que lhes compunham o tampo e as ferragens postas nas gavetas, são um sinal inequívoco do estatuto dos seus encomendadores.

No reinado de D. José I, as formas das cómodas, com as suas gavetas de bojo que significa que a frente do móvel “*sahe mais para fora, como barriga*”⁶⁹⁹, eram idênticas às do reinado anterior. No período mariano, a grande moda foram as cómodas marchetadas⁷⁰⁰ que eram as mais luxuosas.

Quanto aos modelos dos pés, seguiam a tendência de outros móveis que temos vindo a referir anteriormente, havendo-os de garra, de cabra e entalhados, entre outros⁷⁰¹.

Uma outra novidade que emergiu neste período foi a cómoda-papeleira. Este móvel, preferencialmente construído em madeira de pau-santo ou em nogueira, possui um corpo

⁶⁹⁸ Cf. NASCIMENTO, J. F. da Silva *Leitos e Camilhas Portugueses subsídios para o seu estudo*, p. 67.

⁶⁹⁹ Cf. BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário Portuguez e Latino*, vol. 2, p. 142.

⁷⁰⁰ “*Os revestimentos folheados e marchetados segundo composições geométricas tornaram-se bastante vulgares no mobiliário de D. Maria I*”, Cf. PINTO, Maria Helena Mendes – *Móveis. In Artes Decorativas Portuguesas no Museu Nacional de Arte Antiga séculos XV/XVIII*, p.114.

⁷⁰¹ Vd. FRANCO, Carlos – *O mobiliário das elites de Lisboa na segunda metade do século XVIII*, p. 102.

superior de duas meias portas. Segue uma gramática decorativa idêntica à cómoda e seria colocada, no interior da casa, em lugares mais íntimos.

Outros móveis vão emergir e ganhar importância, no decurso da segunda metade Setecentos e primeiro quartel do século XIX. No que aos móveis de conter ou guardar diz respeito, devemos referir os armários guarda-loiças e as cantoneiras. Com decorações comuns, ambos apresentam um corpo inferior, geralmente com duas meias portas de madeira, que resguardavam os objectos dos olhares, e um corpo superior de “caixilhos de vidraças” mais próprio para a exibição das pratas, das porcelanas e dos vidros.

Nas pequenas salas adjacentes aos salões, que se transformam em lugares destinados a proporcionar encontros e desenvolver actividades de entretenimento, emergirão pequenas mesas que servem de apoio aos lugares sentados.

Estas pequenas mesas em madeira de pau-santo ou outras consideradas de qualidade superior, decoradas com faixas de outras madeiras, de modo a conseguir tons contrastantes, caracterizavam-se por ter um pé central com três pernas equidistantes, denominado “pé de galo”. A grande maioria tinha uma pequena gaveta, num claro sinal dos tempos em que se pretendia que poucos móveis ficassem isentos de lugares de arrumação. Muitas delas, para cumprir de forma plena a função de guarda, tinham uma fechadura e a respectiva chave.

Quanto ao tampo, existia uma grande variedade: redondo, oval, quadrado ou recortado⁷⁰². As muitas possibilidades do seu formato permitiam uma grande diversidade decorativa e aumentavam a versatilidade funcional destas pequenas mesas. As de tampo redondo seriam as mais íntimas e as que mais aproximavam todos aqueles que se sentavam à volta delas.

As residências tinham de estar preparadas para a entrada de grandes grupos, pois os eventos em casa começaram a proliferar. Para este efeito, surgem mesas de abas que cumpriam a sua função, na medida em que podiam aumentar o seu tamanho quando abertas e deixar a sala “arrumada” quando fechadas. Para além disso, surgiram as

⁷⁰² Vd. FRANCO, Carlos – *O mobiliário das elites de Lisboa na segunda metade do século XVIII*, p. 119.

denominadas mesas “*de gaiola*”⁷⁰³, com um pé central e grade no tampo, que estiveram muito em voga, pois, quando não estavam a ser utilizadas, podiam ser encostadas a uma parede, ocupando um espaço diminuto. A nova decoração estava, assim, preparada para receber grandes grupos nestas residências onde a sociabilidade estava a emergir. Estas mesas, à semelhança de todas as que possuem aquela tipologia de pé, tinham ainda a vantagem de arrumarem, com facilidade, as cadeiras à sua volta, logo, eram promotoras da conversa e da proximidade entre os convivas.

As mesas, maiores ou menores, tinham lugar reservado em quase todos os espaços da casa. As diferenças de forma, de materiais e de qualidade de execução dependiam muito da função e dos lugares que lhes estavam destinados.

O leito, como vimos anteriormente, era um móvel paradigmático em termos de aparato e sumptuosidade. Todavia, pouco a pouco, pela força da natureza das mudanças ocorridas no interior da casa, irá deixar de ser o móvel de ostentação, por excelência, cedendo o seu lugar ao tremó⁷⁰⁴ que marca presença nos salões, que doravante, são os principais espaços de recepção,

O tremó era constituído por um corpo inferior, composto por uma mesa de encosto ou consola⁷⁰⁵, onde se apoiava o corpo superior formado por uma moldura de espelho⁷⁰⁶,

⁷⁰³ Estas mesas, inventadas em Inglaterra têm um mecanismo que “*consiste em dois quadrados de superfície horizontal, ligados por quatro pequenas colunas torneadas. A superfície inferior tem um orifício onde encaixa a coluna de suporte que remata com ranhura onde entra uma cunha que trava a rotação do tampo. O quadrado superior é ligado ao tampo por duas peças, e nele um trinco metálico circular permite travá-lo e segurá-lo à “gaiola”*”. Cf. FREIRE, Fernanda Castro – *Mobiliário*, vol. 2, p. 213.

⁷⁰⁴ “A palavra tremó deriva do francês *trumeau*, que é um termo de arquitectura e significa a parede sólida que fica entre duas janelas ou aberturas. Com este significado só foi usado em França a partir dos finais do século XVII. Até então, era usada a expressão “entre janelas” (...).” Cf. MARQUES, Maria da Luz Vasconcelos e Sousa Paula – *Mobiliário Português de Aparato do Século XVIII credências, consolas e tremós*, vol. 1, p. 48. “Se em França o tremó, inicialmente, pôde ser considerado um “móvel de arquitectura” porque constituído, exclusivamente, pelo espelho que se apoiava no silhar da “boiserie”, em Portugal, pela presença de azulejos e a ausência de apainelados nas paredes das salas, aquele móvel ter-se-ia afirmado somente quando mesa e espelho já eram considerados uma peça única.” Cf. FRANCO, Carlos – *O mobiliário das elites de Lisboa na segunda metade do século XVIII*, p. 125.

⁷⁰⁵ “(...) consola corresponde a uma peça saliente destinada a sustentar uma estátua ou um vaso e ainda a servir de apoio a uma cornija ou sacada. Alargando-se ao mobiliário, aplicou-se a mesma palavra para designar as mesas de encostar às paredes dos compartimentos e sobre as quais se colocavam, como adorno, quaisquer objectos.” Cf. LOPES, Carlos da Silva – *Estudos de História do Mobiliário*, p. 49.

⁷⁰⁶ Os espelhos, agora integrados nesta nova construção, começam a adquirir uma muito maior importância, podendo ser formados por dois ou por três vidros (...). As molduras possuíam ainda, muitas vezes,

geralmente oval. Estes dois corpos que eram independentes, tornavam-se num móvel único pela adopção de uma mesma decoração que assentava na talha dourada ou, em alguns casos, pintada, nos frisos à grega, nos perlados e urnas que, apesar de algumas ambiguidades, vão denunciando uma presença mais assídua do gosto neoclássico. Outro elemento decorativo, as pinturas “de países”⁷⁰⁷ figuravam na parte superior, por cima do espelho (Doc. 28).

Mais tarde, ao longo do primeiro quartel do século XIX, começaremos a encontrar muitas referências à presença de tremós executados em madeira de mogno ou murta⁷⁰⁸, onde a grande mancha constituída pelos tons da madeira, é contrastada pela superfície espelhada e alguns elementos metálicos em tons de amarelo. Também as pedras que assentam no corpo inferior, neste período, são, geralmente, em tons de cinzento ou de negro, ao contrário das que encontramos anteriormente, que eram, sobretudo, em tons marmóreos mais claros.

Realce-se que o último quartel do século XVIII vê surgir a pedra, nomeadamente o mármore, enquanto elemento decorativo importante, sendo comum a execução dos tampos das cómodas, das consolas e das mesas-de-cabeceira, naquele material. O gosto vigente privilegiou os tons mais claros ou com grande cromatismo como sucedeu com as pedras provenientes da Arrábida. Mais tarde, no primeiro quartel do século XIX optou-se pelos tons de negro.

3.1.2. Os Têxteis

A par dos móveis, os têxteis desempenham um papel fundamental, quando nos referimos às casas das elites (Doc. 67). Os tecidos eram um bem luxuoso, sinal de uma distinção de que não se podia prescindir, pela intuição de que desde a roupa branca às sedas e damascos, todos indiciavam o nível económico, as exigências e o gosto existente numa

luminárias como é o caso do tremó “*com duas arandelas de dois lumes cada uma*”. Cf. FRANCO, Carlos – *O mobiliário das elites de Lisboa na segunda metade do século XVIII*, p. 126.

⁷⁰⁷ Pinturas de “*arvoredos, prados, fontes, casas de prazer, e outros aprazíveis objectos do câpo.*” Cf. BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário Portuguez e Latino*, Vol. 6, p. 187. Esta pintura era executada sobre tela ou cobre, de formato rectangular ou oval. Cf. MARQUES, Maria da Luz Vasconcelos e Sousa Paula – *Mobiliário Português de Aparato do Século XVIII credências, consolas e tremós*, vol. 1, p.51.

⁷⁰⁸ Cf. FRANCO, Carlos – *O mobiliário das elites de Lisboa na segunda metade do século XVIII*, p. 127.

residência. São bens muito polivalentes e um importante ícone de ostentação, pelo seu elevado preço, contendo a valência do conforto, na medida em que atenuam as agruras de quaisquer temperaturas mais extremas, proporcionando ambientes muito decorativos e acolhedores, pelas texturas e manchas de cores que exibem. Por último, estão desde sempre associados ao entesouramento e à imprescindibilidade no contexto organizativo de uma casa, para além de poderem ser transacionados com relativa facilidade.

Acresce, ainda, que os tecidos tinham a virtude de encobrir o mobiliário construído em madeiras de inferior qualidade ou em mau estado de conservação. No caso português, parece ter havido um evidente gosto que tudo vestiu, merecendo uma obstinada crítica de Beckford quando se referiu a esta moda, que considerou incompreensível e apanágio de algumas casas portuguesas, pois “*bastava a vista destas mesas assim vestidas para nos fazer transpirar, e não sou capaz de atinar com o demónio que tentou os Portugueses a inventar tão bolorenta moda, odiosa em toda a parte (...). Este costume de vestir saias às cómodas e às mesas é quase geral, pelo menos nas habitações reais*”⁷⁰⁹.

Apesar disso, em algumas casas de Lisboa, nota-se alguma carência na representação dos têxteis para fins decorativos. Os tecidos importados eram muito caros, tal como alguns de fabrico português⁷¹⁰, como sucedia com “*as melhores sedas e cetins que são boas e espessas, embora sem brilho e extremamente caras*”⁷¹¹.

⁷⁰⁹ Cf. BECKFORD, William – Diário de William Beckford em Portugal e Espanha, p. 43.

⁷¹⁰ Apesar dos esforços que vinham a ser desenvolvidos para desenvolver a indústria, como se constata neste “Alvará de 6 de Janeiro de 1802, pelo qual o Príncipe Regente N. S. houve por bem confirmar 24 condições que lhe foram propostas pelos Negociantes Jacinto Fernandes Bandeira, João António Lopes Fernandes, Joaquim Pereira d’Almeida, Gaspar Pessoa Tavares, Carlos Francisco Prego, João da Silva Mendes e António José Ferreira, como base de uma nova Sociedade, denominada Real Companhia do Novo Estabelecimento para as Fiações e Torcidos das Sedas: estabelecendo também quatro prémios de 1600\$ réis cada hum para aquellas pessoas, que mais se distinguirem na plantação de amoreiras, e criação de casulos”. Cf. *Gazeta de Lisboa – Suplemento*, n.º 5, 5 de Fevereiro de 1802. “Havendo S.A.R. mandado estabelecer três Casas de criação do bicho da seda nos sítios do Campo Grande, e das Amoreiras junto ao Arco das Aguas Livres, e nos Olivaes, para servirem de Escola, e exemplo aos seus fiéis vassallos desta Corte, e subúrbios, anúncio-se ao Público os referidos sítios, para que possam ir observar, quando lhes parecer, a facilidade, e simplicidade da mesma criação; esperando que no anno futuro imitem este Real exemplo, para se propagar hum Estabelecimento, de que se espera a riqueza, e vantagem nacional”. Cf. *Gazeta de Lisboa – Suplemento*, n.º 20, 20 de Maio de 1803.

⁷¹¹ Cf. BAILLIE, Marianne – *Lisboa nos anos de 1821, 1822 e 1823*, p. 113.

Os salões e salas de recepção, a par dos quartos de dormir, constituíam os lugares onde se encontram em maior quantidade, sendo a decoração dominada pelos tons e texturas dos tecidos mais sumptuosos, destacando-se os de Damasco, os veludos, as sedas e as chitas, entre vários outros.

As grandes manchas de cor que envolvem portas e janelas em conjugação com os tecidos dos estofos e, nalguns casos, com os forros das paredes, conseguem, pela repetição de um mesmo tom e dimensão das áreas abrangidas, uniformizar a decoração de uma sala.

Os tecidos, caindo lisos a ocultar portas ou passagens ou armando-se ondulados junto às janelas, criam um ambiente envolvente, muito ao gosto da sociedade de Setecentos, que elegeu fartos e ondulados panos para cobrir corpos e paredes. Esta decoração fecha o espaço do salão, não permitindo que a atenção se desvie e obriga o visitante a concentrar-se na exuberância daquele que, doravante, pretende ser o mais digno espaço de recepção existente na casa.

Se é certo que os tecidos proporcionavam cenários grandiosos, não era menos importante a sua função de contribuir para o conforto das residências. Na primeira metade do século encontramos, com frequência, as casas forradas a couro, um material que se usava para forrar as salas, como sucedia na residência do cardeal D. Tomás de Almeida onde registamos a existência de “*uma casa com as paredes todas cobertas de couro dourado e de várias cores com pássaros e ramos*”⁷¹².

Ao longo da segunda metade de Setecentos a moda do couro começou a ser substituída pelos tecidos, sendo vulgar a existência de “*armações de casa*” neste material. Os modelos mais tradicionais eram formados pelos panos de Arras⁷¹³, que encontramos, por exemplo,

⁷¹² Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo do Cardeal Patriarca, D. Tomás de Almeida, 1754, Letra C, Maço 82, Caixa 803, f. s./n.º.

⁷¹³ “*As primeiras tapeçarias que da Flandres vierão a Portugal se deu este nome porque as primeiras fábricas foram estabelecidas na cidade de Arras, e por isso ainda hoje alguns lhes chamam panos de Arrás.*” Cf. BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário Portuguez e Latino*, vol. 7, p. 113.

em casa do conde da Ponte, onde existia uma “*armação com montaria, de cinco panos de rás com 5,5 côvados de queda e uma quarta de roda*”⁷¹⁴.

Estes panos, de pujante efeito decorativo, pela sua grande dimensão e temas que neles se desenvolviam mantiveram-se em voga até relativamente tarde. D. José Trazimundo, marquês de Fronteira, nas suas memórias, refere-se-lhes, relatando-nos que, quando ia a casa do conde de Resende entrava numa “*primeira sala, guarneçada de magníficos panos de arrás e de talhas da Índia*”⁷¹⁵.

Julgamos, contudo, que por ocasião de algumas remodelações, estes panos poderiam ser sacrificados como parece ter sucedido no palácio da Anunciada, dos condes de Rio Maior, onde os “*7 Pannos de Tapeçaria que contem a Historia Romana na Occasiao dos Sabinos, forão para Évora*”⁷¹⁶. Estes panos apresentavam uma desvantagem do ponto de vista decorativo e de organização do espaço, pois, pela sua dimensão, ocupavam praticamente a totalidade da parede, impedindo que a eles se encostassem alguns móveis, como é o caso da cómoda, por exemplo, pois cortaria a perspectiva das figuras que no pano se expunham.

As paredes de muitas casas passaram a ser integralmente forradas com tecido, como é o caso da “*seda de damasco de cor amarela com que se acham forradas as paredes da sala principal*”⁷¹⁷ da residência de Pina Manique. As salas, assim decoradas, eram muitas vezes identificadas pela cor do seu revestimento, surgindo, frequentemente, as designações de “*casa amarela*” e de “*casa encarnada*”⁷¹⁸.

Para além desta decoração que se pretende mais duradoura, existiam outras, por ocasião de eventos especiais, onde se recorria aos têxteis, enquanto principal elemento decorativo.

⁷¹⁴ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo do conde da Ponte, José António de Sousa Saldanha de Meneses e Castro, 1785, Letra C, Maço 82, Caixa 6, f. 151.

⁷¹⁵ Cf. BARRETO, D. José Trazimundo Mascarenhas – *Memórias do Marquês de Fronteira e Alorna*, vol. 1-2, pp. 70-71.

⁷¹⁶ Cf. A.N.T.T., *Arquivo da Casa de Rio Maior*, Maço 44, Doc. 37, f. 2.

⁷¹⁷ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo do desembargador António Joaquim de Pina Manique, 1796, Letra A, Maço 120, n.º 204, f. 91.

⁷¹⁸ Vd., por exemplo, A.N.T.T., *Arquivo da Casa de Rio Maior*, Maço 44, f. 2-2v.

Assim sucedeu, com um banquete onde “o salão estava armado com cassa branca, a imitar uma tenda”⁷¹⁹.

Este gosto de forrar as paredes prolongou-se muito no tempo, tendo tido a concorrência do papel, que era um material que tornava a obra muito menos onerosa e revelava, também, uma grande eficácia ao conseguir encobrir paredes envelhecidas e permitir mudanças de decoração mais frequentes.

No primeiro quartel do século XIX, foram permanecendo estas tendências, mas a moda das pinturas nas paredes à maneira de Pillement constituiu uma alternativa que obteve bastante adesão. Aqui, mais uma vez, encontramos o gosto por uma decoração maximalista, onde se procura uma cobertura exaustiva dos espaços, seguindo a tendência de valorizar e focalizar as atenções, exclusivamente, no interior.

Esta técnica decorativa era muito exuberante e permitia a criação de ambientes muito cénicos, como se intui pela descrição de Beckford, relativamente ao salão da casa do marquês de Marialva, “*pintado por Pillement*”⁷²⁰, onde as copas das árvores decoravam o tecto, tornando esta sala, “*no género, das mais nobres e mais agradáveis*”⁷²¹.

Marian Baillie também se mostrou impressionada com a forma “*como as paredes de todos os quartos estão pintadas a fresco*” acrescentando que as referidas pinturas “*são de longe preferíveis aos mais elaborados papéis franceses*”⁷²².

Se as cores dos tecidos, como referimos anteriormente, nomeiam as diversas salas de uma residência, também estas pinturas, muito frequentemente, identificavam a sala. Neste caso,

⁷¹⁹ Cf. BAILLIE, Marianne – *Lisboa nos anos de 1821, 1822 e 1823*, p. 181.

⁷²⁰ Jean-Baptiste Pillement nasceu em Lyon em 1728. Ter-se-ia fixado na Península Ibérica durante a maior parte da década de 1780. Em 1784-86 teria permanecido em Lisboa, onde os seus trabalhos foram muito apreciados. Cf. ARAÚJO, Agostinho – Jean Pillement: plenipotenciário da arte francesa junto de várias cortes da Europa. In *Jean Pillement – O Paisagismo em Portugal no século XVIII*, pp.43-59. Pillement, durante a sua permanência em Portugal efectuou diversos trabalhos de pintura mural “*influenciando muitos dos nossos artistas, como Manuel da Costa ou Joaquim Marques, que souberam adaptar esta linguagem decorativa ao panorama artístico, contribuindo para a sua divulgação nos espaços privados lisboetas.*” Cf. BRAGA, Sofia Ferreira – *Pintura Mural neoclássica em Lisboa* Cyrillo Volkmar Machado no palácio do duque de Lafões e Pombeiro-Belas, p.44.

⁷²¹ Cf. BOMBELLES, marquis de – *Journal d'un Ambassadeur de France au Portugal 1786-1788*, p. 88, trad. do autor.

⁷²² Cf. BAILLIE, Marianne – *Lisboa nos anos de 1821, 1822 e 1823*, p.63.

era reconhecida pela função a que se destinava. As paredes decoradas com instrumentos musicais, por exemplo, indicam-nos que poderemos estar numa sala destinada a ouvir música, enquanto as pinturas com flores ou aves, nos podem remeter para uma sala de jantar.

Para além dos forros das paredes, os tecidos encontram-se, sobretudo, representados na cobertura de portas, janelas e móveis, constituindo-se como elementos determinantes na construção e unidade decorativa de uma sala. Referimo-nos aos reposteiros, às bambinelas, às denominadas “*portas de cortinas*”, às sanefas, às cortinas, às coberturas das mesas e aos estofos (Quadro II).

Quadro II
Têxteis na Decoração dos Espaços Lisboetas

Matéria	Tipologia	Decoração	Cores/tons	Origem
Damasco	Reposteiros e sanefas Estofos Armações de leito Armações de casa Almofadas Colchas Rodapé do leito	Com galão Com franjas Com galão e franjas Com espiguiha ⁷²³ Com panos de retrós Armas da casa Bordado de matiz	Carmesim Amarelo e Encarnado Verde Roxo Várias cores Azul Alvadio	Itália China Índia França
Tafetá	Bambinelas Cortinas Colchas Rodapé do leito	Com franja de retrós Com galão de retrós Com folhos Com espiguiha de ouro	Carmesim Encarnado Verde Azul Cor de ouro	
Veludo	Sanefas Cortinas Estofos	Com franja e galão Armas da casa	Carmesim Encarnado	

⁷²³ “Renda com pontinhas de linho, ou seda, ou fio de ouro e prata. Também dão este nome ao galãozinho muito estreito.” Cf. SILVA, António de Moraes – *Dicionário da língua portuguesa*, vol. 1, p. 551.

Quadro II (cont.)

Têxteis na Decoração dos Espaços Lisboaetas

Matéria	Tipologia	Decoração	Cores/tons	Origem
Caça ⁷²⁴	Cortinas Bambinelas Armações de cama	Lavrada Com retrós Com riscas em cobra Com estrelas Com folhos Com franja de linha Bordada De xadrez De raminhos	De listas Encarnado	
Chita ⁷²⁵	Colchas Armação de leito Bambinelas Armação de sala Capas de estofos Forro de cabeceira Rodapé do leito	Com ramos Com riscas Com franjas Com folhos	Azul Branco Encarnado Branco e encarnado Verde Cor de rosa Roxo	Índia Inglaterra Portugal
Cetim	Colchas Estofos Bambinelas Armação de leito Forro de cabeceira	Bordado de matiz Bordado de ouro Bordado de cores Bordado de pássaros Com ramos e flores Com flores Com listas Com franja de ouro Com franja de retrós	Branco Verde Carmesim Azul Cor de pérola Amarelo Encarnado Roxo Cor de rosa	Índia China Macau

⁷²⁴ “Pano branco que vem da Índia”. Cf. BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário português e latino*, vol. 2, p. 23.

⁷²⁵ Em Lisboa, existiam diversas fábricas de chitas, como por exemplo, a “*Fabrica de Estamparia de Chitas, sita a S. Sebastião da Pedreira*” ou a “*Fabrica de Chitas, no sitio dos Toucinheiros, a S. Francisco de Xabregas (...)*”, ou a “*fabrica de Estamparia de Sacavem*” que “*se mudou para a rua dos Fanqueiros, junto do Convento dos Marianos, nas casas de hum só andar.*” Cf. *Gazeta de Lisboa* – n.º 36, 8 de Setembro de 1801, *Gazeta de Lisboa* – Segundo Suplemento, n.º 40, 10 de Outubro de 1801 e *Gazeta de Lisboa* – n.º 2, 12 de Janeiro de 1802, respectivamente.

Quadro II (cont.)

Têxteis na Decoração dos Espaços Lisboaetas

Matéria	Tipologia	Decoração	Cores/tons	Origem
Rás	Panos avulsos Armação de casa	Folhagens e figuras Com montaria Temas bíblicos Temas históricos Artes liberais Meses do ano		
Algodão	Cortinas Colchas	Com franja. Guarnecido com cassa. Com cercadura de seda	Branco. De listas.	Índia Portugal Malta
Nobreza ⁷²⁶	Cortinas Bambinelas Armação (Forro) de casa Armação de cama Colcha Rodapé do leito	Com franja de retrós Com galões de retrós Guarnecida com tiras Guarnecida com fita Bordada de prata	Encarnado Verde Branco Cor de fogo Carmesim Amarelo	
Seda	Cortinas Dosseis Armações de casa Colchas	Com galão e espeguilha Com galão	Branco Amarelo Várias cores	Itália
Pano rei	Cortinas Armações de cama	Guarnecido com chita Guarnecido com cambraia		
Linho	Colchas	Com franja Bordado de retrós Bordado com lã	Branco	Portugal
Cambraia	Cortinas Forro de casas Estofos	Com galão de seda	Azul Cor de cana	Índia
Bretanha ⁷²⁷	Cortinas	Com barras de chita		França

⁷²⁶ “É o nome de certo pano de seda.” Cf. BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário português e latino*, vol. 5, p. 732.

⁷²⁷ “Pano de linho que no vem da Bretanha.” Cf. BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário português e latino*, vol. 2, p. 189.

Quadro II (cont.)

Têxteis na Decoração dos Espaços Lisboaetas

Matéria	Tipologia	Decoração	Cores/tons	Origem
Droga ⁷²⁸	Sanefas Estofos	Com ramos Com franja de retrós	Branco	Índia
Fustão ⁷²⁹	Colchas	Bordado Com franja		

Fonte: A.N.T.T., Inventários Orfanológicos (1750-1830).

Quanto aos tons escolhidos, julgamos que a preferência assentava numa decoração que privilegiava a conjugação de um mesmo tom, procurando-se na repetição o impacto decorativo. Por esta razão, a “*caza da cama de estado forrada de damasco carmiz*” tinha, para além das paredes forradas em damasco carmesim, “*6 bambinellas de Damasco, 4 cadeiras de braços forradas de Damasco, 4 tamboretas com costas e assentos tão bem de Damasco*”⁷³⁰. Constatamos, também, que a procura da unidade, para além da utilização exaustiva de um mesmo tom, implicava a escolha de uma mesma tipologia de tecido.

No caso dos têxteis que cobriam portas e janelas, a uniformidade era quebrada pelas decorações que lhes eram aplicadas, nomeadamente, os galões⁷³¹, franjas, espiguihas e bordados. Esta quebra era maior quando estas aplicações eram em tons de ouro e quase insignificante quando se optava pelo mesmo esquema cromático e uma mesma textura. Na segunda metade do século XVIII, o tecido e o tom que mereceram a preferência das casas nobres lisboetas foi, respectivamente, o Damasco e o carmesim⁷³².

⁷²⁸ A droga ou droguete é uma “*casta de pano, tecido com linho e lã, ou com linho e seda*.” Cf. BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário portuguez e latino*, vol. 3, p. 306.

⁷²⁹ “*Lençaria de linho ou algodão fina tecida de cordão*”. Cf. SILVA, António Moraes – *Dicionário da língua portuguesa*, vol. 2, p. 71.

⁷³⁰ Vd., por exemplo, A.N.T.T., *Arquivo da Casa de Rio Maior*, Maço 44, f. 2v.

⁷³¹ Temos notícia da existência em Lisboa de fabricantes estrangeiros de galões como é o caso, por exemplo, de “*hum fabricante estrangeiro de galões, que mora defronte das casas do Excelentissimo Marquez d’Alorna na rua do Quelhas*”. Cf. *Gazeta de Lisboa* – Segundo Suplemento n.º 45, 9 de Novembro de 1799.

⁷³² “*O carmim vende-se ordinariamente em pequenos papeis. Dous, ou tres destes se lanção em hum vaso, e se dissolvem com agua pura. Esta cor compõem-se das féculas Vermelhas do sangue da cochenilha, as quaes na agua se preparão humas das outras. Para as unir, e dar á tinta a consistência, sem a qual se não poderia empregar, devem deitar-se-lhe algumas gotas de agua de gomma, e assucar candi*.” Cf. SAMPAYO, Diogo

Este esquema, que valoriza as grandes manchas de um mesmo tom e a repetição, não deve ser dissociado de um programa de repetições que encontramos, com alguma constância, na decoração das residências lisboetas deste período, como veremos adiante.

Os tapetes que cobriam o chão são, também, um outro elemento têxtil com bastante significado do ponto de vista decorativo e económico. Os que existiam em maior quantidade nas casas lisboetas e, por esse motivo, nos parecem ser os mais apreciados, eram as “*alcatifas da Índia*”⁷³³, seguidas pelas da Pérsia⁷³⁴, “*da terra*”, nomeadamente de Arraiolos⁷³⁵ e, mais esporadicamente, as de França⁷³⁶ ou Inglaterra⁷³⁷.

Se os tapetes persas e indianos parecem ser os mais apreciados aos olhos dos portugueses, os tapetes de Arraiolos⁷³⁸ mereceram um especial apreço por parte de Beckford, que reconhecia uma rara beleza e genuinidade nos desenhos que os compunham⁷³⁹.

Pelo seu elevado preço, provavelmente, os tapetes orientais⁷⁴⁰ não existiam em grande quantidade nas casas lisboetas e muitos dos que estudámos encontram-se em muito mau

de Carvalho e – *Dissertação sobre as cores primitivas com hum breve tratado da composição artificial das Cores*, pp. 125-126.

⁷³³ Vd., por exemplo, A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de Catarina Januaria Laroche, 1786, Letra C, Maço 10, n.º 1, f. 68.

⁷³⁴ Vd., por exemplo, A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de Mariana Isabel Montanhas Ribeiro Soares, 1790, Letra M, Maço 306, n.º 6, f. 52v.

⁷³⁵ Vd., por exemplo, Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo do desembargador António Joaquim de Pina Manique, 1796, Letra A, Maço 120, n.º 204, f. 201.

⁷³⁶ Vd., por exemplo, Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de António de Sá Rebelo Osório, 1802, Letra A, Maço 120, n.º 5, f. 66.

⁷³⁷ Vd., por exemplo, A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo do conde de Peniche, 1830, Letra C, Maço 83, Caixa 6, f. 179v.

⁷³⁸ “Os tapetes de Arraiolos, que retiram a sua designação do nome de uma povoação do Sul de Portugal, são tapetes bordados a ponto cruzado, cobrindo integralmente uma tela de linho. Os exemplares mais antigos situam-se no primeiro terço do século XVII, embora os documentos atestem a produção já nos últimos anos do século XVI.” Cf. PEREIRA, Teresa Pacheco – A colecção e a exposição In HALLETT, Jessica e PEREIRA, Teresa Pacheco (coord.) – *Tapete e Pintura séculos XV-XVIII O Tapete Oriental em Portugal*, p. 19.

⁷³⁹ Beckford, em 1787, visitou a fábrica de tapetes situada na vila de Arraiolos, referindo que nela se empregam trezentas pessoas. Cf. BECKFORD, William – *Diário de William Beckford em Portugal e Espanha*, p. 61.

⁷⁴⁰ “Uma vez que cada passo na criação de um tapete, desde a preparação dos materiais e do desenho à realização do têxtil final, é um trabalho manual, a feitura dos tapetes de nós era sempre complexa e exigente, e não apenas quando tinha que satisfazer as exigências e pedidos de encomendadores das elites; fosse qual fosse o contexto – comercial, de aldeia ou nómada –, os custos do trabalho minucioso tinham de ser pesados em função das pressões do tempo e dos valores de mercado.” Cf. HALLETT, Jessica – O tapete

estado de conservação, constatando-se que estes bens, para além de não se adquirirem regularmente, nem sempre seriam sujeitos aos necessários restauros.

Os tecidos existentes no quarto de dormir também têm a maior importância. Aquele quarto, como sabemos, foi o principal espaço de recepção da casa nobre. No período que estudamos esta função tende a diminuir, o que não significa que em muitas ocasiões aquele espaço não desempenhe esse papel.

O elemento decorativo central do quarto de dormir era o leito, onde se concentravam todos os panejamentos que compõem uma cama. Aqui, apesar da superior qualidade da madeira que era escolhida e de todo um generoso trabalho que envolvia os saberes do marceneiro, entalhador e torneiro, cabia aos tecidos que envolviam o leito prestar o devido tributo à ostentação e ao bem-estar.

Os tecidos eram suportados por uma armação⁷⁴¹ que formava o sobrecéu⁷⁴² e o dossel⁷⁴³, constituído pelas cortinas, que nos aparecem em número de quatro⁷⁴⁴, cinco⁷⁴⁵ ou “*duas cortinas de quatro panos cada uma*”⁷⁴⁶, sanefas e rodapé. Os tecidos utilizados para gerar este aparato podiam ser a seda, a chita⁷⁴⁷, o tafetá, que é um “*panno leve de seda*” cujo nome provém “*do ruído Tif Taf, que faz o que anda vestido desta seda*”⁷⁴⁸, o brocatel, “*panno de seda, que tem a prata tirada por fieira*”⁷⁴⁹, o volante, que “*he hum tecido muito*

oriental in HALLETT, Jessica e PEREIRA, Teresa Pacheco (coord.) – *Tapete e Pintura séculos XV-XVIII O Tapete Oriental em Portugal*, p. 24.

⁷⁴¹ A armação de dossel é uma “*estrutura que pode fazer parte integrante do leito, ou situar-se exteriormente a este, quando suspensa no tecto ou parede. No primeiro caso pode ser fixa, desmontável ou articulada.*” Cf. SOUSA, Maria da Conceição Borges de; BASTOS, Celina – *Mobiliário normas de inventário*, p. 67.

⁷⁴² Designa “*o têxtil suspenso horizontalmente sobre um móvel*”. Cf. SOUSA, Maria da Conceição Borges de; BASTOS, Celina – *Mobiliário normas de inventário*, p. 67.

⁷⁴³ O dossel seria a parte suspensa, no móvel, na vertical. Todavia, os termos sobrecéu e dossel são usados, na grande maioria dos casos, indiscriminadamente para significar a parte têxtil. Cf. SOUSA, Maria da Conceição Borges de; BASTOS, Celina – *Mobiliário normas de inventário*, pp. 67-68.

⁷⁴⁴ Vd., por exemplo, A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo do Cardeal Patriarca D. Tomás de Almeida, 1754, Letra C, Maço 82, Caixa 803, f. s./n.º.

⁷⁴⁵ Vd., por exemplo, A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo do Cardeal Patriarca D. Tomás de Almeida, 1754, Letra C, Maço 82, Caixa 803, f. s./n.º.

⁷⁴⁶ Vd., por exemplo, A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de Mariana Isabel Montanhas Ribeiro Soares, 1790, Letra M, Maço 366, F 31v.

⁷⁴⁷ “*Os Portugueses fabricam algodões estampados, musselinas e chitas, mas ficam muito atrás dos de Inglaterra*”. Cf. BAILLIE, Marianne – *Lisboa nos anos de 1821, 1822 e 1823*, p. 121.

⁷⁴⁸ Cf. BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário Portuguez e Latino*, vol. 8, p. 15.

⁷⁴⁹ Cf. BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário Portuguez e Latino*, vol. 2, p. 197.

*ralo, estreito & comprido, feito de fios de lã, entresachados com canutilho de cor de prata, ou ouro*⁷⁵⁰ e o damasco.

Todos estes panos não eram, exclusivamente, o refúgio para o descanso, o sono ou a intimidade, mas também uma protecção contra o frio e as correntes de ar que se faziam sentir nas casas de Lisboa⁷⁵¹. Quanto às cores utilizadas, as mais comuns eram, por ordem decrescente, o carmesim e o amarelo, seguindo-se o roxo e o verde, entre outras menos significativas.

Muitas destas cores para tingir tecidos tinham um fabrico caseiro, facilitado pela circulação de receitas, como se exemplifica, numa delas, que ensina a “*tingir tafetá*” aconselhando a pôr “*hum pouco de gengibre em agoa em hum tacho e deitar-lhe algum sumo de limão e depois de ter fervido metesse o tafetá dentro*”⁷⁵².

Quanto às salas anexas ao quarto de dormir, femininos ou masculinos, também encontramos a utilização de tecidos. Neste caso, a sua principal atribuição era a de esconder alguns dos muitos móveis, executados em madeira de qualidade inferior, que proliferavam nestas casas mais secundárias.

Para além dos têxteis mais eminentemente decorativos, já referidos anteriormente (Quadro II), encontramos muitos outros que apesar de, aparentemente, não ocuparem um lugar de grande relevo no aparato decorativo, tornam-se imprescindíveis nos momentos mais festivos pela visibilidade que adquirem.

Referimo-nos ao grande grupo da denominada “*roupa branca*”⁷⁵³ (Quadro III), onde sobressaem os jogos de mesa e de cama, que se exibem nas refeições mais cerimoniais e aquando da recepção de visitas por motivos de doença ou após o nascimento de um filho, pois, tal como nos relata Marianne Baillie, “*é costume que as senhoras recebam pessoas,*

⁷⁵⁰ Cf. BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário Portuguez e Latino*, vol. 8, p. 565.

⁷⁵¹ Também em Paris, encontramos estes tecidos a cumprir a mesma função. Cf. PARDAILHÉ-GALABRUN, Annik – *La Naissance de l'Intime*, p. 275.

⁷⁵² Cf. Manuscrito, receita para tingir tafetá, colecção do autor.

⁷⁵³ Os avaliadores, nos inventários orfanológicos, denominam “*roupa branca*” os bens têxteis relacionados com a cama, a mesa da sala de jantar e a higiene.

homens e mulheres, de todas categorias, enquanto estão na cama, retidas por doença (...) apoiada em travesseiros brancos, ricamente debruados com renda”⁷⁵⁴.

Quadro III
Têxteis – “Roupa branca”

Matéria	Tipologia	Decoração	Origem
Linho	Lençóis	Com renda da terra Com folhos de cassa	Guimarães Hamburgo França
	Guardanapos	Adamascado Com franja da mesma fazenda Lavrado Olho de perdiz ⁷⁵⁵ Embainhado Em quadradinhos	
	Toalhas de mesa	Adamascada Com franja da mesma fazenda Lavrado Olho de perdiz Feitio de espinha Feitio de escama	
	Fronhas de almofada e de travesseiro	Com folhos de cassa	
Holanda ⁷⁵⁶	Toalhas de mesa	Adamascada Com rendas da terra	Holanda
	Fronhas de almofada e de travesseiro	Com folhos de cassa Com cassa riscada Lisas	
	Guardanapos	Adamascado	
	Lençóis		
Esguião ⁷⁵⁷	Lençóis	Com folhos de cassa e raminhos Com folhos de cambraia lisa Com franja de França estreita Liso	

⁷⁵⁴ Cf. BAILLIE, Marianne – *Lisboa nos anos de 1821, 1822 e 1823*, p. 233.

⁷⁵⁵ “*Certo lavor que tem a figura de um olho pequeno feito pelos passamaneiros.*” Cf. DOMINGOS, Vieira – *Thesouro da língua portuguesa*, vol. 4, p. 546.

⁷⁵⁶ “*Lençaria fina que vem da Holanda*”. Cf. SILVA, António de Moraes – *Dicionário da língua portuguesa*, vol. 2, p. 362.

⁷⁵⁷ “*Pano de linho, fabricado no Norte, tem quatro palmos de largo e serve para roupa branca.*” Cf. BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário portuguez e latino*, vol. 9, p. 398.

Quadro III
Têxteis – “Roupa branca”

Matéria	Tipologia	Decoração	Origem
		Com cambraia lavrada Com folhos de cassa de flores soltas Com folhos de cassa de riscas	
Esguião (cont.)	Fronhas de almofada e travesseiro	Com cassa riscada Lisa Com cassa bordada Com folhos de riscas	
Algodão ⁷⁵⁸	Guardanapos	Com franja Lavrado Olho de perdiz	Índia Inglaterra
	Toalhas de mesa	Lavrado Com cadilhos ⁷⁵⁹ Olho de perdiz Lavor de espinha De nozinhos	
	Lençóis	Com folhos	
	Fronhas de almofada e travesseiro	Com folhos	
Estopa ⁷⁶⁰	Lençóis		Portugal
	Guardanapos		
Pano da Irlanda ⁷⁶¹	Lençóis	Com folhos	Irlanda
	Fronhas de almofada e travesseiro	Com folhos de cassa de ramos e listas	
Bretanha	Fronhas de almofada e travesseiro	Com folhos Lisas	França
	Lençóis	Com renda tecida	

⁷⁵⁸ Apesar da grande parte das peças de algodão, por nós referenciadas, serem provenientes da Índia e Inglaterra, também é conhecido o fabrico nacional, como, por exemplo, o da “*fábrica de estamparia e de tecidos de algodão, com quarenta e oito teares de lançadeira volante, para tecer qualquer qualidade de fazendas, que foi estabelecida na villa de Setubal por Alvará Regio de 15 de Junho de 1785.*” Cf. *Gazeta de Lisboa* – n.º 40, 2 de Outubro de 1804.

⁷⁵⁹ “*Fios em franja bordando as bordas das alcatifas, etc., da forma de canotilho.*” Cf. DOMINGOS, Vieira – *Thesouro da língua portuguesa* vol. 2, p. 26.

⁷⁶⁰ “*A parte mais grossa do linho, que fica no sedeiro.*” Cf. DOMINGOS, Vieira – *Thesouro da língua portuguesa*, vol. 3, p. 431.

⁷⁶¹ Este pano, assim denominado, corresponderá a peças de linho que eram importadas da Irlanda, à semelhança do que nos indica o anúncio onde se diz que “*Em casa de João Mac. Mahon, na travessa do Corpo Santo, escada n.º 11, está para se vender, por preços commodos, huma partida de pannos de linho d’Irlanda, o que oferece huma boa ocasião a quem quizer sortir-se desta fazenda.*” Cf. *Gazeta de Lisboa* – Suplemento, n.º 31, 3 de Agosto de 1804.

Quadro III
Têxteis – “Roupa branca”

Matéria	Tipologia	Decoração	Origem
Brim ⁷⁶²	Lençóis		França Rússia ⁷⁶³
Demetim ⁷⁶⁴	Guardanapos	Lavrado Com risca encarnada à volta	Portugal
	Toalhas de mesa	Lavrado Com risca encarnada à volta	
Pano da Flandres	Toalhas de mesa	Com palmas pelo meio e tarjas De raminhos Adamascada	Flandres
Cambráia	Toalhas de mesa	Com renda da terra Com folhos de cassa	Holanda
	Lençóis		

Fonte: A.N.T.T., Inventários Orfanológicos (1750-1830).

Os “jogos de mesa” constituídos, maioritariamente, por uma toalha com “uma dúzia de guardanapos irmãos”⁷⁶⁵ eram executados, mais comumente, em linho e em algodão. Os que eram designados como sendo de linho de Hamburgo⁷⁶⁶, por exemplo, eram, sobretudo,

⁷⁶² “Espécie de pano crú. Há-o de diferentes qualidades, grosso para velas de navios, e fino para calças, ceroulas, etc.” Cf. DOMINGOS, Vieira – *Thesouro da língua portuguesa*, vol. 1, p. 822.

⁷⁶³ “João Francisco de Figueiredo que mora junto à Ermida da Caridade à Sé N.º 7, tem para vender (...) Brins da Rússia, e Bretanhas finas e superfina, largas e estreitas, e de Hamburgo e de Silesia cru, finas e superfina de 15 varas; varias grosserias ordinárias, cru de Bremen que servem em lugar de estopa da terra e linhajes”. Cf. *Gazeta de Lisboa* – n.º 115, 13 de Outubro de 1809.

⁷⁶⁴ “Carvalho e Companhia, proprietários da Fabrica de Alcobaça, fazem saber que nella se fabricão diversas qualidades de fazendas em algodão e linho, as quaes se vendem por grosso em os seus armazéns na rua da Horta Seca N.º 22, e por miúdo na Rua Nova d’el Rei, na loja N.º 44 defronte de S. Julião. Os géneros que alli se fabricão são os seguintes: Musselinas, Fustões, Acolchoados, Demetins, Setinas, Gangas, Nanquins brancos, e de cores; toalhas de diversos tamanhos, e de hum so panno, adamascadas, de xadrez e de olho de perdiz, com seus respectivos guardanapos. “*Gazeta de Lisboa* – Suplemento, n.º 10, 11 de Março de 1808. Este tecido também é designado por metim que é um “certo tecido de algodão entrançado”. Cf. DOMINGOS, Vieira – *Thesouro da língua portuguesa*, vol. 4, p. 224. “João Evangelista Pereira e Companhia faz saber que na esquina da rua Augusta e Capellistas, N.º 88, tem casa de Fazendas da Índia, e outras de sua Fabrica de lanifícios, como são silesias, droguetes, baetilhas estampadas; e também manufacturas de algodão, como metins, lenços, paninhos de cor para chapéos de sol, sarjas, e vários outros tecidos à imitação de linho, o que anuncia para conhecimento do Público.” Cf. *Gazeta de Lisboa* – n.º 83, 6 de Abril de 1811.

⁷⁶⁵ Vd., por exemplo, A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de Ana Leonarda Xavier de Aguiar, 1794, Letra A, Maço 127, n.º 11, f. 25v.

⁷⁶⁶ A Alemanha, no século XVIII, foi um importante exportador de linho. Os ingleses, por exemplo, também importaram toalhas daquela região. Cf. MITCHELL, David M. – *Le linge de table dans les cours*

“adamascados”⁷⁶⁷, enquanto que os de linho de Guimarães eram “*em feitio de espinha*”, “*linho lavrado*”, “*em quadradinhos*” ou “*de vários labores*”, apresentando ambos, regularmente, “*franja da mesma fazenda*”⁷⁶⁸.

Quanto às dimensões destas tolhas, nos inventários estudados, surgem referências à “*marca grande*”, “*meã*” e “*pequena*”, quando é pretendido designar, genericamente, o tamanho grande, médio e pequeno. Muitos outros, dão-nos indicações mais precisas. Assim, a toalha de mesa mais pequena que encontrámos, quanto ao comprimento, media cerca de uma vara⁷⁶⁹ e três quartos e a maior atingia as nove varas e meia. No que diz respeito à largura, teriam entre uma e três quartos a duas varas.

Relativamente aos lençóis e fronhas para almofada e travesseiros, também encontramos o linho e outros têxteis de textura idêntica, enquanto principal matéria. No aspecto decorativo privilegia-se, principalmente, a “*guarnição com cassa*” ou com cambraia, optando-se, preferencialmente pela forma de folhos lisos ou “*riscados*”, mas também existem os bordados e aplicações de renda.

3.1.3. A Prataria

As pratas constituíram um outro bem muito apreciado pelas elites lisboetas, apesar de muitas delas se terem perdido aquando do terramoto. A casa de Rio Maior, por exemplo, “*perdeu toda a sua prata pelo Terremoto de 1755 e pouca ou nenhuma ficou por morte do Sr. Primeiro Conde de Rio Maior João de Saldanha de Oliveira e Sousa, falecido aos 26 de Janeiro de 1804*”⁷⁷⁰.

européennes aux XVII et XVIII siècles, in *XIII Rencontres de l'école du Louvre Tables royales et festins de cour en Europe 1661-1789 Actes*, Palais des Congrès, Versailles, 1994. Paris: École du Louvre, p. 146.

⁷⁶⁷ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo do conde de Peniche, D. Caetano de Noronha, 1828, Letra C, Maço 83, n.º 6, f. 163v. “*Toalhas adamascadas, tecidas com labores que imitam o damasco; costume antigo das mesas portuguesas.*” Cf. DOMINGOS, Vieira – *Thesouro da língua portuguesa*, vol. 1, p. 142.

⁷⁶⁸ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de Henrique José Borges Correia Pinto, 1828, Letra H, Maço 2, n.º 3, f. 22.

⁷⁶⁹ Uma vara mede cerca de 1,10m.

⁷⁷⁰ Cf. A.N.T.T., *Arquivo da Casa de Rio Maior*, Livro 150, f. s./n.º.

A especial predilecção para possuir bens em prata é bem notória na grande diversidade de objectos que se adquirem e que vão desde “*hum a campainha que serve para os três bois com cabo e badalo e o badalo não he de prata, toda lisa*”⁷⁷¹ passando pela intimista “*bacia para alívio toda lisa*”⁷⁷², até aos mais sumptuosos e exibicionistas centros de mesa.

Na construção deste gosto intervieram diversos factores. Destacamos a influência da casa real, pelo gosto que o rei D. José I manifestava por aquele metal, para além da sabedoria de que os objectos executados em prata constituíam um inequívoco sinal de riqueza. Esta exteriorização ainda era mais plena quando as armas da casa ou o nome do proprietário encomendador nela estavam gravados⁷⁷³.

Estas gravações eram feitas em bens muito diversos, pois tanto as podemos encontrar numa “*quleira que serve para o cão gonzada lisa e com armas*”⁷⁷⁴, como numa das muitas salvas existentes em casa da marquesa das Minas⁷⁷⁵.

Para além da gravação dos símbolos heráldicos que representam uma casa nobre assistiremos, a partir de agora, a uma proliferação de “*firmas*” que, muitas vezes enquadradas por cartelas, exibem as iniciais dos nomes de um burguês possuidor de dinheiro que, por mimetismo, reconhece a importância de inscrever uma marca pessoal nos bens argênteos.

Esta moda, muito ao gosto do individualismo burguês, onde se exalta com veemência o nome do proprietário dos bens, recebeu, posteriormente, a adesão de alguns nobres que também optaram por inscrever as suas iniciais, nomeadamente, nos talheres, que tinham uma menor superfície disponível.

⁷⁷¹ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de António Saldanha Albuquerque Coutinho Matos Noronha (1771), Letra A, Maço 141, n.º 6, f. 40v.

⁷⁷² Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de José António da Matta de Sousa Coutinho, 1793, letra J, Maço 499, n.º 3, f. 339.

⁷⁷³ “*Daí a grande frequência da colocação das respectivas simbólicas familiares, não em todas as peças, mas pelo menos naquelas que fossem visíveis em ocasiões especiais, como festas e recepções a visitas da (...) casa.*” Cf. SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e – *A ourivesaria da prata em Portugal e os mestres portuenses 1750 – 1810*, p. 153.

⁷⁷⁴ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de António Saldanha Albuquerque Coutinho Matos Noronha, 1771, letra A, Maço 141, n.º 6, f. 40.

⁷⁷⁵ Vd. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo da 5ª marquesa das Minas, D. Maria Francisca Antónia da Piedade de Sousa, 1787, letra M, Maço 113, n.º 7, f. 17v-18.

A prataria tinha ainda a particular importância de ser um bem facilmente transacionável, como é notório pela leitura das memórias da condessa de Atouguia que, referindo-se à prata do toucador, nos diz que “*mandava todos os dias vender desta prata porção que bastasse para naquella dia eu, meus filhos e família comermos*”⁷⁷⁶.

Uma outra particularidade consistia em conseguir, com um custo que não era muito elevado, o rejuvenescimento das peças que já não agradavam ao respetivo proprietário, pois era prática antiga mandar derreter peças de prata⁷⁷⁷ que tinham caído em desuso, ou deixaram de estar na moda para, com o mesmo material executar outras de maior utilidade ou consideradas mais modernas⁷⁷⁸. Nestes casos, pagar-se-ia exclusivamente o custo da mão-de-obra (Doc. 110).

Realce-se, contudo, que a ostentação permitida pelos bens em prata, ao contrário de muitas outras, existia, exclusivamente, no interior da casa. Era um luxo partilhado inter pares, que se destinava a ser contemplado por membros de um grupo social diferenciado, aquando da realização de uma festa ou de uma qualquer visita mais circunstancial⁷⁷⁹.

Os objectos em prata constituirão os bens existentes numa residência que melhor conseguem aliar aspectos eminentemente decorativos com uma vertente económica, bem expressa nas palavras da condessa de Atouguia quando se refere ao regresso do sogro e nos

⁷⁷⁶ Cf. ATOUGUIA, Condessa de – *Memorias da ultima Condessa de Atouguia*, p. 78. Um anúncio publicado no jornal também nos dá conta de uma transacção que, habitualmente, se fazia com a prataria, quando nele se apela a “*quem empenhasse há mais de 10 annos, na mão do defunto P. Lourenço, Confessor que foi na Patriarcal, dous castiças de prata, falle à Testamenteira do dito Padre, Maria Luiza, que assiste no Recolhimento das meninas Orfans, na rua da Rosa.*” Cf. *Gazeta de Lisboa* – Segundo Suplemento, n.º 38, 26 de Setembro de 1801.

⁷⁷⁷ “*Na Casa do Glorioso Santo António (...) mandou-se fazer da prata que havia desnecessária duas dúzias de ramalhetes com suas jarras, doze galos, doze pavões, trinta figuras lavradas com seus pés, seis vasos para flores (...), entrando nestas peças o mesmo peso de prata que se tirou, e pagando a Mesa de mais os feitos (...).*” Cf. *Gazeta de Lisboa Occidental* – n.º 29, 17 de Julho de 1721.

⁷⁷⁸ D. Pedro III “*Em 1781 ordenou que se derretessem as da Casa do Infantado, que haviam pertencido a Dom João da Bemposta, seu sobrinho bastardo, como filho natural de seu irmão o infante Dom Francisco, e com elas fez executar novas peças de alto valor intrínseco e artístico.*” Cf. COSTA, Luiz Xavier da – *As Belas-Artes Plásticas em Portugal Durante o Século XVIII*, p. 49.

⁷⁷⁹ “*Do ponto de vista histórico, os dados relativos ao período de 1780-86, reflectem na sua totalidade uma certa euforia na procura de metais preciosos. O último quartel do século XVIII é sem dúvida marcado pela ostentação dos consumos. O ouro e a prata, expõem-se ao olhar alheio e assim ajudam a consolidar imagens sociais.*” Cf. MADUREIRA, Nuno Luís – *Ouro e prata: os gestos e os objectos na Lisboa antiga*, in *Ler História*, n.º 20, p. 53.

diz que se alegra “*com a sua chegada, com a ideia de se unir outra vez a casa e tornar para ella os recheios de prata, e desse modo vivermos com o luzimento antigo.*”⁷⁸⁰

A prataria aliava, igualmente, um carácter eminentemente decorativo e o sentido utilitário. Temos, assim, distribuído pela casa um conjunto muito alargado de objectos associados à alimentação, bebida, iluminação, higiene e uso pessoal, onde não existe qualquer fronteira entre utilidade e decoração.

Neste capítulo, escolhemos aqueles que consideramos mais representativos pela sua importância em termos quantitativos e, sobretudo, pelas suas características de execução técnica, pela informação decorativa e pela leitura que nos proporcionam relativamente à evolução dos estilos no período que estudamos.

Relevamos, neste caso, os castiçais, as salvas, as bacias e jarros de águas às mãos, uma peça de grande aparato, a par de muitos outros objectos associados à alimentação e consumo de bebidas que constituíram um grupo considerável da prataria existente na casa nobre lisboeta.

Quanto à decoração dos castiçais encontramos, neste período, ainda uma predominância muito grande dos “lavrados”, seguidos do “feitio antigo”, denotando uma renovação tardia, talvez justificada pelo facto dos castiçais existirem em número muito elevado e da sua deterioração ser relativamente lenta.

Para além disso, muitos deles ainda são referidos como sendo de “*feitio antigo à romana*” parecendo demonstrar que as sugestões romanas, para além de influenciarem a ourivesaria religiosa também se repercutiram na ourivesaria civil.

Desta forma, uma das decorações mais comuns é os lavrados, elegendo-se a concha como principal elemento decorativo. Igualmente significativos, em termos quantitativos,

⁷⁸⁰ Cf. ATOUGUIA, Condessa de – *Memorias da ultima Condessa de Atouguia*, p.24.

encontramos os castiçais lisos, cujo fabrico é característico de um período de transição entre o século XVIII e XIX e nas primeiras décadas deste último século⁷⁸¹.

Para além destes, existem outros que nos apresentam uma decoração “*com gomos*” que indiciam a presença de uma decoração “*rocaille*”, a par dos vazados, pérolas e canelados que são características do neoclassicismo⁷⁸².

Devemos referir, ainda, a existência da heráldica, sendo muitos os castiçais que são referidos como possuindo as armas da casa, o que aliás sucedia com muitos outros bens móveis, independentemente dos materiais em que eram executados.

Quanto ao modelo das bases que muito contribui para a representação do castiçal, as que aparecem com uma maior frequência são as redondas, seguido das oitavadas e das de trombeta.

Os castiçais, na época, denominados de trombeta⁷⁸³ eram assim chamados porque o seu feitio era idêntico a uma trombeta que segundo Bluteau “*é um instrumento de sopro que consta de hum cano de latão, ou prata, retorcido, e mais largo num extremo, que no que se aplica á boca, serve na musica, e para fazer sinaes na guerra*”⁷⁸⁴.

Hoje são muitas vezes denominados castiçais de saia porque a sua base campaniforme invertida e a habitual decoração em espirais mostra notórias semelhanças com aquela peça de vestuário.

⁷⁸¹ Cf. SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e – *A ourivesaria da Prata em Portugal e os Mestres Portuenses: História e Sociabilidade (1750 – 1810)*. Porto: edição do Autor, 2004, p. 157.

⁷⁸² “*De entre os motivos ornamentais neoclássicos, os canelados encontram-se presentes nos mais diversos exemplares, tanto da prataria civil como sacra, constituindo, por vezes, uma parte significativa da superfície decorada. Apresentando-se côncavos ou convexos, de orla contínua ou alternando canelados de maior ou menor dimensão, vão definindo as superfícies de castiçais (por vezes num jogo entre a base, o fuste e a arandela), bules, açucareiros, cafeteiras, entre outras tipologias.*” Cf. SOUSA, Gonçalo Vasconcelos e – Aspectos do neoclássico na prataria portuense. *Poligrafia*. Arouca: Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão, 11/12 (2004-2005), p. 78.

⁷⁸³ “*(...) são considerados das peças mais sugestivas da ourivesaria portuguesa setecentista. Este modelo de castiçal (...) conheceu um enorme sucesso em Itália e na Suíça francesa, espalhando-se com aceitação na Flandres, Espanha e em Portugal, onde se registam numerosos exemplares de excelente qualidade.*” Cf. D’OREY, Leonor – *Ourivesaria*, p. 106.

⁷⁸⁴ Cf. *Diccionario da Lingua Portuguesa* composto pelo Padre D. Rafael Bluteau, reformado e accrescentado por Antonio de Moraes Silva, 1789, vol 2, p. 494.

Exceptuando os castiçais de cariz neoclássico, com pés redondos decorados com pérolas e alguns outros com um formato quadrado, a grande maioria destas bases circulares insere-se nos modelos rocaille, de influência francesa, característicos do reinado de D. José I.

Quanto aos candelabros, que são castiçais onde se aplica braços, designados por serpentinas pelo seu efeito ondulante, seguem, de uma forma geral, a decoração dos outros castiçais daqueles que possuem um único lume, anteriormente descritos (Quadro IV). Encontram-se em menor número porque eram mais caros, pela mão-de-obra e quantidade de prata necessária para os executar e porque a sua dimensão os tornava mais fixos. Devemos referir que as casas eram, geralmente, pouco iluminadas, porque a luz era um bem caro, pelo que a mobilidade dos castiçais e versatilidade na adaptação a qualquer superfície ou sala, tornavam-no o eleito, no que à iluminação diz respeito.

Quadro IV
Castiçais e serpentinas

Tipologia	Modelo da base	Decoração
Castiçal	Redonda De trombeta Oitavada Quadrada Recortada	Lavrado Feitio moderno e liso Feitio antigo Lavrado à romana Vazado
Castiçal com serpentinas	Quadrada De trombeta	Lavrado Com pérolas

Fonte: A.N.T.T., Inventários Orfanológicos (1750-1830).

Também neste caso, à semelhança do que encontramos em muitos outros bens decorativos, existia uma verdadeira obsessão pelo par, ou pelos múltiplos em número par, sendo muito raro encontrarmos castiçais ou candelabros, isoladamente. Poderemos dizer, neste caso, que o par estava intrinsecamente associado ao efeito decorativo pretendido.

Muito associado aos castiçais e candelabros existiam as tesouras de morrões⁷⁸⁵ e a respectiva bandeja. A sua decoração assenta sobretudo nos lavrados⁷⁸⁶ e na forma oval da bandeja, muitas vezes caracterizada pelo termo “*fingindo canoa*”⁷⁸⁷. Sendo um bem luxuoso, encontramos uma percentagem elevada de bandejas que apresentam símbolos heráldicos.

Quadro V
Tesouras de morrões e bandejas

Tipologia	Modelo das bandejas	Decoração
Tesoura e bandeja	Com quatro pés Com três pés	Toda lavrada. Lavrada com flores e gomos Lavrada com conchas e gomos Lisa com armas Com filetes Lisa

Fonte: A.N.T.T., Inventários Orfanológicos (1750-1830).

Igualmente importante pelo número e natureza decorativa eram as inúmeras salvas que, em conjunto com os candelabros e castiçais, formavam um núcleo muito considerável e de grande efeito decorativo, principalmente nos dias de festa onde a sua exposição era maior. Algumas delas estavam associadas ao serviço da alimentação, enquanto muitas outras têm um propósito decorativo mais exclusivo.

O grupo mais numeroso era constituído pelas salvas de três pés, logo seguido, muito de perto, pelas salvas de um único pé, muitas vezes executadas em prata dourada. Depois,

⁷⁸⁵ Estas tesouras tinham uma ponta afiada que servia para espevitir a chama e cortar o pavio das velas. Possuía, igualmente, uma pequena caixa onde se depositavam os morrões.

⁷⁸⁶ No Porto, teria havido diferenças, quanto ao fabrico destas tesouras e bandejas, na medida em que “*as portuenses possuem pequenos desenhos, geométricos ou fitomórficos estilizados definidos em vazado, modelo que não constatamos, pelo menos amiúde, nas peças lisboetas*”. Cf. SOUSA, Gonçalo Vasconcelos e – “Prataria civil neoclássica de Lisboa e Porto: elementos de afinidade e distinção” In *Actas do II Colóquio Português de Ourivesaria*, p. 76.

⁷⁸⁷ Vd., por exemplo, A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de José Eloy da Silva, 1813, Letra Z, Maço 1, n.º 3544, f. 17v-18.

temos as salvas sem pés e, por último, em número muito mais reduzido, as salvas de quatro pés.

Quanto à decoração, ainda encontramos, neste período, um elevado número de peças lavradas e classificadas pelos avaliadores como tendo um “*feitio antigo*”, denotando uma forte presença de modelos executados em períodos anteriores que partilham o espaço decorativo com salvas de gosto neoclássico, que se vai impondo no último quartel do século XVIII⁷⁸⁸, e que são decoradas com “*molduras de pérolas*”, “*meias canas*”, ou “*filetes*”, ou “*lisas com feitio moderno*”.

As salvas de um único pé, muitas vezes com uma decoração lisa, estiveram muito em voga. Tradicionalmente, cabia-lhes a tarefa do serviço das bebidas⁷⁸⁹, tendo sofrido, no decurso do tempo, uma alteração de funções que lhes valeu passarem a ser designadas por salvas-bilheteiras. Julgamos que esta designação só terá surgido muito tardiamente, no decurso do século XIX, coincidindo com uma alteração de funções. A decadência da anterior utilização, deu lugar a uma salva que, pomposamente, era colocada num determinado lugar, e nela eram depositados recados, cartas, documentos, etc., que seriam depois presentes às pessoas importantes de uma casa. Em comum, com a prática anterior, parece ser a sua função de tabuleiro.

Se parece certo que as salvas de um pé são geralmente lisas, persistiam, ainda, muitas outras mais antigas, profusamente trabalhadas como sucede com uma “*salva muito antiga, grande, dourada e de um pé só de tarracha toda lavrada em ornato com figuras de animais e pássaros e carrancas e pela borda recortada em carapetas*” existente em casa

⁷⁸⁸ “O estilo neoclássico vai entrar timidamente no universo das Artes Decorativas em Portugal, com mais clareza a partir das décadas de 1770 e 1780. Todavia, fá-lo ainda em regime de grande compromisso com o gosto rococó, que fará perdurar a sua influência, pelo menos, nos centros principais do País (Lisboa e Porto), até aos finais da década de 1780 e, em alguns casos, com reminiscências ao longo da de 1790.” Cf. SOUSA, Gonçalo Vasconcelos e – Aspectos do neoclássico na prataria portuense. *Poligrafia*. Arouca: Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão, 11/12 (2004-2005), p. 71.

⁷⁸⁹ Designa-se por salva “uma peça de ouro, prata ou outro matéria sobre que se serve ao senhor o vaso, em que se há de beber. Fazer a salva, ou tomar a salva, antigamente era cerimónia nos palácios dos Príncipes. Quando se administrava ao Príncipe a bebida, derramava o Trinchante do vaso em que havia de beber o Senhor alguma parte, sobre hua espécie de pratinho e bebendo ao Trinchante se chamava isto tomar a salva, porque com esta cautela se dava a entender que estava o senhor salvo de toda a traição e veveno, e daí nasceo, que a peça em que se serve o vaso de beber, se chama salva.” Cf. BLUTEAU, Raphael – Vocabulário Portuguez e Latino, vol. 7, p. 456.

da condessa de Ficalho⁷⁹⁰, que, pela descrição, nos remete, eventualmente, para um exemplar executado nos séculos XV ou XVI.

As salvas sem pés são classificadas, muitas vezes, como tendo “*feitio antigo*” e as de quatro pés são, sobretudo “*lisas com feitio à inglesa*”. Estas últimas, à semelhança do que sucedeu, com muitas outras peças de prataria civil executadas em Portugal, terão sofrido influência britânica, que, aliás, vem a ser a tônica dominante⁷⁹¹, depois de no período josefino, a influência ter sido, essencialmente, francesa.

Quanto às representações heráldicas, à semelhança do que encontramos em muitas outras peças de prataria civil, encontramos-as, também, em todas as tipologias de salvas⁷⁹².

⁷⁹⁰ A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo da condessa de Ficalho, Isabel Josefa de Meneses Breyner, 1795, Letra C, Maço 14, Caixa 694, f. 35v.

⁷⁹¹ “A influência britânica faz-se sentir mais profundamente neste ciclo do que a francesa, dada a influência das relações políticas e económicas então desenvolvidas com a Inglaterra e a importância da colónia inglesa estabelecida na cidade do Porto. Numerosos exemplares deste período, sobretudo de prataria civil, como serviços de chá, castiçais, salvas ou gomis e bacias de água às mãos, exemplificam a sábia assimilação do gosto Adam, cuja frieza racionalista é subtilmente atenuada, ilustrando de forma expressiva um dos mais interessantes aspectos da prataria portuguesa do final do reinado de D. Maria I (1777-1816) e da regência e reinado de seu filho D. João VI (1792-1816-1826).” Cf. D’Orey, Leonor – António Firmo da Costa um ourives de Lisboa através da sua obra. In D’OREY, Leonor, coord. – António Firmo da Costa um ourives de Lisboa através da sua obra, p.9.

⁷⁹² “A presença das armas insere-se dentro do espírito barroco e rocaille, traduzidas nomeadamente na figuração das cartelas e do enquadramento das armas com os notáveis concheados.” Cf. SOUSA, Gonçalo Vasconcelos e – *Pratas portuguesas em coleções particulares: séc. XV ao séc. XX*, p. 20.

Quadro VI

Salvas

Tipologia	Modelo	Decoração
Salva de pés	De três pés	Moldura lavrada de conchas Moldura vazada Com pés lavrados Lisa Guarnição fingindo pérolas Com armas Moldura de meias canas Com pés transfurados Moldura recortada com filetes Com conchas e folhagens
Salva de pé	Com pé alto Com pé baixo	Lisa antiga Lisa com gomos no pé e na borda Lavrada Com armas Feitio antigo com moldura de cordão e folhagens Moldura de pinhas Moldura de conchas
Salva sem pés	Sem pés	Feitio antigo Feitio moderno Lavrada Lisa Moldura com folhagens Com armas Moldura de pérolas Moldura de renda
Salva de pés	De quatro pés	Com armas Lisa com feitio à inglesa Moldura vazada Pés em forma de concha Com meias canas Em forma de concha

Fonte: A.N.T.T., Inventários Orfanológicos (1750-1830).

Associadas à higiene encontramos um número significativo de bacias e jarros de água às mãos, aos pés e de jarros e bacias de barba. Com uma decoração semelhante e existindo em

muito menor quantidade, também encontramos, executadas em prata, as bacias de sangria, destinadas a actos médicos.

As bacias ou pratos de água às mãos ou de barba, geralmente acompanhadas de um jarro “irmão” tinham, invariavelmente, a forma oval. Maioritariamente, a parte central do prato era lisa, apresentando elementos decorativos na moldura.

Quanto aos jarros, era muito comum a existência de uma decoração antropomórfica, como, por exemplo, a existência de “*um meio corpo no remate da asa*”.

O grupo menos numeroso era constituído, por ordem decrescente, pelas bacias de água aos pés e as de sangria. Estas últimas tinham a particularidade de terem, muitas vezes, uma tampa.

Quadro VII
Bacias e jarros de água às mãos

Tipologia	Decoração
Bacia de água às mãos	Moldura guarnecida de folhagens 3 Moldura com gomos Moldura levantada Moldura recortada Moldura fingindo pérolas Moldura lavrada Feitio liso Com armas Toda lavrada Moldura vazada Com cartelas
Jarro de água às mãos	Meio corpo na asa Com armas Todo lavrado Com cartelas Com gomos Fingindo pérolas

Quadro VII (Cont.)
Bacias e jarros de água às mãos

Tipologia	Decoração
Bacia de barba	Lisa Moldura recortada Moldura vazada Com gomos Feitio antigo Com armas Com meias canas Forma de concha toda lavrada
Jarro de barba	Com bico de galheta De pés altos Feitio antigo Liso Pé ovado Asa lisa 1 Com meias canas
Bacia de água aos pés	Lisa Com lavrados na borda
Bacia de sangria	Lavrada Lisa Com três pés Com tampa

Fonte: A.N.T.T., Inventários Orfanológicos (1750-1830).

Por ocasião de festas ou outros encontros sociais no interior da casa a prataria relacionada com a alimentação e as bebidas ganha uma enorme importância. Este grupo de bens executados em prata era o mais elevado, em termos quantitativos. Também aqui é notória a evolução do gosto, pois os ideais neoclássicos impuseram-se em todas as superfícies que se sujeitavam à mão-de-obra dos ourives.

O grupo mais numeroso era formado pelas cafeteiras que se associam a novos hábitos de consumo que se desenvolvem ao longo do século XVIII⁷⁹³. As mais apreciadas são as

⁷⁹³ Acerca deste assunto, Vd. SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e – *Artes da mesa em Portugal*, pp. 30-34.

cafeteiras de três pés e “tanto tanto se realizavam para serem integradas em aparelhos de chá e café como para serem vendidas avulsas”⁷⁹⁴.

Associado ao serviço de bebidas e alimentação encontramos os tabuleiros e as bandejas que existiam em número muito apreciável. Os modelos mais comuns eram os redondos, seguido dos ovais e dos quadrados. Alguns deles apresentavam quatro pés que geralmente eram descritos como sendo “pés de garra”⁷⁹⁵.

Os tabuleiros lavrados tinham como principal decoração as flores, nomeadamente as tulipas, “folhagens” ou elementos zoomórficos como sucede com a bandeja de “prata lavrada de feitio antigo com várias figuras de peixes”⁷⁹⁶. Outros, eram maioritariamente lisos apresentando, mais comumente, uma decoração à base de perlados ou gomos, muito ao gosto neoclássico. Constatase que nas bandejas e tabuleiros, como noutros outros objectos executados em prata e destinados ao serviço doméstico, optava-se, por vezes, pela execução em prata dourada.

Os bules fizeram a sua aparição mais tardiamente⁷⁹⁷. Os modelos mais apreciados eram os que tinham um formato oval, seguidos dos que apresentam um corpo quadrado. Quanto aos remates, encontramos especificidades, bem como no lavrado dos bojos⁷⁹⁸. Relativamente àqueles encontramos algumas particularidades, pois alguns deles tinham uma função específica que se repercutia na forma. É o caso do bule com “dois bicos para doentes”⁷⁹⁹.

⁷⁹⁴ Cf. SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e – *A ourivesaria da prata em Portugal e os mestres portuenses 1750 – 1810*, p. 159.

⁷⁹⁵ A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo do conde de Peniche, D. Caetano de Noronha, 1830, Letra C, Maço 83, n.º 6, f. 82.

⁷⁹⁶ A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de Bento Dias Pereira Chaves, 1780, Letra B, Maço 25, n.º 2, f. 81-81v.

⁷⁹⁷ “Os bules mais antigos de que se tem notícia no Porto inscrevem-se dentro do gosto rococó, podendo ser salientados exemplares mais exuberantes e outros mais contidos.” Cf. SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e – *Artes da mesa em Portugal*, pp. 30-34.

⁷⁹⁸ “Nos remates, as pinhas, os ananases, as flores e outros elementos conferem aos exemplares um toque de opulência e exotismo. Nos bojos, os ourives e lavrantes da prata esmeram-se na obtenção de decorações relevadas interligando entablamentos com volutas, rocalhas, flores e outros elementos fitomórficos, a cujo conhecimento não são alheias as gravuras de ornatos e a própria cópia de exemplares vindos do exterior.” Vd., SOUSA, Gonçalo Vasconcelos e – *Artes da Mesa em Portugal*, pp. 33-34.

⁷⁹⁹ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de Bento Dias Pereira Chaves, 1780, Letra B, Maço 25, n.º 2, f. 97v.

Muito associado ao consumo de bebidas, como o café ou o chá, encontramos os açucareiros onde impera a forma redonda, sem prejuízo da existência de muitos outros com uma forma oval, quadrada, sextavada, de urna⁸⁰⁰ ou de canoa. Estas peças poderiam não ter qualquer pé a suportá-las, mas mais comumente encontramos-os com três pés, e alguns outros, somente com um a par de um número mais reduzido que assentava o corpo em quatro pés. Do ponto de vista decorativo são sobretudo lisos, sendo muito comum a existência de um “*remate de flores na tampa*”, apesar de ainda encontrarmos preenchimentos com conchas, pérolas ou meias canas.

Estes modelos de açucareiros, aqui descritos, inserem-se num catálogo próprio da “*escola lisboeta*” que “*foi particularmente rica nos exemplares de formato circular assentes em três pés e com o extremo da tampa em afloramento fitomórfico, podendo evidenciar maior ou menor preenchimento decorativo.*”⁸⁰¹ Alguns deles, seguindo uma influência inglesa, são descritos como tendo “*seu forro dentro de vidro azul*”⁸⁰².

As bilhas para leite ou para água são menos abundantes e apresentam, maioritariamente, uma decoração lisa, onde se privilegia a inscrição de símbolos heráldicos. Algumas delas divergem no formato da boca e na decoração, como sucede com a “*bilha para leite de bojo lisa com armas com bico de galheta com tampa gonzada*”⁸⁰³ e com uma outra de “*prata lavrada, boca larga, a asa com uma cobra enroscada toda lavrada com armas abertas a buril*”⁸⁰⁴. Quanto às chocolateiras, executadas em prata, são pouco comuns nas casas por nós estudadas.

⁸⁰⁰ Este modelo de urna é o “*mais comum do neoclássico portuense.*” Cf. SOUSA, Gonçalo Vasconcelos e – *Artes da Mesa em Portugal*, p. 44.

⁸⁰¹ Cf. SOUSA, Gonçalo Vasconcelos e – *Artes da Mesa em Portugal* SOUSA, Gonçalo Vasconcelos e – *Artes da Mesa em Portugal*, p. 43.

⁸⁰² Vd., por exemplo, A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de José Eloy da Silva (1813), Letra Z, Maço 1, Caixa 354, f. 14v.-15. “*Outra tipologia de açucareiros define-se pelo recurso à forma de balde, com o bojo em vazado ou não, possuindo, no primeiro dos casos e à imagem dos seus congéneres ingleses, um receptáculo em vidro azul, de forma ovóide*”. Cf. SOUSA, Gonçalo Vasconcelos e – *Artes da Mesa em Portugal*, p. 45.

⁸⁰³ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo do conde de Galveias, António de Melo e Castro, 1775, letra C, Maço 32, n.º 725, f. 26-26v.

⁸⁰⁴ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de António Saldanha Albuquerque Coutinho Matos Noronha, 1771, letra A, Maço 141, n.º 6, f. 52.

Quadro VIII
Prataria (serviço de bebidas)

Tipologia	Modelo	Decoração
Cafeteira	De 3 pés 8 Pé redondo Tampa gonzada Asa de pau santo Tampa separada Cabo de ébano À inglesa	Lisa Feitio antigo Pé torneado Lavrada Com folhagens Feito moderno ¹ Com armas Bico lavrado Com pérolas
Bandejas e tabuleiros	Redondo Quadrado Oval Com 4 pés	Lavrado Liso Com flores Moldura vazada e transfurada Feitio moderno Com pérolas Com folhagens Com gomos Feitio antigo
Açucareiro	Redondo Com três pés Com vidro dentro Com pé Urna Forma de canoa Redondo Quadrado 1 Com 4 pés Oval Sextavado	Liso Remate de flores na tampa Lavrado Com pérolas Feitio moderno Com meias canas Transfurado Com armas Com cifra Com remate de pau
Bilha para leite		Meias canas Feitio moderno Com armas Lisa Lavrada Boca larga

Quadro VIII (Cont.)
Prataria (serviço de bebidas)

Tipologia	Modelo	Decoração
Bule	Oval Quadrado Oitavado Redondo Com dois bicos (para doentes)	Liso Feitio à moderna Dourado Com meias canas Com armas Com filetes Com pés de bola Com pérolas Lavrado
Chocolateira		Pé torneado

Fonte: A.N.T.T., Inventários Orfanológicos (1750-1830).

Relativamente aos talheres, começamos a encontrar uma grande quantidade que provém das necessidades do serviço da mesa. Multiplicam-se as refeições mais formais ou, simplesmente, os muitos encontros onde se servia chá com as respectivas torradas que começavam a ocorrer, com uma grande periodicidade, no interior da casa. Na sequência desta abertura ao exterior encontramos um elevado número de talheres, com significativo trabalho de ourives, cuja decoração nos é fundamental para compreendermos as principais tendências decorativas no que à prataria civil diz respeito.

Relativamente aos talheres imperam as decorações denominadas lisas e com filetes. Encontramos, ainda, uma elevada profusão de conjugações de filetes com muitas outras decorações, das quais se destaca os filetes com folhagens ou com conchas, muitas vezes acompanhados de vazados.

Relativamente aos talheres de mesa é muito comum a sua execução em prata dourada, bem como, ocasionalmente, a conjugação com outros materiais, como é o caso dos garfos e facas de “*folhinha de prata com listas de esmaltes verdes*”⁸⁰⁵.

⁸⁰⁵ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de Bento Dias Pereira Chaves (1780), Letra B, Maço 25, n.º 2, f. 101v.

Muitos deles apresentam armas da casa, no entanto, maioritariamente apresentam a chamada firma ou iniciais. A dimensão dos talheres e, sobretudo, a sua aquisição por grupos que tinham importância económica mas que não possuíam qualquer título nobiliárquico, como já referimos anteriormente, justifica a presença de iniciais com o nome e apelido do proprietário em muitos faqueiros (Quadro IX).

Se é certo que encontramos nos talheres de mesa, como vimos acima, o apreço pela conjugação da prata com outros materiais, notamos que no caso dos talheres de servir essa opção decorativa ainda era mais comum. A “*colher de prata de ponche com seus gomos e cabo de barba de baleia*”⁸⁰⁶ ou a “*colher para peixe em prata de 11 dinheiros com cabo de marfim verde*”⁸⁰⁷ exemplificam a multiplicidade de materiais que podemos encontrar, para além dos cabos executados em madeiras exóticas que eram muito vulgares.

Quadro IX
Prataria (Talheres)

Tipologia	Decoração
Talheres de chá, café e açúcar: Colheres de chá, de café e de açúcar	Feitio liso Com filetes Todas lavradas Com vazados Com folhagens e filetes Feitio antigo Com pérolas Com conchas

⁸⁰⁶ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de Bento Dias Pereira Chaves (1780), Letra B, Maço 25, n.º 2, f. 94.

⁸⁰⁷ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo do conde de Peniche, D. Caetano de Noronha (1830), Letra C, Maço 86, n.º 3, f. 64v.

Quadro IX (cont.)

Prataria (Talheres)

Tipologia	Decoração
Talheres de mesa: Colheres, facas e garfos	Com filetes Feitio liso Vazado c/filetes Com folhagens e filetes Com filetes e conchas Com letras Com armas Lavradas Com lavradinhos Com esmaltes Com conchas nos cabos Com conchas e folhagens Vazado com filetes e conchas Com conchas e meias canas Com filetes por cima e por baixo Liso com escaminha na borda Com meias canas Com pérolas Com folha de louro à roda Com filetes e quartões
Concha/colher para sopa	Lisa com filetes Lisa Vazada com filetes Com lavradinhos Com armas Feito moderno
Colher para arroz	Lisa Lisa com filetes Com armas Feito moderno

Fonte: A.N.T.T., Inventários Orfanológicos (1750-1830).

Se é certo que a prataria tinha uma enorme importância no contexto dos bens decorativos de uma casa, a conjugação daquela com as porcelanas orientais proporcionam um ambiente sumptuoso, onde, para além da solenidade decorativa, se é remetido para o cruzamento de

culturas e de vivências familiares, pois é sabido que foram muitos os nobres portugueses que viveram no Oriente.

Noutros casos, quando dispostas a par das porcelanas europeias, exaltam uma moda emergente que já se tinha feito sentir em meados do século XVIII, quando a Casa Real, aquando do leilão dos bens da Casa de Aveiro, optou por licitar a porcelana da Saxónia que existia naquela casa⁸⁰⁸.

3.1.4. As Porcelanas

As casas lisboetas possuíam uma grande quantidade de bens em cerâmica, com especial destaque para a porcelana⁸⁰⁹ que ultrapassa largamente a percentagem de objectos de terracota e constitui, no interior da casa nobre, um dos mais significativos núcleos no que às artes decorativas diz respeito (Doc. 106).

Encontramos uma variada panóplia de objectos. Apesar daqueles que podemos definir como utilitários constituírem o grupo mais significativo, não podemos deixar de realçar a presença de muitos objectos meramente decorativos e de outros que poderemos classificar como artísticos.

Os principais locais de execução foram o Oriente e a Europa. No primeiro, encontramos referências à Índia, China, Japão e Macau. Na segunda região, destacamos a louça da Saxónia, Inglaterra, Holanda, Veneza, Génova e Castela, para além daquela que era fabricada em Portugal e surge denominada como louça da terra.

É nas peças em porcelana que os avaliadores, nos inventários orfanológicos, mais procuraram o rigor e se esmeraram na catalogação de cores. Ficamos assim informados da importância que a definição de tons começava a ter, para além da consciência da riqueza

⁸⁰⁸ Cf. BÍVAR, Luís – *Inventário e Sequestro das Casas de Távora e Atouguia*, p. 62.

⁸⁰⁹ “A existência em Portugal e no Brasil de grande número de peças decorativas e serviços de jantar, chá e café em porcelana da China, vem comprovar que o comércio português deste produto, iniciado no primeiro quartel do século XVI, se manteve durante mais de três séculos, apesar da concorrência das Companhias das Índias Orientais estrangeiras”. Cf. MATOS, Maria Antónia Pinto – *Porcelanas de encomenda histórias de um intercâmbio cultural entre Portugal e a China*. *Oceanos*, número 14, Junho 1993, pp. 54-55.

cromática existente nestes bens e da sua repercussão na construção de ambientes decorativos.

Relativamente à porcelana, os conjuntos que reuniam um maior número de peças eram os “aparelhos”. Encontramos aparelhos de mesa, de chá, de café e de chá, café e chocolate. Os aparelhos de chá⁸¹⁰ eram muito numerosos e poderemos dizer que não havia casa de elite que não possuísse, pelo menos, um serviço destes. Paralelamente, encontramos muitos açucareiros e bules que não estão inseridos em qualquer aparelho.

Os aparelhos de chá eram compostos por um bule, um frasco para chá, uma leiteira, um açucareiro, uma tigela, um prato e, habitualmente, doze canecas com os respectivos pires. Os aparelhos de café e de chocolate que têm uma cafeteira, e uma chocolateira, respectivamente, bem como um número de chávenas e pires à semelhança do aparelho anterior. Estes últimos, todavia, existiam em quantidades mais residuais, porque surgem muitas vezes integrados na baixela, ao contrário dos aparelhos de chá que estão mais individualizados. Para além disso, existia uma grande quantidade de cafeteiras, bules, chocolateiras, bem como chávenas e pires que não estão integradas em qualquer serviço.

Os modelos de chávenas e pires mais comuns são os “de asa” e aquelas que têm uma tampa, são descritas como sendo “altas”. Também encontramos nas chávenas e nos pires uma tão grande diversidade de cores que não se conjugam com outros elementos, que podemos supor que muitas delas eram adquiridas sem estarem integradas nos serviços.

Os frascos para chá são os itens que surgem em menor número, mas a decoração mantém-se consonante com outras peças, porque maioritariamente surgem integrados num aparelho de chá. Os tons⁸¹¹ mais predominantes são o azul e branco, seguido do azul, branco e ouro,

⁸¹⁰ “*Outro factor que contribuiu para o desenvolvimento do comércio da porcelana foi a descoberta do chá chinês pelos Europeus. O consumo de bebidas quentes: chá, café (introduzido na Europa no século XVII) e, mais tarde, o chocolate torna mais necessário o uso da porcelana, visto as pratas reterem demasiado o calor e as faianças serem muito porosas e estalarem com facilidade*”. Cf. MATOS, Maria Antónia Pinto – Porcelanas de encomenda, in MESSINGER, Sylvie; BIANCHINI, Marie-Claude; RAMOS, António, coord. – *Do Tejo aos mares da China uma epopeia portuguesa*, pp. 170-171.

⁸¹¹ “*Para a decoração da porcelana chinesa utilizavam-se corantes (também chamados esmaltes) que, por cozedura, ficavam incorporados na pasta. Trata-se de sais da química em que intervêm metais ou metaloides*”. Cf. CARVALHO, Eduardo Henrique Cansado – A Companhia das Índias e a Porcelana o século XVIII e a “família rosa” in *Oceanos*, número 14 – Junho 1993, p. 85.

encarnado, encarnado e verde, dourado e muitas outras, como podemos observar nos quadros que se seguem.

As terrinas de porcelana oriental apresentam particularidades decorativas que não encontramos em nenhuma outra peça. As figurações zoomórficas estão aqui presentes, constituindo o corpo da terrina, muitas vezes o corpo de um animal, indiciando o alimento que vem dentro dela e se esconde pela existência de uma tampa. É o caso, por exemplo, de “duas patas que servem de terrina com seus pratos”⁸¹². Também quanto às asas e tampas encontramos elementos novos, como sucede com as terrinas “compridas, com suas carrancas em lugar de asas e com seu pé de flor na tampa”⁸¹³.

Em número relativamente diminuto também encontramos tabuleiros em porcelana que seguiam a decoração dos serviços onde estavam inseridos. Alguns deles tinham uma função muito particular como sucede com o “tabuleiro para as púcaras em louça branca com barras de ouro e a firma J. S. L.”⁸¹⁴.

Quanto à porcelana eminentemente decorativa encontramos inúmeras “figuras da China de diferentes tamanhos”⁸¹⁵ as quais, maioritariamente representam animais, com especial destaque para macacos, papagaios, macacos, leões, cães, galos e borboletas⁸¹⁶. Algumas

⁸¹² Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo do conde da Ribeira Grande, D. Luís da Câmara ou D. José Maria da Câmara, 1802, Letra C, Maço 83, Caixa 805, f. 39-39v.

⁸¹³ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo da condessa de Ficalho, Isabel Josefa de Meneses Breyner, 1795, Letra C, Maço 14, Caixa 694, f. 79-79v.

⁸¹⁴ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de Zeferina Clara da Silva, 1805, Letra Z, Maço 1, Caixa 3544, s./n.º f.

⁸¹⁵ Vd., por exemplo, A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de Belchior de Matos Carvalho, 1801, Letra B, Maço 25, n.º 1, f.49v. “A partir de meados do século XVIII muitas estatuetas feitas para o mercado europeu eram copiadas de modelos originários de Delft e de outras fábricas de cerâmica da Europa (Rouen, por exemplo) ou de peças de porcelana de Meissen.” Cf. PESSOA, António Sérgio – A maior colecção de animais “Companhia das Índias” (leilão na Dinastia – 4 de Fevereiro de 1993), *Artes & leilões*, n.º 18, ano 4, fev./março 1993, p. 81.

⁸¹⁶ “(...) Durante a dinastia Qing essas figuras continuaram a ser realizadas para o mercado chinês e emergiu um novo estilo, dedicado ao mercado ocidental, de figuras (humanas ou de animais) pintadas em esmaltes das Famílias Verde ou Rosa, possivelmente em decorrência da aplicação da pintura sobre figuras originariamente previstas para serem em “blanc de Chine”. Cf. PESSOA, António Sérgio – A maior colecção de animais “Companhia das Índias” (leilão na Dinastia – 4 de Fevereiro de 1993), *Artes & leilões*, n.º 18, ano 4, fev./março 1993, p. 80.

delas, para além do efeito decorativo, tinham uma função determinada como se constata com as “*figuras da China que servem para os castiçais de pau dourados*”⁸¹⁷.

Um outro elemento decorativo muito presente na decoração das residências eram as talhas. Os tons das suas pinturas eram idênticos aos que elencámos para as outras peças de porcelana oriental existentes nas residências, anteriormente referidas. As tampas apresentavam, muitas vezes, a figura de um leão. Geralmente assentavam em peanhas de madeira que podiam ser no mesmo tom das talhas como sucede com as “*talhas com tampas acharoadas todas de azul e ouro com pés de madeira redondos pintados de encarnado, azul e ouro*”⁸¹⁸.

As talhas, à semelhança de muitos outros bens decorativos eram dispostas, geralmente, aos pares. Exceptuam-se os casos das talhas que formam um conjunto decorativo com as mangas, passando a ser estas últimas a constituir-se em número par. Assim sucede com o “*jogo de três talhas e duas mangas, azul e oiro, esmaltadas, com mais de um palmo de altura*”⁸¹⁹.

As mangas surgem, muitas vezes, aos pares com uma decoração onde também predominam os tons de azul e branco. Todavia, algumas delas são decoradas com outros materiais, como, por exemplo as “*mangas de bojo de dois palmos de alto, pinturas azul e ouro com os seus embutidos de madreperla com tampas*”⁸²⁰.

A par das talhas e mangas, também encontramos jarras que, habitualmente, servem para pôr flores. Encontramos algumas, também denominadas como jarras, que possuem uma tampa e eram colocadas à semelhança das suas congéneres, em cima de uma mesa, como

⁸¹⁷ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de condessa do Rio Grande, Antónia Maria Francisca de Sá, 1755, Letra C, Maço 61, Caixa 769, f.320.

⁸¹⁸ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de D. Tomás de Almeida, Cardeal Patriarca de Lisboa, 1754, Letra C, Maço 82, n.º 1, f. s./n.º.

⁸¹⁹ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo do Desembargador António Joaquim de Pina Manique, 1796, Letra A, Maço 120, n.º 204, f. 102-102v.

⁸²⁰ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de Luís de Vasconcelos e Sousa, 1801, Letra L, Maço 12, n.º 2, f.78v.

se deduz da descrição que nos dá conta da existência de uma “*uma jarra do Japão em louça escura esmaltada de pôr em cima da mesa com suas tampas*”⁸²¹.

Quadro X
Porcelana oriental (serviço de bebidas)

Tipologia	Decoração	Tons	Local de produção
Chávena e pires Com asa Sem asa Alta De tampa Oitavada	Com barras de ouro Com filetes azul e ouro Recortadas Com pinturas nos ornatos Com figuras Lisas Com flores Com listas Com tarjas Com armas	Azul e branco Azul Branco e matiz Branco e ouro Encarnado Encarnado e verde Verde Dourada Parda Branca Matiz e ouro Adamascada Ouro e verde Preto, branco e encarnado Com salpicos de roxo Cor de café Acamurçada Cor de limão	Índia China Japão Macau
Bule	Com cercadura Com figuras Com flores Com armas	Pardo Azul e branco Matiz e ouro Preto e ouro Branco e ouro Verde e ouro Branco e matiz Adamascado de leite escuro	

⁸²¹ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo do conde de Peniche, D. Caetano de Noronha, 1830, Letra C, Maço 83, n.º 6, f. 131.

Quadro X (cont.)
Porcelana oriental (serviço de bebidas)

Tipologia	Decoração	Tons	Local de produção
Cafeteira	Com tarjas Com figuras Com flores Com armas	Encarnado e verde Verde Preto e ouro Azul e branco Matiz e ouro Ouro e azul Branco e matiz Pardo	
Açucareiro	Com cercadura Com frisos Com flores Com figuras Com firmas Com armas	Azul Preto e ouro Azul e branco com borda dourada Branco e matiz Azul e ouro Adamascado de leite escuro	

Fonte: A.N.T.T., Inventários Orfanológicos (1750-1830).

Os pratos constituíam o grande grupo, seguido pelas chávenas e pires. Existiam pratos de diversos feitios e funções para servir numa mesa cada vez mais exigente. Assistimos, neste período, à criação de múltiplas peças que têm como função prestar um serviço de mesa com cada vez maior requinte e capaz de responder às necessidades emergentes de um luxo que assenta no convívio e num quotidiano que se quer cada vez mais requintado.

Quadro XI
Porcelana oriental (serviço da mesa)

Tipologia	Decoração	Tons	Local de produção
Pratos	Tarjas Com flores Com figuras	Azul e branco Azul Branco e ouro Azul e ouro Encarnado Verde Verde e ouro Pardos	Índia China Japão Macau
Terrinas Comprida Oval Redonda	Com carrancas Com barras Com armas Com firma	Azul e branco Branco e encarnado Várias pinturas Encarnado e dourado Preto e ouro Matiz e ouro Branco e matiz Azul e ouro Cor de pérola	

Fonte: A.N.T.T., Inventários Orfanológicos (1750-1830).

Os pratos estavam muitas vezes integrados em aparelhos de mesa, seguindo as regras decorativas que marcavam as outras peças que compunham o serviço. O seu número variava, consoante o número de pessoas a que ele se destinava. O maior conjunto de pratos de guardanapo que estudámos totaliza duzentos e sessenta e um pratos e está integrado num “*aparelho de louça da Índia com pintura encarnada e dourada*”⁸²². Nalgumas residências não encontramos tão grande número integrados em serviços mas o total de pratos existente é muito avultado.

Em casa do conde do Redondo, por exemplo, existia um “*jogo de mesa com pintura preta*” com cento e noventa e cinco pratos de guardanapo, e, paralelamente, contabilizamos mais

⁸²² Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo do conde do Rio Pardo, 1829, Letra C, Maço 45, Caixa 740, f. s./n.º.

de seiscentos pratos de guardanapo, que não estão integrados em qualquer serviço⁸²³ (Doc. 107).

Alguns pratos grandes surgem com particularidades decorativas que não encontramos muito comumente, como é o caso do “*prato grande azul e branco com coelhos*” existente em casa do marquês de Fronteira⁸²⁴.

Se é certo que a porcelana oriental é maioritária nas residências lisboetas, acreditamos que na segunda metade do século XVIII teria havido uma tendência crescente para adquirir porcelana europeia. Ao analisar os bens existentes nas residências, constatamos que quando avançamos para o século XIX existe uma tendência crescente de peças de origem europeia, nomeadamente da Saxónia, de Inglaterra e de França.

Julgamos poder encontrar o sinal de partida deste novo gosto no leilão dos bens da Casa de Aveiro, já anteriormente referido, onde a casa Real adquiriu uma grande quantidade de peças de porcelana de Saxónia que foram postas em praça⁸²⁵.

Para além do apreço pela porcelana alemã, houve uma grande adesão à porcelana inglesa. Quantitativamente, é a que vai estar mais presente nas casas estudadas, logo seguida da francesa, da alemã e da holandesa. As quantidades provenientes de Génova, Veneza e Castela constituem valores relativamente residuais. De Inglaterra para além da porcelana provinham muitas peças executadas em pó de pedra. Das peças estudadas todas elas se destinam ao serviço da mesa e das bebidas.

Relativamente à louça importada de França, registamos a existência de inúmeros aparelhos de chá, bem como de objectos associados à higiene, como é o caso das bacias. Constata-se, igualmente, a presença de uma grande quantidade de “figuras”, provenientes de França, que atingiam valores de avaliação bastante elevados.

⁸²³ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo do conde do Redondo, Fernando de Sousa Coutinho Castelo Branco e Meneses, 1792, Letra C, Maço 72, n.º 3, f. 25v-28v.

⁸²⁴ Cf. A.N.T.T., *Arquivo da Casa do marquês de Fronteira e Alorna*, n.º 110, Caixão n.º 194, f. s./n.º.

⁸²⁵ Cf. BÍVAR, Luís – *Inventário e Sequestro das Casas de Távora e Atouguia*, p. 94.

Quadro XII
Porcelana Europeia

Tipologia	Matéria	Decoração	Tons	Local de produção
Aparelho de mesa	Pó de pedra Porcelana	Cercadura dourada Filetes Flores soltas Guarnição roxa Atartarugada	Branco Branco e ouro Branco e rosa Verde Azul	Inglaterra
Aparelho de chá	Pó de pedra Porcelana	Cercadura dourada Raminhos Com figuras Com relevos	Branco Branco e ouro Cor de cana Preto Verde Branco e ouro Amarelo Cor de ganga	
Figura	Porcelana		Várias cores Branco	Saxónia
Aparelho de chá		Tarjas Flores	Branco Branco e ouro Azul e branco Acamurçado	
Aparelho de mesa		Flores Lavrados	Branco	
Garrafa		Com figuras Com países	Dourado Branco	
Aparelho de chá Figuras Bacias Aparelhos de mesa	Porcelana	Imitação de Saxónia Com frisos Com filetes Em rede	Branco e dourado Branco, verde e ouro	França
Aparelho de chá Bacias Aparelhos de mesa	Pó de pedra Porcelana		Branco Várias cores	Holanda

Fonte: A.N.T.T., Inventários Orfanológicos (1750-1830).

Quanto à louça fabricada em Portugal, a denominada “*louça da terra*”, tinha características mais utilitárias e pode ser encontrada nas zonas menos nobres da casa. O centro de fabrico

que nos aparece mais referenciado é o das Caldas da Rainha, com as “*talhas verdes para azeite*” que ali eram fabricadas e que existiam em muitas residências neste período.

3.1.5. Os Vidros

A par da cerâmica, os objectos em vidro tinham um lugar relevante nas residências. Muitos têm uma função decorativa, mas, a grande maioria está presente pela utilidade que lhes é inerente. Aqueles que se destinam ao serviço da mesa são muito diversos, destacando-se pelo seu avultado número os copos. Por ordem decrescente de importância, nomeamos os copos para água, vinho, licor⁸²⁶cerveja⁸²⁷, champanhe⁸²⁸, sorvete, chá, entre outros.

Quanto à sua forma, encontramos os que têm “*corpo de cálix*”⁸²⁹, podendo estes cálices ou “*copos de pé*” ter diversos tamanhos, os “*chatos*”⁸³⁰, “*sem pé*”⁸³¹, “*ordinários*”⁸³², os copos ou canecas “*de asa*”⁸³³, “*de duas asas*”⁸³⁴, “*de asa com tampa*”⁸³⁵ (Quadro XIII).

⁸²⁶ Os licores podiam ser “*diversos, de ervas, especiarias, flores e frutos, de confecção nacional e estrangeira e rum.*” Cf. BRAGA, Maria Isabel Drumond – *A Alimentação em Portugal*, p. 58.

⁸²⁷ Era consumida cerveja nacional e inglesa. Cf. BRAGA, Maria Isabel Drumond – *A Alimentação em Portugal*. Sintra: Colares Editora, 2004, p. 57.

⁸²⁸ Para além do champanhe importado, como, por exemplo, o “*vin de champagne mousseux de première calité*” encomendado pelo conde de Vila Nova (Cf. A.N.T.T., *Arquivo da Casa de Abrantes*, Livro 108, f. s./n.º.), existia, também, “*uma espécie de Champagne caseiro à portuguesa, confeccionado com vinho branco e açúcar.*” Cf. BRAGA, Maria Isabel Drumond – *A Alimentação em Portugal*, p. 57.

⁸²⁹ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de Catarina Januária Laroche, 1786, Letra C, Maço 10, n.º 1, f. 69v.

⁸³⁰ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo do conde de Soure, 1796, Letra C, Maço 84, f. 54.

⁸³¹ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo do Cardeal Patriarca D. Tomás de Almeida, 1754, Letra C, Maço 82, n.º 1, s./n.º f.

⁸³² Cf. A.N.T.T., *Arquivo da Casa de Povolide*, Pacote 12, Maço 61, n.º 11, s./n.º f.

⁸³³ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo do conde de Soure, 1796, Letra C, Maço 84, f. 53v.

⁸³⁴ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo do conde da Ponte, 1785, Letra C, Maço 82, n.º 6, f. 115.

⁸³⁵ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo do Cardeal Patriarca D. Tomás de Almeida, 1754, Letra C, Maço 82, n.º 1, s./n.º f.

Quadro XIII
Vidros (serviço da mesa)

Tipologia	Modelo	Decoração	Tons
Copo para água	Sem pé De pé de cálice	De boca dourada Lapidados Lavrados Lisos Com filetes dourados Com ramos dourados Meias canas Com letras Abrilhantados	Dourado Branco Azul Jaspeados
Copo para vinho	De pé de cálice Sem pé	De boca dourada Lisos Lapidados Lavrados	Dourado
Copo para licor	De pé de cálice	De boca dourada Com filetes dourados	Dourado
Garrafa		Douradas Lapidadas Lavradas Com filetes douradas	Dourado
Compoteira		Lapidadas	Azul Dourado Branco
Tigela	Para doce	Gomadas Com flores Adiamantadas	Azul Dourado Branco
Saleiro		Com tampa Com pé decálice	Azul
Copo para cerveja	Grandes De pé	Lapidados	
Copo para champanhe		Lapidados	
Galhetas			Dourado Branco Jaspeadas
Copo para doce			
Copo para sorvete	Compridos		

Quadro XIII
Vidros (serviço da mesa)

Tipologia	Modelo	Decoração	Tons
Caneca	De asa De duas asas Com tampa	Lapidadas	Branco
Chávenas		Lavradas	
Açucareiro			Ouro Azul
Bule			Branco Azul
Mostardeira	Com tampa e colher		
Cafeteira			
Manteigueira	Com tampa		
Aparelho de mesa			

Fonte: A.N.T.T., Inventários Orfanológicos (1750-1830).

Acerca da decoração, com frequência, são “*de boca dourada*”⁸³⁶, “*lapidados*”⁸³⁷ “*abrilhantados*”, “*lavrados*”, “*lisos*”, “*com letras*”⁸³⁸, “*meias canas*”⁸³⁹, “*com filetes dourados*” e “*com filetes ramos dourados*”⁸⁴⁰, “*azuis*”⁸⁴¹, “*de vidro coalhado*”⁸⁴², “*jaspeados e recortados*”⁸⁴³, “*de vidro branco*”⁸⁴⁴ e “*branco cor de leite dourado*”⁸⁴⁵, um

⁸³⁶ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de Belchior de Matos Carvalho, 1801, Letra B, Maço 25, n.º 1, f. 53.

⁸³⁷ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo do conde do Rio Pardo, 1829, Letra C, Maço 45, s./n.º f.

⁸³⁸ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo do conde de Soure, 1796, Letra C, Maço 84, f. 54v. Estes copos possuíam as iniciais do nome do seu proprietário, à semelhança de outros bens que temos vindo a referir.

⁸³⁹ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de José Eloy da Silva, 1813, Letra Z, Maço 1, f. 46.

⁸⁴⁰ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de António Joaquim de Pina Manique, 1796, Letra A, Maço 120, f. 106.

⁸⁴¹ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo do conde de Peniche, 1830, Letra C, Maço 83, f. 137.

⁸⁴² Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo da condessa de Ficalho, 1795, Letra C, Maço 14, f. 72v.

⁸⁴³ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de Bento Dias Pereira Chaves, 1780, Letra B, Maço 25, n.º 2, f. 145v.-197.

⁸⁴⁴ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo do Cardeal Patriarca D. Tomás de Almeida, 1754, Letra C, Maço 82, n.º 1, s./n.º f.

⁸⁴⁵ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo da marquesa das Minas, 1787, Letra M, Maço 113, n.º 7, f. 93.

tom de branco que foi criado no século XVII e que esteve muito em voga no século XVIII, pela pretensão de imitar a porcelana oriental⁸⁴⁶.

Relativamente à sua capacidade, os mais comuns eram os copos de quartilho⁸⁴⁷ e de meio quartilho⁸⁴⁸, de uma canada⁸⁴⁹, de “quase uma canada” e de meia canada⁸⁵⁰.

As garrafas apresentavam, muitas vezes, uma decoração idêntica, pois era muito comum a existência de copos formando um conjunto com aquelas. De entre os vários objectos relacionados com o serviço da mesa, pelo seu número, destacamos, também as inúmeras compoteiras, tigelas e saleiros.

Havia, ainda, os serviços de vidro que englobavam peças mais diversificadas, como é o caso do “*aparelho de cristal com as peças seguintes, a saber: quatro compoteiras sobre o comprido com suas tampas e pratos competentes, onze garrafas com suas tampas, trinta e quatro copos de cálix para vinho, quinze copos maiores também para vinho, vinte cinco copos para água, dezassete copos para lavar as mãos, doze pratos redondos, sete pratos compridos sendo quatro grandes e três mais pequenos*”⁸⁵¹.

Para além destes, encontramos alguns objectos relacionados com a higiene. Os pratos de água às mãos⁸⁵², os “*copos largos*”⁸⁵³, assim designados por se destinarem à lavagem das mãos, os urinóis⁸⁵⁴ e os escarradores⁸⁵⁵, surgiam como os mais frequentes.

⁸⁴⁶ Cf. DRAHOTOVÁ, Olga – *L'Art du Verre en Europe*. p. 144.

⁸⁴⁷ Um quartilho corresponde a meio litro. Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de Catarina Januária Laroche, 1786, Letra C, Maço 10, n.º 1, f. 71 v.

⁸⁴⁸ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de Carlos Brito Magalhães Cunha, 1795, Letra C, Maço 80, n.º 800, f. s./n.º.

⁸⁴⁹ Uma canada é “*uma medida de cousas liquidas como vinho, azeite e contem quatro quartilhos*”. Cf. BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário Português e Latino*, vol. 2, p. 89.

⁸⁵⁰ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo do conde de Soure, D. João da Costa, 1796, Letra C, Maço 84, n.º 808, f. 53v.

⁸⁵¹ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo do conde de Peniche, D. Caetano de Noronha, 1830, Letra C, Maço 83, f. 208.

⁸⁵² Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo da marquesa das Minas, 1787, Letra M, Maço 113, n.º 7, f. 42.

⁸⁵³ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo da marquesa das Minas, 1787, Letra M, Maço 113, n.º 7, f. 93.

⁸⁵⁴ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo do conde de Peniche, D. Caetano de Noronha, 1830, Letra C, Maço 83, f. 213-213 v.

Outros, mais vocacionados para funções decorativas são referidos, nos róis de bens, em número muito residual. De entre aqueles, salientamos, as “*duas figuras chinesas de Homem e Mulher cobertas com mangas de vidro com remate solto do mesmo vidro*”⁸⁵⁶ avaliadas em 8\$000 réis, que se encontravam no palácio do conde de Peniche, D. Caetano de Noronha.

3.1.6. A Pintura

Por último, neste capítulo onde nos referimos em traços gerais às principais linhas decorativas existentes na casa das elites lisboetas, abordaremos a pintura que nelas existia. Esta abordagem não pretende analisar tendências pictóricas ou quaisquer outras avaliações qualitativas, cingindo-se somente à procura dos valores decorativos que lhes estão inerentes pelo impacto nos espaços onde se inserem e a forma como se associam a outros bens mobiliários existentes na casa.

No que diz respeito aos suportes pictóricos e às molduras, fazemos-lhes referência na medida em que constituem elementos decorativos com significado. Por ordem decrescente de importância, descreveremos o papel, a tela, o metal, a madeira, o vidro e a pedra.

Quanto àqueles que são executados em papel, encontramos muitos desenhos feitos a lápis⁸⁵⁷, sendo alguns “*desenhos em lápis vermelho*”⁸⁵⁸ o que quer dizer que estamos perante um desenho a sanguínea⁸⁵⁹. Temos, igualmente, muitas “*estampas de fumo*” que “*são as de preto liso sem riscos de pena ou buril para com sinais dele se imprimir*”⁸⁶⁰ e

⁸⁵⁵ A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo da condessa dos Arcos, D. Juliana Xavier de Noronha, 1830, Letra C, Maço 25, n.º 711, f. s./n.º.

⁸⁵⁶ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo do conde de Peniche, D. Caetano de Noronha, 1830, Letra C, Maço 83, f. 214v.

⁸⁵⁷ Vd., por exemplo, A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de António Joaquim de Pina Manique, 1796, Letra A, Maço 120, n.º 204, f. 72.

⁸⁵⁸ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo do 5º marquês de Nisa, D. Rodrigo Xavier Telles de Castro da Gama, 1784, Letra M, Maço 306, n.º 3, f. s./n.º.

⁸⁵⁹ A sanguínea é “*um lápis avermelhado, compacto, de cor castanho-vermelhada bastante escura, obtido a partir da hematite*”. Cf. CAETANO, Joaquim Oliveira – *Normas de inventário pintura*, p. 108.

⁸⁶⁰ Cf. VIEIRA, Domingos – *Thesouro da língua portuguesa*, vol. 3, p. 793.

muitas outras que são pintadas como é o caso de “*uma estampa de S. Francisco iluminada*”⁸⁶¹.

Outras distinguem-se pela sua cor de base, pois, segundo Cirilo Wolkmar Machado, “*o muito uso do lápis vermelho ou preto sobre papel branco dá huma maneira magra e secca por isso he bom costumar-se sedo a desenhar em papel colorido para aprender a realçar de huma maneira doce*”⁸⁶². É o caso das “*estampas em papel preto de vários santos*” ou do “*painel do descimento da Cruz em papel encarnado*”⁸⁶³. Para além destas, existiam muitas outras executadas em papel da China.

Relativamente aos temas mais comuns, a grande maioria era de natureza religiosa, apesar de existir um avultado número de estampas com retratos⁸⁶⁴. Algumas destas tinham subjacente uma intenção propagandística e ideológica, como se pode inferir do “*painel em papel com a estátua equestre*”⁸⁶⁵ ou de uma “*coleção de estampas de História dos Franceses na Espanha e Portugal*”, mas muitas outras versavam sobre “*vistas da cidade de Lisboa*” ou do Porto, ou “*de países*”. Menos comumente, encontramos temas mais eminentemente sociais, como sucede com a “*soupa económica*”⁸⁶⁶ da autoria de Domingos António Sequeira.

As estampas que se encontravam à venda em muitas lojas de Lisboa tinham origens muito variadas. Podiam ser de fabrico nacional⁸⁶⁷, francesas, inglesas ou “*tiradas em*

⁸⁶¹ Vd., por exemplo, A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo do conde de Peniche, D. Caetano de Noronha, 1830, Letra C, Maço 83, n.º 6, f. 206-206v.

⁸⁶² Vd. MACHADO, Cirilo Wolkmar – *Tratado de Arquitectura & Pintura*, p. 314.

⁸⁶³ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de Luís de Vasconcelos e Sousa, 1801, Letra L, Maço 12, n.º 2, f. 104.

⁸⁶⁴ “*Sahiram novamente bem abertos e bem parecidos os dous retratos da Senhora D. Maria Francisca Benedicta, Princesa do Brasil, Viúva, e do seu defunto esposo o Senhor D. José, para se juntarem à coleção das seis, que já tinha sahido de meia folha. Vendem-se na fabrica de Estampas de Francisco Manoel Pires, no fim do Passeio Público, defronte do chafariz, onde também se acham as duas Estampas grandes da Rainha N. S., e a do Senhor D. José, Príncipe do Brasil.*” Cf. *Gazeta de Lisboa* – n.º 20, suplemento extraordinário, 24 de Maio de 1794.

⁸⁶⁵ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de António José dos Santos, 1794, Letra A, Maço 141, n.º 238, f. 34v.

⁸⁶⁶ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo do conde de Peniche, D. Caetano de Noronha, 1830, Letra C, Maço 83, n.º 6, f. 199.

⁸⁶⁷ “*Nas lojas onde se vendem as Obras estampadas na Impressão Regia, das quaes são Administradores Francisco Tavares Nogueira, na Praça do Commercio, debaixo d’Arcada da Junta; António Xavier o Valle,*

Espanha”⁸⁶⁸, como é o caso de um conjunto de quinze estampas profanas, “*de Inglaterra*”, que pertenceram à condessa de Ficalho onde consta um “*retrato do duque de Lafões*”, um outro “*do príncipe Guilherme Henrique*” e a figura “*de uma mulher a abrir ostras à noite*”⁸⁶⁹.

Existe, igualmente, um grande número de estampas emolduradas, muitas vezes designadas por mapas, que tanto podiam ser mais físicas⁸⁷⁰, como aquelas que retratam, “*diferentes portos e províncias da América*”, ou mais políticas, como é o caso do “*mapa cronológico dos Reis de Portugal, com vidro e moldura dourada*”⁸⁷¹.

Os “*países*” que são “*painéis em que estão representados arvoredos, prados, fontes, casas de prazer e outros aprazíveis objectos do campo*”⁸⁷² são um tema muito comum e apreciado, enquanto as “*flores e os frutos*” sendo representações que vão estando presentes, constituem um número com pouco significado, relativamente a todos os outros que temos vindo a referir.

na Arcada do Conrato, José Pedro da Silva, no lado ocidental da Praça do Rossio (...). Cf. *Gazeta de Lisboa* – Segundo Suplemento, n.º 2, 15 de Janeiro de 1803.

⁸⁶⁸ Vd., por exemplo, A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo da condessa de Ficalho, Isabel Josefa de Meneses Breyner, 1795, Letra C, Maço 14, n.º 694, f. 101.

⁸⁶⁹ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo da condessa de Ficalho, Isabel Josefa de Meneses Breyner, 1795, Letra C, Maço 14, n.º 694, f. 101v.-102v.

⁸⁷⁰ Alguns destes mapas, que estavam muito em voga nas casas lisboetas poderiam ser adquiridos, por exemplo no “*Armazem de Musica estabelecido defronte da fábrica de vidros na rua direita de S. Paulo recebeo ultimamente um sortimento de Cartas Geograficas do Reino de Portugal, divididas em oito Mappas, como igualmente de Musica a mais moderna para todos os Instrumentos, e algumas Voléras Hespanholas para se cantarem com acompanhamento de Guitarra.*” Cf. *Gazeta de Lisboa* – n.º 30, 23 de Julho de 1799.

⁸⁷¹ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo do desembargador António Joaquim de Pina Manique, 1796, Letra A, Maço 120, n.º 204, f. 202v.

⁸⁷² Cf. BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário Portuguez e Latino*, vol. 6, p. 187.

Quadro XIV
Pintura sobre papel

Temas	Molduras
Religiosos	Dourada
Retratos	Preta
Países	Pinho
Mapa (cronológicos e físicos)	Com talha
Flores e frutos	Cor de pedra
Festas	Cor de pérola
Fábulas	Pau-preto
Com armas	Pau-santo
	Roxas com filetes dourados
	Pau de fora
	Pintada
	Branca com filetes dourados

Fonte: A.N.T.T., Inventários Orfanológicos (1750-1830).

Quanto às molduras das obras executadas em papel, eram maioritariamente em madeira de pinho e apresentavam uma grande variedade decorativa. Constatamos, que as mais comuns eram em tom de dourado decoradas com um filete ou um friso numa outra cor. Encontramo-las, assim, conjugadas com os tons preto, de cor de pérola, roxo e verde.

Logo seguido das molduras douradas, aquelas que são executadas em tons de preto são as mais vulgares. De entre estas, destacamos aquelas que são decoradas com um filete dourado, que era a decoração mais apreciada nesta tipologia de molduras. Quanto às molduras pretas acharoadas, estão associados, exclusivamente, às estampas de origem oriental.

As molduras entalhadas e douradas têm, aqui, uma importância menor. Também encontramos molduras a “*fingidas de pedra verde*” que não prescindiam da decoração com filetes dourados. Na mesma casa existiam algumas das mais exuberantes que estudámos,

que foram as “*molduras douradas e pintadas de roxo*” que emolduravam “*cinco pinturas de figuras em papel da China*”⁸⁷³.

Curiosamente, esta tipologia de molduras aproxima-se muito do género decorativo de algumas cadeiras de palhinha anteriormente referidas. Estamos perante um mesmo gosto que aposta na explosão da cor, em detrimento da sobriedade dos tons escuros ou da sumptuosidade que é imposta pelos trabalhos de talha e tons de dourado.

Relativamente às obras executadas em tela, o segundo suporte quantitativamente mais importante, tinham como principais temas a religião e o retrato, à semelhança do que sucede noutros. Os retratos, neste caso, podiam ser de figuras públicas, todavia, o mais comum era os retratados serem os proprietários das casas onde estas pinturas se encontravam.

Assim sucede, por exemplo, com o “*retrato em pano de Manuel Ferreira de Araújo*”⁸⁷⁴ que se encontrava na residência, em Lisboa, deste negociante de grosso trato. A maior novidade das pinturas “*em pano*” talvez resida na grande quantidade de pinturas dedicadas a “*países*”, “*flores e frutos*”, batalhas, peixes e aves, montarias⁸⁷⁵ e marinhas.

Muitos destas pinturas eram da autoria de pintores reconhecidos, como é o caso de um “*painel com o menino Jesus em pé pintado por Josefa de Óbidos*”⁸⁷⁶ avaliado em 12\$000 réis. Noutros casos, eram atribuídos a escolas como é o caso dos muitos existentes em casa do duque de Aveiro, onde se destacam as escolas italiana e flamenga. Muitos outros são

⁸⁷³ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo do desembargador António Joaquim de Pina Manique, 1796, Letra A, Maço 120, N.º 204, f. 68v.-69.

⁸⁷⁴ Cf. A.N.T.T. *Inventários Orfanológicos*, Processo de Manuel Ferreira de Araújo, Letra M, 113, 2772, 1799, f. s./n.º.

⁸⁷⁵ “*Caçada em montes de animais feros, com vozerias de cães, armas e monteiros.*” Cf. *Thesouro da Língua Portuguesa*, vol. 4, p. 311.

⁸⁷⁶ Cf. A.N.T.T. *Inventários Orfanológicos*, Processo do conde da Ponte, José António Saldanha de Meneses e Castro, 1785, Letra C, Maço 82, n.º 6, f. s./n.º. “*Josefa de Ayala e Cabrera, nascida em Sevilha, de pai português, em 1630, radicada desde moça em Coimbra e, depois, em Óbidos, onde trabalhou e faleceu em 1684, é sem sombra de dúvidas, a mais celebrada artista nacional do século XVII.*” Vd. SERRÃO, Vítor – Josefa de Ayala pintora, ou o elogio da inocência, in SERRÃO, Vítor, coord. – *Josefa de Óbidos e o tempo barroco*, p. 13. James Murphy, na sua visita a Portugal, numa referência à pintura portuguesa, elogia a obra desta pintora, quando se refere a “*um retrato pintado por uma senhora portuguesa chamada Josefa que vale toda a coleção.*” Cf. MURPHY, James – *Viagens em Portugal*, p. 89.

cópias como o “*painel sobre pano representando Santa Maria Madalena, cópia de Guido Reni com dois palmos de alto e um palmo e meio de largo*”⁸⁷⁷ avaliado em 4\$000 réis.

Quadro XV

Pintura sobre tela

Temas	Molduras
Religião	Talha dourada
Retrato	Dourada
Países	Preta
Flores e frutos	À romana
Fábulas	Branca com filetes dourados
Batalhas	Parda com filetes dourados
Montarias	Nogueira com filetes dourados
Peixes e aves	Azul
Marinha	

Fonte: A.N.T.T., Inventários Orfanológicos (1750-1830).

As molduras relativas às obras sobre tela eram maioritariamente em talha dourada. São muito sumptuosas, pois muitas delas eram “*todas lavradas*”. Outras são classificadas como sendo “*todas douradas com alguma talha*” ou, então, é referida a existência de “*remates de talha*”. Estas últimas só tinham decoração nos cantos ou, quanto muito, “*conchas nos meios e cantos*”⁸⁷⁸. Também as encontramos douradas, podendo ser lisas ou decoradas em conjugação com os tons de cor de pérola.

As molduras em tons de negro tinham, geralmente, filetes dourados ou filetes e cantos entalhados e dourados. Neste grupo que emoldurava as telas não encontramos molduras com uma paleta cromática muito variada, como sucede as que se destinam às estampas. As mais diferenciadas, neste aspecto, são as molduras brancas com tons de dourado e as que

⁸⁷⁷ Cf. A.N.T.T. *Inventários Orfanológicos*, Processo Letra C, 25, 711, 1814 condessa dos Arcos, D. Juliana Xavier de Noronha, 1814, Letra C, Maço 25, n.º 711, f. s./n.º.

⁸⁷⁸ Vd., por exemplo, A.N.T.T. *Inventários Orfanológicos*, Processo do Cardeal Patriarca D. Tomás de Almeida, 1754, Letra C, Maço 82, n.º 1, f. s./n.º.

encontramos em tons de azul. Quanto às de madeira exótica, também existem em número considerável.

Constatamos que as molduras, numa mesma casa, apresentam uma idêntica tipologia decorativa, sendo comum que numa sala existam várias molduras iguais, numa aparente demonstração de que estamos perante uma inequívoca intenção decorativa.

Quanto à pintura sobre metais, relevamos o cobre, pois as obras executadas em ferro ou chumbo são em número muito diminuto. O principal tema das lâminas que é a designação comum para a “*chapa de cobre com pintura e escultura*”⁸⁷⁹ era a religião. Todos os outros temas que temos vindo a elencar são aqui mais residuais, apesar de ainda encontrarmos alguns que representam flores e outros com cenas de género como é o caso de “*um painel pequeno que representa um velho*”⁸⁸⁰.

Nesta pintura sobre cobre também se registam painéis referidos como sendo cópias como, por exemplo, o “*painel de Nossa Senhora com o Menino cópia da escola de Rubens*”⁸⁸¹. Outros serão originais como é o caso da “*pintura sobre cobre de Rubens que contem a degolação dos Inocentes*”⁸⁸². Outro, sem autor atribuído, é referido como sendo “*original de estilo gótico muito antigo*”⁸⁸³.

A grande maioria das molduras que suportava os metais é em madeira entalhada e dourada, seguidas daquelas que são em madeira dourada e lisa. As molduras em tons de preto têm aqui uma expressão muito diminuta quando comparada com as anteriores.

⁸⁷⁹ Cf. VIEIRA, Domingos – *Thesouro da língua portuguesa*, vol. 3, p. 1254.

⁸⁸⁰ Cf. A.N.T.T. *Inventários Orfanológicos*, Processo do conde da Ponte, José António Saldanha de Meneses e Castro, 1785, Letra C, Maço 82, n.º 6, f. s./n.º.

⁸⁸¹ Cf. A.N.T.T. *Inventários Orfanológicos*, Processo da condessa dos Arcos, D. Juliana Xavier de Noronha, 1814, Letra C, Maço 25, n.º 711, f. s./n.º.

⁸⁸² Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de Luís de Vasconcelos e Sousa, 1801, Letra L, Maço 12, n.º 2, f. 97v.

⁸⁸³ Cf. A.N.T.T. *Inventários Orfanológicos*, Processo da condessa dos Arcos, D. Juliana Xavier de Noronha, 1814, Letra C, Maço 25, n.º 711, f. s./n.º.

Quadro XVI
Pintura sobre metais

Temas	Molduras
Religião	Talha dourada
Flores	Dourada lisa
Batalhas	Preta e preta com filetes dourados (4)
Países	Ébano
Outros	Pau-santo
	Vidro

Fonte: A.N.T.T., Inventários Orfanológicos (1750-1830).

Quanto às molduras executadas em madeira exótica encontramos nesta tipologia um número bastante superior relativamente a outras que temos vindo a estexistentes nas casas lisboetas. Aquelas que se apresentam exclusivamente em tons de negro são em maior número do que as que surgem executadas com tonalidades de negro e dourado. A curiosidade, neste caso, prende-se com a existência de molduras em vidro, que não encontramos em nenhuma outra tipologia de suporte.

No suporte sobre madeira, a grande preferência temática é a religião. Somente na residência do duque de Aveiro encontrámos um núcleo mais alargado de temas profanos.

Quadro XVII
Pintura sobre madeira

Temas	Molduras
Religião	Dourada
Países	Preta
Gado	Talha dourada

Fonte: A.N.T.T., Inventários Orfanológicos (1750-1830).

No caso dos suportes de madeira as molduras mais comuns eram as douradas e lisas, seguidas das molduras pretas que, neste caso, mais raramente recebiam a decoração de

filetes ou frisos dourados. As molduras com talha dourada, bem como outras de madeira exótica ou as molduras executadas em madeira de nogueira existiam em número muito diminuto.

Quanto aos painéis pintados sobre vidro são os únicos, por nós estudados que não têm, maioritariamente, um carácter religioso. Alguns provêm do Oriente, nomeadamente da China, enquanto outros serão europeus como acontece com as catorze pinturas “*burlescas iluminadas em vidro de vários tamanhos com molduras de pinho douradas*” avaliadas em 4\$800 réis.

Quadro XVIII
Pintura sobre vidro

Temas	Molduras
Pintura da China Figuras burlescas Religião	Dourada e lisa Charão

Fonte: A.N.T.T., Inventários Orfanológicos (1750-1830).

Estas molduras são sobretudo douradas e lisas, havendo o registo de muitas molduras acharoadas. A grande propensão desta tipologia, aqui, está associada ao facto de grande parte destas pinturas serem de origem oriental.

Quanto aos trabalhos executados tendo por suporte a pedra, quase na totalidade, têm um carácter sagrado. Relativamente a alguns deles desconhecemos os temas, mas sabemos que deverão ter sido executados no Oriente, pois encontramos-os descritos como sendo de “*pedra de Nanquim*”⁸⁸⁴.

No que diz respeito às molduras, podiam ser, igualmente em pedra como sucede com o “*painel de pedra, moldura do mesmo de Santa Clara*”⁸⁸⁵ ou de madeira como se

⁸⁸⁴ Cf. A.N.T.T., *Arquivo da Casa do marquês de Fronteira e Alorna*, n.º 110, s./n.º f.

⁸⁸⁵ Cf. A.N.T.T. *Inventários Orfanológicos*, Processo de Belchior Matos de Carvalho, 1801, Letra B, Maço 25, n.º 1, f. 22v.

exemplifica na “*pintura em pedra representando o Nascimento do Menino Jesus com moldura toda dourada e alguma talha*”⁸⁸⁶.

Encontramos, ainda, em número bastante reduzido, alguns painéis que tinham como suporte o pergaminho, a prata, a cera, o mosaico, o cetim ou o marfim. Com excepção deste último, que tem os bustos enquanto principal tema, todos os outros apresentam temas de natureza religiosa.

Também é em marfim que encontramos, mais frequentemente, as pinturas de menor dimensão com cerca de 0,5 palmos⁸⁸⁷. As molduras, neste caso, distinguem-se, pois neste suporte são, exclusivamente, em tons de negro. Julgamos que estas últimas pinturas, aparecem com uma maior frequência, nas casas lisboetas, a partir dos primeiros anos do século XIX.

3.2. Aquisições e Restauros

A renovação de bens móveis, nas residências que estudámos, fazia-se através da aquisição, do restauro e, em ocasiões especiais, pelo aluguer. Estas transacções podiam ser feitas em feiras, lojas, oficinas, armazéns, na venda ambulante, através de leilões, de rifas, ou de vendas directas realizadas em residências particulares. Cada um destes tipos de comércio era sujeito a regras, mais ou menos rígidas, e apresentava especificidades e vantagens que os compradores, enquanto principais interessados, conheceriam.

Exceptuando a grande maioria dos objectos de porcelana, em vidro, dos instrumentos musicais, estampas, relógios e os artigos importados, os outros bens seriam, habitualmente, encomendados a um artífice, um “*mestre*” especializado, que após a conclusão do trabalho apresentava uma conta detalhada, onde se discriminava com rigor o valor da mão-de-obra e dos materiais utilizados, sempre que a responsabilidade do fornecimento destes últimos não cabia ao encomendador.

⁸⁸⁶ Cf. A.N.T.T. *Inventários Orfanológicos*, Processo do Cardeal Patriarca D. Tomás de Almeida, 1754, Letra C, Maço 82, n.º 1, f. s./n.º.

⁸⁸⁷ Vd., por exemplo, A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de Luís de Vasconcelos e Sousa, 1801, Letra L, Maço 12, n.º 2, f. 97.

Temos, assim, a solicitação de uma imensa quantidade de ofícios⁸⁸⁸ que, ora através da execução de obra nova, ora pelos restauros, se tornam nos principais concorrentes na criação e manutenção dos bens decorativos de uma residência. Tanto nas aquisições feitas nas lojas, como nas fábricas ou nas encomendas aos artífices, estabelecia-se um relacionamento comercial de alguma continuidade como se constata pela existência de inúmeras compras efectuados sob o regime de fiado, onde o pagamento é muito dilatado no tempo. Estas contas-correntes, geralmente, eram liquidadas ao fim de um ano, no final de um mês, ou após a conclusão de um trabalho relativamente prolongado. Noutros casos, podiam prolongar-se por vários anos.

Em casa do conde da Ponte, por exemplo, em 1785, ainda se encontrava por liquidar um extenso rol de “*dividas contrahidas athe vinte e dous de Abril de mil sette centos outenta e hum*”, onde, entre muitas outras contas devidas a capelistas, mercadores, livreiros e artífices de vários mesteres, se destaca, pelo elevado montante, uma dívida à “*Real Fábrica da Seda (...) contrahida (...) desde trinta de Dezembro de mil sette centos setenta e cinco, athe onze de Abril de mil sette centos outenta e hum , resto de mayor quantia, trezentos quarenta e hum mil , trezentos trinta e hum réis*”⁸⁸⁹.

Estas contas eram apresentadas pelos respectivos fabricantes e pagas pelo criado responsável pelos pagamentos que nalguns casos se designava como “*criado das cobranças da casa*”⁸⁹⁰. Quanto às compras realizadas em lojas ou encomendas mais específicas, para além daquele criado responsável pelos pagamentos⁸⁹¹, também o encomendador se encarregava de o fazer, como parece ter sucedido, em 1781, com a compra feita pela “*Exc. Sra. Condesa de Vila Nova de cento e quarenta e quatro mil réis*

⁸⁸⁸ Algumas destas oficinas tinham um número de trabalhadores relativamente elevado. A oficina de “*João Paulo Antunes mestre fabricante de móveis e semblage*” tinha, por exemplo, em 1825, cerca de sete aprendizes, para além dos diversos oficiais que trabalhavam sob a direcção daquele mestre. Cf. A.H.M.O.P. – Junta do Comércio, *Livro de Matrícula dos Mestres, Officiais e Aprendizes de Fabricantes*, p. 118.

⁸⁸⁹ Cf. A.N.T.T. *Inventários Orfanológicos* – Testamento do conde da Ponte, Letra C, Maço 82, n.º1, f. 27v.

⁸⁹⁰ Cf. A.N.T.T., *Arquivo da Casa de Abrantes*, Livro 108, f. s./n.º.

⁸⁹¹ “*Recebi do Exmo. Sr. conde de Villa Nova quarenta e hum mil oitocentos e cinquenta réis emportancia de vinte sete côvados de brilhante preto que lhe vendy a mil quinhentos e cinquenta réis cada côvado cuja quantia recebi por mão do Sr. José da Silva Bicho creado do dito Exmo. Sr. (...)*” Cf. A.N.T.T., *Arquivo da Casa de Abrantes*, Livro 110, f. s./n.º.

de hum brilhante para a fita”⁸⁹², ou, numa outra casa, com a verba de 57\$600 réis que foi entregue à “*Duquesa para loiça*”⁸⁹³.

Julgamos que nos objectos de natureza mais pessoal, as compras ficariam sob a responsabilidade mais directa dos interessados, conforme nos sugere D. Mariana de Sousa Holstein que “*dans les grandes affaires por amor do casamento da mana Maria*” escreveu “*vou sair para comprar enfeites para mim, para me fazer bonita, e para lhe comprar um presente para ela*”⁸⁹⁴.

Estas transacções movimentavam outros para além do comprador e do artífice ou lojista, pois o transporte dos bens que se adquiriam, por vezes, era assegurado por terceiros como é o caso dos “*49 cabrioles (...) 2 canapés (...) 6 tamboretas*” onde o “*frete dos galegos que conduziram a obra*” teve um custo de \$560 réis⁸⁹⁵, ou dos copos para água, adquiridos pelo conde de Peniche, onde o “*frete dos ditos*” custou \$100 réis⁸⁹⁶.

Exceptuando as aquisições feitas nas feiras, nos leilões e nalgumas vendas particulares, estas contas-correntes são extensíveis a muitas compras, pois, também as encontramos nas lojas, na venda ambulante ou nas fábricas, como se deduz, pela existência de um “*rol da Fábrica da seda até 28 de Julho de 1794*”, no valor de 407\$370 réis, que no dia 22 de Março de 1797, foi apresentado para pagamento, ao administrador da casa de Lafões⁸⁹⁷.

Quanto às feiras, no início da segunda metade do século XVIII, sabemos da existência de uma feira de bens usados com carácter permanente na Ribeira⁸⁹⁸ e uma outra, semanal, com características idênticas, que se realizava às terças-feiras no Rossio⁸⁹⁹, vulgarmente conhecida como “*feira da ladra*”.

⁸⁹² Cf. A.N.T.T., *Arquivo da Casa de Abrantes*, Livro 109, f. s./n.º.

⁸⁹³ Cf. NGM 024 - Lembrança ou Apponto de Despezas (Abril 1812 a Abril 1813).

⁸⁹⁴ Cf. HOLSTEIN, D. Mariana de Sousa – *Um olhar feminino sobre Portugal*, p. 282.

⁸⁹⁵ Cf. A.N.T.T., *Arquivo da Casa de Abrantes*, Livro 108, f. s./n.º.

⁸⁹⁶ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos* – Testamento do conde de Peniche, Letra C, Maço 83, n.º 6, f. 9.

⁸⁹⁷ Cf. NGM 002 – *Caixa anno 1797 1º Caderno de 11 de Janeiro até fim de Junho de 1798*.

⁸⁹⁸ Em 1755, por determinação da vereação, o mercado da Ribeira passou a destinar-se, exclusivamente, à venda de comestíveis. Cf. OLIVEIRA, Eduardo Freire de – *Elementos para a história do município de Lisboa*, vol. 1, p. 236.

⁸⁹⁹ Charles Dellon, um estrangeiro que visitou Lisboa no último quartel do século XVII, refere o Rossio, dizendo que “*durante todo o ano se realiza uma espécie de feira, na qual se encontram sempre mercadores*”.

Mais tarde, em 1809, decide-se que esta última devia ser transferida para a Praça da Alegria⁹⁰⁰ (Fig. 25), passando a ocupar uma zona em frente ao chafariz, prolongando-se pelo lado ocidental até ao palácio do marquês de Castelo Melhor. Depois, em 1823, a sua localização viveu um período atribulado, pois foi transferida para o Campo de Santana e, no mesmo ano, voltou para a zona do Passeio Público, num espaço limitado à esquina da Calçada da Glória⁹⁰¹. Permaneceu, então, neste lugar até 1835, tendo sido nesta data, novamente transferida para o Campo de Santana.

Nestas feiras⁹⁰², segundo a observação de Ruders, vendiam-se “*objectos caídos em desuso (...) muitos completamente inutilizáveis*”⁹⁰³, todavia, para além dos objectos de pouco significado, nelas encontraríamos, igualmente, paramentos de igreja, adornos para sala e muitos outros bens, em estado novo ou pouco usados⁹⁰⁴. Talvez por isso, aqueles lugares fossem frequentados pela “*gente baixa (...) mas entre ela também aparecem pessoas finas*”⁹⁰⁵.

em tendas portáteis, semelhantes às que se usam em Paris, na Ponte Nova”. Cf. CHAVES, Castelo-Branco – *Portugal nos séculos XVII y XVIII Quatro Testemunhos (Testemunho de Charles Dellon – De Goa a Lisboa 1676 – 1677*, p. 35. Já no século XVIII, Merveilleux, um outro estrangeiro que viveu em Lisboa, também nos conta que foi “*(...) à Praça do Rossio, onde se encontra à venda tudo o que se deseja, e comprei os móveis necessários. Em menos de trinta horas tinha alojamento e estava instalado sem me faltar nada.*” Cf. MERVEILLEUX, Charles Frédéric de – *Memórias instrutivas sobre Portugal 1723-1726*, in *O Portugal de D. João V visto por três forasteiros*, p. 134.

⁹⁰⁰ A afluência a esta feira seria grande, atendendo ao relato de Carl Ruders que nos diz que as pessoas se viam “*detidas e demoradas pelo aperto*”⁹⁰⁰. Cf. Cf. RUDERS, Carl Israel, *Viagem em Portugal 1798 – 1802*, p. 226.

⁹⁰¹ “*Por edital de 10 de Julho (...) volveu para a Rua do passeio “contando, porém, que o seu princípio seja limitado à esquina da Calçada da Glória na Rua do Passeio; ficando o seu alinhamento por toda aquela rua, praça das Ervas e praça da Alegria, até onde o número dos feirantes for compreensível.*” Cf. OLIVEIRA, Eduardo Freire de – *Elementos para a história do município de Lisboa*, vol. 1, p. 236.

⁹⁰² Estas feiras são herdeiras de um mercado que “*em épocas bem longínquas fazia-se num pequeno largo junto ao castelo de S. Jorge, denominado Chão da Feira*”. Cf. Eduardo Freire de – *Elementos para a história do município de Lisboa*, vol. 1, p. 235.

⁹⁰³ Cf. RUDERS, Carl Israel, *Viagem em Portugal 1798 – 1802*, p. 226-227.

⁹⁰⁴ Vd. OLIVEIRA, Eduardo Freire de – *Elementos para a história do município de Lisboa*, vol. 1, p. 234.

⁹⁰⁵ Cf. RUDERS, Carl Israel, *Viagem em Portugal 1798 – 1802*, p. 226. Marian Baille, também descreve os muitos bens que se vendiam naquela feira. Da sua descrição, destacamos as “*Vestes eclesiásticas, de púrpura e renda, (...) louça velha chocalha contra estribos enferrujados e freios novos e selins (acabados de roubar), botas, calções e barretes de noite contrastam com relógios de ouro, vidraria alemã, leques, colares, gaiolas de pássaros e papagaios. Encontram-se também baús velhos, mobílias novas, cães, canários, grilos vivos em cestos (guardados para animarem a casa com o seu alegre cantar), crucifixos e santos, rosários de madeira e virgens de cera, cavalos, burros e esqueletos humanos.*” estribos. Cf. BAILLIE, Marianne – *Lisboa nos anos de 1821, 1822 e 1823*, p. 171.



Fig. 25 -“Feira da ladra”, Praça da Alegria, Nicolas Delerive, 1801-1810 (M.N.A.A.)

No Campo Grande realizava-se uma outra feira, anual, onde se comercializavam produtos novos e “*onde as barracas dos ourives são mais bem fornecidas e mais numerosas do que quaisquer outras e a apresentação de artigos ingleses é considerável*”⁹⁰⁶. Quanto a este mercado, sabemos, por exemplo, que no dia 1 de Outubro de 1812, o duque de Lafões entregou a quantia de 48\$000 réis à “*Duquesa para hir à feira do Campo Grande*”⁹⁰⁷.

Relativamente às lojas, encontramos-las distribuídas por várias zonas da cidade. Na parte baixa, a sua distribuição foi regulada por decreto promulgado em 1760, concentrando-se, aqui, o núcleo mais significativo, no que concerne ao comércio de bens decorativos.

Assim, nesta nova organização, a rua Nova de El-Rei⁹⁰⁸ acolheu os capelistas⁹⁰⁹ e os mercadores de louça da Índia, de chá e outros produtos orientais⁹¹⁰, a rua Augusta, os

⁹⁰⁶ Cf. BAILLIE, Marianne – *Lisboa nos anos de 1821, 1822 e 1823*, p. 117.

⁹⁰⁷ Cf. NGM 024 – *Lembrança ou Apponto de Despezas (Abril 1812 a Abril 1813)*, f. s./n.º.

⁹⁰⁸ O “*decreto de 12 de Junho de 1758 (...) criou a Rua Nova Nova de El-Rey pela junção da antiga rua da Confeitaria com a rua Nova dos Ferros.*” “*O decreto de 5 de novembro de 1760 mandou nela estabelecer os mercadores de capela e por isso, desde então, passou a ser conhecida pela rua dos Capelistas.*” (p. 49) Cf. BRITO, J. Gomes de – *Ruas de Lisboa*, vol. 1, p. 49 e v. 2, p. 32. Actualmente, é a denominada rua do Comércio.

mercadores de lã e de seda⁹¹¹, a rua do Ouro, os ourives do ouro, os relojoeiros e os volanteiros⁹¹², a rua Bela da Rainha⁹¹³, os ourives da prata e os livreiros⁹¹⁴, a rua Nova da Princesa⁹¹⁵, os mercadores de lençaria⁹¹⁶ e fancaria⁹¹⁷, a rua dos Douradores, os douradores⁹¹⁸, batefolhas⁹¹⁹ e latoeiros⁹²⁰, a rua dos Correeiros, os correeiros⁹²¹, seleiros⁹²² e torneiros⁹²³, a rua dos Sapateiros, os sapateiros, que ocupavam um dos lados da rua e os correeiros, seleiros e torneiros que estavam no lado oposto, a rua dos Algibebes⁹²⁴, os

⁹⁰⁹ Anteriormente, “ao que parece D. João V, no intuito de aformosear o antigo pátio da Capela, para maior grandeza e majestade da Sé Patriarcal, mandara desalojar os estabelecimentos que ali havia, facultando aos respectivos donos a mudança dos mesmos estabelecimentos para umas lojas que, provavelmente para esse fim e por sua ordem, os senados fizeram previamente construir, assim o supomos, no sítio da Ribeira Velha (...)” Cf. OLIVEIRA, Eduardo Freire de – *Elementos para a história do município de Lisboa*, vol. 11, p. 532.

⁹¹⁰ Na “logea de F. G. Rebello” situada “na rua da Tanoaria por baixo do novo Passadiço se acham a vender serviços de Mesa de louça da China de várias sortes” e também “chá verde, (...) chá quichon, chá boe e café”, para além dos lenços azuis finos de S. Tomé e das “linhas finas” da “costa de Surrate (...) e outras mais fazendas da Índia.” Cf. *Gazeta de Lisboa* – n.º 31, 7 de Setembro de 1752.

⁹¹¹ Como sucedeu, por exemplo, com a “Sociedade das Reais Fábricas de lanifícios da Covilhã, Fundão e Portalegre” que “para para beneficio e comodidade do Publico, estabeleceu huma loja na Rua Augusta, na esquina da travessa de S. Nicolao, para nella se venderem a retalho todas as manufacturas das ditas Reaes Fabricas, por preços commodos, e fixos, para desengano dos compradores.” Cf. *Gazeta de Lisboa* – Suplemento, n.º 32, 13 de Agosto de 1802.

⁹¹² Comercializavam volantes que são uma peça de relógio que “resiste ao impulso da mola, e faz que se vá restituindo regularmente, ou que regula o movimento da roda catarina, entrosada nos dentes dela.” Cf. VIEIRA, Domingos – *Grande dicionário português ou tesouro da língua portuguesa*, vol. 5, p. 987.

⁹¹³ Actualmente, é a denominada rua da Prata. “(...) os ourives habitavam em diversas freguesias de Lisboa, apesar da concentração de um inegável número de mestres na (...) Rua dos Ourives da Prata”. Cf. SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e – *A ourivesaria da prata em Portugal e os mestres portuenses 1750 – 1810*, p. 56.

⁹¹⁴ Como sucedia com a loja “dos dous Irmãos Marques, Mercadores de Livros na rua bella da Rainha.” Cf. *Gazeta de Lisboa* – Suplemento, Sexta-feira. 22 de Março de 1799.

⁹¹⁵ Actualmente denominada rua dos Fanqueiros.

⁹¹⁶ “Toda a espécie de telas, ou panos de linho ou de algodão”. Cf. VIEIRA, Domingos – *Grande dicionário português ou tesouro da língua portuguesa*, vol.3, p. 1286.

⁹¹⁷ O termo fancaria está associado à “venda de roupas da Índia e de outras partes de fora”. Cf. BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário português e latino*, vol. 4, p. 32.

⁹¹⁸ “Oficial que assenta folhas de ouro”. Cf. BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário português e latino*, vol. 3, p. 298.

⁹¹⁹ “Artífice que bate o ouro, prata e outros metais, reduzindo-os a folhas finíssimas, destinadas a douraduras, etc.” Cf. VIEIRA, Domingos – *Grande dicionário português ou tesouro da língua portuguesa*, vol.1, p. 740.

⁹²⁰ “Oficial que faz caldeiras, candeeiros, bacias, tachos de latão ou cobre.” Cf. BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário português e latino*, vol. 5, p. 51.

⁹²¹ “Oficial que faz várias obras de couro.” Cf. BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário português e latino*, vol. 2, p. 562.

⁹²² “Oficial que faz selas” Cf. BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário português e latino*, vol. 7, p. 559.

⁹²³ “Homem que lavra obras de côco, de pau, marfim ou metal, ao torno e pule a ele as de prata de martelo, das maiores desigualdades que este deixou.” Cf. VIEIRA, Domingos – *Grande dicionário português ou tesouro da língua portuguesa*, vol.5, p. 771.

⁹²⁴ Actualmente denominada rua de S. Julião.

algibebe⁹²⁵, a rua da Conceição, os retroseiros⁹²⁶, as ruas de S. Nicolau e da Vitória, as lojas de quinquilharias⁹²⁷, a rua da Assunção, os sirgueiros⁹²⁸ de chapéus e de agulha e a rua de Santa Justa, os mercadores de lã e de seda que não tinham conseguido lugar na rua Augusta⁹²⁹.

Esta regulação que visa atribuir uma localização geográfica às lojas e ofícios, consoante a respectiva especialidade, adveio da necessidade de um controle que impunha vistorias camarárias frequentes que não se coadunavam com ofícios espalhados pela imensidão de ruelas existentes nos grandes centros urbanos⁹³⁰.

Estas medidas não impedem, contudo, que se encontrem dispersas por muitas zonas da cidade um grande número de lojas⁹³¹ e oficinas, nem que não possamos encontrar numa rua que não lhe é devida a “*loja de João da Mata Gomes, Mestre entalhador na rua dos Ourives do Ouro*”⁹³².

Acresce, neste caso, que na loja deste entalhador também se comercializam muitos outros bens que não estão relacionados com a sua arte, como é o caso dos paus para calandras⁹³³ ou das estampas com vistas de cidades⁹³⁴.

⁹²⁵ “Oficial ou alfaiate que faz capotes, véstias, coletes, calções; o que vende ao baixo povo roupa usada.” Cf. VIEIRA, Domingos – *Grande dicionário português ou tesouro da língua portuguesa*, vol.1, p. 301.

⁹²⁶ Vendedores de retroz que é um “*fio torcido de seda de dois ou três fios mais delgado que o torçal*”. Cf. VIEIRA, Domingos – *Grande dicionário português ou tesouro da língua portuguesa*, vol.5, p. 275.

⁹²⁷ “(...) coisas de pouco valor, como agulhas, botões, fivelas, etc.” Cf. VIEIRA, Domingos – *Grande dicionário português ou tesouro da língua portuguesa*, vol. 5, p. 56.

⁹²⁸ “Homem que faz obra de fio e cordões de seda ou lã.” Cf. VIEIRA, Domingos – *Grande dicionário português ou tesouro da língua portuguesa*, vol. 5, p. 534.

⁹²⁹ Vd. OLIVEIRA, Eduardo Freire de – *Elementos para a história do município de Lisboa*, vol. 16, pp. 480-482.

⁹³⁰ “Se a almotaçaria visava o tabelamento dos preços e medidas destinadas a evitar a sua subida, as câmaras – em nome do bem comum – foram mais longe, intervindo no exercício dos ofícios mecânicos, tendo em vista a boa execução dos trabalhos.” Vd. LANGHANS, Franz-Paul – *As Antigas Corporações dos Ofícios Mecânicos e a Câmara de Lisboa*, Separata da *Revista Municipal*, n.ºs. 7, 8 e 9, p. 4.

⁹³¹ Por exemplo, “*Bento Dufourcq faz saber ao Público que elle continua o commercio da venda de fazendas de seda e de lã, como também de fazendas brancas e demais alguns géneros do Norte, como o fazia seu defunto pai João Pedro Dufourcq. Mora na Rua de S. Paulo, junto ao Arco do marquez, em primeiro andar, N.º 121.*” Cf. *Gazeta de Lisboa – Suplemento*, n.º 19, 13 de Maio de 1803.

⁹³² Cf. *Gazeta de Lisboa* – n.º 47, 22 de Novembro de 1799.

⁹³³ “*Máquina de repassar sedas, drogas de linho, etc. para as alisar e lustrar.*” Cf. VIEIRA, Domingos – *Grande dicionário português ou tesouro da língua portuguesa*, vol. 2, p. 39.

⁹³⁴ “*Quem quiser comprar paus para Calandras de madeira do Brasil, como também Estampas da vista das Cidades de Lisboa, Cadis, e Cartagena, pode fallare com João da Mata Gomes, Mestre Entalhador com loja*

De todas as ruas de Lisboa, as mais exuberantes seriam as ruas do Ouro e da Prata, onde havia “sempre muita gente pasmada”, porque “todas as lojas das casas (...) são ocupadas por estabelecimentos onde se vêem expostas as alfaías e jóias mais preciosas”⁹³⁵ que contrastariam com outras que “são tão mal fornecidas que a ida às compras se torna quase impossível para as senhoras das classes sociais mais altas da sociedade”⁹³⁶.

Muitas lojas vendiam produtos provenientes das fábricas que lhes estavam associadas, tornando os preços “muito commodos”⁹³⁷ (Quadro II). Nalguns casos, os próprios fabricantes indicavam e publicitavam determinadas lojas, assegurando aos clientes que o preço de venda praticado pelo retalhista era igual ao da fábrica⁹³⁸, como acontecia, por exemplo, com “os batalhas”⁹³⁹.

Também a “Sociedade das Reaes Fabricas de lanifícios da Covilhã, Fundão e Portalegre” seguiu uma política comercial idêntica e “estabeleceo huma loja na Rua Augusta, na esquina da travessa de S. Nicolao, para nella se venderem a retalho todas as manufacturas das ditas Reaes Fabricas, por preços commodos, e fixos, para desengano dos compradores”⁹⁴⁰.

A actividade comercial, em geral, sujeitava-se ao pagamento de licenças e cumpria regras determinadas pelo senado da câmara. De entre estas, contudo, ressalta a vigilância que era

na rua dos Ourives do Ouro, nas casas do Molina.” Cf. *Gazeta de Lisboa – Suplemento*, n.º 11, 21 de Março de 1800.

⁹³⁵ Cf. RÜDERS, Carl Israel - *Viagem em Portugal 1798-1802*, p. 35.

⁹³⁶ Cf. BAILLIE, Marianne – *Lisboa nos anos de 1821, 1822 e 1823*, p. 27.

⁹³⁷ “Diogo José Leal, que tem loja de chapéos no Rocio, nas casas dos Padres Vicentes, faz patente ao público que ele com licença régia, e aprovação da Real Junta do Commercio, estabeleceo huma Fabrica de ruões de todas as qualidades, e diversas cores com excelente lustro, os quais servem para gorros de chapéos, e outras quaisquer obras, e que os vende por preços muito commodos na mencionada loja.” Cf. *Gazeta de Lisboa* – n.º 38, 17 de Setembro de 1799.

⁹³⁸ “Mathias da Cunha Ferreira, Mestre e Dono da Real Fabrica de Lacre, novissimamente estabelecida na Praça do Rato faz saber ao Público, que alli se vende toda a qualidade de Lacre, mais perfeito que o que vem de fóra, como elle o provou aponde competia; e que para maior comodidade do Público se venderá o dito Lacre na loja dos batalhas ao Chiado, pelos mesmo preços, por que se vende na referida Fabrica.” Cf. *Gazeta de Lisboa – Suplemento*, n.º 32, 14 de Agosto de 1801.

⁹³⁹ (...) Manoel Francisco Rodrigues Batalha, que tem loja de conteiro ao Chiado.” Cf. *Gazeta de Lisboa – Suplemento*, n.º 9, 2 de Março de 1804.

⁹⁴⁰ Cf. *Gazeta de Lisboa – Suplemento*, n.º 32, 13 de Agosto de 1802.

exercida junto dos ourives, onde, perante a denúncia de eventuais vendas fraudulentas, logo se ordenava que “*se dêem buscas e varejos nas lojas*”⁹⁴¹.

A par das lojas e confundindo-se com elas, existem por toda a cidade de Lisboa uma multiplicidade de oficinas que, simultaneamente, são o espaço onde o artífice trabalha e vende os bens que executa, porque tem autorização para ter “*balcão à porta*”. Muitas vezes, estes espaços ainda lhes servem de residência, situando-se, não raramente, em pisos superiores⁹⁴², sem um acesso directo à rua.

Muito frequentemente, também encontramos dependências de palácios ocupadas por estas oficinas, por lojas ou armazéns. No palácio de Lázaro Leitão, por exemplo, a cocheira mais pequena estava alugada como armazém e na entrada do saguão situava-se a loja de livros de João Baptista Reycend⁹⁴³.

Apesar da principal vocação daquelas oficinas/lojas ser a venda de bens novos, tal não impede que em muitas delas se vendam artigos usados. Verificamos, contudo, nestes casos, que as vendas efectuadas estão relacionadas, geralmente, com o tipo de bens que nelas se executam⁹⁴⁴.

Uma outra alternativa para a venda de bens mobiliários era o jornal “Gazeta de Lisboa” que, através da loja de que dispunha, intermediava alguns negócios. Tanto podia acontecer pela indicação da existência de um determinado objecto, na tentativa de encontrar um comprador⁹⁴⁵, como o inverso, ou seja, conhecer um comprador interessado na aquisição de um determinado bem e procurar um proprietário interessado na venda⁹⁴⁶.

⁹⁴¹ “*Consulta da câmara a el-rei em 26 de Setembro de 1754*”. Cf. OLIVEIRA, Eduardo Freire de – *Elementos para a História do Município de Lisboa*, vol. 15, p. 618.

⁹⁴² “*Quem quizer comprar huma Maquineta, acabada há poucos dias (...) pode ir vella ao terceiro andar da escada da rua Augusta n.º 155*”. Cf. *Gazeta de Lisboa* – Suplemento, n.º 7, 18 de Janeiro de 1803.

⁹⁴³ Cf. LAMAS, Arthur – *A Casa-Nobre de Lázaro Leitão*, p. 81.

⁹⁴⁴ Para este efeito, estipulavam-se licenças específicas, como sucedia com a “*venda de trastes usados de casa, que pertence à mesma qualidade de officio*.” Cf. OLIVEIRA, Eduardo Freire de – *Elementos para a História do Município de Lisboa*, vol. 17, p. 58.

⁹⁴⁵ “*Quem quizer comprar hum Oratório de dizer missa e seus pertences; hum relógio de parede com corda para 8 dias; e oito painéis de diversas pinturas, pode dirigir-se à loja da Gazeta*.” Cf. *Gazeta de Lisboa*, n.º 11, suplemento, 22 de Março de 1794.

⁹⁴⁶ “*Quem tiver para vender um Piano-forte, falle na loja da Gazeta*”. Cf. *Gazeta de Lisboa*, n.º 41, 15 de Outubro de 1796.

Lisboa, na segunda metade do século XVIII, acolheu um número significativo de comerciantes, armazenistas e fabricantes estrangeiros. Pela facilidade de contactos, nas lojas de que eram proprietários venderiam produtos importados dos seus países de origem como parece suceder com a Casa de Slert Wilson e Oxenford⁹⁴⁷.

Existiam, ainda, empresas importadoras que se responsabilizavam pela compra no estrangeiro e respectivo transporte para Portugal, de um qualquer produto mais específico, por solicitação de um cliente, como, por exemplo, “*hum Cavallo de Pau que por ordem da Ilma. E Exma. Sra. Condessa de Villa Nova mandarão vir de Londres Mayne C^o*”⁹⁴⁸.

Neste período, também encontramos muitas referências à presença de empregados comerciais estrangeiros, nomeadamente, franceses, ingleses e italianos, bem como muitos anúncios que solicitam caixeiros que dominem alguma daquelas línguas⁹⁴⁹. O mesmo sucedia com as muitas oficinas que são propriedade de mestres ingleses⁹⁵⁰ ou franceses⁹⁵¹, tal como os muitos fabricantes estrangeiros⁹⁵² e negociantes de diversas nacionalidades⁹⁵³. Todos estes estrangeiros, como referimos adiante, seriam portadores de algumas novidades e outros gostos e saberes.

Relativamente aos vendedores ambulantes, seriam inúmeros os que circulavam pelas ruas de Lisboa. Para além dos bufarinheiros⁹⁵⁴ e adelos⁹⁵⁵, desde sempre muito criticados pelos

⁹⁴⁷ Vd., por exemplo, o anúncio que nos relata que a “ (...) Casa de Slert Wilson e Oxenford, vendeo em Maio proximo passado huma peça de panno Inglez entrefino escarlata pela quantia de 52\$850 réis (...)”. Cf. *Gazeta de Lisboa – Suplemento* n.º 40, 4 de Outubro de 1799.

⁹⁴⁸ Cf. A.N.T.T., *Arquivo da Casa de Abrantes*, Livro 99, f. s./n.º.

⁹⁴⁹ Vd., por exemplo, “ (...) se deseja para caixeiro hum sujeito que escreva perfeitamente, e que tenha algumas luzes da língua Franceza (...)”. Cf. *Gazeta de Lisboa – Segundo Suplemento* n.º 50, 14 de Dezembro de 1799.

⁹⁵⁰ Vd., por exemplo, “ (...) casa do Marcineiro Inglez, Abel Butler, morador na Rua de S. Domingos”, *Gazeta de Lisboa – Suplemento*, n.º 28, 18 de Julho de 1800.

⁹⁵¹ “Os Irmãos Hippolyto e Ambrosio Bonnehaye, Armeiros do Regimento Francez de Mortemart, avisão ao Público que eles morão agora na travessa dos Ladrões, defronte do Cemiterio dos Inglezes, e que vendem armas novas de toda a qualidade, e concertão as que disso precisarem.” Cf. *Gazeta de Lisboa – Segundo Suplemento*, n.º 27, 11 de Julho de 1801.

⁹⁵² Cf. *Gazeta de Lisboa – Segundo Suplemento* n.º 45, 9 de Novembro de 1799.

⁹⁵³ Vd. A.N.T.T., *Junta de Comércio*, Maço 15, caixa 54, f. s./n.º.

⁹⁵⁴ Mercadores ambulantes que vendem artigos de pouco valor. Vd. VIEIRA, Domingos – *Grande dicionário português ou tesouro da língua portuguesa*, vol. 1, p. 830.

⁹⁵⁵ “O que inculca e vende alfaías e mobília usada, sendo principalmente penhores que ficaram esquecidos ou abandonados.” Cf. VIEIRA, Domingos – *Grande dicionário português ou tesouro da língua portuguesa*, vol. 1, p. 146. No início do séc. XVIII, tomaram-se medidas que proibiam algumas vendas, na medida em

mercadores estabelecidos, encontramos muitas mulheres, que “*andam pela cidade a vender artigos a retalho de várias espécies*”⁹⁵⁶.

No que aos bens decorativos diz respeito, destacamos os vendedores de panos de linho, de vidros e de louça de fora ou da Índia que se encontravam devidamente legalizados e pagavam a respectiva licença estipulada pelo senado da câmara de Lisboa⁹⁵⁷.

Apesar de devermos considerar as lojas e oficinas, enquanto principais centros de distribuição constituindo-se como o mais significativo elo entre produtores e consumidores⁹⁵⁸, constatamos que este mercado sofria uma forte concorrência que advinha de um alargado comércio de bens usados.

Para além das feiras, anteriormente referidas, existiam as vendas realizadas nas residências particulares, e os leilões que se destacam pela quantidade de almoedas⁹⁵⁹, aguerrida publicidade utilizada pelos anunciantes e pela diversidade de bens que ali eram comercializados. De entre estes, destacamos as jóias, pratas, louças, pinturas, “*cristaes de Inglaterra*”, cortinados, tapeçarias, móveis, “*trastes de casa*”, animais, carruagens e arreios, fazendas, “*colecções completas*”, couro, algodão, “*livrarias*” inteiras ou em parte,

que se constatou que “*havia muitas pessoas que têm trato de adelos e adelas, andavam em particular e ocultamente, pelas casas dos moradores (...) vendendo peças de oiro, aljófar e pérolas, que alguns ourives de ouro fabricavam para as mandarem vender pela mão dos sobreditos em prejuízo grave do povo, porque, para além de suceder não serem feitas com aquela quantidade de oiro que dispõem as leis do reino (...) se comete notório engano no valor e estimação de tais peças (...)*” Cf. OLIVEIRA, Eduardo Freire de – *Elementos para a história do município de Lisboa*, vol. 13, pp. 281-282.

⁹⁵⁶“*Há mulheres, que dão pelo nome de vendedeiras ambulantes, que são frequentemente empregadas tanto por comerciantes como por senhoras, e que andam pela cidade a vender artigos a retalho de várias espécies, tirando o seu lucro tanto da compradora como do negociante. Estes, muito frequentemente, aliam o negócio de contrabando às suas outras ocupações, e são então chamados “contrabandistas”.* Cf. BAILLIE, Marianne – *Lisboa nos anos de 1821, 1822 e 1823*, p. 27. “*A adopção dos novos adornos femininos permitia que certos indivíduos entrassem familiarmente nos lares. Referimo-nos às vendedoras de artigos de retosaria, alfaiates e cabeleireiros, estes últimos personagens típicas da época que os conhecia pelo nome de “franceses”. Todos estes profissionais com a sua tagarelice mantinham as mulheres informadas sobre tudo o que lhes interessava.*” Cf. LOPES, Maria Antónia – *Mulheres, Espaço e Sociabilidade*, p. 81.

⁹⁵⁷ Cf. OLIVEIRA, Eduardo Freire de – *Elementos para a história do município de Lisboa*, vol. 17, pp. 57-61.

⁹⁵⁸Vd. COQUERY, Natacha – *Fashion, Business, Diffusion: An Upholsterer’s shop in Eighteenth-Century Paris*, in GOODMAN, Dena; NORBERG, Kathryn – *Furnishing the Eighteenth Century*, p. 63.

⁹⁵⁹ A venda podia estar a cargo do próprio proprietário, de um advogado por ele nomeado, pelos seus herdeiros, ou “*por ordem da Real Junta do Commercio*”, “*por decreto de S.M.*”, “*pelo Juízo dos Orfaos*”, etc. Cf. *Gazeta de Lisboa*, n.º 44, 8 de Novembro de 1794, *Gazeta de Lisboa*, n.º 5, 31 de Janeiro de 1797 e *Gazeta de Lisboa*, n.º 17, 25 de Abril de 1797, respectivamente.

“*Gabinetes da Historia Natural*”, quintas, “*rendas do almoxarifado*”, vinho, azeite, ou uma simples “*partida de pregos*”.

Os anúncios, nestas vendas, são particularmente apelativos, procurando-se uma caracterização dos bens onde se evidencia o estado de conservação ou um gosto exemplar (Quadro XIX). Acrescentava-se, igualmente, o nome do proprietário⁹⁶⁰, numa tentativa de, através dessa referência, atestar a qualidade dos produtos que se pretendem vender. Nos anúncios do leilão de bens pertencente a Mr. Beckford, por exemplo, a par do seu nome, afirmava-se que se iriam leiloar “*vários trastes de casa do melhor gosto*”⁹⁶¹.

Realce-se que a propensão para uma compra dependeria mais do estado de conservação, qualidade dos materiais, adjectivos utilizados na descrição da ornamentação e modernidade do objecto do que do valor que era pedido pelo vendedor.

Estes leilões realizavam-se, sobretudo, por dívidas⁹⁶², morte dos proprietários⁹⁶³ ou por mudança de residência⁹⁶⁴. Neste último caso, destacam-se, pela sua frequência, aqueles que tinham lugar nas casas de estrangeiros que viveram em Lisboa e pretendiam desfazer-se dos bens aquando da sua partida, como sucedeu com muitos diplomatas, negociantes ou viajantes que tiveram estadias relativamente prolongadas na cidade.

Também entre os compradores existiria uma significativa presença de estrangeiros, sendo frequentes os anúncios redigidos em inglês como é o caso do leilão realizado em casa de Monsenhor Accioli onde se diz que, quarta-feira, dia 5 de Fevereiro, é um dia “*only intended for pictures and Mosaic paintings*”⁹⁶⁵.

⁹⁶⁰ Encontrámos um anúncio onde se optou por ocultar a origem dos bens que se leiloaram. Todavia, não deixaram de divulgar que aqueles eram pertença “*d’hum Ministro já defunto*”. Cf. *Gazeta de Lisboa*, n.º 17, 28 de Abril de 1798.

⁹⁶¹ Neste caso concreto, estas boas credenciais não impediram a morosidade desta venda que, tendo-se iniciado no dia 23 do mês de Agosto de 1796, pelo menos no dia 10 de Dezembro do mesmo ano ainda não estava concluída. Cf. . *Gazeta de Lisboa*, n.º 34, 23 de Agosto de 1796 e n.º 49, 10 de Dezembro de 1796.

⁹⁶² Vd., por exemplo, *Gazeta de Lisboa – Segundo Suplemento*, n.º 45, 13 de Novembro de 1802.

⁹⁶³ “*Na tarde de 26 do corrente mez há de principiar o leilão dos moveis do defunto António José dos Santos nas próprias casas onde ele faleceu.*” Cf. *Gazeta de Lisboa* – n.º 7, 21 de Fevereiro de 1794.

⁹⁶⁴ Vd., por exemplo, *Gazeta de Lisboa – Suplemento*, n.º 35, 3 de Setembro de 1802.

⁹⁶⁵ Cf. *Gazeta de Lisboa* – n.º 29, 4 de Fevereiro de 1812.

Estas vendas, tanto podiam ter uma feição mais generalista⁹⁶⁶ como uma maior especialização⁹⁶⁷. Nalgumas ocasiões, também nos deparamos com a apresentação pública de conjuntos de bens em diminuta quantidade e muito díspares⁹⁶⁸.

As almoedas ocorriam em dias e horas devidamente anunciados, geralmente durante três dias da semana, distribuídos pelas terças-feiras, quintas e sábados⁹⁶⁹, ou segundas-feiras, quartas e sextas⁹⁷⁰. Outros, realizavam-se todos os dias⁹⁷¹ num determinado período de tempo e, em situações mais particulares, num único dia da semana⁹⁷².

Quanto ao horário, escolhia-se, preferencialmente, a tarde. O início da venda era marcado, habitualmente, para as três horas e, nalguns casos, para as quatro⁹⁷³. Quando o leilão se iniciava de manhã, preferia-se as dez ou as onze horas⁹⁷⁴.

No sentido de melhor informar os compradores, alguns promotores do leilão elaboravam “*listas impressas*” onde constava uma descrição dos bens a leiloar⁹⁷⁵, considerando-se que a existência de um “*catálogo*” evitava “*o trabalho de os examinar inteiramente*”⁹⁷⁶. Para

⁹⁶⁶ “Na rua dos Cardaes de Jesus, n.º 68, se põem em venda vários móveis de casa, prata, louça da China e d’Inglaterra, muitos vidros e roupa de meza, huma sege e huma parelha de machos (...).” Cf. *Gazeta de Lisboa*, n.º 14, 5 de Abril de 1803.

⁹⁶⁷ “Nas tardes dos dias 2, 3 e 4 de Dezembro próximo se há de continuar o leilão do espólio que ficou de Manoel Cardoso da Cruz, nas casas em que morava na travessa do Ataíde às Chagas, sendo o principal artigo louça da India, que se avaliou mais barata por peritos (...).” Cf. *Gazeta de Lisboa – Segundo Suplemento*, n.º 47, 27 de Novembro de 1802.

⁹⁶⁸ Foi posta à venda “a louça das Adeegas, algumas pipas de agua-ardente de prova de azeite, hum anel d’hum só brilhante, e huma porção de seda tinta de todas as cores”. Cf. *Gazeta de Lisboa*, n.º 32, 9 de Agosto de 1796.

⁹⁶⁹ “O leilam de móveis de S. Excelência, de que já se fez menção no suplemento passado, há de continuar nas terças, e quintas feiras e sábados no Palácio, onde S. Excelência morava junto ao Convento de Jesus.” Cf. *Gazeta de Lisboa*, n.º 13, 28 de Março de 1752.

⁹⁷⁰ “No Palácio dos Excelentíssimos Condes de Vila Nova, se ham de vender em leilam todos os bens móveis (...). Todas as pessoas, que nellas quizerem lançar podem ir ao mesmo palácio nas segundas, quartas, e sextas feiras de cada semana (...).” Cf. *Gazeta de Lisboa*, n.º 32, 14 de Setembro de 1752.

⁹⁷¹ Vd., por exemplo, *Gazeta de Lisboa* – n.º 44, 8 de Novembro de 1794.

⁹⁷² Vd., por exemplo, *Gazeta de Lisboa* – n.º 31, 2 de Agosto de 1796.

⁹⁷³ Vd., por exemplo, *Gazeta de Lisboa* – n.º 32, 14 de Setembro de 1752.

⁹⁷⁴ Vd., por exemplo, *Gazeta de Lisboa* – n.º 13, 29 de Março de 1796.

⁹⁷⁵ “Diogo António Pereira Pinto e Companhia, nas casas de sua residência ao Corpo Santo, no dia 19 do corrente mez pelas 3 horas da tarde fará leilão de varias fazendas da Índia, Itália, Hamburgo, e Fabricas deste Reino, como se poderá ver das Listas impressas, que se dão na mesma casa para serem examinadas antes, e no acto do Leilão.” Cf. *Gazeta de Lisboa* – n.º 24, 16 de Junho de 1795.

⁹⁷⁶ Cf. *Gazeta de Lisboa* – n.º 40, 6 de Outubro de 1801.

além disso, reservavam-se dois dias, antes do leilão, para que os interessados pudessem, atempadamente, observar os objectos sujeitos a venda⁹⁷⁷.

Aqueles sujeitavam-se a uma avaliação, que, nalguns casos, se impunha que fosse feita por peritos credenciados. Assim sucedeu com “*humas Collecção de bons Paineis , sendo muitos deles originaes, avaliados presentemente pelo grande Pintor Cyrillo Volkman Machado*”⁹⁷⁸.

Quando os objectos não se vendiam no tempo considerado adequado, era feita uma nova avaliação⁹⁷⁹, a qual, para que a venda se realizasse com maior brevidade tinha “*humas grande diminuição (...) a favor dos lançadores*”⁹⁸⁰, chegando a atingir uma “*diminuição de 40 por cento nas suas avaliações, menos nos diamantes e pérolas*”⁹⁸¹. Quanto ao pagamento, deveria efectuar-se após a arrematação, sendo sabido que nalguns casos, não se fazia a entrega de quaisquer bens “*senão a dinheiro de contado*”⁹⁸².

Para além dos leilões mais comuns que enunciámos, também encontramos outros, em menor quantidade, onde se propõe a venda, em hasta pública, de conjuntos muito específicos, como sucedeu com o leilão realizado “*em casa de Jeronymo de Barros Ferreira, Professor de Desenho, e Pintura*” onde é proposta a “*venda pública de humas boas Collecção de 407 Desenhos dos melhores e mais antigos Mestres*”⁹⁸³.

Constatamos que tanto pelas vendas realizadas através de leilão, como por outras mediações, as residências particulares estão muito expostas ao exterior, sendo frequentes os anúncios que nos referem a ausência de cumprimento de qualquer pois “*quem quiser comprar (...), pode ir alli todos os dias a qualquer hora*”⁹⁸⁴. Também quanto ao

⁹⁷⁷ Vd., por exemplo, *Gazeta de Lisboa* – Segundo Suplemento, n.º 10, 12 de Março de 1796.

⁹⁷⁸ Cf. *Gazeta de Lisboa* – n.º 37, 8 de Outubro de 1808.

⁹⁷⁹ “No Palácio do Excelentíssimo Monteiro Mor do Reino há de continuar a 5 do corrente o leilão dos bens, que foram novamente avaliados.” Cf. *Gazeta de Lisboa* – n.º 49, 3 de Dezembro de 1793.

⁹⁸⁰ Vd., por exemplo, *Gazeta de Lisboa* – n.º 45, 8 de Novembro de 1796.

⁹⁸¹ Cf. *Gazeta de Lisboa*, n.º 47, 26 de Novembro de 1796.

⁹⁸² Vd., por exemplo, *Gazeta de Lisboa* – Segundo Suplemento, n.º 10, 12 de Março de 1796.

⁹⁸³ Cf. *Gazeta de Lisboa* – Segundo Suplemento, n.º 29, 25 de Julho de 1801.

⁹⁸⁴ “se alguém quizer comprar humas sege de portas quasi nova, da ultima moda, a mais bem acabada, e de melhor gosto que se tem feito em Lisboa” deve ir “ter com o Mestre Çapateiro Joaquim Coelho, que mora o pé das casas do Excelentissimo Marquez d’Alorna”. Cf. *Gazeta de Lisboa* – Suplemento n.º 50, 13 de Dezembro de 1799.

pagamento, se apresentam facilidades, podendo ser feito a pronto, aceitando-se papel-moeda⁹⁸⁵, ou, quando “*não haja pagamento pronto, dando as seguranças necessárias*”⁹⁸⁶.

A venda de rifas, por “*extracção da Loteria*”⁹⁸⁷, constituía um outro meio bastante vulgarizado para a comercialização de todo o tipo “*de trastes e móveis*”. A credibilidade destas “*rifas de trastes*” era assegurada pela exigência de uma licença emitida pela Intendência Geral da Polícia ou pela “*assistência do Ministro do Bairro da Ribeira*”⁹⁸⁸. Nalguns casos, os bens a premiar são bastante distintos, como parece acontecer quando “*os prémios são vários painéis de excelentes pinturas de vários Mestres*”⁹⁸⁹.

Os bilhetes podiam ser adquiridos nos locais onde os bens estavam expostos ou em lojas, que os comercializavam⁹⁹⁰. O valor daqueles dependia do número dos que se emitiam e do objecto que se pretendia rifar⁹⁹¹. Depois de “*se finalizar a extracção*” os prémios eram entregues “*a quem apresentar o bilhete competente*”⁹⁹².

Para além das vendas de bens usados que se realizavam nas residências particulares, já referidas anteriormente, existiam muitas outras, de bens novos que nelas tinham lugar. Estes, tanto podiam ser os instrumentos musicais que eram comercializados por um “*Músico da Camara de S.A.R.*”⁹⁹³, como quaisquer outros produtos comercializados por

⁹⁸⁵ “*Em casa do Comendador Aguilar (...) há para vender (...) vários trastes de casa de toda a qualidade, com a declaração de que não se duvida receber o pagamento em papel-moeda.*” Cf. *Gazeta de Lisboa* – n.º 23, 8 de Junho de 1802.

⁹⁸⁶ Vd., por exemplo, *Gazeta de Lisboa* – n.º 39, 3 de Outubro de 1795.

⁹⁸⁷ Uma das mais conhecidas era a “*Loteria do Real Theatro de S. Carlos*”.

⁹⁸⁸ Vd., por exemplo, *Gazeta de Lisboa* – Segundo Suplemento n.º 43, 27 Outubro de 1798.

⁹⁸⁹ Cf. *Gazeta de Lisboa Occidental*, n.º 5, 3 de Fevereiro de 1724.

⁹⁹⁰ Por exemplo, “*(...) na loja do Nicola, ao Rocio; na Ribeira Nova, em hum Armazem de Assucar de Joaquim José Machado; e na loja da Gazeta*”. Cf. *Gazeta de Lisboa* – Suplemento, n.º 30, 30 de Julho de 1802.

⁹⁹¹ “*(...) se há de fazer huma rifa de três Relogios de Bofete, em 65 bilhetes de 10\$000 réis cada hum (...).*” Cf. *Gazeta de Lisboa* – Suplemento, n.º 30, 30 de Julho de 1802.

⁹⁹² Cf. *Gazeta de Lisboa* – Segundo Suplemento n.º 43, 27 Outubro de 1798.

⁹⁹³ “*João Baptista Weltin, Músico da Camara de S.A.R.*” que “*mora defronte da Igreja dos Martyres na Rua do Theatro de S. Carlos em primeiro andar*” vende “*(...) pianos fortes feitos com a maior perfeição, segundo o último gosto; como também harpas, rebecas, violetas, rebecões, clarinetas, flautas, fagotes, trompas e clarins, e arcos de todas as qualidades*”. Cf. *Gazeta de Lisboa* – Segundo Suplemento, n.º 11, 22 de Março de 1800.

importantes firmas comerciais⁹⁹⁴ ou, ainda, obras de arte executadas por artistas de renome, como é o caso de Domingos António Sequeira que *“tendo acabado, para Mr. Beckford, hum Painel, que representa Bacco e Ariadna, o expõe em sua casa (...) por vinte cinco dias, a todas as pessoas que se quizerem dignar de o ver”*⁹⁹⁵.

Outros lugares menos comuns também eram utilizados como locais de venda, como sucede *“com huma porta de cocheira pintada de cinzento”*, onde se encontra à venda *“huma collecção de painéis originaes dos melhores Authores, e outra de estampas do famoso Bartolozzi”*⁹⁹⁶ ou, ainda, com a *“Casa de Pasto da Boa-Vista”* onde *“se acha Mr. Lavedon, pintor retratista, o qual tendo vindo d’Inglaterra de passagem por Madrid, faz gosto de expor à vista dos Curiosos mais de 100 paineis seus, assim de retratos, como de fantasia, a fim de que se possam servir dos seus talentos, ou comprar algumas das suas pinturas, se lhes agradarem”*⁹⁹⁷.

Quadro XIX

Expressões publicitárias no jornal “Gazeta de Lisboa”

Locais de venda	Expressões Publicitárias
Loja	<i>“De bom gosto”</i> ⁹⁹⁸ <i>“No último gosto e primor”</i> ⁹⁹⁹ <i>“Bonita”</i> ¹⁰⁰⁰ <i>“Magnífico”</i> ¹⁰⁰¹ <i>“Da última moda, a mais bem acabada”</i> ¹⁰⁰²

⁹⁹⁴ *“Devisme e Companhia, moradores na Rua Formosa, tem para vender huma partida de cobre em folhas, a qual se póde ver e ajustar na casa de sua residência”*. Cf. *Gazeta de Lisboa* – Segundo Suplemento, n.º 21, 30 de Maio de 1801.

⁹⁹⁵ Cf. *Gazeta de Lisboa*, n.º 47, 22 de Novembro de 1796.

⁹⁹⁶ Cf. *Gazeta de Lisboa* – n.º 3, 21 de Janeiro de 1800.

⁹⁹⁷ Cf. *Gazeta de Lisboa* – Segundo Suplemento, n.º 12, 27 de Março de 1802.

⁹⁹⁸ Cf. *Gazeta de Lisboa* – n.º 44, 15 de Novembro de 1794.

⁹⁹⁹ Cf. *Gazeta de Lisboa* – Segundo Suplemento, n.º 28, 16 de Julho de 1796.

¹⁰⁰⁰ Cf. *Gazeta de Lisboa* – n.º 47, 22 de Novembro de 1799.

¹⁰⁰¹ Cf. *Gazeta de Lisboa* – Segundo Suplemento, n.º 21, 25 de Maio de 1799.

¹⁰⁰² Cf. *Gazeta de Lisboa* – Segundo Suplemento, n.º 20, 18 de Maio de 1799.

Quadro XIX (Cont.)

Expressões publicitárias no jornal “Gazeta de Lisboa”

Locais de venda	Expressões Publicitárias
Loja (cont.)	<p>“De melhor gosto que se tem feito em Lisboa”¹⁰⁰³</p> <p>“Com excelente lustro”¹⁰⁰⁴</p> <p>“Peça exquisita, de summo gosto, única neste género”¹⁰⁰⁵</p> <p>“De author famoso”¹⁰⁰⁶</p> <p>“Bem feito e novo”¹⁰⁰⁷</p> <p>“Dos mais estimáveis e dignos de adornar”¹⁰⁰⁸</p>
Leilão	<p>“Estimável valor”¹⁰⁰⁹</p> <p>“Excelente”¹⁰¹⁰</p> <p>“Adornos da moda e de bom gosto”¹⁰¹¹</p> <p>“De todas as classes e gostos”¹⁰¹²</p> <p>“Da louça mais fina e primorosa”¹⁰¹³</p> <p>“Do melhor gosto”¹⁰¹⁴</p> <p>“Boas pinturas d’ Autores”¹⁰¹⁵</p> <p>“Belas pinturas”¹⁰¹⁶</p> <p>“Bom uso”¹⁰¹⁷</p> <p>“Dos melhores e mais antigos Mestres”¹⁰¹⁸</p> <p>“Trastes magníficos”¹⁰¹⁹</p> <p>“Tudo em bom estado”¹⁰²⁰</p>

¹⁰⁰³ Cf. *Gazeta de Lisboa* – Segundo Suplemento, n.º 20, 18 de Maio de 1799.

¹⁰⁰⁴ Cf. *Gazeta de Lisboa* – n.º 38, 17 de Setembro de 1799.

¹⁰⁰⁵ Cf. *Gazeta de Lisboa* – Segundo Suplemento, n.º 21, 25 de Maio de 1799.

¹⁰⁰⁶ Cf. *Gazeta de Lisboa* – n.º 27, 3 de Julho de 1804.

¹⁰⁰⁷ Cf. *Gazeta de Lisboa* – n.º 103, 2 de Maio de 1812.

¹⁰⁰⁸ Cf. *Gazeta de Lisboa* – n.º 104, 4 de Maio de 1812.

¹⁰⁰⁹ Cf. *Gazeta de Lisboa* – n.º 32, 14 de Setembro de 1752.

¹⁰¹⁰ Cf. *Gazeta de Lisboa* – n.º 12, 25 de Março de 1752.

¹⁰¹¹ Cf. *Gazeta de Lisboa* – n.º 32, 14 de Setembro de 1752.

¹⁰¹² Cf. *Gazeta de Lisboa* – n.º 28, 15 de Julho de 1794.

¹⁰¹³ Cf. *Gazeta de Lisboa* – Segundo Suplemento, n.º 10, 12 de Março de 1796.

¹⁰¹⁴ Cf. *Gazeta de Lisboa* – n.º 34, 23 de Agosto de 1796.

¹⁰¹⁵ Cf. *Gazeta de Lisboa* – n.º 42, 18 de Outubro de 1796.

¹⁰¹⁶ Cf. *Gazeta de Lisboa* – n.º 52, 27 de Dezembro de 1796.

¹⁰¹⁷ Cf. *Gazeta de Lisboa* – Segundo Suplemento, n.º 20, 23 de Maio de 1801.

¹⁰¹⁸ Cf. *Gazeta de Lisboa* – Segundo Suplemento, n.º 29, 25 de Julho de 1801.

¹⁰¹⁹ Cf. *Gazeta de Lisboa* – Suplemento, n.º 2, 15 de Janeiro de 1802.

¹⁰²⁰ Cf. *Gazeta de Lisboa* – n.º 299, 17 de Dezembro de 1811.

Quadro XIX (Cont.)

Expressões publicitárias no jornal “Gazeta de Lisboa”

Locais de venda	Expressões Publicitárias
Residência particular	<p>“Preços muito acomodados”¹⁰²¹</p> <p>“Pinturas maravilhosas”¹⁰²²</p> <p>“Excelente livraria”¹⁰²³</p> <p>“Melhor gosto”¹⁰²⁴</p> <p>“Tudo novo, do gosto mais moderno”¹⁰²⁵</p> <p>“À moderna”¹⁰²⁶</p> <p>“Vender com toda a comodidade”¹⁰²⁷</p> <p>“Pinturas originaes”¹⁰²⁸</p> <p>“Uma grande colecção”¹⁰²⁹</p> <p>“Pinturas antigas de Autores de primeira ordem”¹⁰³⁰</p> <p>“De bom gosto e de pouco uso”¹⁰³¹</p> <p>“de excelente gosto que forão do Excelentissimo Embaixador de França”¹⁰³²</p>

¹⁰²¹ Cf. *Gazeta de Lisboa* – n.º 10, 10 de Março de 1750.

¹⁰²² Cf. *Gazeta de Lisboa* – n.º 4, 27 de Janeiro de 1798.

¹⁰²³ Cf. *Gazeta de Lisboa* – n.º 4, 27 de Janeiro de 1798.

¹⁰²⁴ Vd., por exemplo, “Se alguém quizer comprar huma carruagem Ingleza de quatro rodas, e quatro assentos, com todos os seus arreios, e guarnições, tudo novo, e do gosto mais moderno, dirija-se às cocheiras das casas do Consul Geral da Grão Bretanha, na rua direita de Buenos Aires”. Cf. *Gazeta de Lisboa* – Suplemento n.º 30, 26 de Julho de 1799.

¹⁰²⁵ Vd., por exemplo, “Se alguém quizer comprar huma carruagem Ingleza de quatro rodas, e quatro assentos, com todos os seus arreios, e guarnições, tudo novo, e do gosto mais moderno, dirija-se às cocheiras das casas do Consul Geral da Grão Bretanha, na rua direita de Buenos Aires”. Cf. *Gazeta de Lisboa* – Suplemento n.º 30, 26 de Julho de 1799.

¹⁰²⁶ Cf. *Gazeta de Lisboa* – Suplemento, n.º 11, 15 de Março de 1799.

¹⁰²⁷ Cf. *Gazeta de Lisboa* – Suplemento, n.º 8, 28 de Fevereiro de 1800.

¹⁰²⁸ Cf. *Gazeta de Lisboa* – Segundo Suplemento, n.º 11, 19 de Março de 1803.

¹⁰²⁹ Cf. *Gazeta de Lisboa* – n.º 14, 8 de Abril de 1806.

¹⁰³⁰ Cf. *Gazeta de Lisboa* – n.º 290, 6 de Dezembro de 1811.

¹⁰³¹ Cf. *Gazeta de Lisboa* – n.º 296, 13 de Dezembro de 1811.

¹⁰³² Cf. *Gazeta de Lisboa* – Suplemento, n.º 33, 22 de Agosto de 1806.

Quadro XIX (Cont.)
Expressões publicitárias no jornal “Gazeta de Lisboa”

Locais de venda	Expressões Publicitárias
Oficina	<p>“Gosto delicado e moderno”¹⁰³³</p> <p>“Trabalho rico e magnífico”¹⁰³⁴</p> <p>“Bom uso”¹⁰³⁵</p> <p>“De grande estimação”¹⁰³⁶</p> <p>“Do melhor gosto inglês”¹⁰³⁷</p> <p>“De diferente gosto e maneira”¹⁰³⁸</p>
Fábrica	<p>“Mais perfeito que o que vem de fora”¹⁰³⁹</p> <p>“preços commodos, e fixos, para desengano dos compradores”¹⁰⁴⁰</p>

Fonte: Jornal *Gazeta de Lisboa* (1750-1830).

Acreditando que perante esta oferta comercial “as tentações de gasto espreitavam de todos os cantos de Lisboa”¹⁰⁴¹, importa, agora, elencar as principais necessidades e preferências das elites lisboetas no que diz respeito às aquisições, aos restauros e aos alugueres.

No que concerne às aquisições e restauros, o mobiliário constitui o grupo mais importante, encontrando-se, na documentação referente às casas nobres, vastas referências às encomendas para o seu fabrico ou restauro. Camas, cadeiras, bancas e baús figuram entre as solicitações mais comuns, sem prejuízo de muitos outros mais específicos, como as caixas para faqueiro, ou outros que exigem acabamentos mais elaborados como, por exemplo, os tabuleiros de charão. Apesar disso, a reparação de braços nas cadeiras, o

¹⁰³³ Cf. *Gazeta de Lisboa* – Suplemento, n.º 7, 18 de Janeiro de 1803.

¹⁰³⁴ Cf. *Gazeta de Lisboa* – Suplemento, n.º 7, 18 de Janeiro de 1803.

¹⁰³⁵ Cf. *Gazeta de Lisboa* – Segundo Suplemento, n.º 49, 12 de Dezembro de 1795.

¹⁰³⁶ Cf. *Gazeta de Lisboa* – n.º 36, 10 de Setembro de 1796.

¹⁰³⁷ Cf. *Gazeta de Lisboa* – n.º 150, 23 de Novembro de 1809.

¹⁰³⁸ Cf. *Gazeta de Lisboa* – n.º 127, 29 de Maio de 1811.

¹⁰³⁹ Cf. *Gazeta de Lisboa* – Suplemento, n.º 32, 14 de Agosto de 1801.

¹⁰⁴⁰ Cf. *Gazeta de Lisboa* – Suplemento, n.º 32, 13 de Agosto de 1802.

¹⁰⁴¹ *Letters from Portugal and Spain* (Anónimo) – “Carta V – Lisboa, 29 de Outubro de 1808”, p. 148.

empalhamento, a substituição do estofa, a colagem de bancas e os trabalhos de pintura e polimento, são os trabalhos mais solicitados.

Quanto aos têxteis, na despesa corrente das casas nobres lisboetas, também encontramos montantes muito significativos associados à aquisição de peças de tecido e a gastos relacionados com a sua confecção¹⁰⁴².

Neste caso, para além da manutenção e aparato decorativo da residência que se habita, também devemos realçar a importância dos enxovais, onde, para além dos que estão relacionados com o nascimento de um filho que movimentavam somas elevadas relativamente aos bens têxteis, encontramos, ainda, os enxovais femininos que constituíam uma verdadeira acção de entesouramento, na medida em que encontravam nos bens têxteis, uma das suas maiores expressões.

A grande quantidade de peças de linho e algodão que encontramos nos inventários orfanológicos e a existência de significativos enxovais, parece indiciar que, para além das toalhas adquiridas em circuitos que se podem inserir nas formas de circulação internacional e local, existiriam muitas outras provenientes de uma circulação não monetária¹⁰⁴³, eventualmente, com uma decoração de cariz mais familiar e doméstica, como talvez seja o caso de umas “*toalhas e guardanapos*” que “*eram lindíssimos e curiosamente bordados com armas e flores, em vermelho sobre fundo branco*” que serviram numa refeição em casa do marquês de Penalva¹⁰⁴⁴.

Realce-se, neste contexto, que a bordadura era uma prática muito generalizada, ora pela aprendizagem feita nas casas de “*educação de Meninas*” onde se aprendia a “*cozer, bordar, ler, escrever e contar*”¹⁰⁴⁵, ora pelo recurso a profissionais, como nos indica a

¹⁰⁴² Vd, por exemplo, NGM 002 - Caixa anno 1797 1º Caderno de 11 de Janeiro até fim de Junho de 1798.

¹⁰⁴³ Acerca deste assunto ver, por exemplo, MALANIMA, Paolo – Types de circulation textile d’Ancien Régime: l’exemple toscan (XVII et XVIII siècles). In *Échanges et Cultures Textiles dans l’Europe Pré-Industrielle Actes du Colloque de Rouen*, Lille: Université Charles de Gaule, 1996, pp.215-225. Entre outras, na Casa de Lafões, por exemplo, encontramos referência ao “*frete de pano de linho vindo do Porto*”. Cf. NGM 004 - Caixa Anno 1801 4º caderno que começa no 1º de Janeiro.

¹⁰⁴⁴ Cf. BECKFORD, William – *Diário de William Beckford em Portugal e Espanha*, p. 52.

¹⁰⁴⁵ Vd, por exemplo, *Gazeta de Lisboa* – Suplemento, n.º 50, 16 de Dezembro de 1803.

conta apresentada pelo “*bordador d’hum frontal para a Ermida*” que ascendeu a 33\$600 réis¹⁰⁴⁶.

A consideração que existia pelo bordado aparece-nos, igualmente, bem expressa no anúncio mandado publicar por “*Madama Trové (...) Retrartista em Miniatura, e também a óleo, anteriormente empregada no serviço de uma corte estrangeira*” que “*encontrando-se a viver em Lisboa ofereceu “o seu prestimo às Senhoras que quiserem aprender a dita Arte, ou a retratar em bordado de todas as qualidades”*”¹⁰⁴⁷.

Para além dos têxteis mais eminentemente decorativos, como é o caso dos resposteiros, cortinas, colchas e estofos, por exemplo, encontramos muitas peças de tecido que se adquiriam com muita frequência, em quantidades elevadas e que asseguravam a confecção de lençóis, fronhas, toalhas, toalhas de mesa, guardanapos e muitos outros que se incluem no grande grupo da denominada “*roupa branca*”¹⁰⁴⁸.

Esta roupa tanto podia ser adquirida em leilão¹⁰⁴⁹, como em lojas¹⁰⁵⁰ ou até em casas de particulares que, ocasionalmente, anunciavam a sua venda. Assim aconteceu com “a Madama Maxwel” que trouxe da “*Irlanda hum bom sortimento de pannos de linho finos atalhados para lençóis*” e se propôs vendê-los “*por preços mui commodos, na rua Nova do Carvalho, N.º 31, segundo andar lado esquerdo, onde se demorará pouco tempo*”¹⁰⁵¹.

Esta roupa tinha a virtude, à semelhança de outros bens da casa, de ser facilmente transaccionável, talvez por isso são muitos os anúncios referentes a furtos relacionados com a roupa branca, como aquele já referido onde se procurava uma “*escrava preta (...)*”

¹⁰⁴⁶ Cf. NGM 004 - Caixa Anno 1801 4º caderno que começa no 1º de Janeiro.

¹⁰⁴⁷ Cf. *Gazeta de Lisboa* – Segundo Suplemento, n.º 18, 10 de Maio de 1806.

¹⁰⁴⁸ Os avaliadores, nos inventários orfanológicos, denominam de “*roupa branca*” os bens têxteis relacionados, principalmente, com a cama, a mesa da sala de jantar e a higiene.

¹⁰⁴⁹ “*(...) nas casas de residência do Consul da Nação Britanica (...) começou o leilão dos seus móveis, prata, louça, roupa branca (...)*” Cf. *Gazeta de Lisboa* – Segundo Suplemento, n.º 38, 26 de Setembro de 1801.

¹⁰⁵⁰ “*Bento Dufourcq faz saber ao Público que elle continua o commercio da venda de fazendas de seda e de lã, como também de fazendas brancas e demais alguns géneros do Norte, como o fazia seu defunto pai João Pedro Dufourcq. Mora na Rua de S. Paulo, junto ao Arco do marquez, em primeiro andar, n.º 121.* Cf. *Gazeta de Lisboa* – Suplemento, n.º 19, 13 de Maio de 1803.

¹⁰⁵¹ Cf. *Gazeta de Lisboa* – n.º 198, 25 de Agosto de 1812.

mal feita de corpo” que tinha fugido de uma casa com “*alguma roupa branca que levou furtada*”¹⁰⁵².

Ainda relacionado com a aquisição de têxteis, devemos realçar as muitas encomendas de esteiras, muitas delas alcatifadas, que constituíam um rol muito comum, pois aquelas cobriam uma grande maioria das assoalhadas existentes numa residência.

Menos habitual seria a compra de “alcatifas da Pérsia”, pelo elevado preço que estas atingiam no mercado. Para obviar esta situação, podia optar-se pela aquisição de alcatifas usadas¹⁰⁵³ ou pelo restauro daquelas que existiam na casa. O restauro de têxteis estendia-se, aliás, a muitos outros tipos pois não faltava quem anunciasse que “*embranqueia toda a sorte de tecidos de algodão, e tira avaria e caruncho, e toda a sorte de cores, tanto em tecidos, como estampados em fazenda de algodão, em fazenda Inglesa, como da Índia, e prepara a dita fazenda*”¹⁰⁵⁴.

Também a pintura, neste período, surge muito propagandeada. Através de um apelo ao bom nome dos pintores¹⁰⁵⁵, antiguidade¹⁰⁵⁶, originalidade¹⁰⁵⁷ e beleza¹⁰⁵⁸ das obras tenta cativar-se os compradores (Quadro XIX). Para atingir um grupo mais vasto e aumentar as vendas encontramos grande número de estampas e gravuras, economicamente mais acessíveis, que procuravam a divulgação caucionadas pelo nome do gravador, pela importância da figura retratada ou por ambas¹⁰⁵⁹.

No caso destas vendas, constatamos a existência, como referimos anteriormente, de pintores de renome a fazer avaliações de bens que se vão ser vendidos em leilão ou em

¹⁰⁵² Cf. *Gazeta de Lisboa* – Segundo Suplemento, n.º 21, 30 de Maio de 1801.

¹⁰⁵³ Cf. A.N.T.T., *Arquivo da Casa de Abrantes*, Livro 108, f. s./n.º.

¹⁰⁵⁴ Cf. *Gazeta de Lisboa* – n.º 168, 5ª feira, 14 de Dezembro de 1809.

¹⁰⁵⁵ “*hum excelente colecção de quadros de Pillement.*” Cf. *Gazeta de Lisboa* – n.º 313, 31 de Dezembro de 1810.

¹⁰⁵⁶ “*(...) na casa de Pasto de Carrilho, se acha hum Hespanhol com hum excelente colecção de pinturas antigas de Autores de primeira ordem; (...)*”. Cf. *Gazeta de Lisboa* – n.º 290, 6 de Dezembro de 1811.

¹⁰⁵⁷ “*(...) se vende hum Colecção de painéis, sendo hum grande parte della de pinturas originaes (...)*”. Cf. *Gazeta de Lisboa* – Segundo Suplemento, n.º 11, 19 de Março de 1803.

¹⁰⁵⁸ “*(...) hum colecção de pinturas maravilhosas (...)*”. Cf. *Gazeta de Lisboa*, n.º 4, 27 de Janeiro de 1798.

¹⁰⁵⁹ “*(...) querendo, (...), perpetuar a memoria do nosso hábil Poeta Manoel Maria Barbosa du Bocage, que elle retratou em vida, fez gravar pelo insigne Bertolozzi o dito retrato.*” Cf. *Gazeta de Lisboa* – n.º 313, 31 de Dezembro de 1810.

negócios realizados em residências particulares. Importaria saber se os compradores de bens artísticos, como, por exemplo, o Marquês de Penalva, cuja “*residência está cheia de quadros dos maiores mestres da pintura*”¹⁰⁶⁰, também teriam um especialista que os aconselhasse nas aquisições, assumindo-se como uma espécie de curador destas galerias particulares, à semelhança do que encontramos nalgumas casas europeias¹⁰⁶¹.

A grande maioria destas obras de arte comercializava-se em leilões, já referidos, na residência dos artistas¹⁰⁶², em casas de pasto¹⁰⁶³ que para o efeito disponibilizavam o espaço, parecendo converter-se, por um determinado período de tempo, numa “galeria de arte”, ou, em qualquer outro espaço comercial disponibilizado para esse efeito, como foi o caso da “*fábrica de móveis de João Paulo Antunes*” onde foi posta à venda “*uma collecção de Paineis do grande Author João Pilman*”¹⁰⁶⁴. Quanto às estampas, para além dos locais referidos, também se vendiam nas múltiplas lojas de estampas ou nos muitos livreiros existentes na cidade.

Relativamente às molduras que guarneciam as pinturas e estampas, encomendavam-se, geralmente, a marceneiros, douradores ou a entalhadores, consoante as medidas pretendidas¹⁰⁶⁵ como, por exemplo, àquele que executava “*molduras para painéis quadradas ou ovadas do melhor gosto, tanto para ornato de salas como de gabinetes*”¹⁰⁶⁶.

¹⁰⁶⁰ Cf. BECKFORD, William – *Diário de William Beckford em Portugal e Espanha*, p. 52.

¹⁰⁶¹ TILLMANN, MAX – *Très belle, agréable et bien meublée: the Elector Palace at Saint-Cloud in the early eighteenth-century* In BAXTER, Denise Amy e MARTIN, Meredith – *Architectural space in eighteenth-century Europe*, p. 46.

¹⁰⁶² “Carlos Amatucci, Escultor da camara de Sua Alteza Real, anuncia que Francisco Bartolozzi, Abridor da Camara de Sua Alteza Real, e de Sua Magestade Britanica, está abrindo por conta delle Amatucci a estampa do Retrato do Excelentíssimo Senhor Marquez de la Romana, (...). Quem quiser subscrever para haver a dita estampa, pode dirigir-se a sua Casa (...).” Cf. *Gazeta de Lisboa* – n.º 212, 6 de Setembro de 1811.

¹⁰⁶³ “Na (...) casa de Pasto de Carrilho, se acha hum Hespanhol com huma excelente colecção de pinturas antigas de Autores de primeira ordem; e se alguma pessoa a quizer ver, e tratar com o sujeito, pode-o fazer às Segundas, Terças e Sextas feiras desde as 10 da manhã até às 2 da tarde dos ditos dias.” Cf. *Gazeta de Lisboa* – n.º 290, 6 de Dezembro de 1811.

¹⁰⁶⁴ Cf. *Gazeta de Lisboa* – n.º 174, 24 de Julho de 1811.

¹⁰⁶⁵ “Quatro molduras feitas de douradura pela maior (...) 2\$600. Pelas três mais pequenas a novecientos e setenta cada huma emportam as três 2\$880”. Cf. A.N.T.T., *Arquivo da Casa de Abrantes*, Livro 99, f. s./n.º.

¹⁰⁶⁶ Cf. *Gazeta de Lisboa* – Suplemento, n.º 25, 27 de Junho de 1806.

Os restauros, como temos vindo a constatar, estavam muito presentes no quotidiano destas residências, ocupando um lugar preponderante na economia e nas tarefas administrativas da casa. Também a “*obra de pintura*”, se sujeitava com frequência àqueles trabalhos, constatando-se, nalguns casos, alguma indistinção nos trabalhos, pois, ao pintor a quem era solicitado, por exemplo, “*o retrato da sra. Condesa datoguia feito de novo exseto a cabeça*” ou “*humas imagens de Nossa Senhora encarnada*”, também se encomendava, a pintura “*as duas portas de Cocheiras pintadas de cor de cinza com duas demãos*”¹⁰⁶⁷.

Para além do restauro de painéis, encontramos o registo de muitos trabalhos de pintura, sobretudo relacionados com o mobiliário, onde, para além da utilização de uma variada paleta cromática que ia fazendo furor nalgumas salas, eram pedidas pinturas em móveis com a pretensão de imitar madeiras exóticas. Esta procura de um fingimento para atribuir

Relativamente à ourivesaria, encontramos uma grande diversidade de situações pois, como temos vindo a referir, estes bens proporcionavam vendas rápidas e facilitavam cauções. Muito frequentemente eram entregues peças em prata, para serem remodeladas. O pagamento que era devido, passava a ser da mão-de-obra, vulgarmente designada “por feito”. Muitas vezes, quando se pretendia a aquisição de uma peça que causava grande agrado mas que o comprador não tinha dinheiro suficiente para a adquirir num determinado momento, também se recorria aos bens em prata para servir de penhor. Muitos daqueles nunca voltariam a ser reavidos pelo seu proprietário como aconteceu com “*quem empenhasse há mais de 10 annos, na mão do defunto P. Lourenço, Confessor que foi na Patriarcal, dous castiças de prata*”¹⁰⁶⁸.

Também sucedeu com frequência a reparação ou reformulação de peças. No caso dos faqueiros, é muito comum os “*ferros de faca novos*” ou os “*garfos consertados*”¹⁰⁶⁹. Por outro lado, muito comumente se entregavam peças velhas para aproveitar a prata e executar as novas que se encomendam, como se deduz pela leitura de um rol de despesas onde se encontra “*humas contas de humas esporas de prata para o Sr. D. Francisco*

¹⁰⁶⁷ Cf. A.N.T.T., *Arquivo da Casa de Abrantes*, Livro 99, f. s./n.º.

¹⁰⁶⁸ Cf. *Gazeta de Lisboa* – Segundo Suplemento, n.º 38, 26 de Setembro de 1801.

¹⁰⁶⁹ Cf. A.N.T.T., *Arquivo da Casa de Abrantes*, Livro 109, f. s./n.º.

abatidas as velhas”¹⁰⁷⁰. Este facto levou à perda de inúmeros exemplares que se iam transformando, consoante o gosto vigente¹⁰⁷¹.

Algumas vendas que se realizaram, também nos impedem de conhecer melhor alguns conjuntos de bens executados em prata, nomeadamente as baixelas, que para facilitar a sua comercialização, propunha-se a venda em “*peças avulsas*”¹⁰⁷², desvirtuando-se o princípio da sua concepção e impedindo a perpetuação.

Ainda quanto aos restauros, nalguns casos mais específicos, o ourives entregaria as peças a terceiros, aparentemente mais credenciados para o fazerem, como parece ter sucedido com “*João Pedro, Ourives da Prata*” que entregou a um “*Escultor (...) a concertar huma mão da imagem de Nossa Senhora da Saúde*”¹⁰⁷³.

Nos objectos de prata, tal como sucedia com as pinturas de móveis, anteriormente referidas, também se procuravam imitações para conseguir um mesmo efeito, evitando gastos elevados. Assim sucedeu com o fabrico de umas “*alampadas d’huma nova composição, que não difere da prata, sendo de muita duração e a preço cómodo*”¹⁰⁷⁴.

Para além das aquisições e dos restauros que absorviam uma substancial quantidade de fundos, em ocasiões especiais, optava-se pelo aluguer de bens decorativos. Esta prática, muito vulgarizada em dias de eventos festivos, fazia-se sentir, sobretudo, no mobiliário e na iluminação, nomeadamente no aluguer das cadeiras¹⁰⁷⁵, pela necessidade de um maior

¹⁰⁷⁰ Cf. A.N.T.T., *Arquivo da Casa de Abrantes*, Livro 110, f. s./n.º.

¹⁰⁷¹ “*Ao longo do século XVIII (...) constantes renovações de peças feitas ao moderno possibilitaram uma permanente criação de objectos. Tal política de reforma impede-nos, no entanto, de poder hoje observar um vasto conjunto de exemplares entretanto desaparecidos.*” Cf. SOUSA, Gonçalo Vasconcelos e – *Artes da Mesa em Portugal*, p. 11.

¹⁰⁷² Cf. “*A Excelentíssima Marquessa de Niza faz prosseguir o leilão do espólio do defunto Marquez, seu marido; e dá a saber ao Público que a baixela de prata se vende a lotes, em peças avulsas, ou como melhor convier aos compradores.*” Cf. *Gazeta de Lisboa* – Segundo Suplemento, n.º 3, 19 de Janeiro de 1805.

¹⁰⁷³ Cf. *Gazeta de Lisboa* – n.º 108, 7 de Maio de 1811.

¹⁰⁷⁴ Cf. *Gazeta de Lisboa* – Suplemento Extraordinário, n.º 22, 1 de Junho de 1808.

¹⁰⁷⁵ Existem algumas situações, menos comuns, onde se pretende alugar todo o mobiliário necessário para a decoração de uma casa. Estes casos estão relacionados com estrangeiros que pretendem viver em Lisboa por um curto período de tempo, ou or portugueses que se encontram a viver no estrangeiro e regressam a Lisboa. A condessa de Alva, por exemplo, foi incumbida pela sua irmã para alugar uma casa. Na sequência desta procura, escreveu-lhe uma carta, a 9 de Maio de 1808, onde refere que é “*(...) necessário alugar alguns móveis porque os não há, e dê-me com tempo as suas ordens a respeito de camas, já se sabe que o que eu lhe*

número de lugares sentados, e de lustres, na medida em que estes só começam a ser presença mais assídua e a fazer parte do espólio das residências, no primeiro quartel século XIX.

Aquisições, restauros e alugueres faziam parte das despesas fixas, relativamente aos bens decorativos. Todavia, devemos também realçar que era muito fácil voltar a colocar no mercado muitos bens que estavam envelhecidos ou já não eram desejados numa determinada casa. Nesta sociedade, a circulação de bens usados era enorme, nunca faltando particulares ou comerciantes disponíveis para trocar, ou adquirir usado para tornar a vender, como é o caso, entre muitos incontáveis, do armazém da “*Real Fábrica na Praça do Commercio*” que tanto vendia galões novos executados pela dita fábrica, como comprava “*todos os galões, rendas, franjas, espequilhas, e trancelins de ouro e prata fino já usados*”¹⁰⁷⁶.

“Novo” ou “*em bom uso*”, “à moderna” ou “antigo”, constatamos que neste período se viveram épocas de intenso consumo¹⁰⁷⁷. Para alguns pensadores do século XVIII, a procura de novos bens e de um maior luxo seriam causa “*da ruína da fazenda e dos bons costumes*”, enquanto para outros “*pode ser um meio auxiliador que sustente a máquina duma sociedade florescente*”¹⁰⁷⁸. Hoje, sabemos que esta vaga consumista tão necessária à promoção social, que confundiu estilo, moda e desejo de distinção está na origem do desenvolvimento de uma sociedade, onde a indústria que teve o devir de fascinar as elites com a produção de objectos decorativos verdadeiramente idênticos.

puder emprestar não lho alugo decerto (...).” Cf. HOLSTEIN, D. Mariana de Sousa – *Um olhar feminino sobre Portugal*, p. 304.

¹⁰⁷⁶ Cf. *Gazeta de Lisboa*, n.º 37, 14 de Setembro de 1798.

¹⁰⁷⁷ “Tanto a análise da cultura material, como os entremezes, máximas morais e discursos políticos confirmam que a segunda metade de setecentos é, por excelência, uma época de desregramento, excesso e ostentação por parte do povo comum.” MADUREIRA, Nuno Luís – *Mercado e privilégios a Indústria Portuguesa entre 1750 e 1834*, p. 297. “Do ponto de vista histórico, os dados relativos ao período de 1780-86, reflectem na sua totalidade uma certa euforia na procura de metais preciosos. O último quartel do século XVIII é sem dúvida marcado pela ostentação dos consumos.” Cf. MADUREIRA, Nuno Luís – *Ouro e prata: os gestos e os objectos na Lisboa antiga, Ler História*, n.º 20, p. 53.

¹⁰⁷⁸ Cf. DIAS, Luís Fernando Carvalho – *Luxo e Pragmáticas no pensamento económico do século XVIII*, p. 14.

3.3. Ícones de Conforto, Sociabilidade e Modernidade

Os ícones de conforto¹⁰⁷⁹, sociabilidade e modernidade existentes nas residências das elites de Lisboa, expressam sinais identitários¹⁰⁸⁰ e de mudança ocorridos nos seus interiores. Aqueles diversos aspectos não se destringem, antes se cruzam e confundem constantemente, numa prática subordinada a uma matriz de prestígio, onde a representação tende a ceder à comodidade, sustentando-se na civilidade em conjugação com as muitas novidades francesas e inglesas que, aqui, começam a impor-se a bom ritmo.

Se parece certo que aquelas influências foram muito transversais, reflectindo-se em sectores tão díspares quanto são a moda¹⁰⁸¹, os cuidados médicos¹⁰⁸², o consumo de águas¹⁰⁸³, ou a alimentação, notamos que se reservou para a organização e decoração do interior das residências um especial papel influenciador, onde os critérios do “*bom gosto*” surgem, por vezes, associados a França ou a Inglaterra.

Neste aspecto, a presença de importantes individualidades estrangeiras a residirem na capital portuguesa tornou-se particularmente determinante, devendo realçar-se a venda dos espólios existentes nas suas residências, aquando da sua partida de Lisboa, enquanto momento importante de divulgação de alguns bens decorativos mais diferenciados.

¹⁰⁷⁹ “A palavra “confortável” não se referia inicialmente à comodidade nem ao estar a gosto. (...) O emprego da palavra “conforto” para indicar um nível de satisfação doméstica não se encontra em qualquer documento até ao século XVIII.” Cf. RYBCZYNSKI, Witold – *La Casa Historia de Una Idea*, p. 33. (trad. do autor) “É o interior da habitação aristocrática que vai constituir o território privilegiado das inovações arquitectónicas, em consequência de uma profunda transformação da vida social, que tende agora a valorizar as noções de intimidade e conforto em detrimento dos valores de representação e aparato.” Cf. Mesquita, Marieta Dá – “O Habitar no Século XVIII: o Palácio Fronteira” in *Alcipe e as Luzes*, p. 131.

¹⁰⁸⁰ “Os grupos sociais, no contexto do espaço urbano, (...) encontram na materialidade dos objectos a possibilidade de desenvolver sinais da sua própria identidade e do lugar que ocupam na sociedade.” Cf. FAGGION, Lucien – “Du lien politique au lien social: les élites” In *Rives nord-méditerranéennes*, n.º32, 2009, p. 20 (trad. do autor).

¹⁰⁸¹ “A viúva Moraes faz publico que ella aprompta qualquer géneros de vestidos, enfeites e toucados para senhoras, tudo no melhor gosto e aceio, conforme as modas que aparecem em Inglaterra e França (...).” Cf. *Gazeta de Lisboa* – n.º 24, 12 de Junho de 1804.

¹⁰⁸² “O cidadão Bernard, de Paris, inventou ultimamente hum braço postiço, por meio do qual qualquer pessoa, que se ache em caso de o precisar, pode escrever e aparar pennas. Bonaparte mandou fazer alguns para dar aos militares, que pela sorte das armas ficarem em estado de lhes serem necessários.” Cf. *Gazeta de Lisboa* – n.º 51, 23 de Dezembro de 1800.

¹⁰⁸³ “Na Botica de Manoel José Pinto Borges, aos Martyres, se achão as águas mineraes de Seltzer, Spá e Pymont, chegadas há pouco em garrafas pequenas.” Cf. *Gazeta de Lisboa* – Suplemento, n.º 39, 11 de Outubro de 1805.

Para além daqueles, muitos outros estrangeiros, mais anónimos, se instalaram na cidade como temos vindo a constatar noutras ocasiões. Referimo-nos aos inúmeros artistas¹⁰⁸⁴, professores, directores de colégios¹⁰⁸⁵ e de casas de educação¹⁰⁸⁶, sacerdotes¹⁰⁸⁷, médicos¹⁰⁸⁸, negociantes¹⁰⁸⁹, proprietários de casas de hóspedes e de pasto¹⁰⁹⁰, criados¹⁰⁹¹, cabeleireiros¹⁰⁹², modistas e alfaiates¹⁰⁹³, pequenos lojistas e artífices¹⁰⁹⁴, que também contribuíram para a emergência de novos hábitos.

Por outro lado, a passagem de portugueses pelo estrangeiro, onde residiram e ocuparam cargos relevantes, e o seu posterior regresso, também trouxe à cidade de Lisboa uma maior oferta de novidades. O duque de Lafões, na voz de Bombelles, estará entre estes exemplos,

¹⁰⁸⁴ “Chegou ultimamente a esta capital Mr. H. l’Evêque, Pintor de Retratos e Miniatura em esmalte, o qual assiste na rua larga de S. Roque, N.º 22, em terceiro andar.” Cf. *Gazeta de Lisboa – Segundo Suplemento*, n.º 23, 8 de Junho de 1805.

¹⁰⁸⁵ “Mr. Evans Edwards, Director do Collegio de S. Jorge (...)”. Cf. *Gazeta de Lisboa – Segundo Suplemento*, n.º 1, 7 de Janeiro de 1804.

¹⁰⁸⁶ “Na rua nova de S. Francisco de Paula, a Buenos Aires, n.º 31, abriu Mr. Beuvier huma Casa, com quartos decentes, para receber hospedes, e meza à satisfação das Pessoas.” Cf. *Gazeta de Lisboa – Suplemento*, n.º 50, 16 de Dezembro de 1803.

¹⁰⁸⁷ “Hum Sacerdote Irlandez, de cuja probidade podem informar pessoas de muita consideração nesta Corte, se propõe ensinar, na casa de sua habitação, a escrever perfeitamente (...)”. Cf. *Gazeta de Lisboa – Segundo Suplemento*, n.º 39, 1 de Outubro de 1803.

¹⁰⁸⁸ “O Professor d’Electricidade Medica João Jacques Bas faz saber ao Público que (...) continua as suas curas electricas em que tem tido o desejado successo. (...)”. Cf. *Gazeta de Lisboa – n.º 1*, 6 de Janeiro de 1801.

¹⁰⁸⁹ “Davis Mac-Crohon e Companhia, Negociantes Inglezes nesta cidade, (...) na travessa dos Remolares.” Cf. *Gazeta de Lisboa – n.º 41*, 13 de Outubro de 1807.

¹⁰⁹⁰ Vd., por exemplo, *Gazeta de Lisboa – Suplemento*, n.º 13, 30 de Março de 1804.

¹⁰⁹¹ “Chegou há pouco a esta Cidade hum Italiano, bem instruído na Arte Equestre, e na Alveitaria, o qual deseja achar alguma casa, onde possa viver como Estribeiro ou Escudeiro.” Cf. *Gazeta de Lisboa – Suplemento*, n.º 14, 11 de Abril de 1800.

¹⁰⁹² “Os cabeleireiros não tinham dificuldade em penetrar no espaço doméstico, onde rapidamente se revelavam indispensáveis.” LOPES, Maria Antónia – *Mulheres, Espaço e Sociabilidade*, p. 81. “Os cabeleireiros (...) foi corporação de tal importância que fundou uma irmandade sob a invocação de S. Luís, Rei de França, no Convento da Boa Hora.” Cf. CÂNCIO, Francisco – *Lisboa tempos idos*, vol. 1, p. 97.

¹⁰⁹³ “Os Mestres Alfaiates Baker e Terry, moradores no largo de S. Paulo, (...)”. Cf. *Gazeta de Lisboa – Segundo Suplemento*, n.º 43, 26 de Outubro de 1805. “Os alfaiates estavam, como hoje, hierarquizados e ser vestida por um de nomeada conferia prestígio.” Cf. LOPES, Maria Antónia – *Mulheres, Espaço e Sociabilidade*, p. 81.

¹⁰⁹⁴ “Em casa do Marcineiro Inglez, Abel Butler, morador na Rua de S. Domingos.” Cf. *Gazeta de Lisboa – Suplemento*, n.º 28, 18 de Julho de 1800.

pois, na sua opinião, D. João Carlos de Bragança¹⁰⁹⁵ teria aprendido “*nas viagens, noções de decoração e de comodidade que eram desconhecidas dos outros portugueses*”¹⁰⁹⁶.

Desenvolveram-se, ainda, neste período que estudamos, novos gostos ligados ao colecionismo, ao estudo científico, ao interesse pela geografia, à higiene, à escrita, à música, à dança, aos jogos, entre muitos outros de que não nos podemos alhear, na medida em que se constituíram como influenciadores ou parte integrante do universo decorativo, contribuíram para alterar o quotidiano da casa e, neste âmbito, lançaram as bases da sociedade de Oitocentos.

Encontraremos alterações pela divulgação de novos móveis e objectos, tanto nos espaços mais privados da casa, onde impera um foro mais íntimo, como noutros de natureza mais pública, onde têm lugar a recepção aos convidados e se realizam os eventos com um carácter mais social.

Quanto aos espaços mais privados, desde logo registamos alterações nas questões relacionadas com a higiene, onde surgem inventos e se assiste ao desenvolvimento de outros hábitos. Começamos por referir as bacias de tomar banho que conhecerão incremento neste período¹⁰⁹⁷ (Fig. 26). Sabemos que o asseio setecentista se resume ao exterior¹⁰⁹⁸ e se atentarmos na grande maioria dos inventários de bens existentes nas residências nobres de Lisboa, em meados do século XVIII, constatamos que a existência de “*uma bacia de tomar banho*” constitui uma raridade.

A mais recuada que conhecemos, encontrámo-la em casa de D. Luísa de Portugal¹⁰⁹⁹, no primeiro quartel de Setecentos. Mais tarde, em meados do século, sabemos da existência de

¹⁰⁹⁵ D. João Carlos de Bragança e Ligne de Sousa Tavares Mascarenhas da Silva, 2º duque de Lafões (1719-1806).

¹⁰⁹⁶ Cf. BOMBELLES, marquis de – *Journal d'un Ambassadeur de France au Portugal 1786-1788*, p. 47.

¹⁰⁹⁷ A banheira é “*a mais típica de todas as criações do século XVIII.*” Cf. GIROUARD, Mark – *Life in the English Country House*, p. 183 (trad. do autor).

¹⁰⁹⁸ “*O asseio setecentista resume-se ao asseio exterior, isto é, a roupa, o cabelo polvilhado, leques e luvas, pós de carmim e alvaiade, enfim, às sucessivas máscaras que cobrem o corpo. A boa apresentação é aquilo que se vê, e não aquilo que se cheira.*” Cf. MADUREIRA, Nuno Luís – *Lisboa luxo e distinção 1750-1830*, p. 41.

¹⁰⁹⁹ Cf. Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, D. Luísa Simoa de Portugal, 1723, Letra C, Maço 24, n.º 3, f. 14. D. Luísa Simoa de Portugal (1640-1723) era casada com D. Fernão de Sousa de Castelo-Branco Coutinho e Menezes, 10º conde de Redondo.

outras mais sumptuosas na casa de D. Tomás de Almeida¹¹⁰⁰, onde se reconhece uma plêiade de bens particularmente luxuosos.



Fig. 26 - “Le bain”, gravura do 1º quartel do séc. XIX (Col. particular).

Então, será necessário aguardar pelo terceiro quartel de Setecentos, para que esta realidade comece a alterar-se e a “*bacia grande de tomar banhos inteiros*”¹¹⁰¹ executada em

¹¹⁰⁰ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Cardeal Patriarca de Lisboa, D. Tomás de Almeida, 1754, Letra C, Maço 82, n.º 1, f. s./n.º.

arame¹¹⁰², folha-de-flandres¹¹⁰³ ou em cobre, faça parte, mais regularmente, dos inventários de bens das elites. Nos primeiros anos de Oitocentos, pela frequência da sua existência, poderemos até dizer que o banho, pouco a pouco, será menos a “*agoa em que huma pessoa se banha*” e cada vez mais “*o lugar em que se tomão banhos em huma casa particular*”¹¹⁰⁴.

Apesar deste registo mais regular relativamente àquelas bacias, não encontramos ainda, neste período, a indicação de uma qualquer assoalhada destinada ao banho. Estas banheiras dispunham-se nas zonas mais privadas, anexas ao quarto de dormir. Algumas casas possuem várias bacias para banho, entre pequenas e maiores, o que pode indiciar, nestes casos, que estamos perante um móvel individual.

Pela necessidade de as elevar, relativamente ao soalho, e para as tornar mais idênticas a outros móveis que as rodeavam, muitas delas apoiaram-se em construções executadas em madeira condizente com a decoração, como parece ter sucedido com a “*tina de tomar banho metida em caixa de madeira de nogueira, entalhada e estofada de couro preto com sua bacia de cobre*”¹¹⁰⁵.

Relacionadas com este curso higienista¹¹⁰⁶ e pela sua modernidade, também devemos referir os “*aparelhos permanentes de desinfecção, de Guyton-Morveau*”¹¹⁰⁷, próprios a

¹¹⁰¹ Vd., por exemplo, A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, António Peixoto de Almeida e Silva, 1790, Letra A, Maço 141, n.º 1, f. 62 v.

¹¹⁰² “*Composição de metaes, de que resulta um amarelo, de que se fazem bacias, candeeiros, etc., é cobre vermelho com calamina.*” Cf. MORAES, António de – *Dicionário da língua portuguesa*, vol. 1, p. 170.

¹¹⁰³ “*Folha de ferro delgada coberta em ambas as faces por huma camada de estanho mui lustroso que a garante da ferrugem.*” Cf. VIEIRA, Domingos – *Grande dicionário português ou tesouro da língua portuguesa*, vol. 3, p. 1269.

¹¹⁰⁴ BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário português e latino*, vol. 2, p. 35. “(...) o banho tem uma nova presença, depois do segundo terço do século XVIII. O que não significa, evidentemente, que se tenha tornado familiar, nem mesmo que a higiene seja explicitamente o seu objecto. Pelo menos, torna indirectamente possível a transformação da higiene. Com o banho, instalam-se lentamente as abluções. A imersão, até então raríssima, começa a ser aceite. A água integra-se em novos circuitos. É o início de um costume susceptível de se generalizar. É certamente ainda muito limitado, talvez mesmo muito irregular (...) diz respeito a uma elite particularmente restrita; (...) para alguns, em meados do século XVIII, a mudança de roupa podia já não ser o único gesto que servia para cuidar da pele.” Cf. VIGARELLO, Georges – *O Limpo e o Sujo A Higiene do Corpo desde a Idade Média*, p. 80.

¹¹⁰⁵ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, conde da Ponte, D José António de Sousa Saldanha de Meneses e Castro, 1785, Letra C, Maço 82, n.º 6, f. s./n.º.

¹¹⁰⁶ Neste âmbito, a marquesa de Alorna também se manifestou preocupada. Num texto dedicado às suas filhas, onde lhes ensina algumas regras básicas acerca da organização da casa, refere a necessidade “(...) de estabelecer princípios para conservar limpa, elegante e decente uma câmara, uma sala de companhia, a casa da mesa (...)” acrescentando, quanto ao quarto de dormir, que “a casa da câmara, em qualquer estado

desinfectar o ar e a prevenir o contágio”, apropriados para desinfectar diversos locais públicos, incluindo “*salas d’assembleia*” e “*casas particulares*”¹¹⁰⁸ e quanto aos maus odores, encontramos, igualmente, novidades para os evitar, nomeadamente através dos “*vasos que obstão aos maus cheiros das cloacas e das pias de cozinha*”¹¹⁰⁹. Neste âmbito, também o conhecido marceneiro José Aniceto Raposo apresentou novidades¹¹¹⁰, onde destacamos os “*thermoicos*”¹¹¹¹, a “*máquina fumegatória e o respirador de Mudge*”¹¹¹².

que tenhamos, deve ser sempre limpa, simplesmente destinada a dormir.” Cf. ALORNA, marquesa de – *Inéditos cartas e outros escritos*, p. 84.

¹¹⁰⁷ O químico Guyton-Morveau propunha a utilização do ácido muriático, enquanto desinfetante. A sua obra foi divulgada em Portugal, através do compêndio de química “*Tratado das Afinidades Químicas, artigo que no Dicionario de Chimica, fazendo parte da Encyclopedia por ordem de matérias deu Mr. de Morveau*” que foi traduzido para português e editado pela Real Imprensa, em 1793. Cf. COSTA, A. M. Amorim – *Primórdios da ciência química em Portugal*, p. 52.

¹¹⁰⁸ Cf. *Gazeta de Lisboa* – n.º 81, 4 de Abril de 1811.

¹¹⁰⁹ Cf. *Gazeta de Lisboa* – n.º 31, 5 de Agosto de 1806. “*Para o nosso olfacto, tão treinado na detecção de cheiros incomodativos, a paisagem odorífera de Lisboa assemelhar-se-ia a um Inferno sem pontos inodoros de referência: ruas cobertas de dejectos e imundícies, casas mal ventiladas, insalubridade geral.*” Cf. MADUREIRA, Nuno Luís – *Lisboa luxo e distinção 1750-1830*, p. 41.

¹¹¹⁰ Neste período divulgaram-se algumas invenções que, apesar de não terem um cunho decorativo, devem ser referidas na medida em que indiciam a existência de muitas novidades facilitadoras da vida quotidiana. José Aniceto Raposo anunciou “*camas de sua invenção para campanha. São de lona, tem colchão de lã, cabeceira e travesseiro, não tem atacador, tizouras, nem fivelas. Com a singularidade de que guardados dois parafusos, ficam inutilizadas.*” Cf. *Gazeta de Lisboa* – n.º 93, 18 de Abril de 1810. Um outro marceneiro, João Paulo Antunes, fabricou “*engenhos, de diversos preços, para fazer manteiga com toda a facilidade.*” Cf. *Gazeta de Lisboa* – Segundo Suplemento, n.º 20, 21 de Maio de 1808. Para além destes, “*Nas lojas de ferragem de João Baptista Verde acham-se de venda copos de couro elásticos, de muita dura, e por preço commodo, de grande utilidade, para os Senhores Militares, e toda a Pessoa que viaja (...).*” Cf. *Gazeta de Lisboa* – n.º 171, 20 de Julho de 1811.

¹¹¹¹ “*Na fabrica de marcineria de José Aniceto Raposo, na rua das Chagas n.º 12, se acham de venda os Thermoicos, ou fogões para aquecer as casas de invenção do mesmo marceneiro, a quem S.A.R. concedeo privilegio exclusivo para este fim. São os melhores que até agora se tem visto, por ser o seu efeito renovar o ar da casa, dando-o quente e frio: por fora são construídos de folha de Flandres e de ferro, e por dentro de tijolo e barro.*” Cf. *Gazeta de Lisboa* – Segundo Suplemento, n.º 47, 28 de Novembro de 1807. “*(...) só em 1807, José Aniceto Raposo pede o privilégio exclusivo por dez anos para fabricar e vender os thermoicos ou máquinas para aquecer as casas.*” Estes aquecedores de casas “*(...) são totalmente inovadores para a época pois apresentam um processo que retira o ar do exterior e dividindo-o, aquece uma parte e deixa a restante à temperatura ambiente. A regulação da mistura permite obter a temperatura ideal.*” Cf. DINIZ, Margarida – José Aniceto Raposo (1756-1824): uma personalidade singular – marceneiro e inventor In MENDONÇA, ISABEL Mayer Godinho e SALDANHA, Sandra Costa (Coord.) – *Mobiliário Português Actas do 1º Colóquio de Artes Decorativas*, p. 93.

¹¹¹² Na fábrica de José Aniceto Raposo “*(...) também se acha de venda tanto a Casa portátil, como a Máquina fumegatoria, para acudir aos afogados e asfixiados, e igualmente o respirador de Mudge, tudo correcto e acrescentado pelo sobredito marceneiro.*” Cf. *Gazeta de Lisboa* – Segundo Suplemento, n.º 47, 28 de Novembro de 1807. Acerca do respirador de Mudge, foi publicado, em 1790, a obra intitulada “*Método de restituir a vida às pessoas aparentemente mortas por affogamento ou suffocação recomendado pela Sociedade Humana de Londres: e descrição e figura do respirador de Mudge, cirurgião em Plymouth; com a*

À semelhança do que referimos relativamente às bacias de banho, também a mesa-de-cabeceira (Fig. 27) se apresenta como um móvel que aparece tardiamente. É certo que em 1758 já as encontramos referenciadas no quarto da condessa de Atouguia, na casa de madeira em Santo Amaro¹¹¹³, mas necessitaremos de aguardar pelas duas últimas décadas do século XVIII e, sobretudo, pelo primeiro quartel de Oitocentos para assistirmos à sua divulgação.



Fig. 27 - Mesa de cabeceira, último quartel do séc. XVIII (P.N.Q.).

maneira de usar delle e hum suramario dos seus effeytos nas tosses catarraes recentes e noutros achaques do bofe”.

¹¹¹³ Cf. BÍVAR, Luís – *Inventário e Sequestro das Casas de Távora e Atouguia*, p. 74.



Fig. 28 - Moldura do espelho (pormenor “país”),
tremó último quartel do séc. XVIII (2005,
P.C.V.).



Fig. 29 - Tremó, último quartel do séc. XVIII (M.N.A.A.).



Fig. 30 - Tremó, 1º quartel do séc. XIX (M.N.A.A.).

Esta banca é um móvel muito inovador que deu um valoroso contributo para modificar alguns hábitos no quarto. Sendo um móvel de guarda e, simultaneamente, de apoio, vem permitir uma grande comodidade e independência para quem se encontra deitado.

Relativamente aos espaços mais públicos e mais relacionados com a recepção de visitas também se registam algumas inovações. O canapé rodeado das suas “cadeiras irmãs” continua a ser o principal organizador do espaço dos salões e de outras salas destinadas à recepção. Todavia, um outro móvel vai emergir e constituir-se como paradigma do conforto, modernidade e sociabilidade. Referimo-nos ao sofá, que no primeiro quartel do século XIX, paulatinamente, começa a afirmar-se nalgumas residências.

Aquele móvel de assento, com as suas almofadas, oferece um maior conforto¹¹¹⁴. Pelas suas dimensões generosas, torna-se mais fixo a um determinado lugar, permite uma outra distribuição no espaço de uma sala porque prescinde de cadeiras circundantes e acolhe mais pessoas, aproximando-as fisicamente. Apesar de constituir, notoriamente, um móvel de elite, ficará dependente do lugar que ocupa no interior da casa para que lhe seja atribuída uma conotação mais digna ou, eventualmente, mais libertina¹¹¹⁵.

Associado, igualmente, ao salão, escolhemos o tremó, enquanto móvel modelar. Esta construção apresenta-se particularmente sumptuosa pela capacidade de congregar um espelho¹¹¹⁶ imenso e elegante que se projecta verticalmente, um delicado trabalho de talha

¹¹¹⁴ Beckford, aquando de uma visita a casa do marquês de Penalva, escreveu no seu diário: “*Senti-me inteiramente à vontade e estiracei-me num sofá para ouvir algumas deleitosas músicas (...) executadas ao cravo.*” Cf. BECKFORD, William – *Diário de William Beckford em Portugal e Espanha*, p. 52. O sofá insere-se num grupo de móveis relacionados com o repouso e o assento que começaram a ser desenvolvidos na Europa, nomeadamente em França, entre meados do século XVII e o final do século XVIII, que se caracterizam por um maior conforto e informalidade. Cf. DOBIE, Madeleine – “Orientalism, Colonialism, and Furniture in Eighteenth-Century France” In *Furnishing the Eighteenth Century* – GOODMAN, Dena & NORBERG, Kathryn p. 15, (trad. do autor).

¹¹¹⁵ Vd. TILLMANN, Max – “Très belle, agreeable et bien meublée: The Electoral palace at Saint-Cloud in the Early Eighteenth Century”, In BAXTER, Denise Amy; MARTIN, Meredith – *Architectural space in eighteenth-century Europe*, p. 44. Para além do lugar onde é disposto no interior de uma residência, o sofá também tende a ser associado às almofadas dispostas em linha junto de uma parede, que os viajantes encontraram no Oriente e que se conota, de alguma forma, com a feminilidade e sexualidade orientais. Vd. DOBIE, Madeleine – Orientalism, Colonialism, and Furniture in Eighteenth-Century France in GOODMAN, Dena; NORBERG, Kathryn – *Furnishing the Eighteenth Century*, p. 16.

¹¹¹⁶ Os espelhos constituíam peças muito exuberantes sendo considerados um sinal de bom gosto. Bombelles, nos seus escritos, quando descreve algumas visitas a casas nobres de Lisboa, faz várias referências nesse

que envolve uma moldura condizente com uma pequena banca que lhe serve de suporte. Acresce uma pedra contrastante que constitui o tampo da pequena mesa e um remate na parte superior, onde sobressai uma pequena pintura, vulgarmente designada por “país” encimada por um precioso trabalho de entalhador ou um qualquer outro efeito decorativo.

O tremó (Figs. 28, 29 e 30) apresentou-se como um móvel modelar pela capacidade de unir materiais e artes sumptuosas, acrescentando a virtude de propagar a luz, permitir a exibição de bens decorativos na sua banca e de preencher os estreitos espaços entre as janelas, num jogo onde a arquitectura se confunde com a decoração.

Os primeiros registos de tremós que conhecemos, faziam parte dos bens existentes na Casa de Aveiro e aquando da sua venda em leilão, em 1759, ainda se encontravam por montar¹¹¹⁷. Ao longo terceiro quartel do século XVIII, talvez pelo seu elevado preço, continuarão muito ausentes de algumas casas da nobreza portuguesa¹¹¹⁸. Todavia, estamos convictos que se enquadraram nas principais preocupações decorativas, pois, para além do renovado “*Real Palácio de Queluz*” onde se exalta “*a sala de audiência, pavimentada de mármore, com as paredes forradas de espelhos*”¹¹¹⁹, também o marquês de Fronteira, não deixa de os referir quando nos descreve o “*palácio encantado no Campo de Santa Clara*” que era pertença dos “*velhos Condes de Rezende*”¹¹²⁰.

Quanto à sua evolução, os exemplares executados em madeira de mogno serão os mais modernos, denotando-se, também aqui, a adesão àquela tipologia de madeira, de gosto inglês¹¹²¹, que expressava uma feição europeia mais atlântica e ia destronando a influência

sentido. Cf. BOMBELLES, marquis de – *Journal d'un Ambassadeur de France au Portugal 1786-1788*, Pp. 168-196.

¹¹¹⁷ Vd. BÍVAR, Luís – *Inventário e Sequestro da Casa de Aveiro*, p. 206.

¹¹¹⁸ Beckford, quando escreve acerca de uma visita que fez ao palácio de Palhavã, refere num tom de crítica velada que não se encontra “*nada de espelhos, nem de quadros, nem de dourados, nenhuma decoração além dos pesados panejamentos.*” Cf. BECKFORD, William – *Diário de William Beckford em Portugal e Espanha*, p. 43.

¹¹¹⁹ Cf. CHAVES, Castelo-Branco – *Portugal A Corte e o País nos anos de 1765 a 1767*, p. 195.

¹¹²⁰ Cf. *Memórias do Marquês de Fronteira e Alorna*, vol. 1-2, p. 70. D. José Trazimundo refere-se a D. José Luís de Castro, 2º conde de Resende (1744-1819) que, com o título de capitão-general de mar e terra, em 1789, foi exercer o cargo de vice-rei do Brasil, tendo regressado a Lisboa cerca de 11 anos mais tarde. Cf. ZÚQUETE, Afonso Eduardo Martins – *Nobreza de Portugal e do Brasil*, vol. 3, p. 207.

¹¹²¹ Talvez por isso, encontremos marceneiros de origem inglesa a anunciar, com frequência, a venda de tremós, como é o caso de um leilão de móveis que eram pertença “(...) do Marceneiro Diogo Jones, de

francesa¹¹²², onde imperava o mobiliário dourado. De França, manter-se-ão, neste caso, os vidros que parecem continuar a ser os mais preferidos¹¹²³.

No contexto das peças de mobiliário que consideramos icónicas neste período, julgamos que a cómoda-papeleira pode ser considerada um dos seus maiores expoentes. Associadas a este móvel estão novas práticas relacionadas com o interesse pela leitura, pela escrita¹¹²⁴ e pela guarda de pequenos objectos mais individuais, do foro mais privado ou íntimo, muito ao jeito de uma sociedade que tende para o individualismo e para condensar em pequenos objectos algumas histórias de vida, que aqui se guardam em escaninhos, devidamente encobertos por um “alçapão”.

Quanto ao corpo superior que a compõe, também verificamos uma grande versatilidade funcional. Aquele podia ser “um toucador”¹¹²⁵, um “corpo de oratório”¹¹²⁶, um “corpo de armário com duas meias portas cada uma com seu vidro de espelho”¹¹²⁷, um “corpo em cima da mesma madeira para meter papéis”¹¹²⁸ ou “com seis espelhos nas portas”¹¹²⁹.

Nação Inglesa (...), onde “(...) se há de fazer leilão em todas as terças feiras seguintes de vários trastes e madeiras de obras de marcenaria, como também de tremós e vidros.” Cf. *Gazeta de Lisboa – Suplemento*, n.º 23, 13 de Junho de 1806.

¹¹²² Também em França, a madeira de mogno começava a ser reconhecida como uma madeira luxuosa, tornando-se bastante popular no último terço do século XVIII. Esta adesão àquela madeira teve origem numa “onda de anglomania” que varreu a França após a revolução americana. Cf. CHAELA, Pastore – Mahogany as Status Symbol: Race and Luxury in Saint Domingue at the End of the Eighteenth Century, in GOODMAN, Dena; NORBERG, Kathryn – *Furnishing the Eighteenth Century*, p. 40.

¹¹²³ Os anúncios de venda de vidros são frequentes, como, por exemplo, este onde se anuncia que “quem quizer comprar huma colecção de vidros de espelho de França, ou ainda algumas das mesmas peças separadamente, dirija-se à Casa da Gazeta, ao Terreiro do Paço.” Cf. *Gazeta de Lisboa – Suplemento*, n.º 35, 4 de Setembro de 1807.

¹¹²⁴ Nalgumas casas encontram-se, com frequência verbas destinadas à aquisição de papel, de tinta, de cartas e de penas, para além das contas de correio. Vd., por exemplo, NGM 024 - *Lembrança ou Apponto de Despezas (Abril 1812 a Abril 1813)*. “O século XVIII viu o desabrochar das trocas epistolares como um meio privilegiado de relacionamento social, sobretudo entre os membros da nobreza, mas também devido ao desenvolvimento do aparelho administrativo,” Cf. TERRA, Ana Lúcia Silva – *Cortesia e Mundanidade manuais de civilidade em Portugal nos séculos XVII e XVIII*, vol. 1, p. 103.

¹¹²⁵ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo do Sargento-mor Caetano José Coutinho, 1773, Letra C, Maço 72, Caixa 787, f. 44.

¹¹²⁶ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de D. Francisco Loreda Serradura, 1811, Letra F, Maço 23.

¹¹²⁷ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de Ana Teresa Dionísia, 1792, Letra A, Maço 139, Caixa 236, f. 51.

¹¹²⁸ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de João Valentim Caupers, 1798, Letra J, Maço 226, Caixa 1844, f. 49v.

¹¹²⁹ Cf. MADUREIRA, Nuno Luís, *Cidade: Espaço e Quotidiano*, p.277.

Maioritariamente, encontramos-las com “*com espelhos*”, que nos remete para que a sua principal utilização esteja mais próxima da guarda de livros¹¹³⁰ ou de papéis manuscritos¹¹³¹, por exemplo (Fig. 31). Em segundo lugar, quantitativamente, surgem as que possuem um “*corpo de oratório*” (Fig. 111).

Estes oratórios eram espaços de religiosidade mais privada com um carácter mais individual, que se mantiveram durante mais tempo, confinados aos apartamentos mais íntimos, longe dos olhares dos visitantes mais casuais.

Apesar da polivalência de funções que encontramos na cómoda-papeleira teria sido a vertente de móvel de guarda¹¹³² a característica mais utilizada, o que não impede que se tenha consciência de outras valências e que não se deseje possuí-lo pela sua generosidade funcional e prestígio.

Este móvel “iluminado” saberá cumprir a tarefa decorativa que lhe está destinada, aliando função, beleza e a capacidade de promover alguma ostentação intelectual, sem se esquecer de evocar uma religiosidade sempre presente. Numa outra instância, a sua divulgação contribuirá para combater a ideia de que encontrar um “*quarto de dormir*” que dá para “*uma sala cheia de livros*” onde se vêm “*mapas, etc. espalhados sobre a escrivaninha*” constituía “*um milagre em Portugal*”¹¹³³.

¹¹³⁰ Nos documentos administrativos relativos às casas nobres, regista-se a existência de contas relacionadas com a encadernação de livros, como sucedeu com um pagamento efectuado pelo administrador da casa de Abrantes à “*Viúva Bertrand e Filhos*”. Cf. A.N.T.T., *Arquivo da Casa de Abrantes*, Livro 109, f. s./n.º. Também na casa de Lafões se pagou 11\$440 réis por “hum epistolário encadernado.” Cf. NGM 005 - *Caixa anno 1802 5º Caderno começa no 1º de Janeiro*.

¹¹³¹ Encontramos várias referências à venda e ao colecionismo relacionado com manuscritos, como este anúncio onde se procuram compradores interessados em adquirir “(...) *huma Colecção de Manuscritos das Obras do Marquez de Pombal, D. Luiz da Cunha, Brochado, Taborda e outros* (...)”. Cf. *Gazeta de Lisboa – Suplemento*, n.º 40, 9 de Outubro de 1801.

¹¹³² Parece-nos prudente corroborar da opinião de António de Aguiar quando afirma “*que a papeleira é antes de tudo móvel de guarda o que não lhe impede (...) de prestar ao homem outros serviços entre eles o de consentir que nela se escreva*.” Cf. AGUIAR, António de – *Mobiliário português do século XVIII*, p.13.

¹¹³³ Cf. BAILLIE, Marianne – *Lisboa nos anos de 1821, 1822 e 1823*, p. 120.

A todas estas características não terão sido alheias as elites do século XVIII que não se escusaram de os adquirir, encontrando-se algumas residências com várias cómodas-papeleiras¹¹³⁴.



Fig. 31 - Cómoda-papeleira com alçado, 1º quartel do século XIX (C.M.L., Setembro de 2009).

¹¹³⁴ Cf. FRANCO, Carlos – *O mobiliário das elites de Lisboa na segunda metade do século XVIII*, p. 136. Este movimento parece verificar-se, igualmente, em Espanha, onde “as casas se encheram de móveis modernos “bargueños”, papeleiras ou escrivaninhas passaram a ser conhecidos como escritórios (...).” Cf. GARCÍA, Máximo – Evolución comparada de las pautas de consumo doméstico en el Sur de Europa (1700-1830) in *CLIO Nova Série*, vol. 18/19, 2008/2009, p. 373. Também nos Açores parece existir um grande número de cómodas-papeleiras, pois aparecem em quantidade que consideramos elevada nalguns inventários orfanológicos. Cf. SOUSA, Gonçalo Vasconcelos e – *Fontes para as artes decorativas nos Açores*, vols. 2 e 3.



Fig. 32 - Mesa de chá, 2ª metade do séc. XVIII (P.N.Q.).



Fig.33 - Mesa de jogo, aberta, 1780-1820 (C.M.A.G.).

Mais relacionado com a sociabilidade, devemos referir duas tipologias de mesa que proliferaram nas salas dos palácios lisboetas. A denominada “*banca de chá*” (Fig. 32) começou a vulgarizar-se pelo consumo daquela bebida que se divulgou na Europa a partir da segunda metade do século XVII¹¹³⁵. Estas mesas, como já referimos anteriormente, assumiram-se como pólos organizadores dos espaços, distribuindo os convidados e atribuindo-lhes lugares sentados nas cadeiras que lhes eram adjacentes, cooperando com uma crescente vida social, que começaria por se fazer sentir logo durante a tarde, pois parece que “*são as tardes o espaço em que triunfa a ociosidade*”¹¹³⁶. Para além do chá, poderiam ser servidas nestas mesas o café ou o chocolate, que foram bebidas que, apesar dos conselhos médicos, tiveram um grande êxito¹¹³⁷. Todas elas figuram entre as bebidas de luxo, estando associado ao seu serviço um aparato e um ritual que os grupos de elite não dispensavam.

¹¹³⁵ “ (...) foi introduzido na Europa pelas pessoas que tinham tido contactos com o Oriente como os tripulantes dos navios, mercadores e aventureiros.” Cf. ABREU, Ana Clara “Chá” in *As Bebidas Exóticas e as Artes Decorativas o chá, o café e o chocolate*, p.11.

¹¹³⁶ Cf. ALORNA, marquesa de, *Inéditos cartas e outros escritos*, p. 82.

¹¹³⁷ Cf. CAMPORESI, Piero – *Le Goût du Chocolat l’art de vivre au XVIII siècle*, p. 194.

Contudo, coube à “*banca de jogo*”¹¹³⁸ (Fig. 33) o papel mais proeminente, pela presença assídua¹¹³⁹ e grande quantidade existente nalgumas casas¹¹⁴⁰. O jogo, constituiu um vício transversal na sociedade de então e que teria as suas raízes no século anterior, pois já no século XVII “*marqueses e plebeus, marquesas e rascôas, magistrados, padres e frades, altas patentes do exército e militares sem graduação, tudo jogava*”¹¹⁴¹. A sociedade cortesã setecentista, para além da diversão, não vai descurar as potencialidades desta actividade para o exercício da civilidade¹¹⁴², sobretudo pela prática do faraó que, como vimos anteriormente, era o jogo favorito do rei D. José I.

O século XIX continuará na mesma senda, assistindo-se à assumpção de salas dedicadas ao jogo¹¹⁴³ e ao apreço por outros jogos de cartas, para além do faraó, como é o caso do Whist, do Voltarete¹¹⁴⁴ ou do Boston¹¹⁴⁵. Neste caso, o primeiro quartel de Oitocentos limita-se a consolidar um percurso, de natureza mais burguesa do que aristocrática, que se

¹¹³⁸ “Quase todo o período setecentista, no que diz respeito às mesas de jogo, caracteriza-se pela influência inglesa (...). Na transição para o estilo neoclássico “a inspiração francesa que serve de base a este período de produção determina que sejam usados vários materiais numa decoração, a qual se baseia na marchetaria, no folheado ou nos embutidos (...). “A mesa de jogo neoclássica ao assumir a herança inglesa, tanto na forma como na decoração é, por norma, uma mesa de meia-lua (...).” Cf. MENDES, Mariana Soares – *Mesas de jogo rococó e neoclássicas*, pp. 98-128.

¹¹³⁹ Marianne Baillie refere-se àquela banca, pela presença constante, como “eterna mesa de jogo”. Cf. BAILLIE, Marianne – *Lisboa nos anos de 1821, 1822 e 1823*, p. 173. O negociante açoriano Nicolau Maria Raposo do Amaral, encomendou, em 1780, a António José da Silveira, em Lisboa, “*huma banca para jogar de quatro pernas*.” Cf. SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e – “Ditames do gosto setecentista: o negociante de grosso trato Nicolau Maria Raposo do Amaral, de Ponta Delgada” In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e – *Matrizes da investigação em artes decorativas*, p. 20.

¹¹⁴⁰ “(...) casas como a de José Francisco Alagoa que possui nove mesas de jogo, a par de uma grande maioria que tem entre quatro e oito mesas.” Cf. FRANCO, Carlos – *O mobiliário das elites de Lisboa da segunda metade do século XVIII*, p. 171.

¹¹⁴¹ Cf. BASTO, A. de Magalhães, *Da Vida e dos Costumes da Sociedade Portuguesa no Século XVII*, p.11.

¹¹⁴² Vd. TERRA, Ana Lúcia Silva – *Cortesia e Mundanidade manuais de civilidade em Portugal nos séculos XVII e XVIII*, vol. 1, p. 93.

¹¹⁴³ “Em todas as festas privadas onde eu, como criança, costumava ser recebida havia uma grande sala dedicada às cartas (...)” Cf. TRANT, Clarissa – “The Journal” In *A Guerra Peninsular em Portugal relatos britânicos*, p. 83.

¹¹⁴⁴ “*Sahio à luz: resumo das leis do jogo do Voltarete. Vende-se (...) na loja de Antonio Nunes dos Santos ao Passeio Publico; nas de José Antonio da Madre de Deos, de José Pedro e de Moreira Marques ao Rossio; nas de Borel, de Bertrand e de Francisco Xavier de Carvalho, ao Chiado; na de Reycead, ao Calhariz; na do Livreiro em Alcantara, e na de Jose Tiburcio, em Belem.*” Cf. *Gazeta de Lisboa – Suplemento*, n.º 47, 28 de Novembro de 1806.

¹¹⁴⁵ Em carta enviada à sua irmã, a 17 de Fevereiro de 1816, a condessa de Alva escreve que “*Novidades não há por cá nenhuma a não ser o novo gosto da mana Catarina, que vai passar todas as noites a casa da Salema para jogar o Bóston.*” Cf. HOLSTEIN, D. Mariana de Sousa – *Um olhar feminino sobre Portugal*, p. 123.

iniciou no século XVIII e que privilegiou o whist, o chá e as torradas, em detrimento de uma batota mais pura personificada pelo jogo do faraó¹¹⁴⁶.

A música constituirá um outro aspecto que se tornará relevante, no interior das residências. As salas, agora disponíveis para acolher as assembleias¹¹⁴⁷, onde tinham lugar as récitas, as pequenas peças de teatro, a dança, o jogo de cartas e outros jogos de sociedade, tendem a considerar a relevar a música enquanto meio de distração e o piano encontrará naqueles encontros um terreno muito propício para se afirmar, enquanto instrumento musical de eleição.

O cravo, a espineta e o órgão, que nunca foram presença muito assídua nas residências lisboetas, cederão o lugar ao “*piano-forte*” (Fig. 34) que, ao longo do primeiro quartel do século XIX, começa a constar, muito frequentemente, do recheio das casas, como se pode constatar pela análise dos inventários orfanológicos e pela grande quantidade de anúncios que propõem a sua comercialização, tanto novos¹¹⁴⁸ como usados¹¹⁴⁹, bem como

¹¹⁴⁶ “(...) ainda no último quartel de Setecentos as forças mais conservadoras se apegavam a formas de sociabilidade acentuadamente tradicionais. Na “*Assembleia do Salitre*”, espécie de clube sustentado por vários aristocratas, além de duas das diversões mais benquistas no reinado de D. José, o serão musical e a forte batota (que levou a um encerramento temporário em 1784), o principal atractivo eram os jogos de bola e de péla num recinto próprio.” Cf. ARAÚJO, Agostinho Rui Marques de – *A “Assembleia Britânica” em Lisboa e a sua sede (1771-1819)*, p. 8.

¹¹⁴⁷ “As assembleias, partidas e funções distinguíam-se dos saraus literário-musicais por uma maior informalidade e, sobretudo, pelo facto de o seu objectivo dominante ser o divertimento. Embora fosse de bom tom ter na reunião um poeta, se possível conhecido, que recitasse uns versos às damas presentes, as preocupações literárias estavam ausentes.” Cf. LOUSADA, Maria Alexandre – “Sociabilidades mundanas em Lisboa partidas e assembleias, C. 1760 – 1834” *In Penélope* 19-20, 1998:129-60, p. 136.

¹¹⁴⁸ “O Armazem de Musica de João baptista Waltman, que fica a S. Paulo, defronte da Fabrica de Vidros acaba de receber (...) Pianos-fortes de nova invenção, que merecem a aprovação dos melhores Professores desta Corte, sendo feitos de propósito para o clima de Portugal (...)” Cf. *Gazeta de Lisboa – Segundo Suplemento*, n.º 39, 3 de Outubro de 1801. “João Baptista Weltin, morador na rua nova dos Martyres N.º 34, participa às Pessoas curiosas de Musica que ele acaba de receber Pianos-fortes de Erad freres, sendo huns em forma quadrada e outros em forma de cravo, e outros em forma de órgão (...)”. Cf. *Gazeta de Lisboa – Segundo Suplemento*, n.º 37, 20 de Setembro de 1806.

¹¹⁴⁹ “Nos dias 23, 24 e 25 do corrente mez se hão de vender nas casas, em que assiste o Doutor Moore na rua do Sacramento a Buenos Aires, (...), hum excelente forte-piano, (...) que estará alli patente nos ditos três dias para quem o quizer comprar.” Cf. *Gazeta de Lisboa – Segundo Suplemento* n.º 42, 19 de Outubro de 1799.



Fig. 34 - Piano, 1810-1920 (Museu da Música).



Fig. 35 - Lustre, séc. XVIII (Museu Alberto Sampaio).



Fig. 36 - Estojo de faqueiro 22.07.2014, séc. XVIII (PCV).



Fig. 37 - Paliteiro (porco) séc. XVIII-XIX (P.N.Q.).

pelos registos de encomendas, aquisições¹¹⁵⁰ e concertos¹¹⁵¹ que encontramos em muitos documentos referentes à administração das casas nobres.

O piano rapidamente ultrapassou o estatuto de instrumento musical, redefinindo-se como um símbolo absolutamente necessário à vida social, como o vem a demonstrar a constância da sua presença nas salas que se desenvolverão na sociedade de Oitocentos, onde a música e a cultura em geral se estatuíram como apanágio dos grupos de elite.

Relativamente à iluminação destas diversas salas e salões que se vão afirmando como espaços privilegiados de convivência social, consideramos que os lustres de cristal (Fig. 35) constituem um inequívoco sinal de modernidade. Estes candeeiros não tiram o lugar, nem prestígio, às serpentinhas e castiçais, antes lhes acrescentam “brilho”, através da luz que irradiam a partir do tecto.

Para além dos móveis que temos vindo a elencar, outros objectos existentes na casa deverão ser considerados representativos das mudanças de gosto e de hábitos que encontramos neste período. À semelhança dos anteriores, alguns terão um pendor mais pessoal e honorífico do que decorativo, outros mais eminentemente ostentatórios ou sociais, outros, ainda, merecerão uma referência pela sua novidade. Apesar das diferenças que os separam, todos se subordinam a uma matriz de mudança onde campeiam a modernidade, novas regras de sociabilidade, laivos de conforto, necessidade de afirmação pessoal e, com aparente paradoxo, um percurso decorativo que assenta na procura da sobriedade.

Relacionado com a refeição, referimos os estojos para faqueiro (Fig. 36) que estiveram na moda na segunda metade do século XVIII¹¹⁵² e associado ao consumo de alimentos e a

¹¹⁵⁰ “J’ai reçu de Son Excellence Le Marquis de Marialva la somme de 36 monnais pour un Piano Forte que j’ai livré a son Excellence, Lisbonne le 11 Decembre 1804”. Cf. A.H.S., Arquivo da Casa de Marialva, Caixa 2.

¹¹⁵¹ “Concerto do piano forte 10\$340” Cf. NGM 024 - Lembrança ou Apponto de Despezas (Abril 1812 a Abril 1813).

¹¹⁵² “Tipologia relacionada com a arrumação dos talheres e com evidente efeito decorativo, revelavam-se os estojos de faqueiro, que se desenvolveram em Portugal essencialmente a partir de meados do século XVIII. Geralmente em madeira (por vezes com espelhos e outras ferragens em prata, bronze ou latão), pele de cação ou couro com gravados, eram forrados a veludo, em geral de tonalidade carmesim, e possuíam galão

novas práticas higienistas, os paliteiros. Os primeiros, para um melhor cumprimento de uma feição mais exibicionista, renderam-se a uma construção que exaltava o brilho da prata¹¹⁵³, prevendo-se que os seus proprietários não se rogariam a colocá-los em lugar visível e aparatoso¹¹⁵⁴.

Quanto aos paliteiros, julgamos que começam a surgir em maior número somente no último quartel do século XVIII. À semelhança do que temos vindo a constatar relativamente a muitos outros bens que aqui consideramos modernos, também no que diz respeito a estes, a Casa de Aveiro esteve na vanguarda. No leilão de bens daquela casa é-nos dado conta da existência de cinco, sendo três executados em ouro e dois em prata¹¹⁵⁵, que constitui uma quantidade excepcionalmente elevada, senão uma raridade, atendendo a que aquela almoeda se realizou na década de cinquenta do século XVIII. Registe-se que no inventário realizado, em 1830, por morte do conde de Peniche, cuja casa apresentava um dos maiores acervos de bens executados em prata¹¹⁵⁶ que conhecemos, encontramos referenciados quatro paliteiros.

Estes números, no âmbito do nosso estudo, encontram-se muito acima da média, no que diz respeito às residências estudadas, sendo, somente, superados pelos sete paliteiros que encontramos inscritos num rol de bens de “*prata em poder de M^a Caetana de Tavora*”¹¹⁵⁷.

O principal material utilizado na sua execução era a prata, logo seguida do ouro, sendo muitas vezes decorados com diamantes¹¹⁵⁸, e outros, em número insignificante, fabricados em ágata¹¹⁵⁹ ou marfim¹¹⁶⁰.

dourado a marcar os espaços ou a delimitar superfícies, podendo observar-se ornatos em locais estratégicos.” Cf. SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e – *Artes da Mesa em Portugal*, p. 31.

¹¹⁵³ “(...) A tampa que acompanhava o plano inclinado do expositor coberto de veludo para fazer realçar os cabos de prata das facas, decorava-se com um motivo concheado.” Cf. PINTO, Maria Helena Mendes – “Móveis” In *Artes Decorativas Portuguesas no Museu Nacional de Arte Antiga séculos XV/XVIII*, p. 83.

¹¹⁵⁴ “Os faqueiros tornam-se rapidamente conjuntos de ostentação e prestígio, destinados a serem colocados sobre as credencias ou bufetes de aparato (...)”. Cf. OREY, Leonor d’ – *Ourivesaria*, p. 73.

¹¹⁵⁵ Cf. BÍVAR, Luís – *Inventário e Sequestro da Casa de Aveiro*, p. 35.

¹¹⁵⁶ Vd. FRANCO, Carlos – As pratas do conde de Peniche in *Actas do III Colóquio Português de Ourivesaria*, p. 162.

¹¹⁵⁷ Cf. A.N.T.T., *Arquivo da Casa de Povolide, Prata em poder de M^a Caetana de Tavora*, f. s./n.º. Caetana de Tavora era filha de Miguel Carlos da Cunha Silveira e Tavora, 5º conde de S. Vicente e de D. Rosa Leonarda de Ataíde.

Os tipos mais comuns eram os paliteiros em forma de animais e de frutos¹¹⁶¹, “*com figura de porco*”¹¹⁶² (Fig. 37) ou “*em forma de pêra*”¹¹⁶³ (Fig. 38), por exemplo, os “*de figura*”¹¹⁶⁴ ou, sem qualquer representação, simplesmente “*lavrado*”¹¹⁶⁵ ou “*em forma de cálice transfurado*”¹¹⁶⁶.

Todavia, no que diz respeito aos objectos de ourivesaria, na nossa opinião, aquele que consideramos como sendo um dos mais exemplares símbolos de um grupo social de elite é a caixa para tabaco. Os materiais que a compõem, o seu elevado preço e, conseqüentemente, o grupo restrito que as possui, transformam-na, verdadeiramente, num objecto estratificado e hierarquizado.

Por ordem decrescente de importância, encontramos-las executadas em prata, ouro, tartaruga, marfim, madrepérola, ágata, esmalte, porcelana, sola e charão. Os construtores combinavam, habitualmente, muitos destes materiais, sendo comum a tartaruga surgir associada ao ouro, à prata e ao marfim e a porcelana ao ouro.

¹¹⁵⁸“*Hum paliteiro de ouro e brilhantes feito em França de duas metades todo lavrado em (...) e raminhos com sua guarnição de tarjas, circulos e florinhas de brilhantes guarnecido ao todo com quinhentos e sessenta e quatro brilhantes miudinhos e de vários tamanhos cravados.*” Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de José António da Matta de Sousa Coutinho, 1793, Letra J, Maço 499, n.º 3, f. 21v.

¹¹⁵⁹ “*Paliteiro de pedra ágata de duas metades com bocais de ouro e no botão da mola um diamante rosa*” avaliado em 6\$400 réis. Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de Isabel Josefa de Meneses Breyner, condessa de Ficalho, 1795, Letra C, Maço 14, n.º 694, f. 41v.

¹¹⁶⁰ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de Ana Francisca Mazza, 1808, Letra A, Maço 159, n.º 8, f. s./n.º.

¹¹⁶¹ Relativamente aos paliteiros “*outra característica de Oitocentos foi a valorização da natureza, e daí a opção em larga escala pelos animais, pelos frutos e pelas flores.*” Cf. SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e – *Os paliteiros de prata do Club Portuense*, p. 14.

¹¹⁶² Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de Isabel Josefa de Meneses Breyner, conde do Rio Pardo, 1829, Letra C, Maço 45, n.º 740, f. s./n.º.

¹¹⁶³ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de Francisco Xavier da Silva Freire, 1824, Letra F, Maço 23, f. s./n.º.

¹¹⁶⁴ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo do barão da Vila da Praia, Francisco de Borges garção Atochler, 1829, Letra B, Maço 3, n.º 1, f. 16v-17. Neste caso, poderá, eventualmente, representar um herói ou uma figura mitológica, uma tipologia muito ao gosto do movimento neoclássico. Vd. SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e – *Os paliteiros de prata do Club Portuense*, p. 14.

¹¹⁶⁵ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de António Saldanha Albuquerque Coutinho Matos Noronha, 1771, Letra A, Maço 141, n.º 6, f. 41v.

¹¹⁶⁶ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de Francisco Xavier da Silva Freire, 1824, Letra F, Maço 23, f. s./n.º.

Quanto à decoração, salientamos uma “caixa de Saxonia que serve para tabaco em figura de um Cam Roque com suas molduras ou virolas de ouro” avaliada em 19\$200¹¹⁶⁷ réis e uma “caixa de ouro esmaltada de forma oitavada, sendo esmaltada de azul com cercaduras lavradas esmaltadas de preto e com um paíz na tampa” que foi avaliada em



Fig. 38 - Paliteiro Pêra 1804-18010 (P.C.V. 15.02.2011).



Fig. 39 - Globo terrestre, séc. XIX (P.C.V. 27.09.2013).

¹¹⁶⁷ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de José António da Matta de Sousa Coutinho, 1793, Letra J, Maço 499, n.º 3, f. 28.



Fig. 40 - Sala de Jantar, Palácio de Manique. (Fot. do autor).

64\$000 réis¹¹⁶⁸. Apesar dos montantes destas avaliações serem muito elevados, ficam muito aquém dos 166\$660 réis que foram pagos por uma caixa “*esmaltada de azul com perspectiva de um palácio*” no leilão dos bens da Casa de Aveiro, já aqui referido.

Mais afastado da vida social e da mundanidade, porque se encontravam mais presentes nos gabinetes, devemos salientar os muitos objectos, paradigmáticos de uma sociedade mais iluminada, que associamos ao gosto emergente pela ciência, mas que não ficam isentos de um papel decorativo.

Globos (Fig. 39), mapas, telescópios, “*camara-ópticas com estampas grandes*”, modelos geográficos, “*Theatros Cosmograficos*”, entre muitos outros, inserem-se num universo de bens que não estando eminentemente vocacionados para a decoração, são capazes de gerar

¹¹⁶⁸ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo do conde de Peniche, D. Caetano de Noronha, 1830, Letra C, Maço 33, n.º 6, f. 103-103v.

ambientes diferenciados, fazendo ecoar no interior das residências os ideais iluministas em voga na Europa. São objectos culturais, promotores do conhecimento que os artesãos souberam transformar em mercadoria decorativa e as elites da época compreenderam que não podiam prescindir deles.

Por último, queremos fazer referência à sala de jantar (Fig. 40), um espaço inexistente nas residências lisboetas até muito tarde, que se foi divulgando no terceiro quartel do século XVIII¹¹⁶⁹ e se afirmou, enquanto sala autónoma, de uma forma mais generalizada, na centúria de Oitocentos, como veremos, mais desenvolvidamente adiante.

Talvez pela magnificência e novidade de muitos destes bens decorativos, em conjugação com muitos outros, mais antigos, que compunham as residências das elites lisboetas, D. José Trazimundo, que bem conheceu algumas delas, tenha escrito, referindo-se aos primeiros anos de Oitocentos, que, apesar do país viver a “*época (...) mais desgraçada*” porque “*tinhamos guerra e quasi fome; a maior parte das famílias da Corte estava no Brasil e em França*”, ficava maravilhado “*pela riqueza e magnificência que havia nas nossas casas*”¹¹⁷⁰.

¹¹⁶⁹ Em Paris, no século XVIII, a sala de jantar só existe nas residências de uma elite. Depois de 1750, começa a desenvolver-se, mas continua a ser apanágio de uma minoria. Cf. PARDAILHÉ-GALABRUN, Annik – *La Naissance de l'Intime*, p. 259. Segundo Adam, o aparecimento tardio da sala de jantar em França, ao contrário de Inglaterra, devia-se ao facto dos franceses, após a refeição, se retirarem de imediato para as “salas de companhia”. Cf. THORNTON, Peter – *L'époque et son style la décoration intérieure 1620-1920*, 147.

¹¹⁷⁰ BARRETO, D. José Trazimundo Mascarenhas – *Memórias do Marquês de Fronteira e d'Alorna*, vol I-II, p. 102.

4. OS ESPAÇOS INTERIORES DA CASA E A SUA DECORAÇÃO

4.1. O Vestíbulo

O vestíbulo é o espaço que marca o início do interior da casa ¹¹⁷¹. O visitante deter-se-á nele por um curto período de tempo, pois supõe-se que, rapidamente, seja encaminhado para o interior da residência. Constitui-se, assim, como um lugar de chegada e de passagem que, quando o mobiliário e outros bens decorativos móveis estão ausentes, proporciona à arquitectura, à escultura e à qualidade dos materiais construtivos o papel de lhes conceder uma maior ou menor magnificência.

Quanto à forma, podem ser quadrados, rectangulares (Fig. 41), ou circulares ¹¹⁷² (Fig. 42), devendo, de preferência, possuir duas entradas e uma escadaria construída do lado direito, na medida em que esta posição facilita muito a entrada e saída das viaturas ¹¹⁷³.

¹¹⁷¹ “É um lugar coberto que serve de passagem para diversos compartimentos e que é o primeiro, quando entramos numa residência.” Cf. D’ALEMBERT; DIDEROT – *L’Encyclopédie*, p. 217. “O autor do *Dictionnaire critique pittoresque et sentencieux*, impresso em Lyon em 1768, definiu vestíbulo da seguinte forma: “Compartimento que se encontra à entrada de um edifício e que serve, somente, de passagem.” (...). Antes dele, Daviler esforçou-se por encontrar a origem da palavra, que era uma novidade na língua francesa e que servia para designar um compartimento recentemente entrado nas habitações francesas.” Cf. HARVARD, Henry – *Dictionnaire de l’ameublement et de la décoration : depuis le XIIe siècle jusqu’à nos jours*, vol. 4, p. 1690 (trad. do autor).

¹¹⁷² Os vestíbulos rectangulares deverão ser “mais largos do que compridos para não parecer que têm pouca profundidade”. Cf. BLONDEL, Jacques-François – *Architecture française ou recueil des plans, elevations, coupes et profils*, vol. 1, p. 29 (trad. do autor).

¹¹⁷³ “Nós não devemos negligenciar este princípio, porque, infelizmente, temos muitos exemplos contrários: a maior parte das nossas casas reais pecam neste ponto: é um grande defeito.” Cf. MÉZIÈRES, Camus de – *Le génie de l’architecture, ou l’analogie de cet art avec nos sensations*, p. 98 (trad. do autor). “O palácio insere-se pouco a pouco na vida da cidade, (...). Podemos detectar, assim, subtis novidades que marcam uma viragem na atitude da aristocracia. Uma dessas inovações é ainda perceptível no palácio que o conde de Alvor, um Távora que foi vice-rei da Índia, fez construir na década de noventa, às Janelas Verdes (actual Museu de Arte Antiga). Trata-se da substituição do pátio por um vestíbulo coberto de grandes dimensões, com dois portais simétricos que permitiam a circulação das viaturas.” Cf. MATOS, José Sarmento de – *O Palácio e a Cidade*, in *Actas Colóquio Lisboa Iluminista e o Seu Tempo*, pp.39-40.

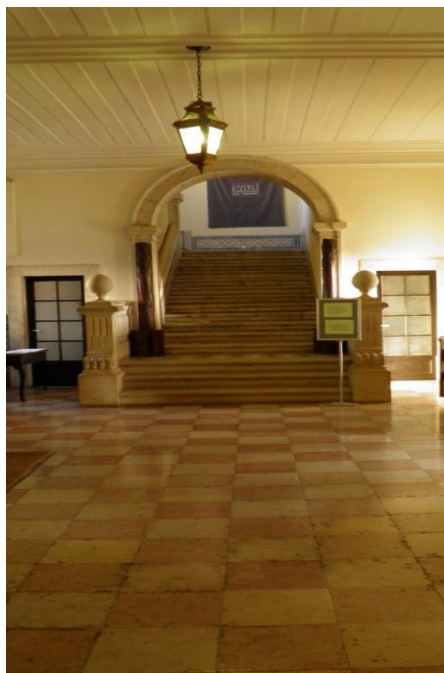


Fig. 41 - Vestíbulo Palácio da Calheta (Fot. do autor).



Fig. 42 - Vestíbulo Palácio da Ega (Fot. do autor).

No que diz respeito à decoração, no caso de Lisboa, são maioritariamente “*simples*”¹¹⁷⁴, ou possuem “*colunas ou pilastras que demarcam nichos circulares nos quais se colocam figuras*”¹¹⁷⁵.

O pavimento mais comum é a pedra, geralmente o mármore ou, por exemplo, o lioz, proveniente da região de Lisboa. Para conseguir um melhor efeito decorativo, fazia-se uma aplicação alternada, em forma de quadrado ou de losango, conjugando dois ou três tons que, mais comumente, são o branco, o negro e o rosa, apesar de existirem outras conjugações possíveis (Figs. 43, 44, 45 e 46). Relativamente aos tons utilizados na decoração do pavimento, não deveriam ser coincidentes com a escadaria principal¹¹⁷⁶ que parte do vestíbulo e acede ao andar nobre.

¹¹⁷⁴ “ (...) não possuem qualquer saliência, sendo somente decorados com pilastras e arcadas a toda a volta”. Cf. BLONDEL, Jacques-François – *Architecture française ou recueil des plans, elevations, coupes et profils*, vol. 1, p. 29 (trad. do autor).

¹¹⁷⁵ Cf. D’ALEMBERT; DIDEROT – *L’Encyclopédie*, p. 217 (trad. do autor).

¹¹⁷⁶ Vd. BLONDEL, Jacques-François – *Architecture française ou recueil des plans, elevations, coupes et profils*, vol. 1, p. 29.



Fig. 43 – Revestimento em pedra mármore, em tons de branco e rosa, pavimento do vestíbulo, palácio da Calheta, Lisboa (Fot. do autor).



Fig. 44 – Revestimento em pedra mármore, em tons de branco e negro, pavimento do vestíbulo palácio da Ega, Lisboa (Fot. do autor).

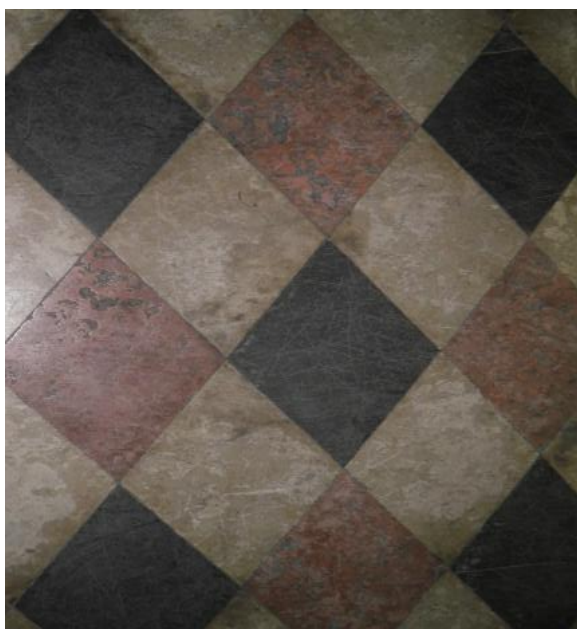


Fig. 45 – Revestimento em pedra mármore, em tons de branco, negro e rosa, pavimento do vestíbulo, palácio Porto Côvo (Fot. do autor).

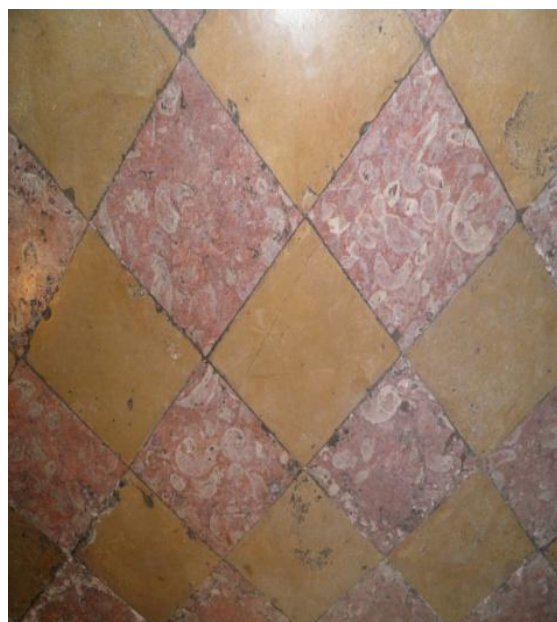


Fig. 46 – Revestimento a pedra mármore e lioz, em tons de amarelo e rosa, pavimento do vestíbulo, palácio de Santos (Fot. do autor).

Relativamente aos tectos, encontramos-los executados em madeira e em estuque. Os primeiros são mais sóbrios, geralmente constituídos por filas de traves, enquanto os segundos se revelam mais sumptuosos. Relativamente às paredes, adquiriam grandeza pela extensão do revestimento em pedra ou pela decoração azulejar¹¹⁷⁷ (Fig. 42), pelos elementos arquitectónicos (Fig. 47), ou pela aplicação de uma imitação marmoreada em estuque colorido, que foi muito comum no século XVIII (Fig.48). Quanto a representações heráldicas, segundo a opinião do arquitecto Carvalho Negreiros, na “*habitação de hum fidalgo casado*”, as “*entradas*”, deveriam ter “*alguns emblemas*”¹¹⁷⁸.

A magnificência deste espaço também dependia muito da sua dimensão e posicionamento da escadaria, como já foi referido anteriormente. Tendo como principal função, assegurar a transição entre o exterior e o interior da residência, teriam “*pouco para ver*”, exigindo-se-lhes, sobretudo, que fossem claros e bastante arejados¹¹⁷⁹, para estarem consonantes com algumas preocupações higienistas que começam a despontar.

A par deste vestíbulo, muitas vezes denominado de loja, poderemos encontrar nalgumas residências um outro espaço, com a mesma denominação, que se situava no cimo da escada principal que, em geral, é um lugar de passagem, com uma dimensão reduzida, que marca o fim da escadaria e o acesso aos diversos compartimentos existentes no piso nobre (Fig. 49).

¹¹⁷⁷ “As paredes das salas e quartos são revestidas de faianças até à altura de 6 ou 7 metros (...). Em muitas casas todas as paredes, tanto no vestíbulo como nas escadas, são cobertas com o mesmo belo revestimento.” Cf. RÜDERS, Carl Israel – *Viagem em Portugal 1798 – 1802*, p. 184.

¹¹⁷⁸ Cf. NEGREIROS, José Manuel de Carvalho e – *Aditamento ao livro intitulado jornada pelo Tejo que foi oferecido a S.Alteza Real o Príncipe Nosso Senhor que Deos guarde em o anno de 1792: por seu author José Manuel de Carvalho Negreiros; o qual offerece agora ao mesmo Serenissimo Real Senhor este aditamento feito no prezente anno de 1797*, f. 91.

¹¹⁷⁹ Cf. HARVARD, Henry – *L'art dans la maison*, p. 322.



Fig. 47 - Pilastra, vestíbulo (pormenor), Palácio Porto Côvo (Fot. do autor).



Fig.48 - Estuque colorido, vestíbulo (pormenor) Palácio da Anunciada (Fot. do autor).

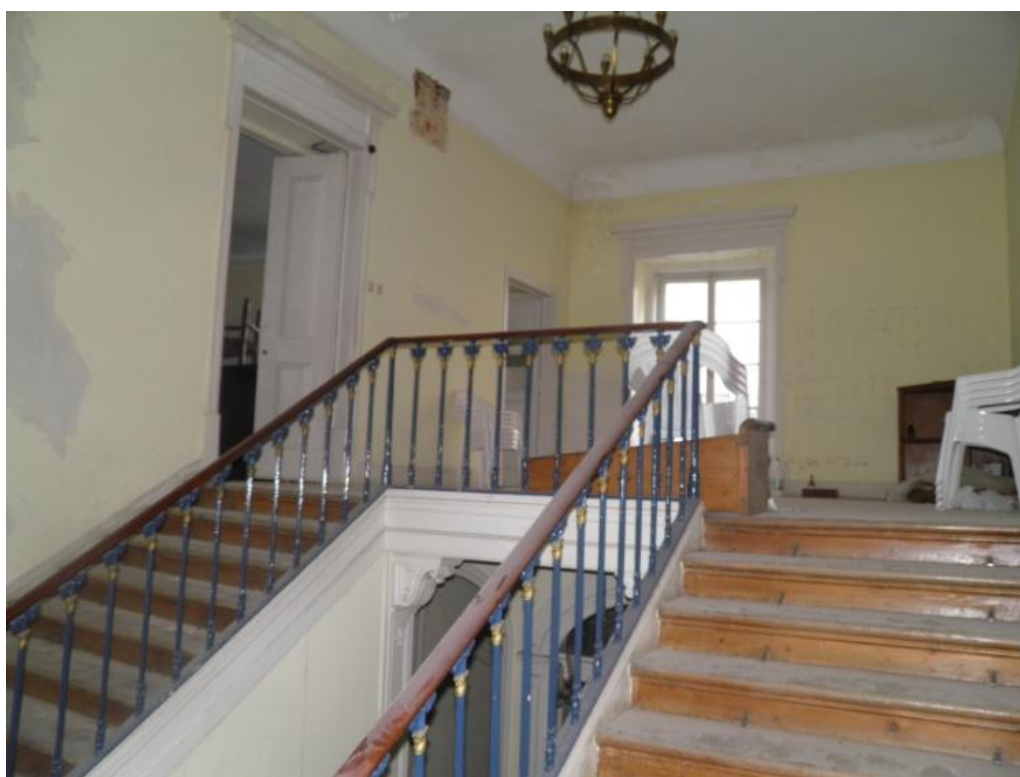


Fig. 49 - Vestíbulo do andar nobre, Palácio Sandomil (Fot. do autor).

4.2. A Escadaria

Nas residências dos grupos de elite, a escadaria tem uma importância que excede muito a função. Para além desta construção veicular o prestígio ao acesso ao andar nobre, enquanto piso superior, também a sumptuosidade¹¹⁸⁰ proporcionada pelos seus lanços e os elementos decorativos que lhes estão associados constituem sinais identificadores de uma tipologia de casa, do estatuto e do poder económico do seu proprietário.

Dependendo da localização urbana, encontramos-a, ora situada ao centro da fachada, ora numa extremidade do edifício. As primeiras eram as preferidas¹¹⁸¹, permitindo um acesso mais directo ao salão, enquanto as segundas, distantes, obrigavam a percursos mais longos e sinuosos.

As escadas podiam ter dois lanços ou, conferindo-lhes uma maior magnificência, um lanço a eixo e, a partir do primeiro patamar, dois outros simétricos e opostos. Ambas partiam, geralmente, de um pátio ou de um vestíbulo, ficando resguardadas dos olhares dos transeuntes (Fig. 50 e 51).

Todavia, quando aqueles não existiam ou eram diminutos, a entrada e a escadaria situavam-se na rua e prolongavam-se no interior, impondo-se mais ostensivamente ao exterior, num movimento que parece pôr em causa anteriores modelos de residência onde imperava o intimismo¹¹⁸² (Fig. 52).

¹¹⁸⁰ “Interiormente, verifica-se nos edifícios palacianos do século XVIII um maior cuidado nos átrios de entrada e escadarias nobres, que se tornam de uma desproporcionada importância.” Cf. MESQUITA, Marieta Dá – *História e arquitectura uma proposta de investigação O Palácio dos marqueses de Fronteira como situação exemplar da arquitectura residencial erudita em Portugal*. vol .1, p. 74.

¹¹⁸¹ “Parece que a escada que é a parte do edifício mais usada deveria ocupar um lugar central; baseados neste princípio muitos dos famosos arquitectos colocaram a escadaria no centro do edifício, para que através dela se possa aceder às diversas assoalhadas que, habitualmente, comunicam entre si”. Cf. BRISEUX, Charles Étienne – *Architecture moderne ou l’art de bien bâtir pour toutes sortes de personnes tant pour les maisons des particuliers que pour les palais contenant cinq traites*, vol 1, p. 65.

¹¹⁸² Vd. MATOS, José Sarmiento de – *O Palácio e a Cidade*, in *Actas Colóquio Lisboa Iluminista e o Seu Tempo*, p. 44.



Fig. 50 - Escadaria, Palácio Távora, Lisboa (fot. do autor).

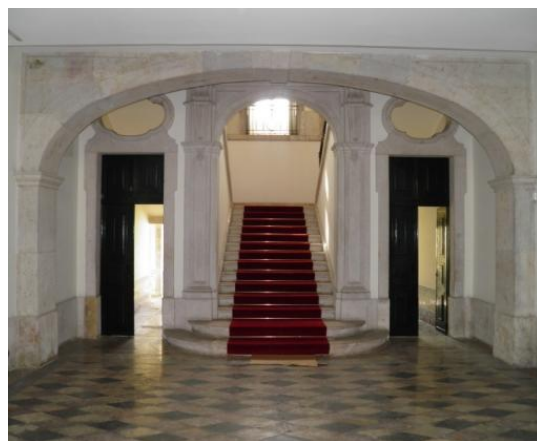


Fig. 51 - Escadaria, Palácio Porto Côvo, Lisboa (Fot. do autor).



Fig. 52 - Escadaria, Palácio Lavradio, Lisboa (Fot. do autor).

Esta zona da casa, à semelhança do que sucede com o vestíbulo, está, habitualmente, desprovida de mobiliário, pelo que, também no caso da escadaria, a magnificência depende muito da arquitectura, destacando-se a importância da sua dimensão, focada na superfície que ocupa, na elevação, altura e largura dos seus degraus¹¹⁸³. Um outro elemento característico do programa decorativo que devemos realçar são os plintos ou os nichos que abrigavam estátuas, bustos ou vasos decorativos, (Figs. 53 e 54), pois “*a existência de escultura parece conveniente e na falta dela deve pintar-se “grisailles”*”¹¹⁸⁴.

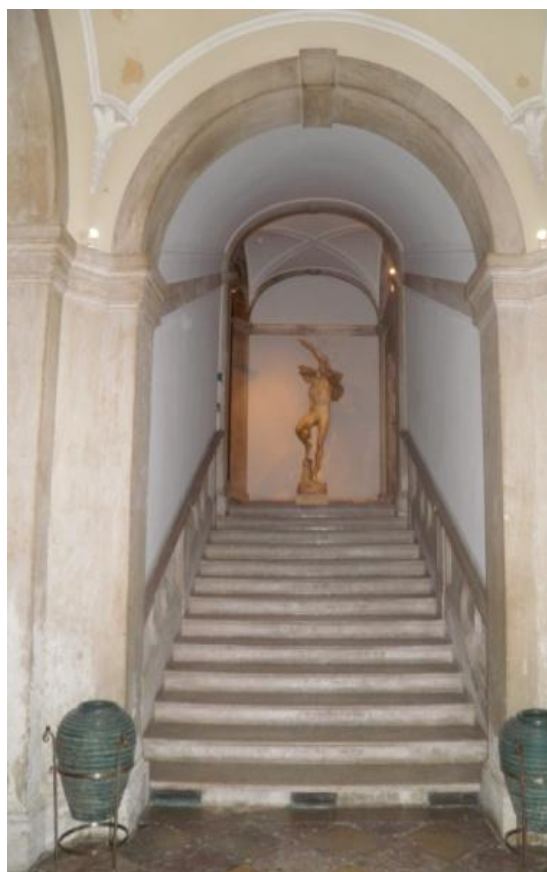


Fig. 53 - Escadaria, Palácio Santos, Lisboa (Fot. do autor).

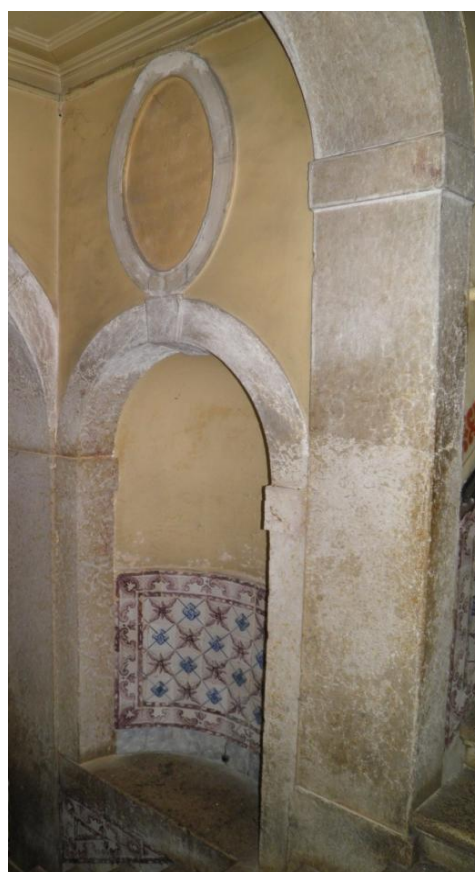


Fig. 54 - Nicho, Escadaria, Palácio pequeno da Anunciada (fot. do autor)

¹¹⁸³ Vd. D'ALEMBERT; DIDEROT – *L'Encyclopédie*. vol .5, p. 930.

¹¹⁸⁴ Cf. D'ALEMBERT; DIDEROT – *L'Encyclopédie*. vol .5, p. 930.

A escadaria, construída em pedra, em mármore ou lioz, por exemplo, apresenta o corrimão apoiado, directamente, numa parede, num muro de apoio ou numa balaustrada. Nos primeiros casos, a decoração fica subordinada ao revestimento a pedra (Fig. 55) ou aos azulejos¹¹⁸⁵ (Fig. 56).



Fig. 55 - Escadaria, Palácio da Anunciada, Lisboa
(Fot. do autor).

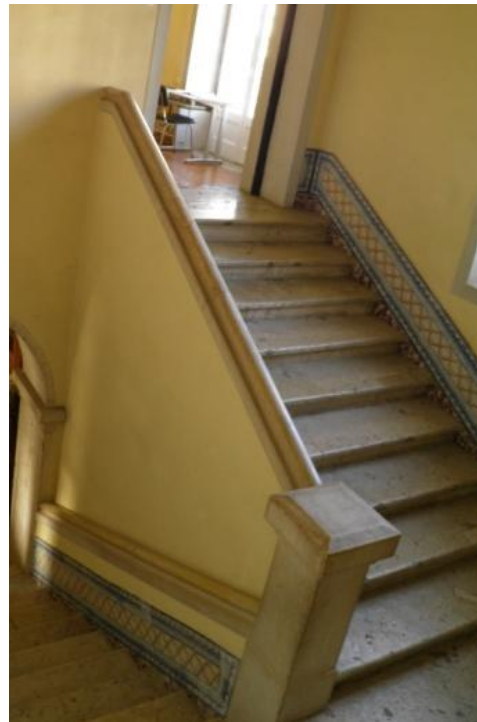


Fig. 56 - Escadaria Palácio da Calheta, Lisboa
(Fot. do autor).

¹¹⁸⁵ “Ao longo da segunda metade do século XVIII, algumas escadas alcançaram acentuado esplendor decorativo, em parte devido ao recorte dos painéis e à intertrofia ornamental, alcançando grande impacto decorativo.” Cf. CÂMARA, Maria Alexandra Trindade Gago da – “A arte de bem viver” a encenação do quotidiano na azulejaria portuguesa da segunda metade de setecentos, p. 215.

Outros elementos decorativos¹¹⁸⁶ são as pilastras decoradas com volutas (Fig. 57) ou com estriados (Fig. 58), por exemplo, e os pilaretes situados nos patamares. Ao longo do corrimão, por vezes, encontramos elementos decorativos que surtem efeito pela repetição, como sucede na escadaria do palácio Nisa (Fig. 59).



Fig. 57 - Pormenor pilastra, Palácio Távora, Lisboa (Fot. do autor)



Fig. 58 - Pormenor pilastra, Palácio da Calheta, Lisboa (Fot. do autor)



Fig. 59 - Pormenor corrimão, Palácio Nisa, Xabregas (Fot. do autor)

A iluminação é outra preocupação referida pelos arquitectos¹¹⁸⁷. Apesar de sabermos que as residências têm muitas zonas de penumbra e que a iluminação tem muita mobilidade, constatamos que a escadaria recebia iluminação natural, a par de uma outra artificial, fixa à parede ou ao tecto, representada pelos candeeiros.

¹¹⁸⁶ Na decoração das escadas “(...) a simplicidade deve sobressair, a suavidade dos lances, a largura dos degraus, a grandeza do vão, a sua dimensão, a simetria, o aparato do edifício, parecem contribuir todos para a decoração.” Cf. D’ALEMBERT, DIDEROT – *L’Encyclopédie*. Vol .5, p. 930.

¹¹⁸⁷ “Ainda que pareça que nós usamos as escadas, tanto de noite como de dia, não é menos verdade que devemos estar atentos a uma igual distribuição da luz nos lances da escada e nos patamares; neste caso, não chega que os iluminemos somente numa das faces, porque os lances que estão opostos à luz, estão quase todos na penumbra: um defeito que encontramos na grande maioria dos palácios de Paris.” Cf. D’ALEMBERT; DIDEROT – *L’Encyclopédie*. vol. 5, p. 930. As escadas que tinham balaústres eram mais iluminadas do que as outras construções por nós referidas.

Existiriam, habitualmente, três pontos de luz. Um primeiro, na zona do vestíbulo¹¹⁸⁸ ou junto da porta¹¹⁸⁹, depois, um outro, de parede, na escadaria¹¹⁹⁰ e, por último, um terceiro, no “*cimo das escadas*”¹¹⁹¹. Nalgumas casas, encontram-se dois candeeiros no patamar de saída¹¹⁹², confirmando-nos que a iluminação aumenta à medida da dignidade dos espaços.

No palácio da Anunciada, a responsabilidade da manutenção dos candeeiros existentes nestes espaços cabia ao porteiro, que tinha a obrigação de “*preparar os lampiões que dão luz a Escada e Loja*” e “*antes das Ave Marias*”¹¹⁹³ *deve assender o lampião da Loja e candeeiro da Escada*”¹¹⁹⁴.

A generalidade dos candeeiros utilizados nas escadarias era executada em folha-de-Flandres pintada, dourada ou em latão. Aconselhava-se que nestas zonas da residência, que são de passagem e menos abrigadas do vento, se usassem lanternas, como é o caso de uma que estudámos, que era executada em “*folha dourada com três vidros*”¹¹⁹⁵. Estas seriam mais caras, nomeadamente pela necessidade de serem guarnecidas com vidros. Cristóvão da Costa, mestre vidraceiro, por exemplo, cobrou 300 réis ao conde de Vilanova, pela aplicação “*de três ditos em hum candeeiro novo*”¹¹⁹⁶. Na mesma casa, encontramos, entre muitas outras, uma “*conta da obra de folha de Flandres*” onde “*por consertar 3 candeeiros grandes de pôr na parede e que levaram também vidros novos*”¹¹⁹⁷ foram cobrados 2\$400 réis.

¹¹⁸⁸ Vd., por exemplo, A.N.T.T., *Arquivo da Casa de Rio Maior*, Maço 44, f. s./n.º.

¹¹⁸⁹ Cf. A.N.T.T., *Arquivo da Casa de Abrantes*, Livro 105, f. s./n.º.

¹¹⁹⁰ Vd., por exemplo, A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de D. Maria Francisca Antónia da Piedade de Sousa, marquesa das Minas (1787), Letra M, Maço 113, n.º 7, f. 93 v.

¹¹⁹¹ Vd., por exemplo, A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo do Cardeal Patriarca de Lisboa, D. Tomás de Almeida, 1754, Letra C, Maço 82, n.º 1, f. s./n.º.

¹¹⁹² Vd., por exemplo, A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo do Cardeal Patriarca de Lisboa, D. Tomás de Almeida, 1754, Letra C, Maço 82, n.º 1, f. s./n.º.

¹¹⁹³ Pelas 6 horas da tarde.

¹¹⁹⁴ Cf. A.N.T.T., *Arquivo da Casa de Rio Maior*, Maço 44, f. s./n.º.

¹¹⁹⁵ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo do Cardeal Patriarca de Lisboa, D. Tomás de Almeida (1754), Letra C, Maço 82 n.º 1, f. s./n.º.

¹¹⁹⁶ Cf. A.N.T., *Arquivo da Casa de Abrantes*, Livro 105, f. s./n.º.

¹¹⁹⁷ Cf. A.N.T., *Arquivo da Casa de Abrantes*, Livro 110, f. s./n.º.

Apesar da reconhecida monumentalidade de algumas escadas, da magnificência de muitas delas, e não pretendendo retirar-lhes importância no papel que lhes cabe no contexto da ostentação estrutural e decorativa, registamos alterações que a secundarizam.

A escadaria, inserida num vestíbulo, começa a ficar ensombrada por um pórtico que lhe retira notoriedade e por um patamar de saída que antecede as salas que sabemos verdadeiramente dignas¹¹⁹⁸, que, nesta nova residência, se tornaram muito mais sociais.

4.3. Os Salões¹¹⁹⁹

4.3.1. O Salão e a Vida Social

O salão, “habitualmente destinado a receber as pessoas distintas, às festas, aos bailes, aos concertos, etc.”¹²⁰⁰, constitui-se como um espaço social, restrito a uma elite reconhecida, onde se entra por convite porque a residência não tem um carácter público. No final do século XVIII, as festas começam a realizar-se num dia da semana previamente definido, como acontecia em casa dos “Angejas”¹²⁰¹ que “gostam muito de companhia, recebem muito bem e agora vão dar assembleias todas as segundas-feiras”¹²⁰². Esta regularidade, com um dia fixo, assegurava a perenidade dos encontros e a constituição de um grupo que habitualmente se encontrava, sem haver necessidade de uma renovação formal dos convites¹²⁰³.

Apesar desta abertura ao exterior, assistimos a um aumento da privacidade no interior das residências porque as novas recepções, mais restritas e elitistas, distanciam-se dos ambientes mais hospitaleiros que caracterizaram os períodos anteriores. O anfitrião, por

¹¹⁹⁸ Vd. GIROUARD, Mark – *La vie dans les châteaux français*, p. 134.

¹¹⁹⁹ Este ponto foi publicado in SOUSA, Gonçalo Vasconcelos e (Dir.) – *Matrizes da Investigação em artes Decorativas III*, pp.117-132, fazendo parte da investigação desenvolvida neste doutoramento, agora acrescentado e actualizado.

¹²⁰⁰ Cf. BLONDEL, Jacques-François – *Architecture françoise ou recueil des plans, elevations coupes et profils*, vol. 1, p. 30 (trad. do autor).

¹²⁰¹ O 6º marquês de Angeja, D. João de Noronha Camões de Albuquerque e Sousa Moniz estava casado, nesta data, com D. Mariana José Rita de Castelo-Branco, filha dos 1ºs marqueses de Belas. Cf. ZÚQUETE, Afonso Eduardo Martins – *A nobreza de Portugal e do Brasil*, vol. 2, p. 283.

¹²⁰² Cf. HOLSTEIN, D. Mariana de Sousa – *Um olhar feminino sobre Portugal*, p.361.

¹²⁰³ Cf. LILTI, Antoine – *Le monde des salons sociabilité et mondanité à Paris au XVIII siècle*, p. 65.

sua vez, verá o interior da sua residência mais exposto, obrigando-o a um outro zelo, sabendo que os comentários acerca das festas circulam com celeridade e que estes eventos podem ser um bom meio para conseguir mostrar a sua grandeza e poder. A este propósito, D. Mariana de Sousa Holstein escreveu, em carta a sua irmã, que a “*feira de D. Miguel (...) foi magnífica*” acrescentando que “*quarta-feira houve outra em casa da Condessa dos Arcos, houve baile e ceia, tudo muito abundante mas não tão delicado nem tão bem servido como em casa da Condessa de Vimieiro*”¹²⁰⁴.

Estes encontros em casa começam a proliferar, prolongando-se até muito tarde, pois, segundo dizem, “*os portugueses, quando a oportunidade se lhes oferece, perdem a cabeça com divertimentos*”¹²⁰⁵, como sucedeu com “*os convidados do Conde de Pombeiro, cuja festa principiou pouco antes do crepúsculo, só o deixaram às seis horas da madrugada*”¹²⁰⁶. Algumas destas festas, decorrem em torno de três importantes momentos: a ceia, o fogo-de-artifício e a dança, numa demonstração de que viver nobremente implica gastar dinheiro e tempo em actividades que nada têm a ver com a subsistência¹²⁰⁷.

Os convidados, tal como os donos da casa, manifestavam idêntica preocupação com a presença nestes eventos sociais, conforme notam os estrangeiros que viveram em Lisboa e os frequentaram. Segundo Ruders, as mulheres portuguesas não esqueciam a “*superabundante quantidade de jóias de que usam nos dias de gala*”¹²⁰⁸. Clarissa Trant corrobora desta opinião ao escrever no seu diário que foi “*a um baile dado por Lord Beresford ao Duque e à Duquesa de Bedford*” e ficou “*deslumbrada pelo brilho dos diamantes*”¹²⁰⁹ e Marian Baillie, mais peremptória, considera que “*os diamantes são quase indispensáveis para as pessoas que se movem na boa sociedade*”¹²¹⁰.

José Daniel Rodrigues da Costa, um poeta sempre disponível para cantar criticamente os costumes do seu tempo, evidencia, num dos seus poemas, o nervosismo de uma mulher

¹²⁰⁴ Cf. HOLSTEIN, D. Mariana de Sousa – *Um olhar feminino sobre Portugal*, p.33.

¹²⁰⁵ Cf. BECKFORD, William – *Diário de William Beckford em Portugal e Espanha*, p. 84.

¹²⁰⁶ Cf. BECKFORD, William – *Diário de William Beckford em Portugal e Espanha*, p. 84.

¹²⁰⁷ Cf. MADUREIRA, Nuno Luís – *Lisboa luxo e distinção: 1750-1830*, p.80.

¹²⁰⁸ Cf. RUDERS, Carl Israel – *Viagem em Portugal 1798 – 1802*, p. 165.

¹²⁰⁹ Cf. TRANT, Clarissa – “The Journal” in *A Guerra Peninsular em Portugal relatos britânico*, p. 107.

¹²¹⁰ Cf. BAILLIE, Marian – *Lisboa nos anos de 1821, 1822 e 1823*, p. 108.

que, antes da festa, “*Levanta a voz, e diz desesperada,/ Vê bem se vou airosa,/ Afofa-me esse cú, põe-me esse chulé,/ Que outra como eu nas modas não me iguale*”¹²¹¹.

Estes relatos são sinais que denotam práticas e rotinas que poderiam ter tido influência muito para além da vida no interior do salão. Referimo-nos, por exemplo, à moda e ao vestuário que teriam encontrado, aqui, um campo de desenvolvimento com repercussões no exterior.

Um comportamento adequado, nestas ocasiões, revelava-se fundamental e na ausência da “*polidez*”, muitas vezes confundida com civilidade¹²¹², havia a necessidade de encarnar um conjunto de normas e valores que se exigiam aos frequentadores dos salões. Os manuais de civilidade, neste caso, podiam prestar uma boa ajuda, através de indicações precisas¹²¹³.

A conversa, por exemplo, começava a ser privilegiada nestes encontros, considerando-se que a troca de informações e o confronto de ideias promovem o conhecimento e a coesão social¹²¹⁴, pelo que, num daqueles manuais se exalta “*a conversação*” que “*he o vinculo, e a alma da sociedade, e das Assembleias, e a que faz mais estimável qualquer pessoa*”¹²¹⁵. Associa-se, ainda, um determinado tipo de conversas ao salão¹²¹⁶. Outros conselhos se sucediam acerca da dança¹²¹⁷, da música¹²¹⁸ e do jogo¹²¹⁹ que constituíam os principais divertimentos existentes numa festa.

¹²¹¹ Cf. COSTA, José Daniel Rodrigues – *Modas do Tempo descobertas na quarta parte dos Opios*, p.9.

¹²¹² “*A polidez é quase sempre confundida com a civilidade. (...) Toda as pessoas são capazes de aprender a civilidade que não é mais que a prática de certos termos e certas cerimónias arbitrarias, sujeita como a linguagem aos usos e costumes de cada país; mas a polidez não se aprende sem uma disposição natural (...)*”. Cf. *Encyclopedie ou Dictionnaire Raisonné des Sciences, des Arts et des Métiers par une société de gens de lettres*, vol. 12, p. 916 (trad. do autor).

¹²¹³ Acerca dos manuais de civilidade Vd. CÂMARA, Maria Alexandra Gago da – *A arte de bem viver: a encenação do quotidiano na azulejaria portuguesa da segunda metade de setecentos*.

¹²¹⁴ Acerca deste assunto, Vd. MONTANDON, Alain – “*Conversation*” in MONTANDON, Alain – *Dictionnaire Raisonné de la Politesse et du Savoir-Vivre*, p.126 (trad. do autor).

¹²¹⁵ Cf. SIQUEIRA, João de N.^a Sra. da Porta – *Escola de Politica ou tratado pratico da civilidade portuguesa*, p. 59.

¹²¹⁶ Vd. LILTI, Antoine – *Le monde des salons Sociabilité et mondanité à Paris au XVIII siècle*, p. 66.

¹²¹⁷ “*se se trata de dançar*” aconselha-se que “*o Cavalheiro o não deve fazer se não com aquella Senhora, que o dono da casa, ou quem dirigir o baile lhe indicar*”. Cf. SIQUEIRA, João de N.^a Sra. da Porta – *Escola de Politica ou tratado pratico da civilidade portuguesa*, p. 144.

¹²¹⁸ Relativamente à música é aconselhado que “*havendo de tocar-se, cantar-se, ou glosar-se, o Cavalheiro ainda que tudo isto saiba fazer, não o deve mostrar*”. Cf. SIQUEIRA, João de N.^a Sra. da Porta – *Escola de Politica ou tratado pratico da civilidade portuguesa*, p. 146.

Nestes eventos, a dança, onde se exige um controlo absoluto e a mais perfeita postura¹²²⁰, assume uma particular importância¹²²¹. Alguns bailes tornaram-se famosos, como os que se realizavam no palácio da Ega¹²²² (fig.60), na “*famosa sala das colunas*” onde, segundo a descrição D. José Trazimundo, marquês de Fronteira um “(...) *grande número de senhoras portuguesas e francesas em grande toilette e de imensos oficiais de diferentes nações com brilhantes uniformes (...) tornavam aqueles bailes esplêndidos e magníficos*”¹²²³.



Fig.60 - Salão, palácio da Ega, Lisboa (Fot. do autor).

¹²¹⁹ Quanto ao jogo, os manuais referem que é de bom tom que se “*tenha toda a circumspecção nele, não porfie nem levante a voz*” e que se “*fuja dos jogos, que proíbem as leis*”. Cf. SIQUEIRA, João de N.^a Sra. da Porta – *Escola de Política ou tratado pratico da civilidade portuguesa*, p. 147.

¹²²⁰ Cf. LEFERME-FALGUIÈRES, Frédérique – *Les courtisans Une société de spectacle sous l’Ancien Régime*, p. 269.

¹²²¹ “(...) a dança de salão e as boas maneiras assumem um carácter honorífico é porque através delas se pode perceber que alguém dispõe de tempo, dinheiro e perseverança, para aprender a dançar e a comportar-se em sociedade.” Vd. MADUREIRA, Nuno Luís – *Lisboa luxo e distinção: 1750-1830*, p.80.

¹²²² “O 2º conde da Ega, Aires José Maria de Albuquerque, era o proprietário do palácio quando Junot se instalou em Lisboa; tomou o partido do Marechal francês, que se instalou no velho Palácio dos Saldanhas, e se fez amante da segunda mulher do conde, a linda Juliana Maria Luísa Sofia de Oyenhausen de Almeida, filha da insigne marquesa de Alorna.” Vd. ARAÚJO, Norberto de – *Peregrinações*, Livro 9, p. 54.

¹²²³ Cf. BARRETO, D. José Trazimundo Mascarenhas – *Memórias do Marquês de Fronteira e d’Alorna*, vol. 1-2, p. 45.

Noutras festas, os convidados ainda precisariam de se aperfeiçoar, como sucedeu “*no primeiro dia de assembleia em casa da marquesa de Angeja*” onde a duquesa de Lafões e a irmã “*dançaram toda a noite com os noivos, elas menos-mal, mas eles ainda necessitam muito das instruções de Monsieur le Beau*”¹²²⁴.

A música constava dos divertimentos das elites urbanas, sendo muito importante para a sua educação¹²²⁵. Os concertos privados tiveram um papel relevante nas festas que se realizavam nos salões lisboetas da segunda metade do século XVIII e primeiro quartel do XIX. Na administração das casas nobres encontramos muitas referências a pagamentos a músicos, bem como montantes despendidos com o aluguer de instrumentos musicais. É o caso da “*conta dos Cantores, órgão, organista e meninos para os serões*”¹²²⁶, dos “*tambores e músicos dia de Natal a 240*”¹²²⁷ ou “*por 6 rabecas, por 2 rabecoís, por 2 oboes, por 2 trompas*” que custaram 86\$400 réis¹²²⁸.

Algumas festas exigiam a contratação de um grande número de músicos, e a uma deslocação que os obrigava a dormir no local dos festejos. Neste caso, para além das refeições que lhes estavam destinadas, como “*os três adens*” ou os “*quinze frangos para os músicos*” também se providenciava a dormida, alugando-se “*camas para os músicos*”¹²²⁹.

Apesar da importância da música, dos inúmeros professores e dos constantes anúncios que propõem a venda de instrumentos musicais, conforme já constatámos num capítulo anterior, muitas destas casas não os possuíam. Verificamos, neste aspecto, que somente a partir do final de Setecentos e, sobretudo, nos primeiros anos do século XIX, é possível registar, com mais regularidade, a sua presença.

Por outro lado, nas residências que os possuem, é habitual constatar-mos a presença, pelo menos, de dois instrumentos musicais. Para além da existência de um cravo e de um

¹²²⁴ Cf. HOLSTEIN, D. Mariana de Sousa – *Um olhar feminino sobre Portugal*, p.363.

¹²²⁵ Cf. LILT, Antoine – *Le monde des salons sociabilité et mondanité à Paris au XVIII siècle*, p. 251.

¹²²⁶ Cf. A.N.T.T. *Arquivo da Casa de Abrantes*, Livro 108, f. s./n.º.

¹²²⁷ Cf. *Arquivo N. G. M.*, 024, Lembrança ou Apponto de Despezas, f. s./n.º.

¹²²⁸ Cf. A.N.T.T. *Arquivo da Casa de Abrantes*, Livro 108, f. s./n.º.

¹²²⁹ Cf. A.N.T.T., *Arquivo da Casa de Abrantes*, Livro 110, f. s./n.º.

piano¹²³⁰, que é o mais comum, também encontramos cravos¹²³¹ a par de órgãos¹²³², de saltérios¹²³³, de manicórdios¹²³⁴ ou de espinetas¹²³⁵, e pianos com guitarras¹²³⁶.

A grande maioria dos instrumentos musicais, seria importada de Inglaterra, como sucedeu com o “*cravo piano forte feito em Londres por um author alemão Longmas de 5 outavas*”, pertença da marquesa das Minas¹²³⁷. Outros, em menor número, proviriam de França, como é o caso de “*hum grande forte Piano, marcado R. L.*”, encomendado pela casa de Rio Maior, e transportado pelo “*navio Nossa Sra. da Guia (...) que vem de Nantes*”¹²³⁸.

A propósito dos interesses musicais, Marian Baillie referindo-se a uma festa onde esteve presente, relata-nos que aquela “*terminou com uma modinha*¹²³⁹ *brasileira, em cujo coro foi acompanhado pelo grupo, parcialmente de cor, dos seus criados (...), que tinham recebido autorização para entrar na sala e participar na nossa animação*”¹²⁴⁰. Esta presença dos criados nos salões não deve ser entendida como um acto isolado, atendido a

¹²³⁰ Cf. A.N.T.T. *Inventários Orfanológicos*, Processo do conde da Ponte, José António de Sousa Saldanha de Meneses e Castro, 1785, Letra C, Maço 82, n.º 6, f. s./n.º.

¹²³¹ Cf. A.N.T.T. *Inventários Orfanológicos*, Processo da marquesa das Minas, D. Maria Francisca Antónia da Piedade de Sousa, 1787, Letra M, Maço 113, n.º 7, f. 35v.

¹²³² Cf. A.N.T.T. *Inventários Orfanológicos*, Processo de Bernardo Pereira Gusmão, 1785, Letra B, Maço 21, n.º. 589, f. 9 v.-10.

¹²³³ Cf. A.N.T.T. *Inventários Orfanológicos*, Processo de António de Sá Rebelo Osório, 1802, Letra A, Maço 120, n.º. 5, f. 52. O saltério “*é um instrumento triangular de treze ordens de cordas, umas de aço e outras de latão, que se toca com uma varinha de ferro*”. Cf. VIEIRA, Domingos – *Grande Dicionário Portuguez ou Thesouro da Língua Portuguesa*, vol. 4, p. 1110.

¹²³⁴ Cf. A.N.T.T. *Inventários Orfanológicos*, Processo de António Peixoto de Almeida e Silva, 1790, Letra A, Maço 41, n.º 1, f. 38. O manicórdio é “*um instrumento de cordas de arame, de teclado, etc.*” Cf. VIEIRA, Domingos – *Grande Dicionário Portuguez ou Thesouro da Língua Portuguesa*, vol. 4, p. 101.

¹²³⁵ Cf. A.N.T.T. *Inventários Orfanológicos*, Processo de Luís de Vasconcelos e Sousa, 1801, Letra L, Maço 12, n.º 2, f. 53.

¹²³⁶ Cf. A.N.T.T. *Inventários Orfanológicos*, Processo de Henrique José Borges Correia Pinto, 1828, Letra H, Maço 2, n.º 3, f. 12.

¹²³⁷ Cf. A.N.T.T. *Inventários Orfanológicos*, Processo da marquesa das Minas, D. Maria Francisca Antónia da Piedade de Sousa, 1787, Letra M, Maço 113, n.º 7, f. 35v.

¹²³⁸ Cf. A.N.T.T., *Arquivo da Casa de Rio Maior*, Maço 18, f. s./n.º.

¹²³⁹ “*No repertório dos salões aristocráticos e burgueses irá adquirir especial importância a partir de 1770 um género de canção sentimental designado por modinha que parece ter sido originalmente importado do Brasil para a metrópole pela mão do poeta e cantor mulato Domingos Caldas Barbosa. A ela se encontra associado um outro género de canção dançada de origem afro-brasileira, o lundum, caracterizado pelos seus ritmos sincopados e pela sua voluptuosidade*”. Cf. BRITO, Manuel Carlos de; CYMBRON, Luísa – *História da Música Portuguesa*, p. 120.

¹²⁴⁰ Cf. BAILLIE, Mariane – *Lisboa nos anos de 1821, 1822 e 1823*, p. 284.

que a representação de peças teatrais, “*uma das principais metáforas da mundanidade*”¹²⁴¹, foi uma das ocupações favoritas das elites.

Desde meados do século XVII, os donos da casa usavam os criados como actores, pelo que se recorria a textos muito simples, como os entremezes que eram curtos, não devendo ultrapassar as cinco ou seis personagens¹²⁴². Acerca deste assunto, Marian Baillie descreve-nos uma representação em casa da condessa de Anadia, que teve “*como actores apenas as suas três filhas e as criadas da casa*” e que “*não podia ter sido mais bem organizado: o teatrinho, cenário, guarda-roupa, iluminação, tudo era perfeito*” e que “*a assistência era numerosa*”¹²⁴³.

Estes espectáculos amadores obrigavam a ensaios, múltiplas leituras e vários outros preparativos, numa partilha conjunta que contribuía para consolidar as relações entre os diversos intervenientes. Tendo-se tornado numa das ocupações favoritas das elites e pela importância que lhes era atribuída, algumas casas nobres possuíam salas de teatro particulares¹²⁴⁴ (Fig. 61). As muitas outras que não as tinham, usavam o salão como principal palco e sentavam os espectadores em “*tamboretas dobradiças para o teatro*”¹²⁴⁵, tornando muito ténue, a fronteira que existia entre estes e os actores.

¹²⁴¹ O teatro “*serve muitas vezes para denunciar falsas aparências numa sociedade que não é mais do que um universo de máscaras, onde cada um desempenha o seu papel.*” Cf. LILT, Antoine – *Le monde des salons sociabilité et mondanité à Paris au XVIII siècle*, p. 249.

¹²⁴² Cf. TINHORÃO, José Ramos – *Os negros em Portugal uma presença silenciosa*, p. 275.

¹²⁴³ Cf. BAILLIE, Marian – *Lisboa nos anos de 1821, 1822 e 1823*, p. 203.

¹²⁴⁴ “*Alguns palácios tinham junto um pequeno teatro para ópera, como o dos Marqueses de Marialva, em Marvila, o de Ludovici, onde se puseram em cena os contos de Marmontel, o dos condes de Sampaio e Almada, da viscondessa de Anadia, e, mais celebrado, o do morgado de Assentis.*” Cf. BEIRÃO, Caetano – *D. Maria I 1777 – 1792 subsídios para a revisão da história do seu reinado*, pp. 271-280.

¹²⁴⁵ Cf. FRANCO, Carlos – *O mobiliário das elites de Lisboa na segunda metade do século XVIII*, p. 74.



Fig. 61 - Vista parcial do palco, sala de teatro, Palácio Porto Côvo, Lisboa (Fot. do autor).

Uma outra actividade que tinha lugar nos salões era o jogo de prendas¹²⁴⁶, muito apreciado pelas senhoras¹²⁴⁷ e que constava “*em que a pessoa, que perde, dá uma peça sua, que se chama prenda, e no fim do jogo sentenceya-se o dono de cada prenda a fazer alguma coisa em pena*”¹²⁴⁸, pelo que se exigia uma sala espaçosa¹²⁴⁹.

O salão tornou-se o espaço interior promotor da sociabilidade mundana, apressando a distinção entre sociedade e vida familiar¹²⁵⁰. Por outro lado, associou as vivências sociais ao aparato, tornando-se no compartimento mais faustoso e sujeito a maiores preocupações

¹²⁴⁶ Júlio Dantas classifica, jocosamente, este jogo, como “*o passatempo ideal das sociedades sem espírito*”. Cf. . DANTAS, Júlio – *O Amor em Portugal no Século XVIII*, p. 172.

¹²⁴⁷ “*Era muito costume as senhoras sentarem-se sobre os calcanhares e entregarem-se a jogos de prendas ou outros ingénuos divertimentos*”. Vd. BEIRÃO, Caetano – *D. Maria I 1777 – 1792 subsídios para a revisão da história do seu reinado*, p. 280.

¹²⁴⁸ Cf. SILVA, António de Moraes – *Diccionario da Língua Portuguesa: recopilado de todos os impressos até o presente*, vol. 2, p. 492.

¹²⁴⁹ “*(...) para jogar se faz primeiramente hum circulo, ou roda das pessoas que devem entrar no Jogo; estas humas vezes ficarão de pé, e outras sentadas, segundo o determinar quem reger o mesmo Jogo, a quem pertence a denominação de Presidente*”. Cf. *Passatempo Honesto, e Familiar, ou collecção de quarenta e outo jogos geralmente conhecidos pela denominação de jogos de prendas; entretenimento para passar divertidas as grandes noites de Inverno, com diferentes sentenças adequadas para augmentar o divertimento*, p. 6.

¹²⁵⁰ Cf. LILT, Antoine – *Le monde des salons sociabilité et mondanité à Paris au XVIII siècle*, p. 96.

decorativas. Quando, por ocasião das festas, a sua dimensão não era suficiente abriam-se as portas de outras salas anexas, conseguindo um maior engrandecimento da função, como sucedeu numa festa em casa da condessa de Anadia, onde “*todos os salões, tanto em cima como em baixo, estavam abertos*”¹²⁵¹.

4.3.2. O Salão, Aspectos Decorativos

O salão das residências lisboetas situava-se, geralmente, no primeiro andar. Possuía um pavimento revestido a madeira de pinho, ou outras mais nobres. No caso destas últimas, que era menos comum, a opção pela conjugação de dois tipos de madeira proporcionava um efeito decorativo mais exuberante, que se conseguia pelos contrastes da cor das madeiras.

Sobre o pavimento colocar-se-ia um tapete que tanto podia ser “*uma esteira para a sala grande*”¹²⁵², como uma “*alcatifa muito grande, aveludada, de várias cores com trinta e seis pés de comprido*”¹²⁵³, ou “*uma alcatifa da Índia com sete varas de comprido, por três varas de largo*”¹²⁵⁴, entre outras soluções.

Quanto ao tecto, registamos a existência de muitos executados em madeira, em caixotão, de formas diversas, com molduras, decorados com talha (Figs. 62 e 63) ou pintados¹²⁵⁵ (Fig. 64). O estuque, na segunda metade do século XVIII, afirmar-se-á como um programa decorativo muito apreciado em muitas residências lisboetas¹²⁵⁶ e o tecto será escolhido

¹²⁵¹ Cf. BAILLIE, Mariane – *Lisboa nos anos de 1821, 1822 e 1823*, p. 203.

¹²⁵² Cf. *Arquivo N.G.M.*, 003, Caixa Anno 1800.

¹²⁵³ Cf. A.N.T.T. *Inventários Orfanológicos*, Processo da marquesa das Minas, D. Maria Francisca Antónia da Piedade de Sousa, 1787, Letra M, Maço 113, N.º. 7, f. 36 v.

¹²⁵⁴ Cf. A.N.T.T. *Inventários orfanológicos*, Processo do conde da Ponte, José António de Sousa Saldanha de Meneses e Castro, 1785, Letra C, Maço 82, N.º. 6, f. 36.

¹²⁵⁵ “*O terramoto de 1755 e o incêndio que se lhe seguiu destruíram ou danificaram seriamente uma boa parte do património edificado da cidade de Lisboa. A construção de tectos em fasquiado de madeira, já utilizados em Lisboa na primeira metade do século XVIII, servindo de suporte a pintura ou mesmo a estuque, tornou-se a alternativa rápida e económica às pesadas abóbadas em cantaria e às decobertas em abobadilha de tijolo.*” Cf. MENDONÇA, Isabel Mayer Godinho – *Estuques decorativos a evolução das formas (sécs. XVI a XIX)*, p. 36.

¹²⁵⁶ Os estuques tiveram um importante na decoração interior das casas senhoriais portuguesas. A presença em Portugal, de estucadores ítalo suíços revolucionou, neste país, a arte do estuque que “*(...) passou a ombrear, nos interiores civis e religiosos, com as artes decorativas de maiores tradições lusitanas, como o azulejo, a talha e a pintura decorativa.*” Cf. MENDONÇA, Isabel Mayer Godinho – “*Estuques decorativos*

como suporte privilegiado, exibindo grandes composições figurativas¹²⁵⁷ (Fig. 65). Estas, na maior parte dos casos, inserem-se num painel central, com perfil recortado.



Fig. 62 - Pormenor do tecto, madeira entalhada e pintada salão, Palácio da Mitra, Marvila (fot. do autor).



Fig. 63 - Pormenor do tecto, madeira entalhada e pintada, salão, Palácio da Mitra, Marvila (fot. do autor).

em palácios da região de Lisboa: encomendadores, artista e fontes de inspiração” In MALTA, Marize e MENDONÇA, Isabel M. G. (org.) – *Casas senhoriais Rio-Lisboa e seus interiores*, p. 197

¹²⁵⁷ Em Portugal a “*globalidade decorativa abrangendo paredes e tectos raramente nos surge* Cf. SILVA, Hélia Cristina Tirano Tomás da – *Giovanni Grossi e a evolução dos estuques decorativos no Portugal Setecentista*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, vol. 1, p. 105



Fig. 64 - Tecto, madeira pintada, salão, Palácio Távora (Fot. do autor).



Fig. 65 - Tecto em estuque e pintado, salão, Palácio Sandomil, Lisboa (Fot. do autor).

Relativamente às paredes dos salões, a decoração azulejar¹²⁵⁸ alcança um grande impacto visual, com recurso a temas lúdicos e a cenas de exterior¹²⁵⁹ (Figs. 66 e 67). A concorrência neste programa decorativo virá da moda da pintura a fresco e a tempera que vai invadir as paredes, num movimento que explorará, exaustivamente, todos os espaços livres, numa tendência maximalista que visava magníficos efeitos cénicos (Fig. 68).



Fig.66 - Pormenor do silhar de azulejos do salão, Palácio Távora, Lisboa (Fot. do autor).

¹²⁵⁸ “Durante praticamente dois séculos, de finais do século XVI a finais do século XVIII o azulejo impõe-se como elemento decorativo da casa nobre, num diálogo intrínseco e cenográfico com a arquitectura.” Cf. Iconografias nos revestimentos azulejares da casa senhorial no século XVIII em Lisboa” In MALTA, Marize e MENDONÇA, Isabel M.G. (org.) – *Casas senhoriais Rio-Lisboa e seus interiores*, p. 155

¹²⁵⁹ Cf. CÂMARA, Maria Alexandra Trindade Gago da – *Azulejaria do Século XVIII – Espaço Lúdico e Decoração na Arquitectura Civil de Lisboa*. Lisboa: Civilização Editora e CITAR, 2007, p. 77.



Fig. 67 - Cena de caça, pormenor do silhar de azulejos do salão, Palácio da Mitra, Marvila (Fot.do autor).



Fig. 68 - Salão, Palácio Porto Côvo, Lisboa (Fot. do autor).

Esta profusa decoração, pela extensão e unidade decorativa que proporciona, aproxima-se, de alguma forma, das “*armações de casa*”, também denominadas armações de sala ou de parede, que, utilizando tecidos, cobriam integralmente as paredes das salas tornando-as mais sumptuosas, acolhedoras e uniformes.

É o caso, por exemplo, da “*seda de damasco de cor amarelo com que se acham forradas as paredes da sala principal*” que encontramos na casa do desembargador António Joaquim de Pina Manique¹²⁶⁰, ou de uma outra sala, que nos parece menos discreta, forrada “*de chita da Índia muito fina com ramos azuis e encarnados e chão branco*” que existia em casa da marquesa das Minas¹²⁶¹. Algumas destas serão mais efémeras, porque a sua decoração relacionava-se com um determinado evento, como acontece com o aluguer de uma “*armação de sala no dia do baptismo da Sra. D. Ana*”, em casa do duque de Lafões, que importou na quantia de 42\$920 réis¹²⁶².

Os tecidos continuam, com frequência, relacionados com o Oriente, à semelhança de muitos outros elementos decorativos, onde são frequentes alusões à China, Japão e Pérsia, denotando um continuado fascínio pelo gosto oriental, em linha com o que sucedia, em período idêntico, noutros países europeus, nomeadamente em França¹²⁶³, ou Inglaterra¹²⁶⁴.

Estes forros de casa, com frequência, condiziam com outros elementos decorativos¹²⁶⁵, como sucede com “*o forro de uma caza de damasco da China amarello guarnecido com*

¹²⁶⁰ Cf. A.N.T.T. *Inventários Orfanológicos*, Processo de António Joaquim de Pina Manique, 1796, Letra A, Maço 120, Cx. 204, f. 36.

¹²⁶¹ Cf. A.N.T.T. *Inventários Orfanológicos*, Processo da marquesa das Minas, D. Maria Francisca Antónia da Piedade de Sousa, 1787, Letra M, Maço 113, n.º 7, f. 36v.

¹²⁶² Cf. *Arquivo A.H.S.-ICS NGM 002, 1797, 1º Caderno de 11 de Janeiro até fim de Junho de 1798*.

O documento refere-se ao baptismo de D. Ana Maria de Bragança e Ligne de Sousa Tavares Mascarenhas da Silva, 3ª duquesa de Lafões, que nasceu a 21 de Setembro de 1797, filha do 2º duque de Lafões, D. João Carlos de Bragança e Ligne de Sousa Tavares Mascarenhas da Silva e de D. Henriqueta Maria Júlia de Lorena e Meneses. Cf. ZÚQUETE, Afonso Eduardo Martins – *A nobreza de Portugal e do Brasil*, vol. 2, p. 667.

¹²⁶³ Cf. DOBIE, Madeleine – Orientalism, Colonialism, and Furniture in Eighteenth-Century France in GOODMAN, Dena & NORBERG, Kathryn – *Furnishing the Eighteenth Century*, p. 13.

¹²⁶⁴ Cf. PORTER, David – A Wanton Chase in a Foreign Place: Hogarth and the Gendering of Exoticism in the Eighteenth-Century Interior in GOODMAN, Dena & NORBERG, Kathryn – *Furnishing the Eighteenth Century*, p. 49.

¹²⁶⁵ Esta tendência decorativa começou a afirmar-se, em França, no século XVII e início do século XVIII. Cf. HELLMAN, Mimi – “The Joy of Sets: The Uses of Seriality in the French Interior” in GOODMAN, Dena & NORBERG, Kathryn – *Furnishing the Eighteenth Century*, p. 130.

*seus cordoens de pao dourado e três sanefas apanhadas de tafetá da dita cor*¹²⁶⁶. Os tecidos mais utilizados naquelas armações eram o damasco, o tafetá, a chita da Índia, a nobreza e a seda, apresentavam cores diferenciadas sendo as mais comuns, por ordem decrescente de importância, o carmesim, o verde e o amarelo.

Outras tapeçarias utilizadas na decoração das salas eram os denominados “*panos de rás*”¹²⁶⁷, “*de lã ou de seda em que se veem figuras de homens, ou de animaes, ou paizes tecidos; armão-se nas salas, casas (...) & servem de ornato (...)*”¹²⁶⁸. É o caso da “*armaçam de panos de ras com arvoredos e algumas aves que tem de roda 38 covados e de queda quatro e uma terça*”¹²⁶⁹, que existia, no palácio de Santa Marta, residência do conde de Redondo, ou de uma outra, existente no palácio do conde da Ponte, na rua Direita do Calvário, que representava a “*História de Macabeu com figuras de oito panos de rás com quatro côvados de queda e trinta e oito de roda*”¹²⁷⁰.

Um outro recurso decorativo, eram os papéis pintados¹²⁷¹, que conseguiam, igualmente, criar um ambiente bastante apelativo e, com alguma facilidade, fazer rejuvenescer uma sala. Mimetizando padrões que se desenvolviam noutros suportes, existiam numerosas opções que tanto podiam ir desde os mais simples, caracterizados por ter um único tom, até ao “*forro de huma casa em papel com figuras com instrumentos bélicos*”¹²⁷².

O papel, reservado para espaços menos aparatosos, possuía a vantagem de ser uma decoração muito mais barata. Enquanto o forro a papel, atrás referido, foi avaliado em 1\$600 réis, uma outra armação de “*panos de damasco carmesim guarnecidos de galão e*

¹²⁶⁶ Cf. A.N.T.T. *Inventários Orfanológicos*, Processo de Bento Dias Pereira Chaves, 1780, Letra B, Maço 25, n.º 2, f. 109.

¹²⁶⁷ “*As primeiras tapeçarias que da Flandres vierão a Portugal se deu este nome, porque as primeiras fabricas deste género foram estabelecidas na cidade de Arràs, & por isso, ainda hoje alguns lhe chamam Pannos de Arràs.*” Cf. BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário Portuguez e Latino*, vol. 7, pp. 112-113.

¹²⁶⁸ Cf. BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário Portuguez e Latino*, vol. 8, p. 45.

¹²⁶⁹ Cf. A.N.T.T. *Inventários Orfanológicos*, Processo do conde de Redondo, 1792, Letra C, Maço 72, n.º 3, f. 20.

¹²⁷⁰ Cf. A.N.T.T. *Inventários Orfanológicos*, Processo do conde da Ponte, José António de Sousa Saldanha Meneses e Castro, 1785, Letra C, Maço 82, n.º 6, f. 151v.

¹²⁷¹ Apesar de serem designados como sendo papel pintado, na realidade, eram papéis impressos. Por esta razão, tinham um custo baixo.

¹²⁷² Cf. A.N.T.T. *Inventários Orfanológicos*, Processo do marquês de Nisa, 1784, Letra M, Maço 306, n.º 3, s./n.º f.

franja da mesma cor” existente na residência de D. Tomás de Almeida, obteve uma avaliação de 96\$000 réis¹²⁷³.

No que diz respeito aos têxteis utilizados na decoração dos salões, devemos considerar outras quatro grandes tipologias: reposteiros, sanefas, cortinas e “sobreportas”. Todas elas, entre si, podem conjugar-se, ora pelos tons das cores, ora pela textura dos tecidos.

Os reposteiros, constituídos por uns panos quadrados “*com as Armas do Senhor com que se armão as portas das Salas, antecâmeras, (...)*”¹²⁷⁴, destinavam-se às portas interiores da residência e tinham como principal elemento decorativo a representação das armas da casa. Estas peças de aparato, que afirmavam a identidade social do respectivo proprietário, eram suportados por varões, geralmente executados em ferro e pintados de dourado, que, muitas vezes, tinham nas extremidades carrancas fabricadas em chumbo, igualmente douradas, como sucedia com os “*três varões em ferro com carrancas de chumbo de doiradura*”, existentes na residência do conde de Santiago¹²⁷⁵.

As cortinas, à semelhança dos reposteiros, suportadas por varões de ferro tanto surgiam isoladas, como formavam conjunto com bambolins que consistiam em “*sanefas ou galerias que ornem interiormente as janelas e portas e cobrem os sítios em que se prendem as cortinas*”¹²⁷⁶. Estas sanefas podiam ser um “*pedaço ou tira larga de panno, que se estende sobre a parte superior de hua cortina*”¹²⁷⁷, ou executadas em madeira, por vezes descritas como “*taboas para se porem bambinelas sobre portas*”¹²⁷⁸ (Fig. 69). Neste caso, as mais comuns eram em madeira de pinho pintada de dourado, tal como, as “*quatro bambinelas de pinho pelas frentes recortadas e pintadas de dourado*” que se encontravam em casa do

¹²⁷³ Cf. A.N.T.T. *Inventários Orfanológicos*, Processo do Cardeal Patriarca de Lisboa, D. Tomás de Almeida, 1754, Letra C, Maço 82, n.º 1, s./n.º f.

¹²⁷⁴ Cf. BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário Portuguez e Latino*, vol. 7, p. 261.

¹²⁷⁵ Cf. A.N.T.T. *Inventários Orfanológicos*, Processo do conde de Santiago, 1798, Letra C, Maço 31, Cx.722, f. s./n.º.

¹²⁷⁶ Cf. VIEIRA, - *Thesouro da Língua Portuguesa*, vol. 1, p. 715. Os bambolins, nos inventários orfanológicos, aparecem, vulgarmente, designados por bambinelas.

¹²⁷⁷ Cf. BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário Portuguez e Latino*, vol. 7, p. 469.

¹²⁷⁸ Cf. A.N.T.T., *Arquivo da Casa de Rio Maior*, Maço 44, f. s./n.º.

6º conde da Ribeira Grande¹²⁷⁹. Igualmente em “*madeira pintadas de dourado*”, as “*maçanetas*”¹²⁸⁰ aplicavam-se na parede e serviam para prender as cortinas.



Fig. 69 - Bambinela, salão, Palácio da Anunciada, Lisboa (Fot. do autor).

Quanto aos tecidos das cortinas, os mais usuais são o tafetá, a cassa e a seda. No que diz respeito às sanefas, prevalece o tafetá, em particular nos tons de carmesim que era o mais apreciado. As sanefas com os seus cordões fabricados em pinho e pintados dourado, conjugava-se com a “*armação da casa*”, como se pode verificar numa avaliação de bens,

¹²⁷⁹ Cf. A.N.T.T. *Inventários Orfanológicos*, Processo do conde da Ribeira Grande, D, Luís António José Maria da Câmara, 1802, Letra C, Maço 83, N.º 805, f. s./n.º.

¹²⁸⁰ Cf. A.N.T.T. *Inventários Orfanológicos*, Processo de Manuel Ferreira de Araújo, 1799, Letra M, Maço 113, N.º 2772, f. s./n.º.

onde se descreve a existência de um “*forro de uma sala e oito sanefas apanhadas de tafetá carmesim forrado de linhage guarnecido de cordões de pao dourado*”¹²⁸¹.

Para além das janelas, também se colocavam cortinas nas portas interiores. Os tecidos e os tons escolhidos seriam idênticos aos utilizados nas janelas, como se infere de uma descrição, em casa do conde de Peniche, que nos dá conta dos “*vãos de portas e janelas de bambinelas e quarteiras de ponta de meia sala de damasco de seda carmezim forradas de uma mesma cor guarnecidas com galão de canotilho e franjas grandes arrequifadas de retos de cores branco e encarnado tudo suspenso em bambinelas de pinho recortadas*”¹²⁸². Uma outra decoração comum, relativamente a estas portas, consistia na colocação nas sobreportas, de uma “*pintura em panno de países com suas figuras*”¹²⁸³.

Acerca do mobiliário mais presente no salão, devemos considerar duas grandes tipologias: o mobiliário de assento e o de pousar. A primeira tem a maior importância, na medida em que para além da utilidade intrínseca, as cadeiras e os canapés constituíram-se como os principais organizadores daquele espaço.

Aqueles móveis conferiam grande aparato à sala onde se encontravam, ora pelo virtuosismo dos “ornatos de talha”, nalguns casos dourada que, muitas vezes, encontramos no cachaço, na aba e nos pés, ora pela exibição dos tecidos que cobriam o seu estofado e constituíam uma mancha de sumptuosidade que não é desprezível, tornando-se capaz, quase por si só, de uniformizar a decoração de um salão. As cadeiras de palhinha, menos sumptuosas, mas muito práticas e com forte pendor decorativo, como referimos no ponto 3.1., também estiveram muito presentes nestes salões sempre que se exigia um maior número de lugares sentados.

Optou-se, noutras casas, por uma decoração que comprometeu a pintura, a douradura, a palhinha e os tecidos, como sucedeu com “*doze cadeiras em nogueira, douradas e*

¹²⁸¹ Cf. A.N.T.T. *Inventários Orfanológicos*, Processo de Bento Dias Pereira Chaves, 1780, Letra B, Maço 25, N.º 2, f. 109.

¹²⁸² Cf. A.N.T.T. *Inventários Orfanológicos*, Processo do conde de Peniche, 1830, Letra C, Maço 83, N.º 6, f. 343.

¹²⁸³ Cf. A.N.T.T. *Inventários Orfanológicos*, Processo do Cardeal Patriarca de Lisboa, D. Tomás de Almeida, 1754, Letra C, Maço 82, N.º 1, s./n.º.f.

pintadas, assentos e costas de palhinha, com almofadas cor de fogo e capas de pano branco guarneçadas de franja de linha”¹²⁸⁴. Os sinais de modernidade, contudo, advêm das opções decorativas patentes no conjunto, com uma gramática decorativa neoclássica, constituído por “*dezassete cadeiras, ganapé, marquiza, tudo irmão de madeira de mogno*”¹²⁸⁵ *com assentos e costas de palhinha fina com encostos de grega e cachacos torneados, com pés amisulados tendo estes uns meios corpos em cima e uns pés em baixo de metal bronzeado e mais ornatos de metal dourado*”¹²⁸⁶, que pertenceu ao conde de Peniche, ou nos “*dois canapés pintados de branco e outras cores com um assento com coxim de riscado*”¹²⁸⁷ que encontramos no palácio do conde de Soure, na rua Direita da Penha de França, que exhibe um gosto onde pontifica a diversidade de cores.

O mobiliário de assento, seguindo uma tendência que está sempre muito presente, organizava-se aos pares, à semelhança de muitas outras tipologias de mobiliário e objectos decorativos, na medida em que a repetição constituía um elemento fundamental para conseguir a uniformidade e ordem decorativa. Para além disso, estes conjuntos alargados que envolviam um grande número de peças idênticas indiciavam poder económico e não punham em causa noções de originalidade, pois, nestes casos, o elevado número não se associava a produções massificadas.

As cadeiras, tuteladas por um canapé “irmão”, sucediam-se em conjuntos que se iniciavam com quatro cadeiras¹²⁸⁸, seguidos dos de seis¹²⁸⁹, terminando, por exemplo, noutros com

¹²⁸⁴ Cf. A.N.T.T. *Inventários orfanológicos*, Processo de António Joaquim de Pina Manique, 1796, Letra A, Maço 120, Cx. 204, F. 42 v.

¹²⁸⁵ A madeira de mogno foi muito apreciada e considerada muito luxuosa, em França, no último terço do século XVIII. Cf. CHAELA, Pastore – “Mahogany as Status Symbol: Race and Luxury in Saint Domingue at the End of the Eighteenth Century” in GOODMAN, Dena & NORBERG, Kathryn – *Furnishing the Eighteenth Century*, p. 40.

¹²⁸⁶ Cf. A.N.T.T. *Inventários orfanológicos*, Processo do conde de Peniche, D. Caetano de Noronha, 1830, Letra C, Maço 83, N.º. 6, F. 333 v.

¹²⁸⁷ Cf. A.N.T.T. *Inventários Orfanológicos*, Processo do conde de Soure, D. João da Costa, 1796, Letra C, Maço 84, Caixa 808, N.º. 2, f. 41 v.

¹²⁸⁸ Vd., por exemplo, A.N.T.T. *Inventários Orfanológicos*, Processo de Bento Dias Pereira Chaves, 1780, Letra B, Maço 25, N.º. 2, f. 173 v-174.

¹²⁸⁹ Vd., por exemplo, A.N.T.T. *Inventários Orfanológicos*, Processo de João Pedro Mariz Sarmiento, 1803, Letra J, Maço 101, N.º. 1, F. 19.

quarenta e oito¹²⁹⁰. Mais comuns, surgiam os conjuntos de doze¹²⁹¹, logo seguido dos de dezoito¹²⁹² e vinte e quatro¹²⁹³.

O número elevado desta tipologia de mobiliário não impedia que em dias de festa, os lugares sentados fossem insuficientes. Por isso, à semelhança do que sucedia com outros bens móveis, era necessário proceder ao seu aluguer. Foi o que fez o marquês de Abrantes, quando alugou dezoito cadeiras “*para os anos da Minina meio dia*” com um custo de 900 réis, e, mais tarde, “*24 ditas para os do Il. Exmo. Sr. Marquês Pai meio dia*”¹²⁹⁴, tendo pago, desta vez, 1\$200 réis¹²⁹⁵.

Relativamente ao mobiliário de pousar presente nos salões, destacamos o tremó, um móvel de significativo aparato, cujo objectivo decorativo não primava pela ocupação de um grande espaço no sentido da largura, mas sim o efeito que advém pela multiplicação de vários espelhos, altos e esguios, capazes de transformar a sala num enorme caleidoscópio¹²⁹⁶. Também neste caso é comum a repetição, privilegiando-se uma disposição aos pares, a simetria e uma regularidade uniformizadora.

Encontramo-los em número ímpar, quando o número de vãos de um salão destinados a ser ocupados por aquele móvel, assim o exigia. Nas residências em que registámos a presença isolada de tremós, estes não se encontravam a decorar um salão, destinando-se a outras salas de menor dimensão. Assim aconteceu na “*salla piquena de visitas*” do Palácio

¹²⁹⁰ Vd., por exemplo, A.N.T.T. *Inventários Orfanológicos*, Processo do barão da Vila da Praia, Francisco Borges Garção Atochler, 1829, Letra B, Maço 3, N.º. 1, F. 148-148 v.

¹²⁹¹ Vd., por exemplo, A.N.T.T. *Inventários orfanológicos*, Processo de António Alves Cabral Correia Lacerda, 1790, Letra A, Maço 127, N.º. 4, F. 3.

¹²⁹² Vd., por exemplo, A.N.T.T. *Inventários orfanológicos*, Processo da marquesa das Minas, D. Maria Francisca Antónia da Piedade de Sousa, 1787, Letra M, Maço 113, N.º. 7, F. 30.

¹²⁹³ Vd., por exemplo, A.N.T.T. *Inventários orfanológicos*, Processo do Cardeal Patriarca de Lisboa, D. Tomás de Almeida, 1754, Letra C, Maço 82, N.º. 1, F. s./n.º.

¹²⁹⁴ Refere-se à festa de aniversário do 5º marquês de Abrantes, 7º conde de Vila Nova de Portimão, D. Pedro de Lancastre da Silveira de Castelo-Branco Sá e Menezes, que fez trinta e sete anos no dia 28 de Julho de 1800. Cf. ZÛQUETE, Afonso Eduardo Martins – *A nobreza de Potugal e do Brasil*, vol. 1, p. 206.

¹²⁹⁵ Cf. A.N.T.T. *Arquivo da Casa de Abrantes*, Livro 99, f. s./n.º.

¹²⁹⁶ O marquês de Bombelles, considerado um homem de bom gosto, aquando da decoração da sua casa em Lisboa, refere a chegada dos seus espelhos e do esforço feito para os colocar para que a sua residência ficasse devidamente decorada no dia de S. Luís. Acerca deste aspecto decorativo, também faz referência aos espelhos existentes na casa do duque de Cadaval, que, a par de outros ornamentos de bom gosto a tornam numa residência muito nobre e agradável. Cf. BOMBELLES, marquis de – *Journal d’un Ambassadeur de France au Portugal 1786-1788*, p. 168.

Pombal que tinha “*1 tremó grande dourado com 2 pedras e 1 espelho por baixo*”, enquanto na “*salla grande*” já nos dão conta da existência de “*2tremós grandes dourados com 2 pedras cada hum e seu espelho por baixo*”¹²⁹⁷.

Este móvel, pelas suas características, veio ao encontro das necessidades sociais de alguns grupos emergentes, todavia, o número de tremós existentes nas casas de Lisboa não era muito elevado. O seu elevado preço teria sido um obstáculo que impediu que possa ser considerado como uma presença mais assídua nos salões de Lisboa nos finais do Antigo Regime, acrescido de que para conseguir um bom efeito decorativo é necessário que tenhamos vários tremós idênticos, numa mesma sala.

Atente-se, neste caso, aos exemplos dos tremós “*irmãos de dois vidros com seu país em cima e pedra com moldura de pinho entalhada e dourada, com dez palmos de alto e quatro palmos e meio de largo*” existentes em casa do conde de Resende que foram avaliados no montante de 240\$000 réis¹²⁹⁸. Compare-se com o valor de 200\$000 réis que, em período idêntico, numa outra casa, constituía a quantia recebida pelo duque de Lafões correspondente à sua “*mesada*”¹²⁹⁹.

Os móveis de pousar que, com maior frequência, fariam parte dos conjuntos decorativos dos salões, seriam as mesas de chá e de jogo. No salão principal, contudo, aquelas não existiriam em grande número, na medida em que lhe estavam reservados, sobretudo, os móveis de assento dispostos em torno de um canapé, ou os tremós arrumados contra as paredes. Esta casa tem como vocação principal a recepção e o aparato, deixando para outras que lhe são adjacentes, outras funções menos aparatosas.

No quadro que apresentamos abaixo (Quadro XX), referente ao salão do palácio da Anunciada, encontramos duas mesas e um grande número de móveis de assento, para além de três tremós. Dois destes últimos, os mais idênticos, ocupariam os dois vãos entre as janelas (Fig.70), enquanto o terceiro, “*dito de dous vidros*”, uma outra parede. Os canapés,

¹²⁹⁷ SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e Sousa – Recheios de palácios lisboetas arrendados, no século XIX. *Revista de Artes Decorativas*, n.º. 2, p.233.

¹²⁹⁸ Cf. A.N.T.T. *Inventários orfanológicos*, Processo do conde de Resende, D. António José de Castro, 1801, Letra C, Maço 84, N.º. 1, F. 23.

¹²⁹⁹ Cf. NGM-Caixa anno 1797 *1º Caderno de 11 de Janeiro até fim de Junho de 1798*, f. s./n.º.

distribuídos por duas zonas do salão, mais distantes das janelas (Fig. 71), determinam a localização da maioria das cadeiras. Algumas destas, em número diminuto, estarão junto das mesas de jogo e de chá.

No último quartel do século XVIII, notamos a existência de alguns objectos mais associados a uma estética feminina¹³⁰⁰ ou a uma maior utilização pelas mulheres. As mesas de chá poderão incluir-se numa tipologia de móveis que se difunde por novos hábitos de consumo e por uma maior presença da mulher nas áreas sociais da residência.

Refira-se, também, que desconhecemos se estas mesas redondas, logo mais igualitárias, com um pé central que permitia a aproximação de um maior número de cadeiras, teriam uma utilização mais alargada do que, em exclusivo, para o consumo de bebidas.

Os elementos decorativos mais importantes deste salão são os têxteis, representados pelas “*sete portas de cortinas de Damasco carmiz*” e “*pelos assentos de Damasco e suas cobertas de riscado*”, os canapés e cadeiras que organizam o espaço e exibem o pau-santo em conjunto com os tecidos de Damasco, os tremós colocados a par, a decoração do tecto (Fig. 72) e o “*lustre branco todo*” que dele pende e o ilumina.

Quadro XX
“Caza Grande”

1 Lustre branco todo
6 Pannos de Tapeçaria que contem a Arte da Picaria
19 Cadeiras tudo de pau santo com os assentos de Damasco e suas cobertas de riscado branco
2 Ganapés tudo de pau santo com os assentos de Damasco e suas cobertas de riscado branco
2 Tremós de vidros grandes, todos inteiros, com suas bancas douradas, e pedras a elles pertencentes.
1 Dito de dous vidros.

¹³⁰⁰ Cf. PORTER, David – A Wanton Chase in a Foreign Place: Hogarth and the Gendering of Exoticism in the Eighteenth-Century Interior in GOODMAN, Dena & NORBERG, Kathryn – *Furnishing the Eighteenth Century*, p. 55.

Quadro XX (Cont.) “Caza Grande”
2 Retratos a saber 1 da Exma. Sra. Marqueza de Pombal ¹³⁰¹ 1 do Exmo. Sr. Marquês de Pombal
7 Portas de cortinas de Damasco carmiz
1 Banca de jogo redonda grande
1 Dita de Xá pequena
8 Dirandellas
1 Fogaxo com pá e tanaz
1 Alcatifa grande
1 Esteira

Fonte: A.N.T.T. *Arquivo da Casa de Rio Maior*, Ficha 758, Maço 44, Doc. 37.



Fig. 70 - “Casa grande”, Palácio da Anunciada (Fot. do autor).

¹³⁰¹ O 1º conde de Rio Maior, João Vicente de Saldanha Oliveira e Sousa Juzarte Figueira, casou, em 1774, com D. Maria Amália de Carvalho e Daun, filha dos 1ºs. marqueses de Pombal. Cf. ZÚQUETE, Afonso Eduardo Martins – *A nobreza de Potugal e do Brasil*, vol. 3, p. 227.



Fig. 71 - “Casa grande”, Palácio da Anunciada, Lisboa (Fot. do autor).



Fig. 72 - “Casa grande”, pormenor do tecto em estuque, Palácio da Anunciada, Lisboa (Fot. do autor).

A zona do centro do salão é um espaço que nem sempre está ocupado, pois somente ao longo do século XIX se desenvolveu essa tendência decorativa, onde a multiplicação de móveis ocupou, com intensidade, os espaços disponíveis. Este espaço central livre, permite que os convidados circulem, dando lugar à “*vaidade e a fortuna*” que “*são as que governam a farsa desta vida*”¹³⁰², ao mesmo tempo que permite que o lustre se imponha, enquanto elemento decorativo, sinal de modernidade e de poder económico¹³⁰³.

Quanto à iluminação, destas salas, encontramos candeeiros executados, de preferência, em cristal, metal e porcelana, podendo-se conjugar estes materiais entre si, como se constata na descrição do candeeiro de “*metal dourado, guarnecido de folhagens, ramos e flores de louça*”¹³⁰⁴ existente no palácio de Santa Marta, residência do conde do Redondo.

Os lustres, considerados um bem de luxo, não existiam em grande número nas casas das elites lisboetas, à semelhança do que sucedia noutras cidades europeias¹³⁰⁵. Por isso, não era raro alugá-los quando se pretendia organizar alguma festa especialmente aparatosa. Foi o que sucedeu na residência do marquês de Abrantes, que adquiriu “*para a função do seu casamento hum candieiro de cristal por 16\$000 réis, o aluguel de mais três candeeiros por 4\$800 réis e o aluguel de vinte e quatro placas de cristal por 4\$000 réis*”¹³⁰⁶.

As placas luminárias e os inúmeros castiçais e candelabros executados em prata¹³⁰⁷ – a tipologia mais presente na iluminação de uma residência da segunda metade de Setecentos¹³⁰⁸ – teriam, no dia-a-dia, um lugar fixo, dispostos em cima de uma mesa, no

¹³⁰² Cf. AIRES, Matias, *Reflexões sobre a Vaidade dos Homens*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1980, p. 87.

¹³⁰³ “As iluminações assumem importância entre os meios de persuasão e a ostentação é um sinal de poder político e social”. Cf. ROCHE, Daniel – *História das Coisas Banais*, p.133.

¹³⁰⁴ Cf. A.N.T.T. *Inventários Orfanológicos*, Processo do conde do Redondo, D. Fernando de Sousa Coutinho Castelo Branco e Meneses, 1792, Letra C, Maço 72, N.º. 3, F. 27.

¹³⁰⁵ Também em França, os lustres eram pouco comuns nas residências das elites. Vd. VERLET, Pierre – *La Maison du XVIII siècle en France*, 1966, p. 216.

¹³⁰⁶ Cf. A.N.T.T. *Arquivo da Casa de Abrantes*, Livro 108, f. s./n.º.

¹³⁰⁷ “O jogo das porcelanas, dos cristais e da prataria, quantas vezes dourada, e a combinação dos tecidos e dos próprios móveis anunciam uma nova postura em que o luxo, a ostentação e os comportamentos protocolares se entrelaçam, criando um novo ambiente para personagens e objectos”. Cf. SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e – *A ourivesaria da prata em Portugal e os mestres portuenses 1750 – 1810*. Porto: Ed. do autor, 2004, p. 104.

¹³⁰⁸ Cf. FRANCO, Carlos – “Prataria de Iluminação na Lisboa dos finais do Antigo Regime” In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e (Coord.) – *Actas do II Colóquio Português de Ourivesaria*, p. 153.

toucador, ou em qualquer outro lugar. Por ocasião das festas deslocar-se-iam para os salões. Esta luz muito móvel justifica-se pela dimensão das residências e custos da cera e de outros combustíveis.

As luminárias de parede, com um ou vários braços de luz, que eram fixas e distribuíam-se com simetria, pelas paredes do salão, tendo como principal decoração um espelho decorado com gravados e uma moldura entalhada, que a partir do último quartel de Setecentos se torna oval¹³⁰⁹. Estas, quando são dispostas em número considerável, pelo reflexo dos múltiplos pontos de luz, davam um importante contributo para o ambiente de esplendor exigido num salão, como parece suceder com as oito dirandelas existente na “*casa grande*” do palácio da Anunciada (Quadro XX).

Na residência do conde da Ponte, por exemplo, existiam diversas destas placas, sendo algumas “*ouvadas*” e outras “*redondas*”, possuindo todas as suas “*dirandelas*”¹³¹⁰. Numa sala, em casa do conde de Peniche, com uma iluminação que é paradigma de modernidade, encontramos pontos de luz fixos, semelhantes ao lustre que pendia do tecto, executados em cristal, e denominados “*lustres de pôr na parede*”, fazendo conjunto com os “*lustres de pôr em cima da mesa*”¹³¹¹.

O gosto pela iluminação originou alguns excessos que provocaram desagrado. O marquês de Bombelles, parecendo incomodado, conta que “*na serenata da Rainha depois de duas horas de pé quase imóvel numa sala a actual temperatura do ar, a grande quantidade de pessoas e o número de luzes levaram o calor ao mais alto grau*”¹³¹². A outros suscitou elogios, como se pode concluir pela leitura de um artigo escrito no jornal “*Gazeta de Lisboa*”, onde o redactor nos descreve “*um Baile a que assistiu grande parte da Coroa e*

¹³⁰⁹ Vd. PINTO, Maria Helena Mendes – “Móveis” In *Artes Decorativas Portuguesas no Museu Nacional de Arte Antiga séculos XV/XVIII*. Lisboa: M.N.A.A., 1979, pp. 87-88.

¹³¹⁰ Cf. A.N.T.T. *Inventários Orfanológicos*, Processo do conde da Ponte, José António de Sousa Saldanha Meneses e Castro, 1792, Letra C, Maço 82, N.º. 6, F. s./n.º. A dirandela é uma “*peça de metal que se introduz no bocal dos castiçais para aparar os pingos da cera, sebo, estearina, etc.*” Cf. VIEIRA, Domingos – *Dicionário ou Thesouro da Língua Portuguesa*, vol. 2, p. 1042.

¹³¹¹ Cf. A.N.T.T. *Inventários orfanológicos*, Processo do conde de Peniche, D. Caetano de Noronha, 1830, Letra C, Maço 83, N.º. 6, F. 220.

¹³¹² Cf. BOMBELLES, mmarquis de – *Journal d'un Ambassadeur de France au Portugal 1786-1788*, p. 168 (trad. do autor)

da Nobreza” relatando que “a Sala estava iluminada com extraordinária multidão de luzes que dispostas por excelente ordem formavam huma boa Decoração”¹³¹³.

Para além da iluminação e de todos os elementos decorativos existentes nos salões, outros intervenientes eram fundamentais para conceder brilhantismo ao evento, logo, não poderão ser esquecidos os inúmeros criados, que aqui se apresentavam com a função de servir e, simultaneamente, ou um “*símbolo exterior de riqueza e de distinção*”¹³¹⁴. Estes, com as suas librés estáticas e perfiladas, muitas vezes parecem confundir-se com os bens decorativos, gerando-se um entreposto de luxo que não deixaria indiferente o mais exigente convidado.

Assim parece ser em casa de D. Diogo José Vito, marquês de Marialva, que, segundo o relato de Beckford, por ocasião de uma festa, tinha a casa “*toda iluminada e cinquenta criados a postos*”¹³¹⁵, num claro sinal de exaltação de dois importantes elementos daquele evento social: a iluminação e os criados.

4.3.3. Salas Anexas

O salão principal possuía salas contíguas, igualmente destinadas à recepção e à vida social, que se distinguiam daquele, ora pelo menor aparato, ora pela existência de uma função mais específica que lhes estava atribuída. Estes compartimentos de sociedade destinados a recepções mais informais ou servindo como uma extensão do salão limitavam-se, muitas vezes, a replicar o modelo decorativo existente no sala principal, adaptando-o a uma divisão com menor dimensão, que não se exige tão ostentatória.

Outras dependências eram mais explícitas na sua função, pelo mobiliário que delas constava ou pela decoração existente nas paredes ou tectos. As salas de música exibem,

¹³¹³ Cf. *Gazeta de Lisboa*, 18 de Novembro de 1760.

¹³¹⁴ Vd. MADUREIRA, Nuno Luís - *Lisboa luxo e distinção 1750-1830*, p. 33.

¹³¹⁵ Cf. BECKFORD, William – *Diário de William Beckford em Portugal e Espanha*, p. 146.

com frequência, as paredes pintadas com referências a instrumentos musicais¹³¹⁶ (Fig. 73) ou a pássaros.



Fig. 73 - Pormenor da pintura da parede, sala, Palácio Santos (Fot. do autor).

Noutras, mais vocacionadas para o jogo, podem ser encontradas alusões àquela prática em revestimentos azulejares¹³¹⁷, para além da presença das mesas de jogo e outra logística necessária àquele divertimento. Destacam-se as muitas caixas “*para jogo de voltarete com*

¹³¹⁶ Um conjunto de gravuras da autoria de Jean Pillement, *Recueil des Trophés Chinoises*, publicadas no catálogo Jean Pillement – o paisagismo em Portugal no século XVIII apresentam muitas semelhanças com a pintura presente nas paredes desta sala do palácio de Santos. Cf. ARAÚJO, Agostinho – Jean Pillement plenipotenciário da arte francesa junto de várias cortes da Europa In *Jean Pillement – o paisagismo em Portugal no século XVIII*, pp. 54-55.

¹³¹⁷ Cf. CÂMARA, Maria Alexandra Trindade Gago da – *Azulejaria do Século XVIII – Espaço Lúdico e Decoração na Arquitectura Civil de Lisboa*, p. 77.

fichas em madrepérola”¹³¹⁸, a “caixa para jogos de charão com cinco caixinhas mais pequenas dentro com fixas de marfim para marcar os jogos”¹³¹⁹, para além dos inúmeros tabuleiros de gamão, de damas e de xadrez, presentes nas casas lisboetas, como é o caso do “jogo de gamão com táboas de marfim e tabuleiro de várias cores”¹³²⁰ ou de um outro, “de gamão e de xadrez” com “tabuleiro de xadrez que encaixa o tabuleiro de noqueira com duas gavetas de talha”¹³²¹.

Muitas destas salas, dedicadas ao entretenimento dos visitantes, apesar da existência de elementos identitários que parecem condicioná-las e da tendência crescente para a sua especialização, não se distinguem por uma única função, nem comportam, em exclusivo, um mobiliário específico, na medida em que continuam a caracterizar-se por uma grande polivalência.

Uma distinção muito comum está relacionada com os tons utilizados na decoração de cada um destes compartimentos. No palácio da Anunciada, por exemplo, à “*casa grande*” sucede-se a “*casa forrada de Damasco verde*” (Figs. 74 e 75) e a “*casa amarela*” (Figs. 76 e 77), assim denominadas porque na sua decoração se privilegia aqueles tons de cor na pintura do tecto e nos diversos conjuntos de têxteis que as decoram.

Relativamente à “*casa forrada de Damasco verde*” (Quadro XXI) que deve o seu nome ao “*forro da caza todo de Damasco verde*”, às “*8 bambinelas (...) de nobreza*” e aos “*ornamentos de Damasco verde e cobertas de Xita*” das suas oito cadeiras, mantinha um elemento decorativo que a ligava ao salão principal. Referimo-nos aos “*4 tremós de vidros inteiros grandes iguais aos da Caza grande*”. Estes móveis, neste caso, não ocupavam os vãos das janelas, como é habitual, devendo distribuir-se pelas várias paredes que se apresentam livres pela ausência de canapés e porque as oito cadeiras existentes deveriam

¹³¹⁸ Cf. A.N.T.T. *Inventários orfanológicos*, Processo do barão de Tondela, António Marcelino da Vitória, 1825, Letra A, Maço 117, N.º 198, F. 10.

¹³¹⁹ Cf. A.N.T.T. *Inventários orfanológicos*, Processo do conde de Peniche, D. Caetano de Noronha, 1830, Letra C, Maço 83, N.º 6, f. 230 v.

¹³²⁰ Cf. A.N.T.T. *Inventários orfanológicos*, Processo de D. Agostinha Antónia de Melo e Castro, 1773, Letra A, Maço 175, N.º 8, f. s/n.º.

¹³²¹ Cf. A.N.T.T. *Inventários orfanológicos*, Processo do conde de Lumiares, Carlos Carlos Carneiro de Sousa e Faro, 1775, Letra C, Maço 82, N.º 804, f. 30.

estar arrumadas, em permanência, em torno das duas “*bancas de jogo quadradas com seus pés de cabra*”, já que tudo indica que esta seria a sala de jogo desta residência.

O “*relógio de bufete*” presente nesta sala, estaria colocado em cima do tampo de um dos tremós, ocupando o lugar que, na maior parte dos casos, lhe estava atribuído.

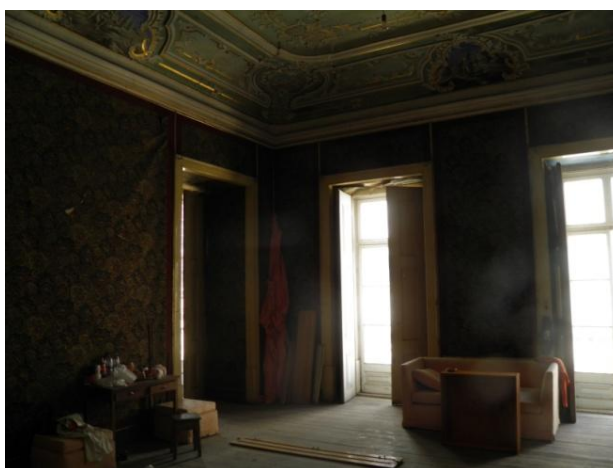


Fig. 74 - “*Caza forrada de Damasco verde*”, Palácio da Anunciada, Lisboa (Fot. do autor).



Fig. 75 - Tecto em estuque, “*Casa forrada de damasco verde*”, Palácio da Anunciada, Lisboa (Fot. do autor).

Quadro XXI
“Caza forrada de Damasco Verde”

1 Lustre com flores de várias cores
4 Tremós de vidros inteiros grandes iguais aos da Caza grande
8 Cadeiras com ornamentos de Damasco verde e cobertas de Xita
2 Bancas de Jogo quadradas com seus pés de cabra
O forro da Caza todo de Damasco verde
8 Babinellas do dito Damasco digo de nobreza
1 Relógio de Bofete
1 Esteira

Fonte: A.N.T.T. *Arquivo da Casa de Rio Maior*, Ficha 758, Maço 44, Doc. 37.

A “*caza amarella*” (Figs.76 e 77), assim designada pela existência da pintura do tecto em tom de amarelo e pelas “*5 cortinas de cortinas de nobreza amarela*” e canapés e cadeiras forrados de “*damasco amarelo*” que a decoram (QuadroXXII), apresenta-se a menos sumptuosa e mais intimista de todas estas salas. Apesar da existência de outros móveis, continuamos, contudo, a encontrar os canapés e as cadeiras, enquanto principais organizadores do espaço.



Fig. 76 - “*Casa amarela*”, Palácio da Anunciada, Lisboa (Fot. do autor).



Fig. 77 - Tecto em estuque, “*Casa amarela*”, Palácio da Anunciada (Fot. do autor)

Quadro XXII
“Caza Amarela”

1 Lustre todo branco
6 Pannos de tapeçarias que contem as Artes Liberais
8 Cadeiras tudo de pau santo forrado de Damasco amarello
4 Ganapés tudo de pau santo forrado de Damasco amarello
5 Portas de cortinas de nobreza amarella
1 Retrato da Exma Sra. D. Constança de Portugal ¹³²²
1 Comoda grande com ferrages amarella
1 Esteira

Fonte: A.N.T.T. *Arquivo da Casa de Rio Maior*, Ficha 758, Maço 44, Doc. 37.

Uma das novidades, neste compartimento, é a presença de uma cómoda. Estas salas de sociedade deram guarida a uma tipologia de mobiliário que, quando surgiu no século XVIII, parecia ainda não ter conquistado, verdadeiramente, nem o lugar que lhe competia no interior da casa, nem atribuída, na totalidade, a função que lhe era destinada. Apesar de possuir uma estrutura vocacionada para a guarda, tornou-se, primeiramente, um símbolo de estatuto social, exibida nestas salas aos convidados, ficando para mais tarde a assumpção do papel que fazia jus à sua concepção.

A descrição referente ao “*lustre todo branco*” existente na “*casa amarela*” (Quadro XXII) parece-nos um elemento decorativo que pode apresentar algumas semelhanças com o “*lustre branco todo*” existente na “*caza grande*” (Quadro XX). Sendo verdadeira esta suposição, para além das cadeiras e canapés que são sempre um elemento unificador comum, podemos inferir que aqueles dois candeeiros também contribuem para ligar as duas salas, do ponto de vista decorativo.

¹³²² D. Constança Maria Josefa de Portugal, casada com António de Saldanha Oliveira e Sousa, foi mãe de João Vicente Saldanha Oliveira e Sousa Juzarte Figueira, 1º conde de Rio Maior. Cf. ZÛQUETE, Afonso Eduardo Martins – *A nobreza de Potugal e do Brasil*, vol. 3, p. 226.

A variada paleta cromática¹³²³ utilizada na decoração das paredes e tectos das salas, a multiplicidade de tons que encontramos nos têxteis e no mobiliário, que temos vindo a observar, remetem-nos para um universo decorativo onde se impõem as cores mais efémeras, em ruptura com as decorações anteriores, onde imperavam os tons sólidos e duradouros.

Nos últimos anos do século XVIII, assistiremos a esta explosão cromática no interior de algumas residências, a que não são alheias as invenções químicas que se fazem sentir em Setecentos, multiplicando cores e tons que virão a ser aplicados na decoração e a uma corrente iluminista que procura o prazer da vida e dos sentidos¹³²⁴.

Assistimos, por outro lado, a tentativas de harmonizar os tons de um mesmo conjunto, pelo que os têxteis que decoram uma sala, por exemplo, seguem a mesma paleta cromática que se encontra nas paredes e tectos, parecendo procurar a ordem que não é concedida pelo excessivo cromatismo.

Por último, referimos uma sala mais específica, como é o caso, das salas de bilhar, que começavam a estar presentes nalgumas residências lisboetas. A sua decoração era mais particular, na medida em que estava condicionada pela grande “*mesa de bilhar com cercadura em roda com embutidos, com seus tacos e massas*”¹³²⁵ e por uma iluminação adequada, como sucede com os “*três candeeiros de bilhar de arame cada um com seu espaldar de folha de flandres*”¹³²⁶, existente na sala da residência, em Lisboa, do negociante de grosso trato, João Henrique de Sousa.

¹³²³ “Ao longo do século XVIII o cromatismo foi uma das principais características das diversas artes”. Cf. SOUSA, Gonçalo Vasconcelos e – Exuberância e cromatismo: Portugal e Brasil na joalharia de Setecentos, *MUSEU*, IV série, n.º 20, p. 13.

¹³²⁴ Cf. GALABRUN, Annik Pardaillhé – *La naissance de l'intime*, p. 401.

¹³²⁵ Vd., por exemplo, A.N.T.T. *Inventários orfanológicos*, Processo do conde da Ribeira Grande, D. Luís da Camera ou D. José Maria da Camera, 1802, Letra C, Maço 83, N.º. 805, F. s./n.º.

¹³²⁶ Vd., por exemplo, A.N.T.T. *Inventários orfanológicos*, Processo de João Henrique de Sousa, 1788, Letra J, Maço 259, N.º. 16, F. s./n.º.

4.4. A Sala de Jantar¹³²⁷

Nas casas das elites lisboetas, na segunda metade do século XVIII, mas, sobretudo, a partir do último quartel da centúria, pela crescente especialização de funções atribuídas a algumas divisões, gera-se um novo espaço exclusivamente dedicado ao serviço de refeições – a sala de jantar¹³²⁸.

Apesar da progressiva afirmação deste novo compartimento, constatamos que em muitas ocasiões, se teria ainda continuado a manter a prática antiga de tomar as refeições nos aposentos mais íntimos, como acontecia, por exemplo, com o marquês de Belas, que “*era homem de excelentes maneiras*” e “*as suas casas eram as mais bem mobiladas da capital*”, cuja “*sala e quartos eram inteiramente independentes do resto da família (...) e, em geral, ali almoçava e jantava*”¹³²⁹. O mesmo parece suceder na residência do negociante Gerard Devisme, que, “*digno de um verdadeiro sibarítico*”, tinha “*o quarto onde dormia e aquele*

¹³²⁷ Este ponto, agora acrescentado e actualizado, foi publicado in SOUSA, Gonçalo Vasconcelos e (Dir.) – *Matrizes da Investigação em artes Decorativas II*, pp.91-106, fazendo parte da investigação desenvolvida neste doutoramento.

¹³²⁸ A sala de jantar existia somente em casas de grupos com importante estatuto social, à semelhança, aliás, do que acontecia noutros países, como, por exemplo, em França, onde, neste período, também aquela sala estava reservada a uma minoria. Cf. PARDAILHÉ-GALABRUN, Annik – *La Naissance de l'Intime*, p. 260. O caso inglês parece ser diferente, pois a sala de jantar teria surgido mais cedo enquanto sala autónoma e, por essa razão, desde logo muito privilegiada nos seus aspectos decorativos. Robert Adam escreveu algumas considerações que tendem a justificar esta ideia, quando refere que “*os Ingleses seguem a fórmula francesa (...) em todos os aspectos, salvo, num caso particular, onde não os imitamos: as suas salas de jantar constituem raramente, melhor dizendo, nunca, uma divisão distinta dos seus grandes apartamentos, logo prestaram pouca atenção à sua decoração (...). A razão é evidente*”, pois “*os Franceses encontram-se, somente, para a refeição, preocupando-se exclusivamente com a magnificência da mesa e não com a decoração da sala, e assim que ela termina eles retiram-se para as salas de sociedade*”. Cf. THORNTON, Peter – *L'époque et son style la décoration intérieure 1620-1920*, p. 147 (trad. do autor). Marian Baillie, também ajuda a corroborar a ideia de que em Inglaterra existiria uma maior preocupação com a sala de jantar, quando escreve, referindo-se ao caso português, que “*teria ficado mais surpreendida com a pouca atenção aqui dispensada à decoração da sala de jantar se não tivesse já observado o mesmo pouco cuidado noutras partes do continente. Mas creio que o inexcusável requinte e luxo das nossas salas de jantar é exclusivo apenas da Inglaterra, dado que pomos as nossas ideias de satisfação social nos prazeres de um grupo escolhido e bem combinado, reunido à volta da nossa mesa; o que pode advir um pouco do nosso clima frio e bastante do nosso amor pelo lar*.” Cf. BAILLIE, Marianne – *Lisboa nos anos de 1821, 1822 e 1823*, pp. 169-170.

¹³²⁹ Cf. BARRETO, D. José Trazimundo Mascarenhas – *Memórias do Marquês de Fronteira e d'Alorna*, vol. 1-2, pp. 20-22.

onde comia, com acesso para um jardim onde existem árvores de todas as partes do mundo”¹³³⁰.

Estas refeições mais comuns seriam servidas em pequenas mesas, capazes de comportar um número restrito de pessoas, como refere D. José Trazimundo, marquês de Fronteira, quando evoca: *“lembro-me de almoçar com meu Pai nos seus quartos em Benfica”*¹³³¹.

As refeições obedeciam a horários determinados. A primeira refeição do dia, o almoço, passou a ser muito importante e viu alterado o seu horário¹³³², pelo atraso que se veio a verificar, no último quartel de Setecentos, na hora do jantar. Este, nas casas das classes altas lisboetas, passou a ser servido entre as duas e as cinco horas da tarde, provocando, entretanto, um atraso na ceia¹³³³.

No palácio da Anunciada, por exemplo, era ordenado ao copeiro que *“às dez oras em ponto deve ter promptos todos os almoços”*, salvaguardando-se que *“quanto ao almoço dos Donos da Casa o conduzirá quando lhe for pedido”* e a *“merenda dos senhores pequenos observará o mesmo methodo levando-lha no Inverno às 5, e de Verão às 6 horas.”*. Quanto ao jantar, era obrigação do cozinheiro *“ter pronto o jantar dos Snrs. às duas oras em ponto, tanto no Inverno como no Verão”*¹³³⁴.

Os alimentos consumidos ao almoço, por influência estrangeira, sofreram alterações no decurso da segunda metade do século XVIII, privilegiando-se o consumo de chá, ou

¹³³⁰ Cf. BOMBELLES, Marquis de – *Journal d'un Ambassadeur de France au Portugal 1786-1788*, p. 45.

¹³³¹ Cf. BARRETO, D. José Trazimundo Mascarenhas – *Memórias do Marquês de Fronteira e d'Alorna*, vol. 1-2, p. 6.

¹³³² O atraso da hora do jantar *“provocou ou a necessidade de uma refeição anterior ou o seu recuo horário: falamos da colação ou almoço”*. Cf. LOUSADA, Maria Alexandre – *Espaços de sociabilidade em Lisboa: finais do século XVIII a 1834*, p. 34.

¹³³³ *“O jantar, servido cerca das 11 horas no principio do século, parece situar-se entre o meio-dia e a uma da tarde no início do reinado de D. Maria I, sendo ainda mais tardio nas casas de Grandes do reino mais directamente influenciados pelos hábitos franceses e ingleses, que chegam a jantar às três da tarde e, até, mais tarde. Este horário variava entre as 2 e as 5 da tarde, sendo apanágio das classes altas lisboetas e apenas no último quartel de Setecentos. É claro que a ceia se atrasa proporcionalmente, sendo transferida para perto da meia-noite.”* Cf. VELOSO, Carlos – *Os sabores da Expansão. In História da Alimentação: IX Encontro Turres Veteras*, p. 119.

¹³³⁴ Cf. A.N.T.T., *Arquivo da Casa de Rio Maior*, Maço 44, f. s./n.º.

chocolate, torradas e doces¹³³⁵. Clarissa Trant, uma inglesa que esteve em Portugal durante a Guerra Peninsular, relata uma destas refeições, no seu diário, quando descreve as tarefas matinais da condessa de Peniche¹³³⁶, que “*não tinha qualquer educação e era conhecida pelas suas maneiras rudes e gostos masculinos, levantava-se às 6.30 da manhã, visitava os estábulos e descompunha os estribeiros; prosseguia para o seu oratório à porta do qual, sentada numa arca e acompanhada das filhas e damas de companhia, tomava normalmente o pequeno-almoço, uma côdea de pão seco e uma chávena de café*”¹³³⁷.

Contracenando com a rudeza deste relato, sabemos que na mesma casa, alguns anos depois, foi inventariada “*hva caixa de louça para almoço de couro preto forrada de camurça por dentro com 24 canecas e seus pires cada huma de diferente lavor e pintura*”, de origem francesa, avaliada em 19.200 réis¹³³⁸. A julgar pela descrição e valor que lhes foi atribuído, a estas canecas não estaria reservado o destino de servirem de companhia àquela côdea de pão seco.

Quando a refeição tinha um carácter mais individual, era comum a utilização da “*banquinha de cama*” ou “*banquinha de comer na cama*”¹³³⁹, que se apresentava recortada na frente para facilitar a sua utilização, pelo que também era denominada por “*banquinha de cama com seu recorte*”¹³⁴⁰ (Fig.78). Estas mesas, adstritas a uma só pessoa, eram

¹³³⁵ Cf. VELOSO, Carlos – Cf. Os sabores da Expansão. In *História da Alimentação: IX Encontro Turres Veteras*, p. 119.

¹³³⁶ O texto refere-se a D. Maria José Juliana Lourenço de Almeida, casada com D. Caetano José de Noronha e Albuquerque, 1º conde de Peniche. Cf. ZÛQUETE, Afonso Eduardo Martins – *Nobrea de Portugal e do Brasil*, vol. 3, pág. 122.

¹³³⁷ Cf. TRANT, Clarissa – The Journal. In SOUSA, Maria Leonor Machado de, coord. – *A Guerra Peninsular em Portugal relatos britânicos*, p. 76.

¹³³⁸ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo do conde de Peniche, D. Caetano de Noronha, 1828, Letra C, Maço 83, f. 120.

¹³³⁹ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de João Pedro Mariz Sarmiento, 1803, Letra J, Maço 101, f. 24-24v. “*Fazemos ainda pequenas mesas, denominadas mesas de cama. Estas mesas não são mais do que uma tábua de 12 a 14 polegadas de largura, por 20 a 22 polegadas de comprimento, no meio da qual se rasga um vão, aproximadamente com 2 a 3 polegadas de comprimento por um pé de largura, a qual serve para colocar o ventre daqueles que se encontram deitados. Os cantos são embutidos e suportados por pequenos pés de 3 a 4 polegadas de altura (...)*” Cf. ROUBO, A.-J. – *Le Menuisier en Meubles*, pp. 701-702 (trad. do autor).

¹³⁴⁰ Vd., por exemplo, A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de António José dos Santos, 1794, Letra A, Maço 141, Caixa 238, f. 39v.

executadas, regra geral, em madeiras de qualidade superior, como, por exemplo, o pau-santo¹³⁴¹, e apresentavam decoração nos pés, na maior parte das vezes, torneados.

Quanto a um espaço mais específico destinado à sala de jantar, numa primeira fase, teriam sido escolhidos compartimentos que, na origem, não foram concebidos para a receber, pela entrada tardia daquela sala nas residências lisboetas. Assim parece suceder no palácio Tancos, em Lisboa (Fig. 78), em casa do marquês de Marialva, em Sintra, que a instalou numa “*sala caiada e de pouco pé direito*”¹³⁴², uma escolha menos sumptuosa que a do marquês de Fronteira, que optou pela “*casa das batalhas*”¹³⁴³, uma sala de grande aparato, decorada com azulejos seiscentistas e com a figuração estucada dos seus antepassados.



Fig. 78 - Banca de comer na cama, 1750-1760 (Museu de Lamego).

¹³⁴¹ Cf. FRANCO, Carlos – *O mobiliário das elites de Lisboa na segunda metade do século XVIII*, p. 169.

¹³⁴² BECKFORD, William – *Diário de William Beckford em Portugal e Espanha*, p. 95.

¹³⁴³ Cf. TRAZIMUNDO, D. José – *Memórias do Marquês de Fronteira e d'Alorna*, vol. 1-2, p. 27.



Fig. 79 - Sala de jantar, Palácio Tancos, Lisboa (Fot. do autor).

Não podem ser minorizados estes primeiros passos na especialização de compartimento destinado ao serviço de refeições, mais afastado da intimidade da câmara, enquanto precursores de um novo espaço capaz de transformar uma refeição num momento de alargado convívio social, então menos sujeito à imprevisibilidade da montagem da mesa e dos cenários inerentes, encerrando-se o ciclo de um gosto efémero tão característico do anterior tempo barroco (Fig. 79).

Quando a planta da casa já consignava a existência da sala de jantar, esta tendia, como já referimos (ver ponto 2.3.), a aproximar-se, por razões compreensíveis, da cozinha¹³⁴⁴. Em alguns casos, o pavimento utilizado é idêntico, conforme nos é referido na descrição de “*humã casa de jantar toda lageada como também o he a cozinha*”¹³⁴⁵, na casa do sargento-mor, Bento Dias Pereira Chaves.

A utilização daquele pavimento estará associada a preocupações com a higiene, apesar de a madeira ser mais compatível com a vontade de tornar estas casas menos frias durante o

¹³⁴⁴ “A sala de jantar conduz-nos, naturalmente, às cozinhas e aos lugares dos serviços”. Cf. MÉZIERS, Camus – *Le Génie de l’Architecture ou l’Analogie de cet art avec nos sensations*, p. 190 (trad. do autor).

¹³⁴⁵ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de Bento Dias Pereira Chaves, 1781, Letra B, N.º 2, f. 231v.

Inverno¹³⁴⁶, pois manter os alimentos quentes constituía uma preocupação. Para atenuar esta adversidade, eram utilizadas esteiras (Doc. 111), como a que foi feita “*para a caça do jantar*” do conde de Vila Nova, que media “54 varas” e custou 16\$200 réis¹³⁴⁷ (Doc.62).

Ainda relacionado com a salubridade, apesar da divulgação do garfo, no século XVIII, ter reduzido a necessidade de lavar as mãos antes da refeição, deve registar-se a presença, em algumas salas de jantar, de uma fonte com bacia ou de um “*lavatório de pedra com sua chave de bronze a que vem a agoa encanada*”¹³⁴⁸ (Figs. 80 a 83).

Na ausência daquelas, recorria-se às bacias de água às mãos, ou a recipientes que parecem mais individualizados, tal como os “*vinte pratos de água às mãos*”¹³⁴⁹ que encontramos na residência da marquesa das Minas.



Fig. 80 - Lavatório, sala de jantar, palácio Pombal, Oeiras (Fot. do autor).



Fig. 81 - Torneiras, lavatório, sala de jantar, palácio Pombal, Oeiras (Fot. do autor).

¹³⁴⁶ “*Julgamos mais conveniente que, em vez de pavimentar as salas de jantar com mármore, que é muito frio no Inverno, o fizéssemos com madeira.*” Cf. BLONDEL, Jacques-François – *Architecture Française, ou recueil des plans, elevations, coupes et profils des Eglises, Maisons Royales, Palais, Hôtels & Edifices les plus considérables de Paris, ainsi que des Châteaux & Maisons de plaisance situés aux environs de cette Ville, ou en d’autres endroits de la France, bâtis par les plus célèbres Architectes, & mesurés exactement sur les lieux*, vol. 1, p. 32 (trad. do autor).

¹³⁴⁷ Cf. A.N.T.T., *Arquivo da Casa de Abrantes*, Livro 108, f. s./n.º.

¹³⁴⁸ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de Bento Dias Pereira Chaves, 1781, Letra B, n.º 2, f. 232v.

¹³⁴⁹ Cf. A.N.T.T. *Inventários Orfanológicos*, Processo da marquesa das Minas, D. Maria Francisca Antónia da Piedade de Sousa, 1787, Letra M, Maço 113, N.º 7, F. 42.



Fig. 82 - Lavatórios, sala de jantar, Palácio Tancos, Lisboa (Fot. do autor).



Fig. 83 - Lavatório, sala de jantar, Palácio Tancos, Lisboa (Fot. do autor).

Relativamente à decoração das paredes da sala de jantar, nos casos em que eram “*revestidas de faianças*”¹³⁵⁰, encontramos vários núcleos temáticos. Naquelas que resultam da adaptação de outros compartimentos, que na origem não tinham aquela função, existe uma decoração azulejar que não é específica. É o caso, entre outros, das que são decoradas com cenas relacionadas com a caça¹³⁵¹, numa tentativa de prolongamento para o exterior, que encontramos em várias salas.

Quanto às outras, mais predestinadas à função de sala de jantar, registamos a presença de elementos decorativos mais característicos, tal como, as representações da natureza, com destaque para os cestos de flores¹³⁵², flores, festões e aves, trabalhos no campo e cenas relacionadas com a refeição (Figs. 84, 85 e 86). Para além destes, existem outras decorações ainda mais identificativas, como sucede com os painéis de azulejo que exibem peças dos serviços de mesa¹³⁵³, que indicam a função da sala de forma inequívoca.

¹³⁵⁰ Cf. RUDERS, Carl Israel – *Viagem em Portugal 1798-1802*, p. 184.

¹³⁵¹ Acerca desta tipologia decorativa, Vd. CÂMARA, Maria Alexandre Gago da – Da vivência e espacialidade setecentistas: o quotidiano na azulejaria de Lisboa. In CASTRO, Aníbal Pinto de, coord. – *Alcipe e as Luzes*, p. 116.

¹³⁵² Tal como os painéis de azulejo com cestos de fruta sobre fundos amarelos existentes na sala de jantar do palacete Pombal, em Lisboa. Cf. HENRIQUES, Paulo – Os Azulejos da Real Fábrica de Louça: do Rococó aos Ecletismos. In PAIS, Alexandre Nobre; MONTEIRO, João Pedro; HENRIQUES, Paulo, coord. – *Real Fábrica de Louça ao Rato*, p. 470.

¹³⁵³ Cf. HENRIQUES, Paulo – Os Azulejos da Real Fábrica de Louça: do Rococó aos Ecletismos. In PAIS, Alexandre Nobre; MONTEIRO, João Pedro; HENRIQUES, Paulo, coord. – *Real Fábrica de Louça ao Rato*, pp. 470-473.



Fig. 84 - Silhar de azulejos representando festões, flores e frutos, sala de jantar, Palácio Porto Côvo, Lisboa (Fot. do autor).



Fig. 85 - Silhar de azulejos, refeição ao ar livre, sala de jantar, Palácio Távora, Lisboa (Fot. do autor).



Fig. 86 - Silhar de azulejos, malhada, sala de jantar, palácio Távora, Lisboa (Fot. do autor).

No caso da pintura mural, nomeadamente os frescos, os temas preferidos parecem ser idênticos aos anteriores, como se pode observar, na sala de jantar do palácio de Porto Côvo, onde, para além do silhar de azulejos referido *supra*, encontramos uma profusa pintura onde se destacam as aves, os frutos e as flores (Figs.87 e 88).



Fig. 87 - Cisnes e frutos, sala de jantar, Palácio Porto Côvo (Fot.do autor).



Fig. 88 - Cariatide, cisnes e frutos, sala de jantar, Palácio Porto Côvo (Fot. do autor).

No âmbito do gosto por estas temáticas decorativas, um outro elemento que parece estar muito presente é a pintura sobre tela que, através das naturezas mortas, tem um papel preponderante no que diz respeito à decoração do espaço dedicado às refeições.

As flores (Fig. 89), as imagens de alimentos, que “*pintadas de forma realista apelariam sem dúvida ao sentido do paladar*”¹³⁵⁴ (Fig. 90), e as de frutos (Fig. 91), tantas vezes designadas como “*fruteiros*”, que “*são agradáveis ao olhar e a sua representação recorda ao observador o prazer do seu consumo*”¹³⁵⁵, terão merecido a preferência. Uma natureza-morta representando uvas e outras frutas, atribuído a Joaquim Manuel da Rocha, teria pertencido à sala de almoço do palácio do marquês de Pombal, em Oeiras¹³⁵⁶, por exemplo.



Fig. 89 - Natureza-morta, Escola francesa, séc. XVIII (P.C.V., Nov. 2004).

¹³⁵⁴ Cf. CHERRY, Peter – Introdução. In PEREIRA, João Castel-Branco, coord. – *A Perspectiva das Coisas a natureza morta na Europa séculos XVII e XVIII*, p. 32.

¹³⁵⁵ IDEM, *Ibidem*, p. 32.

¹³⁵⁶ “Natureza-morta – uvas e frutas, atribuído a Joaquim Manuel da Rocha – pintura a óleo sobre tela, alt. 0,81 larg. 1,11, moldura dourada – pertenceu à sala de Almoço do palácio de Oeiras.” Cf. *Catálogo da colecção de quadros, gravuras, estampas, móveis, esculturas, adornos e outros objectos de arte do palácio do senhor marquês de Pombal em Oeiras*, p. 107.



Fig.90 - Natureza-morta, Joaquim Manuel da Rocha, séc. XVIII (P.C.V., Maio 1999).



Fig. 91 - Natureza-morta, Joaquim Manuel da Rocha, séc. XVIII (P.C.V., Maio 1999).

A utilização generalizada das flores, enquanto elemento decorativo, também se evidencia na apresentação dos “*criados (...) mulatos*”, que tinham “*cravos frescos nas cabeças, encaracolados como a lã*”¹³⁵⁷, ou na descrição de uma refeição servida à família real, no palácio de Oeiras, a 11 de Agosto de 1783, onde a mesa “*tinha por ornatos além de diferentes figuras de bom gosto muitos vasos com flores do tempo, cujo principal ornato fazia o mais lindo e possível efeito, e mereceu mais de uma vez a aprovação dos ditos Augustissimos Senhores*”¹³⁵⁸.

Em muitas naturezas-mortas, com flores e frutos, registamos a presença de animais (Fig. 89), como acontece no palácio de Santa Marta, pertencente ao conde do Redondo, onde existe um “*painel de flores com um pavão*” e um outro “*de frutas e um saguim*”¹³⁵⁹. Outras, menos comuns, têm uma origem oriental, como acontece com os “*fruteiros chineses pintados em papelão*”¹³⁶⁰ ou com o “*papel da China com pintura de pássaros e flores*”¹³⁶¹.

Relativamente ao mobiliário que compunha a sala de jantar, começaremos por referir as mesas de jantar. Tais peças, neste período, seriam “*bancas com abas*”¹³⁶² com um formato rectangular ou quadrado, permitindo que se fossem abrindo as abas, unindo-as, umas às outras até ser encontrado o comprimento desejado, em função do número de convidados. Antecipava-se, desta forma, a futura mesa extensível.

Algumas daquelas bancas eram completadas, nas extremidades, com mesas em forma de semi-círculo, como sucedia com a “*mesa de jantar que se compõe de 3 bancas cada uma*

¹³⁵⁷ Cf. BAILLIE, Marianne – *Lisboa nos anos de 1821, 1822 e 1823*, p. 283.

¹³⁵⁸ Cf. BEIRÃO, Caetano – *D. Maria I 1777-1792 subsídios para a revisão da história do seu reinado*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, p. 310.

¹³⁵⁹ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo do conde do Redondo, 1828, Letra C, Maço 72, n.º 3, f. 23.

¹³⁶⁰ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de Ana Teresa Dionísia, 1793, Letra A, Maço 139, n.º 13, f. 68v.

¹³⁶¹ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de António Joaquim de Pina Manique, 1796, Letra A, Maço 120, f. 68v.

¹³⁶² Cf. FRANCO, Carlos – *O mobiliário das elites de Lisboa na segunda metade do século XVIII*, p. 172.

de duas abas e duas de meia laranja”¹³⁶³, ou uma outra “*para dezoito pessoas com suas cabeceiras redondas de tirar e pôr*”¹³⁶⁴.

Estas cabeceiras redondas serviriam, muitas vezes, para pousar os diversos pratos que compunham a refeição, como nos sugere a descrição que é feita de uma “*banca de jantar composta das seguintes peças: cinco corpos do meio e dois aparadores que reunido tudo faz 35 palmos de comprimento e 9 de largo*”, existente na rua de S. Lázaro, no palácio pertencente ao conde de Peniche, D. Caetano de Noronha¹³⁶⁵. Muitas outras, menos versáteis, serviam de aparador, como se constata nas duas “*bancas de pau de pinho que servem de aparador*” existentes na residência do 6.º conde da Ribeira Grande, D. Luís António da Câmara¹³⁶⁶.

Poderão ter sido estas múltiplas mesas, encostadas à parede, as principais inspiradoras do “sideboard”, “*uma tipologia de aparador inglesa que se desenvolve durante o Neoclassicismo*”¹³⁶⁷. Esta peça de mobiliário apresenta semelhanças com uma banca que evoluiu pelo acrescentamento de discretas gavetas, passando a assumir a função de móvel de guarda. Apesar desta valência, o que parece sobressair são as suas longas superfícies de formato arredondado – apoiadas em esguias e sóbrias pernas –, que permitem a exibição de bens decorativos, ou apoiam o serviço da mesa.

A possibilidade de conjugação de várias bancas permitiu, ainda, a criação de um modelo, muito apreciado pelo seu formato, denominado “*banca de ferradura*”¹³⁶⁸, porque “*a parte do tampo terminava em redondo (...) ou em forma de U*”, tornando estas mesas “*muito*

¹³⁶³ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de Francisco de Borges Garção Atochler, 1829, Letra B, n.º 1, s./ n.º f.

¹³⁶⁴ Cf. SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e – Recheios de palácios lisboetas arrendados, no século XIX. *Revista de Artes Decorativas*, n.º 2, p. 233.

¹³⁶⁵ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo do conde de Peniche, 1828, Letra C, Maço 83, f. 348v.

¹³⁶⁶ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo do conde da Ribeira Grande, D. Luís António José Maria da Camara, 1802, Letra C, Maço 83, N.º 805, f. s./n.º.

¹³⁶⁷ Cf. RODRIGUEZ BERNIS, Sofia – *Diccionario de Mobiliario*, p. 300.

¹³⁶⁸ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de António Joaquim de Pina Manique, 1796, Letra A, Maço 120, Caixa 204, f. 54v.

cómodas na medida em que o serviço se pode fazer pela parte interior sem incomodar os que estão sentados à volta”¹³⁶⁹.

Executadas em várias tipologias de madeira, podiam destacar-se, pela sua qualidade superior, o vinhático e o pau-santo. A madeira, neste móvel, afirma-se como o principal sinal de sumptuosidade, na medida em que estas mesas se revelam, com muita frequência, isentas de quaisquer elementos decorativos¹³⁷⁰.

Desta forma, um dos elementos que se desejava mais distinto e se impunha com mais aparato seria a toalha de mesa, tipologia têxtil muito presente nestas casas (ver capítulo 3, Quadro III). Esta prática de cobrir as mesas era tão usual que, não raramente, encontramos referências a toalhas utilizadas, quotidianamente, na zona de serviço da casa, como é o caso das *“toalhas de mesa pequenas de comer os creados”*¹³⁷¹. James Murphy parece também confirmar esta ideia, quando refere que *“em todas as casas se encontra grande quantidade deste linho e até mesmo na de humildes camponeses, muito pobres de outras coisas, se vêem alvas toalhas e guardanapos, em mesas onde as iguarias se limitam a pão e castanhas”*¹³⁷².

Quanto à lavagem das toalhas, no palácio da Anunciada, por exemplo, optou-se por periodicidade semanal, salvo nos dias em que houvesse convidados de cerimónia, determinando-se ao copeiro *“que todos os Domingos deve assear a Mesa com roupa lavada; e se suceder jantar em qualquer dia da semana pessoa de cerimónia indefectivamente deve mudar de roupa a dita Meza”*, devendo *“hum lavadeira que de 8 em oito dias traga a roupa, tanto dos Snrs. como igualmente a da copa e cozinha”*¹³⁷³.

As cadeiras, peças essenciais na sala de jantar, adaptaram-se à existência deste novo compartimento, passando a ocupar um lugar bem determinado, afastando-se

¹³⁶⁹ Cf. ROUBO, A.-J. – *Le Menuisier en Meubles*, p. 701 (trad. do autor).

¹³⁷⁰ Cf. BRITO, Nogueira de – *O Nosso Mobiliário*, p. 30.

¹³⁷¹ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de Bento Dias Pereira Chaves, 1781, Letra B, N.º 2, f. 171.

¹³⁷² Cf. MURPHY, James – *Viagens em Portugal*, p. 40.

¹³⁷³ Cf. A.N.T.T., *Arquivo da Casa de Rio Maior*, Maço 44, f. s./n.º.

definitivamente da parede e enfileirando-se à volta da mesa. Para além deste novo posicionamento, houve necessidade de proceder a outras alterações.

Na segunda metade do século XVIII, a mesa torna-se mais larga e senta os convidados à sua volta¹³⁷⁴, a quantidade de pratos¹³⁷⁵ que se servem a cada refeição é muito elevada, bem como o número de pessoas a servir. As cadeiras adaptar-se-ão a estas novidades, começando a ter um espaldar mais baixo, facilitador do serviço, e um assento largo e cómodo, apropriado às exigências de quem vai permanecer muito tempo sentado. A guarnição com palhinha era muito comum, como aconteceu no palácio de Santos, em casa do conde de Vila Nova de Portimão, que tinha umas “*cadeiras de palhinha que servem em a caza do jantar pintadas de cor de pérola com seus ornatos verdes e encarnados envernizados*”¹³⁷⁶.

Quanto às peças de mobiliário de conter ou guardar inseridos na decoração da sala de jantar, as cantoneiras parece terem ganho a preferência das modas. Estas eram executadas, sobretudo, em madeira de pinho, que depois era pintada, e em vinhático, uma madeira que começou a ter uma maior utilização em Portugal no último quartel do século XVIII, à semelhança do que, no mesmo período, sucedeu no Brasil, onde foi muito usada no fabrico de caixas e armários¹³⁷⁷.

Estes móveis distribuíam-se simetricamente, ocupando dois ou quatro cantos, como sucedia numa “*casa de jantar*” que tinha “*quatro cantoneiras em os quatro ângulos da dita casa para vidros e louça*”¹³⁷⁸. A sua gramática decorativa e pintura assemelhavam-lhe à sala onde estavam inseridos, tendendo a constituir-se mais como um elemento arquitectónico do que como uma evidente peça de mobiliário (Fig.92).

¹³⁷⁴ “Uma das grandes alterações em relação ao reinado anterior foi o abandono da mesa comprida e estreita, na qual as pessoas se sentavam apenas num dos lados, e que já tinha passado de moda na Europa.” Cf. PEREIRA, Ana Marques – *Mesa Real Dinastia de Bragança*, p. 58.

¹³⁷⁵ “Beckford foi convidado para um repasto oferecido por Street Arriaga Brun da Silveira em que foram servidos, pelo menos, 60 pratos, 8 assados e todos os guisados concebíveis, nacionais, franceses e ingleses.” Cf. VELOSO, Carlos – Os sabores da Expansão. In *História da Alimentação: IX Encontro Turres Veteras*, p. 128.

¹³⁷⁶ Cf. A.N.T.T., *Arquivo da Casa de Abrantes*, Livro 99, f. s./n.º.

¹³⁷⁷ Cf. CANTI, Tilde – *O Móvel no Brasil, Origens, Evolução e Características*, p. 75.

¹³⁷⁸ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de Bento Dias Pereira Chaves, 1781, Letra B, N.º 2, f. 232v.



Fig. 92 - Cantoneira, sala de jantar, quinta de Manique, Alcabideche (Fot. do autor).

A sala de jantar, contudo, não se mostra um espaço vocacionado para acolher um grande número de móveis de guardar, deixando essa valência para compartimentos que lhe estavam próximos, nomeadamente a copa, dirigida por um mestre copeiro, que, a par da cozinha, se apresentava como o verdadeiro centro nevralgico na preparação de uma refeição.

O mobiliário da sala de jantar estaria mais limitado à guarda de vidros e louças destinados a um uso diário mais comum, pois os “*jogos de mesa*” e o elevado número de peças em louça, cristal, vidro e prata¹³⁷⁹ existentes numa residência, guardar-se-iam em numerosos armários e caixões que não se encontravam naquela divisão.

¹³⁷⁹ “*Os hábitos da mesa requintaram-se ao longo do século XVIII, assistindo-se a uma progressiva diversidade de objectos relacionados com a ingestão e preparação de alimentos. A par das influências estéticas, as novas tendências concretizaram-se na criação de tipologias de grande aparato e, no que diz respeito à prataria civil, obtiveram especial sucesso as peças ligadas ao universo da mesa. Pratos de*

Em síntese, poderemos elencar três espaços que serviam como local destinado ao acto da refeição. Um primeiro, ainda comum na segunda metade do século XVIII, mais intimista, inserido na zona da casa adstrita a uma pessoa, relativamente próximo da “câmara”, cuja polivalência permitia que lá fossem servidas refeições individuais ou a um grupo muito restrito de convidados. Para uma mesa situada numa destas salas talvez tivesse sido o destino de “*huma galinha para a meia noute do Sr. Conde*” [de Vila Nova]¹³⁸⁰, ou, numa outra ocasião, o “*lombo de vaca*”, igualmente “*para a meia noute do Sr. Conde*”¹³⁸¹, que foi confeccionado na cozinha do palácio de Santos.

Um segundo, já designado como “*casa de jantar*”, que se afirma no último quartel do século XVIII e primeiro quartel do século seguinte. É um espaço especializado, com mobiliário e decoração apropriados ao exercício da função que lhe está destinada, tendendo a ser utilizado, diariamente, nas refeições mais comuns. Numa destas novas salas se aguardaria que fosse servido o “*borrego para a menza*” e os “*quatro arrates de presunto*” ou os “*seis arrates de arroz para a menza*”¹³⁸², porque, segundo alguns, “*não há jantar sem arroz, preparado de numerosas maneiras nem carne cozida que, como não é salgada, eles geralmente comem com presunto*”¹³⁸³.

Seria neste espaço que se serviriam jantares mais solenes, sempre que o número de convidados o permitia. Poderia ter sido numa destas salas de jantar que um grupo se sentou “*a uma mesa posta para vinte cinco pessoas, e sobre a qual havia oito pratos diferentes, molhos, sobremesas, enfim, tudo quanto se serve em tais ocasiões*”¹³⁸⁴ e onde, talvez, “*o dono da casa*” se tenha vestido “*formalmente, como se para a Corte*”¹³⁸⁵.

Em dias de festa, quando um jantar exigia uma sala de maior dimensão, recorrer-se-ia a um salão existente na casa, que, então, se decorava e mobilava de forma adequada. Neste caso,

guardanapo, terrinas, pimenteiros e saleiros, a par das porcelanas chinesas de gosto europeu, enriqueceram o serviço das refeições e requintaram os usos das famílias possidentes.” Cf. SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e – *Artes da Mesa em Portugal: do século XVIII ao século XXI*, p. 12.

¹³⁸⁰ Cf. A.N.T.T., *Arquivo da Casa de Abrantes*, Livro 109, f. s./n.º.

¹³⁸¹ Cf. A.N.T.T., *Arquivo da Casa de Abrantes*, Livro 110, f. s./n.º.

¹³⁸² Cf. A.N.T.T., *Arquivo da Casa de Abrantes*, Livro 110, f. s./n.º. Um arrátel corresponde a 459 gramas.

¹³⁸³ Cf. BAILLIE, Marianne – *Lisboa nos anos de 1821, 1822 e 1823*, p.170.

¹³⁸⁴ Cf. ABRANTES, Duquesa de – *Recordações de uma estadia em Portugal 1805-1806*, p. 69.

¹³⁸⁵ Cf. BAILLIE, Marianne – *Lisboa nos anos de 1821, 1822 e 1823*, p. 170.

podia ser necessário comprar ou alugar candeeiros, como sucedeu com a aquisição de “*hum candieiro de cristal*” e o “*aluguel de mais 3 candieiros e de 24 placas de cristal*”, com um custo total de 24\$000 réis, que foram “*para a caza do conde de Vila Nova para função do seu casamento*”¹³⁸⁶, no ano de 1780.

O mesmo podia acontecer com o mobiliário, sobretudo as cadeiras, pela grande necessidade de aumentar o número de lugares sentados, como as “*2 duzias de cadeiras de palhinha de aluguel para o sr. Marquês [de Abrantes] D. José para os anos*”, ou as “*18 ditas para os anos da Minina meio dia*”¹³⁸⁷.

Terminado o evento, retirar-se-iam os bens alugados, evitando-se custos desnecessários, e proceder-se-ia à arrumação da sala. O lustre da casa voltaria, nesse momento, a ser protegido do pó, por exemplo, através do recurso a “*hum tafetá que serve de cobrir hum lustre e tem oito panos do dito tafetá carmesim*”¹³⁸⁸.

A sala de jantar, enquanto espaço verdadeiramente autónomo, viria a afirmar-se no século XIX, assumindo-se como um espaço mundano¹³⁸⁹. No ano de 1800, Joseph Berchoux, poeta francês, insatisfeito por considerar que os poetas desdenhavam da cozinha, fez um apelo veemente: “*Il faut, il en est temps, que notre siècle dîne*”¹³⁹⁰. O seu desejo foi cumprido. Em Oitocentos juntou-se e a sala de jantar, neste afã de sociabilidade, constituiu uma das grandes protagonistas de uma vontade que havia emergido na centúria anterior.

¹³⁸⁶ Cf. A.N.T.T., *Arquivo da Casa de Abrantes*, Livro 108, f. s./n.º.

¹³⁸⁷ Cf. A.N.T.T., *Arquivo da Casa de Abrantes*, Livro 99, f. s./n.º.

¹³⁸⁸ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de Bento Dias Pereira Chaves, 1780, Letra B, Maço 25, n.º 2, f. 68.

¹³⁸⁹ Cf. LILTI, Antoine – *Le monde des salons Sociabilité et mondanité à Paris au XVIII siècle*, p. 233.

¹³⁹⁰ Cf. GRAND-CARTERET, John – *Dix-neuvième Siècle*. Paris: Librairie de Firmin-Didot et C^e., 1893, p. 562.

4.5. O Quarto de Dormir: da “*Casa da Cama de Estado*” à Intimidade¹³⁹¹

O quarto de dormir, um dos espaços âncora da residência, situava-se no andar nobre, à semelhança de outros compartimentos que ali tinham lugar, afastados do piso térreo, considerado menos digno, como já referimos num capítulo anterior (ver ponto 2.3.). Até ao século XVIII aquela divisão representou um espaço privilegiado de recepção, onde o dono da casa, no leito, acolhia os seus convidados.

Na segunda metade de Setecentos, os diversos compartimentos de uma residência continuam a relacionar-se pelo enfileiramento. Apesar disso, o quarto de dormir, pouco a pouco, tendeu a tornar-se num lugar mais íntimo e menos social. Um duplo movimento vai gerar a mudança. Por um lado, a abertura da casa ao exterior através de eventos festivos e assembleias regulares, que, ocupando os salões, criam um novo centro da sociabilidade e, por outro, a especialização dos espaços e a necessidade crescente de intimidade começam a reservar ao quarto de dormir outras valências mais pessoais e menos relacionadas com a vida em sociedade.

O anterior quarto “*da cama de estado vocacionado*” para o aparato, com o leito colocado ao centro conforme se indica na figura (Fig. 93), reconhecia-se numa decoração luxuosa, onde se destaca o leito “*de estado*” com os seus sumptuosos tecidos, as numerosas cadeiras disponíveis para receber as visitas e se regista a ausência de objectos mais pessoais (Quadro XXIII), dará lugar, nos finais do século XVIII, e, sobretudo, no primeiro quartel da centúria seguinte, a um outro compartimento onde se anunciam mudanças que procuram o conforto e a intimidade.

¹³⁹¹ Este ponto, agora acrescentado e actualizado, foi publicado in SOUSA, Gonçalo Vasconcelos e (Dir.) – *Matrizes da Investigação em artes Decorativas*, pp.87-106, fazendo parte da investigação desenvolvida neste doutoramento.



Fig. 93 - “*Casa da cama de estado*”, Palácio da Anunciada (Fot. do autor).



Fig. 94 - Tecto, decoração de estuque oitocentista, “*casa da cama de estado*”, Palácio da Anunciada (Fot. do autor).

Quadro XXIII

“Caza da Cama de Estado forrada de Damasco Carmiz”

1 Cama Imperial, leito, dois colções e 2 meios enxergões
Forro de Damasco da Caz
6 Babinellas de Damasco
4 Cadeiras de braços forradas de Damasco
4 Tamborettes com costas e assentos tão bem de Damasco
1 banca ordinária forrada de panno verde
1 espelho pequeno

Fonte: A.N.T.T. Arquivo da Casa de Rio Maior, Maço 44.

Nesta mudança, outras tipologias de mobiliário virão a desenvolver-se, surgindo móveis mais individualizados. Por outro lado, outros compartimentos, à volta do quarto de dormir, ganharão valências que associamos aos cuidados com o corpo, aos labores femininos e à guarda da roupa, constituindo-se como pequenos camarins que contribuem para o isolamento do quarto, afastando-o das zonas mais sociais. Muitos deles passaram a ter um menor pé direito¹³⁹², que lhes confere intimismo e gera comodidade, porque minora os excessos do clima¹³⁹³.

Por causa do frio, o pavimento deveria ser revestido de madeira, reservando-se a pedra para outros espaços da casa, e, “*por cima devemos pôr grandes tapetes, que tornam os quartos mais quentes e uma elegância e esplendor própria da decoração dos palácios reais*”¹³⁹⁴.

¹³⁹² Cf. MESQUITA, Marieta Dá – O Habitar no Século XVIII: o Palácio Fronteira *In Alcipe e as Luzes*. Lisboa: Edições Colibri – Fundação das Casas de Fronteira e Alorna, 2003, p. 138.

¹³⁹³ Os excessos do clima faziam-se sentir, no interior destas casas, de forma muito intensa. Por esta razão, D. Tomás de Almeida, no seu palácio de Santo Antão do Tojal, possuía uma “*casa da câmara de Verão*”. Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo do Cardeal Patriarca D. Tomás de Almeida, (1754), Letra C, Maço 82, Caixa 803, F s./n.º

¹³⁹⁴ Cf. BLONDEL, Jacques-François – *Architecture française ou recueil des plans, elevations, coupes et profils des Eglises, Maisons Royales, Palais, Hôtels & Edifices les plus considérables de Paris, ainsi que des Châteaux & Maisons de plaisance situés aux environs de cette Ville, ou en d’autres endroits de la France*,

Os tapetes ou outras coberturas abrangeriam quase todo o pavimento, como é o caso da “esteira feita na terra com que se acha forrada toda esta casa”¹³⁹⁵ ou, de uma outra, encomendada pelo conde Vila Nova de Portimão, a Jerónimo José de Castro, para a “caza da cama” que “tem 17 varas e ao dito preço importa em 5\$100”¹³⁹⁶ réis. Outros seriam pequenos tapetes que se colocavam junto do leito, os denominados “tapetes de roda do leito”¹³⁹⁷.

Quanto aos tectos, encontramos-os executados em madeira, os quais, “à medida que aumenta a decoração de estuque (...) passam a ter uma importância secundária”¹³⁹⁸. Ocasionalmente, eram sujeitos a obras de restauro e de pintura, como aconteceu com o “conserto da antecâmara do marquês [de Abrantes], a câmara pintada com dous demãos e a casa de jantar pintada e consertada em as cores em varias partes e as tarjas dos cantos com os fundos vermelhos, por todas três”, pelos quais, foram pagos 16\$800 réis, ou, na mesma residência, com os “dois tectos engessados em o quarto da Exma Sra. Condessa (de Vila Nova de Portimão)” que custaram 3\$200 réis¹³⁹⁹.

Destes tectos não penderiam candeeiros, pois a iluminação no quarto de dormir era, sobretudo, móvel. Os castiçais e as palmatórias, que são um “castiçal com bocal pegado a hum prato, e seu rabo, de folha de flandres, ou latão”¹⁴⁰⁰, estavam aqui muito presentes. Estas últimas, pela sua configuração, com um prato que comporta muita cera queimada, eram próprias para a função de permanecer muito tempo acesa, para além de terem um cabo que permite um fácil transporte.

bâtis par les plus célèbres Architectes, & mesures exactement sur les lieux. Paris: Charles Antoine Jombert, 1752, vol. 1, p. 126. (Trad. do autor)

¹³⁹⁵ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo do Cardeal Patriarca de Lisboa, D. Tomás de Almeida, Letra C, Maço 82 Cx. 803, F. s./n.º.

¹³⁹⁶ Cf. A.N.T.T., *Arquivo da Casa de Abrantes*, Livro 108, f. s./n.º.

¹³⁹⁷ Cf. *Inventários Orfanológicos*, Processo de D. Catarina Máxima Leal da Cunha, Letra C, Maço 24 Cx. 709, N.º 8, f. s./n.º.

¹³⁹⁸ Cf. MESQUITA, Marieta Dá – *História e arquitectura: uma proposta de investigação: o Palácio dos marqueses de Fronteira com situação exemplar da arquitectura residencial erudita em Portugal*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 1992, vol 1, p. 75. Dissertação de doutoramento em arquitectura apresentada à Universidade Técnica de Lisboa.

¹³⁹⁹ Cf. A.N.T.T., *Arquivo da Casa de Abrantes*, Livro 108, f. s./n.º.

¹⁴⁰⁰ Cf. *Diccionario da Lingua Portugueza composto pelo Padre D. Rafael Bluteau, reformado e accrescentado por Antonio de Moraes Silva*. Lisboa: Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789, Tomo 1, P. 106.

Algumas destas luminárias possuiriam um tapa-lume (fig. 95), para proporcionar uma iluminação mais ténue durante a noite, como aconselha a marquesa de Alorna, D. Leonor de Portugal, quando recomenda que “*uma casa deve ter um leito, duas mesas e de noite uma luz furtada*”¹⁴⁰¹.



Fig. 95 – Lâmpada de dois lumes, prata, 3º quartel do séc. XVIII (P.C.V., Maio 2003).

Quanto às paredes, neste compartimento, privilegiou-se o conforto, através da utilização dos revestimentos a tecido, como sucedeu com a “*caza da cama de estado forrada de damasco carmiz*”¹⁴⁰² ou com “*o quarto de dentro*”¹⁴⁰³ existente na residência do 1º conde de Lumiares, Carlos Carneiro de Sousa e Faro, entre outros. Nestas armações de casa, os

¹⁴⁰¹ Cf. ALORNA, marquesa de, ob. cit, p. 48.

¹⁴⁰² A.N.T.T. *Arquivo da Casa de Rio Maior*, Maço 44, f. s./n.º.

¹⁴⁰³ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo do conde de Lumiares, Carlos Carneiro de Sousa e Faro, 1775, Letra C, Maço 82, f. 46 v.-47.

têxteis mais comuns revelevam-se o damasco de seda¹⁴⁰⁴, a chita¹⁴⁰⁵ e o tafetá¹⁴⁰⁶, por exemplo.

O elemento caracterizador do quarto de dormir e muito determinante na decoração e organização do espaço é o leito (Fig. 96) ou o catre. O termo leito, que “*consta de hum catre com quatro columnas, ou pilares altos, & taboas sobre que se põem a cama, armas e com cortinas*”¹⁴⁰⁷, era entendido, exclusivamente, como a parte de madeira ou metal, pelo que o seu verdadeiro valor era determinado pelos “*tecidos que o ataviavam*”¹⁴⁰⁸.

Todos estes panos não eram, exclusivamente, o refúgio para o descanso, o sono ou a intimidade, mas também um abrigo contra o frio, atendendo a que estes quartos são pouco aquecidos e muito expostos a correntes de ar¹⁴⁰⁹. Os tons de cor mais comuns eram o carmesim e o amarelo, seguindo-se o roxo e o verde, entre outras menos significativas.

¹⁴⁰⁴ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo do marquês de Nisa, D. Rodrigo Xavier Telles de Castro da Gama, 1784, Letra M, Maço 306, N.º 3, f. s./n.º

¹⁴⁰⁵ Cf. LAMAS, Arthur – *A Casa-Nobre de Lázaro Leitão*, p. 147.

¹⁴⁰⁶ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de Belchior Matos de Carvalho, 1801, Letra B, N.º 1, f. 58 v

¹⁴⁰⁷ Cf. BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário Portuguez e Latino*, vol. 5, p. 74.

¹⁴⁰⁸ Cf. NASCIMENTO, J. F. da Silva – *Leitos e Camilhas Portuguesas subsídios para o seu estudo*, p. 34. “*Enquanto as cabeceiras*” dos “*leitos barrocos afirmavam o primado do trabalho dos estofos sobre o da madeira o qual, na verdade, poderia ser efectuado por um carpinteiro de obra civil pois a madeira era o simples suporte para a montra dos tecidos utilizados, já o leito imperial rococó permitiu a visibilidade controlada da madeira integrando-a na decoração total dos tecidos.*” Cf. VALENTE, Adelina – Os testamentos dos contratadores do pau-brasil, SOUSA, Gonçalo Vasconcelos e Sousa, dir. – *Revista de Artes Decorativas*, n.º 3, pp. 39-40.

¹⁴⁰⁹ Cf. PARDAILHÉ-GALABRUN, Annik – *La Naissance de l'Intime*, p. 275.



Fig. 96 - Leito de madeira pau-santo, rococó, 3º quartel do séc. XVIII (P.N.Q.).

A armação dos tecidos podia ser “*com cimalha imperial*”¹⁴¹⁰, sabendo-se que este “leito imperial”, na sua forma clássica, tinha as quatro arestas que coincidiam com os cantos curvadas em forma de um “S”¹⁴¹¹, “*com armação com roda*”¹⁴¹², que poderia ser um dossel independente que se encontrava suspenso do tecto, ou fixo à parede, caso o leito estivesse

¹⁴¹⁰ Vd., por exemplo, A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de Alexandre Rodrigues (1794), Letra A, Maço 141, Caixa 237, F. s./n.º.

¹⁴¹¹ Cf. NASCIMENTO, J. F. da Silva, *Leitos e Camilhas Portugueses subsídios para o seu estudo*, p. 94.

¹⁴¹² Cf. Processo de José Francisco da Cruz Alagoa (1768), Letra J, Maço 564 In NEMÉSIO, Gonçalo Monjardino – *Histórias de Inácios a descendência de Francisco de Almeida Jordão e de sua mulher D. Helena Inácia de Faria*, p.267.

atravessado¹⁴¹³ e o “*pavilhão de armação de leito*”¹⁴¹⁴, assim chamado devido a ter “*a forma de pavilhão ou tenda de campanha*”¹⁴¹⁵.

Para a cama ficar completa, todavia, deveria ter um enxergão, um ou dois colchões que poderiam ser de crina, algodão ou lã, um travesseiro e almofadas, cheios de lã ou de penas¹⁴¹⁶ e as respectivas fronhas, geralmente em linho, bem como os lençóis.

As cobertas, com uma ampla gramática decorativa, eram, em geral, em “*xita da Índia*”, damasco, seda e raxa, “*pano de lã de várias castas & que vem a este reino de várias partes; raxa de Florença, de Segóvia, de Inglaterra, etc. também há raxa da Covilhã*”¹⁴¹⁷, entre outros, de menor importância.

A evolução do quarto de dormir, no sentido de se tornar numa “*casa da câmara*” que “*em qualquer estado que tenhamos, deve ser sempre limpa, simplesmente destinada a dormir*”¹⁴¹⁸, retirou importância ao leito, e permitiu a divulgação e a moda do catre, um “*leito pequeno, com pilares, não totalmente levantados, como os do leito*”¹⁴¹⁹ (Fig. 97), que virá a ser uma das principais referências, pela sua quantidade, quando falamos do espaço do quarto.

¹⁴¹³ Cf. SOUSA, Maria da Conceição Borges de; BASTOS, Celina – *Mobiliário normas de inventário*, p. 70. *Os dosséis eram suportados por varões de ferro chumbados nas paredes ou, mais vulgarmente, suspensos do tecto da câmara*”. Cf. FERRÃO, Bernardo, *Mobiliário Português*, vol. 1, pp. 141-142.

¹⁴¹⁴ Vd., por exemplo, A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de António Joaquim de Pina Manique (1796), Letra A, Maço 120, Caixa 204, F. 91.

¹⁴¹⁵ Cf. NASCIMENTO, J. F. da Silva – *Leitos e Camilhas Portugueses subsídios para o seu estudo*, p. 98. “*de cuja cúpula peraltada (“capelo”) pendiam os cortinados e o alparavaz corrido, com franja, ou recortado em lambrequins. Tinham secção transversal rectangular, circular, oval ou semelhante, e uma armadura interior de ferro, desmontável, constituída por aros e geratrizes encurvadas, como num abat-jour. Eram rematados superiormente por uma peça torneada onde atava o cordão de suspensão do conjunto que, passando em roldana fixa no tecto, permitia elevar e baixar o dossel*”. Cf. FERRÃO, Bernardo – *O Mobiliário Português*, vol. 1, p. 142.

¹⁴¹⁶ Cf. *Inventários Orfanológicos*, Processo de D. Catarina Máxima Leal da Cunha, Letra C, Maço 24 Cx. 709, N.º 8, f. s./n.º

¹⁴¹⁷ Cf. BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário Portuguez e Latino*, vol. 4, p. 123.

¹⁴¹⁸ Cf. ALORNA, marquesa de – *Inéditos e Outros Escritos*, p. 84.

¹⁴¹⁹ Cf. BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário Portuguez e Latino*, vol. 2, p. 203.

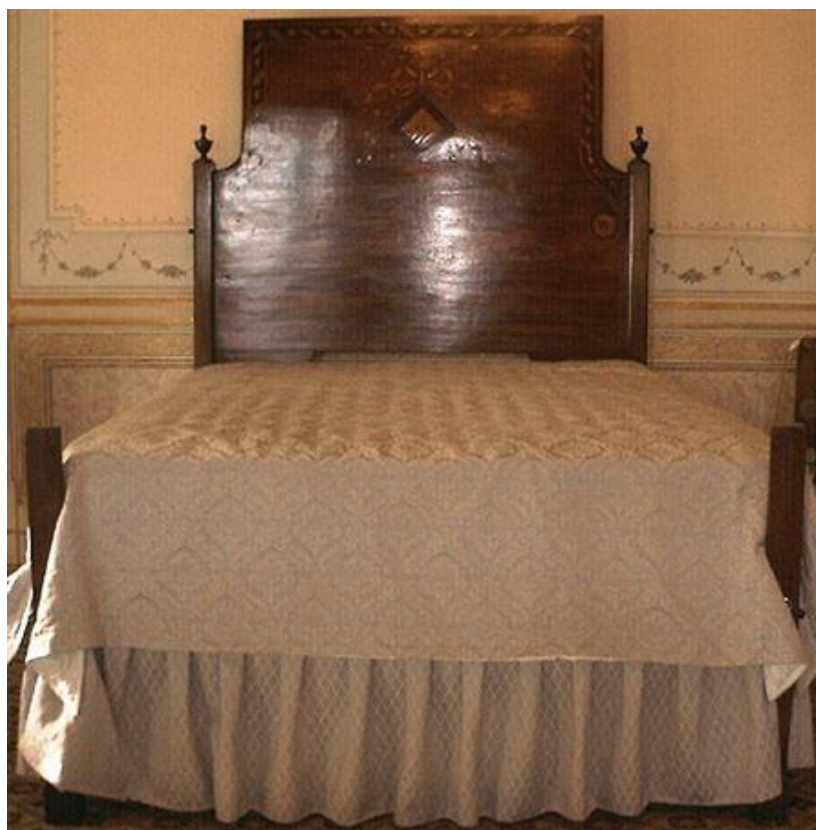


Fig. 97 - Leito, último quartel do séc. XVIII (P.N.Q.).

O catre, sendo um móvel menos aparatoso e utilizando menor quantidade de tecidos, tornar-se-á mais acessível, permitindo um aumento do número de camas numa residência¹⁴²⁰. Apesar desta tendência, atendendo ao número de habitantes existentes em algumas casas, aquelas ficariam muito aquém das necessidades.

Para fazer face a algumas dificuldades, optar-se-ia pelo aluguer¹⁴²¹ ou pelo empréstimo, como parece ser o conselho dado pela condessa de Alva, à sua irmã Teresa, quando lhe refere que “*será necessário alugar alguns móveis porque os não há, e dê-me com tempo as*

¹⁴²⁰ A cama foi um móvel que desde sempre teve uma especial importância. Na Idade Média, por exemplo, em Portugal, “*a alfaia doméstica mais importante era a cama. Nos séculos XII e XIII, quem possuísse um casal habitado, uma junta de bois, quarenta ovelhas, um jumento e duas camas passava da condição social de peão para a de cavaleiro.*” Cf. MARQUES, A. H. de Oliveira – *A Sociedade Medieval Portuguesa*, p.76

¹⁴²¹ O aluguer de mobiliário era comum em muitos países europeus. Em França, por exemplo, os estofadores rentabilizavam a sua profissão através do aluguer de móveis. Cf. COQUERY, Natacha – “Fashion, Business, Diffusion: An Upholsterer’s shop in Eighteenth-Century Paris in GOODMAN, Dena & NORBERG, Kathryn – *Furnishing the Eighteenth Century*, p. 70.

suas ordens a respeito de camas, já se sabe que o que eu lhe puder emprestar não lho alugo decerto”¹⁴²².

Na maior parte das residências existia uma grande carência de camas. Costigan refere-a quando relata uma visita que fez a casa do marquês de Pancorvo [nome fictício¹⁴²³], onde encontrou um quarto que “*tem uma grande cama no meio com cortinados de damasco carmesim, guarnecidos com um largo galão dourado*”, acrescentando que “*há dois quartos destinados às criadas, num deles dormem seis das mais importantes, e outro oito ou dez. Duas a duas, pretas, brancas ou mulatas, as suas camas compõem-se dum colchão de lã e duma coberta, algumas com e outras sem lençóis; e estendem-se essas camas no sobrado, quando se vão deitar (...)*”¹⁴²⁴.

O elevado número de residentes da casa, nomeadamente os criados, obrigaria a que o descanso ficasse associado aos enxergões que “*he a modo de saco, mas largo, aberto só pelo meyo, & cheio de palha; he cama de pobres, ou se põem debaixo de colchoens*”¹⁴²⁵ e aos colchões, que existiam em grandes quantidades nas casas lisboetas (Doc. 17).

O número de criados e a dimensão dos compartimentos onde dormiam impedem, muitas vezes, a existência de quaisquer leitos ou barras¹⁴²⁶, pelo que se recorria, exclusivamente, a colchões. No palácio da Anunciada, por exemplo, “*o aguadeiro, o mosso da cozinha*” e o “*José António enquanto não entra em Porteiro e o Ajudante da Cozinha*” dormiam “*na despensa da escada de pedra*”¹⁴²⁷, uma pequena divisão que se encontra por baixo da escadaria da residência (Fig. 98).

¹⁴²² Cf. HOLSTEIN, D. Mariana de Sousa – *Um olhar feminino sobre Portugal*, Lisboa: Livros Horizonte, 2006, p. 304.

¹⁴²³ Costigan teria criado este nome fictício para ocultar a verdadeira identidade do proprietário da casa.

¹⁴²⁴ Cf. COSTIGAN, Arthur William – *Cartas sobre a Sociedade e os Costumes de Portugal 1778-1779*, vol. 2, pp. 165-166.

¹⁴²⁵ Cf. BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário Portuguez e Latino*, vol. 1, p. 165.

¹⁴²⁶ As barras eram constituídas por “*dous bancos, que sustentão três, ou quatro taboas, sobre que se põem a cama (...)*”. Cf. BLUTEAU, D. Raphael, ob. citada, Vol. 2, p. 53.

¹⁴²⁷ A.N.T.T., *Arquivo da Casa de Rio Maior*, Livro 20, f. s./n.º.



Fig. 98 - Porta de acesso à despensa, vestíbulo, Palácio da Anunciada (Fot. do autor).

Quanto ao mobiliário de repouso, realçamos, ainda, o berço (Figs. 99 e 100), que seguia a par e passo a gramática decorativa do leito ou dos catres, verificando-se um mimetismo que começava por se fazer notar, desde logo, na tipologia da madeira, pois também os berços eram executados, quase exclusivamente, em madeira de pau-santo ou noutras de semelhante relevância. Este móvel aparece, nos róis de bens das casas das elites lisboetas, com uma relativa frequência, a par da importância crescente da criança e dos acessórios que a ela dizem respeito.



Fig. 99 - Berço, rococó, 3º quartel do séc. XVIII (P.N.Q.)



Fig.100 - Berço, D. Maria I, último quartel do séc. XVIII (Museu de Évora)

Carl Rüders, ao visitar os aposentos régios em Mafra, referiu que “*numa das câmaras*” existiam “*alguns carrinhos e outros brinquedos destinados aos reais infantes (...)*”¹⁴²⁸. No palácio de Santos, por exemplo, também sabemos que foi encomendado “*hum Cavallo de Pau que por ordem da Ilma. E Exma. Sra. Condessa de Villa Nova mandaram vir de Londres Mayne C^o*”, com um “*custo em Londres e despesas até Lisboa*” de 15\$000 réis¹⁴²⁹, montante que julgamos elevado e significativo do lugar que, pouco a pouco, começa a ser reservado à criança (Doc. 120).

Os filhos, apesar de tudo, continuariam afastados do quarto materno. Nas famílias da aristocracia, amamentação, por exemplo, encontrava-se confiada a “*amas plebeias*”¹⁴³⁰, um costume que veio ser adoptado, também, pela burguesia portuguesa. No palácio de Santos, constatamos que a “*Ama do do Sr. D. Francisco*” integrava a *Folha geral dos ordenados da família*”¹⁴³¹.

Mais tarde, para os acompanhar, contratavam-se aias e criados, como sucedeu na Casa de Rio Maior, onde se contratou “*D. Antónia Pimentel Caldeira Aia dos Meninos*” que “*começou a vencer por conta dos alimentos dos mesmos Senhores no 1º de Janeiro de 1807 a razão de 2400 rs. por mez*”¹⁴³² ou com o “*Joaquim José Alarcão Criado dos Meninos e Encarregado do governo da Casa*” que “*começou a servir no 1º de Novembro de 1809 vencendo por mez 2800 rs*”¹⁴³³.

¹⁴²⁸ Cf. RÜDERS, Carl Israel, *Viagem em Portugal 1798-1802*, p. 222

¹⁴²⁹ Cf. A.N.T.T., *Arquivo da Casa de Abrantes*, Livro 99, f. s./n.º.

¹⁴³⁰ Cf. MONTEIRO, Nuno Gonçalo – Casamento, celibato e reprodução social: a aristocracia portuguesa nos séculos XVII e XVIII, *Análise Social*, vol. XXVIII (123-124), 1993, 4º-5º, pp. (921-950), p. 928.

A existência, na casa, de uma ama de leite possibilitava “*à mãe desempenhar a sua habitual função económica dentro do quadro familiar e, naturalmente, dava-lhe ainda a liberdade de manter a sua vida social, sem lhe exigir os sacrifícios que uma criação acarretava. Por outro lado, a sua vida conjugal não era afectada por uma forçada abstinência sexual durante o longo período da aleitação que ia até aos dois anos ou mesmo até mais tarde.*” Cf. SANTOS, Maria José Moutinho – *O Folheto de Cordel: Mulher, família e Sociedade no Portugal do Século XVIII (1750-1800)*, Porto: [s. n.], 1987. Dissertação de mestrado em História Moderna apresentada à Faculdade Letras da Universidade do Porto, p. 88.

¹⁴³¹ Cf. A.N.T.T., *Arquivo da Casa de Abrantes*, Livro 106, f. s./n.º.

¹⁴³² Cf. A.N.T.T., *Arquivo da Casa de Rio Maior*, Livro 15, f. 20.

¹⁴³³ Cf. A.N.T.T., *Arquivo da Casa de Rio Maior*, Livro 15, f. 62.

Esta separação relativamente aos filhos, que significa uma procura de privacidade¹⁴³⁴, também se consubstanciava no momento das refeições, como nos sugere a ordem existente no palácio da Anunciada, onde se determina que relativamente ao almoço “*dos senhores pequenos*”, o copeiro “*o fará conduzir, à Caza immediata, à em que os mesmos senhores dormem*”¹⁴³⁵.

No nascimento dos filhos, que aconteceria no espaço do quarto de dormir, recorria-se aos préstimos de uma parteira¹⁴³⁶, as quais realizavam o seu trabalho, utilizando cadeiras específicas para aquela função, as designadas “*cadeiras de parir*”¹⁴³⁷. A preparação dos quartos, bem como a presença da parteira, à semelhança do que sucedia noutros países, talvez acontecesse algum tempo antes da data prevista para o nascimento¹⁴³⁸.

Nas situações mais difíceis, “*O Doutor Couto, Medico Parteiro, e Lente da Arte Obstetrica na Real Casa Pia (...) que assiste na rua da Saudade, N.º 18, ao pé da igreja de S. Martinho*”, anunciava a sua disponibilidade “*para se lhe prestar o socorro de que necessitar*”¹⁴³⁹.

Após o parto, o quarto torna-se numa importante sala de recepção. Segundo o relato de Marianne Baillie, a parturiente recebe as visitas deitada na cama, “*apoiada em travesseiros brancos, ricamente debruados com renda e rodeada por um numeroso grupo de visitas, muitas delas vestidas de cerimónia e adornadas com brilhantes*”¹⁴⁴⁰.

Uma das novidades presente no quarto de dormir foi a divulgação da “*mesa de cabeceira de cama*”. As mais recuadas no tempo que encontramos referenciadas, encontravam-se no “*quarto da condessa*”¹⁴⁴¹ [de Atouguia] e foram inventariadas no ano de 1758. Esta “*banca*

¹⁴³⁴ Cf. MCKEON, Michael – *The secret history of domesticity*, p. 238.

¹⁴³⁵ Cf. A.N.T.T., *Arquivo da Casa de Rio Maior*, Maço 44, f. s./n.º.

¹⁴³⁶ Na casa de Abrantes regista-se uma quantia avultada, no valor de 38\$000 réis, que corresponde à despesa com a parteira. Cf. A.N.T.T., *Arquivo da Casa de Abrantes*, Livro 110, f. s./n.º.

¹⁴³⁷ Cf. A.N.T.T., *Arquivo da Casa de Abrantes*, Livro 99, f. s./n.º.

¹⁴³⁸ Em Inglaterra, por exemplo, o quarto era preparado com cerca de um mês de antecedência. Cf. MCKEON, Michael – *The secret history of domesticity*, p. 233.

¹⁴³⁹ Cf. *Gazeta de Lisboa* – Suplemento, n.º 49, 7 de Dezembro de 1804.

¹⁴⁴⁰ Cf. BAILLIE, Marianne – *Lisboa nos anos de 1821, 1822 e 1823*, p. 233.

¹⁴⁴¹ Cf. BÍVAR, Luís – *Inventário e Sequestro das Casas de Távora e Atouguia*, p. 74.

de cabeceira”, nas casas lisboetas, é executada, sobretudo, em madeira de pau-santo¹⁴⁴² e de nogueira. A decoração baseava-se em embutidos representando “*ramos de flores*”¹⁴⁴³ ou marchetados¹⁴⁴⁴, e, no caso da madeira de nogueira, optava-se pelos “*ornatos de talha dourada*”¹⁴⁴⁵.

Estas mesas possuíam, invariavelmente, tampos em pedra e podiam ser formadas por “*uma gavetinha*”¹⁴⁴⁶, “*uma porta e gaveta por baixo*”¹⁴⁴⁷, “*uma porta*”¹⁴⁴⁸ ou “*portinhas*”¹⁴⁴⁹. Quando as mesas são decoradas com ornatos de talha, os pés apresentam o modelo de “*pé de cabra*”¹⁴⁵⁰. Nas outras, encontramos referências a pés “*com ferragens*”¹⁴⁵¹.

A mesa-de-cabeceira deu um valioso contributo para modificar alguns hábitos no quarto, na medida em que sendo um móvel de guarda e, simultaneamente, de apoio, vem permitir uma grande comodidade e independência para quem se encontra deitado, evitando o recurso permanente ao serviço dos criados. No que diz respeito à higiene, por exemplo, proporciona alterações significativas, pois permite que os “*bispotes*”¹⁴⁵², que existiam em

¹⁴⁴² “*De forma geral, este género de mesas não são susceptíveis de qualquer tipo de ornamento, o importante é que sejam de fácil limpeza e sobretudo muito leves para facilitar o seu transporte*”. Cf. ROUBO, A.-J. – *Le Menuisier en Meubles*, p. 741.

¹⁴⁴³ Vd., por exemplo, A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo do marquês de Soidos, António Luís Pereira Coutinho Pacheco de Vilhena, 1799, Letra M, Maço 75, N.º 3, f. 38 v.

¹⁴⁴⁴ Vd., por exemplo, A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo da marquesa das Minas, D. Maria Francisca Antónia da Piedade de Sousa, 1787, Letra M, Maço 117, N.º 7, f. 89 v.

¹⁴⁴⁵ Vd., por exemplo, A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo do Cardeal Patriarca, D. Tomás de Almeida (1754), Letra C, Maço 82, Caixa 803, f. S./n.º.

¹⁴⁴⁶ Vd., por exemplo, A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de Francisco José da Silva Freire, 1824, Letra F, Maço 23, f. s./n.º..

¹⁴⁴⁷ Vd., por exemplo, A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de Joaquim José dos Santos Cordeiro, 1806, Letra C, Maço 45, Caixa 740, f. 15.

¹⁴⁴⁸ Vd., por exemplo, A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo do conde da Ribeira Grande (1802), Letra C, Maço 83, Caixa 805, f. 29.

¹⁴⁴⁹ Vd., por exemplo, A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo do conde da Ribeira Grande (1802), Letra C, Maço 83, Caixa 805, f. 76.

¹⁴⁵⁰ Vd., por exemplo, A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo do Cardeal Patriarca, D. Tomás de Almeida (1754), Letra C, Maço 82, Caixa 803, f. s./n.º.

¹⁴⁵¹ Vd., por exemplo, A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo do conde de Galveias (1775), Letra C, Maço 32, Caixa 725, f. 97.

¹⁴⁵² “*Vaso de ourinar, penico*”. Cf. VIEIRA, Domingos – *Grande Dicionário Português ou Thesouro da Língua Portuguesa*, vol. 1, p. 776.

número elevado¹⁴⁵³, comecem a permanecer mais próximos da cama e reservados de tantos odores, por se confinarem ao interior do móvel¹⁴⁵⁴.

O quarto, tornando-se mais íntimo, tende a guardar no seu espaço ou, de preferência, em pequenos gabinetes que lhe são muito próximos, alguns objectos relacionados com a higiene, nomeadamente as caixas de retrete¹⁴⁵⁵, as tinas de banho¹⁴⁵⁶ e os bidés. As primeiras começam a ser mais comuns no último quartel do século XVIII e, sobretudo, nos primeiros anos de Oitocentos. O conde de Peniche, no seu palácio da rua de S. Lázaro, possuía “*uma caixa de retrete em madeira de vinhático, com seu bião em louça da Índia*”¹⁴⁵⁷. Noutras residências encontram-se algumas um pouco mais modestas, como sucede em casa do correio-mor do reino, José António da Matta de Sousa Coutinho, onde existia uma “*caixa de retrete de madeira de caixa de açúcar, vaso de latão, estofada de de carneira o acento*”¹⁴⁵⁸.

O marquês de Bombelles faz referência à escassez de retretes nas casas portuguesas, onde, “*para suprir esta falta, têm um, ou dois grandes potes que servem para toda a família. Quando está cheio, os mais cuidadosos, mandam despejar no Tejo, os outros despejam pelas janelas*”¹⁴⁵⁹. Henrich Link, na sua passagem por Lisboa, conheceu de perto esta realidade, pois relata-nos que “*uma encantadora dama de condição despejou um bacio*” sobre ele, e, sendo assim, não lhe restou outro “*consolo a não ser o de esperar que o bacio fosse o seu*”¹⁴⁶⁰.

¹⁴⁵³ Em casa de D. Tomás de Almeida, por exemplo, existia “*uma dúzia de bispotes em que entra hum fino*”. Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo do Cardeal Patriarca, D. Tomás de Almeida (1754), Letra C, Maço 82, Caixa 803, f. s./n.º.

¹⁴⁵⁴ Em Inglaterra, até ao século XVIII, os bacios ficavam nos quartos dos criados, por exemplo. Cf. MCKEON, Michael – *The secret history of domesticity*, p. 233.

¹⁴⁵⁵ Em França as latrinas seriam guardadas nos guarda-roupas que se encontravam próximos dos quartos de dormir. Cf. MCKEON, Michael – *The secret history of domesticity*, p. 233.

¹⁴⁵⁶ “*Nas residências elegantes do século XVIII, a banheira é muitas vezes levada para o quarto.*” Cf. BOLOGNE, Jean-Claude – *História do pudor*, p. 49.

¹⁴⁵⁷ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo do conde de Peniche, 1830, Letra C, Maço 83, N.º 6, f. 189 v.

¹⁴⁵⁸ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de José António da Matta de Sousa Coutinho, 1793, Letra J, Maço 499, N.º 3, f. 358.

¹⁴⁵⁹ Cf. BOMBELLES, Marquis de – *Journal d'un Ambassadeur de France au Portugal 1786-1788*, p. 33. (Trad. do autor).

¹⁴⁶⁰ Cf. LINK, Heinrich Friedrich – *Notas de uma viagem a Portugal e através de França e Espanha*, p. 123.

Quanto ao banho, era uma prática muito ausente, optando-se pelas breves lavagens, como veremos de seguida. Apesar disso, no final de Setecentos, começamos a encontrar um maior número de “*tinas para tomar banho*” nas residências lisboetas. As mais comuns eram executadas em “*madeira com arcos de ferro*”¹⁴⁶¹, em “*folha-de-flandres com sua torneira*”, que podiam ser pintadas, como sucedia com a pertencente a D. Mariana Montanhas Ribeiro Soares, “*pintada de verde por fora e amarelo por dentro*”¹⁴⁶², ou “*em cobre metida em caixa de madeira*”¹⁴⁶³.

A especialização dos compartimentos promoverá, entretanto, a existência de uma sala destinada ao banho. No palácio da Anunciada, por exemplo, aquando de um “*arranjo*” feito após o “*falecimento da Sra. Condeça de Rio Maior May D. Maria Amalia de Carvalho Daun que Deus tem, e falecida aos 16 de Setembro de 1812*”, determinou-se que “*o quarto da Escada de Pedra do Jardim servirá para Casa de Banho*”, o que denota as progressivas preocupações higienistas registadas em Oitocentos¹⁴⁶⁴.

Associado à higiene, o bidé¹⁴⁶⁵, ainda raro no século XVIII, começará a tornar-se mais comum em Oitocentos. Os modelos mais habituais possuíam um pé, como o “*bidé de louça da fábrica já rachado com seu pé de madeira de pinho*”¹⁴⁶⁶, que existia na residência do comendador Belchior de Matos Carvalho, ou uma caixa, tal como um “*bidé de cobre com caixa em madeira do Brasil*”¹⁴⁶⁷ que se encontrava num palácio da rua Direita da Penha de França, pertencente ao 5º conde de Soure.

Um outro objecto que se poderia encontrar no quarto de dormir era a seringa, que “*he o canudo de estanho que com o pau que entra dentro serve de comprimir o ar e o licor para*

¹⁴⁶¹ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de Ana Leonarda Xavier de Aguiar, 1794, Letra A, Maço 127, N.º 11, f. 50 v.

¹⁴⁶² Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de Mariana Isabel Montanhas Ribeiro Soares, 1796, Letra M, Maço 306, N.º 6, f. 23

¹⁴⁶³ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo do conde da Ponte, José António de Sousa Saldanha de Meneses e Castro, 1785, Letra C, Maço 82, N.º 6, f. 79 v.

¹⁴⁶⁴ Cf. A.N.T.T., *Arquivo da Casa de Rio Maior*, Livro 91, f.17.

¹⁴⁶⁵ Em Paris, à semelhança do que sucede em Lisboa, os bidés faziam parte dos bens de uma elite. Cf. GALABRUN, Annik Pardaillhé – *La naissance de l'intime*, p. 335.

¹⁴⁶⁶ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de Belchior de Matos Carvalho, 1801, Letra B, Maço 25, N.º 1, f. 37.

¹⁴⁶⁷ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo do conde de Soure, D. João da Costade Sousa Carvalho Patalim, 1796, Letra C, Maço 84, Caixa 808, f. 36 v.–37.

lançar ajudas”¹⁴⁶⁸. Estas seringas “*de botar ajudas, clisteres, injeções por baixo*”¹⁴⁶⁹ eram muito comuns, havendo algumas residências que possuíam várias, entre “*velhas*” e “*em bom uso*”¹⁴⁷⁰.

Quanto à guarda das roupas, na maior parte dos casos, não seria feita no compartimento onde se dorme. Os guarda-roupas ou as arcas, móveis especialmente destinados aquela função, não se encontrariam no quarto de dormir. Ocupariam um espaço nas suas imediações, que lhes estava reservado, o designado “*guarda-roupa*”. Este compartimento, à semelhança do que sucedia em França, poderia ser um pequeno quarto de vestir¹⁴⁷¹. Associado à manutenção e compras relacionadas com a roupa, algumas casas possuíam um criado responsável por aquelas tarefas, o “*guarda-roupa*”¹⁴⁷².

Quanto a outros móveis de guarda, começa a registar-se a presença de algumas cómodas nos quartos de dormir, ou nas suas imediações. No século XVIII, pela função de aparato que lhes estava atribuída, algumas delas encontrar-se-iam, sobretudo, em pequenas salas de sociedade, próximas do quarto. Uma outra tipologia de mobiliário, associada à prática da escrita, como a carteira ou a cómoda-papeleira, assumirá um especial protagonismo nos espaços mais íntimos, pelo desenvolvimento da prática da escrita e do gosto pela guarda de relíquias.

Estas e outras valências que temos vindo a referir, desenvolverão em torno daquele compartimento uma zona de maior privacidade, que se torna mais íntima pela existência de antecâmaras consideradas como espaços semipúblicos¹⁴⁷³.

O quarto, assim organizado, preparar-se-á para a chegada de tempos novos, onde se espera que se transforme num último refúgio, separado do resto da casa, verdadeiro lugar de uma só pessoa. Os múltiplos espaços que o cercam darão o seu contributo; contudo, serão a

¹⁴⁶⁸ Cf. BLUTEAU, Rafael – *Vocabulário Português e Latino*, vol. 7, p. 604.

¹⁴⁶⁹ Cf. VIEIRA, Domingos – *Dicionário*, vol. 5, p. 501

¹⁴⁷⁰ Vd., por exemplo, *Inventários Orfanológicos*, Processo da condessa de Ficalho, D. Isabel Josefa de Meneses Breyner, 1795, Letra C, Maço 14, Caixa 694, f. 69-69 v.

¹⁴⁷¹ Cf. MCKEON, Michael – *The secret history of domesticity*, p. 233.

¹⁴⁷² Vd., por exemplo, A.N.T.T., *Arquivo da Casa de Rio Maior*, Livro 150, f. 11.

¹⁴⁷³ Cf. MESQUITA, Marieta Dá – “O Habitar no Século XVIII: o Palácio Fronteira” in *Alcipe e as Luzes*, p. 132.

intimidade e o individualismo emergente as principais forças impulsionadoras de uma mudança que só se tornará efectiva na centúria de Oitocentos, onde prevalecerão os ambientes sussurrantes que virão a caracterizar, mais tarde, a casa burguesa.

4.6. A Casa do Toucador¹⁴⁷⁴

A existência de um compartimento destinado aos cuidados do corpo, designado por toucador, insere-se no movimento de especialização das salas e procura de intimidade e conforto que se verificou na segunda metade Setecentos. Este gabinete, uma inovação do século das Luzes¹⁴⁷⁵, situa-se no piso nobre¹⁴⁷⁶, nas proximidades do quarto de dormir e vai receber o nome do mais importante móvel que nele se encontra, o móvel toucador, que consiste num “*receptáculo dos instrumentos & ornamentos com que se enfeita a mulher*”¹⁴⁷⁷.

Nesta sala, os têxteis teriam um importante papel decorativo, sendo muito comuns as referências àqueles elementos. Eram muito usados como cortinas para janelas, no forro de paredes e na decoração do móvel toucador. Um destes gabinetes é-nos descrito como tendo “*três portas de cortinas e as paredes cobertas de chita*”¹⁴⁷⁸. Beckford refere, com tom crítico, o gosto “*que as matronas usavam antigamente para ornar os seus toucadores*”¹⁴⁷⁹ e, num rol de enxoval, não faltam as “*6 dúzias d’argolas para o toucador*”, a “*guarnição do dito*” e “*as fitas para o toucador*”¹⁴⁸⁰.

A maior sumptuosidade e valor decorativo residirão, contudo, no móvel (Fig. 101) e nas “*peças que lhe pertencem*” (Doc. 119), geralmente executadas em prata e em vidro, que se

¹⁴⁷⁴ Alguns excertos deste ponto, agora acrescentado e actualizado, foi publicado em FRANCO, Carlos – As elites femininas de Lisboa e o uso dos objectos, na 2ª metade do século XVIII. *Revista de Artes Decorativas*. N.º 1, CITAR-UCP, 2007, pp. 139-157, fazendo parte da investigação desenvolvida neste doutoramento.

¹⁴⁷⁵ Cf. GALABRUN, Annik Pardailhé – *La naissance de l’intime*, p. 263.

¹⁴⁷⁶ Cf. NEGREIROS, José Manuel de Carvalho e – *Aditamento ao livro intitulado jornada pelo Tejo que foi oferecido a S. Alteza Real o Príncipe Nosso Senhor que Deos guarde em o anno de 1792: por seu author José Manuel de Carvalho Negreiros; o qual offerece agora ao mesmo Serenissimo Real Senhor este aditamento feito no prezente anno de 1797*, Códice 3758-62 B.N.L., f.91.

¹⁴⁷⁷ Cf. BLUTEAU, VOL. 8, P. 223.

¹⁴⁷⁸ Cf. LAMAS, Arthur – *A Casa-Nobre de Lázaro Leitão*, p. 146.

¹⁴⁷⁹ Cf. BECKFORD, William – *Diário de William Beckford em Portugal e Espanha*, p. 43.

¹⁴⁸⁰ Cf. A.N.T.T., *Arquivo da Casa de Rio Maior*, Maço 19, f. s./n.º.

encontram dispostas sobre o seu tampo (Fig. 102). A sua colocação, quando obedecia à regra da simetria, facilitava a utilização e, através da ordem, tornava o conjunto mais esplendoroso. Também os castiçais, equidistantes e aproveitando a proximidade do espelho, se tornavam mais eficazes na iluminação.

O toucador, considerado como um “*templo dedicado à beleza*”, onde “*as cerimónias devem ser misteriosas e pôr longe delas o vulgo profano*”¹⁴⁸¹, afirmar-se-á como um móvel do agrado dos grupos sociais de elite, constatando-se a sua presença regular nos róis de bens das respectivas residências.

Segundo os conselhos maternos da marquesa de Alorna, uma mulher deveria começar o seu dia com “*uma oração curta, fervorosa e humilde*” e depois das “*sete às oito*” dedicar-se brevemente à “*toilette da manhã*”¹⁴⁸². Para o sucesso da toilette era por alguns considerado fundamental que a mulher estivesse a par da “*infallível notícia das modas Inglezas, Alemaãs, Francezas, e Holandezas*” e ter “*hua amiga no Paço para a informar de todas as modas; pois he a base donde sahe todo o género de invenção da moda legitima*”¹⁴⁸³. Aquelas que não acedessem a tão preciosas informações, teriam que se contentar com o zelo das respectivas mães que tinham “*das modas dictionario*”¹⁴⁸⁴.

¹⁴⁸¹ Cf. *Inéditos da Marquesa de Alorna*, p.86

¹⁴⁸² Cf. *Inéditos da Marquesa de Alorna*, p.80-81.

¹⁴⁸³ Cf. *Anatómico Jocosso*, p.72-73.

¹⁴⁸⁴ Cf. COSTA, José Daniel Rodrigues, *Petas da Vida, ou Terceira Parte dos Ópios*, p.3



Fig. 101 - Móvel toucador, D. Maria I, 1777-1816 (C.M.L.12.12.2012).

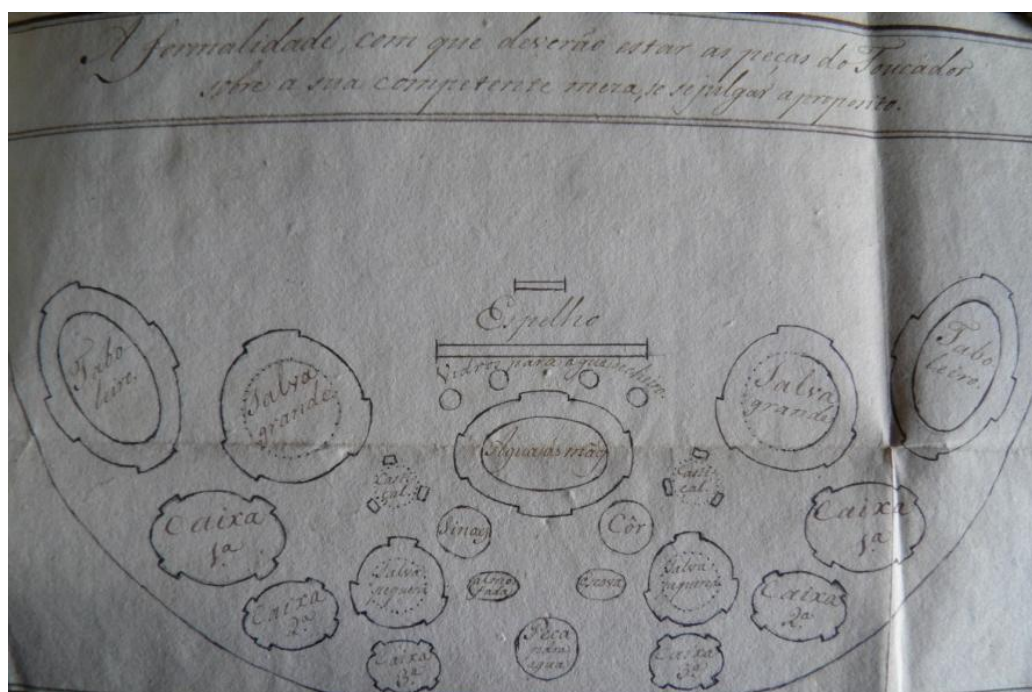


Fig. 102 - “A formalidade com que deverão estar as peças do Toucador sobre a sua competente mesa se se julgar a propósito”, manuscrito, 1º quartel do séc. XIX (Colecção do autor)

Os toucadores, não sendo exclusivamente femininos, podiam ter um cariz muito individualizado. Recordemos, por exemplo, uma pormenorizada descrição de uma casa de Lisboa, da segunda metade do século XVIII, que no inventário do mobiliário existente no quarto onde dormem as filhas do proprietário “*se apontão dois bofetes de toucador hum de Ipolita com seu espelho e caxas (...) e outro toucador de Joana sem espelho mas com suas caxas (...)*”¹⁴⁸⁵.

Pela sua importância, aqueles móveis eram, maioritariamente, construídos em madeiras consideradas de qualidade superior, com especial predominância do pau-santo, mogno, vinhático e nogueira. Muitos deles enriqueciam-se através de uma decoração com embutidos, ou seja, com “*madeiras de outras cores*”¹⁴⁸⁶, ou então, mais raramente, com marfim. Outros eram executados em madeira de pinho, sendo, neste caso, muitas vezes folheados com outras madeiras, pintados a imitar a nogueira, ou cobertos com tecidos, para assim adquirir a devida dignidade. Outros, ainda, eram de xarão, surgindo com grande constância o “*xarão vermelho*”¹⁴⁸⁷. Estes últimos poderiam, por vezes, aparecer com uma banca irmã, logo, igualmente axaroadas¹⁴⁸⁸.

Quanto ao modelo destes móveis, um dos que era mais comum era o toucador que tinha “*uma gaveta, uma tábua de cima que fecha de alçapão e dentro com seus escaninhos e espelho de mola*”¹⁴⁸⁹, também os havendo “*com seu nicho dentro*”¹⁴⁹⁰ ou com “*feitio de cómoda*”¹⁴⁹¹. As ferragens mostram-se, sobretudo, lavradas, podendo haver, por vezes, “*argolas de latão dourado*”¹⁴⁹². Realce-se o primeiro modelo referido, que é o mais

¹⁴⁸⁵ Cf. PIRES, A. Thomaz, Materiaes para a historia da vida urbana portugueza, *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 16ª série, nº12, p.795.

¹⁴⁸⁶ Vd., por exemplo, A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo do conde de Resende, 1801, Letra C, Maço 84, Caixa 808.

¹⁴⁸⁷ Vd., por exemplo, A.N.T.T., *Arquivo da Casa do marquês da Fronteira*, Caixa nº 106.

¹⁴⁸⁸ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo do Desembargador André de Sousa Pinheiro da Câmara, 1772, Letra A, Maço 130, Caixa 218.

¹⁴⁸⁹ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo do conde da Ribeira Grande, 1802, Letra C, Maço 83, Caixa 805.

¹⁴⁹⁰ Vd., por exemplo, A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de Francisco Xavier da Silva Freire (1824), Letra F, Maço 23.

¹⁴⁹¹ Cf. Processo do Provedor da Alfândega do Tabaco, Manuel de Oliveira de Abreu Lima (1784), in MADUREIRA, Nuno Luís, *Cidade: espaço e quotidiano*, p. 272-280.

¹⁴⁹² Vd., por exemplo, A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo do Desembargador António Joaquim de Pina Manique, (1796), Letra A, Maço 120, Caixa 204.

comum, onde o toucador parece assumir-se como um sólido móvel de guardar, a que não será alheio o efeito causado pela existência de um alçapão.

Nem todos, como já vimos, possuiriam um espelho enquanto parte integrante do móvel. Neste caso, a solução encontrada era o recurso a um pequeno espelho que permaneceria pousado no toucador. Estes seriam de um tamanho relativamente pequeno, encontrando-se uma grande variedade de medidas, que iam desde os de $\frac{3}{4}$ de palmo a 1,5 palmos de alto¹⁴⁹³.

As suas molduras, rectangulares ou redondas, eram executadas em materiais muito variados, sendo comum encontrar-se as realizadas em prata, madeira de pau-santo, axaroadas ou em madeira de pinho, posteriormente dourada.

Quanto às cadeiras que serviam de apoio ao toucador refira-se uma que tinha “*quatro rodinhas, assento e costas em palhinha e quatro almofadas em seda*”¹⁴⁹⁴. Estamos perante uma peça de mobiliário muito completa, pela conciliação do aspecto prático protagonizado pelas rodas que muito a adequa a uma função que exige pequenas deslocções, a utilização da palhinha, um material leve, muito em voga e os tecidos que lhe conferem um maior requinte e conforto.

O toucador era um móvel que deveria comportar, no seu tampo, alguns objectos essenciais, de grande utilidade para os cuidados com o corpo (Fig. 102). As descrições de bens relatam-nos uma presença assídua “*um prato de água às mãos com jarro irmão*” com um formato “*ouvado*”¹⁴⁹⁵. Esta peça seria fundamental para uma higiene onde a limpeza seca assume particular importância e onde as referências à água são escassas¹⁴⁹⁶, pois o hábito era lavar as mãos e a cara pela manhã depois de se levantarem da cama, num zelo que só se aplica às partes do corpo que se vêem.

¹⁴⁹³ Vd., por exemplo, A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo do Desembargador António Joaquim de Pina Manique, (1796), Letra A, Maço 120, Caixa 204.

¹⁴⁹⁴ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo do Desembargador António Joaquim de Pina Manique, (1796), Letra A, Maço 120, Caixa 204.

¹⁴⁹⁵ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de Mariana Isabel Montanhas Ribeiro Soares, (1790), Letra M, Maço 306, Caixa 3077, f.11.

¹⁴⁹⁶ Vd. TERRA, Ana Lúcia Silva, *Cortesia e Mundanidade manuais de civilidade em Portugal nos séculos XVII e XVIII*, p.163.

O banho era uma prática muito ausente, pelos perigos que se julgava existir por uma utilização exagerada da água e por maiores dificuldades de abastecimento deste líquido em cidades como Lisboa, que, à semelhança de outras importantes capitais europeias, se ia tornando maior e mais povoada. Não sendo uma necessidade, é considerado um luxo que um grupo restrito, ocasionalmente, tem acesso.

Estas breves lavagens eram consideradas uma “*ajuda para a saúde*”¹⁴⁹⁷. Em França, por exemplo, durante o século XVIII, continuaram a imperar as regras de Jean-Baptiste de La Salle, que diziam que “*manda o asseio que se limpem as mãos e o rosto todas as manhãs para retirar a sujidade com um pano branco*” acrescentando-se que “*não é tão conveniente lavar-se com água pois torna o rosto susceptível de apanhar frio no Inverno e calor no Verão*”¹⁴⁹⁸.

Relacionado com a limpeza baseada na fricção, para além do prato e do jarro, devemos referir a “*toalha de água às mãos*”, como uma toalha em cambraietta¹⁴⁹⁹, avaliada em 2\$000 réis, que constava do rol de bens do Cardeal Patriarca D. Tomás de Almeida¹⁵⁰⁰, ou o necessário cabide para toalhas, em madeira de nogueira, existente numa outra casa, avaliado no baixo montante de 48 réis¹⁵⁰¹.

As tigelas também não faltariam em cima do toucador, podendo ser executadas em prata, com tampas sobrepostas e com duas asas¹⁵⁰², por exemplo. A sua função seria a de conter “*a brandura*”, “*a côr*” e “*algumas pomadas de varias castas*”¹⁵⁰³. Relativamente à cor, era prudente que fossem cuidadosas na sua aplicação, pois “*tingir o sobrolho com certo*

¹⁴⁹⁷ Cf. *Historias Proveitozas primeira, Segunda & Terceira parte que contem Contos de proveito e exemplo, para boa educação da vida humana. Composto por Gonçalo Fernandes Trancoso leva no fim a Policia, & urbanidade Christã*, p. 361.

¹⁴⁹⁸ Cf. VIGARELLO, Georges, *O Limpo e o Sujo A Higiene do Corpo desde a Idade Média*, p.23

¹⁴⁹⁹ A cambraietta é uma cambraia comum, ou seja, um “*panno de linho muito fino que tomou o nome da cidade de Cambray, donde se faz.*” Cf. BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário Português e Latino*, vol.2, p. 74.

¹⁵⁰⁰ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo do Cardeal Patriarca, D. Tomás de Almeida, 1754, Letra C, Maço 82, Caixa 803, f. s/n.º.

¹⁵⁰¹ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo do Sargento-mor Bento Dias Pereira Chaves (1781), Letra B, Maço 25, Caixa 803.

¹⁵⁰² Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de Mariana Isabel Montanhas Ribeiro Soares, 1790, Letra M, Maço 306, Caixa 3077, f.11.

¹⁵⁰³ Cf. *Anatómico Jocosos*, p.74.

ingrediente” e “*fazer o mesmo à cara com tintas brancas, e vermelhas*” era considerado “*parvoíce*”¹⁵⁰⁴.

Muito importante seria o papel desempenhado pelas várias caixas que obrigatoriamente existiam em cima do móvel. A estas cabiam diversas funções de conter e guardar. Referimo-nos, pela informação que possuímos, às caixas para sinais, para pós, para sabonete, para ganchos e para pentes. A maioria, modelos executados, principalmente, em prata, tinham como decoração o tampo gomado¹⁵⁰⁵, apesar de também ser possível encontrá-las em “*xarão*”¹⁵⁰⁶.

As primeiras, como o nome indica, guardavam uma imprescindível pintura, ou seja, os sinais que deveriam ser de tafetá de cor negra. Segundo as vozes mais críticas, aqueles estariam, nesta segunda metade do século XVIII, a ser aplicados de uma forma exagerada, ou pelo menos sem a parcimónia que tinha sido a prática das mulheres de outros tempos que “*com dous sinaes fazião toda a festa / hum no canto da boca outro na testa*”¹⁵⁰⁷.

Quanto à utilização dos pós, também se escreveu criticamente que, anteriormente, “*em lugar dos carmins, dos alvaiades, / reinava agua do pote*”¹⁵⁰⁸. Os defensores de uma aparência mais próxima da natureza e denunciadores destes excessos viriam a encontrar um aliado nos estudos da química, que consideravam as matérias “*compostas de chumbo, de alvaiade, de acetato de chumbo, de magistério, de flor de bismuto e outras da mesma natureza, que são, na verdade, os mais belos brancos do mundo, mas que, pela sua parte salina, venenosa, arsenical, indelével, alteram e estragam a pele sem remédio*”¹⁵⁰⁹.

¹⁵⁰⁴ Cf. *Nova Pragmática opia, que a Junta do bom governo faz resuscitar da Roma antiga à Lisboa da moda*

¹⁵⁰⁵ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de Mariana Isabel Montanhas Ribeiro Soares, 1790, Letra M, Maço 306, Caixa 3077, f.11.

¹⁵⁰⁶ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de Ana Teresa Dionísia, (1792), Letra A, Maço 139, Caixa 236.

¹⁵⁰⁷ Cf. COSTA, José Daniel Rodrigues, *Modas do Tempo descobertas na quarta parte dos Ópios*, p.6.

¹⁵⁰⁸ Cf. COSTA, José Daniel Rodrigues, *Modas do Tempo descobertas na quarta parte dos Ópios*, p.6.

¹⁵⁰⁹ Cf. JAUCOURT, L. de, “Cosmétique”, *Encyclopédie*, vol.4, p. 292, citado por VIGARELLO, Georges, *O Limpo e o Sujo A Higiene do Corpo desde a Idade Média*, p.109.

Outras caixas destinavam-se a guardar o pó para os dentes, podendo ser acompanhadas de “*uma tenaz e faquinha de raspar pós e huma pazinha para o mesmo e um palito*”¹⁵¹⁰.

Uma outra tipologia destinava-se a guardar os pentes, que poderiam ser utilizados para uma mulher se pentear, no sentido estrito do termo, que para este efeito “*hão de ser três: hum de riçar o topete, outro de desempear o cabelo, e outro de tirar alguma caspa*”¹⁵¹¹. Os pentes eram, de preferência, executados em marfim, como é o caso dos que estavam dentro de uma caixa de “xarão” que tinha “*dentro dela quatro caixinhas do mesmo xarão com um tabuleirinho de prata que tudo serve para guardar os pentes de marfim*”¹⁵¹².

Um outro elemento que aqui associamos são os penteadores, um “*pano que cobre os ombros de quem se penteia ou barbeia*”¹⁵¹³. Eram, sobretudo, executados em linho¹⁵¹⁴, esguião¹⁵¹⁵ e algodão¹⁵¹⁶; muito raramente, em chita ou pano da Índia¹⁵¹⁷. Quanto à decoração, havia-os “*guarnecidos de folhos de cassa*”¹⁵¹⁸, “*com rendas*”¹⁵¹⁹ ou lisos, como sucedia com os oito penteadores que existiam na residência de João Henrique de Sousa, Provedor da Junta do Comércio¹⁵²⁰.

Quanto aos pentes que “*servem para a cabeça*”, surgem executados em materiais superiores, como a tartaruga, a prata, topázios, diamantes, etc. Neste período, dava-se

¹⁵¹⁰ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de José António da Matta de Sousa Coutinho, 1793, Letra J, Maço 499, N.º 3, f. 29.

¹⁵¹¹ Cf. *Anatómico Jocosos*, p.74.

¹⁵¹² Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo do Cardeal Patriarca D. Tomás de Almeida, 1754, Letra C, Maço 82, Caixa 803, f. s/n.º.

¹⁵¹³ Cf. VIEIRA, Domingos – *Grande Dicionário Portuguez ou Thesouro da Língua Portuguesa*, vol. 4, p. 742.

¹⁵¹⁴ Vd., por exemplo, A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de Catarina Januaria Laroche, 1786, Letra C, Maço 10, N.º 1, f. 54 v.

¹⁵¹⁵ Vd., por exemplo, A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de Bento dias pereira Chaves, 1780, Letra B, Maço 25, N.º 2, f. 137 v.

¹⁵¹⁶ Vd., por exemplo, A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de Ana Leonarda Xavier de Aguiar, 1794, Letra A, Maço 127, N.º 11, f. 29 v.

¹⁵¹⁷ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de D. Lourenço de Noronha, 1761, Letra L, Maço 72, N.º 6, f. 12.

¹⁵¹⁸ Vd., por exemplo, A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de Ana de Vasconelos Bella, 1800, Letra A, Maço 13, N.º 1, f. 35 v.

¹⁵¹⁹ Vd., por exemplo, A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de Ana Leonarda Xavier de Aguiar, 1794, Letra A, Maço 127, N.º 11, f. 29 v.

¹⁵²⁰ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de João Henrique de Sousa, 1788, Letra J, Maço 259, N.º 16, f. s/n.º.

grande importância ao cabelo que surgia, agora, empoado em consequência dos princípios de higiene e da moda então em vigor. As mulheres preocupavam-se em tirar “*da cabeleira (...) grande partido; usavam-na caída pelas costas ou então apertada com fitas ornadas de flores ou de diamantes. Emoldurava-lhes o rosto duas madeixas de cabelo (...) onde também se viam aplicações de flores ou de diamantes*”¹⁵²¹.

As escovas estavam integradas nestes conjuntos, sendo comum terem a parte superior em prata, decorada com gomos. Os feitios mais habituais deveriam ser as “*ouvadas*”¹⁵²², seguidas das “*redondas*”¹⁵²³.

Existiam, ainda, as caixas para alfinetes e para ganchos¹⁵²⁴, sempre muito presentes. As primeiras diferenciam-se de todas as outras, na medida em que têm uma “*almofada na tampa para alfinetes*”¹⁵²⁵. Em algumas casas, estes não se guardam em caixas, preferindo-se a “*bolsa para alfinetes*”¹⁵²⁶.

O móvel toucador também possuía frascos destinados a conter “*agoa do rosto*”, “*óleo de jasmíns*”¹⁵²⁷, ou perfumes¹⁵²⁸. Os modelos mais comuns de frasquinhos de perfume seriam os de vidro com bocais em prata¹⁵²⁹, integralmente em prata, com um formato arredondado¹⁵³⁰, esmaltados de “*louça da Índia*”¹⁵³¹, ou de “*vidro da Boémia*”¹⁵³², entre outros menos significativos.

¹⁵²¹ Cf. CHAVES, Castelo-Branco – *Portugal a Corte e o País nos anos de 1765 a 1767*, p. 143.

¹⁵²² Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de Mariana Isabel Montanhas Ribeiro Soares, (1790), Letra M, Maço 306, Caixa 3077, f.11.

¹⁵²³ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de Mariana Isabel Montanhas Ribeiro Soares, (1790), Letra M, Maço 306, Caixa 3077, f.11.

¹⁵²⁴ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de D. João da Costa, conde de Soure (1796), Letra C, Maço 84, Caixa 808, f. 32 v.

¹⁵²⁵ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de José António da Matta de Sousa Coutinho, (1793), Letra J, Maço 499, N.º 3, f. 29.

¹⁵²⁶ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de Mariana Isabel Montanhas Ribeiro Soares, (1790), Letra M, Maço 306, Caixa 3077, f.11

¹⁵²⁷ Cf. *Anatómico Jocosso*, p.74.

¹⁵²⁸ Apesar do “*cheiro a suor*” não ter “*sido objecto de uma desvalorização social e cultural pelo conjunto da comunidade*” no século XVIII. Cf. . MADUREIRA, Nuno Luís, *Lisboa luxo e distinção*, p. 41.

¹⁵²⁹ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de Mariana Isabel Montanhas Ribeiro Soares, 1790, Letra M, Maço 306, Caixa 3077, f.11

¹⁵³⁰ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de João Valentim Caupers, 1798, Letra J, Maço 226, Caixa 1844.

Alguns serviriam, exclusivamente, para conter produtos marcadamente medicinais, como, por exemplo, aquele que continha “*tintura de Cantaridas*”¹⁵³³, apesar destes, provavelmente, estarem arrumados em compartimento apropriado, ou seja numa botica, em geral constituída por uma caixa de madeira “*com os seus pertences em vidro*”¹⁵³⁴.

O funil, em prata, surge associado a esta panóplia de frascos, na medida em que é essencial para o enchimento da maioria deles¹⁵³⁵. Os castiçais estavam sempre presentes, bem como as tesouras “*de espevitar com seu pratinho com três pés e uma asa*”¹⁵³⁶, executadas em prata, pois uma boa iluminação revelava-se essencial nos trabalhos ali realizados.

As tesouras para unhas também não faltariam. A condessa de Alva, D. Mariana de Sousa Holstein, numa carta escrita à sua irmã, conta que pediu umas “*que são para a mão esquerda e para a mão direita*” que se destinavam aos seus “*próprios cascos*”¹⁵³⁷. De entre estas, havia algumas mais específicas, como “*a turquês que é para cortar os cantos das unhas*” que, à semelhança das outras “*necessita também de ser amolada*”¹⁵³⁸.

A “casa do toucador” um espaço muito vocacionado para a toilette, poder-se-ia tornar numa sala de estar privada da mulher¹⁵³⁹, onde aquela recebia algumas visitas. Este hábito de origem francesa mereceu a crítica da marquesa de Alorna, que o considerava um lugar

¹⁵³¹ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de Ana Teresa Dionísia, 1792, Letra A, Maço 139, Caixa 236.

¹⁵³² Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo do conde da Ponte, 1785, Letra C, Maço 82, Caixa 804.

¹⁵³³ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo da condessa de Ficalho, 1795, Letra C, Maço 14, Caixa 694. A cantaridina é um pó que pode ser medicado em forma de infusão ou em forma de unguento. “Supõe-se que seja afrodisíaco”. Cf. VIEIRA, Domingos – *Grande Dicionário Português ou Thesouro da Língua Portuguesa*, vol.2, p.85.

¹⁵³⁴ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo do barão Francisco Borges Garção Atochler, 1829, Letra B, Maço 3, Caixa 226.

¹⁵³⁵ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de Mariana Isabel Montanhas Ribeiro Soares, 1790, Letra M, Maço 306, Caixa 3077, f.11.

¹⁵³⁶ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de Mariana Isabel Montanhas Ribeiro Soares, 1790, Letra M, Maço 306, Caixa 3077, f.11.

¹⁵³⁷ Cf. VENTURA, António – *Um olhar feminino sobre Portugal D. Mariana de Sousa Holstein condessa de Alva cartas a sua irmã Teresa (1814-1819)*, p. 153. Nesta mesma carta a condessa de Alva refere uma outra encomenda de tesouras, onde “*algumas hão-de ser da fundição de Lisboa*” ficando lisonjeada porque “*não serão as piores apesar de não falarem estrangeiro*”.

¹⁵³⁸ Cf. VENTURA, António – *Um olhar feminino sobre Portugal D. Mariana de Sousa Holstein condessa de Alva cartas a sua irmã Teresa (1814-1819)*, p. 166.

¹⁵³⁹ Em Paris, por exemplo, o toucador, em alguns casos, era um compartimento maior que o próprio quarto. Cf. MCKEON, Michael – *The secret history of domesticity*, p. 33.

de intimidade onde se devia banir “*o mau costume de receber visitas*”. É que “*as cerimónias*” nele realizadas “*devem ser misteriosas e pôr longe delas o vulgo profano*”, alegando que a vida social mais intensa deveria começar mais tarde, porque “*toda a pessoa que quiser viver feliz e utilmente, deve arranjar-se de modo que as manhãs lhe fiquem inteiramente livres para si, e as tardes para consagrar aos outros*”¹⁵⁴⁰.

4.7. Espaços de Culto e de Oração¹⁵⁴¹

4.7.1. A Capela e a “Casa do Oratório”

No contexto da casa, encontramos três tipos de espaços vinculados ao sagrado e às práticas religiosas: a capela e a casa do oratório, mais destinados ao culto e à oração, e os diversos oratórios, móveis mais individuais, vocacionados para a oração, distribuídos por várias divisões da residência.



Fig. 103 – Altar, Capela-mor, Palácio Nisa, Xabregas (Fot. do autor)

¹⁵⁴⁰ Cf. *Inéditos da Marquesa de Alorna*, p. 81.

¹⁵⁴¹ Este ponto, agora acrescentado e actualizado, foi publicado in SOUSA, Gonçalo Vasconcelos e (Dir.), *Matrizes da Investigação em artes Decorativas IV*, pp.113-134, fazendo parte da investigação desenvolvida neste doutoramento.

A capela, geralmente de formato rectangular, pode apresentar uma capela-mor (Fig. 103), capelas laterais, um coro alto (Fig. 104) e um espaço de tribuna (Fig. 105) reservado aos principais da casa. Num espaço contíguo à capela existe uma pequena sacristia, que possui uma porta a ligar ao espaço de culto e uma outra que dá acesso ao interior da residência. Neste prolongamento de espaços, e pela circulação que neles se pode gerar, pressente-se quanto é ténue a linha de separação entre espaços sagrados e profanos.

A tribuna situa-se ao nível do piso nobre da residência, geralmente numa das paredes laterais da capela, em local próximo do altar, proporcionando um maior intimismo.

Associado às tribunas, encontramos alguns acessórios que lhes conferem sumptuosidade e conforto. Referimo-nos às almofadas, às cortinas, ao espaldar de dossel, que é “*um pano que corre de cima abaixo*”¹⁵⁴², e às armações. Estas últimas eram o ornamento mais completo, podendo ser compostas por uma sanefa, cortinas e um pano para cobrir as grades. Identificámos como tecidos mais comumente utilizados o veludo, num tom carmesim, para as almofadas, e o damasco e o tafetá, em tons de carmesim ou de roxo, para os outros ornamentos.

¹⁵⁴² Cf. BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário Portuguez e Latino*, vol. 3, p. 256.



Fig. 104 - Coro alto, Palácio Nisa, Xabregas (Fot. do autor)



Fig. 105 – Tribuna, Palácio Nisa, Xabregas (Fot. do autor)

A existência de uma capela, enquanto espaço físico autónomo, dedicado ao culto e à oração, nem sempre é possível, como já vimos. A “*casa do oratório*” afigura-se, então, como a solução mais comum para encontrar um lugar específico, destinado à prática religiosa, pela adaptação para esse efeito de um compartimento.

Esta “*casa do oratório*”, que se movimenta e aproxima das zonas mais sociais (Figs. 106), revela preocupações decorativas, como sucede com os sumptuosos estuques que decoram a casa existente no palácio Pombal (Fig. 107), ou noutro caso, descrito como tendo “*o forro da casa do oratório de cabaya azul pintada de matiz, duas bambinellas ou sanefas apanhadas da mesma cabaya guarnecidas de cordoens de pao dourado com seu êxo*”¹⁵⁴³ e receberá, doravante, várias valências.

À prática do culto religioso, acrescentamos a importância deste espaço enquanto lugar de reunião quotidiana de diversos membros da família e de afirmação da mulher, pelo papel preponderante que aqui lhe é atribuído¹⁵⁴⁴. Por outro lado, pelas riquezas que ali se guardam e exuberância cromática de alguns materiais, permitirá uma ostentação que está em sintonia com os desígnios dos mais importantes grupos sociais.

¹⁵⁴³ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de Bento Dias Pereira Chaves, 1780, Letra B, Maço 25, N.º 2, f. 105 v.

¹⁵⁴⁴ “ (...) a senhora reunia o pessoal doméstico feminino para o terço diário, uma forma de manter a ascendência social e a coesão dentro de portas; assumindo a dona da casa o papel de oficiante e condutor da liturgia.” Cf. CABIDO, José Jacob – *Reflexões sobre o interior doméstico as mentalidades e os espaços*, p. 249.



Fig. 106 - “Casa do oratório”, Palácio Pombal, Lisboa (Fot. do autor).



Fig. 107 - Tribunas, “casa do oratório”, Palácio Pombal, Lisboa (Fot. do autor).

Agregado às capelas e oratórios existia grande número de bens móveis. As imagens, os têxteis, numerosos objectos religiosos, o mobiliário e a pintura, constituem o diversificado acervo que identificamos nos respectivos inventários. A grande maioria estava exposta, outros guardar-se-iam em pequenos compartimentos que existiam para esse efeito, como é o caso do existente no palácio Tancos, que apresenta as paredes decoradas com um forro a papel, em tons de carmesim e dourado, e um revestimento azulejar em azul e branco (Figs. 108 e 109).



Fig. 108 - Porta de acesso a um compartimento anexo à “*casa do oratório*”, Palácio Tancos, Lisboa
(Fot. do autor).



Fig. 109 - Interior do compartimento anexo à “*casa do oratório*”, Palácio Tancos, Lisboa
(Fot. do autor).

A imagem mais comum é a de Cristo “*em marfim, posto em cruz de pau santo com cravos e título de prata*”, que teria existido num “*oratório onde se dizia missa*”¹⁵⁴⁵, logo seguido dos que eram executados “*em madeira com cravos e resplendor de prata*”¹⁵⁴⁶. Outros, em muito menor número, são integralmente em prata, como, por exemplo, a “*cruz de pau santo (...) toda entalhada que tem a imagem de Cristo de prata*”¹⁵⁴⁷, bem como alguns, muito raros, possuindo os cravos de latão¹⁵⁴⁸.

A cruz, regra geral, é executada em madeira de pau-santo, havendo outras em ébano, em madrepérola, designadas por “cruz de Jerusalém”, e em madeira de pinho. Estas últimas, à semelhança do que acontecia com as peças de mobiliário, surgem descritas, muitas vezes, como pintadas em tons de negro, mimetizando outras madeiras com uma superior qualidade e um preço mais elevado.

Uma presença muito constante revelam os calvários, como, por exemplo, o que tem um “*Cristo crucificado de madeira de palmo e meio e cruz e calvário de pau de pinho pintado de preto*”¹⁵⁴⁹, ou, um outro com um “*Cristo crucificado posto em huma cruz de madeira de evano com seu calvario do mesmo, e em cima deste as imagens de N. Sra. e S. José também de marfim, resplendor e título de prata*”¹⁵⁵⁰, que parece corresponder a um modelo bastante apreciado.

Para além destes materiais, mais utilizados, surge, em número bem mais diminuto, o “*papelão*”¹⁵⁵¹, ou um “*Santo Cristo de hua curnalina e cruz de Jaspe que a ilustrissima*

¹⁵⁴⁵ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de Anta Teresa Dionísia, 1792, Letra A, Maço 139, N.º 13, f. 41.

¹⁵⁴⁶ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de Catarina Januaria Laroche, 1786, Letra C, Maço 10, N.º 1, f. 28 v.

¹⁵⁴⁷ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de Bento Dias Pereira Chaves, 1780, Letra B, Maço 25, N.º 2, f. 104.

¹⁵⁴⁸ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de Bento Dias Pereira Chaves, 1780, Letra B, Maço 25, N.º 2, f. 160.

¹⁵⁴⁹ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo do Cardeal Patriarca D. Tomás de Almeida, 1756, Letra C, Maço 82, N.º 1, f. s/n.º.

¹⁵⁵⁰ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de Belchior de Matos Carvalho, 1801, Letra B, Maço 25, N.º 1, f. 18.

¹⁵⁵¹ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo da condessa de Ficalho, D. Isabel Josefa de Meneses Breyner, 1795, Letra C, Maço 14, f. 96 v.

*Donna Maria da Arrabida levou para a Encarnação*¹⁵⁵² *e o deo à sua aya*”, que pertencia ao “*trem do altar do oratório*”¹⁵⁵³, avaliado na quantia de 24\$000 réis.

Existe uma grande variedade quanto à sua dimensão. As imagens de Cristo mais pequenas têm cerca de ¼ palmo e as mais comuns alcançam, aproximadamente, entre um e quatro palmos¹⁵⁵⁴.

Outra imagem muito presente nas casas lisboetas é a de Nossa Senhora da Conceição¹⁵⁵⁵, habitualmente em madeira estofada¹⁵⁵⁶ “*com sua peanha e coroa de prata*”¹⁵⁵⁷. Em menor número e por ordem decrescente de importância, encontramos-as em barro, marfim e pedra.

A sua dimensão também é muito variada. As mais pequenas teriam cerca de meio palmo enquanto as maiores medem 6 palmos, aproximadamente. Os tamanhos mais habituais, à semelhança de outras imagens, variam entre 1 e 4,5 palmos de altura.

Apesar de terem uma importância mais reduzida, referiremos, ainda, as imagens de S. José, Santo António e do Menino Jesus. Quanto às primeiras, executadas, sobretudo, em madeira

¹⁵⁵² “*Os edifícios da Igreja e do antigo Convento da Encarnação estão situados no largo do mesmo nome e datam do século XVII, estando ligados à Ordem Militar de S. Bento de Avis.*” Cf. CORTEZ, Maria do Carmo, Encarnação (Igreja e Convento da), in SANTANA, Francisco; SUCENA, Eduardo, dir., *Dicionário da História de Lisboa*, p. 336.

¹⁵⁵³ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de António Alves Cabral Correia Lacerda, 1790, Letra A, Maço 127, N.º 4, f. 6 v.

¹⁵⁵⁴ Tomando como referência que um palmo mede cerca de 22 cm, as mais pequenas medem cerca de 5,5 cm e as mais comuns entre 22 cm e 88 cm.

¹⁵⁵⁵ “*Têm origem na Idade Média as primeiras notícias sobre o culto de Nossa Senhora da Conceição (...). É no período de grande fervor patriótico, a Restauração (1640), (...) que ela se confunde com a história nacional. O oitavo duque de Bragança, D. João, ao ser aclamado rei da quarta dinastia, (...) elegeu-A como padroeira de Portugal (...). A Virgem, de mãos postas em atitude meditativa, no seu rosto de mulher, realiza um modelo de piedade que o crente contempla em empatia. A proximidade do céu parece estar ao alcance da Virgem em oração, como dos fiéis, e a sua expressão psicológica de esperança e tranquilidade, suscita a cumplicidade, e convoca a adesão espiritual, alheias a qualquer arrebatamento que o rococó promovera e instituiu.*” Cf. TEIXEIRA, José Monterroso – Nossa Senhora da Conceição, in TEIXEIRA, José Monterroso, dir. – *Triunfo do Barroco*, p. 218.

¹⁵⁵⁶ “*Estofar figuras (...) he sobre ouro burnido, cobrir de cor, & depois riscar com a ponta de hum estilo de pao, ou de prata, ficando a flor, folhage, ou outro lavor, que faz de ouro, à vista.*” Cf. BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário Portuguez e Latino*, vol. 3, p. 325.

¹⁵⁵⁷ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de António de Sá Rebelo Osório, 1802, Letra A, Maço 120, N.º 5, f. 28.

estofada “*com peanha de talha dourada e resplendor em prata*”¹⁵⁵⁸, possuíam idênticas dimensões às das imagens de Nossa Senhora da Conceição. Algumas delas, podiam ter um “*bordam de prata*”¹⁵⁵⁹, enquanto outras eram “*de roca, de vestir*”¹⁵⁶⁰, que “*he a que tem armação de paus, cuberta de vestidos, que a sustenta da cintura até os pés*”¹⁵⁶¹.

Quanto às imagens referentes a Santo António, também as encontramos, em alguns casos, com a mesma armação. Maioritariamente em madeira estofada, algumas eram de barro e, em número muito mais reduzido, poderiam ter “*as feições em marfim*”¹⁵⁶².

Relativamente à figura do Menino Jesus, surge-nos em madeira, algumas em marfim e, residualmente, em cera. Quase todas encimam uma peanha entalhada e dourada, possuem coroa ou resplendor em prata, sendo bastante comum encontrarem-se vestidos, como se verifica no “*Menino Jesus com seu vestido azul e renda de prata*”¹⁵⁶³.

Estes dois últimos tipos de imagens são, em média, mais pequenas que as anteriores, não ultrapassam os 2 palmos de altura. Para além destas, aqui apresentadas, existiam muitas outras, correspondentes a múltiplas devoções individuais e que, por essa razão, a recorrência da sua figuração nos róis de bens mostra-se dispersa.

Uma outra tipologia de bens que existia em grande quantidade, nas capelas e oratórios, era os têxteis, vulgarmente designados por “*ornamentos*” que incluem “*as vestiduras, panos de altar, etc.*”¹⁵⁶⁴. No que diz respeito ao valor de avaliação atribuído, eles surgem, de uma forma muito expressiva, como aqueles que atingem valores mais elevadas, justificados pela

¹⁵⁵⁸ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo do Cardeal Patriarca D. António Tomás de Almeida, 1756, Letra C, Maço 82, N.º 1, f. s./n.º.

¹⁵⁵⁹ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de António Peixoto de Almeida e Silva, 1790, Letra A, Maço 141, N.º 1, f. 49 v.

¹⁵⁶⁰ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de Bernardo Pereira de Gusmão, 1752, Letra B, Maço 21, f. 9 – 9 v.

¹⁵⁶¹ Cf. BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário Portuguez e Latino*, vol. 7, p. 350.

¹⁵⁶² Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de Ana Leonarda Xavier de Aguiar, 1794, Letra A, Maço 127, N.º 11, f. 22 v.

¹⁵⁶³ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de Carlos Brito Magalhães Cunha, 1795, Letra C, Maço 80, f. s./n.º.

¹⁵⁶⁴ Cf. SILVA, António de Moraes – *Diccionario da Lingua Portuguesa composto pelo Padre D. Rafael Bluteau, reformado e acrescentado por Antonio de Moraes Silva*, vol. 2, p.373.

qualidade dos materiais constituintes e porque, maioritariamente, usavam tecidos estrangeiros.

Pelo número e diversidade de peças existentes, dividiremos os ornamentos em dois grandes grupos: um primeiro, constituído por linhos e guarnições de uso litúrgico, e um outro, relacionado com os paramentos religiosos, conforme se descreve nos quadros XXIV e XXV¹⁵⁶⁵.

Quadro XXIV
Linhos e Guarnições de uso litúrgico

Tipologia	Tecidos	Cores	Técnica de decoração	Valor médio
Sanguíneo ¹⁵⁶⁶	Linho. Cambráia Esguião ¹⁵⁶⁷		Liso. Renda da terra.	\$90
Corporal ¹⁵⁶⁸	Cambráia. Nobreza ¹⁵⁶⁹ . Esguião. Bretanha		Liso. Renda fina. Renda da terra. Bordado a ouro.	\$400
Toalha de altar ¹⁵⁷⁰	Linho Esguião. Algodão. Cavalim		Renda. Lisa. Com folhos.	\$650

¹⁵⁶⁵ A informação foi inserida nestes quadros, por ordem decrescente de importância, privilegiando-se a quantidade. Sempre que possuímos uma amostragem significativa de avaliações individuais atribuímos-lhe um valor médio.

¹⁵⁶⁶ “*Pano sagrado (...) de forma rectangular, usado para enxugar o cálice, bem como os dedos e os lábios do presbítero, após as abluções.*” Cf. GUEDES, Natália Correia, dir. – *Thesaurus vocabulário de objectos do culto católico*, p. 75.

¹⁵⁶⁷ “*Pano de linho fabricado no Norte, tem quatro palmos de largo e serve para roupa branca.*” Cf. BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário Portuguez e Latino*, vol. 9, p. 398.

¹⁵⁶⁸ “*Pano sagrado, (...) quadrado, o qual se estende sobre o altar para pousar a hóstia ou os vasos eucarísticos que contenham o sacramento.*” Cf. GUEDES, Natália Correia, dir. – *Thesaurus vocabulário de objectos do culto católico*, p. 74.

¹⁵⁶⁹ “*He o nome de certo panno de seda.*” Cf. BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário Portuguez e Latino*, vol. 5, p. 732.

¹⁵⁷⁰ “*Segundo as prescrições litúrgicas, as toalhas (...) devem ser três; a toalha de cima deve pender nos dois lados do altar até quase ao chão.*” Cf. GUEDES, Natália Correia, dir. – *Thesaurus vocabulário de objectos do culto católico*, p. 82.

Quadro XXIV (Cont.)

Linhos e Guarnições de uso litúrgico

Tipologia	Tecidos	Cores	Técnica de decoração	Valor médio
Frontal de altar ¹⁵⁷¹	Damasco. Seda. Chamalote ¹⁵⁷² Veludo.	Roxo. Carmesim. Verde. Branco e carmesim. Azul ¹⁵⁷³ .	Galão estreito de ouro fino. Franja de retrós da mesma cor. Galão e franja de retrós cor de ouro. Galão estreito de prata fina.	7\$000
Toalha de comunhão ¹⁵⁷⁴	Bretanha. Esguião. Cambraia.		Lisa. Renda. Rendas de ouro fino largas.	1\$500
Guarda do Altar (vesperal) ¹⁵⁷⁵	Bretanha. Esguião.	Verde		
Bolsa de corporal ¹⁵⁷⁶	Damasco Ruão (forro) ¹⁵⁷⁷	Branco. Roxo	Galão e franja de retrós cor de ouro.	
Almofada de genuflexório ¹⁵⁷⁸	Veludo	Carmesim	Borlas de retrós carmesim.	2\$000

¹⁵⁷¹ “Parte do ornamento de altar, colocado na face anterior do altar.” Cf. GUEDES, Natália Correia, dir. – *Thesaurus vocabulário de objectos do culto católico*, p. 22.

¹⁵⁷² “Seda, tecido de lã de camelo.” Cf. SILVA, António de Moraes – *Diccionario da Lingua Portuguesa composto pelo Padre D. Rafael Bluteau, reformado e acrescentado por Antonio de Moraes Silva*, vol. 1, p. 260.

¹⁵⁷³ “(...) o azul, privilégio de algumas igrejas de acordo com uma autorização especial, era, igualmente empregue nas festas da Imaculada Conceição.” Cf. MATOS, Alexandre Ribeiro e CHRISTO, José António Rebocho – Os Paramentos nos Livros de Bolsa e Despesa da Santa Casa da Misericórdia do Porto – 1700-1798. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, dir. – *Ourivesaria e Paramentaria da Misericórdia do Porto*, p. 134.

¹⁵⁷⁴ “Toalha (...) rectangular, de comprimento variável, colocada à frente dos comungantes para recolher eventuais fragmentos de hóstia. Pode apresentar rendas ou bordados ao longo da orla superior.” Cf. GUEDES, Natália Correia, dir. – *Thesaurus vocabulário de objectos do culto católico*, p. 75.

¹⁵⁷⁵ “Tecido que se estende sobre as toalhas de altar para as proteger entre os ofícios. É feito, geralmente, de tecido grosso, verde ou vermelho.” Cf. GUEDES, Natália Correia, dir. – *Thesaurus vocabulário de objectos do culto católico*, p. 82.

¹⁵⁷⁶ “Invólucro para guardar o corporal dobrado. De forma quadrada ou rectangular, é formado por duas peças cartonadas cobertas com tecido da cor do tempo litúrgico, sendo a face principal, pelo menos, decorada com motivos religiosos.” Cf. GUEDES, Natália Correia, dir. – *Thesaurus vocabulário de objectos do culto católico*, p. 73.

¹⁵⁷⁷ “Pano de linho tosado, e talvez tinto que serve para forros de vestidos.” Cf. SILVA, António de Moraes – *Diccionario da Lingua Portuguesa composto pelo Padre D. Rafael Bluteau, reformado e acrescentado por Antonio de Moraes Silva*, Lisboa, vol. 2, p. 359.

Quadro XXIV (Cont.)
Linhos e Guarnições de uso litúrgico

Tipologia	Tecidos	Cores	Técnica de decoração	Valor médio
Almofada para missal ¹⁵⁷⁹	Damasco	Branca. Carmesim	Galões e franja de retrós cor de ouro	2\$000
Sobrecéu ¹⁵⁸⁰	Damasco. Olanda (forro)		Bordado de matiz e ouro.	
Toalha de credência ¹⁵⁸¹	Bretanha.			2\$500
Pala ¹⁵⁸²	Esguião Bretanha		Renda da terra.	
Mantilha de baptizar	Damasco.		Ouro. Prata. Galão de ouro fino.	11\$000
Toalha de baptizar ¹⁵⁸³	Cambraia		Lisa.	
Bolsa de missal	Damasco Ruão (forro)	Roxo	Galão e franja de retrós cor de ouro.	12\$000
Pano para supedâneo ¹⁵⁸⁴		Verde		\$600
Toalha de mitra	Olanda	Branca	Franja de ouro fino	\$800

Fonte: ANTT, Inventários Orfanológicos de Lisboa, período 1750-1830.

¹⁵⁷⁸ “Par de almofadas colocadas, uma sobre o estrado para os joelhos e a outra, mais estreita, para apoio dos braços do genuflexório”. Cf. GUEDES, Natália Correia, dir. – *Thesaurus vocabulário de objectos do culto católico*, p. 64.

¹⁵⁷⁹ “Almofada colocada sobre o altar para apoio do missal, protegendo a sua encadernação. Pode seguir as cores do tempo litúrgico.” Cf. GUEDES, Natália Correia, dir. – *Thesaurus vocabulário de objectos do culto católico*, p. 79.

¹⁵⁸⁰ “Sobrecéu que faz parte dum ornamento de baldaquino de altar.” Cf. GUEDES, Natália Correia, dir. – *Thesaurus vocabulário de objectos do culto católico*, p.81.

¹⁵⁸¹ “Tecido de linho branco que cobre o ábaco ou a credência.” Cf. GUEDES, Natália Correia, dir. – *Thesaurus vocabulário de objectos do culto católico*, p. 82.

¹⁵⁸² “Pano sagrado que cobre o cálice e a patena durante a missa. De forma quadrada e rigidamente engomado, é composto por uma ou duas peças de tecido, geralmente reforçadas internamente com um cartão e decoradas por um galão ou uma renda estreita ao longo da orla.” Cf. GUEDES, Natália Correia, dir. – *Thesaurus vocabulário de objectos do culto católico*, p. 74.

¹⁵⁸³ “Toalha utilizada para enxugar o neófito após a ablução com a água baptismal.” Cf. GUEDES, Natália Correia, dir. – *Thesaurus vocabulário de objectos do culto católico*, p. 84.

¹⁵⁸⁴ Pano para ser colocado sobre o “degrau onde o altar assenta directamente ou estrado de madeira colocado sobre o último degrau e sob os pés do celebrante.” Cf. GUEDES, Natália Correia, dir. – *Thesaurus vocabulário de objectos do culto católico*, p. 24

Quadro XXV
Paramentos Religiosos

Tipologia (modelo)	Material	Cores	Técnica de decoração	Valor médio
Amito ¹⁵⁸⁵	Linho Cambraia Bretanha		Renda de fora ¹⁵⁸⁶ . Renda da terra.	\$400
Alva ¹⁵⁸⁷	Linho Esguião Cambraia Bretanha		Renda de fora. Renda da terra. Lisa	2\$000
Casula ¹⁵⁸⁸	Damasco. Chamalote Cetim Seda Ruão (forro)	Branco. Roxo. Branco e carmesim. Verde. Azul.	Galão de seda e franja de retrós cor de ouro.	
Sobrepeliz ¹⁵⁸⁹	Bretanha. Linho. Esguião. Morim.		Renda. Renda larga. Renda estreita. Crespa ¹⁵⁹⁰ . Por encrespar.	2\$200

¹⁵⁸⁵ “Pano sagrado (...) de forma rectangular, usado sob a alva ou, por vezes, sob a sobrepeliz ou o roquete (...).” Cf. GUEDES, Natália Correia, dir. – *Thesaurus vocabulário de objectos do culto católico*, p. 177.

¹⁵⁸⁶ A “renda de fora” provem, geralmente, da Flandres.

¹⁵⁸⁷ “Veste sagrada usada por todos os clérigos, durante a celebração da missa, nas funções que precedem ou a seguem imediatamente e, eventualmente, na procissão ou na bênção do Santíssimo.” Cf. GUEDES, Natália Correia, dir. – *Thesaurus vocabulário de objectos do culto católico*, p. 177.

¹⁵⁸⁸ “Veste superior usada por todos os clérigos, sobre os restantes paramentos, durante a celebração da missa e na procissão do Santíssimo ou pelos cônegos em missa solene.” Cf. GUEDES, Natália Correia, dir. – *Thesaurus vocabulário de objectos do culto católico*, p. 172.

¹⁵⁸⁹ “Veste superior, usada por todos os clérigos assistentes ao coro, bem como chantres, sacristãos e os meninos de coro, sobre a sotaina e, eventualmente sobre o roquete.” Cf. GUEDES, Natália Correia, dir. – *Thesaurus vocabulário de objectos do culto católico*, p. 175.

¹⁵⁹⁰ “Fazer áspero.” Cf. SILVA, António de Moraes – *Diccionario da Lingua Portuguesa composto pelo Padre D. Rafael Bluteau, reformado e acrescentado por Antonio de Moraes Silva*, vol. 1, p. 493.

Quadro XXV (Cont.)

Paramentos Religiosos

Tipologia (modelo)	Material	Cores	Técnica de decoração	Valor médio
Manípulo ¹⁵⁹¹	Damasco. Nobreza. Ruão (forro).	Branco e carmesim. Ouro. Branco. Roxo.	Galão e franja de retrós cor de ouro. Bordado de ouro. Com corda e uma borla de ouro.	
Estola ¹⁵⁹²	Damasco. Ruão (forro)	Branco e carmesim. Verde.	Franja de ouro	
Mitra ¹⁵⁹³			Bordada de ouro, com pedras de várias cores. Galão estreito de ouro com franja.	

Fonte: ANTT, Inventários Orfanológicos de Lisboa, período 1750-1830.

Em primeiro lugar, surgem as guarnições da eucaristia e, por último, as coberturas para a cabeça, ocupando os outros grupos uma posição relativamente idêntica sem um especial destaque entre eles.

O material mais utilizado é o linho, muitas vezes referido como “*bretanha*”¹⁵⁹⁴, mais caro cerca de 25% que outros seus concorrentes provenientes da Holanda ou de Cambraia. Todavia, aquele linho fino, pela sua qualidade ou, talvez, pela forma aguerrida como os comerciantes da Bretanha se posicionavam ou, ainda, porque na Bretanha existia uma forte

¹⁵⁹¹ “Tira de tecido (...) com forro e ornada com uma cruz grega ou outros motivos cruciformes, ao centro e nas extremidades, mais largas e franjadas; (...) mede cerca de 50 cm”. Cf. GUEDES, Natália Correia, dir. – *Thesaurus vocabulário de objectos do culto católico*, p. 158. Apesar de termos encontrado alguns manípulos e estolas que não são idênticos, na maior parte dos inventários orfanológicos, é referida a existência de uma “estola e o manípulo irmão”.

¹⁵⁹² “Longa tira de tecido, (...) com forro e ornada com uma cruz grega ao centro e duas nas extremidades, mais largas e franjadas; mede cerca de 2,5 m.” Cf. GUEDES, Natália Correia, dir. – *Thesaurus vocabulário de objectos do culto católico*, p. 157.

¹⁵⁹³ “Cobertura cônica para a cabeça usada, sobre o solidéu, pelo Papa, cardeais, bispos e abades ou, por alguns cônegos e outros clérigos.” Cf. GUEDES, Natália Correia, dir. – *Thesaurus vocabulário de objectos do culto católico*, p. 162.

¹⁵⁹⁴ Este tecido, apesar de ser linho, a partir do princípio do século XVIII a sua identidade era de tal forma precisa que passou a ser chamado de “bretanha”, escrito com minúscula, pois era assim que era identificado por consumidores e comerciantes.

colônia de comerciantes espanhóis rapidamente conquistou o mercado ibérico e americano¹⁵⁹⁵.

Estas importações provinham, sobretudo, de França¹⁵⁹⁶, pela preponderância da importação das “*bretanhas*”, da cambraia e dos tecidos de Ruão, os mais numerosos, no que diz respeito à importação de tecidos.

Para além do linho, devemos registar o damasco como um dos mais importantes tecidos utilizados no fabrico de bens têxteis religiosos. Num nível de relevância inferior, mas com uma importância idêntica, aparecem a seda¹⁵⁹⁷ e o tafetá.

Relativamente às cores, observa-se uma representação das quatro cores exigidas pelos tempos litúrgicos e pelas diversas cerimónias, ou seja, o branco¹⁵⁹⁸, o vermelho¹⁵⁹⁹, o verde¹⁶⁰⁰ e o roxo¹⁶⁰¹. O tom de ouro, também muito presente, conferia particular riqueza à veste, sendo usado nas festas mais solenes¹⁶⁰². Muito associados ao ouro e à prata, estavam

¹⁵⁹⁵ Vd. LESPAGNOL, André – Des toiles bretonnes aux toiles “bretagnes”. Conditions et facteurs d’émergence d’un “produit-phare” sur les marchés ibériques, in *Échanges et Cultures Textiles dans l’Europe pré-industrielle*, p.179-192.

¹⁵⁹⁶ “(...) quanto aos tecidos tem de reconhecer-se que no século XVIII, em Portugal como na maior parte da Europa, a influência dominante passou a ser francesa na técnica e no gosto decorativo de que Lião e as suas sedas famosas foram centro de irradiação.” Cf. SANTOS, Reinaldo dos – *História da Arte em Portugal*, vol. 3, p. 425.

¹⁵⁹⁷ A seda também era, frequentemente, utilizada na confecção de galões e franjas, para imitar o ouro.

¹⁵⁹⁸ “*cor branca, símbolo da Pureza, da Luz e de Alegria, usados no Natal, na Páscoa e nos momentos festivos mais solenes*”. Cf. MATOS, Alexandre Ribeiro; CHRISTO, José António Rebocho – Os Paramentos nos Livros de Bolsa e Despesa da Santa Casa da Misericórdia do Porto – 1700-1798. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, dir. – *Ourivesaria e Paramentaria da Misericórdia do Porto*, p. 121.

¹⁵⁹⁹ “*os vermelhos, símbolo do Amor e do Sacrifício, usados no Pentecostes, festas dos Mártires*”. Cf. MATOS, Alexandre Ribeiro e CHRISTO, José António Rebocho – Os Paramentos nos Livros de Bolsa e Despesa da Santa Casa da Misericórdia do Porto – 1700-1798. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, dir. – *Ourivesaria e Paramentaria da Misericórdia do Porto*, p. 121.

¹⁶⁰⁰ “*os verdes, símbolo da Vida e da Esperança, usados no Tempo Comum*”. Cf. MATOS, Alexandre Ribeiro; CHRISTO, José António Rebocho – Os Paramentos nos Livros de Bolsa e Despesa da Santa Casa da Misericórdia do Porto – 1700-1798. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, dir. – *Ourivesaria e Paramentaria da Misericórdia do Porto*, p. 121.

¹⁶⁰¹ “*cor roxa, símbolo de Penitência, usados no Advento, Quaresma e Actos Penitenciais*”. Cf. MATOS, Alexandre Ribeiro e CHRISTO, José António Rebocho – Os Paramentos nos Livros de Bolsa e Despesa da Santa Casa da Misericórdia do Porto – 1700-1798. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, dir. – *Ourivesaria e Paramentaria da Misericórdia do Porto*, p. 121.

¹⁶⁰² “*A substituição das cores branca, verde e vermelha, pelo dourado tem como condição que os paramentos sejam bordados com ouro verdadeiro e não com imitações de seda amarela*”. Cf. MATOS, Alexandre Ribeiro; CHRISTO, José António Rebocho – Os Paramentos nos Livros de Bolsa e Despesa da Santa Casa da Misericórdia do Porto – 1700-1798. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, dir. – *Ourivesaria e Paramentaria da Misericórdia do Porto*, p. 121.

os galões, as franjas e a técnica do bordado, que, em Portugal, teve grande divulgação nos paramentos litúrgicos¹⁶⁰³.

Para além dos linhos e guarnições de uso litúrgico e paramentos religiosos, encontramos ainda os múltiplos “*panos de cobrir*” o altar, as alvas, o caixão da sacristia, as almofadas, o oratório e a capela. Podiam ser executados em damasco, olandilha¹⁶⁰⁴, tafetá e nobreza, e eram frequentemente decorados com galão de ouro fino ou espiguiha¹⁶⁰⁵.

Os objectos religiosos, tendo como principal material a prata (Quadro XXVI) surgiam muito provavelmente de oficinas da capital portuguesa.

Quadro XXVI
Objectos Religiosos

Tipologia	Material	Valor médio
Cálice e patena	Prata	17\$500
Cálice, patena e colher	Prata	19\$500
Resplendor	Prata	
Pia de água benta	Prata	10\$800
Vaso de comunhão	Prata	10\$000
Cruz	Prata	
Naveta e turíbulo	Prata	43\$000

¹⁶⁰³ “O bordado foi sempre entre nós mais cultivado que o tecido, por isso, dos paramentos litúrgicos bordados nos conventos, existem numerosos espécimes nas nossas catedrais e igrejas, embora os exemplares mais ricos sejam de importação italiana, sobretudo no século XVIII”. Cf. SANTOS, Reinaldo dos – *História da Arte em Portugal*, vol. 3, p. 425.

“A sumptuosidade decorativa dos bordados litúrgicos, sobretudo de influência de Roma, mantém-se durante o reinado de D. João V (...). No final do século XVIII, especialmente a partir do reinado de D. Maria I, a tendência começa a alterar-se, notando-se a preferência por linhas mais sóbrias e de menor volume. Também os materiais se vão alterando, sendo os bordados invadidos por lantejoulas de formas e tamanhos variados.” Vd. MOTA, Maria João – *Paramentaria: Vestuário simbólico da Liturgia*. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, dir. – *Ourivesaria e Paramentaria da Misericórdia do Porto*, p. 130.

¹⁶⁰⁴ “Pano de linho grosso engomado ou encerado (...)”. Cf. SILVA, António de Moraes – *Diccionario da Lingua Portuguesa composto pelo Padre D. Rafael Bluteau, reformado e acrescentado por Antonio de Moraes Silva*, vol. 2, p. 362.

¹⁶⁰⁵ “Renda com pontinhas de linho, ou seda, ou fio de ouro, e prata. Também dão este nome ao galãozinho muito estreito.” Cf. SILVA, António de Moraes – *Diccionario da Lingua Portuguesa composto pelo Padre D. Rafael Bluteau, reformado e acrescentado por Antonio de Moraes Silva*, vol. 1, p. 760.

Quadro XXVI (Cont.)

Objectos Religiosos

Tipologia	Material	Valor médio
Galhetas	Prata. Estanho. Vidro.	9\$000
Castiçais do oratório	Prata	
Caixa para hóstias	Prata	
Campainha que serve no oratório	Prata. Bronze.	
Caixa para Menino Jesus	Prata.	
Custódia	Prata. Prata dourada.	
Palmas ¹⁶⁰⁶	Prata.	\$800
Sacrário ¹⁶⁰⁷	Prata.	
Sacra ¹⁶⁰⁸	Prata.	
Vaso de comunhão	Prata	10\$000
Cofrezinho	Prata.	

Fonte: ANTT, Inventários Orfanológicos de Lisboa, período 1750-1830.

As alfaías mais comumente referenciadas são o cálice¹⁶⁰⁹, a patena¹⁶¹⁰ e a colher¹⁶¹¹ representados por modelos como o “cálice liso e torneado, doirado pela parte de dentro,

¹⁶⁰⁶ O palmito é um “ramo bento, de palma, geralmente entrançado e adornado de flores ou fitas, de forma a tornar-se uma composição decorativa.” Cf. GUEDES, Natália Correia, dir. – *Thesaurus vocabulário de objectos do culto católico*, p. 489.

¹⁶⁰⁷ “Armário, com porta fechada à chave, onde se guarda a reserva eucarística. É colocado acima e atrás do altar.” Cf. GUEDES, Natália Correia, dir. – *Thesaurus vocabulário de objectos do culto católico*, p. 50.

¹⁶⁰⁸ “Pequeno painel, geralmente emoldurado, contendo alguns dos textos imutáveis da missa e utilizado, pelo celebrante, como auxiliar de memória.” Cf. GUEDES, Natália Correia, dir. – *Thesaurus vocabulário de objectos do culto católico*, p. 143.

¹⁶⁰⁹ “Vaso sagrado no qual o celebrante consagra o vinho durante a missa. Feito, em regra, num metal precioso, o interior da copa, se não for de ouro, deve ser dourado.” Cf. GUEDES, Natália Correia, dir. – *Thesaurus vocabulário de objectos do culto católico*, p. 124.

em branco pela parte de fora”¹⁶¹², o “*cálice com seu pé redondo com o balaústre torneado com sua patena dourado por dentro e por fora*”¹⁶¹³ ou “*hum cálix de prata dourado com patena e colherinha lavrado de feitio antigo*”¹⁶¹⁴, entre outros com idênticos programas decorativos.

Os vasos de comunhão¹⁶¹⁵, as pias de água benta¹⁶¹⁶, as caixas para hóstias têm, habitualmente, formas lisas, as navetas¹⁶¹⁷ e os turíbulo¹⁶¹⁸, que surgem em conjunto, por vezes com colher, são “lavrados”, enquanto as campainhas¹⁶¹⁹ tanto surgem descritas como lisas ou lavradas. O mais sumptuoso destes objectos, a custódia, surgia executada, em geral, em prata dourada, apresentando trabalho lavrado.

Quanto ao mobiliário religioso encontramos referências a altares fixos como o “*altar, em madeira de pinho, com sua banquetta por baixo com seu armário com seu frontal*”¹⁶²⁰, e a outros portáteis¹⁶²¹, facilmente transportáveis, de reduzido tamanho quando se encontram

¹⁶¹⁰ “Pequeno prato consagrado, geralmente em ouro ou prata dourada, utilizado pelo celebrante, durante a missa, para colocar a hóstia, antes e depois da consagração, e para recolher eventuais partículas.” Cf. GUEDES, Natália Correia, dir. – *Thesaurus vocabulário de objectos do culto católico*, p. 129.

¹⁶¹¹ “Colher utilizada durante a missa para tomar a água e misturá-la ao vinho contido no cálice. (...) É geralmente feita em metais preciosos (...).” Cf. GUEDES, Natália Correia, dir. – *Thesaurus vocabulário de objectos do culto católico*, p. 126.

¹⁶¹² Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de Catarina Maxima Leal Arnau, 1795, Letra C, Maço 24, f. 15.

¹⁶¹³ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de António Saldanha Albuquerque Coutinho Matos Noronha, 1771, Letra A, Maço 141, N.º 6, f. 39 v.

¹⁶¹⁴ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de Bento Dias Pereira Chaves, (1780), Letra B, Maço 25, f. 77 v.

¹⁶¹⁵ “Pequeno recipiente em forma de taça (...) que contém a água na qual o presbítero lava o polegar e o indicador da mão direita, depois de administrar a comunhão fora da missa ou em cerimónias particulares.” Cf. GUEDES, Natália Correia, dir. – *Thesaurus vocabulário de objectos do culto católico*, p. 119.

¹⁶¹⁶ Estas pias de água benta eram pequenas pias adossadas a uma parede ou outro suporte.

¹⁶¹⁷ “Recipiente (...) para guardar os grãos de incenso (...) pode ser acompanhado por uma colher de incenso à qual se liga por uma cadeia.” Cf. GUEDES, Natália Correia, dir. – *Thesaurus vocabulário de objectos do culto católico*, p. 146.

¹⁶¹⁸ “Queima-perfumes em metal utilizado para incensar.” Cf. GUEDES, Natália Correia, dir. – *Thesaurus vocabulário de objectos do culto católico*, p. 146.

¹⁶¹⁹ “Instrumento de percussão, portátil, colocado no solo junto ao altar, tocado pelo sacristão em determinados momentos da missa, para marcar a sua solenidade e para chamar a atenção dos fiéis.” Cf. GUEDES, Natália Correia, dir. – *Thesaurus vocabulário de objectos do culto católico*, p. 184.

¹⁶²⁰ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de António Peixoto de Almeida e Silva, (1790), Letra A, Maço 141, N.º 1, f. 47.

¹⁶²¹ “(...). Nos séculos XVII-XVIII conheceram estes altares uma considerável multiplicação, de tal forma que as autoridades eclesiásticas tiveram que intervir. A grande maioria destes altares eram adequados não apenas à dignidade da celebração eucarística mas também aos incómodos das viagens (...). A sua forma era habitualmente rectangular e lateralmente não excedia os 40 ou 60 centímetros. Dispunham de relíquias num

fechados, vulgarmente designados por “*altares de jornada*”. Estes eram transportados em caixas apropriadas, como, por exemplo, a “*caixa de oratório para jornada forrada de couro*” que guardava o “*altar elástico em vinhático para jornada com pedra de ara*”¹⁶²², propriedade do conde de Peniche, D. Caetano de Noronha. Estas pedras que se põem “*no meyo do altar, consagrada, e ungida pelo Bispo, sobre a qual se poem o caliz & a hostia & se oferece o Sacrificio da Missa (...) são de mármore, ou de outra pedra polida, regularmente tem de comprimento hua terça de vara, & de largura a quinta parte menos; são forradas de lona, fustão, ou panno de linho e nellas pode estar comodamente o caliz, & hostia, vaso sacramental ou as partículas sem elle*”¹⁶²³ estão presentes em muitos oratórios. Em certas casas descrevem-se duas pedras de ara, que se distinguiam, exclusivamente, pelo tamanho.

Ao altar estava associado o “*dossel de altar*”, geralmente de “*damasco com seu espaldar e cortinas de damasco carmezim tudo guarnecido de franja e franjinha de retrós da mesma cor*”¹⁶²⁴.

Relativamente ao mobiliário de assento, as referências vão para as cadeiras “*para ouvir missa*”, como é o caso de uma “*antiga em madeira de nogueira toda entalhada, com assento estofado e encosto para ambos os lados também estofado e coberta com marroquim encarnado com cravação amarela, sendo esta com molas e eixos de voltar para uso de ouvir missa*”¹⁶²⁵, pertencente ao conde de Peniche, avaliada em 10\$000 réis, em que a sumptuosidade se alia a propriedades mecânicas.

Em casa do Cardeal Patriarca de Lisboa, D. Tomás de Almeida, provavelmente pelo cargo que ocupava na hierarquia da Igreja, encontramos, em 1754, uma “*cadeira de*

receptáculo colocado em face reversa da da celebração. Alguns painéis articulados e dobráveis compunham, quando abertos e levantados, uma espécie de tríptico onde habitualmente figuravam, ao centro, a imagem de Cristo, e, lateralmente, as imagens dos evangelistas (...).” Cf. RIBEIRO, José Manuel – Altar portátil. In AZEVEDO, Carlos A. Moreira; SOALHEIRO, João, coord. – Cristo: Fonte de esperança, p. 325.

¹⁶²² Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo do conde de Peniche, D. Caetano de Noronha, (1830), Letra C, Maço 83, f. 349.

¹⁶²³ Cf. BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário Portuguez e Latino*, vol. 1, p. 463.

¹⁶²⁴ Vd., por exemplo, A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo do conde da Ponte, D. José António de Sousa Saldanha de Meneses e Castro, 1785, Letra C, Maço 82, f. s./n.º.

¹⁶²⁵ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo do conde de Peniche, D. Caetano de Noronha, (1830), Letra C, Maço 83, 1830, f. 336.

*faldistório*¹⁶²⁶ *dobradiça encostos de pau de evano com seu pano irmão das almofadas em tella*¹⁶²⁷ *encarnada*¹⁶²⁸.

As credências que surgiram “na sequência do desenvolvimento do culto eucarístico na Igreja pós-tridentina” colocadas ao lado do altar “substituíram os nichos com prateleiras onde, até ao início do século XVIII, se guardaram as alfaias necessárias ao ritual litúrgico”¹⁶²⁹, e sendo “feita em geral pelos mesmos artistas entalhadores da capela-mor e outra talha da igreja, apresenta-se como uma peça de grande requinte e objecto de cuidado especial”¹⁶³⁰. Podiam localizar-se tanto na capela como no oratório. Nos espaços religiosos das casas de Lisboa, contudo, esta tipologia não existiu em abundância.

Muito comuns revelam-se as estantes para missal executadas em madeira de pinho, pintadas para ocultar a inferior qualidade da madeira. A elas associados, os missais possuíam, com regularidade, “*capas de bezerro*”¹⁶³¹ ou “*capas de carneira, hum deles com fexos de prata dourada moderno o outro antigo com fexos de latão*”¹⁶³².

No que diz respeito aos púlpitos, as referências indicam-nos fixos e móveis. No primeiro caso, referimos um “*púlpito com o seu confessional*”¹⁶³³, quanto aos outros, realçamos

¹⁶²⁶ O faldistório está “reservado ao bispo ou a um prelado de elevado nível hierárquico, utiliza-se em cerimónias litúrgicas especiais, na ausência da cátedra episcopal”. Cf. GUEDES, Natália Correia, dir. – *Thesaurus vocabulário de objectos do culto católico*, p. 27.

¹⁶²⁷ “Tecido de ceda, prata, oiro”. Cf. *Diccionario da Lingua Portuguesa composto pelo Padre D. Rafael Bluteau, reformado e acrescentado por Antonio de Moraes Silva*. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789, vol. 2, p. 448.

¹⁶²⁸ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo do Cardeal Patriarca D. António Tomás de Almeida, (1756), Letra C, Maço 82, N.º 1, f. s./n.º.

¹⁶²⁹ Cf. BASTOS, Celina – Credência. In AZEVEDO, Carlos A. Moreira; SOALHEIRO, João, coord. – *Cristo: Fonte de esperança*, p. 344.

¹⁶³⁰ Cf. MARQUES, Maria da Luz Vasconcelos e Sousa Paula – *Mobiliário Português de Aparato do Século XVIII: credências, consolas e tremós*, vol. 1, p. 27.

¹⁶³¹ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de Bento Dias pereira Chaves, 1780, Letra B, Maço 25, N.º 2, f. 161.

¹⁶³² Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de Ana Leonarda Xavier de Aguiar, 1794, Letra A, Maço 127, N.º 11, f. 25 – 25v.

¹⁶³³ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de Catarina Januaria Laroche, 1786, Letra C, Maço 10, N.º 1, f. 47v.

um púlpito muito versátil, existente num oratório, “*que se divide em peças para genuflexório e estante*”¹⁶³⁴.

Um elemento muito presente é a banqueta de altar¹⁶³⁵, com castiçais “*entalhados e dourados com a sua cruz irmã com imagem de Cristo*”¹⁶³⁶ ou “*em madeira entalhada e prateada*”¹⁶³⁷. Para além desta organização, assinala-se a existência de muitos outros castiçais, executados em prata, casquinha, estanho, cobre e latão, que se apresentavam, de preferência, aos pares. O maior conjunto estudado, presente no oratório do desembargador António Joaquim de Pina Manique, era constituído por “*dez castiçais de casquinha grandes*”¹⁶³⁸.

Relacionado com a iluminação das capelas, devemos referir os “*lampiões*”, muitas vezes, em folha-de-flandres, constituídos por “*uma lâmpada ou castiçal grande, do qual sahem muitos ramos, & no cabo de cada hum deles hua luz, como são os que se vem suspensos nos palácios ou nas Igrejas*”¹⁶³⁹, bem como outros, mais pequenos, que constam de um “*vaso em que se deita azeite com huma torcida, que se acende para alumiar*”, vulgarmente designados por “*lampadas*”¹⁶⁴⁰, eram executados em metal amarelo¹⁶⁴¹ ou em prata¹⁶⁴².

Existiam, ainda, “*os candeeiros de velas com chapa de metal, que se prega na parede, para ornar e alumiar*”¹⁶⁴³, designados por placas. As mais sumptuosas eram em prata, como sucede com as “*placas grandes de prata com os extremos lavrados e com as armas*

¹⁶³⁴ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de António Joaquim de Pina Manique, 1796, Letra A, Maço 120, f. 188.

¹⁶³⁵ “*Um ou vários plintos sobre a parte de trás do altar, onde se coloca a cruz, ladeada por castiçais (3+3); nos intervalos dos castiçais, pode colocar-se vasos de flores (2+2), imagens (geralmente, os 4 evangelistas, S. Pedro e S. Paulo) ou relicários (2+2).*” Cf. GUEDES, Natália Correia, dir. – *Thesaurus vocabulário de objectos do culto católico*, p. 20.

¹⁶³⁶ Vd., por exemplo, A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de Catarina Januaria Laroche, 1786, Letra C, Maço 10, N.º 1, f. 42.

¹⁶³⁷ Vd., por exemplo, A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de António Joaquim de Pina Manique, 1796, Letra A, Maço 120, f. 34-34 v.

¹⁶³⁸ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de António Joaquim de Pina Manique, 1796, Letra A, Maço 120, f. 187 v.

¹⁶³⁹ Cf. BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário Portuguez e Latino*, vol. 5, p. 30.

¹⁶⁴⁰ Cf. BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário Portuguez e Latino*, vol. 5, p. 30.

¹⁶⁴¹ Quando os avaliadores os classificam como sendo de metal amarelo, geralmente, estão a referir-se a peças executadas em latão.

¹⁶⁴² Vd., por exemplo, A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo do conde da Ribeira Grande, D. Luís da Câmara, 1802, Letra C, Maço 83, f. s./n.º.

¹⁶⁴³ Cf. BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário Portuguez e Latino*, vol. 6, p. 539.

de Sua Eminência e huma de três dirandelas e duas de duas dirandelas todas de prata”¹⁶⁴⁴, no espólio do *supra* referido D. Tomás de Almeida.

A pintura, de cariz religioso, é outro dos bens muito presentes nas casas das elites deste período. Todavia, a sua presença não se verifica de forma muito notável nos espaços referentes à capela e ao oratório, pois não estava confinada a eles, encontrando-se, profusamente disseminada em muitos outros espaços da casa.

4.7.2. O Oratório

Nas residências das elites lisboetas, para além da capela e da “*casa do oratório*”, encontramos a presença de peças que, pela sua dimensão, não permitem o culto e estão vocacionados, em exclusivo para a oração, como é o caso dos oratórios.

Estes móveis, maioritariamente executados em pinho, para ocultar esta madeira, eram, muitas vezes, folheados com uma outra de qualidade superior, ou pintados “*cor de nogueira e sua urna com renda e filetes dourados*”¹⁶⁴⁵, ou “*de várias cores*”¹⁶⁴⁶. Outros apresentavam-se no “*todo dourado*”¹⁶⁴⁷ ou “*com talha por dentro por durar*”¹⁶⁴⁸, como sucede com um oratório que “*he de madeira de pinho e por dentro sua talha tudo sem pintura*”¹⁶⁴⁹. A decoração com um “*axaroadado de azul e ouro*”¹⁶⁵⁰ era menos frequente.

Tipologicamente podiam ser “*de três vidros*”¹⁶⁵¹, “*por baixo três gavetas e em cima duas meias portas e cimalha*”¹⁶⁵². Outros seriam de maior dimensão e mais sumptuosos, como

¹⁶⁴⁴ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo do Cardeal Patriarca D. Tomás de Almeida, 1756, Letra C, Maço 82, N.º 1, f. s./n.º.

¹⁶⁴⁵ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de José Eloy da Silva 1813, Letra Z, Maço 1, f. 26.

¹⁶⁴⁶ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de António Peixoto de Almeida e Silva 1790, Letra A, Maço 141, f. 36-36v.

¹⁶⁴⁷ Vd. MADUREIRA, Nuno Luís, *Cidade: espaço e quotidiano*, pp. 272-280.

¹⁶⁴⁸ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo do Desembargador Bernardo Pereira Gusmão 1752, Letra B, Maço 21, f. 9-9v.

¹⁶⁴⁹ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo da Condessa de Ficalho (1795), Letra C, Maço 14, f. s./n.º.

¹⁶⁵⁰ Vd. NEMÉSIO Gonçalo Monjardino – *Histórias de Inácios a descendência de Francisco de Almeida Jordão e de sua mulher D. Helena Inácia de Faria*, p. 267.

¹⁶⁵¹ Cf. NEMÉSIO Gonçalo Monjardino – *Histórias de Inácios a descendência de Francisco de Almeida Jordão e de sua mulher D. Helena Inácia de Faria*, p. 267.

nos parece ser aquele que é descrito como sendo um “*oratório de dizer missa portas de cima abaixo almofadadas moldura em cima à volta continuando pela frente pelos pilares dos pés direitos das ilhargas, ornatos de talha doirada, nas ilhargas caixilhos de vidros com seus pedestaes em baixo guarnecidos da mesma sorte adentro suas banquetas e suas quartelas nas ilhargas pintadas de azul ornatos de talha doirada, seu altar e estrado e renda de talha doirada que guarnece o frontal em roda*”¹⁶⁵³, propriedade de José António da Matta de Sousa Coutinho.

A grande maioria destes oratórios estaria colocada sobre um “*bufete*”¹⁶⁵⁴, uma cómoda (Fig. 110) ou uma cómoda papelreira (Fig. 111). Nestes casos, apesar de serem um corpo amovível, eram construídos em idêntica madeira relativamente ao móvel que o suportava e com o qual constituíam um conjunto. É o caso de “*humã cómoda de pinho folheada de pau santo com ornatos de Sebastião da Arruda, pés de garra, em cima com seu corpo de oratório irmão*”¹⁶⁵⁵ ou o de “*humã papelreira madeira de bordo pintada de escuro com sete gavetas ferrage de latão lisa em cima com seu corpo de oratorio, dentro com sua talha e colunas tudo entalhado e doirado e antigo*”¹⁶⁵⁶, descrita entre os bens de Catarina Arnau.

¹⁶⁵² Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de António José dos Santos, 1794, Letra A, Maço 141, Caixa 238, f. 40.

¹⁶⁵³ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de José António da Matta de Sousa Coutinho, 1793, Letra J, Maço 499, N.º 3, f. 352 v.

¹⁶⁵⁴ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo do Cardeal Patriarca, D. Tomás de Almeida 1754, Letra C, , Maço 82, Caixa 803, f. s./n.º

¹⁶⁵⁵ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de Ana Joaquina Xavier, 1777, Letra A, Maço 139, N.º 6, f. 23 v. – 24.

¹⁶⁵⁶ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de Catarina Máxima Leal da Cunha Arnau, 1795, Letra C, Maço 24, f. 16 v.



Fig. 110 - Cômoda com oratório, 3º quartel séc. XVIII (MNAA).



Fig. 111 - Cômoda papelreira com oratório, 3º quartel do séc. XVIII (C.M.L. Maio 2009).

Estes oratórios eram objectos de religiosidade mais privada, com um carácter mais individual, e, por essa razão, se mantiveram durante mais tempo, confinados aos apartamentos íntimos, longe dos olhares dos visitantes mais casuais. No caso português, pela ausência de um verdadeiro “boudoir”, somos levados a pensar que as casas de oratório e estas peças representavam meios tão necessários ao silêncio e intimidade feminina.

Encontramos, ainda, as maquetinas, (Fig. 112) pequenas caixas com três faces envidraçadas, de forma prismática, muitas vezes com uma pintura no seu interior, que podiam conter estatuetas religiosas, ou composições cénicas mais elaboradas, que eram colocadas em cima de um móvel, como sucedia com uma “*maquetina em madeira de pau*

*santo, de três vidros que está em cima de uma mesa” cujos “vidros têm quatro palmos de alto”*¹⁶⁵⁷.



Fig. 112 - Maquineta, 1770-1795 (C.M.A.G.).

Algumas daquelas continham presépios, apesar destes também poderem ser colocados dentro de pequenos armários, especialmente executados para esse efeito, como é o caso do “*presépio com várias figuras de barro dentro de um caixilho de madeira de pinho com duas meias portas*”, que pertenceu a Ana Teresa Dionísio¹⁶⁵⁸.

As maquinetas, com as suas representações, constituíam pequenos pontos de veneração e devoção espalhados por vários locais da casa, especialmente, nas zonas mais íntimas. Em

¹⁶⁵⁷ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de condessa dos Arcos, D. Juliana Xavier de Noronha, 1814, Letra C, Maço 25, f. s./n.º.

¹⁶⁵⁸ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de Ana Teresa Dionísia, 1792, Letra A, Maço 139, N.º 13, f. 59v.

muitos casos, pelas suas elaboradas composições, estes móveis poderiam assumir foros de verdadeiros elementos ornamentais, a par dos múltiplos painéis “*ao divino*” e da grande quantidade de imagens, que, com a sua presença, continuaram a marcar o ritmo decorativo em muitas das residências deste período.

4.8. A “Casa da Livraria”

No contexto da residência, a “*casa da livraria*”, insere-se no grupo dos gabinetes¹⁶⁵⁹. Esta casa conviria que se situasse “*antes do quarto de dormir e não depois, porque não é conveniente que as pessoas de fora passem pelo quarto de dormir do dono da casa, antes de chegar a um gabinete*”¹⁶⁶⁰, aconselhando-se que, pela especificidade dos bens que nela se guardavam, fosse construída a norte, porque o ar proveniente desta localização “*é contrário aos insectos que atacam os livros*”¹⁶⁶¹.

O principal elemento distintivo e decorativo que encontramos numa casa livraria são as estantes colocadas junto das paredes. A grande maioria delas era executada em madeira de pinho¹⁶⁶², havendo outras, em número muito diminuto, em madeira do Brasil¹⁶⁶³, vinhático¹⁶⁶⁴, nogueira¹⁶⁶⁵, pau-santo¹⁶⁶⁶, ou com as frentes folheadas a pau-santo¹⁶⁶⁷.

¹⁶⁵⁹ Cf. CARBONIER, Youri – “Cabinet” In FIGEAC, Michel – *L’ancienne France au quotidien*, p. 83.

¹⁶⁶⁰ Cf. *L’Encyclopédie*, vol. 2, p. 488. “Com pequenas variantes, constatamos que o gabinete tende a situar-se entre o fim da sequência das grandes salas de aparato e o início das zonas mais intimas da casa, assumindo uma posição chave, não só na estrutura interior como nas morfologias e desenho da fachada.” Cf. CARITA, Hélder – “Do *scriptorium* ao gabinete e à casa da livraria. Espaços da escrita nos interiores da casa nobre em Portugal” In MALTA, Marize e MENDONÇA, Isabel M. G. (Org.) – *Casas Senhoriais Rio-Lisboa e seus interiores*, p. 35.

¹⁶⁶¹ Cf. MÉZIERES, Camus - *Le Génie de l’Architecture ou l’analogie de cet art avec nos sensations*, p. 165.

¹⁶⁶² Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de Catarina Máxima Leal da Cunha Arnau, 1795, Letra C, Maço 24, N.º 709, f. 21.

¹⁶⁶³ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de Francisco de Borges Garção Atochler, 1829, Letra B, Maço 3, N.º 1, f. 169 v.–170.

¹⁶⁶⁴ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de António Joaquim de Pina Manique, 1796, Letra A, Maço 120, N.º 204, f. 60.

¹⁶⁶⁵ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de Francisco de Borges Garção Atochler, 1829, Letra B, Maço 3, N.º 1, f. 169 v. – 170-170 v.

¹⁶⁶⁶ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de João Pedro Pereira, 1824, Letra J, Maço 226, N.º 1844, f. s./n.º.

¹⁶⁶⁷ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de José António de Sousa Saldanha de Meneses e Castro, conde da Ponte, 1785, Letra C, Maço 82, N.º 6, f. s./n.º.

Pelo facto de serem executadas numa madeira de qualidade inferior, encontramos-las, em geral, pintadas. A preferência, nestes casos, por ordem decrescente de importância, são os tons de encarnado¹⁶⁶⁸, de amarelo¹⁶⁶⁹, de noqueira¹⁶⁷⁰, de branco¹⁶⁷¹, de pardo¹⁶⁷², de azul¹⁶⁷³ e de verde¹⁶⁷⁴.

Nestes móveis, à semelhança do que sucede noutras tipologias de mobiliário, o gosto vigente, “iluminado”, privilegiava a conjugação de várias cores. No caso das estantes, esta opção manifesta-se na existência de uma pintura exterior, a par de uma outra no interior do móvel, como se constata na descrição das “*estantes em pinho com frentes de pau-santo e pintura amarela e por dentro pintadas de encarnado*”¹⁶⁷⁵.

No que diz respeito às dimensões, variavam entre um 1,50¹⁶⁷⁶ a 3¹⁶⁷⁷ metros de altura e 1¹⁶⁷⁸ a 1,80¹⁶⁷⁹ metros de largura, aproximadamente. A medida mais comum é de cerca de 2.20 metros de altura, por 1.60 metros de largura¹⁶⁸⁰, entre os exemplares identificados.

O modelo preferido constava de um corpo superior constituído por uma “*estante para livros*” e “*por baixo com seus armários com quatro meias portas*”¹⁶⁸¹. Uma outra opção,

¹⁶⁶⁸ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de D. Rodrigo Xavier Telles de Castro da Gama, marquês de Nisa (1784), Letra M, Maço 306, N.º 3, f. s./n.º.

¹⁶⁶⁹ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de José António de Sousa Saldanha de Meneses e Castro, conde da Ponte, (1785), Letra C, Maço 82, N.º 6, f. s./n.º.

¹⁶⁷⁰ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de Bento Dias Pereira Chaves, (1780), Letra B, Maço 25, N.º 2, f. 124.

¹⁶⁷¹ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de D. Caetano de Noronha, conde de Peniche (1830), Letra C, Maço 83, N.º 6, f. 338.

¹⁶⁷² Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de Belchior de Matos Carvalho, (1801), Letra B, Maço 25, N.º 1, f. 35 v.

¹⁶⁷³ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de José António da Matta de Sousa Coutinho, (1793), Letra J, Maço 499, N.º 3, f. 259 v.

¹⁶⁷⁴ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de Clemente Botelho de Lemos, (1764), Letra C, Maço 63, N.º 772, f. s./n.º.

¹⁶⁷⁵ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de José António de Sousa Saldanha de Meneses e Castro, conde da Ponte, (1785), Letra C, Maço 82, N.º 6, f. s./n.º.

¹⁶⁷⁶ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de António Peixoto de Almeida e Silva, (1790), Letra A, Maço 141, N.º 1, f. 40 v.

¹⁶⁷⁷ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de D. Isabel Josefa de Meneses Breyner, condessa de Ficalho (1795), Letra C, Maço 14, N.º 694, f. 65.

¹⁶⁷⁸ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de Tomás José Xavier Botelho, conde de S. Miguel, (1766), Letra C, Maço 24, N.º 710, f. s./n.º.

¹⁶⁷⁹ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de D. Isabel Josefa de Meneses Breyner, condessa de Ficalho (1795), Letra C, Maço 14, N.º 694, f. 65.

¹⁶⁸⁰ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de Belchior de Matos Carvalho, (1801), Letra B, Maço 25, N.º 1, f. 35 v.

também apreciada, acrescentava gavetas, como sucede com “*a estante com duas gavetas na frente e em baixo seu armarinho que fecha com duas portas, pintada de várias cores*”¹⁶⁸². Menos frequentes eram aquelas que tinham, no corpo inferior, exclusivamente gavetas, como é o caso de uma “*estante de dois corpos tendo no de baixo três gavetas, (...) com ferragem de latão lisa*”¹⁶⁸³.

Na casa da livraria, para além destes móveis que guardam os livros e lhe são característicos, seria comum a existência de uma banca, várias cadeiras e outros móveis que servem de apoio ou de guarda. Assim sucede numa livraria que tem “*uma banca de pinho com pano verde*” e “*uma poltrona*”, que seriam mais exclusivamente usadas pelo proprietário da casa, “*uma dúzia de tamboretas de cabelo*”, reservados para eventuais visitantes ou outros membros da família, e uma cómoda¹⁶⁸⁴.

Estes espaços podiam conter, ainda, outros elementos decorativos associados. Os mais comuns estão relacionados com a medição do tempo, o gosto pela ciência, pela história, geografia e viagens, como sucede com um “*relógio de repetição com as armas de S. Ex^a*”¹⁶⁸⁵, ou com os “*belos globos terrestres e celestes (...) convenientes e úteis numa biblioteca, proporcionando, ainda, uma decoração nobre e interessante*”¹⁶⁸⁶. Por esta razão, “*em casa do falecido José Melitão da Matta*” anunciou-se a venda conjunta “*dos seus livros, mapas, papel de derrota (...)*”, a par de “*hum Triudelite, hum Telescopio gregoriano, outro dito solar, três jogos de globos, e hum dito em ponto grande*”¹⁶⁸⁷.

Nestes conjuntos, os mapas teriam uma particular importância, pela quantidade existente em algumas residências e pelo ambiente decorativo que proporcionavam, na medida em que, habitualmente, estavam emoldurados. Em casa do duque de Lafões, por exemplo,

¹⁶⁸¹ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de António da Cunha Sousa Pereira Teles, (1796), Letra A, Caixa 6, N.º 4, f. 28v. – 29.

¹⁶⁸² Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de Tomás José Xavier Botelho, conde de S. Miguel, (1766), Letra C, Maço 24, N.º 710, f. s./n.º.

¹⁶⁸³ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de José António da Matta de Sousa Coutinho, (1793), Letra J, Maço 499, N.º 3, f. 259 v.

¹⁶⁸⁴ Cf. A.N.T.T., *Arquivo da Casa de Rio Maior*, Maço 44, f. s./n.º.

¹⁶⁸⁵ Cf. A.N.T.T., *Arquivo da Casa de Rio Maior*, Maço 44, f. s./n.º.

¹⁶⁸⁶ Cf. MÉZIERES, Camus de - *Le Génie de l'Architecture ou l'analogie de cet art avec nos sensations*, p. 167.(trad. do autor)

¹⁶⁸⁷ Cf. *Gazeta de Lisboa* – n.º 133, 3 de Novembro de 1809.

encontramos uma verba no valor de 39\$360 réis, destinada “ao Stockler¹⁶⁸⁸ para pagar mapas”¹⁶⁸⁹.

Um outro instrumento científico muito apreciado e presente em certas casas era o barómetro. Existiam “grandes” e “pequenos”¹⁶⁹⁰, alguns em “caixa de mogno com seus pertences”¹⁶⁹¹ e outros completavam-se com um relógio¹⁶⁹². Julgamos que também estes encontravam na casa da livraria o lugar privilegiado para a sua exposição.

Quanto à quantidade e dimensão das livrarias existentes nas casas das elites lisboetas, constatamos, a partir da análise dos inventários orfanológicos, que cerca de 20% daquelas residências possuía uma destas casas, o que constitui um valor que não difere muito do que é conhecido, em período idêntico, nalgumas outras cidades europeias, nomeadamente em Espanha¹⁶⁹³ ou França¹⁶⁹⁴. Relativamente ao número de livros, identificamos algumas com mais de quatro mil e quinhentos¹⁶⁹⁵, a par de outras que ultrapassam os mil¹⁶⁹⁶. As mais comuns têm cerca de quinhentos¹⁶⁹⁷, enquanto as de menor dimensão ficam aquém dos duzentos livros¹⁶⁹⁸. No caso lisboeta, à semelhança do que sucede em Paris¹⁶⁹⁹,

¹⁶⁸⁸ O barão de Stocqueler, Francisco Xavier Stocqueler, com um título estrangeiro cujo uso foi autorizado em Portugal, nasceu em Lisboa em 1724 e morreu em 1810. “Era filho de Cristiano Stocqueler, um hamburguês que se estabeleceu em Lisboa em 1710, como representante da grande casa comercial da sua família, que tinha importante trato com a Ásia, especialmente com Macau, para onde mantinha uma linha regular de navegação.” Cf. ZÚQUETE, Afonso Eduardo Martins – *A nobreza de Portugal e do Brasil*, vol. 3, p. 132.

¹⁶⁸⁹ Cf. NGM 002Caixa anno 1797 1º Caderno de 11 de Janeiro até fim de Junho de 1798, f. s./n.º.

¹⁶⁹⁰ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de D. Caetano de Noronha, conde de Peniche (1830), Letra C, Maço 83, n.º 6, f. 222 v.

¹⁶⁹¹ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de Francisco de Borges Garção Atochler (1829), Letra B, Maço 1, n.º 29, f. 161.

¹⁶⁹² Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de conde do Rio Pardo (1829), Letra C, Maço 740, f. s./n.º.

¹⁶⁹³ Cf. GARCÍA, Máximo – “Evolución comparada de las pautas de consumo doméstico en el Sur de Europa (1700-1830)” In *CLIO Nova Série*, Vol. 18/19, 2008/2009, p. 383.

¹⁶⁹⁴ Cf. PARDAILHÉ-GALABRUN, Annik – *La Naissance de l'intime*, p. 405.

¹⁶⁹⁵ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de D. Caetano de Noronha, conde de Peniche (1830), Letra C, Maço 83, n.º 6, f. 1-15 v. e 231-328 v.

¹⁶⁹⁶ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de Luís de Vasconcelos e Sousa (1801), Letra L, Maço 12, n.º 2, f. 111-167 v.

¹⁶⁹⁷ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de António Saldanha Albuquerque Coutinho Matos Noronha (1771), Letra A, Maço 141, n.º 6, f. 54-67 v.

¹⁶⁹⁸ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de D. Isabel Josefa de Meneses Breyner, condessa de Ficalho (1795), Letra C, Maço 14, N.º 694, f. 50-57 v.

¹⁶⁹⁹ Cf. PARDAILHÉ-GALABRUN, Annik – *La Naissance de l'intime*, p. 404.

encontramos grandes bibliotecas que nos parecem mais especializadas e associadas a uma profissão, nomeadamente a médicos e advogados¹⁷⁰⁰.

Nas livrarias mais generalistas, as preferências pendem para os livros relacionados com a religião e a moral, seguidos dos textos que relatam episódios da história de Portugal, da Europa, as ciências, a história natural e alguns dicionários. Existiriam outros que, muitas vezes, nem figuram nas avaliações de bens e que seriam apreciados pelos leitores. Referimo-nos, por exemplo, aos vários “*tratados*” que se publicaram sobre criação de animais¹⁷⁰¹, que associamos ao gosto por este colecionismo, bem como os livros para “*entretenimento das sociedades*”¹⁷⁰², muito propagandeados no início do século XIX, que têm uma grande importância num novo estilo de vida das elites, onde se privilegiam encontros regulares nos salões das residências.

Apesar dos gastos com a aquisição de livros e dos valores de avaliação das bibliotecas ficarem muito aquém das verbas relacionadas com a grande maioria dos bens móveis existente numa residência, verifica-se, no último quartel do século XVIII e primeiros anos do século XIX, um incremento aquisitivo¹⁷⁰³. Para além disso, há alguns indícios que nos permitem inferir que há um reconhecimento da sua importância. Referimo-nos aos epítetos “*bons*” e “*raros*” utilizados na caracterização de alguns livros¹⁷⁰⁴ ou ao valor que têm para “*as pessoas que desejão instruir-se*”¹⁷⁰⁵.

¹⁷⁰⁰ “*Quem quizer comprar a livraria que foi do Doutor João Angelo Brunelli, a qual se compõem de mais de 4500 volumes (...)*” Cf. *Gazeta de Lisboa – Suplemento*, n.º 31, 3 de Agosto de 1804.

¹⁷⁰¹ “*Novo tratado sobre o modo de crear os pássaros Canarios e Rouxinoes; maneira de os casar para deles tirar formosa casta; com reflexões não menos curiosas que necessárias, sobre os sinaes, caudas, e remedios das suas enfermidades; e no qual se contem turbém a maneira com que se ensinão os Canarios a cantar Minuetes, Sonatas, etc. e a vir comer à mão. Traduzido do francez. Vende-se por 150 réis nas lojas dos livreiros (...) e na de Capella de José Tiburcio, em Belém.*” Cf. *Gazeta de Lisboa – Segundo Suplemento*, n.º 7, 21 de Fevereiro de 1801.

¹⁷⁰² “*Sahiu novo livro do Jogo dos Dotes para entretenimento das sociedades: jogo muito divertido de cartas, no fim do qual pode a pessoa que sahir dotada saber a sua sorte, que tudo ensina o mesmo livro: a sorte se tira em um instante, e com muita facilidade, o que não sucede aos outros livros desta natureza; e por serem as sortes desusadas, resulta poder qualquer família passar assim um pouco de tempo com divertimento e gosto. A este livro se acha anexo outro jogo de perguntas e respostas em verso, no qual servem as respostas a todas as perguntas (...)*” Cf. *Gazeta de Lisboa – Segundo Suplemento*, n.º 39, 4 de Outubro de 1800.

¹⁷⁰³ Acerca deste assunto, Vd. CURTO, Diogo Ramada – *Cultura e escrita séculos XV a XVIII*, p. 276.

¹⁷⁰⁴ Vd., por exemplo, *Gazeta de Lisboa – Segundo Suplemento* n.º 30, 27 de Julho de 1799.

¹⁷⁰⁵ Vd., por exemplo, *Gazeta de Lisboa – Suplemento*, n.º 20, 17 de Maio de 1799.

Neste contexto, também nos parece significativo que o conde de Rio Maior, em 1811, numa descrição acerca das “*preciosidades da casa de Rio Maior e Oliveira*”, nelas tenha incluído, a par de várias relíquias, “*huma livraria*” que “*o Sr. Primeiro Conde de Rio Maior*” considera “*muito decente, e pelo catalogo da mesma, consta da sua qualidade*”, pelo que a doou “*a seu primogénito, quando acabou a Universidade, e tomou o grau de Licenciado*”¹⁷⁰⁶.

Associado à leitura e à escrita registamos, nos finais do século XVIII, uma maior intensidade na circulação de manuscritos¹⁷⁰⁷. À casa da livraria competiria a guarda e conservação daqueles documentos, tal como acontecia com a Livraria Pública que possuía uma sala destinada exclusivamente àqueles¹⁷⁰⁸. Este interesse manifesta-se, por exemplo, num anúncio de jornal onde se procura um comprador para “*huma Colecção de Manuscritos das Obras do Marquez de Pombal, D. Luiz da Cunha, Brochado, Taborda e outros*”¹⁷⁰⁹.

Muitas destas casas da livraria eram verdadeiros gabinetes de trabalho, onde a pesquisa e a leitura se aliavam à escrita, uma prática que conheceu um grande desenvolvimento no século XVIII, por uma maior utilização das cartas enquanto meio de relacionamento social da nobreza, para intervir no campo intelectual¹⁷¹⁰ e por maiores exigências do aparelho administrativo¹⁷¹¹. Para além disso, a administração de uma casa nobre envolvia um grande número de intervenientes, exigindo-se a redacção de orientações que consignem princípios gerais e normas de conduta.

¹⁷⁰⁶ Cf. *Arquivo da Casa de Rio Maior*, Livro 150, f. 12.

¹⁷⁰⁷ Cf. CURTO, Diogo Ramada – *Cultura e escrita séculos XV a XVIII*, p. 276. Os manuscritos, tradicionalmente, foram muitas vezes associados a uma menor difusão, onde os destinatários constituíam um grupo mais restrito, por oposição aos textos impressos que se dirigiam a um grupo mais alargado. Vd. ALVAREZ, Fernando Bouza – *Espacios del manuscrito en la Europa altomoderna* In VENTURA, Maria da Graça A. Mateus (coord.) – *Os espaços da sociabilidade na Ibero-América (sécs. XVI-XIX)*, p. 191.

¹⁷⁰⁸ Cf. BRIGOLA, João Carlos Pires – *Colecções, gabinetes e museus em Portugal no século XVIII*, p. 439.

¹⁷⁰⁹ Cf. *Gazeta de Lisboa* – Suplemento, n.º 40, 9 de Outubro de 1801.

¹⁷¹⁰ “*É claro que a elite investia muito tempo e muitos esforços em redigir umas cartas que serviam, sobretudo, para estreitar laços sociais, estabelecer novas alianças e até para intervir no campo intelectual, no campo económico ou no campo do poder.*” Cf. VÁZQUEZ, Raquel Bello – *Privacidade e publicidade: a correspondência pessoal como forma de intervenção nos campos intelectual e do poder* in MONTEIRO, Nuno Gonçalves; ALMEIDA, Teresa Sousa de; ANASTÁCIO, Vanda – *Correspondências Usos da Carta no Século XVIII*, p. 77.

¹⁷¹¹ Cf. TERRA, Ana Lúcia Silva – *Cortesia e Mundanidade manuais de civilidade em Portugal nos séculos XVII e XVIII*, p.43.

Registamos a presença nestes gabinetes, de alguns objectos essenciais à prática da escrita, tal como, escrivaninhas (Fig. 113), tinteiros¹⁷¹², areeiros, canetas e sinetes. As primeiras compunham-se, regra geral, de uma bandeja com um tinteiro, um areeiro que tem a função de mata-borrão, uma caixa de obreias que são “*uma folha de maça muy delgada que se faz entre dous ferros, e de ordinario serve para fechar cartas*”¹⁷¹³, uma campainha e um porta-canetas, podendo possuir, ocasionalmente, suportes para velas¹⁷¹⁴.



Fig. 113 – Escrivaninha, prata, 1º quartel séc. XIX (P.C.V. Novembro 1999)

As escrivaninhas foram executadas numa grande diversidade de materiais, destacando-se, por ordem decrescente de importância, a prata¹⁷¹⁵, o cobre¹⁷¹⁶, o estanho¹⁷¹⁷, a louça¹⁷¹⁸, o vidro¹⁷¹⁹, a casquinha¹⁷²⁰, a madeira¹⁷²¹ e a madrepérola¹⁷²². Relativamente aquelas que são

¹⁷¹² Na Livraria Pública “*por documento assinado pelo Director sabe-semesmo que, nos inícios, o mobiliário seria assim composto: “Mesas guarnecidas de panos – 2; Cadeiras razas – 5; Tinteiro – 1.”*” Cf. BRIGOLA, João Carlos Pires – *Colecções, gabinetes e museus em Portugal no século XVIII*, p. 439.

¹⁷¹³ Cf. BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário Portuguez e Latino*, vol. 5, p. 17.

¹⁷¹⁴ Cf. SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e Sousa – *A ourivesaria da prata em Portugal e os mestres portuenses 1750-1810*, p. 512.

¹⁷¹⁵ Vd., por exemplo, A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de João Henrique de Sousa (1788), Letra J, Maço 259, N.º 16, f. s/n.

¹⁷¹⁶ Vd., por exemplo, A.N.T.T., *Arquivo da Casa do marquês de Fronteira e Alorna*, N.º 110 f./n.º.

¹⁷¹⁷ Vd., por exemplo, A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de Ana Leonarda Xavier de Aguiar, (1794), Letra A, Maço 127, N.º 11, f. 66.

¹⁷¹⁸ Vd., por exemplo, A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de António Joaquim de Pina Manique, (1796), Letra A, Maço 120, N.º 204, f. 103-103 v.

¹⁷¹⁹ Vd., por exemplo, A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de Isabel Josefa de Meneses Breyner, condessa de Ficalho (1795), Letra C, Maço 14, N.º 694, f. 73.

fabricadas em prata, os modelos mais comuns tinham quatro ou três pés e a decoração predominante assentava no “*feitio moderno e liso*”¹⁷²³ seguido das “*de feitio antigo com molduras lavradas*”¹⁷²⁴. Muitas delas tinham “*as armas abertas a buril*”¹⁷²⁵. Um outro modelo apreciado, possuía a base triangular, como a “*escrivadinha em estanho de três pessas com seo prato em triangollo*”¹⁷²⁶. Numa outra, igualmente em estanho, o principal elemento decorativo mostrava-se a conjugação deste metal com “*louça da Índia*”¹⁷²⁷.

Relativamente às que são fabricadas em cobre, encontramos algumas em forma de canoa, como o exemplar que é constituído por “*três vidros azuis sobre hum pratinho em forma de canoa com três pessas sobrepostas que servem para pôr os ditos vidros*”¹⁷²⁸ e uma outra, mais invulgar, “*fingindo um livro*”¹⁷²⁹. Relativamente às de vidro, são-nos descritas como sendo “*de vidro coalhado pintada de diferentes cores*”¹⁷³⁰, ou apresentando uma única tonalidade¹⁷³¹.

Algumas delas representavam os modelos mais tradicionais, onde os instrumentos dedicados à escrita eram guardados em caixa própria¹⁷³². Na casa do conde de Peniche, por

¹⁷²⁰ Vd., por exemplo, A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de António Joaquim de Pina Manique, (1796), Letra A, Maço 120, n.º 204, f. 29 v.

¹⁷²¹ Vd., por exemplo, A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de D. Luísa de Portugal, condessa do Redondo (1723), Letra C, Maço 24, N.º 3, f. 8 v.

¹⁷²² Vd., por exemplo, A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de Lourenço de Noronha, (1761), Letra L, Maço 72, N.º 6, f. 31 v.

¹⁷²³ Vd., por exemplo, A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de Francisco de Borges Garção Atochler, (1829), Letra B, N.º 3, f. 17-17v.

¹⁷²⁴ Vd., por exemplo, A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de D. António José de Castro, conde de Resende, (1801), Letra C, Maço 84, N.º 3, f. 18 v.

¹⁷²⁵ Vd., por exemplo, A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de Francisco Xavier da Silva Freire, (1824), Letra F, Maço 23, f. s./n.º.

¹⁷²⁶ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de Belchior de Matos Carvalho, (1801), Letra B, Maço 25, N.º 1, f. 45.

¹⁷²⁷ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de Felis António de Valois, (1756), Letra F, Maço 103, N.º 3, f. 13.

¹⁷²⁸ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de Ana Leonarda Xavier de Aguiar, (1794), Letra A, Maço 127, N.º 11, f. 16 v.-17.

¹⁷²⁹ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de Isabel Josefa de Meneses Breyner, condessa de Ficalho (1795), Letra C, Maço 14, N.º 694, f. 91.

¹⁷³⁰ Vd., por exemplo, A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de António Joaquim de Pina Manique, (1796), Letra A, Maço 120, N.º 204, f. 108.

¹⁷³¹ Vd., por exemplo, A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de Isabel Josefa de Meneses Breyner, condessa de Ficalho (1795), Letra C, Maço 14, N.º 694, f. 73.

¹⁷³² Bluteau descreve uma escrivadinha como sendo “*uma caixa em que se traz o necessário, para escrever, como pennas, tinta, canivete, etc*”. Cf. BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário Portuguez e Latino*, vol. 3, p. 223.

exemplo, existia uma “*escrivaninha com caixa de pau santo, contendo três peças de prata*” e uma outra “*escrivaninha de prata metida em hua caixa de lixa*”¹⁷³³..

Os tinteiros e os areeiros, bem como as canetas, poderiam existir isoladamente, não estando integrados em qualquer escrivaninha. Os primeiros eram executados em materiais idênticos aos que encontramos nas escrivaninhas, enquanto as canetas que são constituídas por um “*tubo metálico em que se encaixa o lápis para desenhar ou a pena para escrever, e que no segundo caso é muitas vezes terminado por huma haste de madeira, osso, marfim, etc.*”¹⁷³⁴, são, habitualmente de prata.

Os sinetes “*com que se sellão as cartas*”¹⁷³⁵ tinham como material preferido para o seu fabrico, o ouro¹⁷³⁶ e a prata¹⁷³⁷. Os “*cabos*” são executados em pau-preto¹⁷³⁸, pedra¹⁷³⁹ ou marfim¹⁷⁴⁰, sendo variável a sua dimensão, entre grandes e pequenos.

A escrita obrigava à aquisição de diversos outros materiais. As penas, as obreias, o papel e a tinta, a par do correio, fariam parte da lista de despesas destas casas. Assim sucede na residência do conde de Vila Nova, onde se pagou 360 réis por um “*quarteirão de pennas*”, 60 réis “*de obreias*”¹⁷⁴¹ e 3\$400 réis “*por uma resma de papel*”¹⁷⁴². Em casa do duque de Lafões também se registam, neste âmbito, diversos gastos, destacando-se os 610 réis para “*correio, pennas e papel*” e os 1\$200 réis “*para papel e tinta*”¹⁷⁴³.

¹⁷³³ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo do conde de Peniche, D. Caetano de Noronha, 1830, Letra C, Maço 83, N.º 6, f. 40-40 v.

¹⁷³⁴ Cf. VIEIRA, Domingues – *Grande Dicionário ou Tesouro da Língua Portuguesa*, vol. 2, p. 79.

¹⁷³⁵ Cf. BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário Portuguez e Latino*, vol. 7, p. 656.

¹⁷³⁶ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo do marquês de Nisa, D. Rodrigo Xavier Telles de Castro da Gama, 1784, Letra M, Maço 306, N.º 3, f. s./n.º.

¹⁷³⁷ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo do conde da Ponte, José António de Sousa Saldanha de Meneses e Castro, 1785, Letra C, Maço 82, N.º 6, f. s./n.º.

¹⁷³⁸ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de António Saldanha Albuquerque Coutinho Matos Noronha, 1771, Letra A, Maço 141, N.º 6, f. 41-41v.

¹⁷³⁹ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo do conde de Peniche, D. Caetano de Noronha, 1830, Letra C, Maço 83, N.º 6, f. 102.

¹⁷⁴⁰ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo do conde de Resende, D. António José de Castro, 1801, Letra C, Maço 84, N.º 1, f. 19 v.

¹⁷⁴¹ Cf. A.N.T.T., *Arquivo da Casa de Abrantes*, Livro 105, f. s./n.º.

¹⁷⁴² Cf. A.N.T.T., *Arquivo da Casa de Abrantes*, Livro 110, f. s./n.º.

¹⁷⁴³ Cf. NGM – *Lembrança ou Apponto de Despezas (Abril 1812 a Abril 1813)*, f. s./n.º.

À vocação da casa da livraria para a leitura, o estudo, a escrita, a guarda de raridades manuscritas e de representações do universo, acrescentamos uma outra, associada ao gosto pelo exótico e à vontade de reunir neste espaço de cultura elementos naturais oriundos de outros mundos. Aqui, neste interior, junto de livros e estampas, vivendo em pequenas gaiolas ou poleiros, próximos do seu proprietário, haveria um lugar reservado para dois ou três pássaros (Fig. 114). Talvez tivesse sido de uma destas casas, que fugiu “*hum periquito verde, com hum coleira escura de pennas*”, cujo dono prometeu a “*quem o achasse e o queira entregar (...) 12\$800 réis de alvíssaras*”¹⁷⁴⁴.



Fig. 114 - Maquineta, “*Cela de Santo Ambrósio*”, 3º quartel do séc. XVIII, Museu da Real Irmandade da Rainha Santa Mafalda de Arouca (Fot. do autor).

Incluídos na casa da livraria ou em gabinetes que lhe estavam próximos, registamos a presença de outros bens colecionáveis¹⁷⁴⁵. As medalhas¹⁷⁴⁶, as antiguidades¹⁷⁴⁷, os retratos,

¹⁷⁴⁴ Cf. *Gazeta de Lisboa* – n.º 199, 26 de Agosto de 1812.

¹⁷⁴⁵ “(...) nas casas que ficão junto à Igreja de S. Luiz Rei de França, se há de arrematar a livraria que ficou do defunto Abbade Garnier, como também as suas pinturas, medalhas e gabinete de História Natural”. Cf. *Gazeta de Lisboa* – Suplemento, n.º 39, 27 de Setembro de 1805.

¹⁷⁴⁶ Encontramos muitos anúncios a propor a venda de medalhas como sucede como é o caso deste, onde se procura algum interessado na compra de “*hum coleção de medalhas e dinheiros antigos, a qual consta de*

as pinturas, as curiosidades e as raridades conviviam de perto com os herbários, as mesas com minerais e as vitrinas e outros armários repletos de animais embalsamados, numa representação onde prevalece a ordem dos coexistentes, em detrimento do predomínio das sucessões¹⁷⁴⁸.

Nas colecções com maior dimensão ou preocupação classificativa, o coleccionador reservava-lhes várias salas, como sucedia em casa do marquês de Angeja¹⁷⁴⁹. Dividia-as por diversos gabinetes vizinhos, mais especializados, destacando-se o gabinete de história natural e a galeria de pinturas¹⁷⁵⁰, entre outros¹⁷⁵¹.

A desordem existente nalgumas destas salas foi denunciada por Jean François Bourgoing que, aquando da sua passagem por Portugal, referiu que “*existem em Lisboa vários gabinetes que seriam muito curiosos se fossem mais organizados*”¹⁷⁵².

No gabinete do desembargador António de Pina Manique, por exemplo, encontramos desde o “*modelo de Narciso feito em marfim na China metido em huma caixa de vidro*”, dezenas de bichos embalsamados ou petrificados, sementes, esqueletos humanos,

setecentas peças, entrando neste número muitas d’Imperadores Romanos, de prata e cobre (...)” Cf. *Gazeta de Lisboa* – Suplemento, n.º 8, 22 Fevereiro 1799.

¹⁷⁴⁷ “António José de Mello, Senhor de Ficalho, desejando conservar os monumentos da nossa História, e descobrir os que a injúria do tempo tiverem encuberto, tem começado a fazer no seu palácio uma colecção dos que se acham no termo das Villas de Serpa, e de Moura, onde em três diferentes sítios se tem descoberto consideráveis ruínas de povoações Romanas, que as escavações, que nelas se continuam darão melhor a conhecer (...).” Cf. *Gazeta de Lisboa* – 9 de Fevereiro de 1779.

¹⁷⁴⁸ Cf. MOURÃO, José Augusto; JANEIRA, Ana Luísa; GUEDES, Maria Estela – A Paixão do Coleccionador. In *Alcipe e as Luzes*, p. 229.

¹⁷⁴⁹ “O Gabinete Angeja ocupava, pela variedade e qualidade dos objectos ali depositados, um lugar de destaque no quadro do colecionismo setecentista (...) as colecções distribuíam-se por cinco salas principais, além de vários “escondites” (aproveitamento de recantos e compartimentos discretos)”. Cf. BRIGOLA, João Carlos Pires – *Colecções, gabinetes e museus em Portugal no século XVIII*, p. 379.

¹⁷⁵⁰ Segundo Jean François Bourgoing, o marquês de Marialva e o marquês de Penalva possuem “*galerias de pintura que provocariam uma ideia medíocre noutra capital da Europa, mas em Lisboa vemo-las com interesse.*” Cf. BOURGOING, Jean François – *Voyage du duc chatelet en Portugal*, p. 95 (trad. do autor). No inventário das pinturas pertencentes à casa dos marqueses de Penalva realizado em 1758, foram inventariadas 249 pinturas, sendo “*a maioria dos retratos de família e muitas pinturas da galeria (...) de pinceis de artistas franceses, entre os quais figura Pierre Antoine Quillard.*” Cf. *Inventário das pinturas que em 1758 possuía a casa dos marqueses de Penalva feito por Francisco Vieyra Lusitano*”.

¹⁷⁵¹ O marquês de Angeja, no seu palácio da Junqueira, debatia-se com condicionantes de espaço. “*A primeira das salas continha pequena mas escolhida biblioteca, a segunda cumpria a função de galeria de pinturas, a terceira expunha as peças da “indústria humana” e, finalmente, as duas últimas salas abrigavam todas as produções da natureza (...)*” Cf. BRIGOLA, João Carlos Pires – *Colecções, gabinetes e museus em Portugal no século XVIII*, p. 379.

¹⁷⁵² Cf. BOURGOING, Jean François – *Voyage du duc chatelet en Portugal*, p. 95.

mármore, estampas, globos, “*ninhos de vários pássaros*”, o “*colete de guerreiros antigos e várias armas dos gentios*”, “*bocais de vários tamanhos com espírito os quais contêm embriões humanos, monstros, pássaros, peixes, vermes como a tenia a raia, a tarantula, o cantarilho, a moreia, o choco, a lula e como também varias cobras como licanções viboras sendo 6 dos vidros maiores*” às “*amostras de várias madeiras em forma de livrinhos postas numa estante*” e à “*coleção de diversos insectos e borboletas exóticas indígenas alguns bem tratados e outros não espalhados nos fundos de armários do dito gabinete*”, entre muitos outros¹⁷⁵³.

Esta amálgama de peças, bem elucidativa das colecções existentes nalguns destes compartimentos, parece certificar a opinião de Bourgoing, quanto à organização dos gabinetes portugueses e às curiosidades que neles se guardam.

4.9. A “Casa da Cozinha”¹⁷⁵⁴

A cozinha, um espaço de serviços arredado dos olhares da vida social, ia merecendo a atenção dos arquitectos, conscientes de que a localização daquela casa e uma adequada distribuição dos diversos móveis, por exemplo, constituíam elementos determinantes para evitar acidentes e proporcionar uma boa higiene¹⁷⁵⁵.

No caso português, estes critérios não parecem muito divulgados, a acreditar no parecer de Marian Baillie, quando nos relata que não teve “*a audácia de dar uma vista de olhos aos usos numa cozinha portuguesa, pois as descrições (...) são realmente demasiado alarmantes, para serem investigadas de perto*”¹⁷⁵⁶.

¹⁷⁵³ A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de António Joaquim de Pina Manique, (1796), Letra A, Maço 120, N.º 204, f. 156-167 v.

¹⁷⁵⁴ Alguns extractos deste ponto foram já publicados, no âmbito desta investigação em Franco, Carlos – A casa da cozinha, em Lisboa, no século XVIII: móveis, recipientes e utensílios. SOUSA, Gonçalo Vasconcelos e, dir. – *Revista de Artes Decorativas*, n.º 3, 2009, pp. 103-122.

¹⁷⁵⁵ Cf. CAMUS de Méziers – *Le Génie de l’Architecture, ou L’Analogie de cet Art avec nos sensations*, pp. 191-194.

¹⁷⁵⁶ Cf. BAILLIE, Marianne - *Lisboa nos anos de 1821, 1822 e 1823*, p. 104.

Apesar da crítica, algumas cozinhas lisboetas construíram-se espaçosas (Fig. 115), conheceram janelas com aberturas altas¹⁷⁵⁷ (Fig. 116), tiveram uma mesa central, um pavimento em pedra, canalizaram águas (Fig. 117), as paredes foram revestidas com azulejos adequando-as à função da casa, entre outras características que se desenvolveram, conforme era proposto pelas novidades arquitectónicas. No revestimento azulejar encontramos, em alguns casos, representações de alimentos, como sucede na cozinha do denominado palácio Távora que ostenta um conjunto de presuntos pendurados¹⁷⁵⁸ (Fig. 118).



Fig. 115 - Cozinha, Palácio da Anunciada, Lisboa (Fot. do autor)

¹⁷⁵⁷ Muitas cozinhas, na opinião dos estrangeiros, continuariam muito escuras, pois, tal como muitos outros compartimentos, não possuiriam janelas. Cf. FRANÇA, José Augusto - *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*, p. 178.

¹⁷⁵⁸ Na cozinha do palácio do Correio-Mor, em Loures, encontramos uma decoração idêntica.



Fig. 116 - Janela e zona de lavagem, cozinha, palácio da Anunciada, Lisboa (Fot. do autor).



Fig. 117 - Janela e fonte de água, cozinha, palácio da Anunciada, Lisboa (Fot. do autor).



Fig. 118 - Revestimento azulejar, representando presuntos pendurados, cozinha, Palácio Távora, Lisboa (Fot. do autor).

Nesta zona da casa existia uma grande diversidade de alfaia culinária e outros objectos que concorriam para o êxito de uma refeição, apesar de os portugueses serem considerados, por alguns, como “*um povo sóbrio*” que “*não mostram dar grande apreço aos prazeres da mesa. São sempre as mesmas comidas e preparadas da mesma forma*”¹⁷⁵⁹. Na cozinha, ou nas suas imediações, guardavam-se outros instrumentos muito diversos, que se poderão associar à prática agrícola, designadamente as enxadas ou os ancinhos, entre outros. Esta prática, que parece tornar a cozinha num entreposto de serviços, afigura-se comum, a par do que sucede em determinadas cozinhas conventuais¹⁷⁶⁰.

Quanto aos bens móveis existentes numa cozinha, podemos dividi-los em quatro grandes grupos: um primeiro, constituído pelo mobiliário de pousar e conter e por alguns grandes recipientes que teriam um lugar fixo, seguido dos que se destinavam, de forma mais directa, à preparação e cozedura dos alimentos; um terceiro grupo que engloba os instrumentos mais utilizados; por último, as tipologias mais relacionadas com o fogo e a lareira.

4.9.1. Mobiliário e Grandes Recipientes

Numa “casa da cozinha” havia espaço para uma ou várias bancas. A mesa principal ocupa um lugar preponderante, pela sua localização no centro da casa. Em geral, era executada em pedra (Fig. 119), existindo a par de outras executadas em madeira de pinho, que apresentariam uma execução menos cuidada, pelo que algumas delas recebem o adjectivo “*tosca*”¹⁷⁶¹.

¹⁷⁵⁹ Cf. Ruders, Carl Israel – *Viagem em Portugal 1798 – 1802*, p. 37.

¹⁷⁶⁰ Cf. BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond – Para o estudo da bateria de cozinha conventual no início do século XIX, *Lusitana.História*, série II, nº4 (2007), p. 208.

¹⁷⁶¹ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de Manuel Ferreira Araújo, 1799, Letra M, Maço 113, f. 43 v.



Fig. 119 - Mesa de cozinha, cozinha, Palácio do Correio-mor, Loures (Fot. do autor).

As avaliações referem-nas de vários tamanhos, apesar de serem mais frequentes as bancas de maior dimensão, em detrimento da “*banquinha de cozinha*”. O tamanho daquelas, não impedia, contudo, que existissem várias mesas num mesmo espaço, facto recorrente.

Trata-se de bancas que, em geral, não tinham gavetas, e quando as possuíam era habitual terem uma ou, no máximo, duas. Muito raramente, havia um armário por baixo. As mesas de cozinha estariam mais vocacionadas para ser móveis de pousar, em cima dos quais se desenvolviam alguns trabalhos, que, muitas vezes, nos surgem especificados, como acontece com a “*banca de fazer massas*”¹⁷⁶², as quais, se destinariam “*à confecção de pastéis, empadas e tortas*”¹⁷⁶³.

Em algumas casas, também surgem referências à existência de cepos. Estes robustos suportes em madeira, destinar-se-iam a servir de apoio para o corte de determinadas peças,

¹⁷⁶² Cf. A.N.T.T., *Inventários orfanológicos*, Processo da marquesa das Minas, D. Maria Francisca Antónia Piedade de Sousa, 1778, Letra M, Maço 113, N.º 7, f. 95.

¹⁷⁶³ Cf. CRESPO, Jorge, HASSE, Manuela – A Alimentação no Colégio Real dos Nobres de Lisboa, in *Revista de História Económica e Social*, n.º 7, Janeiro - Junho, 1981, p. 102. Também Lucas Rigaud, na sua receita de “*gateo ou bolo de lebres ou de qualquer outra carne*”, refere que deve ser “*picado tudo sobre uma mesa (...)*”. Cf. RIGAUD, Lucas – *Cozinheiro Moderno, ou nova Arte de Cozinha*, p. 199.

o que deverá ser o caso de “*um sepo de cortar*” presente na cozinha da marquesa das Minas (Doc. 105).

Quanto aos armários “*que servem na cozinha*”, à semelhança de muitas bancas, são realizados em madeira de pinho, sendo variável o número de portas e gavetas existente na parte inferior, bem como o número de prateleiras do corpo superior. Estes últimos, por vezes, possuíam “*suas cantoneiras nos cantos*”¹⁷⁶⁴.

Para além dos armários, regista-se a presença de prateleiras, executadas na mesma madeira, onde se colocava a louça e utensílios de cozinha, bem como os inúmeros pratos de estanho, muitos deles ostentando as armas da casa, comuns no século XVIII, e que, “*com o advento da cerâmica*”, foram “*banidos das mesas dos senhores para a cozinha, de onde a pouco e pouco também foram desaparecendo*”¹⁷⁶⁵.

Na “*casa da cozinha*” ou na “*despensa*” existiriam recipientes, por vezes de grandes dimensões, que ocupavam um lugar fixo e continham líquidos e gorduras essenciais à confecção dos alimentos, destacando-se as talhas (Fig. 120) e os barris.



Fig. 120 - Talhas, Palácio Pancas, Lisboa (Fot. do autor).

¹⁷⁶⁴ Cf. A.N.T.T., *Inventários orfanológicos*, Processo do conde da Ponte, José António de Sousa Saldanha de Meneses e Castro, 1785, Letra C, Maço 82, N.º 6, f. s./n.º.

¹⁷⁶⁵ Cf. ZELLER, Rolando Van – *Estanhos Portugueses*, p.62.

A maior parte das talhas servia para conter azeite, “invariavelmente forte e rançoso” e “*pior do que caldo espartano*”¹⁷⁶⁶, com uma grande importância nos países do Sul, dominados pela autoridade da Igreja e dos seus preceitos¹⁷⁶⁷. Era o que sucedia em Portugal, onde o “*peixe era cozinhado preferentemente em azeite*”, porque “*nos dias magros, as prescrições religiosas impediam o uso de gorduras animais*”. Já no que diz respeito à carne, o azeite tinha “*um papel mínimo na sua confecção*”, na medida em que esta “*era quase exclusivamente cozinhada com toucinho*”¹⁷⁶⁸.

Outras, em menor número, continham água¹⁷⁶⁹, como é o caso de uma “*talha para água que levará quatro almudes*”¹⁷⁷⁰ com sua torneira de bronze”¹⁷⁷¹. Esta água, para consumo da casa, era, muitas vezes, “*transportada à cabeça dos homens*”¹⁷⁷². Na casa da condessa do Rio Grande¹⁷⁷³, por exemplo, tal fornecimento tinha um custo mensal de 2\$400 réis, correspondente ao montante que no final de cada mês era pago ao “*André mosso da agoa*”¹⁷⁷⁴.

A grande maioria destas talhas era executada em barro vidrado, sendo algumas, em tons de verde, fabricadas nas Caldas da Rainha, como sucede com a “*talha verde das Caldas para azeite*”¹⁷⁷⁵. Mais raramente, são executadas em folha-de-flandres¹⁷⁷⁶.

¹⁷⁶⁶ Cf. BAILLIE, Marianne – *Lisboa nos anos de 1821, 1822 e 1823*, p. 77.

¹⁷⁶⁷ Cf. FLANDRIN, Jean-Louis – “Opções alimentares e arte culinária (séculos XVI-XVIII)” In FLANDRIN, Jean-Louis e MONTANARI, Massimo, dir. – *História da Alimentação*, p. 258.

¹⁷⁶⁸ Cf. FERRO, João Pedro – *Arqueologia dos Hábitos Alimentares*, p.31.

¹⁷⁶⁹ A água tinha grande importância, pois “*entrava na composição de praticamente todas as iguarias, sendo consumida como bebida simples e como base de refrescos e de gelados.*” Cf. BRAGA, Isabel R. Mendes Drumond – *Portugal à mesa: alimentação, etiqueta e sociabilidade 1800-1850*, p. 53.

¹⁷⁷⁰ Um almude corresponde a dois potes, ou seja, 16,8 litros.

¹⁷⁷¹ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de Belchior de Matos Carvalho, 1801, Letra B, Maço 25, N.º 1, f. 51.

¹⁷⁷² Cf. GRAHAM, William – *Travels through Portugal and Spain*, In *A Guerra Peninsular em Portugal relatos britânicos*, p. 188.

¹⁷⁷³ “*D. Antónia Maria Francisca Josefa Barreto de Sá nasceu em 1735 e morreu a 20-07-1759, filha herdeira de Francisco Barreto de Meneses, famoso general das guerras da Restauração e do Brasil, e de sua primeira mulher, D. Maria Francisca de Sá e Lima, dama da Rainha D. Luísa de Gusmão e filha dos segundos condes de Penaguião.*” Cf. ZÚQUETE, Afonso Eduardo Martins – *Nobreza de Portugal e do Brasil*, vol. 3, p. 226.

¹⁷⁷⁴ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo da condessa do Rio Grande, Antónia Maria Francisca de Sá, 1759, Letra C, Maço 61, f. 148 v.

¹⁷⁷⁵ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de Bento Dias Pereira Chaves, 1780, Letra B, Maço 25, N.º 2, f. 385.

Quanto à sua capacidade, muitas levariam cerca de seis almudes de azeite, enquanto outras comportariam um pouco menos. Aquelas que continham água teriam, eventualmente, uma menor capacidade. Nestas casas, privilegiava-se o armazenamento, pelo que é habitual a presença de várias talhas numa mesma residência.

A par daquelas, existiam os barris, com idêntica utilidade de guardar água¹⁷⁷⁷ ou vinagre. Este último condimento, com importantes virtudes como conservante, também era muito utilizado para obter o agri-doce e entrava na composição de muitos pratos de carne, como por exemplo “*o pato de piverada*”, uma receita de influência francesa¹⁷⁷⁸, que já está presente no livro de Domingos Rodrigues¹⁷⁷⁹.

O vinagre, nos finais da centúria de Seiscentos, em 1697, tinha merecido atenção legislativa, ao ser publicada uma postura que dizia que “*os vinagreiros que venderem vinagre com água, ou outra confecção que seja engano do povo, hei por bem que as pessoas que forem comprehendidas n’estas cousas, que se possam em câmara condemnar em pena de açoutes, executivamente, sem appelação nem agravo*”¹⁷⁸⁰.

Nas residências nobres lisboetas, consumir-se-ia, com frequência, um vinagre que provinha de produção própria. Este, contudo, nem sempre era suficiente para os gastos anuais da

¹⁷⁷⁶ A folha-de-flandres é uma “*chapa delgada de ferro delgada, e estanhada*”. Cf. SILVA, António de Moraes – *Diccionario da Língua Portuguesa composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado e accrescentado por António de Moraes Silva*, vol. 2, p. 624. Filinto Elísio, num dos seus poemas, refere-se aos utensílios de folha-de-flandres, que eram “*usados pelos rapazes para fazer estremecer as velhas*”, quando nos diz “*Viva a folha, rascando pela esquina, / Que assusta a velha zorra!*”. Cf. FILINTO, Elísio – *Poesias*, 1941, p. 185.

¹⁷⁷⁷ Na casa da condessa do Rio Grande, a 4 de Setembro de 1759, foi pago pelo “*conserto de hú barril que serve agoa*”, a quantia de 240\$00 réis, curiosamente, o mesmo valor que foi despendido, no mesmo período e na mesma casa, para a aquisição de dois frangos. Cf. A.N.T.T., *Inventários orfanológicos*, Processo da condessa do Rio Grande, Antónia Maria Francisca de Sá, 1759, Letra C, Maço 61, f. 135 v.

¹⁷⁷⁸ Cf. FERRO, João Pedro – *Arqueologia dos Hábitos Alimentares*, p. 42.

¹⁷⁷⁹ “*Domingos Rodrigues nasceu em Vila Cova (ou Nova) da Coelheira (bispado de Lamego), em 1637 e faleceu em Lisboa, em 20 de Dezembro de 1719. Na altura em que publicou a sua Arte de Cozinha, era cozinheiro de D. Miguel de Portugal, 7º conde de Vimioso e, após a morte deste, em 1687, passou ao serviço do seu sucessor, D. Francisco de Portugal, 8º conde de Vimioso e 2º marquês de Valença. (...) antes de 1706, reinando ainda D. Pedro II, passou a chefiar a cozinha da Casa Real, mantendo-se neste cargo até à morte, já no reinado de D. João V.*” Cf. FERRO, João Pedro – *Arqueologia dos Hábitos Alimentares*, pp.99-100. Também no século XVII, Martínez Montañón, cozinheiro de Filipe II, autor da obra “*Arte de Cozinha*”, publicada em 1617, refere pratos onde prevalece a conjugação entre o doce e o salgado. Cf. AGUILERA, César – *História da Alimentação Mediterrânica*, p. 206.

¹⁷⁸⁰ Cf. OLIVEIRA, Eduardo Freire de – *Elementos para a História do Município de Lisboa*, vol. 9, pp. 460-461.

casa. Assim sucedeu em casa da condessa de Ribeira Grande, onde, a par de várias compras a avulso, foram pagos 1\$000 réis “*de frete de um barril de vinagre que veyo da quinta*”. Neste caso concreto, houve uma perda significativa, na medida em que foi necessário comprar, logo de seguida, por 2\$600 réis, “*hú pote de vinagre (...) pella razão de que o que veyo da quinta não prestava*”¹⁷⁸¹.

As salgadeiras, “*tina[s] com fundos postiços por cima na qual se tem de molho na salmoura a carne, ou peyxe, e se tapa, depois com os ditos fundos*”¹⁷⁸², pela sua dimensão e função, também devem ser incluídas neste primeiro grupo. Situavam-se nas proximidades da cozinha, ou em zonas um pouco mais afastadas como, por exemplo, na adega, quando esta existe. Em pedra ou em madeira, por vezes em “*madeira de bordo*”¹⁷⁸³, referenciavam que as “*melhores salgadeiras são as que se fazem de um pão de pinho, bem grosso, e largo, vazado pelo meyo, que se cobre com taboa grossa da mesma largura*”¹⁷⁸⁴.

Esta ideia aqui defendida acerca da forma como devem ser construídas as salgadeiras, tornando-as relativamente herméticas, parece vir ao encontro de uma “receita” da autoria de Lucas Rigaud, justificada pelo facto de ter estado “*no Rio de Janeiro com o Excelentíssimo conde da Cunha, e todos quantos presuntos nos mandaram de Lisboa chegaram sempre corruptos*”. Sugere-se, então, que após diversos procedimentos, os presuntos deveriam ser metidos numa caixa e, seguidamente, “*pregue-se a tampa da caixa de tal modo que lhe não possa entrar o ar*”. Na opinião do conceituado cozinheiro, “*por este modo, certamente se poderá comer o presunto com toda a sua perfeição, ainda que a viagem seja de dois ou três anos, e girem o globo em redondo*”¹⁷⁸⁵.

¹⁷⁸¹ Cf. A.N.T.T., *Inventários orfanológicos*, Processo da condessa do Rio Grande, Antónia Maria Francisca de Sá, 1759, Letra C, Maço 61, Caixa 769, 1759, f. 146 v.-148.

¹⁷⁸² Cf. BLUTEAU, Rafael – *Vocabulário Português e Latino*, vol. 7, p. 446.

¹⁷⁸³ A madeira de bordo “*é huma especie de carvalho do Norte*”. Cf. BLUTEAU, Rafael – *Vocabulário Português e Latino*, vol. 2, p. 87.

¹⁷⁸⁴ Cf. BLUTEAU, Rafael – *Vocabulário Português e Latino*, vol. 7, p. 446.

¹⁷⁸⁵ Cf. RIGAUD, Lucas – *Cozinheiro Moderno, ou nova Arte de Cozinha*, p. 65.

4.9.2. Utensílios para Preparação dos Alimentos

Quanto ao segundo grupo (Doc. 101 e 103), onde incluímos os recipientes que se destinavam à preparação e cozedura dos alimentos, começaremos por referir a caçarola, “*uma frigideira de cobre com rabo*”¹⁷⁸⁶. Descrevem-nas “*sortidas de vários tamanhos*”, “*de maior a menor*”¹⁷⁸⁷, com¹⁷⁸⁸ ou sem tampa¹⁷⁸⁹, mas sempre “*com seus cabos de ferro*”¹⁷⁹⁰.

As caçarolas apareciam em grande número na cozinha portuguesa, pois seria a alfaia culinária com uma utilização mais diversificada, na medida em que servia para as carnes, nem que fosse, somente, para uma passagem “*por um instante pelo fogo com azeite*”¹⁷⁹¹, para fazer algumas sopas, como, por exemplo, a “*sopa à portuguesa*”¹⁷⁹², alguns peixes, como a “*solha à maruja*”, cujas postas eram arrumadas “*no fundo de uma caçarola untada primeiro com manteiga*”¹⁷⁹³, para as massas “*que se usam nas cozinhas para as mesas dos grandes*”¹⁷⁹⁴, para os ovos, “*que são um alimento excelente e nutritivo que chega ao doente, ao rico, ao pobre, e depois da carne e do peixe, são os que fazem mais diversidade nas cozinhas*”¹⁷⁹⁵, para pudins¹⁷⁹⁶, molhos¹⁷⁹⁷, legumes¹⁷⁹⁸ e tantos outros que seria fastidioso enumerar.

¹⁷⁸⁶ Cf. SILVA, António de Moraes – *Diccionario da Língua Portuguesa composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado e accrescentado por António de Moraes Silva*, vol. 1, p. 243. Vd., por exemplo, A.N.T.T., Inventários Orfanológicos, Processo de Catarina Januaria Laroche, 1786, Letra C, Maço, 10, N.º 1, f. 79.

¹⁷⁸⁷ Vd., por exemplo, A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo da marquesa das Minas, D. Maria Francisca Antónia Piedade de Sousa, 1778, Letra M, Maço 113, N.º 7, f. 60.

¹⁷⁸⁸ Vd., por exemplo, A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de Catarina Máxima Leal da Cunha Arnau, 1795, Letra C, Maço 24, Caixa 709, f. 24 v.

¹⁷⁸⁹ Vd., por exemplo, A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo da condessa de Ficalho, D. Isabel Josefa de Meneses Breynier, 1795, Letra C, Maço 14, Caixa 694, f. 67 v.

¹⁷⁹⁰ Vd., por exemplo, A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de António Peixoto de Almeida e Silva, 1790, Letra A, Maço 141, N.º 1, f. 61.

¹⁷⁹¹ Cf. RIGAUD, Lucas – *Cozinheiro Moderno, ou nova Arte de Cozinha*, p. 131.

¹⁷⁹² Cf. RIGAUD, Lucas – *Cozinheiro Moderno, ou nova Arte de Cozinha*, p. 165.

¹⁷⁹³ Cf. RIGAUD, Lucas – *Cozinheiro Moderno, ou nova Arte de Cozinha*, p. 173.

¹⁷⁹⁴ Cf. RIGAUD, Lucas – *Cozinheiro Moderno, ou nova Arte de Cozinha*, p. 205.

¹⁷⁹⁵ Cf. RIGAUD, Lucas – *Cozinheiro Moderno, ou nova Arte de Cozinha*, p. 210.

¹⁷⁹⁶ Cf. RIGAUD, Lucas – *Cozinheiro Moderno, ou nova Arte de Cozinha*, p. 223.

¹⁷⁹⁷ Cf. RIGAUD, Lucas – *Cozinheiro Moderno, ou nova Arte de Cozinha*, p. 239.

¹⁷⁹⁸ Cf. RIGAUD, Lucas – *Cozinheiro Moderno, ou nova Arte de Cozinha*, p. 281.

Encontram-se, também, referências à existência de frigideiras, um “*instrumento de cozinha, que serve de frigar*”¹⁷⁹⁹. Estas, à semelhança das caçarolas, também eram, regra geral, de cobre. Distinguir-se-iam pela posse de “*duas asas*”¹⁸⁰⁰.

Para cozer o peixe, usava-se a “*barca com sua tampa e rede*”. Nesta, igualmente designada por barco, era introduzido o peixe, coberto com água, deixando-se depois a “*ferver pouco e pouco*”¹⁸⁰¹.

Quanto às marmitas, compreendendo as peças que designamos como panelas, apresentam os mesmos materiais que os utensílios anteriormente referidos, surgindo, contudo, algumas de folha-de-flandres. A marmita era muito utilizada para a preparação do caldo que “*é a alma de todas as substâncias e molhos*”¹⁸⁰². Idêntica função cabia à “*panella para o fogo*”¹⁸⁰³, denominada caçoula, feita em barro e, provavelmente, mais usual nas zonas rurais.

Os tachos, “*que para cousas de cozinha tem varias serventias*”¹⁸⁰⁴, surgem maioritariamente executados em arame¹⁸⁰⁵, apesar de existirem de cobre, constituindo um grande grupo, desde os “*pequenos de vários tamanhos*”¹⁸⁰⁶ até aos “*muito grandes e fortes*”. Segundo Lucas Rigaud, os tachos são os recipientes ideais para que se “*clarifique açúcar para toda a qualidade de doce*”¹⁸⁰⁷.

A doçaria, muito desenvolvida nos séculos XVII e XVIII, utilizava grandes quantidades de açúcar e ovos, “*fazia parte da sociabilidade da época*” e “*mantém-se sem dúvida a*

¹⁷⁹⁹ Cf. BLUTEAU, Rafael – *Vocabulário Português e Latino*, vol. 4, p. 213.

¹⁸⁰⁰ Cf. A.N.T.T., *Inventários orfanológicos*, Processo do conde da Ponte, 1785, Letra C, Maço 82, Nº6, F. s./n.º.

¹⁸⁰¹ Cf. RIGAUD, Lucas – *Cozinheiro Moderno, ou nova Arte de Cozinha*, p. 171.

¹⁸⁰² Cf. RIGAUD, Lucas – *Cozinheiro Moderno, ou nova Arte de Cozinha*, p. 149.

¹⁸⁰³ Cf. SILVA, António de Moraes – *Diccionario da Língua Portuguesa composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado e acrescentado por António de Moraes Silva*, vol. 1, p. 210.

¹⁸⁰⁴ Cf. BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário Português e Latino*, vol. 7, p. 14.

¹⁸⁰⁵ “*Composição de metaes, de que resulta hum amarello, de que se fazem bacias, fio, candeeiros, etc.*” Cf. SILVA, António de Moraes – *Diccionario da Língua Portuguesa composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado e acrescentado por António de Moraes Silva*, vol. 1, p. 243.

¹⁸⁰⁶ Cf. A.N.T.T., *Inventários orfanológicos*, Processo de Ana Leonarda Xavier, 1794, Letra A, Maço 127, Nº11, f. 63 v.

¹⁸⁰⁷ Cf. RIGAUD, Lucas – *Cozinheiro Moderno, ou nova Arte de Cozinha*, p. 287.

tradição mais original da cozinha portuguesa”¹⁸⁰⁸. Beckford, escreveu no seu diário que um “*tal permanente ingerir de doçaria*”, muito contribuiria para “*que esta gente esteja sempre a queixar-se de dores de cabeça e de gases intestinais*”¹⁸⁰⁹. Algum tempo antes, no reinado de D. João V, um outro estrangeiro, Merveilleux, referindo-se aos doces líquidos, escreveu que os portugueses os comem “*à colher e num abrir e fechar de olhos ingerem uma libra deles*”¹⁸¹⁰.

Algumas destas doçarias não seriam confeccionados em casa, mas adquiridos a conserveiros ou confeitores que, habitualmente, abasteciam a família. Estarão neste caso, por exemplo, os “*9 arrateis de pão de ló cuberto de asucar*”, os “*6 arrateis de obreias de canudos*”, que são “*hva espécie de bolo, amassado com mel, e assado nas brazas*”¹⁸¹¹ e os “*8 arrateis de biscoito de la Renes*” que Nicolao Vitalino, em Outubro de 1783, vendeu a D. Manuel de Lorena¹⁸¹² (Doc. 7).

Muitos outros seriam de confecção caseira, como acontece com os doces de frutas, onde era deitado “*açúcar em ponto como os de conserva*”, que “*depois de feito, metam-se em garrafas ou frascos, cubram-se de calda, tapem-se muito bem e guardem-se para quando for necessário*”¹⁸¹³. Na copa do Palácio Lafões, no ano de 1820, por exemplo, guardava-se uma grande quantidade de doces, onde se destacam as geleias, marmelada e conservas de tangerina, laranja, toranja, sidra, ginja, melão, limão, batata e marmelo¹⁸¹⁴.

Quanto aos alguidares, em barro ou cobre, serviam para vários fins, nomeadamente a da massa e da manteiga. Esta última servia para untar os recipientes e para alguns refogados¹⁸¹⁵. Quanto às bacias, tanto podiam ser utilizadas para a lavagem de mãos, como

¹⁸⁰⁸ Cf. FERRO, João Pedro – *Arqueologia dos Hábitos Alimentares*, p. 55.

¹⁸⁰⁹ Cf. BECKFORD, William – *Diário de William Beckford em Portugal e Espanha*, p. 74.

¹⁸¹⁰ Cf. MERVEILLEUX, Charles – *O Portugal de D. João V visto por três forasteiros*, p. 194.

¹⁸¹¹ “*é uma folha de massa de farinha triga cozida num ferro d’hostias*”. Cf. SILVA, António de Moares – *Diccionario da Língua Portuguesa composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado e accrescentado por António de Moraes Silva*, vol. 2, p. 125.

¹⁸¹² Cf. A.N.T.T., *Arquivo da Casa de Abrantes*, Livro 99, f. s./n.º.

¹⁸¹³ Cf. RIGAUD, Lucas – *Cozinheiro Moderno, ou nova Arte de Cozinha*, p. 293.

¹⁸¹⁴ *Belanço de dose existente na copa* (1820). Manuscrito pertencente ao Professor Doutor Gonçalo de Vasconcelos e Sousa.

¹⁸¹⁵ Cf. FERRO, João Pedro – *Arqueologia dos Hábitos Alimentares*, p. 31.

para muitas outras funções, como é o caso da “*bacia de forno grande*”¹⁸¹⁶ e da “*bacia de pesagem*”¹⁸¹⁷, por exemplo.

Exclusivamente para “*aqueantar agoa*”, existia a caldeira, um “*vaso grande de cobre, ou de outro metal, em que se faz aqueantar, ou couzer alguma cousa*”¹⁸¹⁸; seriam executadas, exclusivamente em cobre. Esta água aquecida tinha várias utilizações. A condessa de Alva, numa das suas cartas, escrevendo acerca das virtudes de criar crianças “*com a garrafa*”, relata-nos que “*na garrafa deita-se o leite frio e mete-se depois em água quente – a dita garrafa – para adquirir o calor do peito*”, ou seja, do mesmo “*modo com que se aquecem os remédios (...) advertindo que a pelica deve ser renovada todos os dias e lavada em água a ferver todas as vezes que serve*”¹⁸¹⁹.

Para manter a água quente, também se recorria aos escalfadores, de diversos tamanhos, feitos em cobre. Alguns, de menor dimensão, eram de prata, como é o caso de um “*escalfadorzinho com a sua alampada*”¹⁸²⁰, destinado ao serviço da mesa, que possuía uma lamparina de aquecimento.

Para conseguir o efeito contrário, ou seja, para refrescar líquidos, recorria-se à catimplora, cujo termo tem a sua origem nos “*zunidos altos, & baixos, como tons alegres, & tristes*” provocados pelo “*ar na estreiteza do cano*”¹⁸²¹. Aquela era um “*engenho para resfriar, com neve, agoa, ou vinho, dentro de hum garrafa de cobre, que tem coilo comprido*”¹⁸²². Também as havia de estanho e de prata¹⁸²³.

¹⁸¹⁶ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de Catarina Januaria Laroche, 1786, Letra C, Maço 10, Nº1, f. 75 v – 76.

¹⁸¹⁷ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo do Cardeal Patriarca, D. Tomás de Almeida, 1754, Letra C, Maço 82, Nº1, s./n.º f.

¹⁸¹⁸ Cf. Bluteau, Raphael – *Vocabulário Português e Latino*, vol. 2, p. 54.

¹⁸¹⁹ Cf. HOLSTEIN, D. Mariana de Sousa – *Um olhar feminino sobre Portugal*, p. 100.

¹⁸²⁰ Cf. A.N.T.T., *Arquivo da Casa do marquês de Fronteira e Alorna*, n.º 110.

¹⁸²¹ Cf. Bluteau, D. Raphael – *Vocabulário Português e Latino*, vol. 2, p. 111.

¹⁸²² Cf. Bluteau, D. Raphael – *Vocabulário Português e Latino*, vol. 2, p. 111.

¹⁸²³ Cf. A.N.T.T., *Arquivo da Casa de Povolide*, Pacote 12, Maço 61, doc. 1

Ainda neste segundo grupo de utensílios, devemos referir o almofariz ou gral, “o vaso (...) em que se picão adubos¹⁸²⁴ e varios ingredientes”¹⁸²⁵, que, pela tarefa que lhe estava destinada, surge muito frequentemente nas cozinhas. Os almofarizes, bem como a sua respectiva mão, podiam ser realizados em variados materiais, como a madeira, o bronze, a pedra ou o arame.

Menos comuns, as estufadeiras¹⁸²⁶, serviam para estufar peixe e carne, bem como os palafreiros¹⁸²⁷, tabuleiros relativamente grandes, integralmente executados em cobre, e os pingadeiros, um “vaso de barro ou metal, comprido, & tapado nas pontas, para receber os pingos da carne que se assa no espeto”¹⁸²⁸, que, por vezes, tinham “um bico e dois cabos”¹⁸²⁹.

Ao invés destes últimos, as formas eram objectos que proliferavam nas cozinhas. Utilizadas na confecção de pastéis, massas e pudins, executadas em cobre ou em folha-de-flandres, lisas, redondas ou com cabo, mostram-se um utensílio muito numeroso.

Muito abundantes, as torteiras, caracterizavam-se por ser um “vaso de cobre onde se fazem tortas”¹⁸³⁰, que são um “pastel de massa grossa, dentro da qual estão pombos, carne, peixe, fruta ou nata, guizados dentro delle”¹⁸³¹. Para a preparação deste prato, é necessário que “estendam um bocado de massa folhada sobre uma torteira, formem-lhe a sua borda da largura de dois dedos da mesma massa, ponham a composição no meio e meta-se a cozer no forno”¹⁸³².

¹⁸²⁴ Segundo Lucas Rigaud, a lista dos adubos mais usados era constituída por sal, pimenta, cravo, canela, noz-moscada, macir, gengibre, semente de coentros, erva-doce, cominho e semente de funcho. Cf. BRAGA, Isabel R. Mendes Drumond – *Portugal à mesa: alimentação, etiqueta e sociabilidade 1800-1850*, p. 51.

¹⁸²⁵ Cf. Bluteau, Raphael – *Vocabulário Português e Latino*, vol. 4, p. 116.

¹⁸²⁶ Vd., por exemplo, A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo da marquesa das Minas, D. Maria Francisca Antónia Piedade de Sousa, 1778, Letra M, Maço 113, N.º 7, f. 60 v.

¹⁸²⁷ Vd., por exemplo, A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de Belchior de Matos Carvalho, 1801, Letra B, Maço 25, N.º 1, f. 41 v.

¹⁸²⁸ Cf. BLUTEAU, . Raphael – *Vocabulário Português e Latino*, vol. 6, p. 513.

¹⁸²⁹ Vd., por exemplo, A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de Bento Dias Pereira Chaves, 1780, Letra B, Maço 25, N.º 2, f. 148 v.

¹⁸³⁰ Cf. BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário Português e Latino*, vol. 7, p. 279.

¹⁸³¹ Cf. SILVA, António de Moraes – *Diccionario da Língua Portuguesa composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado e acrescentado por António de Moraes Silva*, vol. 2, p. 471.

¹⁸³² Cf. RIGAUD, Lucas – *Cozinheiro Moderno, ou nova Arte de Cozinha*, p.147.

As cafeteiras, com uma numerosas na casa da cozinha. Esta existência diminuta é justificada pelo facto de o café ser servido nas salas, na mesma cafeteira em que tinha sido fervido, sendo a maioria delas executadas em prata, um material que condiz com o requinte que se procurava associar ao acto de consumir aquela bebida.

Quanto às chocolateiras, geralmente feitas em cobre, existem em maior quantidade, na medida em que estas só irão integrar os serviços de mesa a partir de meados do 3º quartel do século XVIII¹⁸³³. Com uma configuração idêntica às cafeteiras, distinguir-se-iam pela existência de um furo na tampa¹⁸³⁴, por onde passava uma vara que servia para misturar os pedaços de chocolate com a água ou o leite e, ainda, uma pega direita. Associado ao consumo de chocolate, havia, também, as “*latas para cacau*”¹⁸³⁵ que serviam para o guardar.

A medida para a comercialização do café e do chocolate era o arrátel¹⁸³⁶. Em 1795, numa casa lisboeta, foram avaliados “86 arrates de café a duzentos réis”¹⁸³⁷, enquanto, poucos anos depois, em 1801, numa outra residência, o “café com casca foi avaliado a 80 réis” e “sem casca a 120 réis”, cada arrátel¹⁸³⁸.

No fim do ano de 1784, “António José Rebêllo” vendeu “doze arrates de chocolate que se fizeram para o Exmo. Sr. D. Manuel de Lurena na quantia de 4.200 ao preço de 350 cada hum arrátel”¹⁸³⁹. Em período idêntico, uma arroba de arroz custava 1\$200 réis, o mesmo que uma arroba de bacalhau, enquanto uma galinha tinha um custo de cerca de 3\$400 réis,

¹⁸³³ Cf. MARQUES, Maria da Luz Paula – “Tipologias” in *As bebidas exóticas e as Artes Decorativas o chá, o café e o chocolate*, p. 47.

¹⁸³⁴ Este orifício central na tampa, onde se enroscava o manípulo, nem sempre foi uma constante. Cf. PEREIRA, Ana Marques – *Mesa Real Dinastia de Bragança*, p. 60.

¹⁸³⁵ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de Caetano Alberto Álvares Silva, 1815, Letra C, Maço 32, f. s./n.º.

¹⁸³⁶ Um arrátel corresponde a 459 gramas.

¹⁸³⁷ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo da condessa de Ficalho, D. Isabel Josefa de Meneses Breyner, 1795, Letra C, Maço 14, Caixa 694, f. 91 v.

¹⁸³⁸ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de Luís de Vasconcelos e Sousa, 1801, Letra L, Maço 12, N.º 2, f. 89.

¹⁸³⁹ Cf. A.N.T.T., *Arquivo da Casa de Abrantes*, Livro 99, f. s./n.º.

a “*vaca de hua semana*” raramente ultrapassa os 3\$000 réis e para comprar “*dois arates de cera para o oratório*” seria necessário despende 6\$400 réis¹⁸⁴⁰.

Em Portugal, o chocolate foi, muito cedo, consumido enquanto bebida¹⁸⁴¹, pois, à semelhança de outras cortes europeias “*D. João V não podia passar sem ela*”¹⁸⁴². Não foi seguido, todavia, o exemplo de outras regiões, como é o caso da Catalunha, onde aquele servia de base a alimentos tão diversos como a lagosta ou a lebre, entre vários outros¹⁸⁴³.

Neste segundo grupo, também integramos as almotolias, “*vaso de bojo, e garganta curta, que serve para azeite, he de barro, lata*”¹⁸⁴⁴, feito, regra geral, em folha-de-flandres¹⁸⁴⁵. Este recipiente era muito usado para retirar o azeite da talha. Idêntico fim estaria reservado aos potes, que possuíam duas asas, feitos em barro¹⁸⁴⁶ ou cobre¹⁸⁴⁷, pois também eles utilizados para retirar azeite, vinagre, água ou vinho¹⁸⁴⁸, contidos em recipientes maiores como os barris ou as talhas. A sua função, tal como a das almotolias, era a de facilitar uma posterior utilização na prática culinária.

4.9.3. Instrumentos para Preparação dos Alimentos

No grupo constituído pelos instrumentos para a preparação dos alimentos, destacamos, pelo seu número e diversidade de modelos, a escumadeira, “*espécie de colher, toda em*

¹⁸⁴⁰ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo da condessa do Rio Grande, Antónia Maria Francisca de Sá, 1794, Letra C, Maço 61, f. 132 – 159.

¹⁸⁴¹ Também existia sob a forma de “crema”, tal como o café. Cf. RIGAUD, Lucas – *Cozinheiro Moderno, ou nova Arte de Cozinha*, p. 235.

¹⁸⁴² Cf. BARROS, Ana Bárbara – “Chocolate” in *As bebidas exóticas e as Artes Decorativas o chá, o café e o chocolate*. Câmara Municipal do Porto, 2002, p. 37.

¹⁸⁴³ Cf. AGUILERA, César – *História da Alimentação Mediterrânica*, p. 130.

¹⁸⁴⁴ Cf. SILVA, António de Moraes – *Diccionario da Língua Portuguesa composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado e acrescentado por António de Moraes Silva*, vol. 1, p. 64.

¹⁸⁴⁵ Vd., por exemplo, A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de Ana Clemente de Almeida Castelo Branco, 1808, Letra A, Maço 117, N.º 1, f. 69.

¹⁸⁴⁶ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de António Joaquim de Pina Manique, 1796, Letra A, Maço 120, Caixa 204, f. 198 v.

¹⁸⁴⁷ Cf. A.N.T.T., *Inventários orfanológicos*, Processo da marquesa das Minas, D. Maria Francisca Antónia Piedade de Sousa, 1778, Letra M, Maço 113, N.º 7, f. 59.

¹⁸⁴⁸ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo do conde de Galveias, António de Melo e Castro, 1775, Letra C, Maço 32, Caixa 725, f. s./n.º.

*buraquinhos, para escumar a panela*¹⁸⁴⁹, muito usada nos caldos e nas compotas, entre muitos outros cozinhados. Existiam várias numa mesma cozinha, de vários tamanhos, em cobre¹⁸⁵⁰, ferro¹⁸⁵¹ e arame¹⁸⁵², com os cabos em ferro.

Os cutelos, *“faca de meio palmo de larga, e grossura à proporção, sem ponta, de cabo curto, serve de cortar carne, e peixe em açougues, e cozinhas”*¹⁸⁵³, que podiam ser *“cutellas francesas”* ou *“cutellas portuguesas”*¹⁸⁵⁴, eram muito comuns. Estas grandes facas, feitas em ferro, parecem ser os principais modelos existentes na cozinha, pois não encontramos quaisquer referências a outra tipologia.

As colheres utilizadas na cozinha, em cobre ou arame, tinham vários tamanhos, com predominância das grandes, designadas *“colheres de baldiar”*¹⁸⁵⁵, devido à sua função de *“vazar de huma parte para outra”*¹⁸⁵⁶.

Em menor número, existiam passadores, raladores e funis. Os primeiros eram feitos de cobre, *“com o cabo do mesmo cobre”*¹⁸⁵⁷, enquanto os outros são de folha-de-flandres¹⁸⁵⁸. Por último, no que diz respeito a estes pequenos instrumentos, referimos os paus de bater

¹⁸⁴⁹ Cf. BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário Português e Latino*, vol. 3, p. 235.

¹⁸⁵⁰ Vd., por exemplo, A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo do conde do Redondo, Fernando de Sousa Coutinho Castelo Branco e Meneses, 1792, Letra C, Maço 72, N.º 3, f. 29 v.

¹⁸⁵¹ Vd., por exemplo, A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de Ana Leonarda Xavier de Aguiar, (1794), Letra A, Maço 127, Caixa 214, f. 64.

¹⁸⁵² Vd., por exemplo, A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo do conde do Redondo, Fernando de Sousa Coutinho Castelo Branco e Meneses, 1792, Letra C, Maço 72, N.º 3, f. 29.

¹⁸⁵³ Cf. SILVA, António de Moraes – *Diccionario da Língua Portuguesa composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado e acrescentado por António de Moraes Silva*, vol. 1, p. 358.

¹⁸⁵⁴ Cf. A.N.T.T., *Inventários orfanológicos*, Processo do Cardeal Patriarca D. Tomás de Almeida, 1754, Letra C, Maço 82, N.º 1, f. s./n.º.

¹⁸⁵⁵ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo do conde da Ponte, António de Sousa Saldanha de Menezes e Castro, 1785, Letra C, Maço 82, N.º 6, f. s./n.º.

¹⁸⁵⁶ Cf. BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário Português e Latino*, vol 2, p. 21.

¹⁸⁵⁷ Vd., por exemplo, A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de João Henrique de Sousa, 1788, Letra J, Maço 259, N.º 16, f. s./n.º.

¹⁸⁵⁸ Vd., por exemplo, A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de Ana Clemência de Almeida Castelo Branco, (1808), Letra A, Maço 117, N.º 1, f. 71.

chocolate¹⁸⁵⁹ de madeira, que entravam no orifício existente na tampa da chocolateira, bem como os ferros de fazer biscoitos¹⁸⁶⁰.

Um instrumento muito necessário era a balança, em arame¹⁸⁶¹, ferro¹⁸⁶² ou folha-de-flandres¹⁸⁶³, que “*consta de travessão, onde se distinguem dois braços, de cujo meio se ergue o fiel, dos braços nos extremos pendem os pratos, onde se põe o pezo, e o que se ha de pesar*”¹⁸⁶⁴. Os pesos eram executados em ferro ou em bronze. Nos trabalhos da culinária, contudo, nem sempre seria necessário socorrer-se deles. Na confecção dos “*biscoitos ordinários*”, por exemplo, a receita prescinde da sua utilização, pois recomenda que se “*tomem de ovos a quantidade necessária aos bolos que se irão fazer, ponham-se numa balança e pesem-se com outro tanto açúcar fino; tirem a metade dos ovos da balança e pesem da outra banda outra tanta farinha com os que ficaram*”¹⁸⁶⁵.

A par das balanças, também os moinhos, se tornavam peças importantes numa cozinha. Em ferro ou arame, com “*sua caixa de madeira*”, apresentavam dimensões diferenciadas. Os moinhos de moer café eram os mais comuns, todavia, também os havia de moer pimenta, bem como outros com ambas as funções e, portanto, classificados como “*moinho de caixa de moer café e pimenta*”¹⁸⁶⁶. Quanto ao local de fabrico, existem referências a moinhos fabricados em Inglaterra. Associado à preparação do café, embora menos comum, surge, ainda, o “*torrador de café*”, habitualmente de ferro.

¹⁸⁵⁹ Vd., por exemplo. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de Ana Clemência de Almeida Castelo Branco, (1808), Letra A, Maço 117, N.º 1, f. 70.

¹⁸⁶⁰ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo da marquesa das Minas, D. Maria Francisca Antónia Piedade de Sousa, 1778, Letra M, Maço 113, N.º 7, f. 59 v.

¹⁸⁶¹ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de Belchior de Matos Carvalho, 1801, Letra B, Maço 25, N.º 1, f. 43 v. – 44.

¹⁸⁶² Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de Lourenço de Noronha, 1801, Letra L, Maço 72, N.º 6, f. 48.

¹⁸⁶³ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de Ana Clemente de Almeida Castelo Branco, 1808, Letra A, Maço 117, N.º 1, f. 71.

¹⁸⁶⁴ Cf. SILVA, António de Moraes – *Diccionario da Língua Portuguesa composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado e acrescentado por António de Moraes Silva*, vol. 1, p. 159.

¹⁸⁶⁵ Cf. RIGAUD, Lucas – *Cozinheiro Moderno, ou nova Arte de Cozinha*, p. 294.

¹⁸⁶⁶ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de Bento Dias Pereira Chaves, 1780, Letra B, Maço 25, f. 153 v.

4.9.4. O Fogo

Neste grupo destacamos, primeiramente, os grandes fogões (Fig. 121) e o fogareiro feito em cobre ou em ferro que ter três tamanhos bem definidos: os de marca pequena¹⁸⁶⁷, meã¹⁸⁶⁸ e grande¹⁸⁶⁹. Possuíam grelhas e duas “*asas*”¹⁸⁷⁰ e nele se poderiam preparar, praticamente, todos os pratos que necessitam do concurso do fogo, com excepção daqueles que carecem de um forno.



Fig. 121 - Fogão, cozinha, Palácio da Anunciada, Lisboa (Fot. do autor).

¹⁸⁶⁷ Vd., por exemplo, A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo da condessa de Ficalho, D. Isabel Josefa de Meneses Breyner, 1795, Letra C, Maço 14, Caixa 694, f. 68.

¹⁸⁶⁸ Vd., por exemplo, A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de Henrique José Borges Correia Pinto, 1828, Letra H, Maço 2, N.º 3, f. 14 v.

¹⁸⁶⁹ A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de Catarina Januaria Laroche, 1786, Letra C, Maço, 10, N.º 1, f. 80.

¹⁸⁷⁰ Vd., por exemplo, A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de Bento Dias Pereira Chaves, 1780, Letra B, Maço 25, f.202 v - 203.

Com uma menor versatilidade, mas de grande utilidade e uma presença habitual na cozinha, os róis de avaliação assinalam o “*engenho de assar carne com seu fogão com todas as suas pertenças*”¹⁸⁷¹ (Fig.122), exclusivamente em ferro, alguns de grande dimensão, com espetos que poderiam ser “*de mão*”¹⁸⁷², ou “*de roda*”, como sucede com “*espeto de engenho com rodas e cadeia*”, avaliado entre os bens do cardeal D. Tomás de Almeida¹⁸⁷³.



Fig.122 - Engenho de assar, Palácio Tancos, Lisboa (Fot. do autor).

Se parece certo que estes instrumentos estariam mais vocacionados para cozinhar carnes – como é exemplificado numa receita, destinada à confecção de cabritos e cordeiros, “*que não devem ter mais de dois meses, e hão-de ser de leite, e gordos, e podem servir nas mesas mais delicadas*”, onde se sugere que “*depois de entesados em água, lardeiam-se*

¹⁸⁷¹ Vd., por exemplo, A.N.T.T., *Inventários orfanológicos*, Processo de Bento Dias Pereira Chaves, 1780 Letra B, Maço 25, f. 211.

¹⁸⁷² Vd., por exemplo, A.N.T.T., *Inventários orfanológicos*, Processo do Cardeal Patriarca D. Tomás de Almeida, 1754, Letra C, Maço 82, N°1, F. s./n.º f.

¹⁸⁷³ Vd., por exemplo, A.N.T.T., *Inventários orfanológicos*, Processo do Cardeal Patriarca D. Tomás de Almeida, 1754, Letra C, Maço 82, N°1, F. s./n.º f.

*com toucinho miúdo, e cobertos de papel manteigado se põem a assar no espeto*¹⁸⁷⁴ –, não deixa de ser verdade que alguns peixes também ali podiam ser preparados. Atente-se nas receitas de solha, onde se indica “*que é peixe grande, e que ordinariamente se come cozida ou assada*”, propondo-se que se corte “*uma posta de solha do tamanho do prato que há-de servir, lardeie-se com enxovas e bocados de eiroses em filetes, e temperados, ate-se num espeto e ponha-se a assar*”¹⁸⁷⁵.

Com a função de suportar uma grelha, existiam as trempes. Pequenas, como uma que foi descrita como sendo uma “*trempe pequena e uma grelha quadrada e huma redonda de assar fatias*”¹⁸⁷⁶, serviriam para assar carne ou peixe de menor dimensão, ou, simplesmente, para “*corar*”.

Numa receita de carne de vitela, – que é um animal “*de muito grande utilidade para se fazer bem de comer*”, sem o qual “*é impossível poder servir uma mesa com delicadeza e bom gosto*” – o cozinheiro recomenda que “*depois de bem escaldadas e limpas as orelhas (...) ponham-se a cozer (...) e estando cozidas e enxutas, passem-se por manteiga derretida, cubram-se de pão ralado, ponham-se a corar sobre as grelhas, e tendo boa cor, sirvam-se (...)*”¹⁸⁷⁷.

Quanto ao forno, que “*he a modo de uma pequena aboboda, muyto baixinha, que tem huma só entrada*”¹⁸⁷⁸ (Fig 123), tinha uma porta em ferro e nele se confeccionava grande número de pratos. Utilizando a carne de vaca, que “*sendo tão comum, como necessária para alimentar os homens, foi preciso imaginar diversos modos de a preparar*”, é-nos indicada, a título de exemplo, uma receita que exige a existência de um forno, pois pede-se que se tome “*a ponta da alcatra (...) lardeie-se com toucinho grosso (...) ponha-se num*

¹⁸⁷⁴ Cf. RIGAUD, Lucas – *Cozinheiro Moderno, ou nova Arte de Cozinha*, p. 78.

¹⁸⁷⁵ Cf. RIGAUD, Lucas – *Cozinheiro Moderno, ou nova Arte de Cozinha*, pp. 171-172.

¹⁸⁷⁶ Cf. A.N.T.T., *Inventários orfanológicos*, Processo de Catarina Januaria Laroche, 1786, Letra C, Maço 10, f.81.

¹⁸⁷⁷ Cf. RIGAUD, Lucas – *Cozinheiro Moderno, ou nova Arte de Cozinha*, p. 57.

¹⁸⁷⁸ Cf. BLUTEAU, D. Raphael – *Vocabulário Português e Latino*, vol. 4. p.179.

vaso e coberto o vaso com a sua tampa e soldada esta com massa, meta-se no forno por tempo de cinco ou seis horas”¹⁸⁷⁹.



Fig.123 - Forno, cozinha, Palácio da Anunciada (Fot. do autor).

Também nos surge referenciado um outro tipo de fornos, distintos dos anteriores, porque móveis e feitos de cobre. Eram “*fornos de campanha*” que, muitas vezes, serviam na cozinha¹⁸⁸⁰.

Associado ao fogo, está, ainda, o fole da chaminé, “*instrumento de fazer vento*” composto por “*cano de ferro e couros que se pregão pela parte de dentro na perada, que he uma taboa de madeira pregada em dous páos (...); os couros são de vaca, & por dentro levam*

¹⁸⁷⁹ Cf. RIGAUD, Lucas – *Cozinheiro Moderno, ou nova Arte de Cozinha*, pp. 23-24.

¹⁸⁸⁰ Vd., por exemplo, A.N.T.T., *Inventários orfanológicos*, Processo do Cardeal Patriarca D. Tomás de Almeida, 1754, Letra C, Maço 82, N°1, s./n.º f.

seus arcos de páo pregados com pregos”¹⁸⁸¹. Mas, se o fole se afigura essencial para gerar o fogo, também a “*pá do carvão*” e a “*pá das brasas*” estão muito presentes.

O carvão e a lenha são os combustíveis utilizados na cozinha. Estes bens, por vezes, escasseavam, como nos é justificado, relativamente à lenha, numa “*consulta da câmara a el-rei em 31 de Janeiro de 1750*”, onde se diz que “*a grande falta que há de tojo e mais lenha para o seu provimento, causada de não virem barcos das villas donde costumam vir lenhas para esta cidade.*”¹⁸⁸²

Relativamente ao carvão, todavia, houve sempre, também, uma grande necessidade de regular a sua comercialização, como mais uma vez sucedeu, através de uma ordem do senado de 12 de Setembro de 1752, onde se extinguiu “*inteiramente a travessia do carvão, e evitar outros inconvenientes que resultam de se vender desensacado em diversos sítios nesta cidade, resolveu (...) em benefício da pobreza, que só pudesse vender-se pelo miúdo dentro das tendas e lojas de mercearia, onde o provimento não excederá as quatro sacas*”¹⁸⁸³.

Algum tempo depois, ainda relacionado com a comercialização do carvão, prosseguiram os apelos ao cumprimento da lei, porque “*são muitas as vezes que se encontram saccas diminutas ou cheias de terra, que os almotacés comdenam*”¹⁸⁸⁴.

Numa breve referência aos têxteis que estariam circunscritos ao espaço da cozinha, os designados “*panos de cozinha*”, feitos com estopa que “*he o grosso do linho*”¹⁸⁸⁵, “muito ordinários” existiam, muitas vezes, em grandes quantidades, ultrapassando a centena em alguns casos, contabilizando-se os “*maiores*” e os “*pequenos*”, os “*novos*” e os “*velhos e rotos*”.

Os principais habitantes deste território eram os cozinheiros e os seus ajudantes. No que diz respeito à cozinha real, neste período, por ordem hierárquica, regista-se a presença

¹⁸⁸¹ Cf. BLUTEAU, D. Raphael – *Vocabulário Português e Latino*, vol. 3, p. 161.

¹⁸⁸² Cf. OLIVEIRA, Eduardo Freire de – *Elementos para a História do Município de Lisboa*, vol. 15, p. 132.

¹⁸⁸³ Cf. OLIVEIRA, Eduardo Freire de – *Elementos para a História do Município de Lisboa*, vol. 15, p. 351.

¹⁸⁸⁴ Cf. OLIVEIRA, Eduardo Freire de – *Elementos para a História do Município de Lisboa*, vol. 15, p. 532.

¹⁸⁸⁵ Cf. BLUTEAU, D. Raphael – *Vocabulário Português e Latino*, vol. 2, p. 327.

permanente de mestres cozinheiros, cozinheiros, ajudantes de cozinheiro, moços de cozinha e serventes de cobre¹⁸⁸⁶. No Colégio dos Nobres, por exemplo, o número já era bastante mais diminuto, pois só “*dispunha de dois cozinheiros e de quatro ajudantes de cozinha*”¹⁸⁸⁷. No caso das casas que estudámos, a redução é muito maior, sendo o mais comum, a existência de um cozinheiro e de um moço da cozinha.

Quanto aos salários pagos, sabemos que os mestres das cozinhas do Palácio da Ajuda, em 1765, recebiam um ordenado de 15\$000 réis por mês¹⁸⁸⁸, enquanto no Colégio dos Nobres o soldo era de 6\$400 réis¹⁸⁸⁹. Na casa da condessa do Rio Grande, os valores eram substancialmente mais baixos, pois Francisco Vaz “da cozinha” recebia, em 1759, um salário que não ultrapassava os 2\$100 réis¹⁸⁹⁰.

O recrutamento para a responsabilidade da cozinha era feito, preferencialmente, entre os homens, todavia, também podia incluir as mulheres, convindo, talvez, neste caso, seguir alguns conselhos, daqueles que dizem que “*a boa cozinheira para ser das finas, há-de ser trigueira, cabellos negros, olhos resolutos, braços fortes, o corpo grosso, cintura curta, calçar algum tanto acanhado (mas que não seja defeyto) e condição agreste*” parecendo bem acrescentar, ainda, que ela “*seja golosa em todos os modos*”¹⁸⁹¹.

O autor destas recomendações, Francisco Matta Zeferino, com esta “receita”, parece não temer em assegurar o êxito culinário, pois, de forma peremptória, afirma que “*todas as vezes que tiver estes requizitos, será o pasmo das Cozinheiras Turinas, admiracâm das chaminés, abysmo das vassouras, elevação das parteleyras, e verdadeira mantenedora dos fogareiros, com universal desinquietação dos abanos*”¹⁸⁹².

¹⁸⁸⁶ Cf. PEREIRA, Ana Marques – *Mesa Real Dinastia de Bragança*. Lisboa: IPPAR, p. 63.

¹⁸⁸⁷ Cf. CRESPO, Jorge, e HASSE, Manuela – “A Alimentação no Colégio Real dos Nobres de Lisboa”, in *Revista de História Económica e Social*, nº7, Janeiro - Junho, 1981, p. 98.

¹⁸⁸⁸ Cf. PEREIRA, Ana Marques – *Mesa Real Dinastia de Bragança*, p. 62.

¹⁸⁸⁹ Cf. CRESPO, Jorge e HASSE, Manuela – “A Alimentação no Colégio Real dos Nobres de Lisboa”. *Revista de História Económica e Social*, nº7, Janeiro - Junho, 1981, p. 98.

¹⁸⁹⁰ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo da condessa do Rio Grande, Antónia Maria Francisca de Sá, 1759, Letra C, Maço 61, f. 134 v.

¹⁸⁹¹ Cf. ZEFERINO, Francisco Rey de Abreu Matta – *Anatomico Jocosos*, pp. 85-89.

¹⁸⁹² Cf. ZEFERINO, Francisco Rey de Abreu Matta – *Anatomico Jocosos*, pp. 85-89.

4.10. O Jardim

No século XVIII atribuiu-se uma especial importância ao jardim¹⁸⁹³, enquanto espaço exterior de recreio. A curiosidade científica, o naturalismo¹⁸⁹⁴, o interesse pela botânica¹⁸⁹⁵, o conhecimento de outras paisagens¹⁸⁹⁶, o gosto pelo exotismo, o coleccionismo¹⁸⁹⁷ e a moda francesa¹⁸⁹⁸, a par de uma atitude contemplativa e de usufruto da natureza, foram interesses que contribuíram para o seu êxito.

O jardim do palácio urbano lisboeta, condicionado pelo espaço que lhe era concedido, tinha, em geral, uma forma quadrada ou rectangular, muitas vezes distribuído por

¹⁸⁹³ “A palavra jardim, documentada em diversas variantes das línguas novilatinas, é, como no caso português, bastante tardia, e só a partir do século XVI, e por influência do francês, se vem a generalizar. Mais frequente do que este era o vocábulo horto. O “hortus gardinium”, o horto fechado. Assim sendo, jardim refere-se a um espaço de campo murado ou cercado, funcionando como dependência e extensão da casa que progressivamente se especializou, perdendo as características de horta e pomar, para se fixar como recinto de floricultura e lazer.” Cf. MESQUITA, Marieta Dá – *História e arquitectura uma proposta de investigação O Palácio dos marqueses de Fronteira como situação exemplar da arquitectura residencial erudita em Portugal*, vol. 1, p. 99.

¹⁸⁹⁴ “As formas naturais das árvores e arbustos, e até da modelação do próprio terreno, como aliás de todos os elementos da paisagem natural passam a ser melhor apreciadas.” Cf. ARAÚJO, Ilídio de – *Quintas de Recreio (Breve introdução ao seu estudo, com especial consideração das que em Portugal foram ordenadas durante o século XVIII)*, p. 8.

¹⁸⁹⁵ “O interesse pela botânica não se restringia apenas a um reduzido número de eruditos que leccionavam na Universidade de Coimbra; alguns nobres também se dedicavam com prazer ao estudo desta disciplina.” Cf. CANAVEIRA, Manuel Filipe Cruz de Moraes – “Os jardins do palácio de Queluz orientações de gosto, utência e simbólica”, In *Separata da Revista de História Económica e Social*, 1988, p. 75. “O desenvolvimento do jardim e da sua organização não pode ser dissociado das descobertas botânicas que se multiplicaram ao longo dos séculos XVI e XVII.” Cf. FAVREAU, Marc – “Jardins de recreio” In FIGEAC, Michel, *L’ancienne France au quotidien*, p. 251 (trad. do autor).

¹⁸⁹⁶ “Quando chegou o século XVIII, a evolução dos conhecimentos científicos provocada pelos contactos havidos durante o século anterior com novas paisagens e novas gentes, com diferentes seres vivos e distintas culturas, veio tirar a certos conceitos a sua rigidez anterior (...). As formas naturais das árvores e arbustos, e até da modelação do próprio terreno, como aliás de todos os elementos da paisagem natural passam a ser melhor apreciadas.” Cf. ARAÚJO, Ilídio de – *Quintas de Recreio (Breve introdução ao seu estudo, com especial consideração das que em Portugal foram ordenadas durante o século XVIII)*, p. 8.

¹⁸⁹⁷ “Os Jardins botânicos retratam, no século XVIII, uma paixão transpositiva, a do coleccionador, seja ele em primeiro lugar o soberano ou o explorador que palmilha mares e rios em demanda de objectos-valor cobiçados. Os jardins são, antes do mais, emblemas, montras de curiosidades, em que a aura do Império se reflecte, ainda que sustentados por um intento pedagógico: a educação dos príncipes.” Cf. MOURÃO, José Augusto, JANEIRA, Ana Luísa, GUEDES, Maria Estela – “A Paixão do Coleccionador”, In *Alcipe e as Luzes*, p. 223.

¹⁸⁹⁸ “Neste século XVIII, por influência da corte de D. João V, agente de divulgação de modas francesas (...) o jardim, – tal como acontecera no século anterior na França de Luís XIV, – deixa de ser o que era e passa a desempenhar a função de palco de festas galantes, transformando-se a sua fisionomia de acordo com essa nova função.” Cf. ARAÚJO, Ilídio de – *Quintas de Recreio (Breve introdução ao seu estudo, com especial consideração das que em Portugal foram ordenadas durante o século XVIII)*, p. 14.

tabuleiros¹⁸⁹⁹. Isolado por altos muros¹⁹⁰⁰, situava-se lateralmente, ou na fachada posterior, afastado dos olhares dos transeuntes, pela imposição de uma feição mais intimista¹⁹⁰¹, em detrimento de uma função mais majestática.

A sua localização permitia que se acesse a ele através do andar nobre. As principais salas podiam prolongar-se para o exterior através da abertura de portas e janelas, alargando o espaço de recepção, ou, pelo menos, permitindo uma relação visual, a partir do interior, o que não é irrelevante.

Neste movimento, os jardins, para além da recreação, procuraram o aparato¹⁹⁰² e, num ímpeto decorativo, as flores e os odores da natureza acolheram uma vasta pintura azulejar¹⁹⁰³, a par de múltiplos bancos, mesas, tanques, cascatas, nichos, pedestais, estátuas, bustos, vasos¹⁹⁰⁴, caramanchões, alegretes, conversadeiras e casas de fresco, que conviviam com gaiolas que guardavam colecções de pássaros¹⁹⁰⁵ representantes de novos mundos, do império e do gosto pelo exótico.

¹⁸⁹⁹ “(...)são portanto constituídas geralmente por uma sucessão de terraços a diferentes níveis, ou desníveis, mais ou menos pronunciados conforme a inclinação original do terreno. Esses múltiplos terraços são suportados por muros de encosto a que frequentemente se apoiam fontes e tanques de que irradiam complexos sistemas de rega.” Cf. ARAÚJO, Ilídio de – *Quintas de Recreio (Breve introdução ao seu estudo, com especial consideração das que em Portugal foram ordenadas durante o século XVIII)*, p.9.

¹⁹⁰⁰ Possuíam, contudo, janelas gradeadas que permitiam uma observação de sentido único, do interior para o exterior.

¹⁹⁰¹ À semelhança do que sucede em França, até meados do século XVIII, onde também encontramos os jardins fechados e virados para o interior. Cf. FAVREAU, Marc – “Jardins de recreio” In FIGEAC, Michel, *L’ancienne France au quotidien*, p. 251 (trad. do autor).

¹⁹⁰² Apesar disso, os jardins portugueses parecem estar distantes “das grandes composições paisagísticas da França, Inglaterra e até da Itália.” Cf. ARAÚJO, Ilídio de – *Quintas de Recreio (Breve introdução ao seu estudo, com especial consideração das que em Portugal foram ordenadas durante o século XVIII)*.

¹⁹⁰³ “(...) o azulejo assumiu uma enorme importância na animação e decoração de espaços exteriores, em particular no que diz respeito à sua crescente utilização em fontes, lagos, cascatas e grutas, como elemento simultaneamente decorativo e estruturador destes diferentes espaços.” Cf. CÂMARA, Maria Alexandra Trindade Gago da – “A arte de bem viver” a encenação do quotidiano na azulejaria portuguesa da segunda metade de setecentos, p. 223.

¹⁹⁰⁴ Para o conde de Vila Nova, por exemplo, foi feita uma obra de pintura que englobou “cinquenta e seis vasos pintados de cinzento com duas demãos de tinta e jaspados da mesma cor mais escura cada hum a quarenta réis.” Cf. A.N.T.T., *Arquivo da Casa de Abrantes*, Livro 99, f. s./n.º.

¹⁹⁰⁵ O desembargador António Joaquim de Pina Manique, por exemplo, possuía, na sua residência da Cruz da Pedra, trinta e um pássaros. Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de António Joaquim de Pina Manique (1796), Letra A, Maço 120, N.º 204, F. 159 v. Na quinta de Belém, a rainha, também possuía uma colecção de “pássaros exóticos” que “eram um motivo de interesse para quem a visitava”. Pela importância que lhe era atribuída e atendendo a que esta colecção não tinha “instalações apropriadas”, acomodando-se “no pombal que o conde de Aveiras construíra no fim do jardim do poente, fronteiro ao antigo convento –

O mobiliário de assento, encostado a uma parede (Fig. 124), ou enquadrado num muro de buxo (Fig. 125), distribuído pelas ruas, “à roda dos lagos”¹⁹⁰⁶, ou as denominadas conversadeiras, afigurava-se essencial para que se pudesse usufruir, com comodidade, do espaço do jardim. Todavia, coube às estátuas e aos bustos um dos principais papéis no sentido de lhe conferir grandeza e sumptuosidade¹⁹⁰⁷.



Fig. 124 - Banco de jardim, Palácio da Anunciada, Lisboa (Fot. do autor).



Fig. 125 - Banco de jardim, Quinta Real de Caxias, Caxias (Fot. do autor).

que além de estar velho e fora de moda não tinha a dignidade de um viveiro real, as obras dos novos viveiros iniciar-se-ão em Março de 1780 – e irão durar quatro anos e importar em mais de trinta contos de réis.” Cf. SARAIVA, José António – *O Palácio de Belém com os seus hóspedes os seus segredos e a sua vida quotidiana*, p. 48. Também na quinta de Gerad Devisme, “de acordo com testemunhos oitocentistas, várias espécies de aves exóticas habitavam também os bosques da Quinta, havendo ainda aves canoras europeias e vários cisnes.” Cf. SANTOS, Teresa Sequeira – “A Quinta de Gerard Devisme.” In *Alcipe e as Luzes*, p. 153.

¹⁹⁰⁶ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo Cardeal Patriarca de Lisboa, D. Tomás de Almeida (1754), Letra C, Maço 82, N.º 1, f. s./n.º.

¹⁹⁰⁷ “(...) se há de vender em leilão huma Collecção de mármore e alabastros lavrados, a qual compreende vários deserts, estatuas para jardins, figuras, vasos, bustos, flores, pyramides, templos, urnas e outras diversidades de peças de bom gosto.” Cf. *Gazeta de Lisboa* – Segundo Suplemento, n.º 11, 22 de Março de 1806.

As obras de escultura mais presentes nos jardins, representavam divindades, figuras históricas e animais. Encontramos estátuas inteiras, bustos, isoladas e em grupo, dispostas de forma variada, como sucede com “os seis cães de pedra que estão pelas ruas do jardim”¹⁹⁰⁸, “com os bustos de jaspe que estão por cima da fonte”¹⁹⁰⁹, com as “duas figuras de mármore nos seus pedestais”¹⁹¹⁰ ou com a “figura de um menino de jaspe sentado num golfinho que deita água”¹⁹¹¹.

Muitas delas eram executadas em mármore, jaspe, ou em chumbo¹⁹¹², “o mais molle, o mais fragil e o menos estimado dos materiais”¹⁹¹³, que foi muito utilizado na execução de esculturas de jardim. A fonte pertencente ao tanque do jardim do palácio da Anunciada, que representa a figura de um pato, também foi executada em chumbo (Fig. 126) e nos jardins do palácio de Queluz, por exemplo, existiam inúmeras figuras executadas naquele material¹⁹¹⁴, à semelhança do que acontecia no palácio de Versalhes.

A decoração dos jardins e a qualidade das obras que neles se expunham, constituiu preocupação de alguns encomendadores. Esta atitude pode inserir-se num movimento mais vasto, que procurava que aquele espaço exterior tivesse uma representação decorativa idêntica à que se desenvolvia no interior da residência.

¹⁹⁰⁸ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo Cardeal Patriarca de Lisboa, D. Tomás de Almeida (1754), Letra C, Maço 82, N.º 1, f. s./n.º.

¹⁹⁰⁹ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de D. Rodrigo Xavier Telles de Castro da Gama, marquês de Nisa, (1784), Letra M, Maço 306, N.º 3, f. s./n.º.

¹⁹¹⁰ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo Cardeal Patriarca de Lisboa, D. Tomás de Almeida (1754), Letra C, Maço 82, N.º 1, f. s./n.º.

¹⁹¹¹ Cf. A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de D. Rodrigo Xavier Telles de Castro da Gama, marquês de Nisa, (1784), Letra M, Maço 306, N.º 3, f. s./n.º.

¹⁹¹² O chumbo foi, igualmente, utilizado nas canalizações, como se constata pela consulta à “*conta da obra de funileiro*” apresentada ao conde de Vila Nova, referente ao conserto de “*hum cano de chumbo grande para o tanque*”. Cf. *Arquivo da Casa de Abrantes*, Livro 110, f. s./n.º.

¹⁹¹³ Cf. BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário Portuguez & Latino*, vol. 2, pp. 340.

¹⁹¹⁴ Vd. PIRES, António Caldeira – *História do Palácio Nacional de Queluz*, pp.315-323.

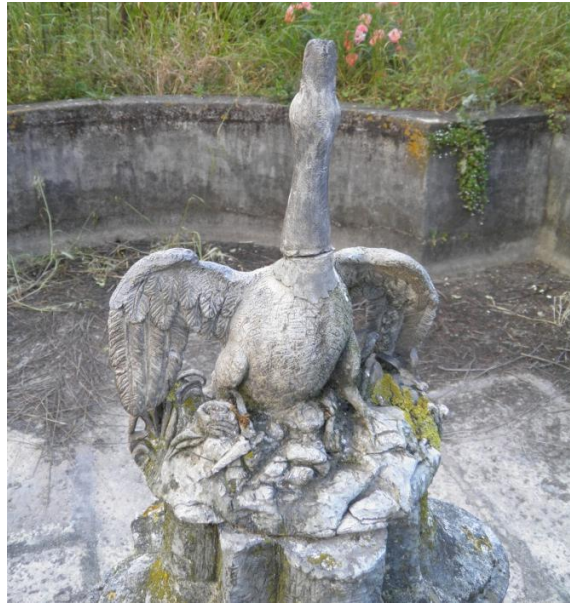


Fig.126 - Fonte do tanque, jardim do Palácio da Anunciada (Fot. do autor).

O 2º conde de Rio Maior, por exemplo, aquando da encomenda das estátuas para o jardim, solicitou um parecer a Joaquim Machado de Castro, tendo-lhe mostrado “os desenhos”, que ele aprovou, “à exceção da pequena variedade, que se acautelará quando para as taes estatuas se fizerem os modelinhos no tamanho dos ditos Desenhos”¹⁹¹⁵. As referidas estátuas, com o “preço de vinte oito mil e oito centos réis”¹⁹¹⁶, destinavam-se a ocupar os nichos que ladeavam a cascata, sendo suportadas por pedestais, conforme as figuras representam (Figs. 127 e 128).

¹⁹¹⁵ Cf. A.N.T.T., *Arquivo da Casa de Rio Maior*, Maço 19, f.s./n.º.

¹⁹¹⁶ Cf. A.N.T.T., *Arquivo da Casa de Rio Maior*, Maço 19, f.s./n.º.



Fig. 127 – Desenho do pedestal, jardim do Palácio da Anunciada (A.N.T.T.).



Fig. 128 - Nicho e pedestal, jardim do Palácio da Anunciada (foto do autor).

O tanque “*que he feyto à mão & com indústria humana nas casas, hortas, ou jardins, para regalo & nele de ordinário de criação peyxes*”¹⁹¹⁷ constituía uma outra referência decorativa fundamental, ocupando um lugar central no jardim. O seu principal impacto advinha da sua dimensão, da animação que resultava da movimentação do contorno e, sobretudo, da maior ou menor magnificência do elemento que lhe era colocado no centro, com a função de jorrar água. (Figs. 129 e 130).



Fig. 129 - Tanque, jardim do palácio Palhavã, Lisboa (Fot.do autor).



Fig. 130 - Tanque, jardim do palácio da Anunciada, Lisboa (Fot. do autor).

A existência de água¹⁹¹⁸ manifestava-se essencial, por óbvias razões prosaicas facilmente reconhecidas, mas, também, pela importância relevante que assume no contexto da decoração. No tanque, encontramos-a no papel de espelho que muito valoriza o espaço que a rodeia e a permitir a existência de fauna e flora aquáticas. Para além disso, gera zonas de

¹⁹¹⁷ Cf. BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário Portuguez & Latino*, vol. 8, pp.40-41.

¹⁹¹⁸ “A água é sem dúvida a coisa mais necessária em um jardim, e que mais contribue para o recreio, sendo bem distribuída, seja em repuxos, seja em cascatas, fontes e tanques.” Cf. *Manual do jardineiro e do cultivador ou modo de cultivar os jardins em que se trata da variedade das flores, da sua melhor cultura, augmentado com a linguagem do emblema das flores e ornado de oito estampas*”, p. 12. Recorde-se que na época barroca a água “teve uma exploração cenográfica levada às últimas consequências”. Cf. CALDAS, João Vieira – *A Casa Rural dos Arredores de Lisboa no Século XVIII*, Vol. 1, p. 68. (tese de doutoramento)

frescura, muto necessárias num clima mediterrânico, com verões secos e proporciona o recreio, como constatamos num relato do marquês de Fronteira, onde nos descreve que, no jardim da sua residência, em S. Domingos de Benfica, “a Sra. de Murça não abandonou a ideia da pesca e colocando-se na gruta do meio do lago, onde lhe puseram cadeiras e grandes alguidares com água para deitar os peixes da China que pescasse no lago, dos quaes uma grande quantidade foi victima, alli esteve até se servir o jantar na casa”¹⁹¹⁹.

A água encontra-se muito presente através de pequenas fontes, das casas de fresco e, sobretudo, das cascatas que lhe reservam uma função mais expressiva. Apesar da maior parte dos jardins lisboetas possuir um equipamento hídrico diminuto, quando confrontado com outros países europeus, devemos reconhecer que, à sua escala, não deixam de assumir uma particular importância.

As primeiras, aliam aspectos decorativos e utilitários, pelos trabalhos escultóricos que, geralmente, exibem e porque permitem um fácil acesso à água. Quanto às segundas, representam um lugar vocacionado para a permanência e repouso, onde a existência constante da água propiciava uma temperatura mais amena, tão necessária nos dias quentes. A sua principal decoração eram os embrechados¹⁹²⁰, que ali se aplicavam numa tentativa de recriar um ambiente idêntico ao que se encontraria nas grutas naturais. Por último, as cascatas que se exigiam mais exuberantes, tinham um papel de carácter lúdico, proporcionado pela magia da água “que vai cahindo de rochedo, em rochedo, de pedra em pedra”¹⁹²¹.

No palácio da Anunciada, a cascata existente no jardim, pelas obras que ali foram feitas, no início do século XIX, ficou com a dupla função de cascata e casa de fresco. Naquele período de remodelação do jardim, foi encomendado a “Ventura Mendes, Caboquero de

¹⁹¹⁹ Cf. BARRETO, D. José Trazimundo Mascarenhas – *Memórias do Marquês de Fronteira e d’Alorna*, vol. 1-2, p. 98.

¹⁹²⁰ Os embrechados são “pedacinhos de louça, de cristal ou pequenas pedras e conchinhas de várias cores e formas diversas, embutidas nas brechas naturais ou artificiais, para ornato, e com que se fazem grutas nos jardins e se adornam as paredes. Deste modo, imitam-se os cristais, petrificações, estalactites, e outros acidentes que se observam nas grutas naturais.” Cf. VIEIRA, Fr. Domingos – *Grande Dicionário Portuguez ou Thesouro da Língua Portuguesa*, vol. 3, p. 64.

¹⁹²¹ Cf. VIEIRA, Fr. Domingos – *Grande Dicionário Portuguez ou Thesouro da Língua Portuguesa*, vol. 2, p. 133.

*Bemfica (...) dois assentos a 10 palmos cada hum, são 20 palmos, que com 16 palmos dos 4 pés, fazem ao todo 36 palmos, a 16 rs. – 5\$760*¹⁹²², que deveriam ser colocados junto daquela construção. Por outro lado, foi integrada num passadiço que ali se construiu, o que lhe retirou individualidade, mas acrescentou-lhe um outro enquadramento e riqueza decorativa, porque lhe proporcionou a proximidade das estátuas suportadas por pedestais e inseridas em nichos, por nós referidas *supra*.

Tendo sido sujeita, ainda, a outras obras, como “*a bordadura do Lago da Cascata por ora só falada, mas não encomendada*”¹⁹²³, poderemos dizer que esta cascata, que não era monumental, foi transformada numa magnífica casa de fresco, com uma queda de água, à semelhança de uma cascata (Figs. 131 e 132).



Fig.131 - Acesso à cascata e passadiço, jardim do Palácio da Anunciada (Fot. do autor).



Fig. 132 - Cascata, jardim do palácio da Anunciada (Fot. do autor).

¹⁹²² Cf. A.N.T.T., *Arquivo da Casa de Rio Maior*, Maço 85, f. s./n.º.

¹⁹²³ Cf. A.N.T.T., *Arquivo da Casa de Rio Maior*, Maço 85, f. s./n.º.

Relacionado com a água, numa vertente exclusivamente utilitária, devemos referir, nos espaços mais marginais dos jardins, a eventual existência, de poços¹⁹²⁴ ou de outros reservatórios destinados a recolher a água da chuva, que é a mais apropriada para as regas¹⁹²⁵. (Fig. 133)



Fig. 133 - Poço / cisterna, jardim do Palácio Porto Côvo, Lisboa (Fot. do autor)

Estes espaços, enquanto lugares de recreação, podiam propiciar a ocorrência de acidentes, como aquele que sucedeu no dia 4 de Março de 1824, obrigando a que João de Saldanha ficasse de cama “*com hum defluxo effeito da queda, e de ter cahido em pé no tanque do*

¹⁹²⁴ “*Quem quizer comprar a propriedade de casas nobres, (...), a qual tem todas as acomodações necessárias para carruagens, bestas e criados, pateos, jardim e poço, (...).*” Cf. *Gazeta de Lisboa – Segundo Suplemento*, n.º 26, 29 de Junho de 1805.

¹⁹²⁵ Cf. *Manual do jardineiro e do cultivador ou modo de cultivar os jardins em que se trata da variedade das flores, da sua melhor cultura, augmentado com a linguagem do emblema das flores e ornado de oito estampas*, p. 37.

Jardim de baixo descendo por huma taboa a ver huma tartaruga, que lhe derão e morreu”¹⁹²⁶.

Talvez para evitar alguns destes perigos, algumas zonas dos jardins estavam gradeadas, como nos sugere o “*rol da obra de pintura (...) feito (...) para caza do Exmo. Conde de Villanova*” onde foram cobrados 8\$000 réis pelas “*grades todas do jardim e as que cercam o lago pintadas de verde com três mãos de tinta*”¹⁹²⁷.

Aos jardins poderiam estar associados outros espaços, nomeadamente a horta e o pomar¹⁹²⁸. Esta sobreposição de culturas¹⁹²⁹, que aliavam uma componente mais lúdica e recreativa a uma outra, de carácter prático, associada à produção de bens alimentares indicará uma mentalidade ruralizante, que teria impedido, nalguns casos, o desenvolvimento de espécies arbóreas¹⁹³⁰.

Os trabalhos de manutenção do jardim eram da responsabilidade do jardineiro, supervisionado por um criado superior da casa. Para esse efeito, eram-lhe entregues, aquando da contratação, à semelhança do que sucedia com outros criados, um conjunto de ferramentas que se afiguram necessárias para a realização das tarefas que lhe estão atribuídas.

Consultando uma lista que nos dá conta dos utensílios que teriam sido entregues a um jardineiro, contratado em Maio de 1812, pela casa de Rio Maior, constatamos que, para além dos instrumentos mais comuns e necessários a qualquer tarefa de jardinagem, como é o caso de uma enxada, um ancinho ou de uma pá, encontramos outros, mais específicos, capazes de nos informar acerca dos principais trabalhos que lá deveriam ser realizados.

¹⁹²⁶ Cf. A.N.T.T., *Arquivo da Casa de Rio Maior*, Livro 12, 1817, f.32.

¹⁹²⁷ Cf. A.N.T.T., *Arquivo da Casa de Abrantes*, Livro 99, f. s./n.º.

¹⁹²⁸ “(...) *huma propriedade de casas nobres no sitio de Buenos Aires (...) com huma pequena quinta que consta de hum taboleiro de jardim, orta, vinha, muitas arvores de fruta.*” Cf. *Gazeta de Lisboa* – n.º 47, 23 de Fevereiro de 1810.

¹⁹²⁹ “(...) *estes espaços de prazer simbolizavam, em simultâneo, outra importante norma estética a que obedece a representação da natureza: a fecundidade.*” Cf. CANAVEIRA, Manuel Filipe Cruz de Moraes – Os jardins do palácio de Queluz orientações de gosto, utência e simbólica, *Separata da Revista de História Económica e Social*, 1988, p. 73.

¹⁹³⁰ Vd. CALDAS, João Vieira – *A Casa Rural dos Arredores de Lisboa no Século XVIII*, vol. 1, p. 65. (tese de doutoramento). Julgamos que no caso das residências da cidade de Lisboa, esta situação também se verifica.

Referimo-nos, a “*hum ferro de meter buxo*”, a “*uma thezaira para tosquiar buxo e alfazema*” e a “*um rolo de pedra*”¹⁹³¹, pois são ferramentas, cuja existência nos indica que, à semelhança do que sucedia nos jardins europeus, a manutenção do buxo e do areão figurava entre as principais tarefas. Logo, poderemos concluir que o “*parterre*” era a principal decoração deste jardim.

¹⁹³¹ Cf. A.N.T.T., *Arquivo da Casa de Rio Maior*, Livro 91, f.8.

Conclusão

A segunda metade do século XVIII constituiu, para as elites lisboetas, um período de mudança provocado por múltiplas rupturas políticas e económicas que originaram novos grupos e identidades sociais. Esta matriz, que reúne novidades nos actos governativos e nos protagonistas, estará na génese de uma nova sociedade que se começará a implantar, com assertividade, no primeiro quartel do século XIX.

Apesar dos novos cursos, ao longo da segunda metade de Setecentos, a influência política e a grande maioria das manifestações de prestígio continuam a ser procuradas junto da casa real e nos antigos valores da nobreza. A burguesia emergente, que conheceu grande incremento com Pombal, interessar-se-á, sobretudo, pela eficácia da economia e da política, longe da nação e próxima do Estado, onde confundiu os interesses daquele com os seus próprios negócios.

Neste caminho, numa primeira fase, alguns destes novos protagonistas, afortunados e sem passado genealógico, hesitando entre a tradição e a modernidade, com a insegurança própria de uma geração nascente, mimetizaram comportamentos da nobreza, continuando a promover a magnificência, enquanto afirmação de prestígio social.

No final do Antigo Regime, onde os principais conflitos sociais se centram nas elites, houve um tempo necessário para a burguesia assumir o papel de representante da nação, que outrora pertencera, em exclusivo, à nobreza, enquanto portadora da memória, da identidade nacional e de um quadro de valores éticos reconhecidos.

Este movimento ocorrerá em Oitocentos com a construção de um outro sistema de valores, menos passadista, em que pontificam contributos e influências estrangeiras, a par da consolidação de ideais que originaram outras políticas e implantaram o liberalismo.

As residências das elites não ficarão alheias a estas mudanças e o seu interior adaptar-se-á a novas necessidades sociais. Neste contexto, a casa tornar-se-á mais receptiva e menos hospitaleira, assiste à emergência de novas salas e à especialização de outras, multiplica os

objectos pela chegada de novas funções e de outras sociabilidades, desenvolve práticas higienistas, começa a reconhecer a comodidade como um sinal de prestígio ao invés do aparato e do supérfluo, altera horários de refeições e aumenta a intimidade, que começa a associar-se a noções de felicidade.

A organização do espaço interior, contudo, continua a caracterizar-se ao longo da segunda metade do século XVIII, pela interdependência dos diversos compartimentos, que encontra a sua expressão maior no enfileiramento das salas, a par da multiplicação de pequenos espaços anexos e de um aproveitamento exaustivo de outros que apresentam dimensões muito reduzidas. Para além desta grande interligação, só tardiamente, no último quartel de Setecentos, começamos a notar uma maior especialização dos diversos compartimentos.

Ensaia-se-á, então, uma nova residência, onde, para além dos serviços, se determina uma divisão em três grandes zonas que acolhem o aparato, a sociedade e a intimidade. Nesta distribuição distinguem-se e racionalizam-se espaços com uma concepção em função das necessidades de vida de encomendadores que, doravante, a par do aparato e da sociedade, também valorizam a individualização e a vida íntima.

Aquelas alterações reflectem-se, de igual modo, nos múltiplos objectos que existem nas casas, resultantes das vivências e das necessidades sociais. Estes bens, para além de representantes de uma sociabilidade crescente, tornam-se expoentes de novos hábitos, de âmbito alargado, que vai desde a alimentação e das bebidas até à higiene, à dança, aos jogos, à música ou à escrita, entre outros.

Realce-se, ainda, que neste período circularão muitas novidades geradas pelo fascínio da moda, do exotismo e do interesse científico, a que muitos não hesitaram a aderir, movidos pelo interesse ou pressentindo que os novos consumos os distinguiam e afirmavam na sociedade de Setecentos.

De entre um conjunto alargado de novos objectos que se constituem, no campo decorativo, como lastro de uma mobilidade social ascendente, destacamos os que resultam da miscigenação entre comércio e cultura, bem realçado, por exemplo, na execução e

comercialização de globos terrestres, facto que nos aparece bem visível, em muitos anúncios publicados no jornal *A Gazeta de Lisboa*.

A decoração assentará em conjuntos de bens que, mais coordenados ou isolados, representam sempre um estatuto económico. Quando estes grupos são muito alargados indiciam um poder de compra mais diferenciado. Este ciclo decorativo que utiliza os conjuntos e a uniformidade completa-se com a disposição simétrica e a repetição de cenários que lhe está inerente.

Os bens móveis dispõem-se aos pares, uma regra decorativa sempre muito presente, constituindo-se séries de objectos idênticos nas formas, tons e materiais que se replicam por aquela ordem. O par, neste caso, não se afigura como desprestigiante nem quebra a ideia de originalidade, antes pelo contrário. Aquele permanece singular, na medida em que não é produzido em massa, logo, pode ser-lhe acrescido o prestígio inerente a uma maior quantidade e a uma opção decorativa que privilegia a multiplicação de bens. Por outro lado, a série, só por si, constitui uma norma decorativa, inerente a uma decoração mais extensiva do que maximalista.

Muitas salas apresentam-se com móveis revestidos a tecidos, cujos tons se conjugam com o revestimento têxtil existente nas paredes, num sinal de que houve coordenação decorativa e de que aquelas peças de mobiliário foram adquiridas com o propósito de ocupar um determinado compartimento. O padrão decorativo, nestes casos, seria implementado pelos têxteis. O quarto de dormir e o salão, dois espaços âncora que encontramos nas residências, são frequentemente contemplados com este modelo, onde a decoração é entendida numa perspectiva mais totalizante.

O primeiro, que passou a integrar-se na designada zona de comodidade, centra a sua decoração no leito e nos têxteis que não eram, em exclusivo, o refúgio para o descanso, o sono ou a intimidade, mas também um abrigo contra o frio existente nestes quartos sujeitos a muitas correntes de ar e a um aquecimento insuficiente.

Neste espaço ou nas suas imediações assistiremos ao aparecimento de novidades. A diminuição do número de lugares sentados, a par da divulgação da mesa-de-cabeceira e do catre, um móvel menos formal que o leito, começam a configurar uma ideia de quarto de dormir onde a individualidade e a vida íntima já se reconhecem.

As práticas higienistas, mais desenvolvidas no final de Setecentos, também exigirão uma maior presença de objectos a elas associados. Bacios, escarradores, bacias, caixas e cadeiras de retrete, tinas para banho, bacias para lavar os pés, jarros e bacias para água às mãos, jarros e bacias para barba, perfumadores, procurarão um lugar no quarto de dormir ou, pelo menos, nesta zona da residência, enquanto não se torna comum a existência de uma casa de banho.

Outros objectos, associados às práticas médicas que assistem a um incremento no final do século XVIII, também ali marcarão presença. Seringas e bacias para sangria serão os mais constantes, enquanto, ocasionalmente relacionadas com os partos, não faltariam as cadeiras de parir.

Perto do quarto de dormir, incluído no conjunto de gabinetes que emergem na sua proximidade, situamos a casa do toucador, um espaço sem género, destinado à preparação da toilette. O grande protagonismo do móvel toucador e dos objectos que no seu tampo se dispõem, em conjunto com os têxteis que se apresentam abundantes, marcarão o campo decorativo nesta sala.

Em alguns casos, relacionados com necessidades de isolamento da mulher, aquela casa poderia tornar-se num lugar de escrita ou de reflexão, apesar desta última valência, a nosso ver, estar sempre mais próxima dos espaços reservados ao culto e à oração, como sucede, por exemplo, na casa do oratório.

Quanto ao salão, uma sala de aparato que ocupa o compartimento de maior dimensão, torna-se no espaço de recepção por excelência, apresentando um luxo adequado ao seu objectivo, onde o tremó, um móvel muito sumptuoso, sobressai e marca um ritmo decorativo onde a ostentação está muito presente.

Naquela sala encontramos cadeiras, canapés, pequenas mesas, tremós e bambinelas, formando conjuntos repetitivos que reproduzem tonalidades e materiais. A série e a utilização de padrões tradicionais, como o damasco carmesim, por exemplo, pareciam agradar muito aos proprietários e visitantes setecentistas, que se reconheciam num modelo onde se denota algum monolitismo.

Este percurso decorativo sofreu algumas alterações no último quartel do século XVIII, aquando da explosão de cores que um gosto iluminado promoveu, assistindo-se a uma proliferação de móveis pintados, pela imposição de uma moda portadora de outro vocabulário, igualmente adstrito e compreendido no seio dos grupos de elite.

Se atentarmos na decoração de algumas residências lisboetas, este fenómeno estará muito presente em algumas delas, como sucede, por exemplo, com o desembargador António Joaquim de Pina Manique que pareceu entusiasta desta nova moda.

Refira-se, contudo, que o salão não valia pela acumulação de móveis existente no seu interior, pois o foco centrar-se-ia na decoração das paredes. Apesar de o luxo não advir do elevado número daqueles bens, parece inequívoco que as tipologias de mobiliário ali presentes se encontram de acordo com as necessidades sociais dos frequentadores daquelas salas, pelo que, através da exposição e da interacção, também aqueles se transformam em verdadeiros actores da sociabilidade.

No salão do palácio da Anunciada, por exemplo, encontramos um número pouco elevado de móveis, na medida em que a ostentação se procurou nos panos de tapeçaria, nos retratos, no lustre e nos tremós ali presentes.

Através das assembleias que nele têm lugar, o salão torna-se o centro da sociabilidade no interior de uma residência, constituindo-se, no decurso de um evento, como um elemento de ligação entre o exterior e o interior de uma casa. A sua existência e prestígio, todavia, dependem da regularidade e empenho dos organizadores. Assembleias frequentes, como sucedia na residência da marquesa de Angeja atribuem-lhe um protagonismo na sociedade que outras, de carácter mais casual não proporcionarão.

Nestes eventos, o papel da mulher começa a tornar-se relevante. Com frequência, encontramos um nome feminino associado a uma residência e à promoção de assembleias. Deve reconhecer-se, ainda, pela abundância dos relatos, que a mulher teria um papel muito predominante no decurso daquelas recepções.

O teatro, verdadeira metáfora da mundanidade, a música, reconhecida como fundamental na educação, os jogos e o jogo, que muito aproxima as elites da vida da corte, e a dança, um paradigma do bom comportamento social, revelam-se as principais distrações que se desenvolvem naqueles encontros. Outros assuntos, mais pragmáticos, como sucede com as estratégias matrimoniais, também ali poderiam ser architectadas.

Neste espaço mundano, reconhecia-se a civilidade como um esteio da vida social, que não se descurava pois o conhecimento dos seus princípios e a polidez constituíam um meio eficaz de separar os grupos de elites dos mais humildes, promovendo-os por oposição à barbárie e tornando aquelas regras numa das suas marcas identitárias, consolidando grupos a que não acedia quem desconhecesse os códigos.

Em torno do salão, desenvolvem-se outras salas, de menor dimensão, integradas no designado apartamento de sociedade, conforme constatamos, por exemplo, na “*casa forrada de damasco verde*” ou na “*casa amarela*” existentes no palácio da Anunciada, pertencente ao conde de Rio Maior.

Aquelas destinam-se, com mais frequência, ao entretenimento dos visitantes e à recepção de visitas, durante as tardes, por exemplo. Noutras ocasiões, quando a dimensão das festas o exigia, abriam-se todas aquelas salas para receber os convidados. Estes espaços revelam um programa decorativo idêntico ao salão, podendo apresentar, através dos bens móveis neles existentes, evidências quanto à função que lhes estava destinada.

A especificação de um espaço interior explicitamente dedicado à vida em sociedade teve grande importância na autonomização progressiva da sociabilidade mundana que se quer distinta da intimidade familiar. O quarto de dormir, conseqüentemente, virá a transformar-se num lugar íntimo e de repouso, dispensado da função de nele se receberem as visitas.

Contudo, este movimento mostra-se lento, na medida em que se é certo que o salão destrona o quarto e se transforma no centro da sociabilidade, necessitaremos de aguardar pelo século XIX para encontrar a verdadeira dicotomia entre o quarto de dormir e o salão.

No que diz respeito às salas destinadas à sociabilidade, uma das grandes novidades setecentistas foi a criação de um compartimento destinado, em exclusivo, a refeições. Esta ideia, que se vai divulgar no último quartel do século XVIII, será devidamente patrocinada na centúria seguinte, onde a sala de jantar se tornará imprescindível.

Atribuiu-se-lhe uma mesa fixa em lugar central, enfileiraram-se cadeiras à sua volta, dotou-se de mobiliário adequado à guarda da louça mais usual, foram instaladas fontes devido às preocupações higienistas, conseguindo-se transformar o acto efémero de pôr a mesa, numa sala que, perenemente, possui uma mesa para jantar. Também aqui, as tipologias de mobiliário se modificam, surgindo uma multiplicidade de objectos que interagem com uma nova sociabilidade desenvolvida em torno das refeições.

Ainda relacionada com a especialização de alguns compartimentos, assistiremos à criação de gabinetes que guardam objectos colecionáveis que, com maior rigor, em muitos casos, deveremos integrar no espectro mais alargado das denominadas curiosidades que tanto se amplificam com o Iluminismo. Alguns deles, pautam-se pela paixão de acumular e pelo desejo de transportar o universo para a residência, ocupando-a com o exotismo e a bizarria. Outros tornar-se-ão mais selectivos, determinando com mais precisão, o sentido das suas colecções.

Muitos destes gabinetes encontram-se próximos da casa da livraria, uma sala destinada à guarda de livros, à leitura e à escrita, onde também há lugar para estampas, mapas, globos terrestres e muitos outros instrumentos associados ao interesse científico. Neste universo de cultura anunciam-se acervos bibliográficos onde começam a grassar muitos volumes associados a interesses profissionais, a par de outros dominados pela história e religião.

No interior da casa, também encontramos espaços vinculados ao sagrado e às práticas religiosas: a capela e a casa do oratório, mais destinados ao culto e à oração, e os diversos

móveis oratórios, de carácter acentuadamente individual, vocacionados para a oração, distribuídos por várias divisões da residência, numa verdadeira simbiose entre sagrado e profano.

A existência de uma capela, enquanto espaço físico autónomo, dedicado ao culto e à oração, nem sempre se revelou possível, por constrangimentos urbanos, pelo que a casa do oratório se afigura como a solução mais comum para encontrar um lugar específico, destinado à prática religiosa.

Além da prática do culto religioso, este espaço assume a maior importância, enquanto lugar de reunião quotidiana de diversos membros da família e, sobretudo, de afirmação da mulher, pelo papel preponderante que ali lhe está reservado. Por outro lado, pelas riquezas que nele se guardam e pelo movimento que aproximou a casa do oratório das zonas mais sociais, como sucedeu no palácio Tancos, por exemplo, permitirá uma ostentação que se encontra em sintonia com os desígnios das elites.

Acrescente-se, ainda, que a mulher teria procurado ali o isolamento que, por vezes, lhe era muito necessário. O Iluminismo e as elites parisienses criaram o *boudoir*, um espaço de recolhimento feminino e as lisboetas, na ausência daquele, procuraram refúgio e silêncio junto do oratório.

Um outro espaço que assumiu um papel relevante, no contexto da residência da capital portuguesa, foi o jardim. A grande maioria apresenta-se mais próxima dos jardins de diversão do que da contemplação ou da mística. As casas de fresco neles existentes dão-nos o mote para as permanências mais prolongadas durante as quentes tardes de verão e as gaiolas de pássaros associam-lhes o exotismo e o espírito científico e de colecção, enquanto os poços e as cisternas evocam o pragmatismo da captação de água, um bem tão necessário naquelas casas.

Os jardins, decorados com estátuas, tanques, mesas, bancos e painéis de azulejos que revestem os muros prolongam o espaço interior, tornando-se palco, com frequência, para refeições ao ar livre e eventos festivos. Em alguns casos, não faltará o fogo-de-artifício e

outras diversões, construindo-se uma ideia de que a festa no exterior abre caminho aos parques de atracção que registam um grande êxito em Oitocentos.

As residências lisboetas possuíam outros espaços, mais afastados da vida social, onde decorriam diversos serviços essenciais numa casa. Eram constituídos pela cozinha, pátios, cocheiras e cavalariças, entre outros menos preponderantes. Neles, registamos a presença de grande número de criados, pois, apesar das novas propostas de distribuição e de decoração irem trilhando o seu caminho na construção de uma outra modernidade sinalizadora de diferenciação e bem-estar, muitos continuaram a valorizar a presença de um elevado número de criados, enquanto sinal exterior de estatuto social.

Para além dos criados residentes eram muitos os que prestavam serviços naquelas casas, visitando-as com regularidade, ora vendendo pão ou levando a roupa lavada, ora reparando carruagens ou selas, entre muitas outras profissões e ofícios que ali concorriam com os seus préstimos. Em muitas ocasiões, pela presença de tantos servidores, os pátios destas casas confundir-se-iam com a rua, apesar das tentativas que vão sendo feitas no sentido de os resguardar dos olhares forasteiros.

Estas residências sobrepovoadas pelos proprietários, seus descendentes e em alguns casos, numerosos colaterais e os respectivos criados recebiam, ainda, em permanência ou mais ocasionalmente, os mestres, os capelães, os médicos, os cirurgiões, as enfermeiras e os cabeleireiros, entre outros.

As transformações aqui elencadas, ocorridas ao longo da segunda metade do século XVIII, e os novos modelos de sociabilidade ensaiados pelas principais figuras de elite anunciam os modos de vida da Lisboa contemporânea.

A tina de banho e a casa de banho, a sala de jantar e os múltiplos objectos necessários ao serviço de refeições, um quarto para dormir, como sugere a marquesa de Alorna, e uma sala para a sociabilidade são projectos que evidenciam muitas alterações no interior da casa.

Por outro lado, a divulgação de códigos de comportamento para polir e gerar uma sociedade mais civilizada e muitas outras novidades como o biberão e o sofá, um móvel híbrido que não é cadeira, nem cama, o interesse pelos banhos de mar, os partos “com instrumentos” e tantas outras modas, constituem indicadores sintomáticos de que muitos dos hábitos actuais ali começaram a ser preparados.

Neste estudo acerca das casas das elites cruzámos várias dimensões do património, não privilegiando nenhuma delas, antes preferindo permanecer atentos aos sinais de todas. Observámos o património construído, presente em algumas residências lisboetas e que urge preservar, a par de um outro, móvel, que nos é elencado pelas descrições constantes nos inventários orfanológicos e em muitas outras importantes fontes e acrescentámos, ainda, a imaterialidade do património das relações interpessoais que se apresenta imprescindível para uma compreensão mais total deste legado que as elites lisboetas dos finais do Antigo Regime nos deixaram.

Percorremos um caminho onde tentámos compreender o papel dos objectos utilitários e de outros mais decorativos, procurámos as modas, os interiores das residências e os sinais do quotidiano daqueles que nelas habitavam. Através de diários, de receitas, de róis, de contas e, também, das preocupações, sentimentos e vontades, por eles descritas, ensaiámos uma interpretação do espaço doméstico e da relação entre os objectos e as pessoas que nela viviam, num tempo longo que vai de cerca de 1750 a 1830.

Deste trabalho, fica-nos a consciência das muitas derivas que teriam sido possíveis, do interesse de todas elas e do infinito trabalho que está por fazer. Uma história mais política, ou económica ou social, ou qualquer outra, teria encontrado outras respostas. A nossa opção por uma maior transversalidade, assentou no pressuposto de que, numa primeira fase, uma abordagem mais plural apresenta benefícios para o conhecimento histórico, sem prejuízo de considerarmos que outras, mais parcelares e aprofundadas, se tornam necessárias.

Fontes e Bibliografia

Fontes impressas

ABRANTES, Duquesa de – *Recordações de uma estada em Portugal 1805-1806*, Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2008.

AIRES, Matias – *Reflexões sobre a vaidade dos homens e Carta sobre a fortuna*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1980.

ALORNA, Marquesa de – *Inéditos – Cartas e outros Escritos, selecção, prefácio e notas de Hernâni Cidade*. Lisboa: Sá da Costa, 1941.

ATOUGUIA, condessa de – *Memorias da ultima Condessa de Atouguia*. Braga : P. Villela e Irmão, 1917.

BAILLIE, Marianne – *Lisboa nos anos de 1821, 1822 e 1823*. Lisboa: B.N.P., 2000.

BALBI, Adrien – *Essai Statistique sur le Royaume de Portugal et d'Algarve comparé aux autres Etats de l'Europe et suivi coup d'œil sur l'état actuel des sciences des lettres et de beaux-arts, parmi les portugais des deux hémisphères*. Paris: Rey et Gravier, 1822.

BARETTI, José – *Portugal em 1760 – Cartas familiares (XV a XXXVIII)*. Lisboa: Typ. Barata y Sanches, 1896.

BARRETO, D. José Trazimundo Mascarenhas – *Memórias do Marquês de Fronteira e d'Alorna*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986.

BECKFORD, William – *Diário de William Beckford em Portugal e Espanha: 1787-1788*. 2ª ed. Lisboa: B.N.L., 1983.

BLONDEL, Jacques-François – *Architecture Française, ou recueil des plans, elevations, coupes et profils*. Paris : Charles-Antoine Jombert, 1752.

- BLUTEAU, D. Raphael – *Diccionario da Lingua Portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por António de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro*. Lisboa: Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.
- BLUTEAU, Rafael – *Vocabulário Portuguez e Latino*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1728.
- BOMBELLES, marquis de – *Journal d'un Ambassadeur de France au Portugal – 1786-1788*. Paris: P.U.F., 1979.
- BONEM, Natal Jácome – *Tratado dos principais fundamentos da dança*. Coimbra: Offic. dos Irmãos Ginhoens, 1767.
- BOURGOING, Jean François – *Voyage du duc du chatelet en Portugal*. 2ª edição. Paris: Chez F. Buisson, Imp.-Lib., 1801.
- BRELIN, Johan – *De passagem pelo Brasil e por Portugal em 1756*. Lisboa: Instituto Ibero-Americano, 1955.
- CARRÈRE, J. B. F. – *Panorama de Lisboa no ano de 1796*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1989.
- Cartas e outras obras selectas do Marquez de Pombal ministro e secretário d'estado do senhor El-Rei D. José I*. Lisboa: Typ. de Desiderio Marques Leão, 1822.
- CHAVES, Castelo-Branco – *O Portugal de D. João V visto por três forasteiros*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1983.
- CHAVES, Castelo-Branco – *Portugal A Corte e o País nos anos de 1765 a 1767*. Lisboa: Lisóptima edições, 1989.
- CHAVES, Castelo-Branco – *Portugal nos séculos XVII e XVIII Quatro Testemunhos*. Lisboa: Lisóptima edições, 1989.

- CORMATIN, D. J. – *Voyage du ci-devant Duc du Chatelêt*. Paris: Buisson, 1797.
- COSTA, José Daniel Rodrigues da - *Conversação das senhoras na sala das visitas antes do chá*. Lisboa : Impr. de João Nunes Esteves, 1830.
- COSTA, José Daniel Rodrigues da - *Conversação das senhoras na sala das visitas antes do chá*. Lisboa : Impr. de João Nunes Esteves, 1830.
- COSTA, José Daniel Rodrigues da – *Esparrella da moda : parte primeira : pequena peça crítica e moral*. Lisboa : Off. de Domingos Gonsalves, 1784.
- COSTA, José Daniel Rodrigues da – *Modas do tempo descobertas na quarta parte dos ópios*. Lisboa: Offic. de Simão Thadeo Ferreira, 1788.
- COSTA, José Daniel Rodrigues da – *Modas do tempo descobertas na quarta parte dos ópios*. Lisboa: Offic. de Simão Thadeo Ferreira, 1788
- COSTA, José Daniel Rodrigues da – *Nova, e pequena peça crítica, e moral: Os carrinhos da Feira da Luz*. Lisboa : Offic. de Francisco Luiz Ameno, 1784.
- COSTA, José Daniel Rodrigues da – *Ópios que dão os homens e as senhoras na cidade de Lisboa huns aos outros, tirados da esperiencia do author*. Lisboa: Offic. de Simão Thaddeo Ferreira, 1786.
- COSTA, José Daniel Rodrigues da – *Petas da Vida ou a terceira parte dos Ópios*. Lisboa: Of. de Simão Thaddeo Ferreira, 1788.
- COSTA, José Daniel Rodrigues da – *Verdades do Mundo na vida da corte, e do campo*. Lisboa: Offic. Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1786.
- DIDEROT, M; D’ALEMBERT, M. – *Encyclopédie ou Dictionnaire Raisonné des Sciences, des Arts et des Métiers*. Paris: Briasson, [s.d.].
- GARRETT, Almeida – *O Toucador periódico sem política*. Lisboa: Vega, 1993.
- Gazeta de Lisboa*, 1750-1830.

GORANI, José – *Portugal A Corte e o País nos anos de 1765 a 1767*. Lisboa: Ática, 1945.

GRAMOZA, José Pedro Ferraz – *Sucessos de Portugal. Memórias históricas, políticas e civis em que se descrevem os mais importantes sucessos ocorridos em Portugal desde 1742 até 1804*. Lisboa : [s.n.], 1882.

Historias Proveitozas primeira, Segunda & Terceira parte que contem Contos de proveito, e exemplo, para boa educação da vida humana. Composto por Gonçalo Fernandes Trancoso leva no fim a Policia, & urbanidade Christã. Lisboa Oriental na Offic. de Felipe de Sousa Vilella, 1773.

HOLSTEIN, D. Mariana de Sousa – *Um olhar feminino sobre Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte, 2006.

Hum Mezinheiro – a Barca dos Banhos – Primeira Carta da Prevenção e noticia a hum amigo que pedia a outro que lhe desse uma ideia de tão celebrada Barca dos Banhos. Lisboa: Imp. Régia, 1811.

Itinerário Lisbonense, ou Directório Geral de todas as Ruas, Travessas, Becos, Calçadas, Praças, etc. que se comprehendem no recinto da cidade de Lisboa. Lisboa: Imprensa Régia, 1804.

KINSEY, W. M. – *Portugal illustrated*. Londres: A. J. Valphy, 1828.

KOCH, General – *Memórias de Massena campanha de 1810 e 1811 em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007.

LABOURDETTE, Jean-François – *La Nation Française a Lisbonne de 1669 a 1790 – entre Colbertisme et Libéralisme*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian-Centro Cultural Português, 1988.

- Letireiros célebres que se vêm escritos nas portas de várias lojas desta capital, vistos, examinados e coligidos por hum Tafúl de Luneta.* Lisboa: offic. de Simão Thadeo Ferreira, 1806.
- LINK, Heirinch Friedrich – *Notas de uma viagem a Portugal e através de França e Espanha.* Lisboa: Biblioteca Nacional, 2005.
- LOBO, Francisco Rodrigues – *Corte na Aldeia.* Lisboa: Círculo de Leitores, 1988.
- MACHADO, Ignacio Barbosa – *Historia critico-chronologica da instituiçam da festa, procissam, e officio do Corpo Santíssimo de Christo.* Lisboa: Offic. Patriarcal de Francisco Luís Ameno, 1759.
- MENDONÇA, Joachim Joseph Moreira de – *Historia Universal dos terremotos que tem havido no mundo de que há noticia, desde a sua criação até o século presente: com huma narraçam individual do terremoto de 1755: huma dissertação physica sobre as causas geraes dos terremotos.* Lisboa: Off. de António Vicente da Silva, 1758.
- MENEZES, D. Francisco Xavier de (4º conde da Ericeira) – *Diário (1731-1733), apresentado e anotado por Eduardo Brazão.* Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1943.
- MONTON, Bernardo – *Segredos das artes liberaes, e mecanicas, recopilados, e traduzidos de vários authores selectos, que tratão de física, pintura, architectura, óptima, química, douradura e acharoado, com outras varias curiosidades proveitosas e divertidas.* Lisboa: Typografia Rollandiana, 1818.
- MOORE, John – *Letters from Portugal and Spain.* Londres: Longman, 1809.

- MORGANTI, Bento – *Breves Reflexões, sobre a vida económica, a qual consiste nos casamentos, na criação, e educação dos filhos, e em adquirir, e conservar os bens, no que se funda a regular sociedade dos homens; oferecidas a N. Senhora do Monte*. Lisboa: Officina de Joseph da Costa Coimbra, 1758.
- MOURA, José Coelho de – *Compendio de segredos dedicado à humanidade*. Lisboa: Typ. Bulhões, 1820.
- NEVES, Acúrsio das – *Noções Históricas, Económicas e Administrativas sobre a produção e manufactura das sedas em Portugal*. Lisboa: Imp. Régia, 1827.
- NORONHA, D. José Manoel de – *Cartas do Marquês de Pombal (1777-1780)*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1916.
- NORONHA, D. José Manoel de – *Cartas do Marquês de Pombal (1777-1780)*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1916.
- OLIVEIRA, Eduardo Freire de – *Elementos para a História do Município de Lisboa*. Lisboa: Typographia Universal, 1908.
- OLIVEIRA, Frei Nicolau – *Livro das Grandezas de Lisboa*. Lisboa: Vega, 1991.
- OLIVEIRA, Luiz da Silva Pereira – *Privilégios da nobreza e fidalguia de Portugal*. Lisboa: Offic. de João Rodrigues Neves, 1806.
- PADILHA, Pedro Norberto d’Aucourt e – *Memorias históricas geográficas e politicas observadas de Pariz a Lisboa*. Lisboa: Ignacio Rodrigues, 1746.
- PAIVA, Manoel Joaquim Henriques de – *Aviso ao povo ou Summario dos preceitos mais importantes, concernentes a criação das crianças, ás diferentes Profissões e officios, aos Alimentos e Bebidas, ao Ar, ao Exercício, ao Sono, aos Vestidos*. Lisboa: Officina Morazziana, 1787.

Passatempo honesto, e familiar, ou collecção de quarenta e oito jogos geralmente conhecidos pela denominação de jogos de prendas; entretenimento para passar divertidas as grandes noites de Inverno, com diferentes sentenças adequadas para augmentar o divertimento. Lisboa: Typographia Rollandiana, 1830.

PEDEGACHE, Miguel Tibério – *Nova e Fiel Relação do Terramoto que experimentou Lisboa e todo o Portugal no 1º de Novembro de 1755. Com algumas observações curiosas e a explicação das suas causas.* Lisboa: Oficina de Manuel Soares, 1756.

PIMENTA e Antas, Leonardo J. – *Entremez da Assembleia do Isque.* Lisboa: Offic. de António Rodrigues Galhardo, 1770.

PIRES, A. Thomaz – Mobília e ornamentação de uma casa nobre no séc. XVIII – Inventário para lembrança dos bens móveis das casas de André José de Vasconcellos. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 16ª Série, nº 12, Lisboa, 1897, p. 791-796.

PIRES, A. Thomaz – Mobília e ornamentação de uma casa nobre no séc. XVIII – “Inventário para lembrança dos bens móveis das casas de André José de Vasconcellos”. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 16ª Série, nº 12, Lisboa, 1897, pp. 791-796.

POMBAL, Marquês de – *Cartas e outras obras selectas do marquês de Pombal ministro e secretario d'estado do Senhor El-Rei D. José I.* 5ª ed. Lisboa: Tipografia de Costa Sanches, 1861.

POMBAL, marquês de – *Memórias Secretíssimas de Marquês de Pombal.* Lisboa: Offic. da Viúva de Lino da Silva Godinho, 1821

Portugal, Lisboa E A Corte Nos Reinados de D. Pedro II e D. João V Memórias Históricas de Tristão da Cunha de Ataíde 1º Conde de Povolide. Lisboa: Chaves Ferreira, [s.d.].

- Proveito para todos, e relação curiosa e de muita utilidade para todo o pay de famílias saber adquirir e conservar os bens.* Lisboa: Offic. de Ignacio Nogueira Xisto, , 1764.
- RATTON, Jacome – *Recordações de Jacome Ratton sobre ocorrências do seu tempo em Portugal de Maio de 1747 a Setembro de 1810.* Lisboa: Fenda edições, 1992.
- REZENDE, Marquês de – *Descrição e Recordações Históricas do Paço e Quinta de Queluz. O Panorama*, Vol. XIV, 1857, pp. 1-8.
- RIGAUD, Lucas – *Cozinheiro moderno ou nova arte de cozinha, onde se ensina pelo método mais fácil, e mais breve o modo de prepararem vários manjares, tanto de carne como de peixe: Mariscos, legumes, ovos lacticínios: Várias qualidades de massas para pães, empadas, tortas, timbales, pastéis, bolos, e outros pratos de entremeio: Várias receitas de caldos para diferentes sopas: Caldos para doentes, e um caldo portativo para viagens longas.* Sintra: Colares editora, 1999.
- Rodrigues, Domingos – *Arte de cozinha dividida em tres partes: a primeira trata do modo de cozinhar varios guizazados [sic] de todo o genero de carnes, conservas, tortas, empadas, e pasteis. A segunda de peixes, mariscos, frutas, ervas, ovos, laticínios; doces, conservas do mesmo genero. A terceira de preparar mezas em todo o tempo do anno, para hospedar, principes, e embaixadores... Correcta, e emendada nesta oitava impressaõ.* Lisboa: Lisboa Occidental: Offic. Ferreiriana, 1732.
- ROQUETTE, J.I. – *Codigo do Bom Tom ou regras da civilidade e de bem viver.* Paris: J. P. Aillaud, Guillard e C^a, 1875.
- RÜDERS, Carl Israel – *Viagem em Portugal 1798 – 1802.* Lisboa: B.N.P, 1981.
- SÁ, José António – *Compendio de observações que formam o plano de Viagem Política, e Filosófica, que se deve fazer dentro da Pátria.* Lisboa: Offic. de Francisco Borges de Sousa, 1783.

- SALES, Alberto Jacqueri – *Arte e Dicionário do comercio, e economia Portuguesa*. Lisboa: Oficina Domingos Gonçalves, 1784.
- SAMPAYO, Diogo de Carvalho e – *Dissertação sobre as Cores Primitivas com hum breve tratado da composição artificial das Cores*. Lisboa: Regia Officina Typográfica, 1788.
- SAMPAYO, Diogo de Carvalho e – *Dissertação sobre as Cores Primitivas com hum breve tratado da composição artificial das Cores*. Lisboa: Regia Officina Typográfica, 1788.
- SAUSSURE, César de – *Cartas escritas de Lisboa no ano de 1730. In O Portugal de D. João V visto por três forasteiros*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 1989.
- SAVINE, Albert – *Le Portugal il ya cent ans souvenirs d'une ambassadrice*. Paris: Société des éditions Louis-Michaud, 1912.
- SILVA, António de Morais – *Diccionario da Língua Portuguesa: recopilado de todos os impressos até o prezente*. 3ª ed. Lisboa: Borel e Companhia, 1823,
- SILVA, António de Morais – *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*. 10ª ed. Lisboa: Editorial Confluência,.
- SILVA, Jozé Veríssimo Álvares da – *Memória das verdadeiras cauzas porque o luxo tem sido nocivo aos Portugueses. In Memórias Económicas da Academia das Ciências*. Lisboa: Offic. da Academia Real das Ciências, 1789, tomo I, pp. 207-222.
- SIQUEIRA, D. João de N.^a Senhora da Porta – *Escola de Política ou Tratado de Civilidade Portuguesa*. Lisboa: Offic. de Simão Thaddeo Ferreira, 1816.
- Tratado do jogo do Voltarete, com as leis geraes do Jogo*. Lisboa: Of. de Simão Thaddeo Ferreira, 1744.
- VASCONCELOS, João Rosado de Villa-Lobos e – *O Perfeito Pedagogo na arte de educar a mocidade*. Lisboa: Typografia Rollandiana, 1816.

VIEIRA, Domingos – *Grande Dicionário Portugues ou Thezouro da Lingua Portuguesa*. Porto: Editores Ernesto Chardron e Bartolomeu H. de Moraes, 1873.

ZEFERINO, Francisco Rey de Abreu Matta – *Anatómico Jocosos*. Lisboa: Offic. do Doutor Manoel Alvarez Solano, 1755.

Fontes Manuscritas

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO

ARQUIVO DA CASA DE POVOLIDE

“Relação de D. Bárbara José da Cunha de tudo o que tenho em meu poder”, Pacote 12, Maço 61, Doc. 11.

ARQUIVO DA CASA MARQUÊS DA FRONTEIRA

“Rol que leva a carga da nau “N. Sra. das Necessidades” pertencente ao 1º Marquês de Alorna”, nº 110, 5 de Fevereiro de 1751.

ARQUIVO DA CASA DE ABRANTES

Livro 99

Livro 105

Livro 106

Livro 107

Livro 108

Livro 109

Livro 110

Livro 111

Livro 113

ARQUIVO DA CASA DE ALCÁÇOVAS

Maço 65

ARQUIVO DA CASA DE RIO MAIOR,

Maço 18

Maço 19

Maço 20

Maço 21

Maço 22

Maço 26

Maço 41

Maço 43

Maço 44

Maço 45

Maço 80

Maço 85

Livro 12

Livro 13

Livro 14

Livro 15

Livro 17

Livro 18

Livro 19

Livro 20

Livro 21

Livro 22

Livro 23

Livro 24

Livro 25

Livro 26

Livro 27

Livro 30

Livro 31

Livro 32
Livro 33
Livro 34
Livro 35
Livro 49
Livro 50
Livro 51
Livro 56
Livro 91
Livro 123
Livro 124
Livro 125
Livro 128
Livro 129
Livro 130
Livro 131
Livro 132
Livro 133
Livro 150
Livro 151
Livro 152
Livro 153
Livro 154
Livro 155
Livro 212
Livro 216
Livro 305

INVENTÁRIOS ORFANOLÓGICOS

- Processo da condessa de Ficalho, letra C, maço 14, caixa 694.
- Processo da condessa de Soure, letra C, maço 84, caixa 808.
- Processo da condessa do Redondo, letra C, maço 24, caixa 709.
- Processo da condessa do Rio Grande, letra C, maço 61, caixa 769.
- Processo da condessa dos Arcos, letra C, maço 25, caixa 711.
- Processo de Agostinha Antónia de Mello e Castro, letra A, maço 175 caixa 270.
- Processo de Ana Clemência de Almeida Castelo Branco, letra A, maço 117, caixa 199
- Processo de Ana Joaquina Inácia de Figueiredo, letra A, maço 141, caixa 238, nº 11.
- Processo de Ana Leonarda Xavier de Aguiar, letra A, maço 127, caixa 213.
- Processo de Ana Luísa da Silva, letra A, maço 127, caixa 214, nº 10.
- Processo de Ana Manuel de S. José, letra A, maço 130, caixa 218, nº 2.
- Processo de Ana Margarida Telles de Faria, letra A, maço 130, caixa 217, nº 9.
- Processo de Ana Teresa Dionísia, letra A, maço 139, caixa 236.
- Processo de Ana Xavier, letra A, maço 139, caixa 236
- Processo de Antónia Rita Bersane Leite, letra A, maço 117, caixa 199, nº 8.
- Processo de António de Saldanha Albuquerque Coutinho Marques Noronha, letra A, maço 141 caixa 238.
- Processo de António Diogo Alves de Almeida Castel-Branco, letra A, maço 127, caixa 213.
- Processo de António dos Santos de Almada letra A, maço 130, caixa 217, nº 5.
- Processo de António Freire Carneiro, letra A, maço 117, caixa 198.
- Processo de António José dos Santos, letra A, maço 141 caixa 238
- Processo de António Peixoto de Almeida e Silva, letra A, maço 141 caixa 237.
- Processo de Augusto Amaro Antunes Vianna, letra A, maço 130, caixa 217, nº 3.
- Processo de Baltazar de Mirande e Castro, letra C, maço 31, caixa 722.
- Processo de Caetana Isabel Madalena Guedes Castelo Branco, letra C, maço 31, caixa 722.
- Processo de Caetana Maria de Santo Alberto, letra C, maço 10, caixa 688.
- Processo de Caetano António Duarte, letra C, maço 17, caixa 698.

Processo de Caetano Botelho de Gouveia, letra C, maço 17, caixa 699.

Processo de Caetano dos Santos, letra C, maço 61, caixa 769.

Processo de Caetano José de Araújo letra C, maço 14, caixa 693.

Processo de Caetano Martins da Costa, letra C, maço 14, caixa 693.

Processo de Caetano Valentim Soares da Torre, letra C, maço 32, caixa 725.

Processo de Capitão Ambrósio Francisco Furtado, letra A, maço 127, caixa 213, nº 3.

Processo de Carlos de Noronha, letra C, maço 47, nº 9.

Processo de Carlos Sabadini, letra C, maço 69, caixa 781.

Processo de Carlos Vieira da Silva, letra C, maço 25, caixa 712.

Processo de Carlota Sofia Belinge, letra C, maço 84, caixa 707, nº 7.

Processo de Catarina de Bourbon, letra C, maço 72, caixa 787.

Processo de Catarina Januaria Laroche, letra C, maço 10, caixa 688.

Processo de Catarina Rosa de Sousa, letra C, maço 32, caixa 725.

Processo de Catharina Máxima Leal da Cunha, letra C, maço 24 caixa 709.

Processo de Catherina Maria Pimentel Maldonado, letra C, maço 25, caixa 712.

Processo de Clara Bousquet Le Page, letra C, maço 31 caixa 722.

Processo de Clara Maria Barbosa Pedra, letra C, maço 31, caixa 723.

Processo de Custódio Gonçalves Sequeira, letra C, maço 46, caixa 742.

Processo de Custódio José Machado, letra C, maço 10, caixa 688.

Processo de Domingos de Magalhães Queirós, letra D, maço 5, caixa 816.

Processo de Duarte Guilherme Allen, letra D, maço 84, caixa 861.

Processo de Francisco da Cunha Andrade, letra F, maço 126, nº 3.

Processo de Francisco Lloreda Serradura, letra F, maço 23.

Processo de Francisco Nicolau Roncon, letra F, maço 54, caixa 1113,

Processo de Francisco Pereira Marques, letra F, maço 83, caixa 1163.

Processo de Francisco Xavier da Silva Freire, letra F, maço 23.

Processo de João André Calvet, letra J, maço 469, caixa 2269

Processo de João do Rego Baldaia, letra J, maço 272, caixa 1591.

Processo de João Henrique de Sousa, letra J, maço 259, nº 16.

Processo de João Pedro de Mariz Sarmento, letra J, maço 101.

Processo de João Pedro Pedreira, letra J, maço 226, caixa 1844.

Processo de João Valentim Caupers, letra J, maço 226, caixa 1844.

Processo de Joaquim José dos Santos Cordeiro, letra C, maço 45, caixa 740.

Processo de José António da Mata Sousa Coutinho, letra J, maço 499, nº 3.

Processo de José da Silva Ribeiro, letra J, maço 103, caixa 1650.

Processo de Lourenço Van Hontum, letra L, maço 72, nº 9.

Processo de Luís de Vasconcelos e Sousa, letra L, maço 12, nº 2.

Processo de Luísa Caetano Sousa, letra L, maço 72, nº 4.

Processo de Manuel José dos Santos, letra C, maço 14, caixa 694.

Processo de Manuel Ribeiro dos Santos letra M, maço 265, caixa 3005.

Processo de Margarida Úrsula Vanzeller, letra V, maço 9, caixa 3505.

Processo de Maria Antonieta Boaventura Meneses Monteiro Paim, letra C, maço 62.

Processo de Maria Silveira da Encarnação (1806), letra M, maço 306, caixa 3078.

Processo de Mariana Isabel Montanhas Ribeiro Soares, letra M, maço 306, caixa 3077.

Processo de Mateus Gonçalves dos Santos, letra M, maço 84, caixa 2731.

Processo de Monsenhor Carlos Xavier Telles de Mello, letra C, maço 25, caixa 711.

Processo de Monsenhor Rodrigo José Dourado de Mariz Sarmiento, letra R, maço 17.

Processo de Vicente Mazzioti, letra V, maço 9, caixa 3504.

Processo de Zeferina Clara da Silva, letra Z, maço 1 caixa 354.

Processo de Zeferino Rodrigues Condelo, letra Z, maço 1.

Processo do barão da Vila da Praia, Francisco de Borges Garção Atochler, letra B, maço 3

Processo do barão de Tondela, António Marcelino da Vitória, letra A, maço 117, caixa 198.

Processo do Capitão António Francisco Lima, letra A, maço 139, caixa 235.

Processo do Capitão Isidoro dos Reis, letra J, maço 226, caixa 1844.

Processo do Capitão Manoel da Costa Luz, letra M, maço 84, caixa 2730.

Processo do Capitão-de-mar-e-guerra António de Brito Sanches, letra A, maço 176, caixa 271, nº 5.

Processo do Capitão-General José Caetano Sotto Mayor, letra J, maço 435, caixa 2209.

Processo do Cardeal Patriarca D. Tomás de Almeida, letra C, maço 82, caixa 803.

Processo do conde da Ponte, Letra C, Maço 82, Caixa 804.

Processo do conde da Ponte, letra C, maço 82, caixa 804.

Processo do conde da Ribeira Grande, letra C, maço 82, caixa 805.

Processo do conde de Galveias, letra C, maço 32, caixa 725.

Processo do conde de Lumiares, letra C, maço 82, caixa 804.

Processo do conde de Resende, letra C, maço 84, caixa 808.

Processo do conde de S. Miguel, letra C, maço 24, caixa 710.

Processo do conde de Santiago, letra C, maço 31, caixa 722.

Processo do conde de Soure, letra C, maço 84, caixa 808.

Processo do conde do Redondo, letra C, maço 72, caixa 787.

Processo do conde do Rio Pardo, letra C, maço 45, caixa 740.

Processo do Cónego Clemente Botelho de Lemos, letra C, maço 63, caixa 772.

Processo do Desembargador Alexandre Rodrigues de Araújo, letra A, maço 141, caixa 337.

Processo do Desembargador André de Sousa Pinheiro da Câmara, letra A, maço 130, caixa 213.

Processo do Desembargador António Joaquim de Pina Manique, letra A, maço 120, caixa 204.

Processo do Desembargador Bernardo Pereira de Gusmão, letra B, maço 21, caixa 589.

Processo do Desembargador Caetano Alberto de Ôsuna, letra C, maço 69, caixa 782.

Processo do Desembargador Carlos Brito de Magalhães Cunha, letra C, maço 80, caixa 800.

Processo do Desembargador Cipriano Lopes de Andrade, letra C, maço 24, caixa 709

Processo do Desembargador Conselheiro Francisco Pires de Carvalho, letra F, maço 143, caixa 1273.

Processo do Desembargador Conselheiro Francisco Pires de Carvalho, letra F, maço 143, caixa 1273.

Processo do Desembargador Diogo Rangel Almeida letra D, maço 158.

Processo do Desembargador Domingos Nunes Vieira, letra D, maço 62.

Processo do Desembargador José Eugénio Virgolino, letra J, maço 226, caixa 1843.

Processo do Desembargador José Roberto Gama letra J, maço 224, caixa 6.

Processo do Desembargador Manuel Gomes de Melo letra M, maço 173.

Processo do Doutor Telles Xavier da Silveira, letra F, maço 18, caixa 1048.

Processo do Doutor Zeferino Rodrigues Condello, letra Z, maço 1, caixa 3543.

Processo do Dr. Caetano Alberto Alvares da Silva, letra C, maço 32, caixa 724.

Processo do marquês de Nisa, letra J, maço 306, caixa 3077.

Processo do Padre Alexandre Nunes, letra A, maço 141 caixa 238.

Processo do Sargento-mor Bento Dias Pereira Chaves, letra B, maço 25.

Processo do Sargento-mor Caetano José Coutinho, letra C, maço 72, caixa 787.

Processo do Sargento-mor José Correia Freitas de Abreu Carreiro de Gouveia, letra J, maço 226, caixa 1844.

Processo do Sargento-mor José de Gouveia Pacheco e Vasconcellos, letra J, maço 226, caixa 1843.

Processo do Sargento-mor Mateus Vicente de Oliveira, letra M, maço 247, caixa 2985.

Processo do Tenente Belchior Mattos de Carvalho, letra B, maço 25.

Processo do Tenente Henrique José Borges Correia Pinto, letra H, maço 2, nº 3.

A.H.S. - I.C.S.

Colecção Nuno Gonçalo Monteiro

NGM 002 Caixa anno 1797 1º Caderno de 11 de Janeiro até fim de Junho de 1798

NGM 003 Caixa anno 1800

NGM 004 Caixa Anno 1801 4º caderno que começa no 1º de Janeiro

NGM 005 Caixa anno 1802 5º Caderno começa no 1º de Janeiro
NGM 006 Caixa Anno 1803 6º Caderno, começa no 1º de Janeiro
NGM 007 Caixa Anno 1804 7º Caderno
NGM 008 Caixa Anno 1806 9º Caderno
NGM 009 Caixa Anno 1807 10º Caderno
NGM 0024 Lembrança ou Apponto de Despezas (Abril 1812 a Abril 1813)

Colecção do Professor Doutor Gonçalo Vasconcelos e Sousa
Secção da Casa Ducal de Lafões

Colecção do autor

A formalidade com que deverão estar as peças do toucador sobre a sua competente
mesa se julgar a propósito
Receita para tingir tafetá

Fontes Policopiadas

ALBERGARIA, Isabel Soares de – *Quintas e jardins da Ilha de S. Miguel, 1785-1885*.

Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
da Universidade Nova de Lisboa, 1996.

ARAÚJO, Agostinho – *Experiência da natureza e sensibilidade pré-romântica em
Portugal: temas de pintura e seu consumo (1780-1825)*. Tese de doutoramento em
História de Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
Porto, 1991.

BESSA, Cristina Pinto – *Estuques do palácio do marquês de Pombal em Oeiras*.
Lisboa: [s.n.], 2001. Trabalho final de licenciatura em Artes Decorativas,
apresentado à Escola Superior de Artes Decorativas, Fundação Ricardo Espírito
Santo Silva em 2001 (Lisboa).

- CABIDO, José Jacob – *Reflexões sobre o interior doméstico as mentalidades e os espaços*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, 1994.
- CALDAS, João Vieira - *A casa rural dos arredores de Lisboa no século XVIII*. Tese de mestrado em História da Arte apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1987.
- GUIMARÃES, Daniel Tércio – *História da Dança em Portugal*. Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Motricidade Humana da Universidade Técnica de Lisboa, 1996.
- LOPES, Clara Rodrigues Dias Baltazar – *Preto em cordel (séc. XVIII) jogo, subversão, preconceito*. Dissertação de Mestrado em Literatura e Cultura Portuguesas – Época Moderna, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1996.
- LOUSADA, Maria Alexandre – *Espaços de Sociabilidade em Lisboa: finais do século XVIII a 1834*. Dissertação de Doutoramento em Geografia Humana apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1995.
- MARQUES, Maria da Luz Vasconcelos e Sousa Paula – *Mobiliário Português de Aparato do Século XVIII credências, consolas e tremós*. Tese de mestrado em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1997.
- MESQUITA, Marieta Dá – *História e arquitectura uma proposta de investigação o palácio dos marqueses de Fronteira como situação exemplar da arquitectura residencial erudita em Portugal*. Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, 1992.
- NORTON, Marta Pinhal Neves Salazar – *Espelho de vaidades: O peralta e a Moda na Literatura de Cordel Portuguesa (1781-1789)*. Dissertação de mestrado em Estudos Portugueses e Brasileiros apresentada à Faculdade de Letras da

Universidade do Porto, 2000.

PEDREIRA, Jorge M. – *Os Homens de Negócio na Praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo: diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social*. Tese de doutoramento em Sociologia apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1995.

PEREIRA, Maria da Conceição Meireles – *Casamento e sociedade na 2^a metade do séc. XVIII: o exemplo da paróquia do Socorro*. Dissertação de Mestrado em História Moderna apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1987.

RODRIGUES, José Manuel Damião Soares – *São Miguel no século XVIII: casa, família e mecanismos de poder*. Dissertação de doutoramento apresentada à Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 2000.

SILVA, Hélia Cristina Tirano Tomás da – *Giovanni Grossi e a evolução dos estuques decorativos no Portugal setecentista*. Dissertação de mestrado em arte, património e restauro apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2005.

TERRA, Ana Lúcia Silva – *Cortesia e mundanidade: manuais de civilidade em Portugal nos séculos XVII e XVIII*. Tese de mestrado em História Moderna apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2000.

Bibliografia

- ABECASIS, Maria Isabel Braga – *A Real Barraca A Residência na Ajuda dos Reis de Portugal após o Terramoto (1756 – 1794)*. Lisboa: Tribuna, 2009.
- ABREU, Ana Clara; BARROS, Ana Barbára; MARQUES, Maria da Luz Paula – *As Bebidas Exóticas e as Artes Decorativas o chá, o café e o chocolate*. Porto : Câmara Municipal do Porto, 2002.
- AGUILERA, César – *História da Alimentação Mediterrânica*. Lisboa: Terramar, 1997.
- ALCOCHETE, Nuno Daupias d' – *Bourgeoise pombaline et noblesse liberal au Portugal: iconographie d'une famille franco-portugaise*. Paris : Fundação Calouste Gulbenkian – Centro Cultural Português, 1969.
- ALCOCHETE, Nuno Daupias D' – *Lettres familières de Jacques Ratton, 1792-1807*. Amadora : Bertrand, 1961.
- ALEXANDRE, Valentim – *Os Sentidos do Império: Questão Nacional Questão Colonial na Crise do Antigo Regime Português*. Porto: Afrontamento, 19993.
- ALLERSTON, Patricia – *Le marché de l'occasion à Venise aux XVI-XVII siècles. In Échanges et Cultures Textiles dans l'Europe Pré-Industrielle, Actes du Colloque de Rouen, 17-19 Mai 1993, Lille: Université Charles-de-Gaulle, 1996, p. 15-29.*
- ALMADA, Carmen Olazabal; FIGUEIRA, Luís Tovar – *Palácio Pombal, Rua do Século – Lisboa. Monumentos*, Lisboa: Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, nº 8, 1998.
- ALORNA, Marquesa de – *Inéditos – Cartas e outros Escritos, selecção, prefácio e notas de Hernâni Cidade*. Lisboa: Sá da Costa, 1941.
- ALVES, Joaquim Jaime Ferreira – *A Casa Nobre no Porto na Época Moderna*, Porto: edições INAPA, 2001.

- ANASTÁCIO, Vanda, coord. – *Correspondências (usos da carta no século XVIII)*. Lisboa: Edições Colibri/Fundação das Casas de Fronteira e Alorna, 2005.
- ANDERSON, Michael – *Elementos para a História da Família Ocidental 1500-1914*. Lisboa: Editorial Querco, 1984.
- ANDRADE, Ferreira de – *Palácios Reais de Lisboa (os dois paços de Xabregas, o de S. Bartolomeu e o da Alcáçova)*. Lisboa: Ed. Império, 1949.
- ARAÚJO, Agostinho – *A Assembleia Britânica em Lisboa e a Sua Sede (1771-1819)*. Lisboa –*Revista Municipal*, Lisboa, 1987, nº 21, 2º trimestre, pp 5-20 (separata).
- ARAÚJO, Agostinho – *História do Palácio Marialva, ao Loreto (1651-1859)*. Póvoa de Varzim : [s.n.], 1993.
- Araújo, Agostinho – Jean Pillement: plenipotenciário da Arte Francesa junto de várias cortes da Europa. In SALDANHA, Nuno, coord. - Jean Pillement e o Paisagismo em Portugal no Século XVIII, Catálogo. Lisboa: Fundação Ricardo Espírio Santos Silva, 1996.
- ARAÚJO, Ana Cristina d' – Ruína e Morte em Portugal no século XVIII. *O Sagrado e o Profano*, Coimbra, Vol. 9, 1987, pp. 327-365.
- ARAÚJO, Ana Cristina d'; CARDOSO, José Luís; MONTEIRO, Nuno Gonçalo; ROSSA, Walter; SERRÃO, José Vicente, org. – *O Terramoto de 1755 impactos históricos*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007.
- ARAÚJO, Ilídio de – Quintas de Recreio (Breve introdução ao seu estudo, com especial consideração das que em Portugal foram ordenadas durante o século XVIII.), *Revista Bracara Augusta*. Braga: Livraria Cruz. Vol. XXVII, Fasc. 63 (75), 1973. (Separata)
- ARAÚJO, Norberto de – *Inventário de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1945.

- ARAÚJO, Norberto de – *Peregrinações*. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, 1938.
- ARIÈS, Philippe – *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges – *História da Vida Privada*. Porto: Afrontamento, 1990..
- ARMINJON, Catherine; SAULE, Béatrix, dir. – *Tables Roayles et Festins de Cour en Europe, 1661-1789. Actes du Colloque Internationale Palais des Congrès, Versailles, 25-26 février 1994*. Paris : La Documentation Française, 2004.
- ARNOLD, Ken; OLSON, Danielle, ed. – *Medicine Man The Forgotten Museum of Henry Wellcome*. London: The British Museum Press, 2003.
- ATAÍDE, Manuel Maia, dir. – *Monumentos e Edifícios notáveis no distrito de Lisboa*. Lisboa: Assembleia Distrital de Lisboa, 1975-1996.
- AYNSLEY, Jeremy; GRANT, Charlotte, ed. – *Imagined Interiors Representing the Domestic Interior since the Renaissance*. 10.^a Ed. London: V&A Publications, 2010.
- AZEVEDO, Carlos de – *Solares Portugueses*. Lisboa: Livros Horizonte, 1969.
- AZEVEDO, J. Lúcio de – *O Marquês de Pombal e a sua época*. 2.^a ed., Lisboa: Clássica Editora, 1990.
- BARREIRA, João, dir. – *Arte Portuguesa*. Lisboa: Ed. Excelsior, 1951.
- BARRETO, Alberto Tavares – *Inventário dos bens móveis de Rafael José da Cunha (1791-1868)*. SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, dir. – *Revista de Artes Decorativas*. Porto: CITAR-UCP, 2007, n.º 1., pp. 263-271.
- BARROS, Carlos Vitorino da Silva – *Real Fábrica de Vidros da Marinha Grande. II Centenário, 1769 – 1969*. Lisboa: [s. n.], 1969.

- BASTO, João Theodoro Ferreira Pinto – *A Fábrica da Vista Alegre: O Livro do seu Centenário*. Lisboa: Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1924.
- BASTOS, Carlos – *Subsídios para a história ornamental dos tecidos*. Porto: typografia Portugália, 1945.
- BASTOS, Celina – A Real Barraca no sítio de Nossa Senhora da Ajuda e as encomendas da Casa Real: alguns elementos para o seu estudo. SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, dir. – *Revista de Artes Decorativas*. Porto: CITAR-UCP, 2007, n.º 1., pp. 193- 228.
- BASTOS, Celina; PROENÇA, José António – *Museu de Lamego. Mobiliário*. Lisboa: Instituto Português de Museus, 1999.
- BAULANT, Micheline ; VARI, Stéphane – Du fil à l'armoire. Production et consommation du linge à Meaux et dans ses campagnes, XVII-XIXème siècles. Linge de corps et linge de maison. *Ethnologie Française*, nº3, Julho-Setembro de 1986, p. 273-280.
- BAXTER, Denise Amy; MARTIN, Meredith, ed. – *Architectural Space in Eighteenth-Century Europe*. [S.l.]: Ashgate, 2010.
- BEIRÃO, Caetano – *D. Maria I 1777 – 1792 subsídios para a revisão da história do seu reinado*. 2ª edição. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1934.
- BÉLY, Lucien – *La société des princes XVI^e – XVIII^e siècle*. [S.l.]: Fayard, 1999.
- BÉLY, Lucien, dir. – *Dictionnaire de l'Ancien Régime*. 3.^a Ed. Paris: Quadrige/PUF, 2006.
- BERNARDINO, Teresa – *Sociedade e Atitudes Mentais em Portugal (1777-1810)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986.

- BINNEY, Marcus – *Casas Nobres de Portugal*, Lisboa: Difel, 1987.
- BLANC, Charles – *Grammaire des Arts Décoratifs*. Paris: Librairie Renouard, [s.d.].
- BOLAMA, Marquês d'Ávila e de – *A Marquesa d'Alorna algumas notícias authenticas para a história da muito ilustre e eminente escriptora que os poetas seus contemporâneos denominaram Alcipe*. Lisboa: Imp. Manuel Lucas Torres, 1916.
- BOLOGNE, Jean-Claude – *História do Pudor*, Lisboa: Teorema, 1986.
- BORGES, Nelson Correia – Do barroco ao rococó. *In História da Arte em Portugal*, vol. 9. Lisboa: Publicações Alfa, 1986.
- BOTTINEAU, Yves – Quelques nuances du goût dans le Portugal des Lumières. *Gazette des Beaux Arts*, Dezembro de 1974, pp. 305-318.
- BOUCHER, François – *Histoire du Costume en Occident de l'Antiquité a nos Jours*. Paris: Flammarion, 1977.
- BOUTIER, Jean – La Fattoria, Le Palais, La Boutique, Les Consommations Textiles d'une Famille Aristocratique Florentine, Fin XVII-Début XVIII Siècle. *In Échanges et Cultures Textiles dans l'Europe Pré-Industrielle, Actes du Colloque de Rouen*, 17-19 Mai 1993, Lille: Université Charles-de-Gaulle, 1996, p. 32-47.
- BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond – *Portugal à mesa alimentação etiqueta e sociabilidade (1800 – 1850)*. Lisboa: Hugin editores, 2000.
- BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond Braga – *Gelados história de uma doce e fresca tentação*. Sintra: Colares Editora, 2002.
- BRAGA, Paulo Drumond – *Leite Biografia de um Género Alimentar*. Sintra: Colares Editora, 2003.

- BRAGA, Sofia Ferreira – *Pintura Mural neoclássica em Lisboa Cyrillo Volkmar Machado no palácio do duque de Lafões e Pombeiro-Belas*. Lisboa: Scribe, [s.d.].
- BRANCO, João de Freitas – *História da Música Portuguesa*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1959.
- BRANCO, Manoel Bernardes – *Portugal e os estrangeiros*. Lisboa: Liv. A. M. Pereira, 1879.
- BRAUDEL, Fernand – *História e Ciências Sociais*. 5ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 1986.
- BRAUDEL, Fernand – *O Espaço e a História no Mediterrâneo*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- BRIGOLA, João Carlos Pires – *Colecções, Gabinetes e Museus em Portugal no Século XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/FCT, 2003.
- BRISEUX, Charles-Étienne – *Architecture Moderne ou L'Art de Bien Bâtir pour toutes sortes de personnes tant pour les maisons des particuliers que pour les palais*. Paris: Claude Jombert, 1728.
- BRITO, J. Joaquim Gomes de – *Lisboa do passado, Lisboa dos nossos dias*. Lisboa: Férrin, 1911.
- BRITO, J. Joaquim Gomes de – *Ruas de Lisboa*. Lisboa: Sá da Costa, 1935, vol. I, II e III.
- BRITO, Manuel Carlos de; CYMBRON, Luísa – *História da Música Portuguesa*, Lisboa: Universidade Aberta, 1992.
- BRITO, Nogueira – *O Nosso Mobiliário*. In *Enciclopédia pela Imagem*. Porto: Livraria Lello, [s.d.]

- BRITO, Sérgio Palma – *Notas sobre a evolução do viajar e a formação do turismo*. Lisboa: Medialivros, 2003.
- BRUHAMMER, Yvonne ; FAYET, Monique de – *Meubles et ensembles ; Époque Régence et Louis XVI*. Paris : Ed. Charles Massin, 1965.
- BUESCU, Ana Isabel Carvalhão – O Norte e o Sul na Europa Iluminista: um Aspecto da Geografia Cultural no Século XVIII. *Revista de História Económica e Social*. Lisboa: Sá da Costa, nº19, Janeiro-Abril, 1987, pp. 77-93.
- BURGUIÈRE, André ; OZOUF, Mona ; BOUGUET, Marie-Noelle – Naissance d’une ethnographie de la France au XVIIIème siècle. *In* LE GOFF, Jacques ; KOPECKZI, Bela, dir. - *Object et Métodes de l’histoire de la culture*. Paris : Ed. CNRS/Paris, Akadémiai Kiadó, [s.d.].
- CALADO, Margarida – Manuel da Silva Tarouca e a sua influência no Iluminismo português. *In* CASTRO, Aníbal Pinto de *et al*, coord. – *Alcipe e as Luzes*. Lisboa: Edições Colibri; Fundação das Casas de Fronteira e Alorna, 2003, pp. 69-83.
- CALADO, Margarida – Urbanismo e poder no Portugal do século XVIII. *In Actas Colóquio Lisboa Iluminista e o seu Tempo*. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa, Outubro 1994.
- CALADO, Rafael Salinas – *O revestimento cerâmico na arquitectura em Portugal*. Lisboa: Estar, 1998.
- CALAFATE, Pedro – *A Ideia de Natureza no Século XVIII em Portugal (1740-1800)*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1994.
- CALVÃO, João Rodrigues, coord. – *Caminhos da Porcelana*. Lisboa: Fundação Oriente, 1998.

- CÂMARA, Maria Alexandra Gago da – “*A Arte de Bem Viver*” a encenação do quotidiano na azulejaria portuguesa da segunda metade de setecentos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005.
- CÂMARA, Maria Alexandra Gago da – Cenografias do poder: modelos de encenação do quotidiano na azulejaria portuguesa da segunda metade do século XVIII. In *Jornadas Interdisciplinares Poder e Sociedade*. Lisboa: Universidade Aberta, 1995.
- CÂMARA, Maria Alexandra Gago da – Da vivência e espacialidade setecentistas: o quotidiano na azulejaria de Lisboa. In CASTRO, Aníbal Pinto de *et al*, coord. - *Alcipe e as Luzes*. Lisboa: Edições Colibri; Fundação das Casas de Fronteira e Alorna, 2003, pp.111-127.
- CÂMARA, Maria Alexandra Gago da – *Lisboa: Espaços Teatrais Setecentistas*. Lisboa: Livros Horizonte, 1996.
- CÂMARA, Maria Alexandra Trindade Gago da – *Azulejaria do Século XVIII – Espaço Lúdico e Decoração na Arquitectura Civil de Lisboa*. Porto: Civilização Editora/Centro de Investigação em Ciências e Tecnologia da UCP, 2007.
- Câmara, Maria Alexandra Trindade Gago da – Cerimonial por ocasião da presença do conde de Bachi, na Corte de D. José I. SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, dir. – *Revista de Artes Decorativas*. Porto: CITAR-UCP, 2008, n.º 2., pp. 345-349.
- CAMPORESI, Piero – *Le Goût du Chocolat, L’art de vivre au XVIIIe siècle*. 2ª Ed. Paris : Tallandier Ed., 2008.
- CANAVEIRA, Manuel Filipe Cruz de Moraes – Os Jardins do Palácio de Queluz orientações de gosto, utência e simbólica. *Revista de História Económica e Social*, pp. 55-76, 1988. (separata).
- CÂNCIO, Francisco – *Coisas e Loisas de Lisboa Antiga*. Lisboa: Imprensa Barreiro, 1951.

- CÂNCIO, Francisco – *Lisboa no tempo do passeio público*. Lisboa: Imp. Barreiro, 1962.
- CÂNCIO, Francisco – *Lisboa tempos idos*. Lisboa: [s.n.], 1957.
- CANTI, Tilde – *O Móvel no Brasil – Origens, Evolução e Características*. Lisboa: Fundação Ricardo Espírito Santos Silva, 1999.
- CARDIN, Martine ; DICKINSON, J. A. – Les inventaires de biens après décès et la civilisation matérielle dans les plaines de Caen et Montréal. In LEBRUN, François ; SEGUIN, Normand, dir. - *Sociétés villageoises et rapports villes-campagnes au Québec et dans la France de l'ouest XVIIème-XXème siècles*. Québec : CREQ/Presses Univ. de Rennes, 1985, p. 131-140.
- CARDOSO, Margarida – 1 de Novembro de 1755: curiosidades, prodígios e horrores. In BUESCO, Helena Carvalhão; CORDEIRO; Gonçalo, coord. - *O Grande Terramoto de Lisboa: ficar diferente*. Lisboa: Gradiva, 2005, pp. 417-427.
- CARITA, Helder – *Le Palais de Santos l'ambassade de France à Lisbonne*. Paris: Editions Chandeigne/Quetzal, 1995.
- CARITA, Helder – O Bairro Alto e a legislação urbana para Lisboa nos séculos XVI e XVII. In *Actas Colóquio Lisboa Iluminista e o seu Tempo*. Universidade Autónoma de Lisboa, Outubro 1994.
- CARITA, Helder – *Tratado da grandeza dos jardins em Portugal ou da originalidade e desaires desta arte*. Lisboa: edição do autor, 1987.
- CARITA, Helder; CARDOSO, Homem – *Oriente e Ocidente nos Interiores em Portugal*. Porto: Livraria Civilização, 1983.
- CARLOS, Rita – O rococó lisboeta na prataria do serviço de bebidas. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, dir. – *Matrizes da Investigação em Artes Decorativas IV*. Porto: CITAR-UCP, 2013, pp. 61-84.

- CARREIRA, Adélia Maria Caldas – O Iluminismo e as práticas urbanísticas em finais de Setecentos. In CASTRO, Aníbal Pinto de *et al*, coord. - *Alcipe e as Luzes*. Lisboa: Edições Colibri Fundação das Casas de Fronteira e Alorna, 2003, pp.59-67.
- CARRÈRE, J. B. F. – *Panorama de Lisboa no ano de 1796*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1989.
- CARVALHO, Maria Amália Vaz de – A Marquesa de Alorna: a sociedade e a literatura do seu tempo. *Boletim da Academia das Ciências de Lisboa*, vol.VI, fasc. 2, Julho de 1912.
- CARVALHO, Maria Amália Vaz de – *Scenas do século XVIII em Portugal*. Lisboa: Portugal-Brasil Limitada sociedade editora, 1920.
- CARVALHO, Rómulo de - *História da fundação do Colégio Real dos Nobres de Lisboa*. Coimbra: Atlântida, 1959.
- CASTEL-BRANCO, Cristina – *Os Jardins dos Vice-Reis Fronteira*. Alfragide: Oceanos, 2008.
- CASTELO-BRANCO, Fernando – *Lisboa Seiscentista*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1957.
- CASTELO-BRANCO, Fernando – Saídas de Lisboa no século XVIII. *Lisboa - Revista Municipal*, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, nº 126-127, 1970.
- CASTELO-BRANCO, Fernando – Significado cultural das Academias de Lisboa no século XVIII. *Bracara Augusta*. Braga: Revista Cultural da Câmara Municipal de Braga, vol. XXVIII, (nºs 65-66), 1974, pp. 31-57.
- CASTILHO, Júlio – *A Ribeira de Lisboa descrição histórica da margem do Tejo desde a madre de deus até santos-o-velho*. 3ª ed., Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1948.

- CASTILHO, Júlio – *Lisboa Antiga*. 2ª ed. Lisboa: S. Industriais da C.M.L., 1935.
- CASTRO, Aníbal Pinto de; PEREIRA, José Esteves; DELILLE, Maria Manuela; Almeida, Teresa Sousa de, coord. – *Alcipe e as Luzes*. Lisboa: Edições Colibri Fundação das Casas de Fronteira e Alorna, 2003.
- CASTRO, Nuno de – *A Porcelana Chinesa e os Brasões do Império*. Porto: Livraria Civilização, 1987.
- CHARTIER, R. – Le monde comme representation. *Annales*, ESC, nº6, pp. 1514-15, 1989.
- CHAUNU, Pierre – *A Civilização da Europa das Luzes*. Lisboa: Ed. Estampa, 1985.
- CHAUSSINAND-NOGARET, Guy, dir. – *Histoire des élites en France du XVI^e au XX^e siècle*. Paris: Tallandier, 1991.
- CHAVES, Castelo Branco – *Os Livros de Viagens em Portugal no século XVIII e a sua projecção europeia*. Lisboa: M.E.I.C. Secretaria de Estado da Investigação Cultura, Instituto de Cultura Portuguesa, 1977.
- CHEKE, Marcus – *O Ditador de Portugal – Marquês de Pombal*. Porto: Livraria Civilização, 1946.
- CHERRY, Peter – A idade de ouro da pintura de natureza-morta em Espanha e Itália. *In A Perspectiva das Coisas a natureza morta na Europa séculos XVII e XVIII* (Catálogo de exposição). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.
- CHERRY, Peter – Introdução. *In A Perspectiva das Coisas a natureza morta na Europa séculos XVII e XVIII* (Catálogo de exposição). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.
- CIDADE, Hernâni – *A Marquesa de Alorna, Sua Vida e Obras. Reprodução de algumas cartas inéditas*. Porto: Companhia Portuguesa Editora, 1930.

- COELHO, Maria Eduarda Leal, coord. – *Jean Pillement (1728-1808) e o paisagismo em Portugal no século XVIII*. Lisboa: Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva, 1996.
- CORMATIN, D. J. – *Voyage du ci-devant Duc du Chatelêt*. Paris : Buisson, 1797.
- CORREIA, Ana Paula Rebelo (coord.) – *Arte Efémera em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.
- CORREIA, Joaquim Manuel da Silva; GUEDES, Natália Brito Correia – *O Paço Real de Salvaterra de Magos, A Corte, a Ópera, a Falcoaria*. Lisboa: Livros Horizonte. 1989.
- CORREIA, José Manuel da Silva; GUEDES, Natália Correia – *O Paço Real de Salvaterra de Magos*. Lisboa: Livros Horizonte, 1989.
- COSTA, A. M. Amorim – *Primórdios da Ciência Química em Portugal*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa - Ministério da Educação, 1984.
- COSTA, Fernando Marques da; DOMINGUES, Francisco Contente; Monteiro, Nuno Gonçalo, org. – *Do Antigo Regime ao Liberalismo, 1750-1850*. Lisboa: Vega, 1989.
- COSTA, L. Xavier da – *As Belas-Artes Plásticas em Portugal durante o Século XVIII*. Lisboa: J. Rodrigues & Cpa. Editores, 1935.
- COSTA-GIORGI, Sandra – Correspondances et inventaires : goûts privés, exigences sociales et pratiques de collection au carrefour de l’histoire et de l’art au XVII^e siècle. *Rives nord-méditerranéennes*. Aix-en-Provence : Université de Provence, n°32-33, pp. 25-44, 2009.
- COUTINHO, Glória Azevedo – *Monserate Uma Nova História*. Lisboa: Livros Horizonte, 2008.

- COUTINHO, Maria Isabel – *O Mobiliário Francês do Século XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999.
- CREMADES, Fernando CHECA – Del gusto de las naciones. *In* CREMADES, Fernando Checa, dir. - *Cortes del Barroco de Bernini y Velásquez a Luca Gioedano*. Madrid: Patrimonio Nacional, 2003.
- CRESPO, Jorge – *A História do Corpo*. Lisboa: Difel, [s.d.].
- CRESPO, Jorge – Os jogos de fortuna e azar em Lisboa em fins do Antigo Regime. *Revista de História Económica e Social*, nº 8, Julho-Dezembro de 1981, pp. 77-94.
- CRESPO, Jorge; HASSE, Manuela – A Alimentação no Colégio Real dos Nobres de Lisboa. *Revista de História Económica e Social*, nº 7, Janeiro-Julho de 1981, pp. 93-111.
- CRUZ, Duarte Ivo – Teatro em Portugal no Séc. XVIII: Sinais da Cultura e da Mentalidade Europeias. *In* TEIXEIRA, José de Monterroso, coord. - *Triunfo do Barroco*. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura, 1993.
- CUNHA, Mafalda Soares da; MONTEIRO, Nuno Gonçalo – As Grandes Casas *in* MATTOSO, José, dir. - *História da Vida privada em Portugal A Idade Moderna*, Lisboa: Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2011.
- CURTO, Diogo Ramada – *Cultura Escrita Séculos XV a XVIII*. Lisboa: ICS, Imprensa de Ciências Sociais, 2007.
- CUSTÓDIO, Jorge – *A Real Fábrica de Vidros de Coima (1719 - 1747) e o vidro em Portugal nos séculos XVII e XVIII. Aspectos Históricos, Tecnológicos, Artísticos e Arqueológicos*. Lisboa: MC/IPPAR, 2002.
- CUSTÓDIO, Jorge – *Introdução à memória sobre os meios de melhorar a indústria portuguesa de Acúrcio das Neves*. Lisboa: Querco, 1983.

- CUSTÓDIO, Jorge – Notas históricas acerca da primitiva indústria de tecidos de Alcobaça e das estamparias portuguesas de 1755-1834. In FERREIRA, Maria Augusta L. P. Trindade, coord. - *Lenços e Colchas de Chita de Alcobaça*, IPPC-Museu de Alcobaça, 1988.
- DANTAS, Júlio – Lisboa dos nossos avós. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1966.
- DANTAS, Júlio – *O amor em Portugal no século XVIII*. Porto: Livraria Chardron de Lello y Irmão, 1916.
- DELON, Michel – *L’Invention du boudoir*. Paris: éditions Zulma, 1999.
- DENIS, M. Fernando – *Portugal Pittoresco ou Descrição Historica d’este Reino*. Lisboa: Typ. de L. C. da Cunha, 1846.
- DIAS J. da Silva – A revolução liberal portuguesa: amálgama e não substituição de classes. In PEREIRA, Miriam Halpern, FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo, SERRA, João B., coord. – *O Liberalismo na península Ibérica na primeira metade do século XIX Comunicações ao Colóquio organizado pelo centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa*. Lisboa: Sá da Costa, 1981.
- DIAS, João Carvalho, coord. – *Conceber as Artes Decorativas Desenhos Franceses do Século XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005.
- DIAS, João Pedro Sousa – *Droguistas, Boticários e Segredistas Ciência e Sociedade na Produção de Medicamentos na Lisboa de Setecentos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/FCT, 2007.
- DIAS, José Sebastião da Silva – *Pombalismo e Projecto Político*. Lisboa: Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, 1984.
- DIAS, José Sebastião da Silva – Portugal e a Cultura Europeia (séc XVI a XVIII). *Biblos*, vol. XXVIII. Coimbra, 1953.

- DIAS, Luís F. Carvalho – *História dos Lanifícios (1750-1834), Documentos I*. Lisboa: Tip. Da Soc. Ind, 1958.
- DIAS, Luís F. de Carvalho – Luxo e Pragmáticas no pensamento económico do século XVIII. *Revista da Faculdade de Direito de Coimbra*. Coimbra, vol. IV, pp. 103-151, Maio-Dezembro 1955.
- DIAS, Rodrigo Alves Rodrigues – *A quinta de recreio dos marqueses de Pombal*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, 1987.
- Do Tejo aos Mares da China: Uma epopeia portuguesa*. Palácio Nacional de Queluz, 1992.
- Échanges et Cultures Textiles dans l'Europe Pré-Industrielle*. Actes du Colloque de Rouen, 17-19 Mai 1993, Lille: Université Charles-de-Gaulle, 1996.
- ELEB, Monique; BLANCHARD, Anne-Marie – *Architectures de la vie privée. Maisons et mentalités, XVII-XIX siècles*. Bruxelas, Aux Archives d'architecture moderne, 1989.
- ELIAS, Norbert – *A Sociedade de Corte*. 2.^a Ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.
- ELIAS, Norbert – *O Processo Civilizacional*. 2.^a ed. Lisboa: Publicações D. Quixote, 2006.
- ESTORNINHO, Carlos – O Terramoto de 1755 e a sua repercussão nas relações luso-britânicas. *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, Lisboa, tomo XXII, 2.^a série, nº1, 1956. (separata.)
- FARGE, Arlette – *La vie fragile. Violence, pouvoirs et solidarités à Paris au XVIII siècle*. Paris : Hachette, 1986.
- FEDUCHI, Luís – *Historia del Mueble*. Barcelona: Blume, 1994.
- FERRÃO, Bernardo – *Mobiliário Português*. Porto: Lello y Irmão editores, 1990.

- FERREIRA, João Palma – *Academias Literárias dos séculos XVII e XVIII*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1982.
- FERREIRA, João Palma – *Novelistas e contistas portugueses dos séculos XVII e XVIII*. Maia: Imp. Nacional, 1981.
- FERREIRA, José da Silva – *Novo Entremez das mantilhas*. Lisboa: Offic. de Caetano Ferreira da Costa, 1772.
- FERREIRA, Maria Emília Cordeiro – “Pedro III, D.” In SERRÃO, Joel, dir. - *Dicionário da História de Portugal*, Porto: Livraria Figueirinhas, 1979, vol. 5, pp. 34-35.
- FERREIRA, Maria Emília Cordeiro – Maria I, D. In SERRÃO, Joel, dir. - *Dicionário da História de Portugal*, Porto: Livraria Figueirinhas, 1979, vol. 4, pp.177-179.
- FERRO, Inês – *O Palácio de Queluz*. Lisboa: IPM, 1997.
- FERRO, João Pedro – *A população Portuguesa no final do Antigo Regime (1750-1815)*. Lisboa: Editorial Presença, 1995.
- FIGEAC, Michel, dir. – *L’ancienne France au quotidien*. 2.^a Ed. Paris: Armand Colin, 2014.
- FIGUEIREDO, Manuel – *Theatro*. Lisboa: Officina Typographica, 1775.
- FIGUEIREDO, Violeta Crespo de – Como Casava a Nobreza e a Burguesia no Portugal de Setecentos. *História*. Lisboa: Projornal, nº 13, 1979, pp. 12-24.
- FIGUEIREDO, Violeta Crespo de – Papéis Volantes do século XVIII – 7. Público, política e censura. *História*. Lisboa: Projornal, nº 8, Junho 1979, pp. 70-78.
- FIGUEIREDO, Violeta Crespo de – Papéis Volantes do século XVIII – 5. Mulher. *História*. Lisboa: Projornal, nº 5, Março 1979, pp. 54-64.
- FLANDRIN, Jean-Louis – *Famílias – Parentesco, Casa e Sexualidade na Sociedade*

- Antiga*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.
- FLANDRIN, Jean-Louis – *História da Alimentação 2. Da Idade Média aos tempos actuais*. Lisboa: Terramar, 2001.
- FOUCART, Bruno, coord. – *Scènes d’Intérieur, Aquarelles des Collections Mario Praz et Chigi*. Paris : Éditions Norma, 2002.
- FRANÇA, José Augusto – *Lisboa história física e moral*. Lisboa: Livros Horizonte, 2008.
- FRANÇA, José-Augusto – La fin du goût baroque au France. *Bracara Augusta*, XXVI, 64 (76), Braga, 1973.
- FRANÇA, José-Augusto – Lisboa pombalina e a estética do Iluminismo. In *Actas Colóquio Lisboa Iluminista e o seu Tempo*, Universidade Autónoma de Lisboa, Outubro 1994.
- FRANÇA, José-Augusto – *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*. 3ª ed. Lisboa: Bertrand Editora, [s.d.].
- FRANÇA, José-Augusto – Mutações Pombalinas ou o Pombalismo como Mutação. In ARAÚJO, Ana Cristina ; CARDOSO, José Luís; MONTEIRO, Nuno Gonçalo; ROSSA, Walter; SERRÃO, José Vicente, org. – *O Terramoto de 1755 impactos históricos*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007.
- FRANCO, Carlos – A “casa da cozinha”, em Lisboa, no século XVIII: móveis, recipientes e utensílios. SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, dir. – *Revista de Artes Decorativas*. Porto: CITAR-UCP, 2009, n.º 3., pp. 103-122.
- FRANCO, Carlos – A Sala de Jantar nas Casas de Lisboa: 1750-1825. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, dir. – *Matrizes da Investigação em Artes Decorativas II*. Porto: CITAR-UCP, 2011, pp. 91 a 106.

- FRANCO, Carlos – As elites femininas de Lisboa e o uso dos objectos, na 2.^a metade do século XVIII. SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, dir. – *Revista de Artes Decorativas*. Porto: CITAR-UCP, 2007, n.º 1, pp. 139-157.
- FRANCO, Carlos – Espaços de culto e de oração nas casas das elites de Lisboa nos finais do Antigo Regime. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, dir. – *Matrizes da Investigação em Artes Decorativas IV*. Porto: CITAR-UCP, 2013, pp. 113 a 134.
- FRANCO, Carlos – *O Mobiliário das Elites de Lisboa na Segunda Metade do Século XVIII*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007.
- FRANCO, Carlos – O Quarto de Dormir e as Artes Decorativas em Lisboa: 1750-1830. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, dir. – *Matrizes da Investigação em Artes Decorativas*. Porto: CITAR-UCP, 2010, pp. 87 a 106.
- FRANCO, Carlos – Os Salões das Elites na Lisboa dos Finais do Antigo Regime. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, dir. – *Matrizes da Investigação em Artes Decorativas III*. Porto: CITAR-UCP, 2012, pp. 117 a 132.
- FRAZÃO, Fernanda – *História das cartas de jogar em Portuga e da Real Fábrica das cartas de Lisboa do séc. XV até à actualidade*. Lisboa: Apenas Livros, 2010.
- FREIRE, Fernanda Castro – *O Mobiliário*. Lisboa: Fundação Ricardo Espírito Santo, 2001.
- FRUTOSO, Eduardo – *O Movimento do Porto de Lisboa e o Comércio Luso-Brasileiro 1769-1836*. Lisboa: CNDP, 2001.
- FURIÓ, Vicenç – *Sociología del Arte*. Madrid: Ediciones Cátedra, 2000.
- GALLUT-FRIZEAU – Coup d’oeil sur soixante années de divertissements à Lisbonne (1790-1860), *Bulletin des Etudes Portugaises et Brésiliennes*, Lisboa, n°39-40, 1978-1979, pp. 85-105.

- GARÇÃO, Correia – *Obras Completas*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1957.
- GARCIA DE ENTERRIA, Maria Cruz – *Sociedad e poesia de cordel en el Barroco*. Madrid: Taurus, 1973.
- GARCIA MERCADAL, José Eugénio, (traducion, prologo y notas) – *Viajes de Extranjeros por España y Portiugal*. Madrid: Aguilai, 1962.
- GARCÍA, Máximo – Evolución comparada de las pautas de consumo doméstico en el Sur de Europa (1700-1830). *Clio*, Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa, Volume 18/19 (nº duplo), 2008/2009, pp.367-396.
- GARCÍA, Rafael Serrano – *El Fin Del Antiguo Régimen (1808-1868) Cultura y vida cotidiana*. Madrid: Editorial Síntesis, 2001.
- GARRARD, Rachel P. –English Probate Inventories and their use in studying the significance of the domestic interior: 1700-1750. In WOUDE, Ad. Van der; SCHUURMAN, A. org. - *Probate Inventories*. Utrech: Hes Publishers, 1980, pp. 55-81.
- GIRONS, Baldine Sans – *Esthétiques du XVIII siècle. Le modèle français*. Paris, 1991.
- GIROUARD, Mark – *La Vie dans les Châteaux Français*. Paris: Editions Scala, 2001.
- GIROUARD, Mark – *Life in the English Country House. A Social and Architechural History*. New Haven, London: Yale University Press, 1978.
- GODINHO, Vitorino Magalhães – *A estrutura da antiga sociedade portuguesa*. Lisboa: Arcádia, 1971.
- GODINHO, Vitorino Magalhães – *Prix et monnaies au Portugal*. Paris : Armand Collin, Paris, 1955.
- GOITIA, Fernando Chueca – *Breve História do Urbanismo*, Lisboa: Ed. Presença, 1992.

- GOMES, Joaquim da Conceição – *O Monumento de Mafra: Descrição Minuciosa d'este Edifício*. 6ª ed. Mafra: Viúva de José Maria da Costa & C.^a, 1906.
- GONÇALVES, Flávio – A Arte no Porto no tempo de Marquês de Pombal. In SANTOS, Maria Helena Carvalho dos, coord. - *Pombal Revisitado*. Lisboa: Editorial Estampa, 1984. Vol. II, pp.101-130.
- GONÇALVES, Rui – *Dos privilégios & praerogativas q ho género feminino tem por direito comu & ordenações do Reyno mais que ho género masculino*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1992.
- GOODMAN, Dena; NORBERG, Kathryn, ed. – *Furnishing the Eighteenth Century What Furniture Can Tell Us about the European and American Past*. London, New York: Routledge, 2007.
- GOUBERT, Jean-Pierre – *La conquête de l'eau*. Paris : ed. Robert Laffont, 1986.
- GRAND-CARTERET, John – *XIX en France Siècle Classes – Mœurs – Usages – Costumes – Inventions*. Paris: Librairie de Firmin-Didot et C^{ie}, 1893.
- GUEDES, Fernando – *O Livro e a Leitura em Portugal. Subsídios para a sua história. Séculos XVIII e XIX*. Lisboa e São Paulo: Editorial Verbo, 1987.
- GUEDES, Natália Correia – *O Palácio de Queluz*. Lisboa: Livros Horizonte, 1971.
- GUEDES, Natália Correia, cord. – *Thesaurus Vocabulário de Objectos do Culto Católico*. Vila Viçosa: Fundação da Casa de Bragança/UCP – ICICMI, 2004.
- GUERRA, Luís de Bivar – *Inventário e Sequestro da Casa de Aveiro em 1759*. Lisboa: Edições do Arquivo do Tribunal de Contas, 1952.
- GUERRA, Luís de Bivar – *Inventário e sequestro das Casas de Távora e Atouguia em 1759*. Lisboa: Edições do Arquivo do Tribunal de Contas, 1954.

- GUIMARÃES, Alfredo – *Mobiliário Artístico Português*. Guimarães: Edições Pátria, 1935.
- GUIMARÃES, Alfredo – *Mobiliário do Paço Ducal de Vila Viçosa*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora. 1949.
- GUIMARÃES, Alfredo; SARDOEIRA, Albano – *História do Mobiliário Artístico Português: Lamego e Guimarães*. Vila Nova de Gaia: Edições Pátria, 1935.
- GUIMARÃES, M. da Silva – *História de uma fábrica; a Real Fábrica de Fiação de Tomar*. Santarém: Junta Distrital de Santarém, 1976.
- HALLETT, Jessica; PEREIRA, Teresa Pacheco, coord. – *O Tapete Oriental em Portugal*. Lisboa: MC/MNAA/IMC/Millennium/Lusitânia, [s.d.].
- HANSON, A. Carl – *Economia e Sociedade no Portugal Barroco – 1668-1703*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1986.
- HARRIS, John – A influência da arquitectura palaciana inglesa em Portugal no século XVIII. In DELAFORCE, Ângela, coord. - *Portugal e o reino unido: a aliança revisitada*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.
- HAUSER, Arnold – *História Social da Arte e da Literatura*. S. Paulo: Martins Fontes, 2000.
- HAUTEFORT, Ch.-V. – *Coup d’oeil sur Lisbonne et Madrid en 1814*. Paris : Delaunay Librairie, 1820.
- HAVARD, Henry – *L’Art dans la Maison*. Paris: Rouveyre et G. Blond, 1884.
- HAZARD, Paul – *A Crise da Consciência Europeia*. Lisboa: Edições Cosmos, 1948.
- HAZARD, Paul – *O Pensamento Europeu no séc. XVIII – de Montesquieu a Lessing*. Lisboa: Editorial Presença, 1974.

- HESPANHA, António Manuel – Os poderes do centro A Fazenda. In MATTOSO, José, dir.- *História de Portugal*, Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, pp.203-239, vol 4.
- HOLSTEIN, D. Mariana de Sousa – *Um olhar feminino sobre Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte, 2006. (Edição, Introdução e Notas de António Ventura).
- HOMBURG, Heidrun – A la recherche du «consommateur» information – nouveautes – normes: les petites annonces a Paris et Leipzig 1750-1850. In *Échanges et Cultures Textiles dans l'Europe Pré-Industrielle*, Actes du Colloque de Rouen, 17-19 Mai 1993, Lille: Université Charles-de-Gaulle, 1996, p. 171-177.
- HOURS, Bernard – *Louis XV et sa Cour*. Paris: Presses Universitaires de France, 2002.
- INGOLD, Gerard – *Saint-Louis from Glass to Crystal from 1586 to Today*. Paris: Denoël, 1986.
- Inventário das Pinturas da Colecção do Conde de Tarouca em 1758*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1945.
- JACQUEMART, Albert – *Histoire du Mobilier*. Paris: Librairie Hachette et C^{ie}, 1876.
- JANEIRA, Ana Luísa – *Jardins do saber e do prazer: Jardins Botânicos*. Lisboa: Salamandra, 1991.
- JARRY, Madeleine – *Le Siège Français*. Friburgo : Office du Livre, 1973.
- JUSTINO, David – A formação do espaço económico nacional: Portugal 1810-1913. Lisboa: Veja, [s. d.].
- LAINS, Pedro; SILVA, A. F., org. – *História Económica de Portugal 1700 – 2000*. Lisboa: ICS, 2005, vol. 1.
- LAMAS, Artur – *A Casa-Nobre de Lázaro Leitão*. Lisboa: Imprensa Lucas & C.^a, 1925.

- LAMAS, Artur – *A Quinta de D. Diogo de Mendonça no Sítio da Junqueira*. Lisboa, 1924.
- LANGHANS, Franz-Paul – As Antigas Corporações dos Ofícios Mecânicos e a Câmara de Lisboa, separata da *Lisboa - Revista Municipal*, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, n.ºs. 7, 8 e 9, 1942. (separata).
- LANGHANS, Franz-Paul – *As Corporações dos Ofícios Mecânicos: subsídios para a sua história*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1946.
- LÁZARO, Alice – *O Testamento da Princesa do Brasil D. Maria Benedita (1746-1829)*. Lisboa: Tribuna, 2007.
- LE GOFF, Jacques – *La Nouvelle Histoire*. Paris : Retz, 1978.
- LEFERME-FALGUIÈRES, Frédérique – *Les courtisans: une société de spectacle sous l'Ancien Régime*. Paris : PUF, 2007.
- LEITE, Ana Cristina – Os Jardins. *Monumentos*. Lisboa: Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, 1996, n.º 4.
- LESPAGNOL, André – Des toiles bretonnes aux toiles «bretagnes». Conditions et facteurs d'émergence d'un «produit-phare» sur les marchés ibériques. In *Échanges et Cultures Textiles dans l'Europe Pré-Industrielle*, Actes du Colloque de Rouen, 17-19 Mai 1993, Lille: Université Charles-de-Gaulle, 1996.
- Letters from Portugal and Spain. In SOUSA, Maria Leonor Machado de, coord. – *A Guerra Peninsular em Portugal relatos britânicos*. Lisboa: Caleidoscópio, 2007, pp. 133 – 153.
- LILTI, Antoine – *Le monde des salons sociabilité et mondanité à Paris au XVIII siècle*. Paris : Fayard, 2005
- LIMA, Henrique C. Ferreira – *Costumes Portugueses*. Lisboa: Emp. da Hist. de Portugal, 1917.

- LINO, Raul – *A Casa Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1929.
- LINO, Raul – *Auriverde* jornadas recordações de uma viagem ao Brasil. Lisboa. Edição de Valentim de Carvalho, 1937.
- LINO, Raul – *L'évolution de l'architecture domestique au Portugal*. Lisboa: Institut Français au Portugal, 1937.
- LINO, Raul, dir. - *Palácios Portugueses*, 4ª ed., União e Bancos Portugueses, 1992.
- LISBOA, J. da Silva – *Princípios de economia política para servir de introdução à tentativa económica*. Lisboa: Imp. Régia, 1804.
- LISBOA, Mário Eurico – *O Solar do Morgado da Lagoa. Os irmãos Cruz e os significados de um património construído (segunda metade do século XVIII)*. Lisboa: Edições Colibri, 2009.
- LITI, Antoine – *Le monde des salons Sociabilité et mondanité à Paris au XVIII^e siècle*. [S.l.]: Fayard, 2005.
- LOPES, Carlos da Silva – *Estudos de História do Mobiliário*. Porto: Gabinete de Estudos de Artes Decorativas da Universidade Católica Portuguesa, 2004.
- LOPES, Maria Antónia – *Mulheres, Espaço e Sociabilidade. A Transformação dos papéis femininos em Portugal à luz de fontes literárias – segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Livros Horizonte, 1989.
- LOUSADA, Maria Alexandre – A rua, a taberna e o salão: elementos para uma geografia histórica das sociabilidades lisboetas nos finais do Antigo Regime. In VENTURA, Maria da Graça A. Mateus, coord. - *Os espaços de sociabilidade na Ibero-América (sécs. XVI-XIX)*. Lisboa: Edições Colibri/Instituto de Cultura Ibero-Americana, 2004, pp.95-120.
- LOVREGLIO, Aurélia et Anne – *Dictionnaire des Mobiliers & des Objets d'art du Moyen Âge au XXI^e siècle*. Paris: Dictionnaire Le Robert, 2006.

- LUCAS, António Castilho de – *Adagiário da alimentação*. Porto: Porto Editora.
- LUCCI, Eduardo Schwalbach – *A Mulher Portuguesa*. Porto: Livraria Chardron, 1916.
- LUÍS, Agustina Bessa – *Sebastião José*. 5ª ed. Lisboa: Guimarães editores.
- LUZ, Marilina – Nomes de tecidos em antigas pautas alfandegárias portuguesas (1699-1834). Separata da *Revista Portuguesa de Filologia*. Coimbra, 1968, vol. XV, tomo I e II.
- MACEDO, Jorge Borges – “Estrangeirados” um conceito a rever. *Bracara Augusta*. [Braga]: Revista Cultural da Câmara Municipal de Braga, 1974, vol. XXVIII, (nºs 65-66), pp. 179 - 202.
- MACEDO, Jorge Borges – *A Situação Económica no Tempo de Pombal*. 2ª ed. Lisboa: Moraes editores, 1982.
- MACEDO, Jorge Borges de – Absolutismo. In SERRÃO, Joel, dir. – *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, 1979, vol. 1.
- MACEDO, Jorge Borges de – D. José I. In SERRÃO, Joel, dir. – *Dicionário de História de Portugal*, Porto: Livraria Figueirinhas, 1979, vol. 3.
- MACEDO, Jorge Borges de – Despotismo. In Serrão, Joel, dir. – *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, 1979, vol. 2.
- MACEDO, Jorge Borges de – *O Marquês de Pombal (1699-1782)*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1982.
- MACEDO, Jorge Borges de – *Problemas de História da Indústria Portuguesa do século XVIII*. 2ª ed. Lisboa: Querco, 1982.
- MACEDO, Luiz Pastor de – *Lisboa de Lés-a-Lés Subsídios para a História das Vias Públicas da Cidade*. Lisboa: Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, 1940, vol. 1.

- MACHADO, José Alberto G. – *Um Coleccionador Português do Século das Luzes: D.Frei Manuel do Cenáculo Villas-Boas, Arcebispo de Évora*. Évora: Publicações Ciência e Vida, Lda., 1987.
- MADAHIL, A. Gomes da Rocha – *Trajos e costumes portugueses do século XIX em litografias de Joubert, Macphail, Palhares*. Lisboa/Porto: Ed. Panorama, 1968.
- MADUREIRA, Nuno Luís – *Cidade: Espaço e Quotidiano (Lisboa 1740-1830)*. Lisboa: Livros Horizonte, 1992.
- MADUREIRA, Nuno Luís – *Lisboa luxo e distinção: 1750-1830*. Lisboa: Fragmentos, 1990.
- MADUREIRA, Nuno Luís – *Mercado e Privilégios A indústria portuguesa entre 1750 e 1834*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.
- MADUREIRA, Nuno Luís e MATOS, Ana Cardoso – A Tecnologia in LAINS, Pedro e SILVA, Álvaro Ferreira da – *História Económica de Portugal 1700-2000*. Lisboa: ICS, 2005, vol. 1.
- MAGNE, Emile – *Les plaisirs et les fêtes en France au XVII siècle*. Genève: Éditions de la Frégate, 1944.
- MAGNINO, Leo – Influência do Iluminismo na cultura Portuguesa. *Bracara Augusta*. Braga: Revista Cultural da Câmara Municipal de Braga, 1974, vol. XXVIII (nºs. 65-69), pp. 279-289.
- MALANIMA, Paolo – Types de circulation textile d’ancien regime: l’exemple toscan (XVII et XVIII siècles). In *Échanges et Cultures Textiles dans l’Europe Pré-Industrielle*. Actes du Colloque de Rouen, 17-19 Mai 1993, Lille: Université Charles-de-Gaulle, 1996, pp.215-225.

- MALTA, Marize; MENDONÇA, Isabel M. G., org. – *Casas Senhoriais Rio-Lisboa*. Rio de Janeiro: EBA-UFRJ, Lisboa: IHA-FSCH-UNL/CEAD-ESAD-FRESS, 2013-2014.
- MANGORRINHA, Jorge – Arquitectura caldense no século XVIII. In *Terra de Águas: Caldas da Rainha, História e Cultura*. Câmara Municipal das Caldas da Rainha, 1993, pp. 135-152.
- MANSON, Michael – *História do Brinquedo e dos Jogos*. Lisboa: Teorema, 2001.
- MARAVALL, José António – *Estúdios de Historia del Pensamiento Español, série tercera, el siglo del Barroco*. 2ª ed. Madrid: Ediciones Cultura Hispanica, 1984.
- MARAVALL, José António – *La Cultura del Barroco. Análisis de una estructura histórica*. Barcelona: Editorial Ariel, 1975.
- MARAVALL, José António – Los limites estamentales de la educación en el pensamiento ilustrado. Separata da *Revista de História das Ideias*, Coimbra: Faculdade de Letras, 1986, vol. 8, pp. 123-144.
- MARCADÉ, Jacques – *Frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas eveque de Beja, archeveque d'Évora (1770-1814)*. Paris: Centro Cultural Português Fundação Calouste Gulbenkian, 1978.
- MARQUES, A. H. de Oliveira – *A Sociedade Medieval Portuguesa*. 4ª ed., Lisboa: Sá da Costa editora, 1981.
- MARQUES, A. H. de Oliveira – *História de Portugal*. 13ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 1998, volume I e II.
- MARQUES, Fernando Pereira – *Exército e Sociedade em Portugal No declínio do Antigo Regime e Advento do Liberalismo*. Lisboa: A Regra do Jogo, Edições, Lda., 1981.

- MARQUES, Maria Adelaide Salvador – A Real Mesa Censória e a Cultura Nacional – Aspectos da Geografia Cultural Portuguesa no século XVIII. *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, Coimbra, 1964, vol. XXVI, pp. 1-207.
- MARSILLA, Juan Vicente García – *La jerarquia de la mesa los sistemas alimentarios en la valencia bajomedieval*. Valência: Diputació de València, 1993.
- MARTIN GAITE, Cármen – *Usos Amorosos del dieciochio en Españã*. Barcelona: Editorial Lumen, palabra en el Tiempo, 1981.
- MARTINS, António Antunes – Definição dos mnotivos decorativos em uso na Real Fábrica de Vidros da Marinha Grande (1769-1803): I – Redomas com pé e rosca ou rolha. SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, dir. – *Revista de Artes Decorativas*. Porto: CITAR-UCP, 2008, n.º 2., pp. 279-287.
- MARTINS, António Coimbra – Estrangeirados. In SERRÃO, Joel, dir. - *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas editora, 1971, vol. 2.
- MARTINS, António Coimbra – Luzes. In SERRÃO, Joel, dir. - *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas editora, 1971, vol. 2.
- MARTINS, Francisco Ernesto de Oliveira – *Ambientes Açoreanos da Época dos Descobrimentos à das Viagens e Emigração*. Ponta Delgada: Marinho Matos Eurosigno Publicações Lda., 1992.
- MARTINS, Francisco Ernesto de Oliveira – *Ambientes Açorianos da Época dos Descobrimentos à das Viagens e Emigração*. Ponta Delgada: Signo, 1992.
- MASCARENHAS, Jorge – *Sistemas de construção*. 2ª ed. Lisboa: Livros Horizonte, 2005, vol. 5.

- MATHIEU, Jocelyne – Quelques éléments de réflexion sur la quête du confort intérieurs domestiques comparés au XVIII^e siècle dans le Preche et au Quebec. In LEBRUN, François ; SEGUIN, Normand, dir. - *Sociétés villageoises et rapports villes-campagnes au Quebec et dans la France de l'Ouest, XVII-XVIII siècles*. Québec: Presses Universitaires de Rennes, 1987.
- MATOS, José Sarmiento de – *A Casa Nobre do Braço-de-Prata*. Lisboa: REFER, 2003.
- MATOS, José Sarmiento de – O palácio e a cidade. In *Actas Colóquio Lisboa Iluminista e o seu Tempo*. Universidade Autónoma de Lisboa, Outubro 1994. Lisboa.
- MATOS, José Sarmiento de – Uma Quinta à Beira-Rio. *Monumentos*, Lisboa: Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, 1996, nº4.
- MATOS, José Sarmiento de, coord. – *Caminho do Oriente - Guia Histórico*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.
- MATTOSO, José, dir. – *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Editores, 1993, vol. 4.
- MAXWELL, Kenneth – *O Marquês de Pombal*. 2^a ed. Lisboa: Editorial Presença, 2004.
- MAXWELL, Kenneth – O Terramoto de 1755 e a recuperação urbana sob a influência do Marquês de Pombal. In BUESCU, Helena Carvalho; CORDEIRO, Gonçalo, coord. - *O Grande Terramoto de Lisboa ficar diferente*. Lisboa: Gradiva, 2005.
- MCKEON, Michael – *The Secret History of Domesticity*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2005.
- MENDES, José Amado – *História do Vidro e do Cristal em Portugal*. Lisboa: Edições Inapa, 2002.

- MENDES, José Amado – *História do Vidro e do Cristal em Portugal*. Lisboa: Edições Inapa, 2002.
- MENDONÇA, Isabel Mayer Godinho; SALDANHA, Sandra Costa, coord. – *Mobiliário Português. Actas do Primeiro Colóquio de Artes Decorativas. Lisboa, 27 e 28 de Setembro de 2007*. Lisboa: Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva, 2008.
- MENDONÇA, M. J.; TAXINHA, M. J.; PILAR, M. M. – *Vocabulário português de técnica têxtil*. Lisboa: C.I.T.A., 1976.
- MESQUITA, Alfredo – *Lisboa*. Lisboa: Empresa da História de Portugal, 1903.
- MESQUITA, Marieta Dá – Metodologias para o estudo do habitar setecentista: o contributo da tratadística e a decifração dos códigos habitativos. *GEHA*. Lisboa, Julho de 1998, nº1, pp.61-66.
- MESQUITA, Marieta Dá – Notas para um itinerário do espaço habitativo: leituras da arquitectura residencial. Alguns problemas. *Episteme*. Lisboa, Janeiro de 1998, nº1, pp.157-66.
- MESQUITA, Marieta Dá – Palácio Fronteira. Um percurso arquitectónico. *Monumentos*, Lisboa: Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, 1998, nº7, pp. 8 - 14.
- MESQUITA, Marieta Dá – Para o estudo do habitar no século XVIII: o Palácio dos Marqueses de Fronteira. In CASTRO, Aníbal Pinto de et al, coord. - *Alcipe e as Luzes*. Lisboa: Edições Colibri Fundação das Casas de Fronteira e Alorna, 2003, pp.129-146.
- MÉTHIVIER, Hubert – *Le siècle de Louis XV*. 4ª ed. Paris : Presses Universitaires de France, 1977.

- MÉZIERES, M. le Camus de – *Le Génie de L'Architecture ou L'Analogie de cet art avec nos sensations*. Paris: Benoit Morin, 1780.
- MIERA, Jesús Sáenz de – De las artes de “el Rey Sol” a las de “El sol eclipsado antes de llegar al zenit”. Imagen real y colección en los reinados de Luis XIV, Felipe y Carlos II. In CREMADES, Fernando Checa, dir. - *Cortes del Barroco de Bernini y Velásquez a Luca Gioedano*. Madrid: Patrimonio Nacional, 2003.
- MIRA, M. Ferreira – *História da Medicina Portuguesa*. Lisboa: Emp. Nac. de Publicidade, 1948.
- MIRANDA, António – Palácio do Machadinho. In SANTANA, Francisco; SUCENA, Eduardo, dir. *Dicionário da História de Lisboa*. Lisboa: Carlos Quintas & Associados – Consultores, Lda. 1984.
- MIRANDA, António; JANEIRO, Helena Pinto – O Palácio Pombal e o morgado da Rua Formosa: a propósito de uma campanha de obras. *Monumentos*, Lisboa: Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, 2004, nº 21.
- MOITA, Irisalva – O Palácio dos Carvalhos à Rua Formosa. *Lisboa - Revista Municipal*, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, nº 118 - 119, 1968.
- MOITA, Luís – *A Bemposta O “Paço da Rainha”*. Lisboa: Livros Horizonte, 2005.
- MONTANDON, Alain – Conversation. In MONTANDON, Alain – *Dictionnaire Raisonné de la Politesse et du Savoir-Vivre*. Paris: Éditions du Seuil, 1995.
- MONTANDON, Alain, dir. – *Dictionnaire Raisonné de La Politesse et du Savoir-Vivre du Moyen Âge à nos Jours*. Paris: Édition du Seuil, 1995.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo – A Corte, as Províncias e as Conquistas: centros de Poder e Trajectórias Sociais no Portugal Restaurado. In VENTURA, Maria da Graça M., coord. - *O Barroco e o Mundo Ibero Atlântico. Terceiras Jornadas de História Ibero-Americana*. Lisboa: Edições Colibri, 1998, pp. 23-41.

- MONTEIRO, Nuno Gonçalo – Casa e Linhagem: o Vocabulário Aristocrático em Portugal nos séculos XVII e XVIII. *Penélope*, Lisboa: edições Cosmos, nº 12, pp. 43 – 63, 1993. (Separata).
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo – Casa, casamento e nome: fragmentos sobre relações familiares e indivíduos. In MATTOSO, José, dir. - *História da Vida privada em Portugal A Idade Moderna*, Lisboa: Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2011.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo - Casamento, celibato e reprodução social: a aristocracia portuguesa nos séculos XVII e XVIII. (Separata da revista) *Análise Social*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1993 (4º-5º), vol. XXVIII (123 - 124), pp. 921 - 950.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo – *D. José na sombra de Pombal*. Lisboa: Círculo de Leitores e Centros de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2006.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo - Ethos Aristocrático y Estructura del Consumo: La Aristocracia Cortesana Portuguesa a Finales del Antiguo Régimen. *Historia Social*. Valencia: Fundación Instituto de Historia Social, 1997, nº 28, pp. 127 - 141.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo – Notas sobre Nobreza, Fidalguia e Titulares nos Finais do Antigo Regime. (Separata de) *Ler História*, Lisboa, nº 10, p. 15 – 51, 1987.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo – *O Crepúsculo Dos Grandes a casa e o património da aristocracia em Portugal (1750 – 1832)*. 2ª ed. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2003.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo - O endividamento aristocrático (1750-1832): alguns aspectos. *Análise Social*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1992 (2º-3º), nº 116-117, vol. XXVII, p. 263-283. (Separata).

- MONTEIRO, Nuno Gonçalo – Os rendimentos da aristocracia portuguesa na crise do Antigo Regime. *Análise Social*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1991 (2º), Vol. XXVI (III), pp. 361 - 383. (Separata)
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo – Poder senhorial, estatuto nobiliárquico e aristocracia. In MATTOSO, José dir.; HESPAÑA, António, coord. - *História de Portugal*, Lisboa: Editorial Estampa, vol. IV, pp. 333 – 379.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo; COSTA, Fernando Dores – *D. João Carlos de Bragança 2º Duque de Lafões Uma Vida Singular no Século das Luzes*. Lisboa: Edições Inapa, 2006.
- MONTENEGRO, Maria Margarida – *Palácio Nacional de Mafra*. Sintra: Colares editora, 1995.
- Monumentos e edifícios notáveis do distrito de Lisboa*. Lisboa: Assembleia Distrital de Lisboa, Livros Horizonte, 2007.
- MORNA, Teresa Freitas – O interesse pelos achareados na Europa. O impacto da técnica da laca. In CARVALHO, Pedro de Moura, coord. – *O Mundo da Laca, 2000 anos de História*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.
- MOURÃO, José Augusto, JANEIRA, Ana Luísa e GUEDES, Maria Estela – “A paixão do colecionador”. In CASTRO, Aníbal Pinto de *et al*, coord. – *Alcipe e as Luzes*. Lisboa, Edições Colibri Fundação das Casas de Fronteira e Alorna, 2003, pp.221-238.
- MUCHEMBLED, Robert – *L'invention de l'homme moderne: sensibilités, mœurs et comportements collectives sous l'Ancien Régime*. Paris: Fayard, 1988.
- MUCHEMBLED, Robert – *Société, cultures et mentalités dans la France moderne XVI^e-XVIII^e siècle*. 3.^a Ed. Paris: Armand Colin, 2006.

- MURDOCH, Tessa, ed. – *Noble Households Eighteenth-Century Inventories of Great English Houses. A Tribute to John Cornforth*. Cambridge: John Adamson, 2006.
- MURTEIRA, Maria Helena – *Lisboa da Restauração às Luzes*. Lisboa: Editorial Presença, 1999.
- MURTHESIUS, Stefan – *The Poetic Home Designing the 19th-Century Domestic Interior*. London: Thames & Hudson, 2009.
- MUSSON, Jeremy – *How to Read a Country House*. London: Ebury Press, 2005.
- NASCIMENTO, J. F. da Silva – *Leitos e Camilhas Portugueses subsídios para o seu estudo*. Lisboa: Livraria A Nova Eclética e Livraria Olisipo, 1950.
- NÉU, João B. M. – *Em volta da Torre de Belém evolução da zona ocidental de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1994.
- NÉU, João B. M. – *Em volta da Torre de Belém Pedrouços e Bom Sucesso*, Lisboa: Livros Horizonte, 1998.
- NEVES, J. Cassiano – *Jardins e Palácio dos marqueses da Fronteira*. Lisboa: Império, 1940.
- NOVAIS, Fernando A., coord. – *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997-1998, vol. 2.
- O Palácio dos condes de Óbidos sede da Cruz Vermelha Portuguesa. Lisboa: Cruz Vermelha Portuguesa, 1983
- OATES, Phyllis Bennet – *História do Mobiliário Ocidental*. Lisboa: Presença, 1991.
- OLIVEIRA, César de – *História dos Municípios e do Poder Local*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996.

- OLIVEIRA, Luís Vasco Ribeiro Salgado de – O Significado do luxo no reinado de D. João V alguns aspectos. *Bracara Augusta*. Braga: Revista Cultural da Câmara Municipal de Braga, vol. XXVIII, fasc. nº 65-66, 1974. (separata.)
- OREY, Leonor D', coord. – *Actas do Simpósio Internacional – Mesas Reais Europeias MNAA 12-14 Dezembro de 1996*. Lisboa: Instituto Português de Museus, 1999.
- OREY, Leonor D', coord. – *António Firmo da Costa Um Ourives de Lisboa através da sua Obra*. [S.l.]: IPM, 2000.
- PAIS, Alexandre Nobre; MONTEIRO, João Pedro; HENRIQUES, Paulo, coord. – *Real Fábrica de Louça ao Rato*. Lisboa: Museu Nacional do Azulejo, 2003.
- PAIS, José Machado – *Artes de amar da burguesia*. Lisboa: ICS/UL, 1986.
- PAIVA, José Pedro – Definir uma elite de poder: os bispos em Portugal (1495-1777) . In MONTEIRO, Nuno Gonçalo; CARDIM, Pedro; CUNHA, Mafalda Soares da, coord. – *Optima Pars Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005, pp. 47-63.
- PARDAILHÉ-GALABRUN, Annik – *La Naissance de L'Intime*. Paris: PUF, 1988.
- PEDREIRA, Jorge – A Indústria. In LAINS, Pedro; SILVA, A. F., org. – *História Económica de Portugal 1700 – 2000*. Lisboa: ICS, 2005, vol. 1.
- PEDREIRA, Jorge M. – *Estrutura Industrial e Mercado Colonial. Portugal e Brasil (1780-1830)*. Lisboa: Difel, 1994.
- PEDREIRA, Jorge; COSTA, Fernando Does – *D. João VI O Clemente*. Lisboa: Círculo de Leitores e Centros de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2006.

- PEREIRA, Ana Marques – *Cozinhas Espaço e Arquitectura*. Lisboa: Edições Inapa, 2006.
- PEREIRA, Ana Marques – *Mesa Real. Dinastia de Bragança*. Lisboa: Edições Inapa, 2000.
- PEREIRA, Franklin – *O Couro Lavrado no Mobiliário Artístico em Portugal*. Porto: Lello Editores, 2000.
- PEREIRA, João Castel-Branco – *Viaturas de Aparato em Portugal*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1987.
- PEREIRA, José Fernandes e PEREIRA, Paulo, dir. – *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*. Lisboa: Ed. Presença, 1989.
- PEREIRA, Paulo, dir. – *História da Arte Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1995, 3 volumes.
- PEREIRA, Sara Marques – *D. Carlota Joaquina e os “Espelhos de Clio”*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.
- PESEZ, Jean-Marie – Histoire de la culture matérielle. In GOFF, J.; CHARTIER, R., org. – *La Nouvelle Histoire*. Paris: Le C.E.P.L., 1978, pp. 98-130.
- PIMENTEL, António Filipe – *Arquitectura e Poder O Real Edifício de Mafra*. 2ª ed, Lisboa: Livros Horizonte, 2002.
- PINTO, Augusto Cardoso – Alcatifas Portuguesas (Tavira – Real Tesouro – Mafra). *Belas Artes*, n.ºs 16-17, Lisboa, 1961. (separata)
- PINTO, Augusto Cardoso – *Cadeiras Portuguesas*. Lisboa: Livraria A Nova Eclética e Livraria Olisipo, 1998.
- PINTO, Augusto Cardoso – *Notas para a história do Palácio das Janelas Verdes*. Lisboa: Ed. Império, 1943. (separata. Boletim dos Museus).

- PINTO, Clara Vaz – *Colchas de Castelo Branco*, Lisboa: I.P.M., 1993.
- PINTO, Maria Helena Mendes – *José Francisco de Paiva, ensamblador e arquitecto do Porto (1744-1824)*. Lisboa: M.N.A.A., 1973.
- PINTO, Maria Helena Mendes – Móveis. *In Artes Decorativas Portuguesas no Museu Nacional de Arte Antiga séculos XV-XVIII*. Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga, 1979.
- PINTO, Maria Helena Mendes – *Os móveis e o seu tempo*. Lisboa: IPPC, 1985.
- PINTO, Maria Helena Mendes – Relações entre o mobiliário português e o estrangeiro. *Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga*. Lisboa: MNAA, vol.2. 1966.
- PINTO, Pedro Costa – *O Móvel de Assento Português do Século XVIII*. Lisboa: Mediatexto, 2005.
- PIRES, Amílcar de Gil e – *A Quinta de Recreio em Portugal: Vilegiatura e lugar na arquitectura portuguesa*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2013.
- PIRES, António Caldeira – *História do Palácio Nacional de Queluz*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1925-1926.
- PORTELA, Artur – *Cavaleiro de Oliveira, Aventureiro do Século XVIII*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1982.
- PORTUGAL, D. Francisco de Almeida – *Memórias do conde do Lavradio*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1932.
- Portugal, Lisboa e A Corte Nos Reinados de D. Pedro II e D. João V Memórias Históricas de Tristão da Cunha de Ataíde 1º conde de Povolide*. Lisboa: Chaves Ferreira, 1990.
- PROENÇA, José António – *Mobiliário da Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves*. Lisboa: IPM – Casa Museu Dr. Anastácio Gonçalves, 2002.

- QUEIRÓS, José – *Cerâmica Portuguesa e Outros Estudos*. Lisboa: Presença, 1987.
- RAMOS, Luís A. de Oliveira – Os Monges e os Livros no século XVIII: o exemplo da Biblioteca de Tibães. *Bracara Augusta*. Braga: Revista Cultural da Câmara Municipal de Braga, vol. XXXV, n.ºs. 79-80 (92-93), pp. 489-499, 1981.
- RAMOS, Luís A. de Oliveira – *Sob o Signo das “Luzes”*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988.
- RAMOS, Luís de Oliveira – *D. Maria I*. Lisboa: Círculo de Leitores e Centros de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2006.
- RASTEIRO, Joaquim – *Quinta e Palácio da Bacalhoa em Azeitão monographia histórico-artística*. Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1985.
- RÊGO, Manuela, coord. – *Livros Portugueses de Cozinha*. 2ª ed. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1998.
- REZENDE, marquês de – Descrição e Recordações Históricas do Paço e Quinta de Queluz. *Panorama*, Lisboa: Imprensa da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, 1857, Vol. XIV, pp. 1-8.
- RIBEIRO, António – O sismo de 1/11/1755: significado geodinâmico. In BUESCO Helena Carvalhão; CORDEIRO, Gonçalo, coord. – *O Grande Terramoto de Lisboa: ficar diferente*. Lisboa: Gradiva, 2005, pp. 417-427.
- RIBEIRO, José Silvestre – *História dos estabelecimentos científicos, literários e artísticos de Portugal nos sucessivos reinados da monarchia*. Lisboa: Academia Real das Ciências, 1871-1914.
- RIBEIRO, Nelson Porto – Para um estudo da cultura e da estrutura mental predominante na sociedade luso-brasileira do século XVIII. In CASTRO, Aníbal Pinto *et al*, coord. – *Alcipe e as Luzes*. Lisboa, Edições Colibri Fundação das Casas de Fronteira e Alorna, 2003, pp. 9-40.

- ROCHA, Rui – *A viagem dos sabores: ensaio sobre a história da alimentação, séculos IX-XIX seguido de 100 receitas em que vários mundos se encontram*. Lisboa: Inapa, 1998.
- ROCHE, Daniel – *História das Coisas Banais nascimento do consumo nas sociedades tradicionais (séculos XVII-XIX)*. Lisboa: Editorial Teorema, 1998.
- ROCHE, Daniel – L'économie des gardes-robres à Paris, de Louis XIV à Louis XVI. *Communications - Parure, Pudeur, Etiquette*, nº46, Paris: Seuil, 1987, pp. 93-118.
- ROCHE, Daniel – L'invention du linge au XVIIIème siècle. In *Linge de corps et linge de maison, Ethnologie Française*, Julho-Setembro 1986, nº3, p. 227-248.
- RODRIGUES, Graça Almeida – *Literatura e Sociedade na Obra de Frei Lucas de Santa Catarina (1660-1740)*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1983.
- RODRIGUES, José Wasth – *Mobiliário do Brasil Antigo – Evolução das Cadeiras Brasileiras*. São Paulo: Editora Nacional, 1958.
- RODRIGUES, Teresa – *Cinco séculos de Quotidiano. A Vida em Lisboa do século XVI aos nossos dias*. Lisboa: Edições Cosmos, 1997.
- ROGER-MILÈS, L. – *Architecture, Décoration et Ameublement pendant le Dix-Huitième siècle Régence – Louis XV*. Paris: Édouard Rouveyre, Éditeur, [s.d.].
- ROMÃO, José António de Arez – *Palácio Porto Côvo da Bandeira*. Lisboa: Lusitânia, 2011.
- ROSSA, Walter – *Além da Baixa, Indícios de Planeamento Urbano na Lisboa setecentista*. Lisboa: Ministério da Cultura, Instituto Português do Património Arquitectónico, 1998.
- ROUBO, A. J. – *L'Art du Menuisier en Muebles*. [S.l.]: [s.n.], 2002.

- RUBIRA, José Claret – *Muebles de estilo inglés y su Influencia en el Exterior, desde los Tudor hasta la Reina Victoria*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1941.
- RÜDERS, Carl Israel – *Viagem em Portugal 1798 – 1802*. Lisboa: B.N.P, 1981.
- RUIZ, António José Mimoso – *Paços Reaes*. Lisboa: Typographia do Commercio, 1905.
- RYBCZYNSKI, Witold – *La Casa Historia de Una Idea*. San Sebastian: Editorial Nerea, 1989.
- SÁ, Isabel dos Guimarães; FERNÁNDEZ, Máximo García, dir. – *Portas Adentro Comer, Vestir, Habitar (SS. XVI – XIX)*. Valladolid: Universidad de Valladolid, Secretariado de Publicaciones e Intercambio Editorial: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.
- SÁ, Victor de – *Lisboa no Liberalismo*. Lisboa: Livros Horizonte, 1992.
- SAMPAIO, Albino Forjaz de – *Teatro de Cordel*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1920.
- SANCHES, José Dias – *Belém e arredores através dos tempos*. Lisboa: Livraria Universal Editora, 1940.
- SANCHO, José Luis; LEIVA, Gloria Martínez – *Dónde está el rey? El ritmo estacional de la corte española y la decoración de los Sitios Reales (1650-1700)*. In CREMADES, Fernando Checa, dir. - *Cortes del Barroco de Bernini y Velásquez a Luca Gioedano*. Madrid: Patrimonio Nacional, 2003.
- SANDÃO, Arthur de – *Faiança Portuguesa – Séc. XVIII-XIX*. Porto :Livraria Civilização, 1976.
- SANDÃO, Arthur de – *O Móvel Pintado*. Porto: Livraria Civilização, 1973.

- SANTANA, Francisco; SUCENA, Eduardo, dir. – *Dicionário de História de Lisboa*, Lisboa: Carlos Quintas, 1994.
- SANTOS, Manuela de Alcântara – *Talheres de Prata de Guimarães: séculos XVIII e XIX*. Porto: Universidade Católica Portuguesa, 2012.
- SANTOS, Maria Helena Carvalho dos, coord. - *Pombal Revisitado*. Lisboa: Editorial Estampa, 1984.
- SANTOS, Maria Helena Ribeiro dos – *A Baixa Pombalina passado e futuro*. Lisboa: Livros Horizonte, 2005.
- SANTOS, Maria José Moutinho – A Condição da Mulher em Portugal no século XVIII vista por Estrangeiros – Alguns Aspectos. *Boletim da Comissão da Condição Feminina*, Lisboa: Comissão da Condição Feminina, 1981, fasc. 1, pp. 7-20.
- SANTOS, Maria José Moutinho – *O Folheto de Cordel: Mulher, Família e Sociedade no Portugal do século XVIII, 1750-1800*. Porto: [s.n.], 1987.
- SANTOS, Maria José Moutinho – *O luxo e as modas em textos de cordel da segunda metade do séc. XVIII*. Porto: [s.n.], 1989.
- SANTOS, Piedade Braga, RODRIGUES, Teresa S. e NOGUEIRA, Margarida Sá – *Lisboa Setecentista Vista por Estrangeiros*. Lisboa: Livros Horizonte, 1987.
- SANTOS, Reynaldo dos – A Exposição de Arte Decorativa Inglesa. *Belas Artes*, nº 1, Lisboa, 1958. (separata).
- SANTOS, Reynaldo dos – *Oito Séculos de Arte Portuguesa, História e Espírito*. Lisboa: Ed. Excelsior, 1966.
- SANTOS, Teresa Sequeira – A Quinta de Gerard Devisme em São Domingos de Benfica. In CASTRO, Aníbal Pinto de *et al*, coord. – *Alcipe e as Luzes*, Lisboa, Edições Colibri Fundação das Casas de Fronteira e Alorna, 2003, pp.147-187.

- SARAIVA, António José – *A Cultura em Portugal Teoria e História Livro I Introdução Geral*. Amadora: Livraria Bertrand, 1982.
- SARAIVA, António José – *História da Literatura Portuguesa*. Amadora: Livraria Bertrand, 1979.
- SARAIVA, José António – *O Palácio de Belém com os seus hóspedes os seus segredos e a sua vida quotidiana*. Lisboa: Editorial Inquérito, 1985.
- SASPORTES, José – *História da dança em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1970.
- SCOTT, Katie; CHERRY, Deborah, ed. – *Between Luxury and the Everyday Decorative Arts in Eighteenth-Century France*. [S.l.]: Blackwell, Publishing, 2005.
- SEQUEIRA, Gustavo de Matos – *Depois do Terramoto. Subsídios para a história dos Bairros Ocidentais de Lisboa*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1916.
- SEQUEIRA, Gustavo de Matos – *O Carmo e a Trindade*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1939.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal*. 5ª Ed, Lisboa: Editorial Verbo, 1972, Vols. 5 e 6.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *Notícia de uma viagem a Portugal em 1765-1766*. Lisboa: Arquivo Histórico de Portugal, 1960.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *O Marquês de Pombal. O homem, o diplomata e o estadista*. Lisboa: Ed. Câmaras Municipais de Lisboa, Oeiras e Pombal, 1982.

- SERRÃO, José Vicente – Os impactos económicos do terramoto. In ARAÚJO, Ana Cristina ; CARDOSO, José Luís; MONTEIRO, Nuno Gonçalo; ROSSA, Walter; SERRÃO, José Vicente, org. – *O Terramoto de 1755 impactos históricos*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007.
- SERRÃO, Vítor – O Barroco. In *História da Arte em Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 2003.
- SERRÃO, Vítor, coord. – *Josefa de Óbidos e o Tempo Barroco*. 2.^a Ed. Lisboa: TLP/IPPC, 1993.
- SHERATON, Thomas – *The Cabinet-Maker and Upholsterer's Drawing-book*. New York: Dover Publications, 1972. (*fac-simile* da edição de 1793).
- SHERER, Joseph –Recollections of the Península. In SOUSA, Maria Leonor Machado de, coord. – *A Guerra Peninsular em Portugal relatos britânicos*. Lisboa: Caleidoscópio, 2007, pp. 111-133.
- SILVA, A. Vieira da – *A Velha Lisboa*. Lisboa: Diário de Notícias, 1927.
- SILVA, A. Vieira da – *As Freguesias de Lisboa (estudo histórico)*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1943.
- SILVA, A. Vieira da – *Dispersos*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1960.
- SILVA, Álvaro Ferreira da – *Propriedade, Família e Trabalho no “Hinterland” de Lisboa Oeiras, 1738-1811*. Lisboa: Edições Cosmos, 1993.
- SILVA, Carlos Guardado da, coord. – *História da Alimentação. Encontros de História Turres Veteras IX*. Lisboa: Ed. Colibri, Câmara Municipal de Torres Vedras, Instituto de Estudos Regionais e do Municipalismo Alexandre Herculano, 2007.
- SILVA, Jorge Henrique Pais da; CALADO, Margarida – *Dicionário de Termos de Arte e Arquitectura*. Lisboa: Editorial Presença, 2005.

- SILVA, José Cornélio da – *Palácio de Seteais*. Mafra: Edição Elo, 1991.
- SILVA, José-Gentil – L’autoconsommation au Portugal (XIV^{ème} – XX^{ème} siècle). *Annales. E.S.C.*, n.º 2, 1969, pp. 250-288.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da – A legislação pombalina e a estrutura da família no antigo regime português. In SANTOS, Maria Helena Carvalhodos, coord. – *Pombal Revisitado: comunicações ao colóquio internacional*. Lisboa: Estampa, 1984, vol. 1.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da Silva – A Educação de um príncipe no período pombalino. *Revista de História das Ideias*, IV-I, Inst. de Hist. das Ideias, Faculdade de Letras de Coimbra (Coimbra, 1982).
- SILVA, Maria Bestriz Nizza da – *Vida Privada e Quotidiano no Brasil na Época de D. Maria I e D. João VI*. 2.^a Ed. Lisboa: Editorial Estampa, 2004.
- SILVA, Maria de Lourdes Ribeiro – O Pombalismo e a aferição dos novos códigos estéticos. In CASTRO, Aníbal Pinto de *et al*, coord. – *Alcipe e as Luzes*. Lisboa: Edições Colibri Fundação das Casas de Fronteira e Alorna, 2003, pp. 85-109.
- SILVA, Maria Helena C. – *O traje do século XVIII através das colecções do Museu Nacional dos Coches*. Braga: Of. Gráfica da Liv. Cruz, 1974.
- SILVA, Maria Madalena de Cagigal e – *O Trajo do século XVIII através das colecções do Museu Nacional dos Coches – Breve Notícia*. *Bracara Augusta*. Revista Cultural da Câmara Municipal de Braga, vol. XXVII, nº 64 (76), 1973, pp.408-411.
- SMITH, Robert C. – *A talha em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte, [s.d.].
- SOARES, Ernesto – *História da Gravura Artística em Portugal*. Lisboa: Gráfica Santelmo, 1940.
- SOLNON, Jean-François – *La Cour de France*. [S.l.]: Fayard, 1987.

- SOMBART, Werner – *Lujo y capitalismo*. Madrid: Alianza Editorial, 1979.
- SOUSA, Francisco Luís Pereira de – *O Terremoto de 1º de Novembro de 1755 em Portugal e um estudo demográfico*. Lisboa: Tip. do Comércio, 1928, vol. 3.
- SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e – *A joalharia em Portugal 1750-1825*. Porto: Civilização, 1999.
- SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e – A joalharia feminina e o seu significado social e económico em Portugal. *Revista Museu*, IV série, nº13, pp. 17-33, 2004, Publicação do Círculo José de Figueiredo. (separata).
- SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e – *A Ourivesaria da Prata em Portugal e os Mestres Portuenses 1750-1810*. Porto: Ed do autor, 2004.
- SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e – *Artes da Mesa em Portugal*. Porto: Maria João Oliveira, 2002.
- SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e – Artes Decorativas nos Testamentos Lisboaetas da Segunda Metade de Setecentos. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, dir. – *Matrizes da Investigação em Artes Decorativas II*. Porto: CITAR-UCP, 2011, pp. 11-42.
- SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e – Ditames do Gosto Setecentista: O Negociante de Grosso Trato, Nicolau Maria Raposo do Amaral, de Ponta Delagada, e as Artes Decorativas. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, dir. – *Matrizes da Investigação em Artes Decorativas*. Porto: CITAR-UCP, 2010, pp. 15-44.
- SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e – Inventário dos bens do 1º marquês de Abrantes, D. Rodrigo Anes de Sá Almeida e Meneses (1676-1773). SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, dir. – *Revista de Artes Decorativas*. Porto: CITAR-UCP, 2007, n.º 1., pp. 259-261.

- SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e – Objectos preciosos, aparato e representação das elites da corte portuguesa de setecentos. *Revista Armas e Trofeus revista de história, heráldica, genealogia e arte*. IX série, Janeiro/Dezembro 2002/2003, pp. 229-252. (separata).
- SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e – *Os paliteiros de prata do Club Portuense*. Porto: Club Portuense, 1999.
- SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e – Ouro, prata e outras riquezas setecentistas numa herança da Baia (Brasil). *Revista da Faculdade de Letras Ciências e Técnicas do Patrimnio*, I série, vol. 3, pp.293-316, Porto: 2004. (separata).
- SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e – *Pratas em colecções do Douro*. Porto: Lello, 2001.
- SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e – *Pratas portuguesas em colecções particulares: séc. XV ao séc. XX*. Porto: Livraria Civilização Editora, 1998.
- SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e – Primeiro Colóquio Português de Ourivesaria. Porto: Círculo Dr. José de Figueiredo, 1999.
- SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e – Recheios de palácios lisboetas arrendados, no século XIX. SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, dir. – *Revista de Artes Decorativas*. Porto: CITAR-UCP, 2008, n.º 2., pp. 231-236.
- SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e – Subsídios para o estudo das Artes Decorativas a propósito de uma colecção particular de prataria. *Revista Museu*. 4ª série, nº1, 1993. (separata).
- SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e – Traje na documentação da aristocracia portuguesa de Setecentos (I). SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, dir. – *Revista de Artes Decorativas*. Porto: CITAR-UCP, 2008, n.º 2., pp. 323-343.

- SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e – Uma Loja de Tecidos em Ponta Delgada, nos Finais do Século XVIII. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, dir. – *Matrizes da Investigação em Artes Decorativas III*. Porto: CITAR-UCP, 2012, pp. 11-40.
- SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, coord. – *Actas do II Colóquio Português de Ourivesaria*. Porto: CITAR-UCP, [s.d.].
- SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, coord. – *Fontes para as Artes Decorativas nos Açores*. Porto: CITAR-UCP, 2014.
- SOUSA, Maria da Conceição Borges de; BASTOS, Celina – *Mobiliário: Normas de Inventário*. Lisboa: Instituto Português de Museus, 2004.
- SOUSA, Maria Leonor Machado de, coord. – *A Guerra Peninsular em Portugal relatos britânicos*. Lisboa: Caleidoscópio, 2007.
- STOOP, Anne de – *Quintas e Palácios nos Arredores de Lisboa*. 4.^a Ed. Porto: Livaria Civilização Editora, 1999.
- SUBTIL, José – Os desembargadores em Portugal (1640-1820). In Monteiro, Nuno Gonçalo; Cardim, Pedro; Cunha, Mafalda Soares da, coord. – *Optima Pars Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005, pp. 253-275.
- TAMAGNINI, Matilde Pessoa de Figueiredo – O Palácio do Correio-Mor em Loures. *Belas Artes*, Lisboa, 1977, (separata nº 31).
- TAVARES, Paulino Mota – *Mesas, doces e amores no séc. XVII português*. Sintra: Colares Editora, 1999.
- TEIXEIRA, José – *O Paço Ducal de Vila Viçosa – Sua Arquitectura e suas Colecções*. Lisboa: Fundação da Casa de Bragança, 1983.
- Testamento político de D. Luís da Cunha*. Lisboa: Seara Nova, 1943.

- THOMPSON, Ian – *Los jardines del Rey Sol*. Barcelona: Belacqva, 2006.
- THORNTON, Peter – *L'Époque et Son Style la décoration intérieure 1620-1920*. Paris: Flammarion, 1986.
- TINHORÃO, José Ramos – *Os negros em Portugal uma presença silenciosa*. Lisboa: Editorial Caminho, 1988.
- TRANT, Clarissa – The Journal. In SOUSA, Maria Leonor Machado de, coord. – *A Guerra Peninsular em Portugal relatos britânicos*. Lisboa: Caleidoscópio, 2007, pp. 69-111.
- TWISS, Richard – *Travels through Portugal and Spain in 1772 and 1773*. Londres: edição do autor, 1775.
- VALENTE, Adelina – Apontamentos sobre o uso das madeiras em Portugal no século XVIII. SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, dir. – *Revista de Artes Decorativas*. Porto: CITAR-UCP, 2007, n.º 1., pp. 229-239.
- VALENTE, Adelina – Duas agendas manuscritas anglo-portuguesas, a xiloteca de José Aniceto Raposo e as madeiras para mobiliário nos finais do século XVIII. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, dir. – *Matrizes da Investigação em Artes Decorativas IV*. Porto: CITAR-UCP, 2013, pp. 85-111.
- VALENTE, Adelina – Os testamentos dos contratadores do pau-brasil David Purry, Joseph Mellish e Gerard de Visme e algumas notas sobre a influência do mobiliário setecentista inglês em Portugal. O caso dos “leitos imperiais”. SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, dir. – *Revista de Artes Decorativas*. Porto: CITAR-UCP, 2008, n.º 2., pp. 31-63.
- VALENTE, Adelina – Técnicas e materiais em recibo e memória descritiva de Darnault Frères: uma encomenda de mobiliário da corte portuguesa (1785). SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, dir. – *Revista de Artes Decorativas*. Porto: CITAR-UCP, 2008, n.º 2., pp. 205-215.

- VALENTE, Vasco – *O Vidro em Portugal*. Porto: Portucalense Editora, 1950.
- VASCONCELLOS, Carolina Michaëlis de – *Algumas palavras a respeito de Púcaros de Portugal*. 4ª ed. Lisboa: José Ribeiro editor, 1988.
- VENTURA, Maria da Graça A. Mateus Ventura, coord. – *Os espaços de sociabilidade na Ibero-América (sécs. XVI-XIX) Nonas Jornadas de História Ibero-Americana*. Lisboa: Edições Colibri, 2004.
- VENTURA, Maria da Graça M., coord. – *O Barroco e o Mundo Ibero-Atlântico. Terceiras Jornadas de História Ibero-Americana*. Lisboa: Ed. Colibri, 1998.
- VERLET, Pierre – *La Maison du XVIII siècle en France*. Fribourg: Office du Livre, 1996.
- VERLET, Pierre – *Versailles*. Paris: Librairie Arthème Fayard, 1961.
- VICENTE, António Pedro – *Aspectos da sociedade portuguesa nos finais do século XVIII, Arquivos do Centro Cultural Português*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1972, vol. 4, pp. 288-315.
- VIDIGAL, Luís – *O municipalismo em Portugal no século XVIII : elementos para a caracterização da sociedade e instituições locais, no fim do "Antigo Regime"*. Lisboa: Livros Horizonte, 1989.
- VIGARELLO, Georges – *O Limpo e o Sujo a higiene do corpo desde a Idade Média*. Lisboa: editorial Fragmentos, 1988.
- VIOLLET-LE-DUC, Eugène-Emmanuel – *De la Décoration Appliquée aus Édifices*. 3ª Ed. Paris: Librairie de L'Art, 1893.
- VITERBO, Sousa – *Artes e Artistas de Portugal: Contribuições para a História das Artes e Industrias Portuguezas*. 2ª ed. Lisboa: Livraria Ferin Editora, 1920.

- VITERBO, Sousa – *Artífices portugueses ou domiciliados em Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1917.
- WHARTON, Edith; CODMAN JR, Ogden – *The Decoration of Houses*. New York: Rizzoli International Publications, Inc., 2007.
- WHITEHEAD, John – *French Interiors of the 18th Century*. 2.^a Ed. London: Lawrence King Publishing Ltd, 2009.
- XAVIER, Ângela Barreto; CARDIM, Pedro; ÁLVAREZ, Fernando Bouza – *Festas que se fizeram pelo Casamento do Rei D. Afonso VI*. Lisboa: Ed. Quetzal, 1996.
- ZELLER, Rolando Van – *Estanhos Portugueses*. Porto: Livraria Civilização, 1985.
- ZÛQUETE, Afonso Eduardo Martins – *Nobreza em Portugal*. Lisboa: Editorial Enciclopédia, 1960, vol. 1.

Índice de Figuras

Fig. 1.....	38
Planta da cidade de Lisboa, 1771.	
Fig. 2.....	98
Localização dos Palácios na Planta de Lisboa	
Fig. 3.....	134
Salas, enfiamento de divisões Palácio da Mitra	
Fig. 4.....	134
Salas, enfiamento de divisões, Palácio Sandomil	
Fig. 5.....	135
Sala, Palácio Santos	
Fig. 6.....	135
Salão, Palácio Porto Côvo	
Fig. 7.....	137
Corredor de acesso ao oratório, Palácio Tancos	
Fig. 8.....	137
Corredor Palácio Sandomil	
Fig. 9.....	137
Escada principal, Palácio Porto Côvo	
Fig. 10.	137
Escadas secundárias, Palácio Galveias	
Fig. 11.....	138
Pátio, Palácio da Mitra	
Fig. 12.....	139
Porta de entrada do pátio/loja, Palácio Pancas Palha	
Fig. 13.....	139
Pátio/loja, com acesso à escadaria principal e uma passagem para o pátio de serviço, Palácio Pancas Palha	
Fig. 14.....	140
Pátio de serviço, Palácio Pancas Palha	
Fig. 15.....	140
Sineta, Palácio da Anunciada	
Fig. 16.....	142
Escada de serviço, junto da cavalaria, de acesso ao andar nobre, Palácio da Anunciada	

Fig. 17.....	142
Escada de serviço, de acesso ao jardim, Palácio da Anunciada	
Fig. 18.....	143
Cozinha, pormenor do tecto, com abóbada em barrete de clérigo, Palácio Nisa	
Fig. 19.....	143
Cozinha, pormenor do tecto e paredes com revestimento azulejar, Palácio Nisa	
Fig. 20.....	147
Planta da residência de marquês de Pombal, na Rua Formosa (actual Rua de “O Século”), 1792	
Fig. 21.....	150
Quarto, águas-furtadas, Palácio Pancas Palha	
Fig. 22.....	150
Acesso às águas-furtadas, Palácio Sandomil	
Fig. 23.....	151
Palácio Porto Covo, fachada principal	
Fig. 24.....	153
Jardim, Palácio da Ega	
Fig. 25.....	225
“Feira da ladra”, Praça da Alegria, Nicolas Delerive, 1801-1810	
Fig. 26.....	250
“Le bain”, gravura do 1º quartel do séc. XIX	
Fig. 27.....	253
Mesa de cabeceira, último quartel do séc. XVIII (P.N.Q.)	
Fig. 28.....	254
Moldura do espelho (pormenor “país”), tremó último quartel do séc. XVIII	
Fig. 29.....	254
Tremó, último quartel do séc. XVIII	
Fig. 30.....	254
Tremó, 1º quartel do séc. XIX	
Fig. 31.....	259
Cómoda-papeleira com alçado, 1º quartel do século XIX	
Fig. 32.....	260
Mesa de chá, 2ª metade do séc. XVIII	
Fig.33.	260
Mesa de jogo, aberta,1780-1820 (C.M.A.G.)	

Fig. 34.....	263
Piano, 1810-1920	
Fig. 35.....	263
Lustre, séc. XVIII	
Fig. 36.....	263
Estojo de faqueiro 22.07.2014, séc. XVIII	
Fig. 37.....	263
Paliteiro (porco) séc. XVIII-XIX	
Fig. 38.....	267
Paliteiro Pêra 1804-18010	
Fig. 39.....	267
Globo terrestre, séc. XIX	
Fig. 40.....	268
Sala de Jantar, Palácio de Manique	
Fig. 41.....	271
Vestíbulo Palácio da Calheta	
Fig. 42.....	271
Vestíbulo Palácio da Ega	
Fig. 43.....	272
Pavimento do vestíbulo Palácio da Calheta, Ega, Porto Côvo e Santos	
Fig. 44.....	272
Pavimento do vestíbulo Palácio da Calheta, Ega, Porto Côvo e Santos	
Fig. 45.....	272
Pavimento do vestíbulo Palácio da Calheta, Ega, Porto Côvo e Santos	
Fig. 46.....	272
Pavimento do vestíbulo Palácio da Calheta, Ega, Porto Côvo e Santos	
Fig. 47.....	274
Pilastra, vestíbulo (pormenor), Palácio Porto Côvo	
Fig.48.....	274
Estuque colorido, vestíbulo (pormenor) Palácio da Anunciada	
Fig. 49.....	274
Vestíbulo do andar nobre, Palácio Sandomil	

Fig. 50.....	276
Escadaria, Palácio Távora, Lisboa	
Fig. 51.....	276
Escadaria, Palácio Porto Côvo, Lisboa	
Fig. 52.....	276
Escadaria, Palácio Lavradio, Lisboa	
Fig. 53.....	277
Escadaria, Palácio Santos, Lisboa	
Fig. 54.....	277
Nicho, Escadaria, Palácio pequeno da Anunciada	
Fig. 55.....	278
Escadaria, Palácio da Anunciada, Lisboa	
Fig. 56.....	278
Escadaria Palácio da Calheta, Lisboa	
Fig. 57.....	279
Pormenor pilastra, Palácio Távora, Lisboa	
Fig. 58.....	279
Pormenor pilastra, Palácio da Calheta, Lisboa	
Fig. 59.....	279
Pormenor corrimão, Palácio Nisa, Xabregas	
Fig.60.....	284
Salão, palácio da Ega, Lisboa	
Fig. 61.....	288
Vista parcial do palco, sala de teatro, Palácio Porto Côvo, Lisboa	
Fig. 62.....	290
Pormenor do tecto, madeira pintada salão, Palácio da Mitra, Marvila	
Fig. 63.....	290
Pormenor do tecto, madeira pintada, salão, Palácio da Mitra, Marvila	
Fig. 64.....	291
Tecto, madeira pintada, salão, Palácio Távora	
Fig. 65.....	291
Tecto em estuque e pintado, salão, Palácio Sandomil, Lisboa	
Fig.66.....	292
Pormenor do silhar de azulejos do salão, Palácio Távora, Lisboa	

Fig. 67.....	293
Cena de caça, pormenor do silhar de azulejos do salão, Palácio da Mitra, Marvila	
Fig. 68.....	293
Salão, Palácio Porto Côvo, Lisboa	
Fig. 69.....	297
Bambinela, salão, Palácio da Anunciada, Lisboa	
Fig. 70.....	303
“Casa grande”, Palácio da Anunciada	
Fig. 71.....	304
“Caza grande”, Palácio da Anunciada, Lisboa	
Fig. 72.....	304
“Casa grande”, pormenor do tecto em estuque, Palácio da Anunciada, Lisboa	
Fig. 73.....	308
Pormenor da pintura da parede, sala, Palácio Santos	
Fig. 74.....	310
“Caza forrada de Damasco verde”, Palácio da Anunciada, Lisboa	
Fig. 75.....	310
Tecto em estuque, “Casa forrada de damasco verde”, Palácio da Anunciada, Lisboa	
Fig. 76.....	312
“Casa amarela”, Palácio da Anunciada, Lisboa	
Fig. 77.....	312
Tecto em estuque, “Casa amarela”, Palácio da Anunciada	
Fig. 78.....	318
Banca de comer na cama, 1750-1760	
Fig. 79.....	319
Sala de jantar, Palácio Tancos, Lisboa	
Fig. 80.....	320
Lavatório, sala de jantar, Palácio Pombal, Oeiras	
Fig. 81.....	320
Torneiras, lavatório, sala de jantar, Palácio Pombal, Oeiras	
Fig. 82.....	321
Lavatórios, sala de jantar, Palácio Tancos, Lisboa	
Fig. 83.....	321
Lavatório, sala de jantar, Palácio Tancos, Lisboa	

Fig. 84.....	323
Silhar de azulejos representando festões, flores e frutos, sala de jantar, Palácio Porto Côvo, Lisboa	
Fig. 85.....	323
Silhar de azulejos, refeição ao ar livre, sala de jantar, Palácio Távora, Lisboa	
Fig. 86.....	324
Silhar de azulejos, malhada, sala de jantar, Palácio Távora, Lisboa	
Fig. 87.....	325
Cisnes e frutos, sala de jantar, Palácio Porto Côvo	
Fig. 88.....	325
Cariátide, cisnes e frutos, sala de jantar, Palácio Porto Côvo	
Fig. 89.....	326
Natureza-morta, Escola francesa, séc. XVIII	
Fig.90.....	327
Natureza-morta, Joaquim Manuel da Rocha, séc. XVIII	
Fig. 91.....	327
Natureza-morta, Joaquim Manuel da Rocha, séc. XVIII	
Fig. 92.....	332
Cantoneira, sala de jantar, quinta de Manique, Alcabideche	
Fig. 93.....	336
“Casa da cama de estado”, Palácio da Anunciada	
Fig. 94.....	336
Tecto, decoração de estuque oitocentista, “casa da cama de estado”, palácio da Anunciada	
Fig. 95.....	339
Lâmpada de dois lumes, prata, 3º quartel do séc. XVIII	
Fig. 96.....	341
Leito de madeira pau-santo, rococó, 3º quartel do séc. XVIII	
Fig. 97.....	343
Leito, último quartel do séc. XVIII	
Fig. 98.....	345
Porta de acesso à despensa, vestíbulo, Palácio da Anunciada	
Fig. 99.....	346
Berço, rococó, 3º quartel do séc. XVIII	
Fig.100.....	346
Berço, D. Maria I, último quartel do séc. XVIII	

Fig. 101.....	355
Móvel toucador, D. Maria I, 1777-1816	
Fig. 102.....	355
“A formalidade com que deverão estar as peças do Toucador sobre a sua competente mesa se se julgar a propósito”, manuscrito, 1º quartel do séc. XIX	
Fig. 103.....	363
Altar, Capela-mor, Palácio Nisa, Xabregas	
Fig. 104.....	365
Coro alto, Palácio Nisa, Xabregas	
Fig. 105.....	365
Tribuna, Palácio Nisa, Xabregas	
Fig. 106.....	367
“Casa do oratório”, Palácio Pombal, Lisboa	
Fig. 107.....	367
Tribunas, “casa do oratório”, Palácio Pombal, Lisboa	
Fig. 108.....	368
Porta de acesso a um compartimento anexo à “casa do oratório”, Palácio Tancos, Lisboa	
Fig. 109.....	368
Interior do compartimento anexo à “casa do oratório”, Palácio Tancos, Lisboa	
Fig. 110.....	386
Cómoda com oratório, 3º quartel séc. XVIII	
Fig. 111.....	386
Cómoda papelreira com oratório, 3º quartel do séc. XVIII	
Fig. 112.....	387
Maquineta, 1770-1795	
Fig. 113.....	394
Escrivaninha, prata, 1º quartel séc. XIX	
Fig. 114.....	397
Maquineta, “Cela de Santo Ambrósio”, 3º quartel do séc. XVIII, Museu da Real Irmandade da Rainha Santa Mafalda de Arouca	
Fig. 115.....	400
Cozinha, Palácio da Anunciada, Lisboa	
Fig. 116.....	401
Janela e zona de lavagem, cozinha, Palácio da Anunciada, Lisboa	

Fig. 117.....	401
Janela e fonte de água, cozinha, Palácio da Anunciada, Lisboa	
Fig. 118.....	401
Revestimento azulejar, representando presuntos pendurados, cozinha, Palácio Távora, Lisboa	
Fig. 119.....	403
Mesa de cozinha, cozinha, Palácio do Correio-mor, Loures	
Fig. 120.....	404
Talhas, Palácio Pancas, Lisboa	
Fig. 121.....	417
Fogão, cozinha, Palácio da Anunciada, Lisboa	
Fig.122.....	418
Engenho de assar, Palácio Tancos, Lisboa	
Fig.123.....	420
Forno, cozinha, Palácio da Anunciada	
Fig. 124.....	425
Banco de jardim, Palácio da Anunciada, Lisboa	
Fig. 125.....	425
Banco de jardim, Quinta Real de Caxias, Caxias	
Fig.126.....	427
Fonte do tanque, jardim do Palácio da Anunciada	
Fig. 127.....	428
Desenho do pedestal, jardim do Palácio da Anunciada	
Fig. 128.....	428
Nicho e pedestal, jardim do Palácio da Anunciada	
Fig. 129.....	429
Tanque, jardim do Palácio Palhavã, Lisboa	
Fig. 130.....	429
Tanque, jardim do Palácio da Anunciada, Lisboa	
Fig.131.....	431
Acesso à cascata e passadiço, jardim do Palácio da Anunciada	
Fig. 132.....	431
Cascata, jardim do Palácio da Anunciada	
Fig. 133.....	432
Poço/cisterna, jardim do Palácio Porto Côvo, Lisboa	

Índice de Quadros

Quadro I	112
Pessoal doméstico	
Quadro II	171
Têxteis na Decoração dos Espaços Lisboetas	
Quadro III	178
Têxteis – “ <i>Roupa branca</i> ”	
Quadro IV	186
Castiçais e serpentinas	
Quadro V	187
Tesouras de morrões e bandejas	
Quadro VI	190
Salvas	
Quadro VII	191
Bacias e jarros de água às mãos	
Quadro VIII	195
Prataria (serviço de bebidas)	
Quadro IX	197
Prataria (Talheres)	
Quadro X	203
Porcelana oriental (serviço de bebidas)	
Quadro XI	205
Porcelana oriental (serviço da mesa)	
Quadro XII	207
Porcelana Europeia	
Quadro XIII	209
Vidros (serviço da mesa)	
Quadro XIV	215
Pintura sobre papel	
Quadro XV	217
Pintura sobre tela	
Quadro XVI	219
Pintura sobre metais	
Quadro XVII	219
Pintura sobre madeira	

Quadro XVIII.....	220
Pintura sobre vidro	
Quadro XIX	236
Expressões publicitárias no jornal “Gazeta de Lisboa”	
Quadro XX.....	302
“Caza Grande”	
Quadro XXI	311
“Caza forrada de Damasco Verde”	
Quadro XXII.....	313
“Caza Amarela”	
Quadro XXIII.....	337
“Caza da Cama de Estado forrada de Damasco Carmiz”	
Quadro XXIV	372
Linhos e Guarnições de uso litúrgico	
Quadro XXV.....	375
Paramentos Religiosos	
Quadro XXVI	378
Objectos Religiosos	